

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em História Social

Fronteiras da Liberdade:
**Experiências Escravas de Recrutamento, Guerra e
Escravidão:
(Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850)**
Daniela Vallandro de Carvalho

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, como requisito parcial e último para a obtenção do título de Doutor em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Vitor Izecksohn

08 de julho de 2013.

Carvalho, Daniela Vallandro de.

Fronteiras da Liberdade: “Experiências Escravas de Recrutamento, Guerra e Escravidão: Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850. Daniela Vallandro de Carvalho. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2013.

372 f.: Il.

Tese (doutorado) – UFRJ /IH/ PPGHIS, Rio de Janeiro, 2013.

Orientadora: Vitor Izecksohn

I. Escravidão. Recrutamento. Trajetórias. Guerra Civil Farroupilha. II. Izecksohn III. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-graduação em História Social. IV. Título.

Daniela Vallandro de Carvalho

FRONTEIRAS DA LIBERDADE. “Experiências Escravas de
Recrutamento, Guerra e Escravidão: (Rio Grande de São Pedro, c. 1835-
1850)

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em História Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, como requisito parcial para a obtenção
do título de Doutor em História Social.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Orientador Vitor Izecksohn (Orientador/UFRJ)

Prof. Dr. Marcus M. de Carvalho (UFPE)

Prof. Dr. José Iran Ribeiro (UFSM)

Prof. Dra. Keila Grinberg (UNIRIO)

Prof. Dr. Antonio Carlos Jucá de Sampaio (UFRJ)

Prof. Dr. João Luis Ribeiro Fragoso (UFRJ) - Suplente

Prof. Dr. Fábio Faria Mendes (UFV) – Suplente

CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteiras da Liberdade: “Experiências Escravas de Recrutamento, Guerra e Escravidão”* (Rio Grande de São Pedro, c.1835-1850) Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

RESUMO

Este trabalho tem como foco a análise de experiências escravas durante os anos de guerra civil Farroupilha, na Província do Rio Grande de São Pedro e nos cinco anos seguintes a seu término. Busca-se neste trabalho apreender as movimentações cativas ao longo da extensa faixa de fronteira que unia a província sulina à nascente república do Uruguai e por extensão, a toda região denominada “Cuenca del Plata”. A análise considera as experiências cativas tanto nos exércitos rebelados contra à Corte Imperial, como aqueles cativos recrutados pelas tropas legalistas. Todavia estas trajetórias não podem ser pensadas descoladas do universo fronteiriço e belicoso ao sul do Império, sendo portanto extensivas às participação de escravos sulinos como soldados também em territórios platinos. No presente trabalho são analisadas os ideários políticos que envolveram o recrutamento de escravos na formação do exército farroupilha, sua composição, estratégias e logística de guerra bem como o impacto da guerra nas experiências cativas. A partir disso, são introduzidas trajetórias que ajudaram a compreender as opções disponíveis àqueles homens, bem como as apropriações dos escravos de uma diversidade de ideários difundidos pelas elites naquela conjuntura. Por fim, buscou-se o entendimento dos acordos que puseram fim aos dez anos de guerra sob a ótica da utilização dos escravos nas fileiras militares assim como os encaminhamentos dados pelo Governo Imperial - ou tomados pelos escravos – ao findar do conflito. Pensar os rumos destes escravos/libertos/soldados e outros tantos cativos que tiveram suas vidas perpassadas pela guerra implicou em refletir sobre os limites e possibilidade daquela conjuntura na estruturação do Estado Imperial brasileiro. Discussões de cidadania, participação e mobilidade social foram flexibilizados e negociados com as autoridades provinciais e imperiais mediante a existência de espaços de atuação para àqueles cativos enquanto soldados.

Palavras-chave: Escravidão, recrutamento, Guerra Civil Farroupilha, fugas, trajetórias, fronteira platina.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteiras da Liberdade: “Experiências Escravas de Recrutamento, Guerra e Escravidão”* (Rio Grande de São Pedro, c.1835-1850) Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

ABSTRACT

This work focus on the analyses of slaves’ experiences during the Farroupilha’s Civil war years, in the province of Rio Grande de São Pedro, and in the five years following its end. The objective of this work is to apprehend the movement of the slaves through the extension of the borderline that joined the south province to the the region that was called “Cuenca del Plata”. The analysis considers the experiences of slaves in the rebel armies fighting against the imperial forces, and also the experiences of slaves recruited by loyalist troops. However these trajectories can’t be thought detached from the frontier and belicous universe on the South of the Empire, and therefore, extensive to the participation of southern slaves as soldiers in platinum territory. The present work analyses the political ideas involving the recruitment of slaves in the creation of the farroupilha army, its composition, estrategias and war logistic, as well as the impact of the war in the slaves’ experiences. From this, trajectories are introduced to help to comprehend the available options to those men, as well as the appropriations that the slaves did of a diversity of ideas widespread by the elites in that conjuncture. Finally, it was sought to understand the agreements that put an end to a decade of war from the standpoint of the use of slaves in the military ranks as well as the referrals given by the imperial government – or taken by slaves – in the end of the conflict. Think the course of these slaves/freed/soldiers and many others captives whose lives were pervaded by the war meant in thinking about the limits and possibilities of that conjuncture in the structuring of the imperial Brazilian state. Discussions about citizenship, participation and social mobility were smoothed and negotiated with the provincial and imperial authorities by the existence of performance spaces for those captives as soldiers.

Província da infância, deste romântico balcão te abro como um leque. Assim como antes, abandonado pelas ruas, examino ruas abandonadas. Pequena cidade que forjei á força dos sonhos, ressurges de tua imóvel existência. Passos largos e pausados na margem do musgo, pisando terras e ervas, paixão da infância que revives cada vez. Coração meu enovelado sob este céu de tinta fresca, foste o único capaz de lançar as pedras que fazem fugir a noite. Assim te fizeste, trabalhado pela solidão, ferido pela aflição, andando, andando por desoladas aldeias. Para que falar de velhas coisas, para que vestir roupagens de esquecimento. Contudo, grande e escura é tua sombra de aldeia, beijada pela fria e desbotada travessia, pelo vento do norte. E também os teus dias de sol, incalculáveis, delicados; quando da umidade emerge o tempo vacilando como uma espiga. Ah, pavoroso inverno de enchentes, quando minha mãe e eu tremíamos sob o vento frenético. Chuva cai por todos os lados, ó triste e inesgotável provedora. Uivavam, choravam os trens perdidos no bosque. Rangia a casa de tábuas intimidadas pela noite. Aos encontrões o vento saltava as janelas, derrubava cercas; desesperado, violento, desertava para o mar.

Mas que noites puras, folhas do bom tempo, sombrio céu engastado em estrelas excelentes. Fui o namorado, aquele que deu a mão e levou a senhorita de grandes olhos através de lentas veredas, em crepúsculo, em manhãs sem esquecimento. Como não recordar tanta palavra passada. Beijos esvanecidos, flores flutuantes, mesmo que tudo termine. O menino que enfrentou a tempestade e criou a boca embaixo de suas asas amargas, agora te sustenta, país úmido e calado, como se fosse uma grande árvore depois da tormenta. Província da infância escorrida em horas secretas, que ninguém conheceu. Lugar de solidão, deitado sobre andaimos molhados pela chuva recente, ao meu destino te proponho como refúgio de regresso.

(Pablo Neruda)

Reinava o mais profundo silêncio em todo o acampamento esta madrugada e mais cedo do que costume tinha deixado a cama; caminho direito ao fogão e ali já estava se aquecendo, com o seu cachimbo na boca, aquele Acaba-de-Querer, camarada do Zeferino. Levanta-se mui prontamente e com um ademão todo militar, toca com a direita no roto e velho chapéu e apresenta-me o cachimbo para eu acender o meu cigarro. Eu me volto rindo e pensando que este pobre velho soldado cumpria melhor com o seu dever do que muitos oficiais, a quem a segurança do campo é confiada e que, perdendo a noite ao jogo, dormem profundamente às horas do alarme.

(Antonio Vicente da Fontoura, Memórias, 05 de abril de 1844).

Sabe, moço
 Que no meio do alvoroço
 Tive um lenço no pescoço
 Que foi bandeira pra mim
 Que andei mil peleias
 Em lutas brutas e feias
 Desde o começo até o fim

Sabe, moço
 Depois das revoluções
 Vi esbanjarem brasões
 Pra caudilhos coronéis
 Vi cintilarem anéis
 Assinatura em papéis
 Honrarias para heróis

É duro, moço
 Olhar agora pra história
 E ver páginas de glórias
 E retratos de imortais
 Sabe, moço
 Fui guerreiro como tantos
 Que andaram nos quatro cantos
 Sempre seguindo um clarim

E o que restou?
 Ah, sim
 No peito em vez de medalhas
 Cicatrizes de batalhas
 Foi o que sobrou pra mim
 Ah, sim
 No peito em vez de medalhas
 Cicatrizes de batalhas
 Foi o que sobrou prá mim

(Leopoldo Rassier)

Para todos os escravos
 anônimos - e outros agora não mais –
 que *pelearam* nos rubros campos sulinos
 e que souberam fazer
 daquela guerra também um pouco sua.

AGRADECIMENTOS

Eis que é chegada a hora de agradecer. Creio ter uma formulação muito pessoal deste momento, pois há quatro atrás eu já pensava neste momento. Sempre quando lia uma tese ficava pensando como seria “a minha hora”. Pois, ao longo de anos de trabalho debruçada sobre uma tese, a única certeza que eu tinha é que haveria muito a agradecer. Não me equivoquei nem um pouco.

Gostaria de iniciar agradecendo ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRJ, que desde os primeiros momentos da seleção de doutorado me fez crer que eu tinha feito a melhor escolha. Especialmente, agradecer aos professores de quem tive o prazer de ser aluna o com os quais tive a dimensão da qualidade e importância de fazer parte de um dos melhores programas de pós-graduação do país: Antonio Carlos Jucá de Sampaio, Carlos Fico e Vitor Izecksohn, muito grata. Falando ainda do IFCS e do PPGHIS, gostaria de agradecer as secretárias do Programa, Rita e Sandra, que sempre souberam ser, gentis, prestativas e acima de tudo, fazer as coisas funcionarem, fazendo com que eu acreditasse que *o modo de produção carioca* era apenas uma invenção de gaúchos enciumados pela cidade maravilhosa.

Aos professores que estiveram na minha qualificação de doutorado, Dr. Antonio Carlos Jucá de Sampaio e Dra. Keila Grinberg, meu muito obrigado pela leitura cuidadosa e pelas discussões daquele dia: espero tê-los atendidos, com as preciosas sugestões que me foram dadas.

Aos professores que aceitaram a participação na banca final, meus sinceros agradecimentos pela honra e oportunidade de estar debatendo com vocês: Professores Dr. Marcus M. de Carvalho, Dr. José Iran Ribeiro, Dra. Keila Grinberg e Dr. Antonio Carlos Jucá de Sampaio.

Ao meu orientador, Dr. Vitor Izecksohn, meus sinceros agradecimentos pela suas sugestões e leitura atenta ao longo desta tese.

À Capes que me oportunizou a bolsa durante os quatro anos de doutorado, incluindo a bolsa-sanduíche que me possibilitou a pesquisa fora do Brasil. Merece uma menção especial o Professor Antonio Carlos Jucá de Sampaio, que, como Cordenador do Programa em boa parte dos anos que estive vinculada ao PPGHIS, não mediu

esforços para que uma turma de doutorandos ávida pela oportunidade, fizessem o doutorado-sanduiche.

Os seis meses que passei em Buenos Aires foram, por assim dizer, de muita intensidade e passionalidade. Creio ter incorporado o *modus vivendi* dos argentinos. Amei e odiei esta terra com a mesma intensidade. A riqueza do que foi experienciado na *Cuenca del Plata* é inenarrável. Ainda assim quero tentar traduzir isso através do agradecimento ao Prof. Dr. Miguel Àngel Rosal, professor e pesquisador da UBA-CONICET pela sua brilhante e generosa acolhida, ainda que nosso encontro tenha sido abreviado por um lamentável problema de saúde do mesmo. Ainda assim, Prof. Miguel foi extremamente generoso, me atendendo, dentro de suas limitações, até o final de minha estada na Argentina. Agradeço ainda a sua filha Montserrat, que foi intermediária nesse processo.

Prof. Miguel também foi responsável por me apresentar a Prof. Dra. Silvia Mallo, com que tive o prazer de tomar um café pelas calles da Recoleta e trocar preciosas informações de pesquisa. A simplicidade do tratamento e o respeito com que fui tratada como jovem pesquisadora, é, não só digno de nota, como também me ajudou a reformular muitas das imagens de *nuestros hermanos*. Neste sentido, agradeço ao *pueblo* de Buenos Aires e a tudo que vi e vivi nas calles portenhas, de onde pude extrair lições práticas de História.

Aos funcionários do Archivo General de La Nación, por fazerem da minha pesquisa um momento extremamente prazeroso.

Meu tempo na terra de Gardel só foi vivido e finalizado com êxito porque tive, ao meu lado, Adrianna Setemy. Entre cafés, medialunas, cervezas e muitos malbecs, nós sobrevivemos! Obrigada amiga, tu foste (e sempre será) fundamental nesta minha vida de gaúcha desgarrada, um *poquito* carioca, um *poquito* portenha.

O Rio de Janeiro por si só daria um capítulo de agradecimentos. Por tudo. Por ser o Rio, por ser a perfeita tradução de caos e beleza, por ter feitos nela amigos para uma vida, por ter me sentido em casa, pela butecos, pela Lapa, Vila Isabel, Santa Teresa, pelos seus Arquivos, pelo IFCS, pela sua luz, sons, cores e morros, pelo imenso amor que construi por esta cidade, que me acolheu e que escolhi como minha também.

Aos funcionários dos Arquivos do Itamaraty, Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional, tão imprescindíveis ao funcionamento destas instituições de pesquisa, meu muito obrigada. Em especial, à Joice e Rosane, arquivistas do Arquivo Nacional, pelo carinho, atenção e disponibilidade em atender no melhor estilo carioca de ser.

Aos amigos (nativos ou não) feitos nas terras de São Sebastião entre aulas, chopps e frango a passarinho na “sacristia”: Silene Orlando, Rafa Balsinhas e Heitor, Chico Aimara, Rodrigo Perez, Rachel Sant Williams, Clara Farias, Carlos Henrique Vólaro, Marcelino Lyra, Glaidson Mata, Hevelly Acruche, Daniela Yabeta, Raquel Campos, Pedro Belchior, Pablo Porfírio, Moacir Maia, Leandro Braga de Andrade, Luciana Pessanha Fagundes, Naná Damas, Carlos Eduardo Costa, Siméia e Carlos Augusto Bastos.

Junto a estes, amigos gaúchos de longa data que toparam juntos a empreitada de viver, conviver e sobreviver longe dos pagos: Leticia Guterres e Ricardo, Jonas Vargas, Rodrigo de Azevedo Weimer, Maíra e Alexandre. Foi bom demais ter um CTG no Rio.

À gauchada amiga de muito anos e muitas histórias (que foi me visitar no Rio e/ou em Buenos Aires): Larissa Gonzalez, Evertón Quevedo e Juliane Serres, vocês são fantásticos, se a vida não me desse vocês, eu comprava!

Aos meus amigos de Santa Maria da Boca do Monte, em especial à Paula Bolzan e Janaina Teixeira, que de ano em ano me encontravam para aquela cervejinha e para um bate-papo descontraído, sempre com muitas risadas e um incentivo em seus sorrisos.

À Carolina Becker Bittencout e Gislaine Borba, minha mais profunda amizade e carinho. Aquele agosto de 2012 no Rio vai entrar para os Anais da História.

À “cumadre” Glauca Lixinski de Lima Kúlzer, que mesmo de longe, sempre torceu por mim, incentivou e que me brinda há mais de 15 anos com uma amizade que independe das distâncias.

Aos amigos que também foram suportes intelectuais, longe ou perto, ajudando sempre que preciso, trocando idéias, trocando fontes, dando sugestões e/ou criticando quando necessário: Paulo Roberto Staudt Moreira, Luis Augusto Farinatti, José Iran Ribeiro, Marcelo Matheus, Leandro Goya Fontella, Thiago Leitão Araujo, Carla Menegat, Vinicius Pereira de Oliveira, Gabriel Aladrén, Gabriel Berute, Natália Pinto, Melina Perussato, José Remedi, André Fertig, Jônatas Caratti, Mariana Flores da Cunha Tompsom Flores. O século XIX na Província de São Pedro nunca mais será o mesmo depois de vocês.

À Paulo Roberto Staudt Moreira, um carinho muito especial. Desde o projeto que deu origem a esta tese, às minhas reflexões e visão como historiadora, meu muito obrigado. A historiadora que sou sempre estará conformada pelo privilégio do tempo que tive de conviver contigo.

À Juremir Machado da Silva, que sempre foi solícito e generoso ao trocar informações por email comigo, ajudando-me a clarear questões e mesmo trocando fontes, meu muito obrigado.

Ao professores Spencer Leitman e Bryan MacCann, pela troca de informações, pelo incentivo vindo do outro lado do oceano e por acreditarem no meu trabalho, meu muito obrigado.

À minha família carioca Setemy: seu Luiz, “Princesa” Izabel, vovó Glorinha, Phool, Adrianna e Rodrigo, que sempre estiveram por perto, me acolhendo – de Copa à Barra, cuidando de mim, me mimando com os maravilhosos bolos da vovó, me divertindo e torcendo por mim. Amo vocês todos, me senti e sempre me sentirei em casa. Longe dos meus, vcs me deram paz e tranquilidade para seguir em frente. Vocês moram no meu coração.

Na reta final desta tese, outras pessoas cruzaram meu caminho: em meus últimos seis meses no Rio de Janeiro, já em fase da escrita da tese, tive o prazer de conhecer e morar com Heliana Castro Alves (e Pedrinho) e Rute Casoy. Obrigada por fazerem da nossa casa o melhor lugar do mundo para se estar. Ana Maria Dias também foi uma amiga carinhosa e única. O tempo em Santa Teresa me marcou de forma profunda.

Meus últimos seis meses de tese foram acompanhados de muito trabalho. Mais uma mudança, desta vez para o Paraná. Contar com o Jonas Vargas por perto, colega de doutorado e no primeiro mês de Paraná também colega de Departamento, foi fundamental, divertido me deu o suporte necessário que só as amizades podem dar.

Assumir como professora tendo uma tese para acabar foi um grande desafio. Mas sem dúvida, a escolha mais acertada que eu podia ter feito. Aos colegas do Departamento de História da Unicentro em Guarapuava, meu carinho e obrigada por todo apoio à concretização desta etapa. Vocês foram incríveis, das conversas de corredor às cervejinhas na esquina com palavras constantes de incentivo. Especialmente, ao Marcelo Silva, Jó e Luciana Klanovicz, Vanderlei Silva, Beatriz Olinto, Rosimeri Moreira, Maria Paula Costa, Carmem e André Ulisses Di Sallis, e aos impagáveis Francisco Ferreira Junior, Tiago Bonato e Tiago Reisdorfer.

Aos meus alunos, de oito disciplinas diferentes distribuídas por sete departamentos da Universidade, meu muito obrigado por ouvirem, com um sorriso de boa sorte no rosto, eu falar cotidianamente que estava acabando uma tese. Espero ter sido um pouco do que vocês merecem. Um trabalho destes não é para satisfação pessoal, é, sobretudo, para vocês. O conhecimento histórico produzido na academia se

valida a todo dia na sala de aula, razão pelo qual sigo firme acreditando no poder da educação e do ensino, em todas as suas formas.

Ao meu namorado Luiz Cesar, só tenho a agradecer o imenso amor, carinho e paciência com que aguentou ao meu lado meus momentos mais duros ao final desta etapa. A paz, o amor e apoio que você me deu eu nunca imaginei merecer. Te amo. Etapa acabada, uma nova fase se abre na nossa vida. Espero poder retribuir um pouquinho de tudo que você me ensinou neste tempo juntos. À família Coutinho: Seu Luiz, Neusa, Aline Tiago e Boi (família completa!) minha gratidão pela acolhida tão divertida e amorosa, sempre.

E por último, muito propositalmente, o momento mais difícil de traduzir em palavras: o agradecimento ao amor incondicional da minha família. Meus pais, meus irmãos, Rodrigo e Fabricio, minhas cunhadas Aninha e Dani e sobrinhas, Amanda e Manuela. Vocês são a coisa mais preciosa que tenho neste mundo. Amo vocês com toda minha força. Obrigada pelo apoio, pelas palavras de incentivo e pelo entendimento das minhas escolhas, mesmo que por vezes elas tenham me colocado distantes de vocês.

E, ao meu pai e minha mãe, Bira e Neiva, não há palavras que traduzam tudo que vocês foram ao longo destes anos. Não teria conseguido sem vocês. Vocês sempre foram e serão o exemplo mais forte e concreto de amor e perseverança que eu pude ter. A imensidão de compreensão, carinho e amor que vocês me mostraram estes anos são o motivo e a razão de eu estar acabando esta tese. É para vocês dois que dedico este trabalho.

ABREVIATURAS

APERS – Arquivo Público do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS)

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS)

AAHRS – Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AN – Arquivo Nacional (Rio de Janeiro/RJ)

BN – Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro/RJ)

ADI – Arquivo Diplomático do Itamaraty (Rio de Janeiro/RJ)

AHEX – Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro/RJ)

AGNM – Archivo Geral de La Nación (Montevideu/Uruguai)

AGNBA - Archivo Geral de La Nación (Buenos Aires/Argentina)

APPR – Arquivo Público do Paraná (Curitiba/PR)

AHMI – Arquivo Histórico do Museu Imperial (Petrópolis/RJ)

LISTA DE QUADROS

QUADRO Nº 01 – Dados populacionais para a Província de Rio Grande de São Pedro em 1814 – Livres e Escravos.

QUADRO Nº 02 - Dados populacionais para a Província de Rio Grande de São Pedro em 1814 – Livres, escravos, índios e libertos.

QUADRO Nº 03 - Dados populacionais para a Província de Rio Grande de São Pedro em 1835.

QUADRO Nº 04 - Dados populacionais para a Província de Rio Grande de São Pedro em 1858.

QUADRO Nº 05 – Composição do Exército Rio-Grandense por Brigadas, Comandos e Unidades.

QUADRO Nº 06 – Estrutura de um Corpo de Cavalaria.

QUADRO Nº 07 - Estrutura de uma Companhia de Cavalaria.

QUADRO Nº 08 - Estrutura de um Corpo de Infantaria.

QUADRO Nº 09 - Cativos fugitivos divididos entre Crioulos e Africanos.

QUADRO Nº 10 - Escravos fugitivos divididos por faixas-etárias.

QUADRO Nº 11 - Cativos fugitivos divididos for sexo.

QUADRO Nº 12 - Cativos Africanos fugitivos divididos por região de procedência da África.

QUADRO Nº 13 - Cativos Crioulos fugitivos divididos por Províncias Imperiais.

QUADRO Nº 14 – “Marcas da escravidão” nos escravos fugitivos para o Estado Oriental, dividido em categorias.

QUADRO Nº 15 – Relação das marcas físicas e ofícios/ocupações dos escravos fugitivos.

QUADRO Nº 16 – Filhos de 1º matrimônio de João Pinto Soares e Maria de Araújo Flores e de 2º matrimônio com Constância Maria da Silva.

QUADRO Nº 17 – Plantel escravo de João Pinto Soares – 1834.

QUADRO Nº 18 – Plantel escravo de João Pinto Soares – 1869.

QUADRO Nº 19 – Filhos de 1º matrimônio de João Pinto Soares e Maria de Araújo Flores.

QUADRO Nº 20 – Filhos de 2º matrimônio de João Pinto Soares e Constância Maria da Silva.

LISTA DE MAPAS

MAPA N° 01 – Província de São Pedro à época da guerra civil Farroupilha, contendo as principais cidades.

MAPA N° 02 - Estado Oriental, contendo a divisão em departamentos em três momentos - 1830, 1837, 1856.

MAPA N° 03 - Estado Oriental, contendo a divisão em departamentos orientais e as regiões fronteiriças com o Império do Brasil e com a Confederação Argentina, meados do Século XIX.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO Nº 01: Ano das fugas dos escravos a partir da “Relação de 1850” de escravos fúgitivos.

SUMÁRIO

Introdução.....21

Capítulo I - *Belicosos anos no sul do Império. Cenário, estrutura, motivações e discursos: O impacto da guerra na experiência cativa.*

1.1) “*Uma população de caráter marcial*”: Compendo os cenários da província que recrutava escravos.....34

1.2) *Uma República de negros e cavalos*: As cavalcadas, as ocupações dos escravos recrutados, as armas e a guerra - algumas aproximações possíveis.....47

1.2.1) *Uma Guerra a cavalo*: Uma especificidade sulina.....49

Necessidades de tropas e promessas de liberdade.

1.3) “*Em tiras de couro cru e panos ordinários*”: Negros cavalarianos e negros infantes na estrutura, organização e logística do Exército Farroupilha.....68

1.4) “*Homens de cor, que estais entre o inimigo, abandonai-os e vindes se apresentar e sereis perdoado e Liberto! Aproveitai-vos*”: A fala dos Farroupilhas e Legalistas.....82

Capítulo II - *Exércitos de homens sós - Os Cativos e a Guerra Civil.*

2.1) *A experiência individual em foco*: um breve enfoque teórico-metodológico.....97

2.2) “*Que dias atrás se juntou aos rebeldes, mas viu que aquela vida não estava boa*”: Muitos motivos para desertar.....102

2.3) *Sinuosos caminhos da Liberdade*: Fronteira, fugas e guerra no Brasil Meridional.....109

2.4) “ <i>Por uma longa e dilatada fronteira</i> ”: Caminhos de mobilidade, caminhos de (in)segurança.....	112
2.5) “ <i>A Relação de 1850</i> ” em análise: Explorando alguns dados sobre fugas escravas pela fronteira Meridional do Império do Brasil.....	124
2.6) <i>Sob as marcas da escravidão</i> : Descrição física, corpo, saúde e ocupação escrava na fronteira sul do Brasil através da lista de fugas.....	136

Capítulo III - *Exércitos de homens sós II* – Precariedade, ambigüidade e mobilidade nas trajetórias dos cativos na guerra.

3.1) <i>Fuga para dentro</i> . Sobre o ser soldado e ser cativo em tempos de guerra – Alexandre Cabinda.....	148
3.2) <i>Em nome do pai, da legalidade, do trono e da lei</i> : Sobre ser soldado e ser liberto em tempos de guerra - o crioulo Moisés de Souza Netto.....	164
3.3) <i>Sobre ser cativo, ser soldado e ser liberto pela belicosa fronteira meridional</i> : O africano campeiro Francisco Cabinda.....	175
3.4) <i>Compadrio em tempos belicosos</i> : o pardo velho e muito amigo, Martinho Zeferino da Cunha.....	186

Capítulo IV - *O que foi feito de nós: o pós-guerra e alguns (des) caminhos*.

4.1) <i>Do front à caserna</i> : Algumas considerações sobre os anos pós-guerra civil Farroupilha.....	206
O destino dos soldados Lanceiros Negros revisitado.	
4.2) “ <i>A longa travessia de Caronte</i> ”: Da barca “Triunfo da Inveja” à vida da caserna na Corte Imperial.....	219
4.3) <i>Soldados e comandantes</i> : diferentes significados para o mesmo contexto.....	229
4.4) “ <i>Não é possível acreditar o boato que corre neste Arsenal, o dizer-se e o tratar-nos como escravos da nação</i> ”: Africano, liberto, soldado, insubordinado: Salvador Braga e outros malungos.....	230

4.5) <i>Guerra encerrada, problema posto</i> : Salvador Braga e o abaixo-assinado à luz do problema de recrutar escravos, do acordo da “pacificação” e do destino dos soldados lanceiros.....	236
4.6) <i>As faces da caserna, entre reivindicações e castigos</i> : O soldado liberto liberto Paulo Lopes Martins e outros malungos.....	243
4.7) <i>A vida na caserna entre sociabilidades e fugas</i> : Africanos livres, libertos de guerra, escravos da nação e soldados nas instituições militares da Corte Imperial.....	251
Considerações Finais.....	258
Referências Bibliográficas.....	270
Fontes.....	297
Anexos.....	304

INTRODUÇÃO

Tudo começou nos idos de 2006, quando eu trabalhei em um projeto do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no Rio Grande do Sul, como historiadora/pesquisadora assistente. Tratava-se de um projeto de cultura imaterial sobre um conhecido evento histórico ocorrido na madrugada de 1844, no Cerro de Porongos¹, durante os anos finais da Guerra Civil Farroupilha. Nesta batalha, um grupo de escravos/soldados foi desarmado previamente e brutalmente dizimado em um combate forjado entre forças imperiais e farroupilhas com o fim de facilitar os rumos e acordos daquela guerra. Este trabalho de pesquisa pretendia reunir sob uma discussão o cruzamento de duas questões bastante instigantes: a primeira consistia em pensar o que era ou poderia ser patrimônio imaterial no Brasil, assunto que àquela época recém começava a ser discutido com amplitude e aprofundamento necessários à complexidade da questão. E a segunda dizia respeito à retomada do debate das discussões sobre o Massacre de Porongos, evento este que sempre figurou como emblemático e polêmico no Rio Grande do Sul.²

A amplitude e importância do projeto, que visou inventariar memórias e narrativas orais na localidade onde o dito combate ocorreu levou-me aos arquivos, juntamente do colega Vinicius Pereira de Oliveira, então historiador responsável pela pesquisa. Estávamos em busca de documentação que desse suporte às narrativas coletadas. Concomitante à pesquisa documental, nos detivemos em tomar conhecimento de tudo que havia sido publicado sobre o assunto.

Ao fim de cerca de seis meses de pesquisa, havíamos chegado à conclusão que as fontes primárias sobre os escravos no Rio Grande do Sul eram abundantes – constatação que não era nossa, somente corroborava uma historiografia que vinha se

¹ Este Cerro localiza-se no Município de Pinheiro Machado/RS.

² Massacre de Porongos foi o nome convencionado pelo grupo de pesquisadores envolvidos no projeto, ao findar deste trabalho de pesquisa. A saber, o grupo era composto por antropólogos, historiadores e geógrafos contratados para a realização da dita pesquisa sobre Patrimônio Imaterial. A historiografia tradicional do Rio Grande do Sul por muito tempo chamou este evento de Combate ou Batalha de Porongos, expressão que denotava o entendimento desta mesma historiografia do evento.

consolidando através de pesquisas sobre escravidão no Rio Grande do Sul; todavia, estas mesmas pesquisas ainda careciam de aprofundamento e olhares mais detalhados no tocante ao evento específico citado acima. Trabalhos sobre escravos/soldados/lanceiros e mesmo sobre a participação escrava na Revolta Civil Farroupilha quase inexistiam ou eram tangenciais. Dentre esta produção, havia alguns importantes trabalhos clássicos de historiadores, muitos trabalhos de diletantes (militares, jornalistas), e ainda tantos outros produzidos em outras áreas de conhecimento. Poucos haviam sido os trabalhos acadêmicos a pesquisar especificamente a questão, fosse por que consideravam o assunto como encerrado, fosse pela dificuldade de uma pesquisa que demandava se aventurar por diversos arquivos a buscar nomes e a seguir rastros destes escravos. O componente ideológico que o assunto comportava também pode ter servido como barreira à ausência de trabalhos renovados, uma vez que “mexer” em tal questão implicava diretamente em “tocar” em construções identitárias, mitos e heróis solidamente construídos. Ou ainda porque se pensava ser um assunto já tratado em demasia, com pouco ou nada mais a se dizer e/ou pesquisar. As justificativas eram várias, mas nunca me convenceram. Para além do que já havia sido dito e pesquisado, eu acreditava que para encontrar os rastros sobre a vida (e morte) dos escravos na guerra, era necessário um trabalho de pesquisa ao mesmo tempo mais minucioso e microscópico em termos de busca documental, e amplo em termos de arquivos a serem pesquisados.

E foi assim que em meio à pesquisa documental para o projeto de patrimônio imaterial meu colega Vinícius encontrou o primeiro indício de que este era o caminho. Francisco Cabinda, um velho africano, aparecia como o primeiro protagonista das muitas vidas de escravos/soldados na Revolta Civil Farroupilha (e de alguns outros conflitos também, que se entrecruzaram àqueles anos nos confins meridionais do Império brasileiro). O projeto do IPHAN acabou e Francisco Cabinda havia ficado como um filho único à espera de outros malungos para dar consistência à conformação de um estudo que demonstrasse a presença e importante participação daqueles escravos naqueles anos de guerra. Desde então, nunca abandonei Francisco Cabinda. No ano de 2008 ele passou a fazer parte de meu projeto de doutorado.

Amparada por nomes que ia encontrando na documentação, entendi que a busca nominal era a alternativa que podia oferecer não só uma pesquisa mais frutífera em termos de trajetórias e presenças escravas na guerra como também era a forma pelo qual eu poderia me afastar dos lugares-comuns que aquela temática havia adquirido no

âmbito da historiografia que até então havia dado conta do assunto. Da mesma forma que me parecia ser o caminho para ter algo novo a oferecer enquanto uma tese de doutorado. O conhecimento da historiografia específica sobre a Guerra Civil Farroupilha, ainda que amplamente tradicional somado a alguns trabalhos acadêmicos já clássicos sobre os escravos naquele contexto apontavam alguns rumos para a busca destes escravos em arquivos.³ Aqui se faz necessário uma explicação: o massacre de Porongos se referia de forma específica a um grupo de escravos que teriam sido soldados àqueles anos: os lanceiros negros – divididos em Primeiro e Segundo Corpo de Lanceiros Negros à Cavalo -, recrutados pelos rebeldes Farroupilhas em troca de liberdade ao final do conflito. Foi sobre estes escravos que giraram a maioria das interpretações quando se falava em presença escrava naquela guerra.

Todavia, a participação escrava na guerra não se limitou àqueles dois corpos recrutados pelos rebeldes Farroupilhas. Tampouco se limitou apenas a soldados que lutavam ao lado da causa rebelde. Assim como tampouco se limitou aos corpos de Cavalaria. A infantaria (de ambos os grupos litigantes) esteve repleta deles. É possível perceber, nos anos de guerra, que os escravos da Província de São Pedro estiveram presentes, direta ou indiretamente, nas mais diversas atividades ligadas à guerra. Estes escravos estiveram nos exércitos formais, como soldados legalistas ou farroupilhas e nos bandos das elites sulinas; muitos atuando nos dois lados da guerra. Se inicialmente os indícios historiográficos apontavam o rumo de muitos soldados lanceiros como a Corte Imperial e a decorrente incorporação dos mesmos aos exércitos comandados por Caxias (comandante legalista e responsável pelos acordos que puseram fim à guerra), como parte dos acordos de cessar fogo, a presença de escravos em outras tantas funções assim como também nas tropas legalistas complexificou a participação escrava na guerra e os caminhos se abriram à investigação na mesma medida em que se ampliaram os nomes e os percursos tomados.

Neste sentido, buscar nos Arquivos do Rio de Janeiro os rastros destes escravos lanceiros era imperioso. Todavia, se para além dos escravos lanceiros outros tantos estiveram na guerra em outros corpos/funções e mesmo em outro lado que não o rebelde/farroupilha, fez-se necessário redesenhar tanto a proposta de pesquisa como a forma pelo qual eu poderia encontrá-los. Assim, ampliei a busca para além dos escravos

³ LEITMAN, Spencer Lewis. *Raízes Sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no séc. XIX*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; FLORES, Moacyr. *Negros na Revolução Farroupilha. Traição em Porongos e Farsa em Ponche Verde*. Porto Alegre: EST Edições, 2004.

lanceiros e passei a pensar em trajetórias negras na guerra, de forma que isso pudesse dar conta da pluralidade das experiências negras que as fontes vinham apontando. Da mesma forma, o período analisado foi ampliado e os anos da guerra civil (1835-1845) passaram a ser pensados acrescidos de cinco anos mais (1835-1850), para que eu pudesse acompanhar a desmobilização da guerra e os rumos dos escravos após os acordos de cessar fogo. Todavia, se ampliar o lócus temporal foi uma escolha acertada essa ampliação não ocorreu sem criar outra demanda: foi necessário agregar questões referentes aos anos pós-guerra, sobretudo no que dizia respeito à fronteira e a guerra que se desenhava entre o Estado Imperial e a Confederação Argentina. Os anos que se seguiram ao cessar fogo na Província sulina não foram exatamente anos completamente tranquilos: sim, o Império brasileiro havia conseguido cessar à duras penas os longos e sangrentos dez anos de guerra civil na província sulina – no entanto a localização geográfica da Província de Rio Grande de São Pedro, fronteira aos Estados Oriental e Argentino, fazia da região fronteira espaço importante em diversas questões como fugas, contrabando e movimentação de tropas, visto que a conhecida Guerra Grande no Estado Oriental estava à pleno vapor. Assim, se o espaço da fronteira meridional do Império desde os anos da guerra civil Farroupilha já merecia ser considerado, nos anos posteriores ao final dela adquiriram contornos ainda mais importantes na nossa análise. Muitos escravos que lutaram os anos da guerra civil e que não necessariamente se limitaram aos corpos de lanceiros negros dos rebeldes – estiveram também envolvidos com estas movimentações fronteiriças, fosse através das fugas, fosse por suas presenças em tropas militares e policiais do lado de lá do território da província sulina, ou ainda em situações em que estas duas questões se combinaram, como fugas seguidas de recrutamentos (compulsórios ou espontâneos). Muitos destes homens foram soldados fronteiriços, usando das suas experiências belicosas por onde passaram. Ainda que estejamos de acordo com a historiografia que tem pensado sobre o exército e as guerras enquanto locais imensamente preteridos pela população passível de recrutamento, muitos escravos souberam positivar algumas das experiências vividas naquele hostil ambiente. Estas experiências não foram super-racionalizadas e sim conformadas dentro do espectro de variáveis que iam aos poucos se apresentando aos escravos. A imprevisibilidade e as escolhas se cruzaram a todo momento, levando muitos cativos a caminhos diversos dentro do próprio território do Império brasileiro, bem como bastante opostos entre si, como àqueles que direcionaram cativos à fronteira com os países vizinhos.

Constatada essa multiplicidade de experiências apreendida nas fontes, concomitantemente se desenhava o problema da tese. Este trabalho se situa no cruzamento historiográfico da Nova História Militar com a História da Escravidão, dentro de um amplo espectro conhecido como História Social. Assim, pensamos estar propondo uma história social da escravidão na guerra, onde as trajetórias, o olhar micro, a perseguição de rastros/indícios busca propor um entendimento complexo das experiências cativas em tempos de guerra.

Como a historiografia da escravidão já demonstrou, a alforria era um recurso que não estava disponível a todos, sendo, portanto, necessário captar as experiências plurais pelas quais os cativos acionavam eficientemente esta via de burlar a escravidão. Mesmo que a historiografia recente sobre a história militar reitere a idéia de que o recrutamento era feito majoritariamente de forma compulsória, acreditamos que muitos escravos faziam da vida de soldado uma oportunidade considerável para o agenciamento de suas liberdades, mesmo que dentro de estreitos limites de ação. Caracterizada geopoliticamente pelo seu caráter fronteiriço (inclusive com países que aboliram a escravidão ao longo do processo de suas independências) e pelo grau de militarização que sua sociedade apresentou desde os primeiros tempos da ocupação dos Campos de Viamão, a província de São Pedro viveu momentos de rara tensão na luta entretida por suas elites entre 1835 e 1845. As expectativas de liberdade dos *negros em armas* interagiram com os discursos das elites – principalmente farroupilhas – gerando uma cultura política heterogênea, mas potencialmente radical, onde conceitos abstratos como cidadania e liberdade foram colocados em prática nas agências cotidianas dos ex-escravos.

A partir da hipótese central da tese decorrem algumas questões que tentamos responder ao longo do trabalho:

1) Como este universo belicoso, fronteiriço e militarizado poderia agir, interferir ou mesmo criar condições excepcionais nas vidas dos cativos que viviam àquela conjuntura?

2) Como os cativos operacionalizavam as situações de guerra, de mobilidade, de desorganização social, de recrutamentos ostensivos em suas vidas?

3) Como as relações tecidas – verticais e/ou horizontais podiam lhes abrir novos caminhos?

4) O que a vida de soldado poderia lhes oferecer, para além da guerra e da morte iminente?

A historiografia que amparou a proposta desta tese é bastante ampla, todavia meu problema foi definido por questões suscitadas pela já extensa e importante historiografia da nova história militar brasileira.⁴ Discussões internacionais neste sentido também foram importantes, ainda que elas estejam mais presentes de forma diluída em minhas reflexões do que explicitamente demonstrada na tese.⁵ A produção historiográfica brasileira de nova história militar tem reiterado a afirmação de que os indivíduos mais desvalidos socialmente – englobando aqui um amplo grupo - eram os mais onerados pelo recrutamento compulsório, ainda que alguns trabalhos tenham avançado esta questão no sentido de visualizar no seio dos grupos subalternos, diferenciações importantes neste quesito.⁶

Todavia, ainda que escravos por lei não pudessem ser recrutados essa situação não impediu o recrutamento de cativos durante as guerras civis que assolaram o território do Império ao longo da primeira metade daquele belicoso século. Em se

⁴ IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos durante a década de 1860. *Revista Estudos Históricos*, Brasil, v. 27, p. 84-109, 2001; _____. *O Cerne da Discórdia. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2002; _____. Escravidão, federalismo e democracia: a luta pelo controle do Estado nacional norte-americano antes da Secessão. *Topoi*. Rio de Janeiro, p. 47-81, março de 2003; CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004; PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros. São Paulo, Edusp, 2002; POSSAMAI, Paulo César. O Recrutamento Militar na América Portuguesa: O Esforço Conjunto para a Defesa da Colônia do Sacramento (1735-1737). Artigo publicado na Revista de História, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, nº 151, 2º semestre de 2004, pp. 151-180; MENDES, Fábio Faria. “A Economia moral do recrutamento militar brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 38, São Paulo, out. 1998.

⁵ CHAMBERS II, John Whiteclay. *To Raise and Army. The draft comes to modern America*. London: Collier Macmillan Publishers, 1987; FORREST, Alan. *Soldiers of the French Revolution*. Duke University Press, 1990. p. 1-25; 59-88; MCBETH, Michael. The Brazilian recruit: slave or soldier? In: ALDEN, Dauril; DEAN, Warren (Org). *Essays concerning the socioeconomic History of Brazil and Portuguese India*. Gainesville: The University Presses of Florida, 1977. p. 71-86; VOELZ, Peter M. *Slave and Soldier. The Military Impact of Blacks in the Colonial Americas*. New York and London: Garland Publishing, inc, 1993; COSTA, Fernando Dores. "Capitalistas e Serviços: Empréstimos, Contratos e Mercês no Final do Século XVIII". In: *Análise Social*, vol. 27, no. 116-117, pp. 441-460, 1992; _____. "Os Problemas do Recrutamento Militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da Nação". In: *Análise Social*, vol. 30, no. 130, pp. 121-155, 1995; COSTA, Fernando Dores. "Os Problemas do Recrutamento Militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da Nação". In *Análise Social*, vol. 30, no. 130, pp. 121-155; LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude, (orgs.) *A História dos Jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; BEATTIE, Peter. *The Tribute of Blood. Army, honor, race and nation in Brazil, 1864-1945*. Durham and London: Duke University Press, 2001; TILLY, Charles. *Capital, Coerção e Estados Nacionais*. São Paulo, Edusp, 1996; CENTENO, Miguel Angel. *Blood and debt: war and the nation-state in Latin America*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University, 2002; CENTENO, Miguel Angel. *Blood and Debt. War and the Nacion-Estate in Latin American*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2002; BROWN, Christopher Leslie; MORGAN, Philip D. *Arming Slaves. From Classical Times to the Modern Age*. New Haven and London: Yale University Press, 2006; COTTA, Francis Albert. O sistema militar corporativo na América Portuguesa. In: *O Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005. p. 1-35.

⁶ MEZNAR, Joan E., "The Ranks of the Poor: Military Service and Social Differentiation in Northeast Brazil, 1830-187". In: *Hispanic American Historical Review*, 72:3 (August 1992), 335-351.

tratando da província do Rio Grande de São Pedro, por sua posição meridional e fronteiriça, esta afirmação só se reforça, visto os mais de trinta anos de guerras nos oitocentos. Contudo, pouco se sabe ainda sobre estes recrutamentos. Embora não partamos de uma comparação entre o recrutamento dos ditos homens livres pobres e de escravos - e não é nosso intuito fazê-lo aqui - é impossível deixar de formular questões à luz do que a historiografia já tenha dito.⁷ Neste sentido, nos perguntamos se a condição jurídica e a experiência do cativo não eram suficientes para que uma análise sobre o recrutamento de escravos fosse levada a cabo. A historiografia tem afirmado também que o exército e as tropas eram um lugar indesejado pela maioria da população recrutável⁸ por suas condições extremamente hostis apresentadas ao longo de todo processo de estruturação do mesmo enquanto importante braço burocrático do Estado Imperial.⁹ Neste sentido, o exército teria sobre as populações recrutáveis um efeito inverso àquele proporcionado pela Guarda Nacional.¹⁰ Esta, desde sua criação teria atuado como local de status aos indivíduos que dela fizessem parte, conferindo privilégios e uma qualificação positiva aos sujeitos. O exército, segundo José Murilo de Carvalho não se constituiu em um espaço que conferisse cidadania.¹¹ Contudo, estas assertivas tem sido válidas no que concerne aos homens livres passíveis de recrutamento.

Já os escravos não parecem, no entanto, partilhar do mesmo entendimento. Através das reinvidicações encaminhadas por um grupo de escravos que estudamos aqui – os soldados libertos remetidos à Corte Imperial em 1845 – nossa análise se encaminhou para uma visão do exército enquanto um lugar social possível de ser ocupado por eles e passível de conferir-lhe direitos. Se não se constituiu em um lócus formal de cidadania, ao menos foi, através dos questionamentos cativos um lócus de discussões sobre a mesma. Entretanto, este entendimento não foi o único possível aos escravos que estiveram em guerra naqueles anos. Alguns optaram pela fuga da farda,

⁷ CASTRO, Jeanne B. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

⁸ McBETH, Michael. The Brazilian recruit: slave or soldier? In: ALDEN, Dauril; DEAN, Warren (Org). *Essays concerning the socioeconomic History of Brazil and Portuguese India*. Gainesville: The University Presses of Florida, 1977. p. 71-86.

⁹ RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: Milicianos e Guardas-Nacionais no Rio Grande do Sul*. Santa Maria: ED. da UFSM, 2005.

¹⁰ RIBEIRO, José Iran, *Op. cit.*, 2005; IZECKHSON, Vitor, *Op. cit.*, 2004; MUGGE, Miquéias Henrique. *Eles estão prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania. Província do Rio Grande do Sul segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado, Unisinos, 2012; GOLDONI, Aline. *Guarda Nacional e relações de clientela: as dificuldades enfrentadas pela elite fluminense para manter as relações de clientela com a Guarda Nacional durante a Guerra do Paraguai*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2008.

¹¹ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

outros ainda por permanecerem escravos uma vez que não viram naquela liberdade fardada segurança. Houve ainda aqueles que trocaram de lado durante a guerra, calculando ganhos e investiram em relações verticais. Estes diversos usos políticos da guerra pelos escravos estiveram mediados por um conjunto de ideias circulantes àqueles anos na Província de São Pedro.

Os anos de independência tanto no Brasil como nos países vizinhos ao Império, sobretudo aqueles que bordejavam o Rio da Prata, ainda que separados por processos políticos bastante distintos, fomentaram na região fronteira um mosaico/miríade de discussões, ideias e experiências interessantes. A experiência concreta da Revolução Haitiana, passando pelas guerras de independência nos países hispano-americanos, em especial a “Revolução de Mayo” e as propostas artiguistas que conformaram a Independência da Banda Oriental tiveram efeitos na experiência dos grupos populares e escravos desta região, ainda que às vezes somente sultamente captáveis. Nada estava tão distante do universo escravista do Rio Grande de São Pedro. Como ressalta Álvaro Nascimento, em momentos de guerras, revoltas e crises que ameaçavam à ordem, o significado da palavra “Liberdade” poderia ter variadas interpretações de significados.¹²

A guerra e a escravidão foram elementos constitutivos do sistema escravista desde a antiguidade. Gabriel Aladrén, em trabalho recente, apresenta esta importante relação dividida em três pontos. O primeiro ponto diz respeito à guerra enquanto produtora de escravos; um segundo onde a guerra é percebida como momento de utilização de escravos e libertos para a produção de soldados formais ou informais e, um terceiro momento - onde centra sua tese - da relação posta entre a guerra e os conflitos militares como desagregadores de sociedades escravistas.¹³

O conflito que trabalhamos, a Revolta civil Farroupilha, e o recrutamento de escravos levado a cabo na mesma esteve em consonância com as práticas de recrutamento operadas na América Hispânica em seus processos de independência à medida que teve por fim o aumento emergencial de efetivos militares. Nos países hispano-americanos esta conjuntura colocou em segundo plano o direito à propriedade. Na província de São Pedro, durante a Revolta Civil Farroupilha, o direito à propriedade foi amplamente defendido, mas testado em seus limites, pois, querendo ou não as elites rebeladas lançaram mão da prática de recrutamento de escravos aos moldes dos países

¹² NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Do Cativo ao Mar. Escravos na Marinha de Guerra. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 85-112, 2000.

¹³ ALADRÉN, Gabriel. “*Sem respeitar fé nem tratados*”: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835). Tese de Doutorado: UFF, 2012.

do Prata, mas eram parte do o império brasileiro, largamente assentado na mão de obra escrava e na defesa da propriedade privada. Ainda que nos países hispano-americanos a escravidão tenha entrado em processo de enfraquecimento concomitante às guerras de independência e que nestas o grau de participação popular tenha sido bastante amplo e, portanto, diferente do ocorrido na independência política do Brasil, onde a participação popular foi exceção, podemos afirmar que houveram semelhanças consideráveis na Província sulina a partir de 1835. Se a participação de grupos subalternos não foi uniforme e tampouco geral no território luso-brasileiro neste momento, houve exceções importantes em algumas províncias, não só nos anos imediatos à emancipação brasileira, como posteriormente, por conta da eclosão das chamadas revoltas regenciais.¹⁴

A história da Província do Rio Grande de São Pedro será aqui entendida dentro de seu caráter excepcional no contexto da História do Império. Esta revolta regencial teve características específicas no tocante às reformas políticas dos anos trinta do século XIX, já demarcadas historiograficamente, mas foi também, em termos militares, um misto das práticas vivenciadas anos antes pela *cuenca del plata*, o que lhe confere complexidade e especificidades.¹⁵ As propostas de liberdade através das participações armadas nas contendas foi prática comum tanto na Banda Oriental como nas Províncias Unidas do Rio da Prata e na Província do Rio Grande do Sul. O “módus operandis” consistiu em recrutar escravos para as fileiras militares nos momentos sempre mais críticos de guerra oferecendo a eles, através de uma retórica, a liberdade ao findar dos conflitos. Da mesma forma que inexistiu entre estas elites dirigentes qualquer prática que se aproximasse de um abolicionismo amplo e irrestrito.

¹⁴ KRAAY, Hendrik. *Race, state, and armed forces in independence-Era Brazil: Bahia, 1790"s-1840"s*. California: Stanford University Press, 2001; CARVALHO, Marcus J. M. Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste, 1817-1848. In: JANCSÓ, István. (Org.). *Independência: História e Historiografia*. 1 ed. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005, v. 1, p. 881-914; CARVALHO, Marcus J. M. "Outro lado da Independência: quilombolas, negros e pardos em Pernambuco (Brasil), 1817-23". In: *Luso-Brazilian Review*, v. 43, n. 1, 2006, p. 1-30; Silva, Luiz Geraldo. "O avesso da independência: Pernambuco (1817-24)". In: Malerba, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 343-384.

¹⁵ LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da guerra dos farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; GUAZZELLI, César Augusto. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Tese de Doutorado em História, Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, 1998; RIBEIRO, José Iran. "*De tão longe para sustentar a Honra Nacional*": Estado e Nação nas trajetórias de militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, 2009; PESAVENTO, Sandra Jatavy. *Uma certa Revolução Farroupilha*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial. Vol. II, 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Assim, a segunda relação histórica apresentada por Aladrén nos parece pertinente e mais próxima da nossa análise. Ao aproximamos a revolta civil farroupilha às guerras de Independência no Prata, por suas semelhanças ao usarem em seus momentos belicosos o recurso do braço escravo para os fronts de guerra, queremos por em evidência que estas participações escravas tiveram efeitos sobre a vida cativa à medida que estes se utilizaram das guerras para buscar ampliar seu espectro/horizonte de vida dentro do sistema. Neste sentido, podemos pensar esta guerra conforme o segundo ponto levantado por Aladrén, no qual o conflito aqui tratado pode ser pensado como uma produção de soldados em momentos críticos das contendas militares e que teve efeitos diretos sobre muitas vidas.¹⁶ As atuações individuais de cativos bem como a experiência coletiva de um grupo específico deles – os lanceiros negros remetidos à Corte Imperial ao fim do conflito não pôs em cheque a ordem escravocrata, mas forneceu questionamentos àquela ordem, dentre tantas outras que se seguiram a partir da segunda metade do século XIX.

A tese está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresento o que chamei de belicosos anos no sul do Império, onde componho o cenário, a estrutura, as motivações e discursos da Revolta Civil Farroupilha no tocante ao recrutamento de escravos. Trata-se de explicitar através da estrutura e organização da guerra o impacto da mesma na experiência escrava na Província do Rio Grande do Sul. Optei neste capítulo por não construir um tópico aos moldes tradicionais sobre o desenvolvimento desta revolta regencial e sim por acessá-la através da discussão em torno da escravidão. O segundo capítulo versa sobre diversos aspectos da relação escravidão e guerra. Trata-se do capítulo mais dilatado, onde começamos a ampliar o horizonte das possibilidades da guerra em torno da experiência cativa, apresentando as deserções internas, as nuances da vida em guerra, desde os engajamentos voluntários aos compulsórios, as fugas pela fronteira, bem como a utilização da mesma pelos cativos. Fazemos ainda considerações específicas sobre questões suscitadas pela documentação – uma lista de cativos fugidos – apresentando alguns dados trabalhados a partir dela, como divisões entre crioulos e africanos, sexo, faixa etária e regiões de procedência e/ou naturalidade. Ainda a partir desta documentação foi possível, através das descrições físicas dos escravos, levantar algumas questões envolvendo a saúde e ocupação dos mesmos na fronteira sul do Brasil.

¹⁶ ALADRÉN, Gabriel. *Op. cit.*, 2012, p. 27-34.

O terceiro capítulo apresenta os diversos caminhos e condições disponíveis aos escravos na guerra, através de quatro trajetórias que foi possível reconstruir de forma mais consistente – ainda que marcadas por lacunas importantes impostas tanto pela documentação como por questões próprias ao trabalho metodológico de perseguir rastros de vida de grupos subalternos. As trajetórias dos quatro escravos (dois africanos e dois crioulos) apresentam questões como as ambiguidades e a precariedades da vida de liberto de guerra, as relações possíveis de serem tecidas verticalmente através de laços de clientela como o compadrio, relações estas também estruturadas em laços de lealdade delicadamente construídos e ancoradas nas habilidades ocupacionais dos cativos. Mobilidade e experiência de guerra são elementos discutidos. A margem de escolha dos escravos também emerge através destas trajetórias, conferindo certo grau de autonomia ao indivíduo, dentro dos limites possíveis daquela sociedade escravista. E por fim, a possibilidade de ascensão social também é contemplada. Todas estas questões possuem em comum o traço da guerra, que se interpõe como conjuntura que estrutura – mas não determina – a experiência destes escravos. Quando falamos de trajetórias não pensamos em direções lineares, mas em projetos sinuosos e que requeriam reajustes constantes de rota. Pensamos o tempo da guerra civil – considerando sua preparação, duração de fato e consequências imediatas – como um cruzamento de várias trajetórias de indivíduos que estavam investindo na obtenção de mais autonomia e liberdade.

O quarto e último capítulo se detêm em desvendar os rumos tomados pelos escravos que foram soldados na Revolta Civil Farroupilha. Na impossibilidade de traçar todos estes caminhos de forma consistente em suas diversas faces - desertores, quilombolas, novamente escravos, homens armados de caudilhos, escravos da nação, militares – me centrei em um grupo específico e em um destes rumos – os lanceiros negros que foram remetidos à Corte Imperial ao término do conflito. A partir do cruzamento de informações, consegui traçar, ainda que parcamente – um pouco da vida vidas destes homens na caserna. No entanto, antes disso apresento uma discussão sobre os anos pós-guerra bem como considerações sobre o que chamei de *longa travessia*, isto é, a remessa de escravos de guerra para a Corte Imperial, analisando as implicações decorrentes desta questão. As trajetórias destes libertos/soldados vão sendo recompostas como uma colcha de retalhos, onde consegui, para alguns, informações desde seus embarques – alguns forma remetidos aos poucos e uma maioria de forma coletiva – até os reencontrar nas fontes por diversas instituições militares da Corte Imperial no Rio de Janeiro. A discussão deste capítulo está centrada no abaixo-assinado coletivo feito pelo

grupo de libertos remetidos do Rio Grande do Sul após a guerra, endereçado ao Imperador. O africano Salvador Braga é aqui personagem central. Apresento também outras reivindicações, onde aparece o protagonismo de outros libertos que foram soldados no sul do império, denunciando suas péssimas condições de vida, coação e violência. Estas manifestações coletivas pretendem dar coesão e legitimidade a muitas das discussões e afirmações feitas nesta tese. São apresentadas aqui discussões específicas ao problema de recrutar escravos e a relação com a incorporação dos mesmos ao exército. Assim, ao apresentar um olhar minucioso do dia-a-dia da destes homens na caserna, duas questões ficam evidentes a partir desta reconstrução: 1) A pressão destes homens pela definição de suas vidas e do seu status ocupacional, pois estar na caserna não fazia deles soldados (a grande maioria viveu anos a fio como serventes – uma espécie de faz tudo nestes espaços); 2) E a indecisão ou incapacidade do Estado Imperial através das instituições militares e de seus representantes de gerir e dar encaminhamento a estas demandas.

Na imprecisão, ambiguidade e precariedade da liberdade proporcionada pelo tipo de liberdade que a guerra havia dado, estes homens viveram ao menos por cerca de cinco anos nestas instituições militares. Mas não foram únicos. Conviveram e forjaram relações com diversos outros que estavam lá depositados, como prisioneiros/soldados de guerra remetidos de outras províncias, menores aprendizes, escravos da nação e africanos livres. A existência de outros homens naquelas instituições pertencentes a grupos bastante heterogêneos nos parece ter sido importante para que os soldados libertos da província sulina pudessem reinventar suas vidas e discutir suas condições. Este contato pode ter agido como um incremento e incentivo tanto às reivindicações que fizeram como a própria politização que os conformou. Era sem dúvida, um ambiente hostil que precisava ser (re) significado pelos libertos. Mas se houve contato com outros homens na caserna, este mesma interação os fez demarcar uma identidade coletiva e reforçar uma auto-identificação, meio pelo qual descobriram ser a forma mais consistente de cobrar do Estado Imperial aquilo que consideram seus direitos.

Capítulo I

Belicosos anos no sul do Império.

Cenário, estrutura, motivações e discursos: O impacto da guerra na experiência cativa.

Capítulo I - *Belicosos anos no sul do Império. Cenário, estrutura, motivações e discursos: O impacto da guerra na experiência cativa.*

“A guerra é, em sua brutalidade, uma figuração de nós mesmos; instante de um tempo, que para uns significa uma solução, um jogo, um teatro, uma arte e, para outros, uma eternidade insuportável. Em todo caso, a guerra por sua insistência, por sua constância, por sua contínua atualidade, como um passado que não passa, nos leva a pensar se não teria chegado o momento de nos perguntarmos, até quando carregaremos, como as Górgonas da mitologia antiga, a morte nos olhos”
(Jean Pierre Vernant)

1.1) “*Uma população de caráter marcial*”: Compondo os cenários da província que recrutava escravos.

Francisco Cabinda, preto Antonio e o pardo Zeferino: todos os três, escravos na Província sulina nos idos de 1835. Momento no qual um grupo de homens das elites rio-grandenses descontentes com a relação que vinham nutrindo com o poder central - sobretudo desgostosos com a condução econômica e fiscal da província - adentraram os portões da capital Porto Alegre, a vinte de setembro. Eram os rebeldes farrapos dando início a uma guerra de dez anos no sul do Império. O que estes escravos tiveram em comum nestes anos foi o fato de terem participado da guerra como soldados, cada qual de uma forma. Cada um por tempo e motivações diferentes. Recrutados, engajados voluntariamente ou seguindo seus senhores, eles exemplificam, mesmo que apenas a título de ilustração, três formas de inserção possível de escravos no belicoso mundo que se (re) estabelecia nos confins meridionais a partir daquele momento.

Durante as últimas duas décadas a historiografia aprofundou o olhar sobre a escravidão sulina e seus meandros, contestando certas visões emblemáticas, expostas nas posições do sociólogo Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, dos historiadores Décio Freitas e Mário Maestri. Esses autores destacaram tanto a presença fortuita do braço escravo na pecuária como a incompatibilidade da escravidão como

ambiente sócioeconômico rio-grandense.¹⁷ Importante contribuição e ajuda aos historiadores da escravidão tem sido prestada por trabalhos que apresentam como foco principal a história agrária, não mais restrita a uma análise estritamente economicista e quantitativa da estrutura fundiária, mas como uma história com um viés social. Os novos estudos sobre as unidades produtivas apresentam uma perspectiva mais complexa que os trabalhos anteriores, visando o entendimento do mundo rural a partir do mosaico de relações sociais nele gestadas.

Helen Osório, em trabalho sobre o Rio Grande do Sul colonial, afirma que o mundo agrário sulino não era um espaço exclusivo de pecuária, comportando igualmente unidades produtivas mistas nas quais a lavoura e a produção de alimentos desempenhavam papéis importantes. Nas palavras da autora, “daí decorre que os escravos estavam presentes em ambas as atividades e não apenas nas charqueadas ou nos incipientes centros urbanos”.¹⁸ O trabalho de Osório é exaustivo e minucioso.¹⁹ Segue a autora a remontar o cenário sulino colonial:

A propriedade de escravos no campo rio-grandense certamente estava disseminada num continuum. Num extremo, encontravam-se famílias camponesas que contavam apenas com a sua mão-de-obra familiar, passando por pequenos proprietários escravistas (...) e os médios estancieiros (...) até se chegar ao extremo oposto, onde se situava o grupo dos grandes estancieiros, que detinham cada qual 21 escravos em média. Essa constatação não deve obscurecer, no entanto, o fato fundamental que diz respeito à alta disseminação da propriedade escrava entre os inventariados (85%), comparável ao que Fragozo encontrou para o Rio de Janeiro (pouco mais de 90%) no período de 1810-1830. Além disso, a proporção de escravos na população Rio Grande não diferia substancialmente da de outras capitanias da América portuguesa: eram 37, 1% em 1798 e 33,7% em 1805. Suas presenças nas estâncias também foi muito superior ao que se supunha.²⁰

Osório rompe com o consenso sobre os binômios estância-peão e lavrador açoriano-trabalho familiar demonstrando a importante presença africana e crioula na Província de São Pedro. Esse cenário, constituído nos setecentos, parece não ter se alterado durante o período monárquico, quando outro consenso cai por terra. Refiro-me

¹⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; FREITAS, Décio. *O Capitalismo Pastoril*. Porto Alegre: EST, 1980; MAESTRI, Mário. *O Escravo no Rio Grande do Sul: Trabalho, resistência e sociedade*. Porto Alegre: EST, 1984.

¹⁸ OSÓRIO, Helen. Rebanhos, Searas e Roças. Uma aproximação da paisagem agrária do Rio Grande de São Pedro no Período Colonial. In: *Ciência e Ambiente*. UFSM, Santa Maria, semestral, n. 33, jul-dez de 2006; OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

¹⁹ De forma geral, os trabalhos de história agrária se caracterizam por um uso intenso de fontes, como inventários, testamentos, listas nominativas e, censos o que confere uma densidade importante aos trabalhos, os quais, como no caso de Osório, se somam as análises refinadas feitas a partir dos números dados extraídos.

²⁰ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.*, 2006, p. 133.

à propalada incompatibilidade entre a escravidão e a pecuária, enfatizada nos estudos de Fernando Henrique Cardoso. O trabalho de Fernando Henrique Cardoso reveste-se de uma dupla importância: tanto por ser o primeiro trabalho acadêmico sobre a escravidão no Rio Grande do Sul, tendo como eixo de análise as charqueadas; quanto por desmistificar a suposta brandura da escravidão sulina.²¹ Entretanto, como aponta Luis Augusto Farinatti: “Cardoso acabou por excetuar desse quadro as regiões de fronteira com o Uruguai e a Argentina. Segundo ele, ali a possibilidade de contar com os indígenas egressos das Missões teria tornado a escravidão pouco relevante”.²²

Dando sequência às análises de Cardoso (1962), Maestri (1984), autor com enorme obra sobre a temática no Rio Grande do Sul, continuou a reiterar as conclusões do sociólogo por anos a fio. Suas especulações estavam voltadas principalmente para a dificuldade de vigilância exigida pelo uso de cativos na pecuária. Essa dificuldade devia-se a própria natureza das atividades desenvolvidas, como o costeio²³ do gado, que demandavam montaria, mobilidade e outros quesitos com graus de autonomia variáveis, tornando a escravidão incompatível com a pecuária nas análises dos autores acima citados.²⁴ Suas visões sobre a escravidão enfatizavam as relações explícitas de resistência, como a fuga e assassinato de senhores. Essas análises ignoravam os meandros das negociações cotidianas existentes, bem como as formas a partir das quais escravos e senhores construía um mundo relacional, nem sempre antagônico, embora o enfretamento constituísse a lógica mais visível do sistema escravocrata.²⁵ Aos poucos, outras pesquisas devidamente embasadas empiricamente começaram a fazer frente à visão hegemônica de Maestri e seus seguidores.²⁶

²¹ Embora Fernando Henrique Cardoso tenha apresentado um cenário onde havia a presença de escravos em diversas atividades dentro das estâncias charqueadoras, a dita presença se limitava a estas unidades produtivas. CARDOSO, Fernando Henrique...*Op.cit.*, 1977.

²² CARDOSO apud FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010, p. 348.

²³ Costeio, costear: ato de costear o gado; seguir pela costa do rio, mato, banhado, região, etc., reunir o gado freqüentemente em rodeio ou mangueira para amansá-lo e acostumá-lo a obedecer aos campeiros; submeter a costeio. BOSSLE, João Batista Alves. *Dicionário Gaúcho Brasileiro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2003, p.170.

²⁴ A baixa produtividade da economia pastoril; o elevado preço do cativo, a escassa necessidade de trabalhadores, a existência de gaúchos livres, o fato de que o africano, não raro, sequer conhecia o cavalo, o perigo da fuga do cativo campeiro, estão entre as razões arroladas. MAESTRI, Mario. *O escravo no Rio Grande do Sul. Trabalho, resistência e sociedade*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006, p. 73.

²⁵ Sobre este universo relacional, ver o trabalho precursor de: GENOVESE, Eugene. *A Terra Prometida I. O mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979; *O Mundo dos Senhores de Escravos: dois ensaios de interpretação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

²⁶ Os trabalhos de Paulo Zarth são um exemplo disso. ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: UNIJUÍ, 1997; ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: UNIJUÍ, 2002.

Luis Augusto Farinatti, ao concentrar suas pesquisas numa região específica de pecuária sulina (o município de Alegrete) remete para o período monárquico, apresentando o mais consistente trabalho a respeito da utilização de escravos na pecuária. A região focalizada pelo autor consistia em uma larga faixa de fronteira como o Estado Oriental, na qual o uso dos escravos estava disseminado nas mais diversas atividades, inclusive tendo peso significativo na pecuária. Estes escravos labutavam lado-a-lado com peões livres, sujeitos considerados por muito tempo como os únicos protagonistas da mão-de-obra no mundo de pecuária sulina. Farinatti, neste sentido, divide este protagonismo ao demonstrar a presença nada fortuita de crioulos e africanos neste universo, expondo sua complexidade; assim como as relações sociais lá tecidas. A pesquisa de Borucki, Stalla e Chagas (2004), para a o território oriental da fronteira, constatou a presença expressiva dos cativos nas estâncias do lado de lá da linha divisória, corroborando a importância da escravidão, sobretudo entre brasileiros residentes no Estado Oriental. Ambos os trabalhos são ricos em evidências sobre o emprego de escravos na pecuária.

Farinatti destaca a presença significativa de escravos de ofícios especializados, sobressaindo os escravos campeiros, especialmente entre os grandes estancieiros. Estes perfaziam 47% do total de escravos com ocupações declaradas.²⁷ Vale assinalar que estes dados relacionam-se ao intervalo entre 1831 a 1850, englobando, portanto, o período da Guerra Civil Farroupilha. Farinatti ressalta ainda que mesmo os escravos sem ocupações declaradas poderiam ser empregados no costeio do gado. Os homens africanos predominavam entre aqueles que exerciam a função de campeiros. Longe de apresentar um universo homogêneo, tanto no que tange aos senhores como aos cativos, o historiador reflete sobre a fronteira e a região de campanha nos revelando um universo bastante específico e, multifacetado. O período trabalhando por Farinatti é um pouco mais elástico que o por nós delimitado, mas de qualquer forma, abarca todo o tempo da Guerra Civil Farroupilha assim como também a longa faixa de fronteira que nos interessa pensar. Ao tratar da fronteira, Farinatti a situa em relação ao Estado Oriental e suas inúmeras configurações, tanto práticas quanto oficiais, destacando às discussões concernentes à soberania e às disputas pela região. Se após 1828 existia na prática uma divisão internacional, houve também a partir desse momento sobreposição de soberanias, com áreas ocupadas por rio-grandenses (e nunca reconhecidas pelo

²⁷ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Op.cit.*, 2010, p. 150.

Império). E, durante os anos de 1840, quando se aprofundam as divisões políticas internas naquele estado, (com um governo estabelecido na capital Montevideu e outro no Cerrito) outras configurações também se impuseram sobre a população fronteiriça, levando o autor a concluir que os habitantes do extremo sul do Império do Brasil e do norte do Uruguai “estavam bastante conectados, mas eram confrontados com questões trazidas por um nascente limite nacional e por soberanias e conjunturas políticas instáveis e, por vezes, sobrepostas”.²⁸ Neste sentido, relações sociais na campanha gaúcha tinham o trabalho livre, a escravidão e a fronteira como elementos constituintes de sua espinha dorsal.

A (re) integração da campanha ao mapa da escravidão sulina retirou a região das charqueadas da condição de espaço exclusivo da escravidão rio-grandense. Ressalta-se, no entanto, que as charqueadas mantiveram sua importância no cenário da escravidão provincial. As charqueadas pelotenses e seus arredores, com seus rios e canais, tão necessários à atividade de produção do charque, congregavam uma população escrava bastante elevada. “Em média, uns sessenta cativos trabalhavam nas unidades produtivas. Porém, algumas charqueadas ultrapassavam os cem cativos”²⁹. Todavia, novos estudos sobre as charqueadas pelotenses tem surgido e revisto esses números. Bruno Pessi e Jonas Vargas tem se dedicado a repensá-los.³⁰ Vargas, analisando uma quantidade grande de inventários apresenta, para o contexto que nos interessa os seguintes dados: na década de 1840 a média é de sessenta e cinco cativos por charqueada e nos anos de 1850 há uma redução para cinquenta e um cativos. Seus dados são mais precisos e pontuais e contrapõem números anteriormente apresentados, nos parecendo mais fidedignos com o contexto pós-1850, com a abolição do tráfico internacional e a consequente redução nos plantéis.³¹

²⁸ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Op.cit.*, 2010, p. 89-90. Ver ainda: GOLIN, Tau. *A Fronteira. Os tratados de limites Brasil-Uruguai-Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata*. Porto Alegre: L&PM, 2004.

²⁹ MAESTRI, Mario. *Op. cit.* 2006, p. 83.

³⁰ PESSI, Bruno Stelmach. Estrutura de Posse e Demografia Escrava em Pelotas entre 1850 e 1888. V *Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Anais eletrônicos; Porto Alegre: UFRGS, 11 a 13 de maio de 2011. VARGAS, Jonas Moreira. Das charqueadas para os cafezais? O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. V *Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Anais eletrônicos; Porto Alegre: UFRGS, 11 a 13 de maio de 2011.

³¹ Seus cálculos cobrem toda a segunda metade do século XIX: para a década de 1860 são 59 cativos; para a década de 1870, 55 cativos e por fim, uma redução significativa nos anos finais da escravidão - para a década de 1880, 37 cativos. Seus dados contrapõem os números de Ester Gutierrez, que afirma não só, não existir uma redução dos trabalhadores cativos nas charqueadas na década de 1880, como apresentava dados para estes anos superior à média de todas as décadas anteriores. Agradeço

O duro cotidiano do trabalho dos escravos nas charqueadas foi descrito por alguns historiadores. Estes eram “obrigados a labutar cerca de dezesseis horas por dia, de pés descalços, suscetíveis à alta umidade do ar, na beira de arroios e canais. Muitos acabavam vivendo abaixo da média da expectativa de vida, que era de cerca de cinco a sete anos de trabalho efetivo”.³²

É de Pelotas e possivelmente de suas charqueadas que saem as primeiras levas de escravos para as fileiras rebeldes. Quando ainda estavam organizando suas tropas, antes mesmo de ser proclamada a República Rio-Grandense, em princípios de 1836 (mais precisamente a sete de abril deste ano) o General João Manoel de Lima e Silva, levou consigo cerca de quatrocentos a quinhentos escravos para integrarem as tropas que invadiram Pelotas.³³ Ao descrever o mesmo episódio, Spencer Leitman afirma que se não fosse a ação dos charqueadores pelotenses fugindo para Rio Grande – com suas escravarias – os rebeldes teriam feito muito mais soldados.³⁴ Fica nítido, portanto, que estes primeiros escravos que compuseram as tropas rebeldes foram recrutados entre os inimigos da causa Farrroupilha.³⁵

Completando a região sul da província, a cidade de Rio Grande, único porto marítimo da província, também se destaca como importante centro escravista na configuração deste cenário. Embora ainda carecendo de estudos mais aprofundados sobre sua condição portuária e sobre a relação com as experiências cativas que esta configuração podia ensejar, Rio Grande possuía, em meados do séc. XIX (tomemos aqui os dados do ano de 1842, em plena vigência da revolta civil), uma população total

imensamente ao historiador Jonas Vargas por estes dados, ainda inéditos e parte de seu texto de qualificação.

³² GUTERREZ; MAESTRI apud AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra força da Princesa. Polícia, correção e pena de morte em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: Sebo Icária, 2008, p. 39. Importante destacar que os dados sobre as escravarias das charqueadas pelotenses são de trabalhos já clássicos sendo urgente novos estudos sobre a escravidão na região charqueadora. Duas pesquisas recentes e em desenvolvimento estão sendo gestadas: uma dissertação de mestrado sobre família escrava e um tese de doutorado que tem por eixo de análise as elites mercantis pelotenses. Tanto um quanto outro podem já ser considerados contribuições importantes para uma renovação historiográfica sobre a região charqueadora do sul da província sulina. Ver respectivamente: PINTO, Natália Garcia. *Entre os laços das senzalas: o parentesco simbólico entre os escravos em Pelotas (1830-1850)*. V *Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Anais eletrônicos; Porto Alegre: UFRGS, 11 a 13 de maio de 2011; VARGAS, Jonas Moreira. *Op. cit.*, 2011.

³³ Fonte: Relatório do Ministro da Guerra – Justiça, 1836. Brasil, Ministério da Justiça.

³⁴ LEITMAN, Spencer. Negros Farrapos: Hipocrisia Racial no sul do Brasil do séc. XIX. In: *A Revolução Farrroupilha: História e Interpretação*. PESAVENTO (e outros). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, p. 64.

³⁵ Anais do AHRG, Coleção Varela, CV-1924, de 08/06/1841, vol. 03, p. 524; CV-1925, 08/07/1841, vol. 03, p. 524; CV-3640, de 07/11/1839, vol. 06, p. 362. Ver ainda: FLORES, Moacyr. *Op.cit.*, 2004, p.36.

de 6638 pessoas, divididas em 3866 livres (58,24%) e 2772 cativos (41,76%).³⁶ Jovani Scherer, ao trabalhar estes dados aponta para o fato de que a população não estava dividida apenas entre escravos e livres, afirmando que os libertos estariam diluídos entre a categoria dos homens livres. Esta constatação implica uma percentagem muito maior de negros entre a população total de Rio Grande. Scherer identificou na comunidade negra rio-grandina uma forte presença africana, sobretudo da África Ocidental, com predomínio de Minas-nagôs. Percebeu também que a obtenção de alforrias, sobretudo através da compra derivava de uma ação coletiva dos membros desse grupo. Afirma ainda que os africanos de Rio Grande foram mais eficazes que os crioulos em obter sua liberdade. Essa luta baseava-se na conformação (e reinvenção) de uma forte identidade étnica. Essa afirmação contrasta com situações estudadas para outras regiões do Império, nas quais as alforrias foram majoritariamente obtidas por crioulos.³⁷

A capital, Porto Alegre, local do início do conflito, quando a 20 de setembro de 1835 foi invadida por Bento Gonçalves, foi disputadíssima por legalistas e Farroupilhas. Com um único domínio de quase um ano, os rebeldes não resistiram às duras investidas imperiais e perderam Porto Alegre em junho de 1836, quando a cidade retornou às mãos legalistas. Sobre a composição populacional de Porto Alegre, Paulo Moreira ressalta que: “As estatísticas do período imperial, principalmente anteriores a 1872 apresentam dados duvidosos, principalmente quanto ao plantel de escravos”.³⁸ Moreira apresenta alguns dados que, embora posteriores ao conflito sulino dão medida da composição da população cativa para a capital da Província. No ano de 1856 a população total da capital girava em torno de 17. 226. Os livres contavam 12.080 (70,13 %) e os escravos eram 5.146 (29,87%).³⁹ Assim como para Rio Grande, os dados dividem-se entre livres e escravos, ignorando a população liberta, a qual possivelmente estivesse diluída entre aqueles indivíduos considerados livres. Dessa forma, podemos imaginar uma Porto Alegre de meados do século XIX com mais gradações de cores que aquelas apresentadas pelas estatísticas. Mas se não temos dados confiáveis sobre a capital à época da guerra civil, contamos com algumas palavras de um contemporâneo legalista, que, ao que tudo indica, presenciou a invasão da cidade pelas tropas rebeldes. O médico

³⁶ AHRS, Fundo Polícia, Maço 24, Delegacia de Policia - Correspondência expedida, Delegado Antonio Bonow Martins Vianna. *Mapa estatístico ou Breve Notícia da Cidade de Rio Grande*. Ver ainda a análise destes dados em SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de Busca da Liberdade: Alforria e Comunidade Africana em Rio Grande, séc. XIX*. Dissertação de Mestrado em História, UNISINOS, 2008.

³⁷ SCHERER, Jovani. *Op. cit.*, 2008.

³⁸ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem. Experiências sociais no espaço urbano (1858-1888)*. Porto Alegre: EST, 2003, p. 29.

³⁹ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Op. cit.*, 2003, p. 29.

alemão e diretor da colônia São Leopoldo, Daniel Hillebrandt, ao informar seus patrícios sobre a tomada da cidade diz que: “um partido, pela maior parte composto de negros e índios, está ameaçando as autoridades da Província”.⁴⁰

Estas regiões eram, portanto, densamente povoadas por negros, fossem libertos ou escravos, como tentamos demonstrar. O recrutamento de escravos para a guerra civil farroupilha certamente não se limitou às regiões aqui descritas, mas seguramente ocorreu em locais nos quais a escravatura era mais abundante. No entanto, em se tratando de uma guerra de posições, que demandava movimentações constantes -, é muito possível que os recrutamentos, sobretudo àqueles feitos à revelia do escravo, se concentrassem em áreas atravessadas por tropas farrapas ou legalistas e/ou dominadas pelas mesmas, por algum período mais longo. É o que afirma Leitman:

As formas de recrutamento refletiam, muitas vezes, a situação social e militar. De fato, o sistema apresentava problemas porque legalistas e rebeldes freqüentemente alternavam-se no controle de alguns distritos. O governo da República do Rio Grande do Sul, pressionado pelo inimigo, também era obrigado a deslocar-se de um lugar para outro. De Piratini foi para Caçapava, retornou a Piratini, mudando-se depois para Alegrete e, finalmente, para o bagageiro do trem de David Canabarro.⁴¹

Mas é o mesmo autor que ressalta haver, entre tantas regiões, uma prioritária, além de reafirmar o que parece ser uma prática comum aos conflitos bélicos dos quais a região sulina já fazia parte desde pelos menos o séc. XVIII: o recrutamento de escravos do inimigo:⁴²

Os escravos daqueles que haviam permanecido fiéis ao governo central eram uma presa fácil para o exército rebelde e para os recrutadores em áreas dominadas pelos farrapos. Para estes, os escravos tornaram-se “um heróico remédio, baseado no direito de guerra”. (...). Contudo, proprietários de escravos, mesmo quando favoráveis aos rebeldes, não aprovavam intromissões em seus assuntos econômicos. Seus escravos não estavam sujeitos ao recrutamento, apesar dos comandantes de campo ignorarem detalhes legais e aumentarem seus exércitos incorporando negros quando e onde podiam, muitas vezes sem distinguir entre escravos e alforriados, concentrando suas atuação nas charqueadas.⁴³

⁴⁰ BENTO, Claudio Moreira. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: GRAFOSUL/IEL, 1976, p. 172.

⁴¹ Se a guerra tinha a característica de ser volante, isso é tanto mais verdade à medida que ela se aprofundava e os anos iam passando, sobretudo de 1840 em diante. Há vários documentos que demonstram esta situação, para ambos os grupos em litígio. Ver: Arquivo Nacional, Coleção Caxias – Caixa 810 – Pasta nº 05 – código do fundo: OP. LEITMAN, Spencer. *Op. cit*, 1997, p. 67.

⁴² A prática de recrutar escravos dos inimigos já era costume difundido desde pelo menos os conflitos territoriais fronteiriços na região platina do séc. XVIII. BETTANCOURT, Arturo Ariel; APARICIO, Fernando (org.). *Amos y Esclavos en el Rio de la Plata*. Buenos Aires: Planeta, 2006.

⁴³ LEITMAN, Spencer. *Op. cit*, 1997, p. 66.

Assim, se os Farrroupilhas ao longo da guerra estabeleceram certa hegemonia na campanha sulina - e os legalistas um predomínio da capital, tendo Rio Pardo e Rio Grande como pontos importantes e avançados de suas forças (exceto o período de quase um ano em que os rebeldes conseguem ficar na capital da província), é lícito e lógico que pensemos nestes espaços como os locais de onde extraíam suas forças. No entanto é lícito, mas não simples. A partir das situações concretas que constatamos fica difícil generalizar, pois a guerra volante tornava tudo muito complicado. Os inúmeros locais por onde se deram os combates também podem ter sido um ponto de recrutamento ou aprisionamento de escravos de inimigos e estes, não raras vezes, excediam as regiões dominadas por um ou outro grupo político.

A historiografia que tem apontado para essas circunstâncias é pouco expressiva, se limitando a inferir de forma vaga alguns locais ou a reproduzir o que já foi dito, sem muita comprovação. Coube-nos pesquisar e averiguar tais assertivas. Mas, de forma geral, as referências circunscrevem a região das Charqueadas na zona sul do Estado e se referem ao recrutamento feito por rebeldes farrapos. Claudio Moreira Bento aponta que o recrutamento dos rebeldes marchava sobre as Charqueadas de Triunfo para retirar escravos.⁴⁴ Já Morivalde Calvet Fagundes faz menção a escravos sendo recrutados pelos revoltosos em Pelotas.⁴⁵ Spencer Leitman reitera a atuação prioritária dos rebeldes sobre as charqueadas.⁴⁶ Em publicação posterior, Leitman amplia sua afirmativa, ao reafirmar tanto o recrutamento por parte dos rebeldes, como a ideia de que era entre as escravarias inimigas que estes se debruçavam; localizando estas reservas em “Pelotas, Piratini e redondezas”.⁴⁷

Raul Carrion, em estudo mais recente, também afirma que a maioria dos recrutados pelos Farrroupilhas vinham da Serra dos Tapes e do Herval, mais especificamente, de Arroio Grande, Canguçu, Piratini, Caçapava e Encruzilhada.⁴⁸ O autor engloba todas estas localidades à região sul da província, mas na verdade apenas Canguçu e Arroio Grande podem ser consideradas integrantes da região. Os outros três municípios ficam a sudeste da Província. Assim, a região de recrutamento a que se

⁴⁴ BENTO, Claudio Moreira. *Op. cit.*, 1976, p. 163.

⁴⁵ FAGUNDES, Morivalde Calvet. *História da Revolução Farrroupilha*. Caxias: EDUCS, Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985, p. 252.

⁴⁶ LEITMAN, Spencer. *Op. cit.*, 1997, p. 66.

⁴⁷ LEITMAN, Spencer. Os farrapos negros e a política da escravidão. In: *Sonhos de Liberdade: o legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita*. (Orgs.) BARROS FILHO, Omar L. de; SEELIG, Ricardo Vaz; BOJUNGA, Silvia. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2007, p. 56.

⁴⁸ CARRION, Raul. Os lanceiros Negros na Guerra dos Farrapos. In: *Ciências e Letras*. Porto Alegre: FAPA, N. 37, jan/2005.

refere, teria uma amplitude maior em relação à região sudeste, descendo rumo ao sul da Província. Todavia, se conseguimos mapear, mesmo que de forma imprecisa as regiões de recrutamento, não temos condições de afirmar uma concentração do recrutamento sobre as propriedades dos inimigos da causa rebelde, embora a situação apresentada no início da discussão, envolvendo a expropriação de cerca de quatrocentos a quinhentos escravos de Pelotas aponte essa relação.

MAPA Nº 01: Província de São Pedro à época da guerra, contendo as principais cidades:⁴⁹



⁴⁹ Ver ainda outro mapa no ANEXO 01.

Fonte: BENTO, Claudio Moreira. *O Exército Farrapo e seus Chefes*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1992, p. 05.

Se a maioria dos autores que fazem alguma menção às possíveis regiões de recrutamento dos rebeldes farrapos, se referem às charqueadas e suas adjacências no sul da Província, essa alusão se dá apenas a partir de uma suposição pura e simples. Tais afirmativas guardam relação direta com a ideia que estes autores tinham do trabalho escravo no Rio Grande do Sul do século XIX e as áreas prioritárias do emprego do trabalho escravo.⁵⁰ Explico: No entendimento destes autores, as charqueadas eram a área de maior concentração de escravos e onde seu trabalho era imprescindível, portanto constituíam o espaço lógico de onde os rebeldes retirariam os soldados que necessitavam. Embora suas afirmações fossem plausíveis (de que era destas áreas em que se recrutava, ou que era delas que os escravos fugiam para as tropas), existia uma infinidade de outras regiões, empregando escravos com especializações que podiam ser úteis as tropas e a guerra, como a extensa campanha gaúcha. Não queremos com isso negar a importância destes espaços no processo recrutador, mas, ampliá-la para outras regiões. A seguir, discutiremos mais acuradamente as ocupações dos escravos e a relação delas com o recrutamento, bem como os discursos empregados por legalistas e farroupilhas na busca por tropas.

Para finalizar este cenário mais geral da província que recrutava escravos, apresentamos alguns dados populacionais para três períodos: um anterior à guerra, um segundo, quando a mesma é deflagrada, e outro posterior – (em 13 anos) à deposição das armas (e posterior também ao fim do tráfico atlântico). Ao fazermos essa subdivisão pretendemos ilustrar (mesmo que vagamente e com ressalvas da imprecisão dos dados) o Rio Grande negro do século XIX. Para o ano de 1814, apresentaremos duas fontes diferentes - e, portanto, dois quadros em separado:

QUADRO Nº 01: Dados Populacionais para a Província do Rio Grande do Sul em 1814.

POPULAÇÃO	ANO/1814	%
Livres	50.040	70,83
Escravos	20.611	29,17

⁵⁰ Aqui me refiro especificamente a BENTO, Claudio Moreira. *Op. cit.*, 1976; FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Op. cit.*, 1985 e LAITANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1983.

Total	70.651	100
-------	--------	-----

Fonte: LAITANO, Dante de. *Op. cit.*, 1983.

QUADRO Nº 02: Dados Populacionais para a Província do Rio Grande do Sul em 1814.

POPULAÇÃO	ANO/1814	%
Branços	32.300	48,2
Índios	8.655	12,9
Libertos	5.399	8,1
Escravos	20.611	30,8
Total	66.965	100

Fonte: ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades Negras nas Paragens do Sul. Alforria e inserção social dos libertos em Porto Alegre (1800-1835)*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

Há dados semelhantes nestes dois quadros, mas o quadro nº 01 nos apresenta uma divisão menos especificada, apenas baseada no binômio livres e escravos, onde possivelmente a população liberta estivesse inclusa na categoria livre, o que faz com que atentemos para o fato de que a população negra naquele ano fosse superior aos 29,17% apresentados. No quadro nº 02, Gabriel Aladrén apresenta categorias mais detalhadas, com divisões étnicas e jurídicas. Embora os números de escravos coincidam nos dois quadros referentes ao ano de 1814, os números de população negra se elevam, visto que a população total apresentada no quadro dois é menor que a do quadro 01. Assim, se no quadro 02 temos 30,8% de população escrava, se somarmos mais os 5.399 libertos apresentados, temos um número de 38,9% de população negra na Província em 1814, quase dez pontos percentuais a mais que no quadro 01. Passemos agora os dois próximos quadros (03, 04), para o ano de início da guerra civil Farroupilha e para o período situado treze anos após seu término.

QUADRO Nº 03: Dados Populacionais para a Província do Rio Grande do Sul em 1835.

POPULAÇÃO	ANO/1835	%
Livres	260.000	72,3
Escravos	100.000	27,7
Total	360.000	100

Fonte: LAITANO, Dante de. *Op. cit.*, 1983.

QUADRO Nº 04: Dados Popacionais para a Província do Rio Grande do Sul em 1858.

POPULAÇÃO	ANO/1858	%
Livres	282.547	80,0
Escravos	70.880	20,0
Total	353.427	100

Fonte: BAKOS, Margaret Marchiori. A Escravidão negra e os Farroupilhas. In: (Org.) PESAVENTO, Sandra J.; DACANAL, José Hildebrando. *A Revolução Farroupilha: História e Interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

Estes dois últimos quadros são bastante interessantes porque mostram que a população negra manteve-se num patamar superior a 20% da população total da província durante um período de vinte e três anos. O pensamento lógico seria que, segundo os dados de que dispomos, a população livre em 1858 tenha aumentado porque nele possivelmente estivesse embutida a população liberta. Como não é nosso intuito esmiuçar as práticas de manumissão, esperamos apenas ter mostrado as informações sobre o cenário negro da província sulina, apesar da falta de precisão dos dados.⁵¹ O que destaque destes quadros é a oscilação das percentagens da população escrava, entre 20% e 38%. Trata-se de números expressivos se comparados com regiões como São Paulo, que em 1836 tinha um percentual de 28,72% da população como escrava ou ao Rio de Janeiro, que em princípios do século XIX tinha uma população escrava de quase 80 mil indivíduos, constituindo uma das maiores áreas de convergência do tráfico atlântico.⁵² Pelo porto do Rio de Janeiro entraram, entre 1790 e 1830 cerca de 690 mil escravos, 123.590 dos quais entre 1828 a 1830.⁵³ Os números sulinos se aproximam ainda dos números mineiros, que no início da década de 1830 tinha uma população cativa que oscilava entre 22% (norte/nordeste da província) e 40% (zona da mata), num montante total de pouco mais de 400 mil almas.⁵⁴

⁵¹ Ressaltamos que não nos interessa fazer uma análise coletiva das práticas de manumissão, embora algumas delas nos interessem por estarem ligadas de forma específica e pontual à guerra.

⁵² Dados para São Paulo, in: KLEIN, Herbert; LUNA, Francisco Vidal. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 203.

⁵³ REIS, João José. “Nos achamos em campo a tratar da liberdade”: a resistência negra no Brasil oitocentista”. In MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo, SENAC, 2000, p.244-245.

⁵⁴ Dados para Minas Gerais, in: KLEIN, Herbert; LUNA, Francisco Vidal. *Economia e Sociedade Escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830*. REBEP. Campinas, v. 21, n. 2, p. 173-193, jul./dez. 2004.

1.2) *Uma República de negros e cavalos*: As cavalcadas, as ocupações dos escravos recrutados, as armas e a guerra - algumas aproximações possíveis.

Desde que comecei a pesquisar esta temática, há alguns anos atrás, mantive-me intrigada o suficiente para propor as colocações que serão feitas a seguir. Refiro-me às aproximações que tentarei demonstrar, entre o recrutamento de escravos - sobretudo àquele realizado pelos rebeldes - com as função/ocupação que estes escravos desempenhavam, e assim, a importância dessas correlações na composição das tropas que passaram a integrar.

A narrativa de Giuseppe Garibaldi é certamente a mais antiga referência de que temos conhecimento sobre a composição das tropas revoltosas e a presença, entre elas, de uma maioria de escravos domadores de cavalos.

Os terríveis lanceiros (...), todos eles livres e todos domadores de cavalos, tinham feito um movimento de avanço envolvendo o flanco direito do inimigo, que se viu obrigado a fazer-lhes frente também pela direita, em desordem. Os valentes libertos, imponentes pela ferocidade, se faziam mais firmes do que nunca e aquele incomparável pelotão, composto de escravos alforriados pela República, selecionados entre os mais hábeis domadores da Província, todos negros, exceto os oficiais superiores, parecia uma floresta de lanças. O inimigo jamais tinha visto pelas costas estes verdadeiros filhos da liberdade, que tão bem combatiam por ela. Suas lanças, mais longas que o normal, suas caras negríssimas, suas robustas extremidades, endurecidas pelo constante e fatigante exercício, e sua perfeita disciplina, infundiam terror ao inimigo.⁵⁵

Mas, se Garibaldi acima nos descreve, com certo entusiasmo é verdade, a presença de homens selecionados entre os melhores domadores da província - o que justificaria comporem parte da cavalaria rebelde - em outra passagem de suas memórias ele amplia a presença destes escravos para a infantaria⁵⁶:

A gente que me acompanhava era uma verdadeira chusma cosmopolita, composta de homens de todas as nações e de todas as cores. Os americanos, na sua maior parte, eram negros livres ou mulatos, e via de regra, os melhores e mais fies (...). Nossa infantaria, na qual todos, menos os oficiais, eram homens de cor, era excelente e ansiava o combate geral. Grifos Meus.⁵⁷

Assim, se levarmos em conta suas memórias, tanto cavalaria como infantaria farroupilha teriam uma participação efetiva de escravos, onde provavelmente os mais hábeis no manejo com a cavalcada eram destinados à cavalaria e os de outras

⁵⁵ GARIBALDI, Giuseppe. *Memórias*. Buenos Aires: Biblioteca de La Nación, 1910. p 132.

⁵⁶ Embora guardemos os excessos cometidos em narrativas desta natureza, típicas do século XIX e caracterizadas por serem depositárias de “memórias de si”, ou “dos seus”, escrito para eternizar determinadas impressões, acreditamos válida a referência. Ver: RIBEIRO, Renato Janine. *Memórias de si, ou... Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, Vol. 11, n. 21, 1998; GOMES, Ângela Maria de Castro. (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

⁵⁷ GARIBALDI, Giuseppe. *Op. cit.*, 1910.

ocupações, iam para a linha de frente, isto é, a infantaria. Mesmo que a narrativa possa ser exagerada, não pode ser desprezada e nos permite inferir a presença de escravos entre as tropas. Dante de Laitano chega a afirmar que “os negros de pastoreio eram incluídos na cavalaria e os de zonas agrícolas iam para a infantaria, formando assim duas classes” fazendo uma nítida relação entre as ocupações dos escravos e as regiões de produção nas quais eram recrutados.⁵⁸ A historiografia tem reiterado esta narrativa. Carrion afirma que os escravos que compuseram as tropas rebeldes foram, “em sua grande maioria, recrutados entre negros campeiros e domadores”.⁵⁹

Outro relato, este de um soldado/mercenário alemão que viveu dez anos no Brasil, nos oferece um interessante olhar sobre os negros domadores de escravos e suas habilidades equestres. Carl Seidler escreveu seu relato possivelmente em 1833/34, descrevendo a província sulina dos anos 20 do século XIX, antes dos anos belicosos regenciais. Em algum lugar entre o município de Piratini e Rio Pardo, o mercenário alemão se perdera, eis que:

Em boa hora chega um negro, num cavalo negro, quase totalmente redomão⁶⁰, em louca disparada, e à promessa de pequena gorjeta se dispõe a me acompanhar. Acedi com prazer, pois já eu duvidava de ainda este dia avistar viva alma que pudesse indicar-me o caminho certo. Meio patacão que meti na mão do negro despertou pelo seu som de prata uma tal alegria nesse filho dos desertos africanos que ele se prontificou não só a me acompanhar um pedaço de caminho mas até a estância do Capitão Romão, distante 4 léguas de Piratini (...) Seguiu portanto, tão bem como podia o meu engraçado guia. O cavalo do negro, mal domado, mas fozoso e forte, que em vez de freio trazia apenas uma tira de corda trançada de couro de rês, fazia de caminho tão terríveis saltos que a cada momento eu temia fosse o meu companheiro negro arremessado longe, por cima da cabeça da besta selvagem, especialmente porque ele não se mantinha direito, mas se entregava ao balanço como um bêbado a dançar corda. Mas foram baldados todos os esforços do redomão; o ginete, em movimentos balançados, mantinha-se a cavalo e se bem que não pudesse acompanhar-me ao passo sossegado, ele recuperava na correria a distancia que perdia durante os debates entre cavalo e cavaleiro. Ora colhendo a rédea, ora cedendo, ficava ele constantemente para trás, mas quase sempre passava a minha frente, até que avistamos a fazenda, a emergir qual oásis, próximo do seio da vegetação baixa e dos monótonos cômoros de areia apontando-me ele com o dedo e logo retrocedendo como um pé de vento pelo ínvio rumo por onde viáramos.⁶¹

A narrativa é bastante rica na descrição dos detalhes e não podemos deixar de chamar atenção para a perfeita sintonia, entre cavalo e cavaleiro, que tanto chamou atenção do alemão. Em um cavalo totalmente redomão o negro o dominava com maestria. Talvez esta narrativa não faça tanto sentido para àqueles que nunca viram um

⁵⁸ LAITANO, Dante de. *Op. cit.*, 1983, p. 211.

⁵⁹ CARRION, Raul. *Op. cit.*, 2005, p. 07.

⁶⁰ Redomão: diz-se do cavalo novo que ainda está sendo domado, tendo sofrido poucos repasses, não estando ainda bem manso. BOSSLE, João Batista Alves. *Op. cit.*, 2003, p. 438.

⁶¹ SEIDLER, Carl. *Dez Anos no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2003. p. 300.

peão sobre o cavalo e para aqueles que desconheçam o longo, lento e paciente processo necessário à doma de um cavalo chucro, mas no contexto dos oitocentos o cavalo era de fundamental importância no cotidiano sulino e, quiçá, o conhecimento sobre ele, de igual importância.

1.2.1) *Uma Guerra a cavalo*: Uma especificidade sulina.

O tipo de guerra que se desenvolveu em terras sulinas, foi, como já exposto anteriormente, uma guerra de posições ou volante, facilitada sobremaneira pelo uso intensivo de cavalos, estes, responsáveis pelos deslocamentos rápidos, que auxiliavam em saques e fugas de cercos. Esse tipo de guerra acabava por dar relevo especial à cavalaria, ficando conhecida por “guerrilhas”, termo que remete na cultura rio-grandense à rapidez e mobilidade que o uso dos cavalos proporcionava. A cavalaria foi a principal arma não só do conflito Farroupilha, mas dos conflitos platinos em geral, onde podemos perceber uma ampliação e circulação da cultura cavalariana, circunscrita a todo espaço fronteiriço platino.⁶² Tal como salientado por César Guazzelli: “o crescimento da pecuária no Rio da Prata trouxe ao cavalo uma importância ímpar em tempos de paz, e mais ainda em tempos de guerra. A familiaridade com os cavalos se iniciava desde cedo, como relatam vários testemunhos”.⁶³

Assim, as cavalcadas foram fundamentais para os intentos de guerra. As referências são abundantes. Quanto em melhor estado e em maior quantidade estivesse a cavalcada, melhores resultados se alcançaria na guerra.⁶⁴ Em dois de dezembro de 1844, já nos últimos suspiros da guerra, o Barão de Caxias oficiava da guarnição de Rio Grande ao Ministro da Guerra Jerônimo Coelho. Caxias, comandante das forças legalistas relatava que o general Farroupilha David Canabarro havia voltado do Uruguai com cerca de 600 homens, provenientes das tropas de Fructoso Riveira. Com eles,

⁶² O termo espaço fronteiriço platino é apresentado pela autora como um espaço de circulação de ideias, tendo o federalismo como elemento condutor de suas análises, durante os anos da revolta Farroupilha. PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo Gaúcho. Fronteira platina, direito e Revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

⁶³ SARMIENTO apud GUAZZELLI, Cezar Augusto Barcellos. Fronteiras em conflito no espaço platino: da Guerra dos Farrapos à Guerra Grande. In: (Orgs.) NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luis Alberto. *O continente em armas: uma história da Guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p.100.

⁶⁴ O preço do cavalo equivalia aproximadamente ao de quatro ou cinco reses, e aumenta durante as guerras. Cada cavalariano necessitava em média, de 4 a 5 cavalos para um montaria adequada. (GUAZZELLI, Cezar Augusto. *Op.cit.*, 2010, p. 101.

Canabarro teria atacado Santana do Uruguai.⁶⁵ Mas, o comandante legalista Bento Manoel ⁶⁶ havia sido avisado a tempo e mandado ao encontro do líder farrapo, João Propício Mena Barreto, este “à testa de 600 homens com seus melhores cavalos, batendo dia 15 pela retaguarda, as forças rebeldes”.⁶⁷ Estar com a cavalcada em sua melhor condição certamente ampliava as chances de sucesso nos combates.

Os meses de inverno eram períodos de grandes dificuldades para as tropas. As agruras climáticas importunavam a todos, inclusive a cavalcada. Em sete de julho de 1844, Caxias em correspondência ao Ministro Jerônimo Coelho informava que “a mortalidade dos cavalos é grande na estação invernososa”. Achava que dispunham de 15 mil cavalos, no entanto só metade estava em estado de servir. Avisava ainda, que acreditava que suprimentos adicionais deveriam ser comprados de particulares no Estado Oriental.⁶⁸ Se os problemas com as cavalcadas estavam dificultando a vida dos legalistas, o mesmo acontecia com os rebeldes. Um dia depois, em nova correspondência, Caxias comentava com o Ministro que Canabarro não deveria sair do Estado Oriental, antes de acabar a estação invernososa. Esta constatação baseava-se, sobretudo, na falta de cavalcada do General Farroupilha. Indicava assim, *o lado de lá da*

⁶⁵ David Canabarro nasceu em 1796, em Pinheiros, localidade próxima ao município de Taquari. Aos 17 anos alistou-se no exército pacificador de Dom Diogo de Sousa que fez a campanha de 1811-1812. Nesta guerra foi promovido a cabo e nas guerras contra Artigas destacou-se na cavalaria. Nos conflitos cisplatinos entre 1825-1828 passou ao posto de tenente. Ao ser organizado o Exército da República Rio-Grandense, em novembro de 1836, foi promovido a tenente-coronel e, passando a integrar a 4ª Brigada, comandada por João Antonio da Silveira. Sob seu comando esteve o 4º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Missões. Em meados da guerra, por volta de 1840, adquiriu bastante prestígio em detrimento a Bento Gonçalves, da mesma forma que angariou muitos inimigos. Em agosto de 1843 assumiu o Comando-em-Chefe do Exército da República. Por fim, esteve envolvido diretamente no mais famoso e controverso combate da guerra, o conhecido massacre de Porongos, em 14 de novembro de 1844, que dizimou uma quantidade enorme de escravos infantes e lanceiros. Esta questão será oportunamente debatida no primeiro capítulo desta tese. BENTO, Claudio Moreira. *O exército Farrapo e os seus chefes*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1992, p. 129-136.

⁶⁶ Bento Manuel Ribeiro nasceu em 1783, em Sorocaba. Era filho de um tropeiro. Com sete anos veio para o Rio Grande “como piá da estância do major Antonio Adolfo Charão em Rio Pardo”. O dito senhor era capitão dos Dragões em Rio Pardo, regimento no qual Bento Manuel ingressou como soldado raso em 1800. Em 1808 era furriel de milícias. Lutou nos conflitos platinos de 1811-1812 o que lhe deu a patente de tenente em 1813. Em 1817 torna-se capitão das milícias. No ano seguinte já era promovido a major e em 1820, tenente-coronel. Em 1825, tornou-se coronel do Estado Maior do Exército Imperial. Ao iniciar o conflito farroupilha, já era um homem respeitado, de muitas relações e fortuna. Que no andar da guerra só tratou de aumentar. Foi certamente a figura mais controversa deste conflito. Esteve nos dois lados da guerra por duas vezes cada. Começou a guerra estando ao lado dos rebeldes, em dezembro de 1836 passou para o lado legalista, no qual permaneceu até março de 1837, quando se tornou Brigadeiro do Império. De março de 1837 a julho de 1839, esteve no lado rebelde novamente, cerca de dois anos e três meses. Em julho de 1839 abandona os farroupilhas definitivamente e permanece até o final da guerra apoiando os imperiais. Segundo seus biógrafos, seu partido era ele próprio. BENTO, Claudio Moreira. *Op.cit.*, 1992, p. 114-126. Ver ainda FARINATTI, Luis Augusto. *Op.cit.*, 2010, especialmente o cap. 04.

⁶⁷ Arquivo Nacional, Coleção Caxias, Caixa 810 – Pasta nº 06 – código do fundo: OP.

⁶⁸ Arquivo Nacional, Coleção Caxias – Caixa 810 – Pasta nº 04 – código do fundo: OP.

fronteira como o lugar de onde tanto legalistas como Farroupilhas se abasteciam de cavalos.

Em princípios do mês de agosto, no conhecido mês do cachorro louco nas paragens sulinas, Caxias informa ao Ministro Coelho que estava tentando comprar cavalos no Uruguai, mas que considerava arriscado remeter dinheiro para lá.⁶⁹ Por conta dessa dificuldade mandara o Brigadeiro José Maria da Gama, comandante da Fronteira das Missões, retirar o dinheiro em Montevideu. Porém, havendo lá pouca ou nenhuma transação com a praça de Porto Alegre, e sendo todos os negócios de comerciantes e estancieiros daquele lado com a praça de Buenos Aires, “foi-me forçoso autorizá-lo a sacar sobre legação em Montevideu ou mesmo Buenos Aires, e antes que faça isso, pedi para me dar parte, para que eu possa a tempo avisar as legações”. Sua correspondência finalizava com importante informação: Lá no Uruguai, os cavalos eram mais baratos e de melhor qualidade.⁷⁰

As dificuldades de guerra pareciam intermináveis, especialmente quando somadas ao inverno rigoroso. Em outra correspondência, Caxias informava que tropas legalistas haviam prendido o tenente rebelde Claro de Campos, que estava roubando cavalos nas margens do rio Quaraí para a remonta das tropas de Canabarro.⁷¹ As correspondências indicam que o ano de 1844 foi bastante crítico para ambas as facções no que respeita à necessidade de conseguir cavalaria.⁷² A necessidade de cavalos não foi elemento específico daquele ano, e sim da conjuntura da guerra aliado ao tipo de campanha desenvolvida, somada, ainda, à estrutura topográfica de parte da Província. Em fevereiro de 1843, poucos meses depois de Caxias assumir o comando das armas da Província, quando ainda estava a desenvolver artimanhas e estratégias para liquidar com a guerra, escreveu ao Ministro da Guerra José Clemente Pereira falando de como

⁶⁹ “Os que vivem ou que já passaram o inverno no Brasil meridional sabem da justificada má fama do mês de agosto - muita chuva, frio, geadas, dias sem que o sol apareça -, alcunhado pelos habitantes sulinos de mês do cão danado”. MOREIRA, Paulo. Fragmentos de um enredo: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança parda numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt / Jaguarão, século XIX) In: *Escravidão, Mestiçagens, Populações e Identidades Culturais*. Ed. SP / BH / V. Conquista: ANNABLUME / PPGH UFMG / Edições UESB, 2010, p. 125.

⁷⁰ Arquivo Nacional, Coleção Caxias, Caixa 810, Pasta nº 05, código do fundo: OP.

⁷¹ Arquivo Nacional, Coleção Caxias, Caixa 810, Pasta nº 05, código do fundo: OP.

⁷² Em outubro, Caxias informa ao Ministro Coelho que chefe rebelde Carvalho havia sido mandado por Canabarro atacar a Cerro Largo para retirar 600 potros para remonta do exército rebelde. Em novembro, mais uma referência de Caxias, desta vez dizendo havia tido um confronto entre os legalistas e rebeldes em Arroio Grande, e que Canabarro lá estava com mais de 100 homens, a reunir cavalos e arreios dos estancieiros e que essa partida era comandada por Teixeira Nunes. Arquivo Nacional, Coleção Caxias – Caixa 810 – Pasta nº 06 – código do fundo: OP.

estavam compostas suas tropas e o que pretendia fazer.⁷³ Dizia Caxias que estavam com 1800 homens, 1000 de infantaria e 800 de cavalaria, estes para conduzir cavalos que estava a comprar na barra do Chuí. Dizia ainda que estava juntando nove mil cavalos, com os quais “vai abrir a campanha”. Pretendia ele aproximar da fronteira seu exército para “dar um golpe mortal nos rebeldes”.⁷⁴

Mas se tanta cavahada era necessária, assim o era a presença de homens que pudessem não apenas montar, mas cuidar, domar e conduzir tais cavahadas. Guazelli aponta a dificuldade em recrutar cavalarianos como um dos maiores problemas dos Farroupilhas. José Iran Ribeiro também reitera esta posição, ao afirmar a carência de homens na cavalaria.⁷⁵

No entanto, como vimos, tratava-se de uma contingência geral da guerra. Um artigo publicado no jornal fluminense “Despertador”, reproduzido pelo Jornal “O Povo” em 1º/12/1838, órgão oficial de imprensa da República Farroupilha observava que a cavalaria só poderia ser formada no próprio Rio Grande porque os soldados de outras províncias “além de serem poucos, não estão habituados nem facilmente podem habituar-se a montar e domar cavalos dispersos pelo campo, sem ensino algum, e apanhados a laço na ocasião em que são necessários”.⁷⁶ Assim, parece que se havia problema em recrutar cavalarianos para ambos os grupos em conflito, este se agigantava ainda mais para a facção legalista, já que, como sugere o escrito no jornal, “os homens de fora”, encontravam dificuldades no trato, manejo e doma do cavalo, fundamental na guerra.

José Iran Ribeiro em sua tese demonstrou o quanto o Estado Imperial empreendeu esforços para conter a revolta farroupilha, ao direcionar homens de todas as partes do vasto império para o sul, construindo de forma extremamente pertinente uma discussão sobre a adaptabilidade e as dificuldades enfrentadas por estes soldados que marchavam para o sul. Clima, comida, doenças, vestimentas, falares, tudo era novo para estes homens vindos dos mais diversos rincões imperiais. No processo complexo de

⁷³ Caxias toma posse da Presidência da Província do Rio Grande do Sul e do Comando das Armas em 09 de novembro de 1842. CAXIAS, Barão de. *Ofícios do Barão de Caxias (1842-1845) (Como Presidente da Província do Rio Grande do Sul e Comandante em Chefe do Exército em operações contra os farrapos)*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1950.

⁷⁴ CAXIAS, Barão de. *Op.cit.*, 1950. p.11.

⁷⁵ GUAZZELLI, Cezar Augusto. *Op. cit.*, 2010, p.100; RIBEIRO, José Iran. “*De tão longe para sustentar a Honra Nacional*”: Estado e Nação nas trajetórias de militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, 2009, p.228.

⁷⁶ AHRIS, *Documentos Interessantes para o Estudo da Grande Revolução de 1835-1845*. 1º vol. O Povo (edição fac-simile da coleção completa). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930. Ver também, GUAZZELLI, Cezar Augusto Barcellos. *Op. cit.*, 2010, p.100.

gerenciar homens tão diversos, o exército imperial serviu como uma espécie de laboratório de identidades, onde elas foram aos poucos sendo gestadas no cotidiano de guerra. Assim, o autor percebe uma construção de alteridades em torno dos soldados que compunham o exército imperial, sobretudo no tocante aos homens do sul e dos de fora, os *outsiders*.⁷⁷ Para tanto, observa na arma da cavalaria um importante elemento identitário dos sulinos em relação aos demais. Segundo Ribeiro:

A lida cotidiana nos campos e o quase permanente estado de guerra no Prata contribuíram para transformar os povos da região em exímios cavaleiros. Isso, somado à crescente diferenciação social entre os que andavam montados e os que tinham de caminhar, resultou na valorização extremada do serviço militar na cavalaria, a ponto de se transformar num dos elementos constituidores da identidade regional, talvez o mais importante deles.⁷⁸

Guazzelli também identifica a arma de cavalaria como melhor e própria aos homens do sul.⁷⁹ Não é a toa que a cavalaria constituiu a arma principal dos rio-grandenses rebelados, enquanto os legalistas tinham na infantaria sua força basilar.⁸⁰ Em correspondência ao Ministro da Guerra de outubro de 1838, o Presidente da Província Antonio Elizário de Miranda e Brito apresentava uma distribuição comparativa dos soldados legalistas e farrapos. Das praças legalistas, dizia que contavam com 6398 homens, sendo que 900 estavam em hospitais, guarda de cavallhada, transportes e outros serviços e que, disponíveis para o serviço de campo eram 3844 homens. Quanto aos farrapos, do contingente aproximado de 5.200 homens, 4000 mil eram de cavalaria. Isto é, 77% de suas forças andavam a cavalo.⁸¹

No mês de julho do ano de 1838, o Conde de Rio Pardo em correspondência ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Antonio Elizário de Brito, recusou o comando das forças que estavam lhe oferecendo devido a problema de saúde que o impedia de marchar. Ao justificar sua recusa, Elizário produziu um arrazoado interessante sobre as tropas que comandaria se estivesse em condições adequadas. Sua análise enfatizou os procedimentos estratégicos comuns tanto ao exército legalista como às forças rebeldes. Seu relato destacou as diferenças entre as armas, bem como o peso das mesmas em cada um dos exércitos beligerantes. O Conde reiterava que os rebeldes tinham na cavalaria sua principal arma, assim como os legalistas contavam com a infantaria como arma fundamental. Sobre a cavalaria rio-grandense, explicava que “a

⁷⁷ ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000.

⁷⁸ RIBEIRO, José Iran. *Op. cit.*, 2009, p.226.

⁷⁹ GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *Op. cit.*, 2010.

⁸⁰ Embora legalistas contassem também com homens a cavalo e rebeldes com grande infantaria.

⁸¹ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 173, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

experiência da guerra é a natureza da arma”, e que, mesmo em estado de confusão e desordem, trazia aos oponentes “vantagens e felizes resultados”. Embora o Conde acreditasse que a infantaria era “a mais temível das armas”; no estado atual da mesma - “bisonha e indisciplinada” - não tinha dúvida que seus efeitos na guerra seriam nulos. No entanto, quando a infantaria agia de forma eficiente, chegava a “zombar de outras armas”. Afirmava ter certeza de que se algum general tentasse “abrir a campanha” com aquela “bisonha infantaria”, o resultado seria ter que juntar cadáveres pelos campos de batalha, ou, o que parecia ainda pior aos olhos daquele experiente militar, cairiam prisioneiros das forças inimigas e ainda teriam que “empunhar armas contra seu legítimo governo”. No entanto, de forma otimista, tendo em conta os terríveis e multiplicados exemplos que a história militar apresentava, se considerado o que sua experiência recomendava, afirmava que quando os rebeldes estivessem sem cavalaria, cairiam diante das forças legais.⁸²

O precioso documento carrega alguns elementos importantes como a diferenciação da composição das armas nos dois exércitos, o peso das mesmas entre os beligerantes e a centralidade, tanto da cavalaria como dos cavaleiros para o exército rebelde. Outro elemento destacado na fala do Conde de Rio Pardo era a ideia, presente no documento, de que a cavalaria era uma arma própria à guerra e, quem a possuísse (em boas condições), possuía, portanto as possibilidades ampliadas de sucesso. No entanto, esta afirmação e análise, provavelmente corretas (para aquele momento), feita pelo velho e doente Conde, não podem ser vistas como dados acabados. Pois, se fosse assim, os Farroupilhas teriam vencido a guerra.⁸³ Mas certamente a preponderância da cavalaria entre os farrapos era um elemento diferenciador e importante a ser considerado. A busca pela remonta de cavalos, as dificuldades de abastecimento, as tentativas de sabotar tais ações – válidas para ambos os grupos em litígio - foram práticas corriqueiras no cotidiano da guerra e indicam não só as dificuldades de se vencer uma longa guerra, mas também a importância que tais elementos tinham no

⁸² Neste mesmo ano, outro documento faz referência às tropas legalistas e sua composição. Estas estariam cheias de gente inexperiente “e de crianças, que nunca entraram em fogo, e tão pouco habilitados em exercícios, que nem sabem formar um quadrado”. Arquivo Nacional – Série Guerra, IG¹ 173 - Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

⁸³ Em julho de 1841, o mesmo Conde de Rio Pardo, em carta ao Ministro da Guerra José Clemente Pereira, anunciava que as tropas legalistas estavam em situação lastimável, que os rebeldes contavam com 12 mil bons cavalos e que a infantaria era “bisonha”, composta de soldados “bisonhos” e recrutas sem instrução. Ao que parece, o problema levantado por ele três anos antes, permanecia de difícil solução. Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 279 – Correspondência do Comando do Exército em Operações – RS – Ministério da Guerra (1841) - Série Guerra, Gabinete do Ministro- Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

desenrolar da mesma. Frequentemente, o recrutamento de escravos e o apresamento de cavalcadas estão associados nos documentos. Não por acaso, os dois elementos que estamos tentando unir aqui.⁸⁴

Em um relatório de 1838, o Presidente da Província Antonio Elizário de Brito apresentava ao Ministro da Guerra uma avaliação sobre as forças que serviam à legalidade. Preferiu não emitir uma opinião sobre a firmeza e a confiabilidade daquela arma, pois a mesma não havia sido testada em algum “confronto sério”. É provável que Elizário relacionasse à inabilidade dos cavaleiros legalistas a falta de prática, a qual só poderia ser desenvolvida pela participação em confrontos sérios.⁸⁵

Enquanto a preocupação quanto à inabilidade dos “homens de fora” fica apenas sugerida na correspondência acima citada, outros documentos são explícitos quanto a essa dificuldade. Felipe Nery de Oliveira, Brigadeiro Comandante da 3ª Divisão comunicou o Conde de Lages, Ministro da Guerra naquele junho de 1841, a posição de alguns líderes rebeldes, o estado das cavalcadas inimigas (“que estavam muito mal, fazendo diligências para juntar mais cavalo que gente”), assim como o estado dos cavalos a serviço das tropas sob seu comando, enfatizando que: “Em breve tempo ficaram os cavalos em tal estado – que já é péssimo - que nenhum serviço se poderá fazer a cavalo”. Dizia Néri que por conta de ordens recebidas do dito Ministro, estava dando baixa a dois soldados do Regimento de Cavalaria, mas ponderava o quão complicado considerava dar baixa a soldados de 1ª linha, porque era difícil obtê-los, ainda mais para a cavalaria, sobretudo no momento em que o recrutamento havia sido cancelado. Concluía assim, que estes homens fariam falta à Cavalaria. Dizia mais o Comandante Néri:

Confesso que os cavaleiros de outras províncias não são aptos a servir nesta, contudo, a necessidade de aumentar aqueles corpos de 1ª linha e o atual serviço em que se acham, dava-lhe tempo para se adestrarem e empregados na ordem unida e ocasiões oportunas aqueles dois regimentos, talvez tivesse sido útil mandar-lhes unir àquelas praças a quem se daria cavalos mansos, podendo com a experiência serem evoluídos os que tivessem negação para a cavalaria.⁸⁶

O trecho final de sua correspondência diz muito do grau de alteridade que a cavalaria havia estabelecido no cotidiano de guerra, ressaltando uma identidade em

⁸⁴ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 173 - Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes. Existem outros exemplos neste sentido, alguns deles fazendo uma relação estrita entre homens de fora do sul como impróprios a cavalaria, outros que se detêm em demarcar a incompatibilidade do exército legalista com esta arma, sobretudo por sua composição heterogênea. Segundo estes documentos, havia uma pensão “das gentes da terra” sulina à arma da cavalaria.

⁸⁵ Arquivo Nacional, Série guerra, IG¹ 173, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

⁸⁶ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 279, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

construção ao afirmar que “os cavaleiros de outras províncias” não sabiam montar. Além disso, as palavras de Néri reforçam a ideia de que os cavalarianos precisavam de tempo para aprender o ofício, ou como ele mesmo refere, para “se adestrarem”. No entanto, pela ausência de homens habilidosos, muitos inexperientes – à custa da necessidade, teriam que servir. Para estes, cavalos mansos.

Caxias também se referia a estas oposições entre soldados do sul e os forasteiros da província; estes últimos, para ele eram classificados como soldados “do norte”. Diz Caxias, algum tempo depois do fim da revolta farroupilha:

As guerras que infelizmente temos tido de sustentar em vários pontos do Império, tem sobejamente manifestado que os soldados do sul, aliás (sic!) são próprios para os trabalhos militares de qualquer parte do país, entretanto que os do Norte, para os trabalhos do Sul, precisam ali, em geral, de não curto tirocínio na carreira das impossibilidades físicas, provenientes das influências climáticas das regiões extra-tropicais, com que se ressentem o serviço das fileiras, pois pode quase se dizer que não se conta com eles sem que paguem seu tributo dos males de que geme a humanidade, nos hospitais fixos e ambulantes.⁸⁷

Além das doenças e dificuldades de aclimação, tão bem demonstradas na tese de Ribeiro⁸⁸, Caxias dizia que a estes homens do norte faltava a capacidade de captar e identificar o perigo, reiterada pela prática de uma profissão ou ofício.⁸⁹ Enquanto Caxias se referia aos homens do sul, de forma geral, como moldados à guerra - independente da arma em que serviam, outro documento os identifica como homens de cavalaria.⁹⁰ Antonio Elizário, presidente da Província, em missiva ao Ministro da Guerra, datada de cinco de março de 1838, dizia que era necessário urgentemente desarmar os anarquistas por meio de forças disciplinadas que afluíssem em grande número de outros pontos do Império, “prestando unicamente” nesta província a Cavalaria, “tropa para qual propende o gênio de seus habitantes”. Em meio a estes homens sulinos propensos à arma da Cavalaria, o Conde de Rio Pardo dizia que entre os melhores cavalarianos estavam os homens da campanha.⁹¹

⁸⁷ A correspondência é de novembro de 1846, para João Paulo dos Santos Barreto, Ministro da Guerra. Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 281, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

⁸⁸ Ver especialmente o Capítulo IV, “Brasilidades: a Diversidade da Nação” onde o autor esmiúça esse assunto através das diferenças de cores, falares, climáticas, alimentares, de vestimentas, lingüísticas, etc.

⁸⁹ Tirocínio: <http://www.dicionarioinformal.com.br/buscar.php?palavra=tiroc%EDnio>. Tirocínio: "O ensino e estudos do principiante ou bazonho nas artes Literária, Militar ou Mecânicas, e algum modo de vida." SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Lisboa, Tipografia Lacérdina, 1813, p. 778.

⁹⁰ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 173, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

⁹¹ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 280 – Correspondência Do Conde de Rio Pardo ao Ministério da Guerra José Clemente Pereira, março de 1841, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

Depois desta dose de empirismo, afinal, qual a relação entre homens sulinos, cavalaria, guerra, campanha gaúcha e o recrutamento de escravos? O que estamos tentando especificar aqui são questões amplamente demonstradas pela historiografia sobre a temática. Essas questões vêm reiteradas pela documentação pesquisada. O que faremos a partir de agora é tecer costuras entre estas questões, para tentar entender a presença de escravos recrutados em armas específicas (Cavalaria e Infantaria). Que relações podem ser construídas entre a associação de escravos às armas, com suas ocupações e as áreas de origem?

Guazzelli aponta que, os líderes farrapos, assim como os caudilhos platinos, fizeram dos peões campeiros seus cavalarianos.⁹² Farinatti por sua vez, demonstra a presença expressiva de escravos (africanos e crioulos) na pecuária como peões campeiros.⁹³ Gabriel Berute demonstra que a importação de “infantes africanos”⁹⁴ para a Província sulina era numericamente considerável e infere que esta realidade encontrava justificava no longo tempo de preparo necessário à adaptação e aprendizado dos mesmos sobre a lide campeira, sobretudo no contato e manejo com o cavalo, animal imprescindível para o tipo de atividade desempenhada em um mundo de pecuária extensiva, como aquele de fins do séc. XVII e princípios do XIX.⁹⁵ Desta forma, se cruzarmos essas importantes referências, faz-se lícito concluir que entre os sulinos propensos à guerra e à cavalaria, muitos fossem escravos especializados. E mais, que a estes escravos fossem dedicados cuidados especiais.

Não afirmarmos que a cavalaria era uma vocação inata aos homens nascidos em terras sulinas. Se esse fosse o caso, os escravos africanos não teriam se tornado excelentes cavaleiros, tal qual como descrito por Garibaldi em suas memórias. Estamos falando de homens que eram partícipes de uma cultura sulina que unida às contingências belicosas se forjaram, pela experiência, em próprios à guerra. Experiências e práticas específicas os fizeram propensos à cavalaria, como disse o Conde de Rio Pardo. A montaria, o contato continuado com o cavalo, somado às longas e sucessivas guerras lhes conferiu esta especialização. Nada de inato havia nestes homens. O que realmente contava era a cultura cavalariana que circulava fluidamente

⁹² GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *Op.cit.*, 2010, p. 101.

⁹³ FARINATTI, Luis Augusto. *Op.cit.*, 2010.

⁹⁴ Infante: O menino que ainda não fala, seja macho ou fêmea; que está no princípio de seu ser; recente, nascido de pouco. SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Lisboa, Tipografia Lacérdina, 1813, p. 156. Portanto, aqui infante está se referindo à presença de escravos/crianças e não à arma do Exército.

⁹⁵ BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: Características do Tráfico Negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790- c.1825*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2006.

em toda a região meridional sulina do império brasileiro, incluindo a longa faixa de fronteira com a região platina.⁹⁶

No início de 1844, Caxias informa ao Ministro que soube, através de ofícios de Bento Manuel, que Canabarro havia cruzado a fronteira se Santa Ana com 400 negros, mal montados.⁹⁷ Em 13 de setembro de 1844, Luiz Manoel da Jesus escrevia do Quartel do Comando da Guarnição de Rio Grande ao Ministro da Guerra Jerônimo Coelho participando a este as posições tanto do exército legalista como dos inimigos. Dizia ao Ministro que soube, pelo Cel. Francisco Pedro de Abreu, “que esteve nesta cidade no 08 do corrente e se retirou a 10”, que: “Os rebeldes projetaram recrutar a escravatura, porém que ficaram vacilantes sobre esta medida, por ir de encontro aos interesses de seus sequazes,⁹⁸ contudo não tem deixado de tirar escravos domadores de cavalos”.⁹⁹

A observação feita por Luiz Manoel sobre a informação que obtivera com Chico Pedro revela dois elementos importantes que fazem parte dos argumentos deste trabalho. Um primeiro e mais geral, que se refere ao fato de que os rebeldes estavam recrutando escravos, mas que isso se dava com receios e temores. Se os rebeldes estavam *vacilantes*, é porque esta medida ia de encontro aos interesses de seus correligionários, como expresso no documento. Nem todos os Farroupilhas estavam de acordo com a necessidade de recrutar escravos e a homogeneidade de opiniões nunca fora o forte desta facção política. Ao longo da guerra as diferenças entre os líderes sobre o recrutamento de escravos aumentavam à medida que a guerra avançava.¹⁰⁰ Estes interesses, temores e receios eram muitos. Entre eles, a perda da propriedade privada¹⁰¹ e as possíveis fugas que o recrutamento poderia incitar, já que o recrutamento associava-se à proposta de liberdade condicionada pela guerra.¹⁰² Importante destacar que os escravos expropriados pelos rebeldes Farroupilhas e direcionados às tropas eram

⁹⁶ Ribeiro demonstra isso abundantemente, através de casos de militares que não sendo sulinos, mas servindo longo tempo no sul, tornaram-se excelentes cavalariáneos. Imbuída nesta visão está uma ideia de cultura ampla, que tanto conforma como é conformada na prática pelos indivíduos. CUCHE, Dennys. *A noção de Cultura nas ciências sociais*. São Paulo: EDUSC, 1999.

⁹⁷ Arquivo Nacional, Coleção Caxias, Caixa 810, Pasta nº 05, código do fundo: OP.

⁹⁸ Sequaz: sectário, partidista, membro do bando, união, partido (...) que segue, acompanha. SILVA, Antonio de Moraes...*Op. cit.* 1813, p. 689.

⁹⁹ Arquivo Nacional, Coleção Caxias, Caixa 810, Pasta nº 05, código do fundo: OP.

¹⁰⁰ Basta recordarmos que ao findar a guerra, as clivagens políticas eram tão grandes entre os Farroupilhas que havia no mínimo, dois grupos “dentro” dos rebeldes. O conhecido grupo da maioria e da minoria. São inúmeras as referências a essa divisão na documentação. O diário de Antonio Vicente da Fontoura é um rico observatório destas disputas intra-elites rio-grandenses. FONTOURA, Antônio Vicente da. *Diário*. Porto Alegre: Sulina, Martins/Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

¹⁰¹ Isso quando os escravos eram recrutados de seus próprios plantéis, porque se eram retirados das escravarias inimigas, não fazia sentido algum, já que era algo normal à guerra o botim das coisas inimigas.

¹⁰² Proposta desde pelo menos 1836, quando da criação do 1º Corpo de Lanceiros Negros.

“seduzidos” por uma motivação especial: a promessa de liberdade condicionada ao final do conflito. Deter-nos-emos nessa questão de forma mais específica logo mais, cabendo por hora este registro.

A outra observação diz respeito ao que estamos tentando demonstrar de forma mais específica aqui: a ideia de que muitos dos escravos recrutados para as forças rebeldes eram homens com ocupações ligadas ao mundo rural sulino, e de forma bem específica, aptos ao trato necessário à cavalhada, já que ela era primordial na conjuntura daquela guerra volante. Dessa forma, cavalhada, guerra, cavalaria e escravos peões (domadores e campeiros) se encontram para configurar parte do núcleo combatente dos rebeldes Farroupilhas. Há ainda outra observação a ser feita sobre o conteúdo do documento. É lógico e não estamos querendo dizer o contrário, que nem sempre as forças recrutadoras podiam estar escolhendo escravos para ingressar nas tropas, estando a princípio, todo escravo homem sujeito a isso.¹⁰³ No entanto, o documento deixa transparecer a ideia de que, se os rebeldes estavam vacilantes em recrutar a escravatura (toda e qualquer) não deixavam de “tirar escravos domadores de cavalos”. Essa prática sugere, além de uma necessidade, uma preferência. Já que recrutar era ponto não consensual, os escravos que tinham conhecimento do trato com a cavalhada seriam preferidos para o ingresso às tropas.

Outro fator a ser considerado é a existência de referências ao recrutamento de escravos sendo realizado para infantaria e para cavalaria. Isso indica que a execução do recrutamento obedecia pelo menos a algumas regras e critérios. Existiam diferenças a serem consideradas quanto aos negros que ingressavam em uma ou outra arma. Em dezoito de julho de 1841, Francisco Pedro de Abreu informava a Felipe Néri que “Netto foi com a divisão para as imediações do Rio Grande a reunir negrada para a infantaria e lanceiros”.¹⁰⁴ Parece-nos claro que existia uma diferenciação entre os escravos recrutados; àqueles mais habilidosos com a cavalhada iriam para os corpos de cavalaria – que na Farroupilha assumiram o nome específico de 1º e 2º Corpo de Lanceiros negros. Os outros escravos comporiam a Infantaria rebelde.

Um documento posterior à guerra, escrito por um subdelegado de Polícia de São Sebastião do Caí, localidade às margens do Rio Caí, no entorno de Porto Alegre, nos revela preciosas informações no que se refere aos critérios empregados na diferenciação

¹⁰³ Inclusive escravos doentes ou com deformidades físicas. No capítulo seguinte serão exploradas pontualmente estas questões.

¹⁰⁴ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 176, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

feita entre os escravos. O subdelegado Antonio José da Silva Guimarães relatava o seguinte:

Disse à Vossa Senhoria em um meu ofício do 1º do passado mês que tinha oficiado ao Comandante da Guarda Nacional para mandarem o Guarda para ordenança e que o esperava no mesmo dia 1º; só no dia 16 é que me oficiou mandarem-me dar para ordenança o crioulo, filho de um pobre preto que aqui tenho de agregado sendo tal rapaz incapaz para tal serviço para que vindo da cidade para aqui uma só vez saiu ao campo, além disso não sabe andar a cavalo e nem ainda se viu calçado, enfim, é verdadeiramente um preto da roça, que nem sei como qualificam à Guarda Nacional, ora, se tivesse capacidade muito arranjo me faria por estar em casa, não quereria um de fora. Vossa Senhoria sabe que uma ordenança deve ser um homem cavaleiro e conhecedor do distrito e não um que é só próprio para a enxada.¹⁰⁵

A reclamação do subdelegado consistia no fato de que, tendo ele pedido ao Comandante da Guarda Nacional uma ordenança, havia lhe sido dito que pegasse para tal um crioulo, filho de “pobre preto” que ele tinha por agregado. No entanto, este crioulo era completamente inábil para tal função, pois não portava os elementos principais que o qualificariam para tal função: saber andar a cavalo e conhecer a vida no campo. Além disso, “nunca se viu calçado”; era “verdadeiramente um preto da roça”.

Importante diferenciação estabelecia o subdelegado ao pronunciar estas palavras. Ser ordenança era estar à disposição de um oficial recebendo e transmitindo ordens e fazendo pequenos serviços.¹⁰⁶ Para tanto, em se tratando da realidade sulina, era imprescindível que este fosse um homem cavalariano, com esperteza no trato e monta da animal. Ou seja, fica explícito que o desempenho de determinadas funções específicas ao Exército e a Guarda Nacional, como no caso citado, requeria habilidades que nem todos possuíam. A diferença aqui estava calcada na ideia de que nem todo homem de vida rural era necessariamente conhecedor da arte de montar, pois um *preto da roça* possuía conhecimentos diferentes de um *preto do campo*. Assim como nem todo cavalariano sabia pegar em uma enxada. Embora não saibamos se o “preto da roça” era um escravo, ainda assim achamos pertinente a diferenciação posta. Todavia, o fato de nunca ter se visto “calçado” pode ser um indício de sua condição cativa. De qualquer forma, se neste caso não sabemos sua condição jurídica, sabemos que outros tantos escravos campeiros foram recrutados, e, ao fim e ao cabo, o que se insinua é que havia uma diferença para o ingresso – ou não - do dito indivíduo para ser ordenança do

¹⁰⁵ AHRS, Fundo Polícia, Maço 52, São Sebastião do Caí – Sub-delegacia de Polícia, 1856 – correspondência expedida – sub-delegado Antonio José da Silva Guimarães.

¹⁰⁶ Ser uma “ordenança” era ser uma espécie de “auxiliar direto” de algum oficial, a quem estava destinado fazer os serviços mais corriqueiros, como preparar o mate, lustrar as botas e todo mais necessário. Semelhante aos que também se designava por “camaradas”.

Comandante da Guarda Nacional e esta diferença estava calcada na habilidade que deveria portar.

Estas colocações nos ajudam a clarificar o processo de separação que havia dentro dos exércitos rebelde na hora de recrutar, bem como no encaminhamento dos recrutas a determinadas armas. Esse tipo de dificuldade assinala para o fato de que o processo de recrutamento executado não era completamente desordenado. Em julho de 1841, Domingos José de Almeida informa à David Canabarro, comandante do 2º Corpo do Exército que este procedesse, “sem contemplação”, a rigoroso recrutamento de escravos e, particularmente “naqueles dessa classe que se achem como camaradas ou peões da Guarda Nacional”.¹⁰⁷

Se a documentação nos oferece uma leitura possível sobre a relação escravos, recrutamento e armas, outros canais mais antigos já olhavam esta questão com acuidade. A literatura sobre a relação da escravidão com o mundo campeiro é temática bastante ampla e recorrente no Rio Grande do Sul. Embora não pretendamos avançar a discussão neste sentido, no entanto, não podemos deixar de registrar que não são poucas as lendas e contos que circulam sobre escravos domadores de cavalos, os quais, portadores de uma habilidade específica, mantinham certo orgulho sobre sua prática. O conto “Cabos Negros” de Barbosa Lessa e “O Negrinho do Pastoreio” lenda recontada por João Simões Lopes Neto, são clássicas referências.¹⁰⁸

Mas se a cavalaria rio-grandense também era um lugar de escravos, a infantaria rebelde o era por excelência. Essa situação não era restrita a província rio-grandense, estendendo-se às áreas fronteiriças contíguas. São inúmeras as referências a escravos recrutados especificamente para esta arma, que por tradição congregava reiteradamente as categorias mais ordinárias da sociedade. Betancour e Aparicio, para a situação dos escravos no Rio da Prata, reafirmam a presença deles na infantaria, como sendo “o destino principal el arma de infantería, a La cual aportaban fuerzas disciplinadas por su lógica predisposición a aceptar ordenes y por su singular resistência física”.¹⁰⁹ Ana Frega, ao tratar especificamente da questão dos escravos durante o conflito oriental artiguista, endossa a presença deles na Artilharia. Estes estariam a cargo “del movimiento geral de Artillería, ou seja, “acarreo de armamentos, cavados de zanjas,

¹⁰⁷ Anais do AHRs, Coleção Varela, CV-1924, de 08/06/1841, vol. 03, p. 524.

¹⁰⁸ LESSA, Barbosa. *Rodeio dos Ventos*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1978; NETO, João Simões Lopes. *Lendas do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

¹⁰⁹ BETANCOUR, Arturo Ariel, APARICIO, Fernando. *Op. cit.*, 2006, p. 151.

construcción de galpones y otros trabajos pesados”.¹¹⁰ Para a província do Rio Grande do Sul no período farroupilha, Ribeiro aponta a presença destes entre os infantes.¹¹¹

As referências se alastram por vários anos, dando a ideia de que este recrutamento, se não foi efetivo por toda a guerra, ao menos tentou sê-lo. A busca por repor escravos na infantaria fez o presidente da província comunicar ao ministro Sebastião do Rêgo Barros, em 16 de outubro de 1837, que Bento Gonçalves “estava com uma infantaria de 400 homens quase todos pretos”.¹¹² Algum tempo depois, novas informações: “Com efeito, na noite de 23 do próximo passado mês estabeleceram sua bateria no Passo do Bica, de algumas peças e um obus, e mostraram sua infantaria com 300 negros”.¹¹³ Mais alguns meses e nova notícia, desta vez do Comandante da Brigada de Infantaria, Francisco Xavier da Cunha. Este comandante fazia parte da divisão do comando que havia sido destruída em dia trinta de abril em Rio Pardo e estava fornecendo suas explicações a Sebastião Barreto Pereira Pinto. Sobre as tropas rebeldes, dizia ele que não a podia estimar em menos de 2.500 homens, entre as quais, “800 infantes de todas as cores”.¹¹⁴ Já em 1844, Caxias dizia a Chico Pedro que os rebeldes haviam decidido novamente levantar escravos para aumentar suas infantaria e que por isso, achava conveniente que ele informasse aos charqueadores e fazendeiros da região de Camaquã para que se acautelassem e tomassem medidas a esse respeito.¹¹⁵

Os historiadores Alex Borucki, Natália Stalla e Karla Chagas, em um importante trabalho sobre escravidão no Uruguai, ressaltam que: “tradicionalmente no se vincula a los esclavos com la integración de la caballería, pues el cabalgar les permitia fácilmente desertar”. No entanto, a documentação revelou aos mesmos que “los pardos e morenos” eram buscados para a cavalaria.¹¹⁶ Questão importante levantam estes historiadores ao apontarem os riscos tradicionalmente imputados a serviços de escravos na arma de cavalaria, pois a utilização do cavalo, instrumento fundamental para compor a arma, poderia facilitar as fugas. No entanto, como eles mesmos demonstraram, os escravos eram buscados para tal arma, o que poderia implicar em uma forte relação de lealdade

¹¹⁰ FREGA, Ana. Caminos de libertad em tiempos de revolución. Los esclavos em la Provincia Oriental Artiguista. 1815-1820. In: *História Unisinos*. Vol. 4, nº 02, 2000, p. 45.

¹¹¹ RIBEIRO, José Iran. *Op.cit.*, 2009, p. 227.

¹¹² Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 172, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

¹¹³ Correspondência datada de 05/03/1838. Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 173, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

¹¹⁴ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 173, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

¹¹⁵ CAXIAS, Barão de. *Op. cit.*, 1950, p. 133.

¹¹⁶ BORUCKI; Alex; STALLA, Natália; CHAGAS, Karla. *Eslavitud e Trabajo. Um estudio sobre los afrodescendientes em la frontera uruguaya (1835-1855)*. Montevideu: Pulmón Ediciones, 2004, p.46.

entre os escravos cavalarianos e seus chefes guerreiros. A lealdade armada constituía possibilidade lógica e não desprezível de ascensão, em meio às hierarquias locais e regionais e mesmo levando em conta a posição dos escravos dentro dos plantéis onde estavam alocados.¹¹⁷ Situação assim vai se desenhar mais adiante, quando introduzirmos a trajetória do escravo/soldado Moisés de Souza Netto e seus rumos no pós-guerra, no capítulo quarto.

O simples fato de um escravo estar armado e a cavalo não fazia dele um potencial fugitivo. É claro que a vida em guerra para o escravo podia estar mediada por questões como a mobilidade proporcionada – no lombo do cavalo – e que muitos poderiam se utilizar deles para fugas, no entanto existiam inúmeras complexidades que deve ser consideradas como o emprego de diversos níveis de negociações ante o emprego do ato de fugir.

Cabe fazer uma pausa para uma consideração sobre dois conceitos importantes por nós utilizados nesta discussão: as ideias de negociação e resistência. Bem como explicitar, mesmo que de forma breve, alguns pontos de alterações estruturais nas relações senhores-cativos no tocante a estes dois conceitos, no período entre o final do Antigo Regime e meados dos oitocentos. O Antigo Regime possuiu uma configuração bastante específica no tocante às relações sociais vivenciadas naqueles tempos como a posição social rígida e o bem nascer. Em específico, no que concerne a lógica de lealdades e reciprocidades entre senhores e cativos, as negociações nem sempre operavam no plano da resistência (embora essa afirmação seja discutível), funcionando – grosso modo - assentadas sob a lógica das mercês, do prestígio e das benesses a ser alcançadas naquele tipo de sociedade. O advento do século XIX, - sobretudo a partir da Independência – traz consigo importantes modificações ao nível das estruturas. Não nos cabe mapear aqui todas elas, mas sim àquelas que dizem respeito às implicações que incidiram diretamente nas relações escravistas. De forma ampla, o próprio questionamento da escravidão e a perda gradativa de sua legitimidade, as discussões sobre cidadania (presentes ao longo de todo o séc. XIX), a conformação de um Estado – Imperial, monárquico – embora amplamente assentado no trabalho escravo – mas com uma evidente diversidade política e de elites, com avanços e recuos liberais a todo o

¹¹⁷ Para questões de lealdades e reciprocidades no Antigo Regime, ver: COSTA, Ana Paula. Negociações e Reciprocidades. Interações entre Potentados Locais e seus escravos armados nas Minas Gerais na primeira metade do séc. XVIII. *Almanack Braziliense* (Online), v. 8, p. 57-70, 2008. Importante pontuar que se opera uma mudança nessas relações - do Antigo Regime para o séc. XIX - que colocaremos em pauta mais adiante, no capítulo 2.

momento, por certo que modificaram o panorama dos oitocentos em relação às lógicas de Antigo Regime.¹¹⁸ Assim, as mudanças que advém com o principiar dos oitocentos, passam na prática a afetar de formas diferenciadas nas relações sociais em jogo e parecem oferecer uma (re) configuração no plano das relações entre senhores e cativos. Não estamos querendo dizer que os laços que uniam senhores e cativos no Antigo Regime tenham se diluído ou deixando de existir, pelo contrário, mas que estes passam a ser re-configurados, e a serem sustentados por elementos diversos daqueles que uniam senhores e cativos até finais dos setecentos. Nesse sentido - e por tudo isso - as negociações e os cálculos empregados entre cativos e senhores no século XIX devem sim incluir a ideia de resistência, embora nem sempre ela pudesse ser acessada. Ignorar estas questões homogeneizaria relações e tempos históricos muito diversos, minimizando a atenção ao necessário entendimento da relação estrutura, conjuntura e ação humana.

Outro elemento que contradiz a interpretação do “escravo a cavalo como potencial fugitivo” é a presença significativa de escravos na pecuária sulina. Esses cativos, em sua grande maioria, trabalhavam sobre o cavalo e nem por isso fugiam.¹¹⁹ Deve ser considerado ainda que a fuga não era algo tão fácil. Era necessário pesar os prós e contras na hora de se empreender uma fuga, uma vez que os riscos envolvidos na decisão eram muitos.¹²⁰ Trataremos das fugas de forma específica logo mais a seguir, então não avançaremos a questão aqui, sendo suficiente por hora apresentar a complexidade da questão.

No entanto, não estamos desconsiderando que inexistisse um receio de fugas por parte das elites rebeldes, ao recrutarem escravos para torná-los parte da cavalaria rio-

¹¹⁸ Hebe Mattos configura de forma muito clara estas mudanças no séc. XIX. Ver: MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹¹⁹ GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflito e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2005; OSÓRIO, Helen...*Op.cit.*, 2005, 2007; FARINATTI, Luis Augusto...*Op.cit.*, 2010, ARAÚJO, Tiago Leitão. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2008; TEIXEIRA, Luana. *Muito mais que senhores e escravos. Relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871)*. Florianópolis: PPGH/UFSC, Dissertação de Mestrado, 2008.

¹²⁰ Ver: MOREIRA, Paulo R. S. Justificando o Cativo. A cultura de Resistência Escrava. In: PICOLLO, Helga Iracema; PADOIN, Maria Medianeira (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul. Vol. 2. Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006; GOMES, Flavio dos Santos. "Jogando a rede, revendo as malhas: fugase fugitivos no Brasil escravista", *Tempo*, vol. 1, n. 1. Rio de Janeiro, p. 67-93, 1996; NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Do Cativo ao Mar. Escravos na Marinha de Guerra. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 85-112, 2000.

grandense. O que ponderamos é que estes temores não foram suficientemente fortes para prevenirem esta ação, uma vez que os escravos compuseram dois corpos de lanceiros negros como parte da cavalaria Rio-Grandense. Estes corpos foram criados oficialmente em vinte de abril de 1838, quando os rebeldes farroupilhas, através de um decreto, estabeleceram a criação de um Depósito Geral de Recrutamento, no qual deveriam ser “instruídos e disciplinados os recrutas sob direção de oficiais de reconhecida inteligência e capacidade até que sejam habilitados a entrarem no serviço dos Corpos”. O artigo 28 em seu parágrafo segundo dizia que entre os recrutados se fizesse “apurada escolha dos indivíduos da melhor classe por cores, educação, bens e agilidade para o serviço da Cavalaria e Artilharia de Linha”. Como parte deste decreto amplo, o parágrafo terceiro especificava que “se fizesse igual escolha dentre os índios e pretos libertos, fazendo seleção dos mais ágeis e capazes para o Corpo de Lanceiros de 1º Linha, destinando os outros para os Corpos de Infantaria e Caçadores”.¹²¹ Os dois corpos de escravos configuravam algo em torno de 20% do total do exército rebelde, embora esta afirmação seja de difícil precisão, já que os números de efetivos variaram muito ao longo da guerra.

Ou seja, a distinção estava posta desde o início, já que o decreto que criava os corpos de lanceiros determinava as categorias dos indivíduos a serem dirigidos para uma ou outra arma. Os mais ágeis e habilidosos para a Cavalaria, os demais, para a Infantaria. No entanto, certa desatenção pairou sobre a ampla historiografia que se deteve nesta questão, ignorando os escravos recrutados como portadores de importância e habilidades suficientes para romper, ao menos temporariamente - durante a guerra, com um *ethos* guerreiro cavalariano sulino - branco e livre - que foi afetado pela conjuntura de guerra, quando escravos qualificados puderam servir nessas posições, até então vedadas a eles.¹²² Se escravos armados sempre foram acionados e utilizados por senhores de escravos para fins diversos, a presença de escravos cavalarianos não foi uma constante. Ao menos para o sul do Império, a existência de escravos em tropas a cavalo pode ser vista como um traço específico do conflito em que nos detemos, em um misto da necessidade imposta pela guerra e o aproveitamento de escravos hábeis nesta prática, no mundo rural sulino nos oitocentos. Gabriel Aladrén, ao recorrer ao historiador Alfredo Varela em sua obra clássica sobre a Revolução Farroupilha ressalta

¹²¹ Anais do AHRs, Coleção Varela, volume 05, CV-2830 e CV-2831, p.51.

¹²² Ou percebendo-os como um grupo homogêneo.

que o mesmo, em um dos poucos momentos em que se deteve na questão da presença de escravos nas guerras sulinas:

Observou que os rio-grandenses - leia-se os brancos - se negavam a fazer parte da infantaria, tal era o seu amor pela mobilidade e pela vida aventureira proporcionada pelo cavalo. Com efeito, quando os farrapos viram-se frente à necessidade de organizar um batalhão de infantaria, foram obrigados a recorrer aos escravos negros.¹²³

E a situação de escravos servindo do lado de lá da fronteira nos inúmeros conflitos que já assolavam o Estado Oriental desde princípios século XIX pode inclusive ter reforçado essa situação na província sulina, já que a fronteira existente entre estes dois espaços mais interligava que os separava, culturalmente falando. A situação de guerra na província pôs em suspenso uma alteridade elitista cavalariana que vinha sendo gestada.¹²⁴ Mesmo que essa distinção nem sempre fosse plenamente visível no curso da guerra, ela existia. A criação dos corpos de lanceiros pode ser pensado como uma possibilidade aberta pela própria dinâmica do conflito.

Neste sentido, se o tempo de guerra desorganizou relações sociais, econômicas e burocráticas, criou outras tantas situações, que abriram oportunidades aos grupos subalternos, que seriam impensáveis em contextos de relativa paz.¹²⁵ É viável então que pensemos que a guerra civil no Rio Grande do Sul tenha gerado certa flexibilidade, uma espécie de concessão em um “*ethos* guerreiro que andava a cavalo” naquelas paragens, ao incorporar escravos à cavalaria, arma nobre e tradicionalmente tida como símbolo de status e diferenciação social. Propensas humanidades ou algum possível caráter mais liberalizante das elites farrapas, vinculado a uma dinâmica de guerra que demandava braços (e os escravos eram uma alternativa, até aí, nenhuma novidade) com a existência de um grande contingente de escravos habilidosos aptos a combater sobre os cavalos. Essa combinação permitiu sua inserção na arma mais nobre do exército.

No entanto, não devemos exagerar esta presença escrava na cavalaria, porque se acreditamos que houve certa maleabilidade entre os Farroupilhas ao permitirem a formação desses corpos de cavalarianos, também sabemos que essa ação não se deu sem que alguns cuidados fossem tomados. Não podemos subestimar os arranjos elitistas e as medidas que acreditavam válidas para evitar possíveis subversões da ordem ou livre-interpretações de tal medida (embora estas apropriações tenham se dado, apesar dos cuidados). Importante elemento nesta discussão foi o fato de terem sido criados corpos

¹²³ VARELA apud ALADRÉN. Gabriel. *Op.cit.*, 2012.

¹²⁴ RIBEIRO, José Iran. *Op.cit.*, 2009; GUAZZELLI, Luis Augusto César. *Op.cit.*, 2010.

¹²⁵ Ver FARINATTI, Luis Augusto. *Op.cit.*, 2010, especialmente o capítulo 8.

específicos para os escravos cavaleiros, segregados da cavalaria livre. Esta medida por si só já demarcava os espaços possíveis para estes escravos, se pensados sob a ótica das elites rebeldes. No entanto, entre os escravos, o pertencimento a esses corpos pode ter se constituído em importante elemento de distinção e, assim, um espaço importante a ser ocupado. Isso demonstra a complexidade que uma medida como aquela poderia tomar, gerando diferentes entendimentos de uma única questão, conforme o lugar social ocupado pelo indivíduo. Essa divisão um tanto quanto nítida no processo de escolha dos escravos estava mediada pelo grau de habilidades que os mesmos possuíam. Saber montar e domar fazia do escravo presença certa na cavalaria; outras funções que não as voltadas à lide pecuária os direcionava para combaterem a pé, na infantaria.

O preto Manuel Lavadeiro, residente na estância dos Povos e escravo do Sr. Magano, de Rio Grande, quando apreendido em Porto Alegre pelas forças legais e interrogado sobre como foi parar no campo inimigo, respondeu que em setembro o tenente Graciano havia ido a Estância dos Povos com uma partida e que este:

Trouxera de lá, 12 pretos, 10 roceiros e 2 campeiros, e os conduziu até a serra, pra lá de Santo Antonio, um dia de viagem, e que depois os entregara à partida que estava em Santo Antonio, de onde vieram para o acampamento e foram divididos de dois a dois para cada companhia de infantaria, que até os dois campeiros botaram a pé na infantaria para não fugirem.¹²⁶

A fala de Manuel Lavadeiro reitera a existência de uma diferenciação entre os escravos feita pelos recrutadores na hora de compor suas tropas. Além disso, demonstra também que os próprios escravos compreendiam esta diferenciação e a tinham por legítima, à medida que as palavras de Manuel demonstram reconhecimento da situação, ao mesmo tempo em que demonstra também espanto ou surpresa no fato dos rebeldes terem colocado os dois escravos campeiros – e detentores de habilidade para a cavalaria – na infantaria, a ponto de comentar isso em seu depoimento.

Portanto, após estas aproximações e a constatação da presença de escravos recrutados pelos rebeldes em duas frentes ou duas armas – a infantaria, esta mais tradicional e corriqueira – e a cavalaria - esta se constituindo enquanto especificidade da conjuntura belicosa rio-grandense - esperamos ter ficado delineado, a existência de uma relação entre os ofícios desempenhado pelos escravos, o recrutamento e as armas em que serviam.

¹²⁶ Anais do AHRS, Coleção Varela, CV-5411, vol. 10, p. 66.

Necessidades de tropas e promessas de liberdade.

1.3) “*Em tiras de couro cru e panos ordinários*”: Negros cavalarianos e negros infantis na estrutura, organização e logística do Exército Farroupilha.

Entender a necessidade dos exércitos em conflito no *decênio glorioso* e fato de disporem de escravos nas suas tropas permite compreendermos também porque um grupo dispôs de maior quantidade de escravos que outro. Implica finalmente na definição sobre as estruturas e as condições nas quais estes foram alocados. Partimos de uma primeira questão a ser esclarecida: referimo-nos muito mais vezes ao processo de recrutamento de escravos pelas forças rebeldes que ao executado pelas forças legalistas. Essa assimetria pode ser explicada pela constatação de que os farroupilhas, ao menos formalmente, recrutaram mais escravos. Todavia, queremos deixar claro que ambos os grupos recrutaram escravos, sobretudo escravos do inimigo, prática corriqueira na guerra. Mesmo que os farrapos tenham recrutado em maior quantidade isso não impediu que estes circulassem entre os grupos em conflito. Muitos escravos passaram de rebelde a legalistas e vice-versa. Deserções e aprisionamentos eram comuns, repetindo um padrão iniciado nas guerras coloniais nas quais as lideranças metropolitanas constantemente utilizaram-se do recrutamento de escravos tanto para ampliar suas forças como para enfraquecer seus adversários.

Mas afinal, porque os Farroupilhas recrutaram mais escravos? Porque os farrapos, como grupo rebelde e circunscrito em uma revolta regencial esteve limitado territorialmente, rebelado contra aquilo que considerava abuso do poder imperial. Neste sentido, os farrapos não contavam com uma mobilização “nacional”, como as forças legais. Os esforços farroupilhas voltavam-se para dentro da Província e para fronteira platina. Voltar-se para as regiões conquistadas por um lado, e o diálogo intenso com o Estado Oriental, de outro, constituíram o caminho mais lógico, tanto para a obtenção de homens como para o abastecimento geral de guerra. O Império contou com todas as demais províncias para a formação do exército legalista, empregando suas forças na mobilização e deslocamento de tropas dos mais variados cantos do vasto Império, além do apoio manifestado pelos aliados locais. Como bem interpretou Ribeiro este esforço imperial ajudou a criar um senso arcaico de identidade nacional no interior do exército

imperial, através de um primeiro esforço verdadeiramente coletivo da racionalização e eficiência, na logística necessária para mover homens para o sul.¹²⁷

A presença de escravos entre as tropas rebeldes aparece desde o início da sublevação. Aliás, no combate que deflagra a revolta, a conhecida invasão de Porto Alegre pela Ponte da Azenha, ocorrida a vinte de setembro de 1835 já há relatos da presença deles.¹²⁸ No entanto, se inicialmente os farrapos contaram com o serviço informal dos escravos, é a partir de 1836 que começa a ser delineada a sua inserção formal nas tropas. A invasão e tomada da cidade de Pelotas, a sete de abril, comandada pelo então Major João Manuel de Lima e Silva (depois, primeiro General em Chefe da República Rio-Grandense, àquela altura, ainda não proclamada), marca o início do recrutamento maciço de escravos para as forças rebeldes. “Releva dizer aqui, que em Pelotas, os rebeldes levantaram um corpo de quatrocentos a quinhentos escravos roubados, para os auxiliarem na Guerra Civil” dizia o Ministro da Guerra em seu relatório.¹²⁹

A vitória na Batalha do Seival (10/09/1836) deu ânimo para os rebeldes e logo no dia seguinte Antonio de Souza Netto proclamava a República Rio-Grandense, no campo dos Menezes.^{130 131} No dia seguinte foi lavrada solenemente, às margens do rio Jaguarão, a ata de Proclamação da República. Consta que desta data em diante, ficou criado o Primeiro Corpo de Lanceiros Negros.¹³² Em agosto de 1836, Domingos José de Almeida faz menção de que lanças estariam sendo feitas para os negros, possivelmente para armar o Primeiro Corpo.¹³³ Segundo “O Jornal”, estes lanceiros eram “pretíssimos

¹²⁷ RIBEIRO, José Iran. *Op.cit.*, 2009.

¹²⁸ AHRS, Levantamento de fontes sobre a Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissões de Publicações Concursos, 1985, p.131; Ver ainda BENTO, Claudio Moreira. *Op.cit.*, 1976; FLORES, Moacyr. *Negros na Revolução Farroupilha. Traição em Porongos e Farsa em Ponche Verde*. Porto Alegre: EST Edições, 2004.

¹²⁹ Fonte: Relatório do Ministro da Guerra – Justiça, 1836. Brasil, Ministério da Justiça. In: <http://www.crl.edu/content/brazil/mina.htm>

¹³⁰ Considerada “o mais brilhante feito das armas farroupilhas” pela bibliografia tradicional sobre a Guerra. BENTO, Claudio Moreira. *Op.cit.*, 1992, p. 102.

¹³¹ Antonio de Souza Netto nasceu a 25 de maio de 1803, em Pouso Novo, distrito de Rio Grande. Seu bisavô era oficial de Auxiliares no terço Auxiliar da Colônia e viera como militar destinado a guarnecer Colônia do Sacramento. Fez seus primeiros estudos na freguesia de São Francisco de Paula (Pelotas). Depois de “homem feito” estabeleceu-se em Bagé com estância. Na guerra cisplatina foi nomeado capitão de Milícias, encarregado da vigilância e defesa da fronteira. Quando estoura a revolta farroupilha, Netto tinha 28 anos e era comandante do Corpo de Guarda Nacional de Piratini e foi dele o ato de proclamar, em 11 de setembro de 1836, a República Rio-Grandense. BENTO, Claudio Moreira. *Op.cit.*, 1992, p. 97-113.

¹³² <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/1018/1214>; FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Op.cit.*, 1985; CARRION, Raul. *Op.cit.*, 2005.

¹³³ Anais do AHRS, Coleção Varela, CV-203, vol. 02, p.177-178.

cavaleiros, patenteavam uma inaudita coragem, os pretos que a Revolução abria as portas da cidadania política e civil”.¹³⁴

No entanto, no principiar do mês de outubro, o Combate do Fanfa - no qual Bento Gonçalves foi feito prisioneiro – arrefeceu os ânimos rebeldes. Este combate foi - como aclama a historiografia tradicional - - uma das piores derrotas rebeldes.

Coube a João Manoel de Lima e Silva, a partir daquela imensa derrota, (re) organizar as forças republicanas. Em 1º de novembro de 1836 ele passou ao exercício das funções de Comandante em Chefe do Exército Rio-Grandense.¹³⁵ Ajudado por Mariano de Mattos, João Manoel ficou com a parte mais operativa, enquanto a Mariano couberam as questões logísticas e de artilharia.¹³⁶ Uma das primeiras notícias que se tem dos escravos combatendo, já organizados - na infantaria – vem das palavras do próprio João Manoel, quando, já retirado do comando das operações, escrevia ao Ministro da Fazenda e amigo, Domingos José de Almeida. Dizia ele:

No todo da redação de sua carta há um período que me encheu da maior ufania e vem a ser terem os Libertos de infantaria salvado com seus esforços o decoro do Exército no dia 4 do passado; deixando de parte a gloria que me resulta deste feito por serem eles organizados por minhas ordens a aprecio para convencer a alguém que os Soldados Libertos são os mais valentes sempre que tenham uma ríspida disciplina o que a prática me fez conhecer na guerra da Independência na Bahia, e em 1824 em Pernambuco: é conveniente como pensa elevar esse corpo ao maior número possível, mas a respeito das Armas que são precisas não vejo jeito de aqui se arranjam por não haver em Depósito uma só, e em toda a Republica só se encontram as que se acham distribuídas pelo Batalhão de Guardas Nacionais desta Cidade.¹³⁷

Segundo João Manoel, os libertos da Infantaria haviam salvo com seus esforços a honra do exército. O combate a que se referia, em “4 do passado” fora um embate entre Antonio de Souza Netto e Bento Manuel. Netto, acampado em Pedras Altas fora atacado por Bento Manuel às margens do arroio Candiota. Com tropas um maior número de homens, Bento Manuel apossou Netto, o levando a cruzar a fronteira com toda sua gente. Os farrapos tiveram neste combate, vários mortos, feridos e muitos

¹³⁴Datado de 09/10/1838, In: CARRION, Raul. *Op. cit.*, 2005, p. 06; BENTO, Claudio Moreira. *Op.cit.*, 1985, p 188.

¹³⁵ Fica no cargo até 07 de dezembro de 1836, quando passa a função, por motivo de saúde, a Antonio de Souza Netto. BENTO, Claudio Moreira. *Op.cit.*, 1992, p.103.

¹³⁶ Tanto o mineiro Mariano Mattos quanto João Manoel eram egressos da Academia Real Militar e, portanto, eram considerados aptos a organização que lhes coube. BENTO, Claudio Moreira. *Op.cit.*, 1992, p. 63.

¹³⁷ Anais do AHRS, Coleção Varela, CV-8780, Correspondência de João Manoel de Lima e Silva à Domingos José de Almeida de 08/02/1837.

outros, dispersos.¹³⁸ Se João Manoel informa sobre a presença da infantaria negra, a correspondência de Manuel Alves da Silva Caldeira nos apresenta neste combate, a presença dos lanceiros.¹³⁹ Ele próprio, um destes lanceiros, tendo sido tenente do 1º Corpo. Ou seja, em princípios de 1837, infantaria e cavalaria rebeldes já estavam povoadas de escravos em suas fileiras.

Não fossem as correspondências de João Manoel e do tenente Caldeira, nenhuma linha haveria de ter ficado sobre a atuação destes escravos que “salvaram o decoro” do exército naquele verão de 1837. É possível que àqueles quatrocentos a quinhentos escravos retirados de Pelotas em abril de 1836 tenham conformado os primeiros batalhões de escravos empregados pela República Rio-Grandense. É possível também que a eficácia prática do emprego destes escravos no exército tenha motivado cada vez mais o uso de escravos nas tropas, como recomendava João Manoel, dizendo que era “conveniente (...) elevar esse corpo ao maior número possível”.¹⁴⁰

A estrutura mais geral do exército rebelde pode ser descrita em duas grandes frentes: uma composta por corpos de Primeira linha do exército, contando com cerca de 4300 homens, e outra de corpos de Guarda Nacional, contando com 5076 indivíduos. Os escravos, ao menos os inseridos institucionalmente, compunham as forças dentro do exército de 1º linha. Em fins de 1839, o total do efetivo Farroupilha era aproximadamente 9372 homens.¹⁴¹ Entretanto, desde 1º de novembro de 1836 o Exército Farroupilha já havia recebido uma divisão em quatro Brigadas:

QUADRO Nº 05: Composição do Exército Rio-Grandense por Brigadas, comandos e unidades.

Brigada	Comando	Unidades que a compunham
1º Brigada	Antonio de Souza Netto	1º e 2º Corpos de Cavalaria da Guarda Nacional. ¹⁴²
2º Brigada	João Antonio da Silveira	3º e 4º Corpos de Cavalaria da Guarda Nacional. ¹⁴³
3º Brigada	José Mariano de Mattos	Corpos de 1º Linha: artilharia, lanceiros, cavalaria de 1º linha e 1º batalhão de Caçadores de

¹³⁸ SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha. História popular do grande decênio, seguida das “Efemérides” principais de 1835-1845, fartamente documentadas*. São Paulo: Ed. Nacional/UNB, 1982, p. 128.

¹³⁹ Anais do AHRS, Coleção Varela, CV-3101, vol. 05, p. 342.

¹⁴⁰ Anais do AHRS, Coleção Varela, CV-3101, vol. 05, p. 342.

¹⁴¹ Dados retirados do Jornal “O Povo”, 23/10/1839, p. 471. Ver também BENTO, Claudio Moreira. *Op. cit.*, 1976. Bento Gonçalves, em um manifesto ao povo rio-grandense se refere, em setembro de 1838, há 8 mil soldados na primeira linha. In: “O Povo”, 08/09/1838, p. 02.

¹⁴² Os corpos desta unidade eram de Piratini, distritos de Serrito e Canguçu.

¹⁴³ Os corpos desta unidade eram de Rio Pardo e Missões.

		Linha.
4º Brigada	Domingos Crescêncio de Carvalho	5º e 6º Corpo de Cavalaria de Guarda Nacional e todos os demais corpos. ¹⁴⁴

Fonte: Todas as informações foram retiradas de FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Op. cit.*, 1985.

Interessante percebermos que o exército rio-grandense foi organizado a partir das cidades que no momento da deflagração do conflito estavam sob domínio – parcial ou total – dos rebeldes e nas quais suas principais elites haviam aderido à causa farroupilha. Outra observação importante é que os lanceiros que constam como compondo a Terceira Brigada não eram os lanceiros negros, e sim indivíduos egressos de outras unidades que combatiam com lança, não sendo esta “arma” uma exclusividade dos negros. Os lanceiros negros compunham parte da cavalaria rio-grandense, como já dissemos anteriormente, e faziam parte da Primeira Brigada, sob o comando de Antonio de Souza Netto. Inicialmente foram comandados pelo Tenente-coronel Joaquim Pedro Soares, sub-comandados pelo Major Teixeira Nunes, conhecido pela alcunha de “Gavião”.¹⁴⁵ Os Corpos possuíam oito companhias de cinquenta e um homens cada, totalizando em cada Corpo, quatrocentos e vinte e seis lanceiros. A estrutura do Corpo era a seguinte:

QUADRO Nº 06: Estrutura de um Corpo de Cavalaria.

Estado Maior ¹⁴⁶	11
Pequeno Estado Maior ¹⁴⁷	7
Capitães para 8 companhias	8
1º tenente para 8 companhias	8
2º tenente para 8 companhias	8
1º sargento para 8 companhias	8
2º sargento para 8 companhias	8
Furriés para 8 companhias	8
Cabos de esquadra 4 p/ cd companhia	32
Anpeçadas 4 p/ cd companhia	32
Soldados 36 p/ cd companhia	288

¹⁴⁴ Os corpos desta unidade eram de Pelotas, Triunfo e do distrito de Pedras Brancas.

¹⁴⁵ Outros oficiais que também comandaram os lanceiros negros: Tenente Manoel Alves da Silva e o capitão Vicente Ferrer de Almeida, FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Op.cit.*,1985, p. 167.

¹⁴⁶ O Estado Maior era composto por tenente-coronel comandante, major, 2º tenente ajudante, 2º tenente quartel-mestre, 2º tenente secretário, 2º tenente porta estandarte (4), capelão e cirurgião. FLORES, Moacyr. *Op.cit.*, 2004, p. 51.

¹⁴⁷ O Estado Menor era composto por 1º sargento ajudante, 1º sargento-vago mestre, ajudante de cirurgião, corneta-mór, seleiro, coronheiro e espingardeiro. FLORES, Moacyr. *Op.cit.*, 2004, p. 51.

Cornetas	8
Total	426

Fonte: Jornal “O Povo”, 15/09/1838, p. 17-18.

Cada companhia possuía 51 homens, assim distribuídos hierarquicamente:

QUADRO Nº 07: Estrutura de uma Companhia de Cavalaria.

Capitão	1
1º Tenente	1
2º Tenente	1
1º Sargento	1
2º Sargento	1
Furriel	1
Cabos de Esquadra	1
Anspeçadas	4
Soldados	4
Corneta	36
Total	51

Fonte: Dados retirados do Jornal “O Povo”, 15/09/1838, p. 17-18.

Embora estas informações sejam valiosas e nos deem uma medida do número de escravos que serviram entre os lanceiros e da estrutura hierárquica em que estavam inseridos, não podemos tomá-las como fixas, pois muitos morriam, outros desertavam ou ficavam feridos, abrindo vazios nas fileiras a todo o momento.¹⁴⁸ Da mesma forma que muitos saíam dos corpos, outros tantos deveriam ser conduzidos às companhias, o que indica que estes números nos servem apenas como parâmetro da organização militar farroupilha, mas nunca como dados permanentes. Convém ressaltar que estas condições não eram exclusivas aos cativos. Assim, para fins de uma noção numérica, se em fins de 1839, como dissemos a pouco, o efetivo total rebelde girava em torno de 9372 homens (quando esteve em seu ápice), dois corpos de quatrocentos e vinte e seis homens pertencentes a Primeira Brigada eram de escravos, isto é, havia oitocentos e cinquenta e dois cativos na cavalaria. Isso representa algo em torno de 9% do efetivo total rebelde (no ano de 1839).¹⁴⁹ Número pouco expressivo é verdade, mas se pensarmos estes dois

¹⁴⁸ David Canabarro comunica a morte de um “soldado liberto lanceiro” e outros dois gravemente feridos, 31/10/1837. Anais do AHRs, Coleção Varela, CV-3332, vol.06, p.153. Ver também CV-51, vol. 02, p.46.

¹⁴⁹ Essa estimativa é coerente com a tradição brasileira. Os libertos para lutar na guerra do Paraguai somaram entre seis e nove por cento do exército.

corpos de cavaleiros negros apenas dentro da cavalaria, que possuía ao todo seis corpos, cerca de um terço da cavalaria rio-grandense passa a ser de escravos, ou dito de outra forma, de 2552 homens na cavalaria, oitocentos e cinquenta e dois eram escravos. Não estamos levando em conta aqui homens que fossem efetivamente “libertos” assim como os “livres de cor”, o que aumentaria por certo em muito os números da população negra a participar das tropas rebeldes. Entretanto, não temos como precisar os números para a população liberta ou livre de cor, ficando apenas o registro desta situação como uma possibilidade verossímil para aquele contexto.

No entanto, se sabemos aproximadamente o número de escravos na cavalaria farroupilha, não sabemos especificar quantos eram os escravos engajados na infantaria. Estes foram distribuídos entre os três Corpos de Caçadores existentes, sendo que cada corpo contava com aproximadamente setecentos e quarenta e nove homens. Não conhecemos os números de escravos dentre estes, mas sabemos que eram muitos. Quando a guerra acabou, entre cavaleiros e infantes negros, eram aproximadamente mil homens. De acordo com cálculos do exército imperial, variavam, ao final da guerra, entre um terço à metade do contingente do exército rebelde.¹⁵⁰ Há ainda que ser feita menção ao fato de existirem escravos também na Marinha Farroupilha, mesmo que esta tenha sido uma “arma menor” no contexto da guerra, já que os rebeldes nunca conseguiram conquistar o único porto marítimo de Rio Grande do Sul, na cidade de Rio Grande.¹⁵¹ No exército Farroupilha existia três corpos de Infantaria, denominados respectivamente de Primeiro Corpo de Caçadores, Segundo Corpo de Caçadores e Terceiro Corpo de Caçadores.

QUADRO N° 08: Estrutura de um Corpo de Infantaria.

Oficiais	29
Companhias	8
N° de homens por companhia	90
Total	749

Fonte: Dados retirados do Jornal “O Povo”, 23/10/1839, p. 471.

¹⁵⁰ Essa medida dada por Caxias é para os momentos finais da guerra, quando os rebeldes já estavam bastante destroçados, e o que restava em seu exército eram praticamente escravos. Arquivo Nacional, codex 603, v. 04, fls 402-04 e Correspondência de Barão de Caxias para Francisco Jerônimo Coelho, 04/02/1845, CAXIAS, Barão de, *Op.cit.*, 1950, p. 167-8, *Op. Cit.* Ver também In: LEITMAN, Spencer. *Op.cit.*, 1997, p. 65.

¹⁵¹ Ver por exemplo, Anais do AHRs, Coleção Varela, CV-630/14, vol. 03, p. 94.

Esse contingente escravo, na cavalaria ou na infantaria, combatia em condições bastante precárias. As dificuldades de abastecimento dos mais diversos gêneros – entre eles os fardamentos, para ambos os exércitos, consistiu em grave problema. Sobretudo entre os rebeldes, uma vez que em diversos momentos da guerra eles tiveram seus canais de fornecimento e abastecimento cortados, o que os dificultava a manutenção dos soldados.¹⁵² Mas a situação das tropas legais não parecia ser muito melhor. Reclamações desta natureza foram uma constante nas queixas por parte de autoridades legalistas.¹⁵³

No que tange ao armamento utilizado por estes homens, a lança era a arma dos escravos a cavalo. Aos infantes que combatiam a pé, o principal armamento consistia nas adagas, faca ou facões, quando existiam. Mesmo os arreios dos cavalos – quando disponíveis - eram bem rudimentares. “Como esporas, usavam uma forquilha de madeira presa ao pé com tiras de couros cru. Esta forquilha acomodava-se ao calcanhar e possuía a *ponta* bem afiada”.¹⁵⁴ Há referência de que os lanceiros combatiam usando camisolas encarnadas, o que os destacava do resto da tropa.¹⁵⁵ No entanto, seus panos eram sempre mais ordinários que os dos fardamentos de oficiais. Se observarmos o pedido feito pelo tenente-coronel Portinho, que solicitava para os homens sob seu comando uma relação de tecidos e outros objetos para confecção de vestimentas para os homens pode-se inferir que os tecidos eram diferenciados para oficiais e tropa. Pedia ele:

750 covados de pano para ponches, 900 covados de pano de baeta para forro, 300 covados de pano para fardas, 450 covados de olanda para forro, 100 chapéus, 1000 varas de algodão, 2 peças de pano fino para oficiais – 80 covados -, 3 peças de brim para oficiais - 300 varas -, 10 peças de belbute para calças – 1000 covados -, 3 peças de baeta encarnada – 120 covados -, 150 duzias de

¹⁵² Guazzelli em sua tese explora com cuidado estas relações comerciais e os problemas de abastecimento dos Farroupilhas. Afirma que desde o início o império propôs uma guerra que asfixiasse os canais de abastecimento dos rebeldes, para assim vencê-los. Da mesma forma que mostra que o ponto de desafogo dos rebeldes sempre foi o Uruguai a partir de casas comerciais sediadas em Montevidéu. Os preços pagos eram altíssimos, no entanto eram pagos à custa da Fazenda rio-grandense. “Numa carta do mesmo Victorica para Corte Real, no início de 1838, o oriental apresentava uma fatura correspondente a 200 calças de pano, 40 calças de brim, 96 jaquetas, 120 camisas, 39 ponchos, 69 ceroulas, 20.000 pederneiras e tabaco pelo valor de 650 pesos; em fatura anexa o preço de seis cavalos foi de 54 pesos e noutra oito cavalos foram adquiridos por 64 pesos¹⁵²; isto indica que o valor do vestuário adquirido era o de aproximadamente 80 cavalos, ou seja, mais de trezentas reses” GUAZZELI, César Augusto Barcellos. *Op.cit.*, 1998, p. 230.

¹⁵³ São recorrentes na documentação reclamações sobre a qualidade e a falta de fardamento no exército legalista. Não raro encontramos reclamações de homens servindo nus, sob chuva e frio, como alguns que “apenas cobrem as carnes do corpo com um capote todo remendado”. Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 278 e IG¹ 279, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

¹⁵⁴ BENTO, Claudio Moreira. *Op.cit.*, 1976, p. 168.

¹⁵⁵ Anais do AHRS, Coleção Varela, CV-093, vol. 02 e CV-5398, vol.10.

botões para farda, 30 l \grave{a} s de gazemira, sendo 10 verde 10 encarnada e 10 amarela, Retrós Linhas Marcas o suficiente para tais obras.¹⁵⁶

As referências são claras; para as vestimentas dos oficiais, os melhores panos: para as calças, “brim”, e para as camisas “panos finos”. É provável que os covados de “baeta” e “belbute” fossem para o grosso da tropa, pois consistiam em panos de algodão mais rústicos.¹⁵⁷ No carregamento também aparecem tecidos das cores amarelo, verde e encarnado, cores que passaram a constituir a bandeira da República Rio-Grandense. Moreira Bento diz que os lanceiros combatiam usando uma vincha tricolor na cabeça, estas, pois, as cores dos panos solicitados por Portinho.^{158 159} É o diário de Antonio Vicente da Fontoura, conformado em meio à guerra e composto de correspondências a sua esposa Clarinda Porto da Fontoura que nos esclarece esta questão. Em uma bucólica missiva Antonio Vicente descreve a ela o que seriam alguns desenhos que vinha fazendo em momentos de descontração em um dos muitos acampamentos volantes em que se achava. A vinte e cinco de setembro de 1844, no “campo junto ao Arroio dos Pires” escreveu ele:

Junto de uma pequena colina, adornada dessas grandes pedras, que são nestes campos tão belo adorno, como nesta parte do país os bosques, estabeleci meu acampamento hoje. Casualmente saí de um pequeno banhado através das pedras esse pássaro que representa a estampa, e como o seu canto inda não harmonioso, porém alegre, nos chamou a atenção. O Zeferino que tem, apesar dos trabalhos, conservado aquele seu gênio alegre, o batizou logo com o nome de Lanceiro, por ter a cabeça e o peito encarnado, e o resto do corpo preto, assemelhando-se por isso aos nossos lanceiros. Eu fiquei com inveja desta lembrança do Zeferino e vendo as flores que em cima das pedras representa a mesma estampa, entrei a ver com o que se assemelhavam mais.¹⁶⁰

Assim, o negro Zeferino, com seu olhar atento a uma realidade que tão bem conhecia, batizou o pássaro avistado e retratado por Antonio Vicente de “Lanceiro”, por ter ele o peito e a cabeça encarnada, tal qual àqueles soldados.¹⁶¹ Afora esta descrição, os lanceiros quase sempre aparecem usando a dita *vincha* (tricolor ou encarnada) ou ainda um chapéu, como na gravura clássica de um lanceiro a cavalo, existente em um

¹⁵⁶ Anais do AHRs, Coleção Varela, CV-7569, vol. 17, p.160.

¹⁵⁷ Esta diferença estava posta não apenas para os fardamentos dos escravos, mas para os soldados em geral e correspondia a um dado presente na hierarquia militar, o que indica que não se tratava de uma diferenciação racializada. Todavia descrever estes pormenores, como armas e fardamentos utilizados faz parte do que entendemos por história social, em vista de que muito pouco se sabe sobre as condições que viveram os cativos após o recrutamento e durante a guerra.

¹⁵⁸ Vincha: Fita ou lenço que alguns gaúchos usam atar sobre os cabelos para mantê-los presos. NUNES, Zeno Cardoso. *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996, p. 529.

¹⁵⁹ BENTO, Claudio Moreira. *Op.cit.*,1976, p.169.

¹⁶⁰ FONTOURA, Antonio Vicente da. *Diário*. Porto Alegre: Sulina/ Martins, Caxias do Sul: EDUCS, 1984, p.131.

¹⁶¹ A trajetória singular de Zeferino será tratada mais adiante no capítulo 3.

museu em Bolonha, na Itália. Quase em tom anedótico e aproximando-se de um caso, é em outra correspondência de Antonio Vicente da Fontoura na qual conseguimos captar uma descrição mais aproximada das vestes (de que eram feitas e com qual matéria-prima) dos soldados durante a guerra, embora a intenção da correspondência fosse deixar registrada uma severa crítica ao seu inimigo, Bento Gonçalves.¹⁶² Pela riqueza de detalhes da correspondência a transcrevemos na íntegra:

Passando eu na marcha para o flanco esquerdo da coluna para o abrigo dos esquadrões encontrei uns poucos de cavalos carregados de pelegos, inda vertendo sangue, indicando que o dia antecedente deles haviam sido privadas as inocentes ovelhas. Não dispensando aqui meu bocadinho de curiosidade piquei o cavalo e juntando ao Major Terêncio, lhe perguntei o que iam fazer com tantos pelegos, ao que respondendo, disse: “Tive ordens de Bento Gonçalves para mandar um oficial e várias praças tirar os pelegos, e depois de serem tosquiados, deixando-lhe só um dedo de altura na lã, mandar cortar e fazer calças e vestias para os soldados do meu corpo, que estão muito nus”. Oh, senhor Terêncio, isso é graça? Lhe tornei eu. Como vão vocês coser esses pelegos? E quando houver chuva, em que estado não fica a roupinha, se as prevententes mãos do Bambá¹⁶³ não se derem ao trabalho de sová-la? E é com a lã para fora ou com o carnal? Explique-me isso. Ao que ele respondeu: Não é graça não senhor. Eu recebi esta ordem, vou cumpri-la, lá a costura não sei como será, porém tive ordem de mandar cortar as vestias e calças, com a lã para fora e a pele para dentro. Oh, excelente lembrança! Com a mais pequena neblina molha-se ensopa-se a lã, e a pele molhada torna-se ainda mais fria, vai martirizar o roto soldado, além de muitos outros inconvenientes. Se fosse ainda para alguma forma de ponche, bem; porém para vestias, e por tal molde! Que as vistas este malvado; demais agora que Canabarro e o Ministro Lucas tem esperanças de vestirem a gente em Bagé, é que esse monstro, em tudo monstro, e por não perder a propriedade de lobo, vem em país estranho matar ovelhas, para afetar de piedoso, quando seu fim é destruir e aniquilar. Porém, de que me estou eu admirando? Ele tem razão porque, não podendo já a bel prazer esbanjar as pingues rendas do Estado e a propriedade alheia, ceva a sua índole danada nas ovelhinhas indefesas, que estão até de seus donos privados, pela emigração deste país para esse. Que maldade!¹⁶⁴

¹⁶² Esta inimizade era fruto de diversas questões sobre o andamento da guerra e decisões tomadas que não agradavam a todas as lideranças farroupilhas, mas teve seu ápice e tornou-se mais clara quando Antonio Paulo da Fontoura (conhecido como Paulino) irmão de Antonio Vicente e vice-presidente da República Rio-Grandense, foi assassinado em Alegrete em 13 de fevereiro de 1843. Este assassinato foi atribuído a Bento Gonçalves como mandante, e teria tido por origem divergências políticas quanto a instalação as Assembléia Constituinte. FONTOURA, Antonio Vicente. *Op.cit.*, 1984; SPALDING, Walter. *Op.cit.*, 1982.

¹⁶³ Bambá ou Bambaqueré era a forma que Antonio Vicente da Fontoura se referia a Bento Gonçalves, provavelmente em um tom pejorativo. **Bambá:** dança afro-brasileira em que os participantes cantam, em círculo, ao som de palmas cadenciadas. O termo é usado, também, na acepção do sedimento ou borra do azeite de dendê (aí relacionado ao quicongo *mba*, coco de dendê). No Rio Grande do Sul, designado um jogo em que são usadas quatro metades de caroços de pêssego ou duas rodela de laranja. **Bambá:** Espécie de jogo, comum entre os campeiros, realizado com quatro metades de caroço de pêssego. Jogo realizado com duas rodela de laranja lançadas ao ar e que, conforme a face apresentada, branca ou amarela, dá a vitória a um dos jogadores (do quimbundo); **Bambaqueré:** Tratamento carinhoso, entre os negros do Uruguai, correspondente a *benzinho*, no Brasil. No Rio Grande do Sul, “bambaquerê” designa umas das danças do fandango gaúcho. **Bambaqueré:** Dança popular no velho Rio Grande, do tempo da escravidão, de par solto, fazendo parte dos fandangos, denominação genérica de baile. LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004, p.94-95. BOSSLE, João Batista Alves. *Dicionário Gaúcho Brasileiro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2003, p.66-67.

¹⁶⁴ FONTOURA, Antonio Vicente da. *Op.cit.*, 1984, p.101-102.

A situação exposta acima, para além da crítica feita “ao cabeça” da revolução, Bento Gonçalves, que em momento oportuno exploraremos, demonstra que a situação da vestimenta dos soldados em determinadas e por vezes frequentes situações de carestia, fazia com que alternativas fossem buscadas. No entanto, se aos olhos dos contemporâneos causava espanto, por certo era mesmo absurda aquela situação. Todavia, há que descontarmos aí um possível excesso nas palavras de Antonio Vicente em virtude da inimizade que nutria pelo *Bambá*. Tosquiar ovelhas e fazer calças, com a lã para fora e o couro para dentro, para soldados nus parecia ao general Bento Gonçalves uma solução.¹⁶⁵ Mesmo que para isso fosse necessária a pilhagem de fazendas alheias no Estado Oriental, onde se achava o major Terêncio a cumprir ordens.¹⁶⁶ Sete dias depois do ocorrido, comentava Antonio Vicente em nova missiva: “Sobre os pelegos e o Bambaqueré: A especulação de pelegos do Bambaqueré deu em nada, em nada mesmo, como seu inventor, e quem sofreu foi o dono das ovelhas e os pobres lanceiros que em dias tão frios e tão nus as estiveram esfolando”.¹⁶⁷ Ou seja, além de terem que se vestir de forma completamente inadequada, eram os próprios lanceiros que tinham que matar as ovelhas, tosquiá-las para depois se vestirem delas. Cena que passa de anedótica à deplorável, ao imaginarmos aqueles corpos pretos nus, no auge do inverno sulino realizando uma matança de ovelhas para poderem ter o que vestir.

Segundo Guazzelli, a situação do armamento não era menos crítica que a do vestuário, ambos dependentes dos fornecedores do Estado Oriental. A falta crônica das armas de fogo era uma razão a mais para a fragilidade da infantaria, e em grau mais acentuado da artilharia.¹⁶⁸ O jornal “O Mercantil de Rio Grande” de 12 de fevereiro de 1840, ao descrever um das tantas batalhas entre farrapos e legalistas – o combate da “Sanga da Bananeira”, conta o seguinte:

Na noite de 28 de janeiro saíram pelo portão da cidade (vindo à meia noite, do outro lado Francisco Pedro) 140 homens comandados por este e 90 por José Joaquim. O primeiro foi emboscado pelo lado direito e José Joaquim para o esquerdo; e, carregando sobre a força rebelde mataram 33, aprisionaram 28 e passaram-se 7. Vieram 60 magros cavalos com miseráveis arreios e os prisioneiros com desprezível roupa. As lanças que apanharam eram de facas

¹⁶⁵ O mesmo que Esquila: tosquia; Esquilador: aquele que esquila, tosquiador, tosador. BOSSLE, Batista. *Op.cit.*, 2003, p.227.

¹⁶⁶ Correspondência de 06 e julho de 1844, Campos no Sarandi, confluências do Arapéi no Estado Oriental. FONTOURA, Antonio Vicente da. *Op.cit.*, 1984, p.101.

¹⁶⁷ Correspondência de 13 de julho de 1844. FONTOURA, Antonio Vicente da. *Op.cit.*, 1984, p.104.

¹⁶⁸ GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *Op.cit.*, 1997, p.230.

amarradas com guasca ¹⁶⁹, pistolas e armas em péssimo estado. Tudo mostra a falta de recursos que eles tem, pois que se a gente da frente, que deve estar bem armada e municada por estar mais exposta, se acha neste estado, é justamente certo que não há sobra de armamentos, antes, muita falta.¹⁷⁰

É claro que temos que matizar estas colocações, tendo em conta que estes armamentos e fardamentos pudessem estar nestas condições pelo próprio desgaste da guerra e seu excesso de uso. No entanto o comentário que finaliza o texto jornalístico não deixa dúvidas que a situação material, da gente da frente ao menos, por ser aquela a que deveria estar “bem armada e municada por estar mais exposta” – não era das melhores. As lanças, improvisadas com a guasca, que servia para unir um pedaço de pau a uma ponta, que geralmente era de uma faca ou facão demonstra o quão precário eram as condições.¹⁷¹ Embora, como já ressaltamos as lanças não constituíssem armas específicas dos escravos, parece que durante a guerra parece que ao menos os dois corpos de escravos conformados – Primeiro e Segundo Corpo de Lanceiros - as utilizavam. Moreira identificou em alguns processos insurrecionais ao longo do século XIX a utilização de “cabos de lanças” com “facas encravadas na ponta”, como a arma utilizada pelos escravos insurretos.¹⁷²

Mas se a situação das tropas rebeldes, em geral, e dos escravos que nelas serviam, em particular, eram difíceis, não menos complicadas era a situação das tropas imperiais, nas quais, ao longo da guerra muitos escravos também serviram. Em junho de 1840 o Conde de Lages informava ao Ministro da Guerra o seguinte:

Devo informar a Vossa Senhoria que o exército está muito mal fardado, dá lastima ver os soldados nesta estação, neste país, a chover com calças brancas, para o que concorre os maus panos e terem se metido nos matos e as faxinas ¹⁷³, todo dia ouço queixa dos Comandantes dos Corpos, a gente que se apresenta está nua e também previno a Vossa Senhoria que o armamento para a cavalaria vai faltar.¹⁷⁴

¹⁶⁹ Guasca: tira, correia, corda de couro cru, isto é, não curtido. NUNES, Zeno Cardoso. *Op. cit.*, 1996, p. 241.

¹⁷⁰ In: SPALDING, Walter. *Op. cit.*, 1982, p. 171.

¹⁷¹ Em setembro de 1851, Vicente Paulo Vilas Boas, Coronel Comandante da 9ª Brigada escrevia ao o Ministro da Guerra, Senador Manoel Felizardo de Souza e Mello. Entre diversos assuntos comentados em sua missiva, falava sobre os problemas econômicos que o Rio Grande do Sul havia passado. Entre os problemas atuais, comentava que os artistas que faziam lanças precisavam “se moldar às vicissitudes do mercado”, pois “se antes uma lança custava 9 mil réis agora custava 7mil réis”. Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 281, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes. Era a lógica da guerra, inflacionando o material prioritário a grande parte das tropas. Importante destacar que não eram apenas os escravos da cavalaria farroupilha que usava a lança. Entre as tropas imperiais também eram utilizadas. Alguns documentos falam de pedidos de lanças ou reclamações da falta delas. Ver: Arquivo Nacional, Coleção Caxias, Caixa 810, Pasta nº 01, código do fundo: OP.

¹⁷² MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Sobre Fronteira e Liberdade: Representações e práticas dos escravos gaúchos na Guerra do Paraguai (1864/1870). Anos 90 (UFRGS)*. , v.9, 1998, p.12.

¹⁷³ Faxina: trecho alongado de campo que penetra o faxinal. BOSSLE, Batista. *Op.cit.*, 2003, p. 241.

¹⁷⁴ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 278, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes

É fácil imaginarmos o quão complicado devia ser suportar o chuvoso inverno sulino em pleno mês de junho, difícil mesmo deveria ser aguentar aquela vida no front de guerra; ainda mais com roupas feitas de “maus panos”. No inverno seguinte a situação mereceu comentário mais detalhado, incluindo além dos fardamentos, alguns objetos imprescindíveis à vida dos soldados, como cantis, bornais e recipientes de comida.

O equipamento que hoje consiste somente em correias de malotes, e em bornais, isso mesmo existe em muito mau estado, particularmente os bornais, que estão reduzidos à nulidade, porque sendo de muito mau pano e muito mal feitos, ficaram logo estragados nas marchas, não existindo mochilas, porque este batalhão não as recebeu, e quanto aos cantis e marmitinhas, tendo se recebido apenas 132 destas e 121 daquelas existe tudo em mau estado por terem servido de bens comuns das praças de uma mesma campanha (...) o fardamento (...) ainda quando ele fosse feito à prova das intempéries do tempo, dos rios e banhados e de outros trabalhos inerente ao soldado destinado a servir na campanha deste continente, ele sem dúvida deveria ter sofrido desarranjo e mesmo ruína, quanto mais que não sendo possível obte-los com tais quesitos, acresce que este que se recebeu do Arsenal de Porto Alegre foi de muita má qualidade em seus gêneros e espécies e da mão de obra a pior possível como já fiz ver a Vossa Senhoria em ofício a 25 de janeiro deste ano que novamente ofereço por cópia não só em asserção do que levo dito, como também para suscitar de novo as ideias de Vossa Senhoria e por isso ele todo existe estragado e em completo estado de ruína (...) por esta ocasião cabe-me fazer ver a Vossa Senhoria que chegando ao Jacuí com alguns gêneros de fardamento em reserva (...) reclamo que sejam distribuídas por algumas praças, das muitas que se acham quase despidas.¹⁷⁵

Péssimas condições não eram, portanto, exclusividade do exército rebelde. Bornais imprestáveis, mochilas que “inexistiam”, cantis e marmitinhas sendo usadas coletivamente e fardamentos que não resistiam às intempéries do tempo nem aos trabalhos inerentes à vida de soldado “destinado a servir na campanha”. A correspondência em anexo a esta, traz mais detalhes ainda sobre os fardamentos dos soldados imperiais:

Julgo meu dever participar a Vossa Senhoria para que se digne levar ao conhecimento do Excelentíssimo Senhor Comandante em Chefe que todos os gêneros de fardamento, à exceção dos sapatos, são de má qualidade; as calças pela maior parte curtas e a mão de obra a pior possível, e para o tornar mais defeituoso vieram uns bonés e nova forma que não é a do padrão do uniforme e que desfigura inteiramente ao soldado e conquanto fosse de esperar que este Batalhão novamente fardado apresentasse outra galhardia e aparência militar, contudo assim não acontecerá porque vai ficar burlescamente fardado e uniformizado.¹⁷⁶

¹⁷⁵ Correspondência do Tenente Coronel Comandante do 10º Batalhão de Caçadores para José Fernandes dos Santos Pereira, Coronel Comandante da 2ª Brigada de Infantaria. Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 279, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

¹⁷⁶ Correspondência do Tenente Coronel Comandante do 10º Batalhão de Caçadores para José Fernandes dos Santos Pereira, Coronel Comandante da 2ª Brigada de Infantaria, 23/01/1841. Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 279, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

As preocupações dos comandantes de batalhões, ao trocarem correspondências entre si, demonstram tanto as carências resultantes de uma longa campanha, como também ressaltavam as dificuldades para abastecer um exército tão heterogêneo como aquele que se re-compunha para combater os rio-grandenses rebelados. Além da má qualidade dos tecidos e mão-de-obra, achar um fardamento aceitável para homens que vinham de todos os cantos do império certamente aumentava a dificuldade. O que poderia ser calças curtas para alguns soldados, para outros podia consistir a medida certa. O exército imperial certamente tinha um problema a mais a administrar: padronizar um universo extremamente multifacetado.¹⁷⁷ Vejamos outra reclamação das autoridades militares imperial, ainda em pleno inverno sulino:

Raros são aqueles soldados que ainda possuem fardetas, e estas estão em mau estado (...) e os que têm calças, não tem camisas, ou vice-versa, e cerca de 120 soldados não possuem nenhuma, nem outra coisa, apenas cobrem as carnes do corpo com um pequeno capote todo remendado e alguns soldados que nem isso podem fazer por falta de meios (...). Força é dizer que os oficiais estão em estado de não poderem daqui a mais algum tempo aparecer em público, por falta de vestuário, como não estarão os soldados que bem pouca ou nenhuma trouxeram quando passamos o Jacuí. Dado mesmo a hipótese que muita roupa eles tivessem conduzido, julgo que não seria, contudo, bastante para resistir aos continuados trabalhos de faxinas e carneações e outros serviços de campanha não menos penosos que os soldados tem de fazer quando para isso são nomeados.¹⁷⁸

Apesar de reiterar o que já vinha sendo dito, esta correspondência dá ênfase a um aspecto importante da guerra: o tipo de trabalho que os soldados precisavam desempenhar estava ligado diretamente aos hábitos culturais e práticas típicas do sul do império. E não havia fardamento que resistisse a práticas como carnear “e outros serviços de campanha não menos penosos”.

Assim, esperamos, mesmo que de forma breve, ter traçado um panorama da presença dos escravos na estrutura dos exércitos em disputa, de forma que estes fiquem visíveis nesta estrutura vide um olhar mais detalhado dos corpos e companhias, tanto da infantaria quanto da cavalaria. Esperamos ainda ter demonstrado as péssimas condições materiais de que dispunham estes escravos em guerra, através do conhecimento mais detalhado de suas roupas (ou falta delas), da comida, das armas e arreios. Tudo isso, vivenciado em um difícil clima sulino, que por certo não dependia de decisões dos

¹⁷⁷ Ver RIBEIRO, José Iran. *Op. Cit.*, 2009.

¹⁷⁸ Correspondência do Tenente Coronel Comandante Severo Luiz da Costa Labareda Prates para José Fernandes dos Santos Pereira, Coronel Comandante da 2º Brigada de Infantaria, 21/08/1841. Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 279, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

comandos militares, mas que fazia da vida na guerra - já deteriorada pelas péssimas condições materiais – um ambiente muito mais hostil, penoso e difícil de ser encarado.

1.4) *“Homens de cor, que estais entre o inimigo, abandonai-os e vindes se apresentar e sereis perdoado e Liberto! Aproveitai-vos”*: A fala dos Farrroupilhas e Legalistas.

É impossível entendermos a presença escrava na guerra e suas experiências plurais se não atentarmos para o processo de recrutamento levado a cabo durante a Revolução Farrroupilha, bem como as pretensões dos grupos litigantes em relação a ele. As necessidades e falas dos legalistas e rebeldes podem nos ajudar a compreender o que esperavam dos escravos, porque os buscavam e quais as expectativas que tais retóricas geraram na escravaria. Proclamações, manifestos, ordens do dia, avisos e decretos enunciados pelos dois lados conflitantes foram abundantes ao longo da guerra. Esses tiveram a intenção de conformar correligionários às causas defendidas, perante a população sulina. Interessa-nos aqui especificamente àquelas falas que possam ter relação direta ou indireta com a participação escrava nas tropas e os possíveis entendimentos que as mesmas possam ter gerado entre os escravos.

Não se sabe desde quando existiu uma promessa de liberdade condicional aos escravos que lutassem ao lado dos rebeldes, mas é possível que desde o início do conflito isso já fosse uma ideia - mesmo que vaga - que circulou entre as elites rio-grandenses rebeladas, devido à presença (como já demonstramos, desde a tomada de Porto Alegre, em 20 de setembro de 1835) de escravos nas tropas. À medida que a guerra foi tomando contornos mais definidos e a necessidade de soldados se fez presente, somada à presença de alguns deles já espalhados pelas tropas, a proposta de liberdade condicional tornou-se imperiosa.

Assim, esta foi referendada por dois decretos em maio de 1839 (11/05/1839 e 16/05/1839), os quais traziam implícitos que este acordo tácito entre escravos e rebeldes já vigorava informalmente no sul do Império. Além disso, o primeiro decreto de maio de 1839, respondia a um aviso do Governo Imperial de novembro de 1838, que tentava minar a participação crescente dos escravos nas hostes farrroupilhas.

Durante todo ano de 1838 as autoridades legalistas pareciam alarmadas e não deixavam de comentar e comunicar entre si o intenso recrutamento que os farrapos

vinham fazendo sobre os escravos.¹⁷⁹ Em fevereiro de 1838, o comentário era de que o efetivo dos rebeldes estava a girar em torno de 1500 homens e que destes, 400 eram negros armados, quase um terço do total. Em abril, nova menção às forças rebeldes, agora com referência específica à infantaria, que contava com 300 negros. Entre estas missivas, uma chama atenção pelas palavras detalhadas do Presidente da Província, Antonio Elizário de Brito.¹⁸⁰ Dizia ele ao Ministro da Guerra:

Consta também que andam recrutando os negros que podem, e que seu número será bastante crescido, pois o interesse que os escravos tem de alcançar a liberdade por maio e a promessa que as autoridades rebeldes fazem aos escravos, oferecendo-lhes recompensa os bens legalistas torna estes tolerantes e lhes esquece com tal promessa que desta sorte protegem a imoralidade na escravatura e que, armando assim seus próprios verdugos¹⁸¹ terão em breve de arrepender-se, mas sem remédio.¹⁸²

Fica evidente, nas palavras de Elizário Brito, que para os escravos, integrar as tropas rebeldes era uma estratégia coerente para alcançar a liberdade – confiando na promessa que aquelas autoridades lhes haviam feito. As necessidades impostas pela guerra uniam-se aos interesses escravos, pois além da liberdade condicionada teriam acesso aos bens saqueados dos legalistas. Tal proposta poderia ser fatal aos interesses legalistas na guerra, pois provocaria levas e mais levas de escravos às armas: é o que fica nítido quando diz que o número de escravos ainda iria crescer muito. No entanto, não deixava de ressaltar a ameaça de que os rebeldes estavam armando “seus próprios algozes”, deixando entrever o quão perigoso seria emancipar tantos indivíduos e de alguma forma antevendo a dificuldade – própria às elites escravistas e não somente aos rebeldes – de cumprir tais promessas. Ao final de sua correspondência alertava que os rebeldes “em breve” iriam se arrepender. No entanto, o discurso legalista em breve seria alterado. Os imperiais não deixariam de temer os escravos armados, mas este temor

¹⁷⁹ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 173, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

¹⁸⁰ Antônio Elzeário de Miranda e Brito era português, onde se formou cadete especializado em Engenharia. Durante a Revolução Farroupilha esteve no comando legalista de uma força de infantaria e artilharia, tendo sido nomeado Presidente da Província do Rio Grande do Sul, de 4 a 24 de julho de 1836. Porém permaneceu no cargo apenas poucos dias, sendo nomeado para Santa Catarina. Retornou logo à corte, onde foi nomeado presidente da Diretoria de Obras Públicas. Em 1837 foi nomeado marechal e novamente Presidente da Província do Rio Grande do Sul e comandante de todas as forças do Império em operações de guerra. Combateu o cerco a Porto Alegre e conseguiu a retomada de Rio Pardo. Com a queda de Rio Pardo novamente em mãos rebeldes e a retomada do cerco da capital, saiu em combate aos farroupilhas em 2 de janeiro de 1839. Porém seu sucesso foi inviabilizado por Bento Manuel Ribeiro que tomou duas canhoneiras e um lanchão no Rio Caí. Com sua força limitada Elizário não pode dar combate aos rebeldes. A corte, desgostosa com os resultados e temerosa de revoltas da tropa devido a sua origem portuguesa, solicitou sua demissão em 12 de junho de 1839. A partir daí retornou ao Rio de Janeiro, onde ocupou diversos cargos. SILVA, Alfredo P.M. *Os Generais do Exército Brasileiro. 1822 a 1889*. M.Orosco & Co., Rio de Janeiro, 1906.

¹⁸¹ Verdugo: algoz, executor da alta justiça. SILVA, Antonio de Moraes. *Op. cit.* 1813, p. 884.

¹⁸² Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 173, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

seria minimizado pela necessidade de diminuir os efetivos escravos nas tropas rebeldes e pela utilização desses homens em suas próprias tropas.¹⁸³

Assim, em 19 de novembro de 1838 é emitido um aviso imperial, assinado por Bernardo Pereira de Vasconcellos.¹⁸⁴ Neste aviso, o governo Imperial prometia punição aos escravos que houvessem feito parte das forças rebeldes caso estes caíssem em mãos imperiais. Em seu artigo 1º, dizia que:

Todo escravo que for preso e tiver feito parte das forças rebeldes será, logo aí, ou no lugar mais próximo em que possa ter lugar, correccionalmente punido com 200 a mil açoites, por ordem da autoridade militar o civil, independentemente de processos. Depois de assim castigados, serão remetidos para esta capital, publicando os seus nomes e senhores, afim de que saibam o destino de seus escravos, e possam dispor deles como lhe convier, conquanto que não revertam à província do Rio Grande, enquanto não estiver plenamente pacificada.

Além do açoites por terem feito parte das forças rebeldes, o aviso imperial foi mais longe na tentativa de minar os Farroupilhas, contando com presença considerável de escravos em suas fileiras, àquela altura da guerra. O temor da presença escrava nas tropas, aliada à evasão de cativos que eram recrutados e “seduzidos” preferencialmente em propriedades inimigas¹⁸⁵ e nas regiões conquistadas pelos rebeldes, fez com que o governo imperial – além das chibatadas - também promettesse a liberdade aos cativos. O artigo segundo determinava que:

Os escravos que ao tempo da publicação desta providência fizerem parte da força armada dos rebeldes, e que, abandonando o seu partido, se apresentarem ao seu general em chefe, ou ás autoridades que este designar, ficam anistiados e isentos de todo o serviço forçado, e ser-lhes-á passada carta de alforria, para ficarem gozando de sua plena liberdade; e para que não fiquem expostos a reações e vinganças, ou por alguma funesta casualidade, a recaírem nas mãos dos rebeldes, serão às custas do governo transportados para fora da província (...).

Enquanto a proposta de liberdade dos rebeldes condicionava os escravos à participação armada nas tropas, a liberdade proposta pelos imperiais eximia-os dos serviços nas fileiras legalistas. Propunham apenas que os mesmos escravos abandonassem as tropas rebeldes, apresentando-se às forças imperiais. Aqueles escravos que desertassem receberiam cartas de alforria, para que ficassem “gozando de sua plena

¹⁸³ Embora não houvesse projeto de inserção de cativos nas fileiras legalistas, isso ocorreu como resultado de uma prática usual de incorporar prisioneiros. Esta questão será apresentada adiante, de forma mais específica.

¹⁸⁴ Aviso do Governo Imperial de 19/11/1838, de Bernardo Pereira Vasconcelos para o Presidente da Província, Antonio Elizário de Miranda e Brito. “O Povo” de 10/01/1839, In: SPALDING, Walter. *Op.cit.*, 1982, p. 154.

¹⁸⁵ Na correspondência de Domingos José de Almeida a David Canabarro fica exposto a ordem para “mandar proceder rigoroso recrutamento nos escravos dos dissidentes”. Anais do AHRS, Coleção Varela, CV-1924, de 08/06/1841, vol. 03, p. 524. Há outras referências. Ver também: CV-1925, 08/07/1841, vol. 03, p. 524; CV-3640, de 07/11/1839, vol. 06, p. 362. Ver ainda: FLORES, Moacyr. *Op.cit.*, 2004, p.36.

liberdade”, já que a partir daquele momento estariam “anistiados e isentos de todo o serviço forçado”.

Cerca de um mês após o aviso imperial, o Presidente da Província Antonio Elizário de Brito em carta a Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, dizia o seguinte:¹⁸⁶

Neste estado de coisas, bem conhecido do Governo Imperial, até procura sustentar a primeira autoridade da Província e também por todas as maneiras atenuar a anarquia e porque não pode mandar mais que oitocentos homens Brasileiros, que ainda espero para engrossar o Exército, vendo o Governo a necessidade de aumentar a força numérica de Cavalaria, porquanto a das outras armas já seja suficiente manda fazer aí o engajamento dela; manda conceder a anistia com a necessária cautela, para que não se tome por fraqueza, o que só é efeito de beneficência; permita alforria com a mais escrupulosa circunspecção aos escravos, que estejam com os insurgentes, e que venham apresentar-se a Legalidade, fazendo-os depois sair da Província (...). Grifos Meus.¹⁸⁷

Elisário se referia às ordens do governo imperial e, sobretudo ao aviso, ressaltando ao seu amigo estancieiro a necessidade de que o mesmo fosse cumprido com cuidado. As alforrias deveriam ser passadas com “circunspecção”. A palavra empregada pelo presidente da província significava fazer “atento exame de qualquer coisa, por todos os lados, como quem olha ao redor”. Mais especificamente queria dizer “moderação, prudência, reserva, cautela, seriedade”¹⁸⁸ Era imperativo que aqueles homens fossem remetidos para fora da Província. Ou seja, não deixava de existir o receio sobre a situação daqueles futuros libertos. Conseqüentemente, cuidados redobrados deveriam ser tomados já que a decisão pela concessão de alforrias a escravos em armas servindo com o inimigo tinha sido tomada. “Premiar” com a liberdade àqueles que lutavam contra o império foi a solução encontrada pelo governo imperial para diminuir a presença escrava entre os revoltosos. No entanto, essas alforrias deveriam ocorrer reservadamente, sem alardes, através da deportação dos ex-escravos, evitando-se que tais alforrias gerassem problemas maiores de ordem social naquela república/província escravista. Nesta prudência residia também a percepção de que, se estes escravos estavam lutando ao lado dos rebeldes, e tendo sido eles recrutados em sua maior parte, entre as escravarias inimigas – no caso, escravarias de legalistas sulinos – estes escravos eram, em grande medida, de propriedade de indivíduos legalistas. Assim, era necessária cautela redobrada, já que essa iniciativa poderia gerar

¹⁸⁶ Era representante dos negócios do Brasil no Uruguai naqueles anos, foi também deputado provincial em primeira legislatura (1835), além de magistrado com parte de sua formação em Coimbra. Era irmão de Fernandes Braga, presidente da província deposto no início do conflito farroupilha. PORTO-ALEGRE, Achylles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Livraria Selbach, Porto Alegre, 1917.

¹⁸⁷ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 174, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes

¹⁸⁸ BRUNSWICK, Henrique. *Novo Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa*. 3ª edição, s/dt., Lisboa, Empresa Literária Fluminense, p. 265; SILVA, Antonio de Moraes...*Op. cit.* 1813, p. 400.

problemas internos entre os partidários do império, ao contrapor as necessidades do Governo Imperial aos interesses imediatos dos seus aliados na província. Por certo, tal medida não era consensual nem entre rebeldes, nem entre os legalistas. Essa falta de consenso estimulava a cautela porque a promessa de alforria àqueles que se apresentassem vindo das forças inimigas poderia estimular fugas de escravos, tanto das escravarias rebeldes – o que por certo não devia preocupar em nada as autoridades imperiais – mas também das escravarias dos próprios legalistas sulinos, aos quais – inventivamente - poderiam se aproveitar da situação, mesmo não estando servindo, para tentar alcançar a liberdade.

O que o governo imperial fazia ao emitir tal aviso era tentar colocar os escravos que estavam “seduzidos” pela proposta de liberdade dos rebeldes contra a parede, ao enunciarem que aqueles que fossem pegos em armas a serviço do inimigo seriam punidos; ao mesmo tempo em que oferecia perdão aos que voluntariamente se apresentassem. Para aqueles que fossem feitos prisioneiros, chibatadas; para os que desertassem, a liberdade. Para os escravos este aviso se configurou em mais uma opção a ser analisada; escolher entre lutar (se sobrevivessem, quiçá teriam a liberdade ao lado dos rebeldes) e ter a alforria ao final do conflito ou se apresentar aos imperiais e ter o perdão do imperador sob a condição de serem remetidos para fora da província, como era prática comum aos soldados prisioneiros dos inimigos do império. Difícil escolha. De toda forma, a partir de novembro de 1838 os escravos que tomaram conhecimento daquela possibilidade tiveram sua margem de escolha ampliada, quando tivessem condições de pesar os prós e contras dessas escolhas.

Os senhores dos escravos seriam devidamente indenizados por aqueles cativos que se apresentassem às forças imperiais e que por este motivo receberiam a alforria. Era isso ao menos o que previa o parágrafo terceiro do aviso.¹⁸⁹ No entanto, não temos conhecimento de que alforrias por conta deste aviso (tal qual explicitado nele - sem

¹⁸⁹ “Os escravos que se apresentarem, e estiverem nas circunstâncias da disposição antecedente, serão avaliados por dois louvados, um nomeado pelo procurador fiscal ou pelos fiscais que suas vezes fizerem, e o outro por seu dono, se estiver presente, na sua falta pelo que designar, ou tiver designado a respectiva Câmara Municipal, ou pelos fiscais desta devidamente autorizados. Esta avaliação será feita sumariamente, e Vossa Excelência expedirá as precisas ordens para que não deixem de haver louvados, de que trata o parágrafo antecedente. Se os escravos pertencerem aos súditos imperiais fiéis ao seu juramento, ao Trono e à pátria, ser-lhe-á o preço de avaliação pago logo que o requererem. Se, porém, forem estes escravos pertencentes aos rebeldes, seus colaboradores e protetores, só terá lugar o sobredito pagamento depois da devida indenização e da liquidação final, sendo para este fim depositados no cofre da tesouraria provincial as quantias em que foram avaliados”. Aviso do Governo Imperial de 19/11/1838, de Bernardo Pereira Vasconcelos para o Presidente da Província, Antonio Elizário de Miranda e Brito. “O Povo” de 10/01/1839, In: SPALDING, Walter. *Op.cit.*, 1982, p. 154.

condição alguma) tenham ocorrido e, portanto, que estes escravos anistiados tenham sido remetidos para fora da Província durante a guerra em curso, conforme previsto no aviso. No entanto, encontramos escravos prisioneiros sendo remetidos para fora da província, de acordo com o que previa o aviso.¹⁹⁰ Se estes receberam chibatadas desconhecemos, mas o fato dos documentos silenciarem sobre isso não exclui essa possibilidade. Em represaria, um decreto Farroupilha publicado alguns meses depois do aviso imperial, prometia o mesmo tratamento aos oficiais, caso ficassem sabendo que escravos seus, feitos prisioneiros pelos legalistas, tivessem sido chicoteados.¹⁹¹ Poucos dias depois deste, os Farroupilhas publicavam mais um decreto em seu órgão de imprensa, este com o fim de deixar bem claro aos cativos que já estivessem em armas do lado farroupilha e desertassem para se apresentarem aos legalistas, que, caso fossem feitos prisioneiros dos rebeldes, volveriam à condição de escravos. Era a revogação clara e tácita das alforrias condicionadas à participação na guerra utilizada como punição aos desertores.¹⁹²

Alguns senhores legalistas reclamaram de volta seus escravos, quando aqueles escolheram se apresentar as forças imperiais. O governo central indenizou alguns, enquanto outros efetivamente receberam seus escravos de volta. Duas histórias ilustram a situação, tanto daqueles que se apresentaram como daqueles que foram requeridos para devolução. Em junho de 1840 Manoel da Costa Guimarães, Tenente-Comandante interino em correspondência com Manoel Jorge Rodrigues, General Comandante em

¹⁹⁰ Encontramos três listas. Uma primeira de 23 prisioneiros rebeldes na qual aparentemente não constam escravos; uma segunda, de oficiais que estão sendo remetidos para diversas províncias do norte (PE, MA, PA). Uma terceira, com 76 nomes, contendo alguns escravos. Esta 3ª lista que contém escravos é datada de 23/02/1844 e vai assinada pelo Marechal de Campo Tomás José da Silva, comandante da Guarnição de Porto Alegre. Entre os 76 prisioneiros, há quatro soldados/escravos especificados sendo remetidos para a corte, para ficar a disposição do Ministro da Guerra. Em documento de 15 de abril do mesmo ano, consta que a remessa foi feita a 27 de fevereiro de 1844, quatro dias após a data constante na lista.

São eles: Quartejo Antonio, Escravo de Faustino Correa, nos Canudos; Domingos Antonio, Escravo de Felisberto G. da Silva, em Porto Alegre; Joaquim, Escravo de Anna Guedes, de Cruz Alta e Rafael Jacinto, Escravo de Jacinto Hipólito, morador no Canguçu, oferecido aos rebeldes por um filho seu, todos serviam como soldados entre os rebeldes. Arquivo Nacional, Coleção Caxias, Caixa nº 810, Pasta nº 04, Código do fundo: OP.

¹⁹¹ Decreto publicado no Jornal “O Povo” de 11 de maio de 1839. “Artigo único: desde o momento em que houver notícia certa de ter sido acoitado um homem de cor a soldo da República pelas autoridades do governo do Brasil, o general comandante-em-chefe do Exército ou comandante das diversas divisões do mesmo, tirará à sorte aos oficiais de qualquer grau que sejam das tropas imperiais nossos prisioneiros, e fará passar pelas armas aquele que a mesma sorte designar”. SPALDING, Walter. *Op.cit.*, 1982, p.155-156.

¹⁹² Decreto publicado no Jornal “O Povo” de 16 de maio de 1839. “Todo o homem de cor ao soldo da República que fugar para o inimigo, volverá a condição de escravo, sempre que cair prisioneiro das Forças Republicanas; pois que tendo sido liberto da escravidão com a condição tácita de servi-la, justo é que fique rescindido aquele trato condicional”. SPALDING, Walter. *Op.cit.*, 1982, p.159. FLORES, Moacyr. *Op.cit.*, 2004, p. 53.

chefe do Exército legal relatava que algumas pessoas “que tem servido aos rebeldes” estavam se apresentando a ele. Entre estes, um pardo, escravo de Vasco Macedo. Segundo as palavras do tenente-comandante o pardo dizia ter sido “obrigado” a pegar em armas pelos rebeldes. É bem possível, dentre as inúmeras possibilidades de recrutamento que aquele conflito ofereceu aos grupos litigantes que o pardo tenha sido motivado a se apresentar, tanto pela proposta de alforria ofertada pelo governo imperial, mas também pelo grau de coação e violência a que estava submetido nas forças farrapas. Uma vida no exército tal qual o cativo não devia interessar àquele pardo. Andar obrigado, isto é, contra sua vontade, em um universo com uma margem de possibilidades semelhante ao que tinha em cativo definitivamente não parecia uma boa alternativa. Em junho de 1840, Saturnino de Oliveira, então Presidente da Província informava ao Ministro sobre o recrutamento de escravos dos rebeldes afirmando que para eles todos os meios eram lícitos e quando “a ordem não basta, recrutam a pólvora e bala”.¹⁹³ Nesse caso, a deserção e posterior apresentação às forças legais poderiam melhorar as perspectivas de vida do ex-cativo/soldado.¹⁹⁴

Já a história do pardo João exemplifica a situação de devolução. De alguma forma ele desertara dos farrapos alistando-se posteriormente na Guarda Nacional, até que seu senhor o descobriu e fez diligências para tê-lo de volta. E conseguiu. Em 13 de agosto de 1838 o Presidente da Província Elizário de Brito informava ao Ministro os encaminhamentos da situação:

Em observância do aviso que Vossa Excelência me expediu (...), mandei entregar ao procurador do Gabriel Getúlio Monteiro o pardo João, que sendo escravo do mesmo Monteiro se achava como praça no 1º Batalhão de Provisórios da Guarda Nacional.¹⁹⁵

Já o preto africano Francisco, fugiu de seu senhor, Duarte Silveira Gomes, morador na Vila de Rio Pardo e se apresentou aos legalistas. Francisco havia sido dado por seu senhor, junto a outro preto, para servir entre os rebeldes “com as armas na mão”. Como soldado, foi até Gravataí, de onde se evadiu, apresentando-se em seguida

¹⁹³ Em correspondência, Manoel Jorge Rodrigues informava ao Conde de Lages sobre o fato de alguns “pretos obrigados”, terem desertado em um combate e fugido para o mato. Estes estariam mortos de fome e alguns teriam morrido porque comeram mandioca brava. Segundo o informante das notícias a Manoel Jorge, “só perto da casa dele, havia morrido cinco, entre o Taquari e o Cai”. Eram desertores do combate do Taquari, ocorrido em três de maio de 1840. Estes pretos, entre servir aos rebeldes “obrigados” e se apresentar os legalistas, optaram por uma terceira possibilidade: a fuga para o mato, onde acabaram morrendo. Havia ainda aqueles que não querendo se apresentar aos legalistas acabaram entrando em conflito e terminaram sendo mortos por isso. Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 278, IG¹ 175, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

¹⁹⁴ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 278, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes

¹⁹⁵ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 173, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

às autoridades militares imperiais. Isso deu a 26 de março de 1839; portanto, após a publicação do aviso imperial circular. Não sabemos ao certo se Francisco foi engajado entre os imperiais, mas tampouco se têm a notícia de que tenha (ele ou qualquer outro) recebido a alforria pura e simplesmente pelo fato de ter se apresentado.¹⁹⁶ As experientes autoridades imperiais não seriam desatentas ao fato de conceder alforria (o que implicava em indenizar os senhores dos escravos, quando estes fossem reclamados), sem tirar proveito deles, especialmente em um momento em que o exército imperial necessitava de reforços. Quando a alforria ocorreu, isso normalmente resultou no recrutamento do escravo pelas tropas imperiais. Embora inexistisse uma lei específica de incorporação de escravos (ou ex-escravos) às tropas imperiais, o que parece ter ocorrido foi uma adaptação do aviso à prática costumeira de incorporar inimigos às tropas, resultando nas indenizações aos senhores dos escravos (previstas no aviso) para a incorporação dos mesmos ao exército.¹⁹⁷

Alguns meses depois, com grandes deserções entre suas fileiras, os rebeldes responderam ao Aviso Imperial com dois decretos. O primeiro, de onze de maio de 1839, respondia à ordem de acoites nos escravos que fossem pegos a serviço dos rebeldes pelos imperiais, da seguinte forma:¹⁹⁸

Artigo Único. Desde o momento em que houver notícia certa de ter sido açoitado um homem de cor a soldo da República pelas autoridades do governo do Brasil, o General Comandante em Chefe do Exército ou Comandantes das diversas divisões do mesmo tirará à sorte aos oficiais de qualquer grau que sejam das tropas imperiais nossos prisioneiros e fará passar pelas armas àquele que a mesma sorte designar.¹⁹⁹

Através deste decreto, o governo rebelde tentava coibir que seus escravos em armas, fossem surrados e inutilizados quando caíssem prisioneiros dos imperiais. Pelo mesmo decreto, Bento Gonçalves prometia fazer o mesmo a oficiais legalistas que estivessem como prisioneiros rebeldes. No entanto, o decreto não coibia a deserção que poderia acontecer, por efeito do “chamamento” propondo liberdade aos cativos em armas dos rebeldes que se apresentassem aos legalistas. Desta forma, alguns dias depois (16/05/1839) outro decreto é emitido:

Podendo acontecer que alguns homens de cor, seduzidos pelas pérfidas insinuações do infame e mil vezes imoral governo do Império, cometa-o a insigne vileza de passarem-se as linhas inimigas, e cumprindo não deixar impune

¹⁹⁶ Anais do AHRS, Coleção Varela, CV-3682, vol. 06, p. 391.

¹⁹⁷ RIBEIRO, José Iran. *Op.cit.*, 2009; KRAAY, Hendrik. “As Terryfing as Unexpected”: The Bahian Sabinada, 1837-1838. *Hispanic American Historic Review*. Duke University Press, 1992.

¹⁹⁸ Decreto publicado no jornal “O Povo” em 11 de maio de 1839.

¹⁹⁹ Ver ANEXO 02.

um ato semelhante de extrema degradação e aleivosia, o Presidente da mesma República, ouvindo o Conselho dos Ministros, decreta: Artigo Único. Todo homem de cor ao soldo da República, e por ela livre, que fugar para o inimigo, volverá a condição de escravo, sempre que cair prisioneiro das forças republicanas, pois que tendo sido liberto da escravidão com a condição tácita de servir a justo é que fique rescindido aquele trato condicional uma vez mantido e que lhe seja aplicada a pena civil, que manda volver o forro ao domínio do senhor que o liberara sempre que esse possa o convencer de ingratidão, depois de ter dispensado tão inapreciável benefício.²⁰⁰

Este decreto tentava barrar a possibilidade que as forças imperiais abrissem no Aviso dirigido aos escravos em armas com os rebeldes. O decreto afirmava que àqueles que por ventura se apresentassem ao inimigo voltariam à condição de escravo quando caíssem novamente em mãos rebeldes. Estavam, portanto, rescindido o contrato de liberdade condicional pela participação armada. Além disso, estes escravos retornariam aos seus senhores. O decreto deixava claro que ingratidão se pagava com decisões precisas, que atemorizassem àqueles que descumprissem “tão inapreciável benefício”. Bento Gonçalves, um homem hábil com as palavras, alertava os escravos no decreto para que não fossem seduzidos pela aleivosia dos inimigos. Aleivosia pode significar “traição, infidelidade, maquinação contra a vida, ou a pessoa de alguém, seus bens e honra com mostras de amizade (...) é uma maldade cometida atraíçoadamente sob mostrança de amizade”.²⁰¹ Bento falava pela República que representava, mas falava de forma mais ampla pelas elites escravistas das quais fazia parte. O que ele estava querendo dizer aos escravos é que a promessa de liberdade feita pelos legalistas era um embuste para minar as forças rebeldes, uma estratégia necessária de guerra. E era. Cabia aos escravos pensar e escolher entre as opções disponíveis. O que estava subentendido nas palavras do comandante rebelde era qual grupo político naquele momento poderia oferecer maiores chances de sucesso aos escravos, sendo a guerra e as situações que ela criara o elemento conjuntural decisivo para as escolhas cativas (mesmo que esta margem de escolha fosse pequena, ela existia, tendo muitas vezes a colaboração de leis e avisos desta natureza). A combinação de leis, avisos e decretos que tinham por finalidade desfalcocar o inimigo, usando para isso a expropriação dos cativos aliava-se aos esforços e estratégias práticas destes escravos, gerando situações que ampliavam a margem de ação dos mesmos.

Aos dois decretos farroupilhas, o governo imperial respondeu com uma Proclamação aos rio-grandenses e ao Exército, assinada por Manoel Jorge Rodrigues,

²⁰⁰ Decreto publicado no jornal “O Povo” em 18 de maio de 1839.

²⁰¹ SILVA, Antonio de Moraes. *Op. cit.* 1813, p. 88.

General Comandante em Chefe do exército legal. Neste longo discurso, onde Manoel Jorge atacava as forças rebeldes, enumerando suas mentiras, violências e equívocos, bem como onde ressaltava as virtudes do império para com o povo sulino, especial atenção foi dedicada aos “homens de cor”, no trecho que finaliza o documento.

Homens de cor, que estais entre os rebeldes servindo de instrumento a seus malvados projetos o governo imperial de vós se não esqueceu, sabendo que foram constrangidos por esses homens que vos armaram...Abandonai-os; e vinde de apresentar-vos ao exército legal e sereis perdoados e libertos. Aproveitai-vos. Quartel General no Rio Grande, 02 de dezembro de 1839.²⁰²

A proclamação vinha reforçar o que já havia sido dito no Aviso de novembro de 1838, incitando os escravos a deixarem as forças rebeldes e reafirmando a promessa de perdão e de liberdade. A história do africano Joaquim agrega um pouco das questões discutidas acima. Francisco Luis da Rocha, senhor de Joaquim, residia em Pelotas e ele próprio havia servido no Batalhão dos Provisórios em Rio Grande. A esta época, soube que Joaquim, seu escravo (alfaiate, 28 a 30 anos, nação cabinda) havia fugido para assentar praça nas forças rebeldes. É possível que Francisco tenha dado o preto Joaquim como “causa perdida”, evitando resgatá-lo. Tempos depois, descobriu que seu escravo estava servindo às tropas legais sob o comando de Francisco Pedro de Abreu, o Moringue. Essa descoberta levou Francisco a investir na restituição de seu escravo “perdido”. Certamente que sua posição de *homem a serviço do império*, permitiu a Francisco conseguir do próprio coronel Francisco Pedro um documento atestando que Joaquim era seu escravo. Somado a este, apresentou documento de compra do dito africano, na tentativa de reaver Joaquim, encaminhado os dois documentos ao Comandante em Chefe, Barão de Caxias.

Caxias sabia que se tratava de uma questão delicada, pois um correligionário sulino requeria seu escravo que servia às hostes imperiais. Devolvê-lo ou passar-lhe a alforria e incorporá-lo as tropas definitivamente? Sobre o que fazer, Caxias consultou o Ministro Jerônimo Coelho para que este o auxiliasse na deliberação de tal questão. O Ministro, por sua vez, lhe expede um aviso, sobre o qual Caxias responde, dizendo o seguinte:

Recebi o aviso que Vossa Excelência se dignou expedir-me em 3 de setembro último, em que em nome de Sua Majestade o Imperador me autorizou para mandar arbitrar valor razoável a Joaquim Pedro, escravo de Francisco Luis da Rocha, e que lhe seja contada, daquela data em diante a nova praça no 3º Batalhão de Fuzileiros onde serve, em resposta, cumpre-se dizer a Vossa Excelência que cumprirei quanto se me ordena no citado aviso e em tempo

²⁰² Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 278, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes e Anais do AHRS, Coleção Varela, CV-7910, vol. 18, p. 165-167.

oportuno darei parte do resultado da avaliação do cito soldado. Deus Guarde a Vossa Senhoria, Quartel General da Presidência e do Comando em Chefe do Exército em Marcha, no Candiota, 05 de dezembro de 1844.²⁰³

Assim, Caxias respondeu ao senhor de Francisco, em um documento que atesta tanto a liberdade obtida como a incorporação do alfaiate Joaquim ao 3º Batalhão de Fuzileiros.

Tendo o escravo do suplicante prestado bons serviços ao Imperador esta no caso de ser libertado por conta da nação para continuar no serviço e por isso deve o suplicante declarar seu valor para lhe ser pago pela caixa militar. Quartel General nas Pedras Altas. 19/03/1844. Barão de Caxias.²⁰⁴

Elemento importante na deliberação do ministro Jerônimo Coelho como representante imperial nas *cousas* da guerra dizia respeito ao fato de que Joaquim já “estava servindo”. A prática e experiência como soldado em um exército que constantemente perdia homens através da deserção constituía elemento importante para o exército, que não podia prescindir de homens que tivessem, mesmo com outros fins (no caso, a possibilidade de liberdade, o afastamento de seu senhor pela fuga) o interesse de ser soldado.

Situação semelhante viveu o escravo Hagapito. De propriedade do Conde de São Simão, Hagapito vivia na Fazenda denominada dos Povos, encontrando-se como praça do Corpo da Cavalaria legalista. Como o dito Conde já havia falecido, os depositários de seus bens e arrendatários da fazenda a qual pertencia Hagapito o requereram ao Presidente da Província.

Dizem Manoel Rodrigues Cordeiro e José dos Santos Magano na qualidade de depositários administradores da massa falida do finado Francisco José de Abreu que achando-se como praça no Corpo de Cavalaria ultimamente chegado de Porto Alegre um escravo de nome Hagapito, da Fazenda denominada dos Povos, de propriedade do Conde de São Simão e mais herdeiros, cuja fazenda se acha a cargo dos suplicantes, como representantes dos credores do dito falecido, a quem se achava arrendada a referida fazenda e conquanto os suplicantes reconheçam os relevantes serviços à legalidade pelo dito escravo e correspondência que tem havido entre o seu legítimo senhor e alguns dos chefes das forças legais afim de obter a sua liberdade, para qual é da dignidade do Governo exaurir todos os meios a seu alcance, contudo, como até esta data não tenha havido alguma decisão a respeito, os suplicantes forçados se vêem a pedir a Vossa Excelência a entrega do referido escravo ou uma quantia qualquer que para o futuro os

²⁰³ Arquivo Nacional, Coleção Caxias, Caixa 810, Pasta nº 06, Código do fundo: OP. Ver também, AHEx, Cod. 91B (RS).

²⁰⁴ APERS, Pelotas, 1º Tabelionato, São Francisco de Paula, livro 1, 1832-1844. Jovani Scherer apresenta esta discussão ao trabalhar com alforrias para a cidade de Rio Grande. Diz o autor que, para além de um período de instabilidade, a guerra foi também um tempo de oportunidades aos escravos. “Trata-se de um dos poucos registros notariais que comprova o percurso de um cativo que fugiu, lutou na guerra (provavelmente nos dois exércitos) e conquistou a carta de liberdade. A pesquisa histórica em fontes relativas a eventos ocorridos durante o decênio farroupilha poderá revelar quanto estes episódios podem ter sido, ou não, frequentes” SCHERER, Jovani. *Op.cit.*, 2008, p. 81.

desonere qualquer responsabilidade que possa aqui seguir-se. Pede os suplicantes a Vossa Excelência o deferimento à sua súplica.²⁰⁵

O requerimento de Manoel Cordeiro e José Magano tinha por fim que o governo lhes desse alguma garantia de que eles seriam indenizados por aquilo que reconheciam como fato: “os relevantes serviços prestados à legalidade pelo dito escravo”. Além disso, os arrendatários da fazenda do Conde sabiam que havia intensa correspondência entre “o seu legítimo senhor e alguns dos chefes das forças legais a fim de obter a sua liberdade”. Queriam, portanto, uma resposta clara do governo, como uma garantia qualquer em dinheiro, ou o retorno do escravo. Importante destacar que havia uma espécie de “acordo” entre os chefes militares das forças legais e o legítimo senhor de Hagapito, para que o mesmo obtivesse a liberdade (leia-se, permanecesse no exército).

O Presidente da Província, após tomar conhecimento da questão, resolve emitir sua opinião a respeito da situação em carta ao Ministro da Guerra:

Sendo-me dirigida a representação inclusa por copia em que os depositários dos bens do finado Francisco José de Abreu, reclamam um escravo de nome Hagapito, com propriedade pertencente a massa de tais bens e tendo este individuo prestado muitos bons serviços com as armas na mão à causa que defendemos e ora verificado a sua escravidão, parece contudo, mui duro que volte ao cativo. Nestes termos vou propor a Vossa Excelência o indenizar-se a quem tenha a ele o direito da quantia correspondente ao seu valor, continuando ele com praça a servir no corpo em que se acha e desta sorte mostraria o governo a generosidade com quem assim o serve, continuaria a ter um soldado, que em agradecimento buscaria ainda melhor servir. Contudo, Vossa Excelência decidirá que julgar de justiça, não deixando eu porém de reconhecer que de semelhante prática possam resultar inconvenientes. 20/08/1838.²⁰⁶

Para Elizário, a indenização era a melhor saída, lhe parecendo “mui duro” que o escravo voltasse ao cativo. Ressaltando o caráter beneficente do governo para com aqueles que “assim o servem”, se a indenização fosse paga, como estava propondo, o exército continuaria a contar com o soldado e este lhe seria grato em retribuição “ao favor” que o mesmo Estado lhe fazia. Na lógica da generosidade imperial, Hagapito ainda buscaria “melhor servir”. Não sabemos se Hagapito partilhava desta lógica, mas sua história se soma a de Joaquim como exemplos de concessões de alforrias passadas pelo Estado Imperial durante a revolta farroupilha. Estas situações podem ser lidas como um resultado não antecipado do esforço de guerra, onde a necessidade de braços para a guerra era sempre latente. Nesse contexto, a utilidade destes homens com experiência e dispostos a servir não poderia ser desprezada. E assim como Joaquim, Hagapito também já estava servindo. É neste sentido que entendemos as palavras de

²⁰⁵ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 173, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

²⁰⁶ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 173, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

Elizário quando dizia que achava mui duro que o mesmo retornasse ao cativo. Sobressaía-se ali certa lógica de alguém que entendia que uma medida como aquela – de recolocar no cativo um escravo-soldado, que já havia partilhado de uma cultura belicosa, vivenciada em um contexto político delicado, seria a pior saída. Hendrik Kraay entendeu estas posturas como um legalismo dentro das forças armadas.

Os militares defendiam zelosamente sua autoridade legal sobre os recrutas. Como resultado desse legalismo, a dispensa tanto do homem livre quanto do escravo requeria provas de que o soldado tivesse sido recrutado injustamente. No caso da presença de escravos nas fileiras, cabia aos senhores demonstrar sua condição de proprietário a contento das autoridades civis e militares. As petições dos proprietários deviam, portanto, incluir cópias da matrícula do escravo, recibos de imposto pago sobre o mesmo, nota de venda, certificado de batismo ou trechos relevantes de processos de partilha de bens em que o escravo fosse legado a um determinado herdeiro. Se permanecesse alguma dúvida sobre a identidade do recruta, o reclamante tinha de preparar uma "justificação" que incluísse depoimentos, jurados diante do juiz, de três a cinco testemunhas que afirmassem que o recruta reclamado era, de fato, o escravo desaparecido reclamado. Em seguida a presidência examinava os documentos e os submetia ao comandante-das-armas, o chefe militar da província, que os avaliava e interrogava o escravo. Se as duas autoridades ficassem satisfeitas, o presidente ordenava a dispensa (...). Os militares acatavam o velho princípio do direito romano, segundo o qual escravos que prestassem serviços ao Estado como soldados deviam ser libertados. Embora isso nunca tivesse sido formalmente introduzido nas leis brasileiras - pois seria um convite aberto para os escravos fugirem para as forças armadas - o Exército todavia não devolvia fugitivos que se tivessem distinguido em suas fileiras.²⁰⁷

Vale lembrar que Elizário possuía formação militar. Difícil generalizar, mas parece bem possível que fosse este o caso da opinião desta autoridade provincial. O exército servia, neste sentido, como um abrigo contra o retorno à escravidão.²⁰⁸ Importante destacar que Hagapito era um escravo-soldado com mais de ano de experiência na guerra. Em 1837, o rebelde tenente Graciano retirou da Estância dos Povos, 12 escravos do senhor Magano, conforme informações de Manuel Lavadeiro, um dos escravos roubados.²⁰⁹ É bem provável que Hagapito fosse um destes escravos roubados em setembro de 1837.

Uma vez que estes escravos em armas existiram, indenizar seus senhores – como parte da lógica das sociedades escravistas que recrutavam escravos – constituía-se como a decisão menos nociva ao direito de propriedade.²¹⁰ Elizário também sabia que aquela conjuntura favorecia a liberdade em troca de indenização aos senhores. Em tempos de

²⁰⁷ KRAAY, Hendrik. *Op. cit.*, 1996, p.35-36.

²⁰⁸ KRAAY, Hendrik. *Op.cit.*, 1996.

²⁰⁹ Anais do AHRs, Coleção Varela, CV-5411, vol. 11, p. 66.

²¹⁰ Ribeiro apresenta em sua tese a situação de Hagapito dentro do que ele chamou de “exceções que sinalizavam a complexidade” das reclamações dos senhores por reaver seus escravos em armas no contexto da revolta farroupilha. RIBEIRO, José Iran. *Op. cit.*, 2009, p. 69-70.

paz isso acontecia, mas com bem menos frequência. No entanto, sua proposta de indenização ao senhor do escravo em armas não chegou ao ministro sem a ressalva necessária: ele não deixava de reconhecer que de semelhante prática poderiam resultar inconvenientes.

Não é nosso intuito entrar em um debate estéril sobre qual dos lados em disputa traiu, mentiu ou manipulou mais os escravos em suas prementes necessidades de guerra via discursos, decretos ou leis que os tinha como alvos. A função de historiador juiz não agrada a grande maioria dos historiadores já há muito tempo.²¹¹ Entretanto, analisar as falas dos grupos políticos, posturas e discursos em relação aos escravos nas tropas nos possibilita pensar como a conjuntura belicosa permitiu criar condições benéficas tanto aos chefes guerreiros como aos escravos. Saber manejar as situações delicadas que surgiam era o que poderia conferir menores ou maiores chances do empreendimento dar certo. Para as elites em guerra significava, através das leis, decretos e avisos tentar diminuir os riscos de perda dos soldados e enfraquecimento do grupo oposto, enquanto que para os escravos residia em fazer a escolha mais acertada para aquele momento. Ampliadas as oportunidades era preciso diminuir ao máximo as chances de erro.

Assim, tendo em conta o aviso imperial, os decretos rebeldes e os casos apresentados, podemos constatar que, da parte do discurso legalista, houve uma adaptação na lei enunciada, que pela prática fez com que a promessa de liberdade aos cativos resultasse nas alforrias/indenizações condicionadas ao fato de que os escravos ficassem servindo nas tropas do exército imperial. O que para Bento Gonçalves era um embuste dos imperiais, foi na verdade uma adaptação ao cotidiano da guerra e a uma prática costumeira de incorporar desertores do inimigo entre os seus.²¹² É desnecessário salientar que as indenizações ocorreram apenas para os amigos da causa imperial. No que concerne aos farroupilhas, o que fica constatado é o recrutamento de escravos e a importância destes na composição das hostes rebeldes. Os artifícios legalistas que tentavam minimizar a participação escrava nas tropas rebeldes também comprovam essa importância, a ponto destes lançarem mão de promessas de alforria como prêmio para a deserção dos rebeldes. Quanto às promessas de alforria condicional à guerra pelos rebeldes, estas estiveram mediadas pelos próprios rumos e resultados que a guerra tomou. Veremos mais adiante se elas se efetivaram e em que condições.

²¹¹ GINZBURG, Carlo. *El juez y el historiador. Anotaciones al margen del caso Sofri*. Madrid, Anaya & Mario Muchnik, 1993.

²¹² RIBEIRO, José Iran. *Op. cit.*, 2009.

Capítulo II

- Exércitos de homens só -

Os Cativos e a Guerra Civil.

Capítulo II - *Exércitos de homens sós* - Os Cativos e a Guerra Civil.

"Porque um texto não nasce apenas do domínio da palavra, que pode ser apenas um disfarce. Nem na apropriação de um grande fato histórico, de um ato de bravura em uma batalha, em acordos de honra que vivem nos ludibriando numa saudade sem sentido de uma glória perdida (...) Não somos heróicos por nossas hipérboles; somos do tamanho das coisas que o nosso coração consegue tocar"
(Barbosa Lessa/Renato Dalto)

2.1) *A experiência individual em foco*: um breve enfoque teórico-metodológico.

Um dos conceitos bastante utilizados na atualidade diz respeito à noção de “experiências vividas” pelos sujeitos sociais nos mais diversos contextos. O conceito tem sido apropriado com muita frequência por historiadores a fim de embasarem suas propostas de trabalho.²¹³ O conceito da experiência que queremos destacar no trabalho comporta tanto o estudo da dinâmica social, como a pesquisa sobre a relação/tensão entre individual e coletivo, vistos - não como instâncias antagônicas - mas complementares. Nessa perspectiva, a percepção das trajetórias traçadas (e das experiências que nelas se constituem) pode ajudar a entender como se conforma a estrutura social, bem como visualizar seus limites testados - a todo o momento - pelas ações dos indivíduos em análise.²¹⁴

Por mais excepcionais que estas vidas/experiências possam ter sido, não fogem ao seu tempo, nem aos limites impostos pela estrutura social. Ao analisarmos algumas trajetórias individuais (a seguir) e suas multifacetadas experiências podemos perceber até que ponto estas individualidades agem sobre esta estrutura; até que ponto exercem uma força sobre esta armadura que lhes contêm. São de Giovanni Lévi as principais discussões metodológicas neste sentido, assim como é do historiador italiano o notável trabalho de aplicação do método.²¹⁵ É justamente nesta tensão entre interesses individuais e estrutura social que acreditamos residir a validade destas análises.

²¹³ Podemos seguramente dizer que os as obras do historiador inglês E.P. Thompson foram um marco fundamental na historiografia no tocante a (re) construção das experiências cotidianas de homens e mulheres comuns na tentativa de entender como significavam seu mundo, suas vidas e escolhas. THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3 vols.; *Tradición, Revuelta y Consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Ed. Barcelona, 1984; *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 2001.

²¹⁴ SCOTT, Joan. *Prefácio a Gender and Politics of History*. Cadernos Pagu (3) 1994.

²¹⁵ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: *Usos e abusos da história oral*. AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.), 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p.179-180. LEVI, Giovanni. LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Podemos ainda pensar estes percursos como trajetórias limites, à medida que testam os limites da estrutura social, e por vezes, mais que forçá-la, modificam-na.

Nenhum sistema normativo é de fato suficientemente estruturado para eliminar toda a possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou interpretação das regras, de negociação. Parece-me que a biografia constituiu nesse sentido o lugar ideal para se verificar o caráter intersticial – e ainda assim importante – da liberdade de que as pessoas dispõem, assim como para observar a maneira como funcionam concretamente os sistemas normativos que nunca são isentos de contradição.²¹⁶

A concepção de biografia, proposta pelo autor acima, pode em nosso caso ser substituída por algumas trajetórias que nos permitirão analisar as contradições do sistema normativo. Entre as alternativas teórico-metodológicas que permitem estas análises, optamos por vê-las de forma micro-histórica, focando muito mais nos indivíduos, que propriamente nos processos. E, a partir dos indivíduos acessar as transformações processuais possíveis, através das análises das possibilidades que aos sujeitos se apresentam.²¹⁷

Uma aplicação da discussão acima apresentada pode ser encontrada no trabalho de Beatriz Mamigonian que, ao discutir método e a relação com pesquisas que têm por foco trajetórias individuais, destaca que este procedimento ajuda a devolver aos sujeitos abordados protagonismo e indeterminação. “Isso porque, no conjunto, os registros individuais revelam as alternativas disponíveis aos indivíduos em dado momento histórico, as escolhas que fizeram e, em última instância, seu impacto na história”.²¹⁸ Destaca ainda que nas últimas duas décadas, “o recurso ao uso de casos individuais ou à reconstituição de trajetórias das individuais se tornou mais comum na historiografia da escravidão”.²¹⁹

No que concerne ao uso do conceito de experiência, a historiadora Joan Scott foi a primeira a fazer uma revisão crítica ao sentido utilizado por E.P.Thompson e que

²¹⁶ LEVI, Giovanni. *Op.cit.*, 2002, p.179-180.

²¹⁷ CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

²¹⁸ MAMIGONIAN, Beatriz. José Majojo e Francisco Moçambique, marinheiros de rotas atlânticas: notas sobre a reconstituição de trajetórias da era da abolição. *Topoi*, v. 11, n. 20, jan.-jun, 2010, p. 75.

²¹⁹ MAMIGONIAN, Beatriz. *Op.cit.*, 2010, p. 76. A autora desta ainda que nestes trabalhos a abordagens variam, mas já constituem um corpo interessante de trabalhos que servem de exemplo metodológico de como os historiadores podem lidar com trajetórias individuais e biografias no mundo da escravidão. Ver: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: as últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; XAVIER, Regina C. L. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1996.

muito tempo vigorou como o mais apropriado para se pensar a experiência dos indivíduos, flexibilizando aquilo que o inglês chamou de “experiência em si”. Para Scott, a experiência não era algo dado, que se têm a priori, mas conhecimento que se adquire através da dinâmica social. Por sua vez, a italiana Simona Cerutti ao mencionar a influência de E. P. Thompson destaca a perspectiva processual que ele imprimiu à história e ao seu entendimento. Segundo Cerutti, a questão para Thompson passou a ser “estudar um processo, mais que um objeto – ‘a classe é uma relação, e não uma coisa’”.²²⁰ No entanto, para Cerutti a análise de Thompson era macro-histórica:

Já eu quis levar até o fim o que me parecia serem as implicações da análise ‘processual’ e me parece constituírem as principais contribuições da microanálise. Tentei acompanhar os protagonistas daquele processo em seus percursos individuais a fim de reconstituir a variedade de sua experiência nos diferentes campos da vida social. Quis, em suma, definir seus interesses “a partir das possibilidades e das imposições” que se podiam apresentar a eles ou influir sobre eles, mais do que a partir da posição que ocupavam formalmente na hierarquia social. “A análise processual entrelaçou-se assim com uma análise dos itinerários individuais dos protagonistas daquela história.”²²¹

A autora, mesmo reconhecendo-se devedora das propostas teóricas de Thompson, não o poupa de críticas. Para Cerutti, Thompson considerava o protagonismo do sujeito, mas tinha uma visão redutora da *experiência*:

A estrutura se situa num plano distinto em relação aos comportamentos individuais; ela é ao mesmo tempo externa e preexistente, e a racionalidade dos atores não consiste em interagir com ela, mas apenas em reagir contra ela, transformando-se em consciência de classe.²²²

Levando em conta estas posições sobre o conceito de experiência, a partir das quais o indivíduo interage com a estrutura social, buscamos perceber como ao longo do conflito indivíduos cativos conformavam suas existências, vivendo em uma delicada fronteira, onde diversas identidades (ser cativo, ser liberto, ser soldado) poderiam ser acionadas, numa conjuntura de guerra. Refletir sobre as opções disponíveis aos escravos e sobre as formas como eles as utilizavam no jogo social é fundamental para entendermos como agiam estes indivíduos. Cada trajetória ao ser reconstituída apresenta elementos que as diferenciam, que as tornam peculiares, como os caminhos tomados, as possibilidades apresentadas e construídas pelos escravos no mosaico social em que se moviam. E, justamente por as tornarem peculiares, revelam mais do que escondem sobre a dinâmica social e sobre a maleabilidade de opções e recursos que cada indivíduo

²²⁰ CERUTTI, Simona. *Op. cit.* 1998, p. 173.

²²¹ CERUTTI, Simona. *Op. cit.* 1998, p. 174.

²²² CERUTTI, Simona. *Op. cit.* 1998, p. 186.

dispunha. A participação escravos na guerra fosse como soldados no exército, fosse prestando serviços a seus senhores durante a guerra, fosse fugindo, fosse ainda transitando entre os dois exércitos, poderiam ampliar suas margens de autonomia naquele universo marcadamente desigual dos oitocentos, nos confins sulinos do império.

Entretanto, se estamos afirmando que havia experiências múltiplas entre os escravos, identificamos simultaneamente pontos que os uniam, sendo a guerra o elemento estrutural destas experiências. O que estamos querendo dizer é que embora existisse uma multiplicidade de experiências escravas e de motivações possíveis, elas eram dadas ou balizadas pelo componente escravidão. Desconsiderar a escravidão como componente estruturante das decisões escravas diluiria a forte e *quase* indescritível experiência de cativo na vida daqueles sujeitos, ainda que ela fosse operada diferentemente pelos atores sociais. Segundo Lepetit: “A importância diferente dos recursos de que dispõem os atores e a diversidade da extensão dos campos nos quais eles são suscetíveis de agir estão entre as características essenciais do panorama social”.²²³ Demarcar alguns pontos que podiam agir como determinantes nas escolhas e decisões escravas pode ser uma chave para o entendimento de suas participações como soldados em guerra. No caso daqueles escravos que optaram por se apresentar ao exército, elementos proporcionados pelo mesmo, como a perda da liberdade, o rompimento de vínculos (familiares e/ou afetivos), os castigos físicos e os baixos soldos (além dos constantes atrasos) poderiam ser situações passíveis de serem encaradas pelos escravos. Um risco a ser corrido. Explico: seguramente que não era o ideal de vida almejado por eles, e nem o exército constituía um ambiente minimamente agradável, mas para alguns pode ter sido a opção mais viável para suas vidas. Isso podia se dar, por exemplo, pela inserção em novas redes de relações ou pela mobilidade, através da ampliação das chances de sucesso na vida. Estar ou ter estado no exército podia lhes conferir status diferenciado, e ainda, sentimentos como orgulho e honra.

Este foi, por exemplo, o caso do baiano Domingos Sodré, veterano das lutas de Independência no Recôncavo, que ao ser preso no ano de 1862, “vestiu-se orgulhosamente com a farda dos veteranos da independência na prisão”.²²⁴ Esta situação apresentada pelo historiador canadense Hendrik Kraay expõe não só uma das diversas

²²³ LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escala: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p.88.

²²⁴ KRAAY, Hendrik. *Op. cit.* 1996, p. 118.

apropriações que os escravos que participaram das guerras poderiam fazer sobre suas experiências, mas é também reveladora de um aspecto importante e que pode ser traço mais geral nas participações armadas de escravos em guerras: o conhecimento da importância desta via para melhoria de condições sociais, para o alcance da alforria e, sobretudo, do caminho do serviço militar para a conquista de direitos civis. O que Sodré mostra ao usar a farda é o alcance de um status que ninguém - e nem mesmo a prisão que estava prestes a encarar, lhe tiraria.²²⁵ Embora na Bahia estudada por Kraay não tivesse existido um só decreto que promettesse a liberdade aos escravos em troca da participação nas guerras, levando o autor a considerar essa ausência como uma prova do poder senhorial, as medidas empreendidas por Pierre Labatut, ao recrutá-los, fizeram com que “pardos, cabras e crioulos” não falassem em outra coisa naquele ano de 1823. Os escravos enxergaram naquelas medidas inovações importantes. “Que tantos escravos fugiam aos acampamentos patriotas sugere que viam oportunidades para si mesmo nas lutas pela liberdade de Portugal”.²²⁶ Todavia, ao final, o que permaneceu foi a hierarquia. A libertação de alguns escravos não levou a uma emancipação geral, e Labatut foi destituído do comando.

Tendo em conta exemplos como esses, não é descabido pensar que a perda da liberdade, os constantes castigos físicos e a subordinação a hierarquia nos exércitos poderia não ser empecilho aos escravos, já que situações desta natureza também eram partes de suas vidas de cativo. Não estamos querendo compactuar com a ideia de que estes homens em cativo estivessem “acostumados” e houvessem “interiorizado” essa situação, como propôs a Escola Sociológica Paulista, mas que aprenderam cada qual a sua maneira a lidar com o cativo em suas duras rotinas.²²⁷

Mesmo que o rompimento de vínculos (familiares, afetivos) pudessem assustar os cativos ainda assim, dependendo do tipo de relação que se forjava entre senhor e cativo, o rompimento podia ser desejado, ainda que isso implicasse em afastar-se dos

²²⁵ Ver os excelentes trabalhos de João José Reis sobre a trajetória de Domingos Sodré. REIS, João José. Domingos Pereira Sodré: um sacerdote africano na Bahia Oitocentista. In: *Afro-Ásia*, nº34, p.237-313, 2006; REIS, João José. *Op. cit.*, 2008.

²²⁶ KRAAY, Hendrik. *Op. cit.* 1996, p. 122.

²²⁷ A Escola Sociológica Paulista, surgida na USP nos anos de 1960 ficou conhecida historiograficamente pela defesa de uma característica básica da escravidão brasileira: a anomia social. Esta situação era gerada pela tamanha violência empreendida ao longo dos séculos de escravidão. Esta violência seria a justificativa da passividade e da internalização da dominação senhorial pelo escravo, tornando-o “coisa”, isto é, retirando-lhe o caráter humano. Ver excelente crítica a estas posturas em WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade. Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. 1. ed. São Leopoldo: Oikos / Ed. da Unisinos, 2008.

companheiros de infortúnio por longos períodos. Mesmo que temporário e incerto, deixar as famílias para trás e seguir para os campos de batalha foi um risco assumido por alguns escravos. Ampliar possibilidades através da participação fardada na guerra poderia ser pensado aqui como uma empreitada que envolvia alguns componentes familiares. A história do pardo Antonio, fugido da Vila de São Sebastião do Caí para Porto Alegre, aponta neste sentido.²²⁸

No que concerne aos soldos, apesar de baixos e de pagamento irregular, muitos escravos poderiam ver neles um degrau importante no acúmulo de pecúlio para si ou para os seus. Esses meandros da vida fardada pelos escravos não podem ser ignorados. Talvez o fim último do escravo fosse a alforria, mas nem sempre isso era palpável. No entanto, palpáveis eram algumas pequenas conquistas que diminuía a distância entre a escravidão e a liberdade. Como acúmulo de dinheiro, mobilidade, o acesso a novas redes (verticais e horizontais), ver-se livres de maus senhores, etc. O que existia nestes sinuosos caminhos entre a farda e a liberdade que fazia com que escravos corressem esse risco? Que pequenas compensações existiam ali que valiam o esforço e a tentativa?

Se, como afirma Ribeiro, ser soldado no Brasil significava estar em condições pouco melhores que os escravos, se usarmos de um raciocínio lógico, por que os escravos não desejariam estas pequenas melhorias?²²⁹ Esta ideia um tanto quanto insistente tem nos acompanhado desde o início, e as fontes não tem se mostrado contrárias a tal suposição. Pode-se considerar também que, se eram os mais pobres os onerados com o recrutamento e havia uma tendência para que os mais pobres tivessem pele escura, os escravos encontrariam um mundo semelhante ao que conheciam e por vezes, poderiam ser favorecidos por isso. Mesmo que ainda estejamos falando de poucas situações, e não possamos falar de “uma representatividade social”, podemos, no entanto demonstrar o quão amplo poderia ser o universo em que se moviam os escravos nos oitocentos em tempo de guerra.

No entanto, se a escolha pela vida em guerra esteve colocada como opção para muitos escravos, outros não estavam tão certos disso e fizeram de tudo para fugir dela. Como passaremos a apresentar a seguir.

2.2) “*Que dias atrás se juntou aos rebeldes, mas viu que aquela vida não estava boa: Muitos motivos para desertar.*”

²²⁸ A vila de São Sebastião do Caí emancipou-se de São Leopoldo em 1875.

²²⁹ RIBEIRO, José Iran. *Op. cit.* 2009

Em oito de agosto de 1837 o preto João adentrou a capital Porto Alegre pelo ponto da Várzea nº 08. Vinha fugido das tropas rebeldes e acabou prisioneiro das forças legais, no quartel do 8º Batalhão.²³⁰ Ao ser interrogado, João contou um pouco sobre sua trajetória de fuga e suas motivações. O escravo relatou que havia saído da cidade acompanhado de seu senhor, Manuel Carvalho de Oliveira e de seu senhor moço Firmiano Cavalheiro de Oliveira pelo ponto do Caminho Novo no dia 4, sexta-feira. Seu senhor e senhor moço haviam ido se apresentar ao acampamento do General Antonio de Souza Netto, onde chegaram ao meio-dia.

E que no dia 05 lhe deitaram em ferros nos pés e o mandaram trabalhar na sapataria, e que no dia 7 à noite tirara os ferros com uma lima, e que às 9 horas da noite se pusera em marcha para cá, que levara o tempo até que aqui chegou só a bombear para o não agarrarem. Perguntado porque fugiu para cá, diz que tinha dito ao seu senhor que o vendesse, que não queria ir para fora, e que o levara todo caminho á cabresto; diz que ouvira conversar seus companheiros de sapataria que o Netto queria vir atacar a cidade na noite de 7 para 8 e que o seu ajudante lhe fizera ver que havia haver muita mortandade.²³¹

Momentos como estes, onde o historiador consegue capturar a fala dos escravos, mesmo que saibamos que estas palavras cheguem até nós parcialmente deformadas pelas vozes que se interpõem entre a cultura oral que fala e aquela cultura letrada que registra o depoimento, são fantásticos e preciosos.²³² João revela em seu depoimento que não queria seguir o seu dono (inclusive tentou negociar sua venda junto ao mesmo), tendo sido coagido duplamente, primeiro pelo próprio senhor, que o carregou a cabresto e, depois, já como parte das forças rebeldes a quem seu senhor se apresentou (e o apresentou), quando foi posto em ferros. Três dias foi o que João suportou naquela vida, fugindo ao final do dia sete de agosto. Além da violência empregada e que motivou João a fugir, em conversa “com seu ajudante este “lhe fizera ver que havia de haver muita mortandade”.²³³ Ou seja, além da dupla violência que estava sofrendo, dialogando com algum parceiro, foi convencido que estar nas tropas em meio a uma guerra recém-

²³⁰ A esta época, os rebeldes faziam o 2º sítio à capital, que durou de abril de 1837 a fevereiro de 1838. FRANCO, Sergio da Costa. *Porto Alegre sitiada (1836-1840). Um capítulo da Revolução Farroupilha*. Ed: Sulina: Porto Alegre, 2000.

²³¹ Anais do AHRs, Coleção Varela, CV-5398, vol.10, p. 57.

²³² Ginzburg faz importantes considerações sobre estas questões na introdução de sua mais famosa obra. GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1987. A postura de Michel Foucault sobre fontes judiciárias e a presença dos indivíduos populares nelas também vão ao encontro do que foi acima referido. FOUCAULT, Michel. *La vida de los Hombres Infames*. Montevideo: Nordan Comunidad, 1992.

²³³ Algum aprendiz certamente, já que João havia sido colocado na sapataria. Ele próprio devia possuir alguma função específica que o habilitasse para a sapataria.

começada poderia ser fatal. Embora a expectativa de vida dos escravos não fosse tão animadora no século XIX e tivessem a morte prematura por horizonte, participar de uma guerra os aproximava de uma forma de morrer muito mais violenta.

Óbvio que a mortalidade precoce era grande nos oitocentos, tanto entre os escravos como entre os homens livres.²³⁴ Entretanto, mesmo que digamos que a formação social que se desenvolveu no Brasil meridional tenha convivido mais com a guerra do que em paz, os conflitos bélicos sempre introduziam vários riscos adicionais. O desenraizamento familiar e afetivo era um deles. Comunidades consanguíneas e espirituais eram rompidas e negociações com os senhores desestabilizadas. Igualmente, a vida estava por um fio, como se dizia. As condições sanitárias eram ruins praticamente em todos os lugares nos oitocentos, mas os acampamentos eram por excelência local ideal para foco de doenças diversas e mortandades entre os recrutados, pois agregavam em espaços pequenos contingentes provenientes de várias regiões, tornando-os sensíveis à disseminação de doenças epidêmicas, cujo tratamento e cura eram muito difíceis nas precárias condições da caserna.

Mas outro medo acompanhava os engajados: o receio de não ter uma boa morte. Morrer em campo de batalha por certo que não estava nos padrões desejados para uma sociedade que se preparava para a morte assim como desejava que ela fosse boa.²³⁵ As práticas e sentimentos fúnebres do período exigiam acompanhamento do defunto ao campo santo. Isso justifica, em parte, o grande número de pessoas que se ligavam a irmandades e sociedades de socorro mútuo que prometiam um enterro decente.²³⁶ Morrer em serviço, numa guerra civil caracterizada pela movimentação constante das tropas, por soldados reunidos temporariamente e que dificilmente se arriscariam para dar um enterro decente a um companheiro morto em batalha, era muito provavelmente

²³⁴ KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro - 1808 / 1850*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

²³⁵ Ver: REIS, João José. *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do séc. XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1992; RODRIGUES, Claudia. *Nas Fronteiras do Além: A secularização da Morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/RJ, 2005; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Funesto inventário de moléstias que o continente negro nos legou? A morbidade da população escrava no século XIX através dos registros de óbitos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre* In: *Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: Histórias reveladas ed. Porto Alegre : Editora da ISCMPA, 2009*; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Moléstias dos Pretos Corpos: Doença, saúde e Morte entre a População Escrava de Porto Alegre no Século XIX (1820/1858)* In: *História da Medicina, Instituições e Práticas de Saúde no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

²³⁶ NASCIMENTO, Mara Regina do. *Irmandades Leigas em Porto Alegre: Práticas funerárias e experiência urbana (séculos XVIII-XIX)*. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História, Tese de Doutorado, 2006.

uma má morte. Morrer bem era ser acompanhado e permanecer em um local certo, onde seus parentes poderiam visitar o túmulo honrando-o simbolicamente.

Morrer e ser abandonado no campo de batalha, com o corpo exposto às intempéries e a fome dos animais predadores, para finalmente ser enterrado em uma cova rasa na beira da estrada constituía um pesadelo para homens e mulheres dos oitocentos. Incluíam-se aí os africanos, cujas várias tradições são unânimes em cuidar e lavar os corpos, antes de deitá-los à cova. Legalistas, farroupilhas, voluntários e recrutados, todos sabiam e compartilhavam destes sentimentos.²³⁷

Por tudo isso, João fugiu. Não é exagero pensar que os temores desse escravo – da guerra, das tropas e da morte – constituíssem algo que realmente lhe atormentava. Na correspondência do capitão João de Santana Leitão, encarregado dos prisioneiros do 8º Batalhão a Francisco Xavier da Cunha, Brigadeiro Comandante da Guarnição - mesmo documento de onde recolhemos as palavras de João – o capitão Leitão faz um comentário importante.

Permita-me Vossa Excelência fazer uma reflexão do que sei a respeito deste escravo anteriormente à sua saída desta cidade: no dia 2 do corrente me escreveu o Juiz de Paz do 1º distrito Manuel Vaz Pinto pedindo-me que tivesse esse preto em custódia, visto que estando em sua casa arrombara uma parede para fugir por não querer acompanhar seu senhor; conservei o dito preto na prisão dos correntes até dia 4 que o vieram buscar para sair com seu senhor.²³⁸

Ou seja, dois dias antes de seu senhor se apresentar às tropas rebeldes, levando-o a contragosto, João já resistia à ideia de acompanhá-lo. Tentar arrombar uma parede na casa do seu senhor foi a primeira das tentativas de resistência. Seu senhor, ciente de que somente a cabresto conseguiria levar o atormentado João à guerra, mandou conservá-lo preso até o dia quatro, quando efetivamente pensava em se apresentar aos Farroupilhas, como de fato fez.

A história de João guarda alguma semelhança com a do pardo Antonio no tocante às violências que uma guerra gerava na vida dos cativos assim como na relevância da mesma nas escolhas a serem tomadas. Antonio fugiu do Caí para Porto Alegre sendo ali retido, por ordens de Brigadeiro Comandante da Guarnição pelo patrão

²³⁷ Ainda que a honra de morrer em batalha possa ser um elemento a ser considerado, em se tratando de uma província onde a literatura sempre fez questão de demonstrar a forte presença deste elemento na vida das populações conformadas no bélico e fronteiriço universo sulino, não avançamos nesse aspecto, pois não encontramos evidências que possibilitassem tal discussão. VERÍSSIMO, Érico. *O Tempo e o Vento - O Continente*. São Paulo: Editora Globo, 1995; Tomo I.

²³⁸ Anais do AHRs, Coleção Varela, CV-5398, vol.10, p. 58.

do Lanchão nº 05, José Francisco de Oliveira.²³⁹ Ao ser interrogado Antonio contou ser escravo do finado João Vieira de Souza, morto pelos rebeldes. Informando como havia chegado ali, contou que após o assassinato de seu finado senhor, passou a morar com sua senhora, a viúva Clara Antonia de Oliveira. No entanto, ainda com seu senhor vivo, este enviou Antonio para a casa do Sr. José Ramos, morador na cachoeira da serra de Santana porque os farrapos “o perseguiram muito porque o tinham por bombeiro dos caramurus”.²⁴⁰ Antonio disse ainda que ele era o responsável por levar “as participações” do seu senhor “para os de Faxinal”. Disse ainda que quando estava vindo do lugar onde seu senhor o havia depositado, trazendo dois cavalos para a capital, “foi baleado pela gente farrapa” sob o comando do capitão Antonio Machado. Nesta ocasião, prenderam o seu senhor, o soltaram e logo depois “o vieram matar em sua própria casa: eis a razão de sair do lugar onde se achava e vir procurar sua senhora”.

Esclarecida a história para as autoridades (e para nós), passamos às considerações sobre sua narrativa. Embora Antonio não estivesse ao que parece formalmente incorporado ao exército, prestava serviço aos legalistas – como bombeiro – sendo por esta razão, perseguido pelos rebeldes. Esta perseguição pode ser pensada de duas formas: 1) os rebeldes queriam matá-lo, já que sendo bombeiro sabia sobre as movimentações farroupilhas; 2) o fato de Antonio ser escravo – e recrutar escravos do inimigo fazia parte do esforço de guerra - fez dele um soldado em potencial a ser perseguido pelos rebeldes, para os quais seria forçado a prestar seus serviços, caso capturado. Antonio afirmou que os rebeldes o “perseguiam muito”. Tal perseguição, somada à violência empreendida contra seu senhor - tendo sido o mesmo assassinado em sua “própria casa” - e ao tiro que levou da “gente farrapa” levaram-no a fugir. Esta fuga demonstra que nem sempre fugir para as tropas ou aceitar as promessas e seduções de liberdade era a escolha mais acertada. Entre a incerteza da guerra, a perseguição que lhe faziam os rebeldes e os serviços que prestava junto aos legalistas, escolheu empreender uma fuga rumo ao local onde se considerava a salvo daquela guerra: a casa de sua senhora. A escolha pela fuga pode ter sido mediada por considerações que extrapolavam seus interesses individuais. Antonio tinha família. Ao menos uma mãe, de nome Maria. Segundo o encarregado dos prisioneiros do 8º Batalhão João Leitão, um dia antes do pardo Antonio ser preso por ordens do Brigadeiro Comandante da

²³⁹ Anais do AHRs, Coleção Varela, CV-5410, vol.10, p. 65.

²⁴⁰ Bombeiro: explorar o campo inimigo; espião, observador. Indivíduo que observa os atos de outras pessoas, olheiro. BOSSLE, Batista. *Op.cit.*, 2003, p. 88.

Guarnição, sua mãe havia sido autorizada a sair de Porto Alegre, com portaria do mesmo Brigadeiro a fim de fazer “aviso a este escravo para vir para esta cidade e ver se podia encontrar 6 mulatinhos, e machos e 4 fêmeas, e conduzi-los para esta”. Segundo João Leitão, todas estas informações haviam sido confirmadas pela senhora de Antonio. Desconhecemos os meandros da relação entre o escravo, sua mãe e a autoridades legais. Sabemos apenas, que estas a enviaram em busca do filho para que este continuasse a prestar serviços aos Imperiais. Mas é possível considerar que os escravos contavam como um leque de concepções maiores do que supunha a idéia dicotômica da participação armada em ambos os grupos em conflito. O pardo Antonio, ao que sugerem as informações que temos a seu respeito, não fazia parte formalmente da estrutura dos exércitos em guerra: como escravo de sua senhora prestava serviços aos imperiais. Naquele momento, a melhor opção disponível para sua vida. É possível que tivesse nutrido uma boa relação com seu finado senhor e o mesmo acontecesse em relação a sua viúva. É possível também que seus préstimos aos imperiais estivessem ligados ao fato de que seu senhor fosse ferrenho opositor dos rebeldes e, por essa razão o tenha emprestado como bombeiro dos caramurus.

Outro escravo que empreendeu fuga por esta época foi o preto Antonio, escravo de Antonio Manuel de Sampaio.²⁴¹ Na manhã de 15 de outubro de 1837, Antonio adentrou Porto Alegre pelo ponto nº15. Antonio conta sua trajetória de fuga:

Que no dia 29 do passado quando saiu a tropa se resolveu sair em companhia de outros a apanhar laranjas, e como tinha sido convidado pelo preto José, escravo do Barem, há dias atrasados, se resolveu ir ter com ele no campo inimigo, e dias depois, conversando com o dito José escravo do dito Barem, lhe fez ver que aquela vida não estava boa, que ele se resolvia vir ter com seu senhor, pensando na asneira que tinha feito, convidando o dito escravo para se passarem juntos, o não quis acompanhar, procurado em que serviço se ocupava por lá, respondeu que tinha se apresentado ao Amaral Ferrador, este o mandou apresentar ao Cabo José, índio mestiço, para o servir a sua mulher, onde se conservou sempre até se passar a esta cidade (...) que mais nada podia dizer porque se conservou sempre no serviço da casa que lhe foi destinada pelo dito Ferrador.

Pelo que conseguimos perceber Antonio estava junto às tropas legais e quando estas partiram - de Porto Alegre - ele resolveu sair em companhia de outros para a bucólica tarefa de apanhar laranjas, já que havia sido convidado, - “há dias atrasados” - pelo preto José a “ir ter com ele no campo do inimigo”. De alguma forma, os pretos Antonio e José vinham conversando e discutindo a possibilidade de fugirem da capital e se apresentarem aos rebeldes. Fato que acabaram por concretizar.

²⁴¹ Anais do AHRS, Coleção Varela, CV-5406, vol.10, p. 63.

No entanto, passados alguns dias de vida no “campo inimigo”, Antonio em conversa com seu parceiro José - que fugira com ele - chegou à conclusão de “que aquela vida não estava boa” e decidiu fugir novamente, se reapresentando ao seu senhor, pois sua reflexão sobre a situação lhe levou a ver “a asneira que tinha feito”. Em seu *retorno*, Antonio não contou com a companhia do preto José.

Interessante perceber que assim como o escravo João, que dialogou sobre a guerra e a mortandade dela resultante com seu parceiro na sapataria, Antonio também debatia com José a situação em que se encontravam. Raros são os momentos em que diálogos entre escravos vêm à tona nas fontes, sobretudo que apresentem algum tipo de visão particular dos mesmos sobre a conjuntura. A maneira mais próxima de acessar estas falas se dá através da leitura daqueles documentos onde algum tipo de inquirição é feita com o escravo. Michel Foucault, ao refletir sobre fontes com fins inquisitoriais, apropriadamente enfatizou que indivíduos despossuídos de qualquer tipo de glória - fosse nascimento, fortuna, santidade, heroísmo ou genialidade - “parte de milhares de existências destinadas a não deixarem rastros” pareciam se materializar através do encontro com o poder: “sem este choque nenhuma palavra sem dúvida haveria permanecido para recordar-nos sua fugaz trajetória”.²⁴²

Assim, o debate sobre suas opções, marca não apenas a resolução de Antonio em fugir para os rebeldes como sua decisão de voltar aos legalistas. A conversa e alguns dias de vida prática entre os rebeldes foram suficientes para que se desiludisse com aquela vida e, convencido da besteira que tinha feito, retornasse. Quando Antonio foi inquirido sobre quais serviços prestava aos rebeldes, respondeu que Amaral Ferrador, a quem tinha se apresentado, o havia encaminhado ao cabo José - um índio mestiço - para que ficasse servindo a mulher deste. Foi isso que fez durante o tempo que esteve entre os rebeldes: os serviços da casa da mulher do cabo José. Pelo visto não estava nos planos de Antonio se apresentar aos rebeldes e ir parar nos serviços domésticos da casa de um índio mestiço. Inúmeros serviços poderiam ser desempenhados por escravos em meio à guerra. Nem todos, necessariamente, levavam aos fronts. Dependendo do que desejava o escravo, isso poderia ser uma frustração ou motivo de satisfação. O pouco que sabemos parece suficiente para afirmarmos que para Antonio a fuga para os rebeldes consistiu, senão numa decepção, ao menos em um equívoco.

²⁴² FOUCAULT, Michel. *Op. cit.* 1992, p.180-181.

Das trajetórias dos escravos João e dos dois Antonios (um descrito como pardo e o outro como preto), brevemente aqui descritas, uma consideração de ordem metodológica precisa ser feita. As trajetórias destes indivíduos em meio à guerra tem se mostrado bastante ricas e excedem em muito a uma suposta dicotomia que os tente enquadrar na ideia de que alguns serviram aos rebeldes e outros aos legalistas, assim como extrapola a concepção de que a participação deles pudesse se restringir entre aqueles que temiam o recrutamento e por isso fugiam dos exércitos, como daqueles que buscavam a liberdade via participação fardada na guerra. Sempre é bom lembrar que nesse complexo mosaico ainda é possível perceber a existência de indivíduos que seguiam seus senhores para o front, desempenhando tarefas que lhes fossem determinadas, não circulando necessariamente na órbita dos exércitos. Estes agiam segundo a lógica dos bandos dos senhores que seguiam, tendo suas identidades conformadas tanto em relação à lealdade que dispunham para com os senhores como pela posição que ocupavam no interior do plantel.

Em geral as histórias que contamos e ainda iremos contar sobre escravos que tiveram a vida perpassada de algum modo pela conjuntura da revolta Farroupilha comportam maiores complexidades, muitas vezes uma única trajetória comporta tantas quantas experiências possíveis possamos enumerar, entre elas: 1) A busca pelo exército, isto é, uma apresentação voluntária a ele; 2) A fuga do mesmo exército por motivos diversos; 3) A violência e coação para que se mantivessem em armas; 4) A presença constante de muitos escravos em ambos os exércitos em disputa, de forma voluntária ou compulsória.

2.3) *Sinuosos caminhos da Liberdade*: Fronteira, fugas e guerra no Brasil Meridional.

Sinuosos foram os caminhos tomados por muito cativos nos anos de guerra entre a fronteira meridional do Império brasileiro e as jovens repúblicas platinas. Durante a Revolta Farroupilha, nos anos da Guerra Grande em solo oriental e mesmo na conflituosa vida política da Confederação Argentina, cativos sulinos fugiram para escapar a escravidão. Mas os tempos eram de guerra. E muito provavelmente por serem tempos sangrentos, cruzaram a fronteira, alguns já em tropas militares, outros seguindo os bandos políticos de seus senhores, alguns fugindo efetivamente do engajamento nos exércitos. Outros buscaram a condição militar do lado de lá da fronteira. A circularidade/mobilidade dos escravos em tempos belicosos foi facilitada pelas

inúmeras movimentações fronteiriças e pela divisão das elites em facções opostas. Se a pacificação da revolta regencial pareceu de imediato acalmar o ânimo das fugas, elas voltaram com força a partir de 1846/1847.

Aqui nos dedicamos a pensar conjuntamente em um tripé constituinte de nossas idéias ao longo deste trabalho: os cativos e suas fugas, as guerras que assolaram os espaços pesquisados e a larga fronteira da Província do Rio Grande de São Pedro, de forma que as fontes aqui utilizadas só existem pela união destes elementos, isto é, as fugas cativas pela belicosa fronteira meridional do Império do Brasil.

Vários trabalhos têm pontuado recentemente a questão da fronteira como elemento importante na conformação das relações sociais nela produzidas, seja visando às elites ou os grupos subalternos. De qualquer forma, estas mesmas pesquisas - mesmo com enfoques direcionados - têm priorizado um olhar mais complexo sobre esta sociedade, enfocando as relações diplomáticas produzidas, as experiências cativas, a economia interna dos subalternos ou ainda as formas de reprodução e manutenção de redes políticas no espaço fronteiriço.²⁴³

A revolta civil Farroupilha foi uma das muitas revoltas ocorridas no Império Brasileiro durante o período regencial, momento ínterim entre a renúncia de Pedro I e a maioria de Pedro II. Os conflitos políticos existentes desde a independência ainda não estavam sanados e avolumaram-se nestes anos. Os avanços liberais dos anos pós-independência não agradavam a todos os grupos políticos cortesãos, tampouco satisfaziam as periferias do Império. Assim, os anos regenciais testemunharam uma explosão de insatisfações das elites, de norte a sul do vasto território imperial.²⁴⁴ No

²⁴³ Ver FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Nos Confins Meridionais: Família de elite e sociedade agrária na Fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010; LIMA, Rafael Peter de. *A Nefanda Pirataria de Carne Humana: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil Meridional*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2010; *O chão da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense no contexto das leis abolicionistas uruguaias (1842-1862)*, Dissertação de Mestrado, UNISINOS, 2011; MATHEUS, Marcelo. *Manejando a fronteira: estratégias escravas e senhoriais em torno dos limites entre o Brasil e o Uruguai (Província do Rio Grande, século XIX)*. *Seminário Escravidão, Fronteiras e Relações Internacionais no Império do Brasil*, Programa de Pós-Graduação em História, UNIRIO, 2011, no prelo; ARAÚJO, Thiago Leitão. *Para o outro lado da linha: as fugas de escravos para o além-fronteira (século XIX)*. ARAÚJO, Thiago Leitão. *Para o outro lado da linha: as fugas de escravos para o além-fronteira (século XIX)*. *Seminário Escravidão, Fronteiras e Relações Internacionais no Império do Brasil*, Programa de Pós-Graduação em História, UNIRIO, 2011, no prelo; MENEGAT, Carla. *“Em interesse do Império, além do Jaguarão”*: comentários sobre os brasileiros e suas propriedades na República Oriental do Uruguai. (1845-1864). *Seminário Escravidão, Fronteiras e Relações Internacionais no Império do Brasil*, Programa de Pós-Graduação em História, UNIRIO, 2011, no prelo.

²⁴⁴ Ver por exemplo os casos da Cabanagem, Sabinada e Balaiada. Ver respectivamente: PINHEIRO, Luís B. S. P. *Nos subterrâneos da revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: PUCSP, 1998; KRAAY, Hendrik. *Op.cit.*, 1992.

caso do Rio Grande do Sul, as elites sulinas que se sublevaram desejavam maiores benefícios econômicos e mais autonomia política em relação ao poder central da Corte. Desejavam privilégios comerciais, sobretudo em relação aos países platinos, seus concorrentes econômicos (e muitas vezes, aliados políticos). Iniciadas as contendas, a necessidade de homens para lutar era ponto primordial, uma vez que somente a adesão dos grupos políticos envolvidos diretamente envolvidos não forneceria os meios de manter a Guerra em movimento. A sociedade sulina foi afetada indiscriminadamente, envolvendo uma infinidade de pessoas, direta ou indiretamente.

O recrutamento e a mobilização militar, tanto para os revoltosos como para os defensores da legalidade imperial obedeceu a uma lógica já vigente na estrutura imperial. Vale demarcar que o exército imperial não existia como um corpo militar e burocrático acabado, e que foi a própria revolta sulina (e os outros conflitos regenciais) que obrigaram o Estado Imperial a criar mecanismos que o estruturassem e o compusessem enquanto uma organização militar profissionalizada, processo este que durou praticamente todo século XIX.²⁴⁵ No caso dos rebeldes, a estrutura de postos da Guarda Nacional e do próprio Exército foi a base utilizada para a organização das forças insurgentes. Acrescenta-se a estes homens uma experiência belicosa adquirida na prática sobre a uma região fronteira há muito disputada. Para estas elites, exercer poderes militarizados na fronteira constituiu, muitas vezes, um elemento de vantagem em relação àquele exército imperial que se formava e estruturava em meio aos conflitos. Todavia, o grosso dos exércitos, tanto de rebeldes quanto de imperiais era composto por homens comuns, sem honrarias, sobrenome ou glórias pregressas. O recrutamento era feito sobre todos os homens livres, maiores de 18 anos, isto é, o tributo recaía sobre aqueles considerados cidadãos do Império.²⁴⁶ No entanto, havia uma série de questões que determinavam mais precisamente quem serviria, isto é, nem todos os homens aptos eram utilizados. O recrutamento para o exército levava em conta uma série de isenções, no tocante aos homens casados, aos filhos únicos de lavradores (ou um a sua escolha) e aos empregados em diversas profissões, que ao serem recrutados, estariam deixando de ajudar a produzir e gerir riquezas para a nação.²⁴⁷ Os meandros destas relações de

²⁴⁵ RIBEIRO, José Iran. *Op. cit.*, 2009.

²⁴⁶ MENDES, Fábio Faria. *O tributo de sangue: recrutamento militar e construção do estado no Brasil imperial*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.

²⁴⁷ RIBEIRO, José Iran, *Op. cit.*, 2005, p. 35; GRAHAN, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997; BETTIE, Peter. *The Tribute of Blood*. Durham: Duke University Press, 2000; KRAAY, Hendrik. *Race, state, and armed forces in independence-Era Brazil: Bahia,*

clientela e poder foram determinantes para fazer ou não soldados. Nestas relações também estavam contidos os escravos. Na prática, ser cativo nunca foi impedimento para ser recrutado. Desde os tempos coloniais, na América hispânica e portuguesa, fez-se o uso de escravos recrutados para as tropas militares.²⁴⁸ Estas participações em bandos, milícias, tropas ou exércitos mais ou menos estruturados conferiu ao cativos uma multiplicidade de experiências. Em se tratando de regiões fronteiriças e belicosas como a fronteira meridional Império, com leis diferenciadas, mas com práticas próximas, tais experiências precisam ser objeto de um melhor conhecimento.

O conjunto de experiências que a guerra proporcionou aos escravos perpassou a possibilidade mais visível posta pela conjuntura belicosa: a de que a participação dos escravos na guerra pudesse se limitar ao engajamento nos exércitos, mediante propostas de liberdade. Esta foi uma bandeira inicialmente levantada pelos rebeldes farrapos e depois também encampada pelos legalistas na prática dos esforços de guerra. Entretanto, alguns indivíduos não tinham o interesse de participar da contenda - ainda que o recrutamento forçado fizesse parte de seus horizontes - embora muitos tenham se visto envolvidos por ela de alguma forma.

Para muitos escravos o momento de desorganização social que a guerra proporcionou ao cotidiano da vida ordinária na província do Rio Grande do Sul foi uma ocasião para empreender fugas que não necessariamente tinham o exército como um destino, mas sim como um meio de trânsito por alguns caminhos que os levassem a concretização de seus intentos. Ainda que muitos tenham tido suas vidas atravessadas pelo recrutamento, outros tantos não passaram pelo exército em suas fugas.

2.4) “*Por uma longa e dilatada fronteira*”: Caminhos de mobilidade, caminhos de (in)segurança.

A região fronteiriça do Brasil com os estados platinos historicamente foi um espaço de disputas, conflitos e trocas culturais.²⁴⁹ Sobretudo a fronteira do Rio Grande de São Pedro com a Banda Oriental constituiu um espaço que teve utilidades diversas para grupos sociais distintos, sendo utilizado, por exemplo, para o contrabando e

1790"s-1840"s. California: Stanford University Press, 2001; IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2002.

²⁴⁸ ANDREWS, George Reid. “Um Raio Exterminador”. As Guerras pela Liberdade, 1810-1890. *América Afro-Latina. 1800-2000*. São Carlos: EDUFSCar, 2007. _____ . “Os Negros, Novos Cidadãos”. A Política da Liberdade, 1810-1890. *América Afro-Latina. 1800-2000*. São Carlos: EDUFSCar, 2007.

²⁴⁹ GOLIN, Tau. *A Fronteira. Os tratados de limites Brasil-Uruguai-Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata*. Porto Alegre: L&PM, 2004.

enriquecimento econômico ou para o aumento de prestígio político de estancieiros e comandantes militares lá alocados.²⁵⁰ Todavia, esta mesma fronteira também foi apropriada pelos grupos subalternos. Os escravos em particular souberam fazer dela espaço de trânsito, caminhos estes frequentemente acessados rumo a outras opções de vida. Neste sentido, a fronteira foi palco de preocupações constantes para as autoridades que dela se ocupavam, especialmente os comandantes da Guarda Nacional.

Mesmo com o a independência no Uruguai, as fronteiras desta jovem nação permaneciam indefinidas. Este processo só se consolidou tempos depois. Neste ínterim de indefinições limítrofes, foi reforçada uma cultura fronteiriça, gestada desde as primeiras disputas pela região entre os reinos português e espanhol. Este longo espaço fronteiriço ao sul do Império do Brasil com os países platinos se constituiu, sobretudo, na prática. Esta prática tornou esta mesma fronteira fluida e facilmente perpassada por diversos grupos sociais. A independência em 1830 servirá para sossegar a penetração brasileira na fronteira. No entanto, os brasileiros mantiveram os laços com as terras e gado uruguaios. A influência desproporcional dos estancieiros estabelecidos em terras orientais impediu que o governo uruguaio estabelecesse uma soberania mais completa sobre o território.

Os anos de guerra que nos interessam em particular (Guerra Civil Farroupilha e Guerra Grande) - que se seguiram ao processo acima descrito - só fez aprofundar essa situação precária.²⁵¹ Os dois lados em questão - o Rio Grande do Sul, uma província imperial e o Uruguai, um Estado nacional independente - passaram a ser afetados mais incisivamente por questões em comum como o recrutamento, fugas, confiscos e emigrações. Trocas de cavalhadas, apoios para munição e armas, arreo de reses, acordos entre chefes políticos de ambos os lados com intuito de se fortalecerem, escravos brasileiros que passavam para propriedades no Uruguai e depois voltavam. Estas foram algumas das muitas atividades que compuseram a região fronteiriça meridional e lhe conferiram aspecto peculiar. Neste sentido, se a fronteira foi um lugar inseguro para muitos, para outros foi refúgio, caminho, alternativa. Constituiu-se

²⁵⁰ THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Contrabando e Contrabandistas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2007; _____ . *CRIMES DE FRONTEIRA: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Tese de Doutorado em História, PUC-RS, 2012; FARINATTI, Luis Augusto. *Op. cit.*, 2010.

²⁵¹ BORUCKI, CHAGAS, STALLA, *Op. Cit.*, 2004, p. 126.

também muitas vezes, durante os anos de guerra, como uma solução para os grupos em litígio, fosse para as tropas farroupilhas, fosse para as facções Blancas ou Coloradas.²⁵²

A guerra entre Blancos e Colorados no Estado Oriental, conhecida como Guerra Grande (1839-1851), opôs grupos políticos conformados ao fim da guerra cisplatina. Os Blancos estavam identificados em torno de Juan Antonio Lavalleja, inimigo político de Fructuoso Rivera, primeiro presidente do Uruguai e liderança dos colorados. Em 1835, ao cumprir seu mandato, Rivera entrega o poder a Manuel Oribe, que entre alianças com ambos os lados, acabou sendo seduzido pelos acordos com Rosas, presidente da Confederação Argentina, e foi responsável por comandar o exército federal na invasão às terras orientais, depois que Dom Fructuoso Rivera ter conquistado todo território oriental, à exceção de Montevideú, com a ajuda dos rebeldes farrapos. Em 1838, Oribe é derrotado por Rivera e Montevideú retomada pelos colorados. A partir de 1842, os orientais passam a contar com dois governos, um primeiro, sediado em Montevideú, chamado “Gobierno de La Defensa” sob comando de Dom Fructo, e um segundo, sob as ordens de Manoel Oribe, conhecido como “Gobierno del Cerrito”.

O domínio dos Blancos, comandados por Manuel Oribe e centrados em Cerrito crescia consideravelmente e começou a entrar em choque com interesses de proprietários sul-riograndenses, sobretudo charqueadores da cidade de Pelotas, os quais com o final da revolta farroupilha incrementaram o abastecimento de Montevideú – sitiada e dominada pelos colorados - onde mantinham redes de relações comerciais consistentes, fortalecidas durante o conflito regencial farrapo.

Os anos de 1846 até 1850 foram de crescentes tensões, acordos e ajustes nas relações políticas entre Estado Imperial e República Oriental, dominada neste momento pelos blancos oribistas. Um conjunto de medidas baixadas pelo governo de Oribe atormentou os brasileiros com propriedades no Uruguai, como a proibição de marcar gado em solo oriental (1843) e a posteriori, a proibição de arrear gado ao Brasil (1847). Estas duas disposições tinham por fim enfraquecer os proprietários brasileiros que abasteciam Montevideú, e por consequência, enfraquecer aquela praça comercial sitiada, onde os colorados se encontravam. Sobretudo porque com o bloqueio

²⁵² GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões províncias no Rio da Prata. In: GRIJÓ, L. A.; GUAZZELLI, C. A. B.; KÜHN, F.; NEUMANN, E. (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul: Texto e Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

internacional dos portos, a atividade saladeril passou a crescer em zonas antes paralisadas, de forma especial na fronteira norte, como Cerro Largo.²⁵³

A guerra em solo oriental ainda contou com as marchas e contramarchas normais de tempos belicosos, e os confiscos de propriedade cresciam por onde passavam as tropas. Somando-se a esse quadro, a lei de abolição uruguaia (Cerrito, 1846) inquietou ainda mais os proprietários brasileiros, já que a prática da libertação dos escravos implicava a perda de seus bens e uma retaliação de guerra. Os confiscos de terras, gado e escravos pelas tropas oribistas aumentavam consideravelmente e os brasileiros que tinham bens no estado oriental – estabelecidos pela extensa faixa de fronteira não estavam nada satisfeitos com a situação.²⁵⁴

Grosso modo, os colorados de Fructuoso Riveira interagiram mais com os farrapos, mas isso não impediu que o chefe Blanco Manoel Oribe estabelecesse aproximações importantes via fronteira com alguns líderes farrapos.²⁵⁵ Todavia, há que ficar demarcado que as relações sociais neste espaço fronteiriço - ainda muito indefinido nos anos que estamos tratando - foram conformadas por decisões políticas vigentes em ambos os lados. A instabilidade política e a constante alternância de grupos políticos na Banda Oriental interferiam diretamente nas decisões do lado de cá da fronteira, fossem no âmbito provincial ou ainda em esferas mais altas na Corte Imperial.

É nesse contexto que acontecem as conhecidas “Califórnia do Barão de Jacuí”, isto é, incursão de bandos sob o comando do dito Barão ao solo oriental para salvar bens de propriedades de brasileiros naquelas terras.²⁵⁶ Este é, pois, o cenário onde as fugas escravas para o solo oriental aumentaram consideravelmente. A presença de sedutores parecia estar por toda parte e as autoridades rio-grandenses estavam preocupadas, mantendo-se atentas a tal prática:

Não havendo duvida de que existe nesta Província (...) o plano de sedução da escravatura para aquele estado em razão de freqüentes fugidas que officiei em 06 do corrente ao chefe de Polícia para dar a respeito as precisas providências e recomendar às autoridades policiais que tenham vigilância e processem os sedutores de escravos.²⁵⁷

²⁵³ San Servando e Arredondo (em Cerro Largo) foram áreas saladeris importantes neste contexto. BORUCKI, CHAGAS, STALLA, *Op. Cit.*, 2004, p. 127.

²⁵⁴ BORUCKI, CHAGAS, STALLA, *Op. Cit.*, 2004, p. 129.

²⁵⁵ Sobre as relações políticas entre líderes sulinos e orientais, ver: GUAZZELLI, César Augusto. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Tese de Doutorado em História, UFRJ, 1998.

²⁵⁶ Sobre as “califórnia” ver FRANCO, Sérgio da Costa. *As califórnia do Chico Pedro*. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2006; FARINATTI, Luis Augusto. *Op. cit.*, 2010.

²⁵⁷ AHRs, CEPP A.2.09 (1844-1849), N°42. f.65, 11 de agosto de 1849. In: BORUCKI, CHAGAS, STALLA, *Op. cit.*, 2004, p. 132.

Assim, as tensões já existentes nos anos anteriores, quando a guerra atingia os dois lados de forma direta não desapareceram nos anos pós-Farroupilha. As reclamações brasileiras exigindo medidas efetivas abundavam. Isso levou alguns chefes militares orientais a atender a algumas demandas de requerentes brasileiros. Esta conjuntura específica de reclamações fez com que outras situações viessem à tona, já que as fugas de escravos para o Estado Oriental não se limitaram ao período pós-abolição no Cerrito. Outras tantas fugas ocorridas se misturavam a estas, assim como nas reclamações os senhores aproveitam o ensejo e tentavam reaver perdas mais antigas. Estas discussões se estenderam de 1847 a 1849 entre autoridades orientais e da Confederação Argentina, chefes militares imperiais e proprietários brasileiros (rio-grandenses), que tentavam alguma mediação via representantes diplomáticos.

O representante diplomático brasileiro em ofício reservado ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul informava sobre o que havia ficado acordado com a Confederação Argentina em relação a reclamações dos súditos rio-grandenses. Dizia que os argentinos se comprometiam a entregar os escravos fugidos para Entre-Rios e Corrientes. Da mesma forma, esclareceu a situação para com o “Gobierno del Cerrito”, dando conta ao Presidente da Província sulina de como deveriam ser encaminhados os reclamos de fugas de escravos para aquele estado. Dizia ele que estas reclamações deveriam ser feitas de forma individual e em âmbito local e que deveriam ser aproveitadas as redes no espaço fronteiriço. Seguidos estes “conselhos” as demandas teriam mais chances de sucesso. Dito de outra forma, o que o representante diplomático estava expondo é que as reclamações não deveriam ser feitas entre o Estado Oriental e o Império do Brasil, por uma razão que considerava essencial: a publicidade de tais reclamações poderia levar a mais alardes e muito mais fugas. Desta situação específica podemos perceber o grau de cautela e delicadeza que a questão fronteiriça requeria das autoridades. No entanto, diante da cautela diplomática imperial, em relação aos bens de súditos brasileiros subtraídos no Uruguai, o Presidente da Província do Rio Grande do Sul, pareceu fazer “ouvidos moucos” ao representante diplomático ordenando em 1848 que se realizassem listas de escravos fugidos por localidade, para que se pudessem expressar mais formalmente às autoridades orientais os reclamos sulinos.²⁵⁸

²⁵⁸ BORUCKI, CHAGAS, STALLA, *Op. cit.*, 2004, p. 135.

Eram duas questões interligadas as reclamadas pelos brasileiros. Primeiro, daqueles escravos de brasileiros que estavam em terras orientais quando da abolição da escravatura e em segundo, sobre aqueles que fugiram para estes territórios, antes ou depois da abolição. Sobre a primeira questão, se pedia aos proprietários brasileiros que apresentassem documentos válidos de posse do escravo e que se detalhassem o lugar e a condição em que se encontravam no Estado Oriental. Para o representante diplomático brasileiro em Montevideú, parecia lógico que a abolição deveria ser aplicada somente a escravos orientais. Mas na prática não foi isso que ocorreu, por conta da condição belicosa e dos confiscos de bens para a guerra: no caso, soldados para as tropas, ao menos até os acordos e tratados firmados em 1851.²⁵⁹

Pensando a partir das especificidades fronteiriças, a região atribuiu aos indivíduos que por ela circulavam componentes culturais vigentes em ambos os lados. Isso conferia insegurança para alguns, sobretudo para aqueles que temiam perdas de bens e propriedades. No caso de súditos imperiais que possuíam propriedades com cativos no Estado Oriental essa insegurança parece ficar bem clara, já que os escravos passavam temporadas de suas vidas em terras orientais ou transitando nesta fronteira. Neste sentido, houve perdas pelo caminho. Encontrar escravos de brasileiros que falavam o castelhano era bastante comum.²⁶⁰ Para os escravos, no entanto, pôde ser também um espaço de esperanças e concretizações de projetos, embora neste momento a República do Uruguai não constituísse um solo completamente livre, dadas as limitações da aplicação da lei naquele território. Ainda que os resultados das fugas fossem variáveis e discutíveis, foram postas em prática por muito escravos e merecem análise.

Pensando as fugas na fronteira no contexto da Guerra do Paraguai, Moreira diz que: “A ideia de fronteira estava ligada a um projeto alternativo de busca da liberdade, de trajetória e consecução difícil, mas não impossível”. Não se tratava de uma quimera, uma fantasia, pois se baseava numa tradição construída por tentativas bem sucedidas.²⁶¹

²⁵⁹ Em 12 de outubro de 1851 foram firmados Tratados de Aliança com o Brasil. A pressão do império diante das autoridades orientais desde 1847 havia frutificado na redação dos cinco tratados: de aliança entre ambos estados, prestação de socorro, definição de limites, comércio e navegação e extradição de escravos brasileiros. Este último estabelecia que os escravos fugitivos deveriam ser devolvidos a seus senhores. BORUCKI, CHAGAS, STALLA, *Op. cit.*, 2004, p. 134. Ver a dissertação de mestrado: ZABIELA, Eliane *A Presença Brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e navegação, de extradição e de Limites*. Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2002.

²⁶⁰ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Sobre Fronteira e Liberdade: Representações e práticas dos escravos gaúchos na Guerra do Paraguai (1864/1870)*. *Anos 90* (UFRGS). , v.9, 1998.

²⁶¹ MOREIRA, Paulo. *Op. cit.*, 1998, p. 03.

O projeto ao qual Moreira faz referência está intimamente ligado a situações anteriormente ocorridas na fronteira sulina historicamente disputada em confrontos militares. A prática dos escravos de fugir pelas fronteiras constituía uma destas manobras operadas. Ela tinha um histórico de relação com os conflitos bélicos, no qual a guerra civil farroupilha ocupou um lugar de destaque. Todavia, de forma inversa a cotidianidade das fugas durante o *decênio glorioso*, elas ainda foram muito pouco estudadas, sobretudo se pensadas sob o tripé da relação fuga-exército-guerra.²⁶² Essa lacuna é tanto mais evidente quando se considera a importância dessa fronteira durante as duas décadas seguintes ao conflito Farroupilha, onde estes limites tomam contornos mais nítidos.

Porém, o processo de constituição/(in)definições desta fronteira, assim como de fugas cativas da Província sulina é bem mais antigo. Assim, no longo processo de disputas territoriais na região, as preocupações com fugas além-fronteira já se evidenciavam entre autoridades de ambos os lados desde antes mesmo da Independência do Brasil. Em 1812, as autoridades portuguesas expediram uma reclamação contra um decreto expedido pelas Províncias Unidas do Rio da Prata, que tornava livre todo cativo de país estrangeiro que conseguisse atravessar a fronteira.²⁶³ O conflito cisplatino havia aberto possibilidade de estabelecimento de brasileiros com propriedades em território oriental, sobretudo escravistas sul-rio-grandenses. Souza e Prado afirmam que em meados do séc. XIX, cerca de 30% do território oriental pertencia a estancieiros brasileiros.²⁶⁴ Assim, a questão das fugas não era novidade. As fugas cativas pela fronteira estiveram direcionadas, de forma geral, para a região platina como um todo. Mais especificamente, voltadas ao Estado Oriental para as Províncias argentinas de Entre-Rios e Corrientes e para o Paraguai. Estes escravos partiam de cidades como Rio Grande, Pelotas, São José do Norte, Jaguarão, Bagé e Rio Pardo. Para aquela maioria que fugiu para o Estado Oriental, para os Departamentos de Salto, Cerro Largo, Paysandu, Taquarembó e Montevideú foram os mais acessados. Interessante

²⁶² A maioria dos trabalhos que tangenciam a temática apenas passa pelo período da guerra, mas não se detêm especificamente sobre ela, se limitando a apresentar alguns casos de fugas e a apontar a necessidade de trabalhos que aprofundem a questão. No entanto, acreditamos que uma análise que pense estas fugas sob o tripé acima exposto pode complexificar as experiências vividas pelos escravos.

²⁶³ GRINBERG, Keila. Escravidão, Alforria e direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o “princípio da liberdade” na fronteira sul do Império Brasileiro. In: CARVALHO, J. M. (org.). *Nação e Cidadania no Império. Novos Horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 274.

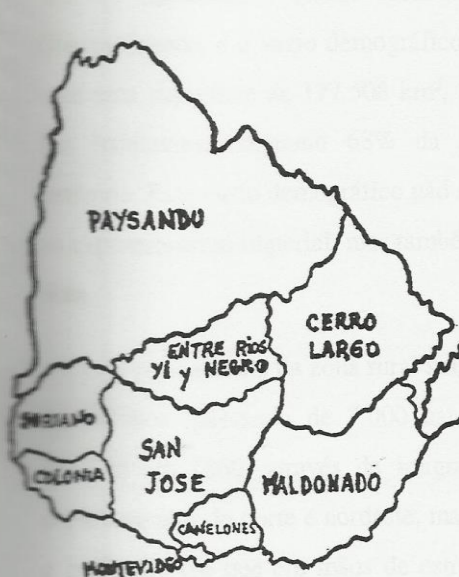
²⁶⁴ SOUZA, Suzana; PRADO, Fabrício P. Brasileiros na Fronteira Uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, Luis Alberto; GUAZZELLI, César A.; KUHN, Fábio; NEUMANN, Eduardo. (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

perceber que estes departamentos orientais são todos fronteiriços uns aos outros e ligam-se às províncias argentinas de Corrientes e Entre-Rios, também acessadas pelos escravos em fuga, o que aponta também para certas rotas de fuga. Seguem dois mapas para melhor visualizar as regiões apontadas aqui.

MAPA Nº 02 - Estado Oriental, contendo a divisão em departamentos em três momentos - 1830, 1837, 1856:²⁶⁵

²⁶⁵ ZABIELA, Eliane. *Op.cit.*, 2002, p.38.

DEPARTAMENTOS URUGUAIOS



Mapa 1 - 1830

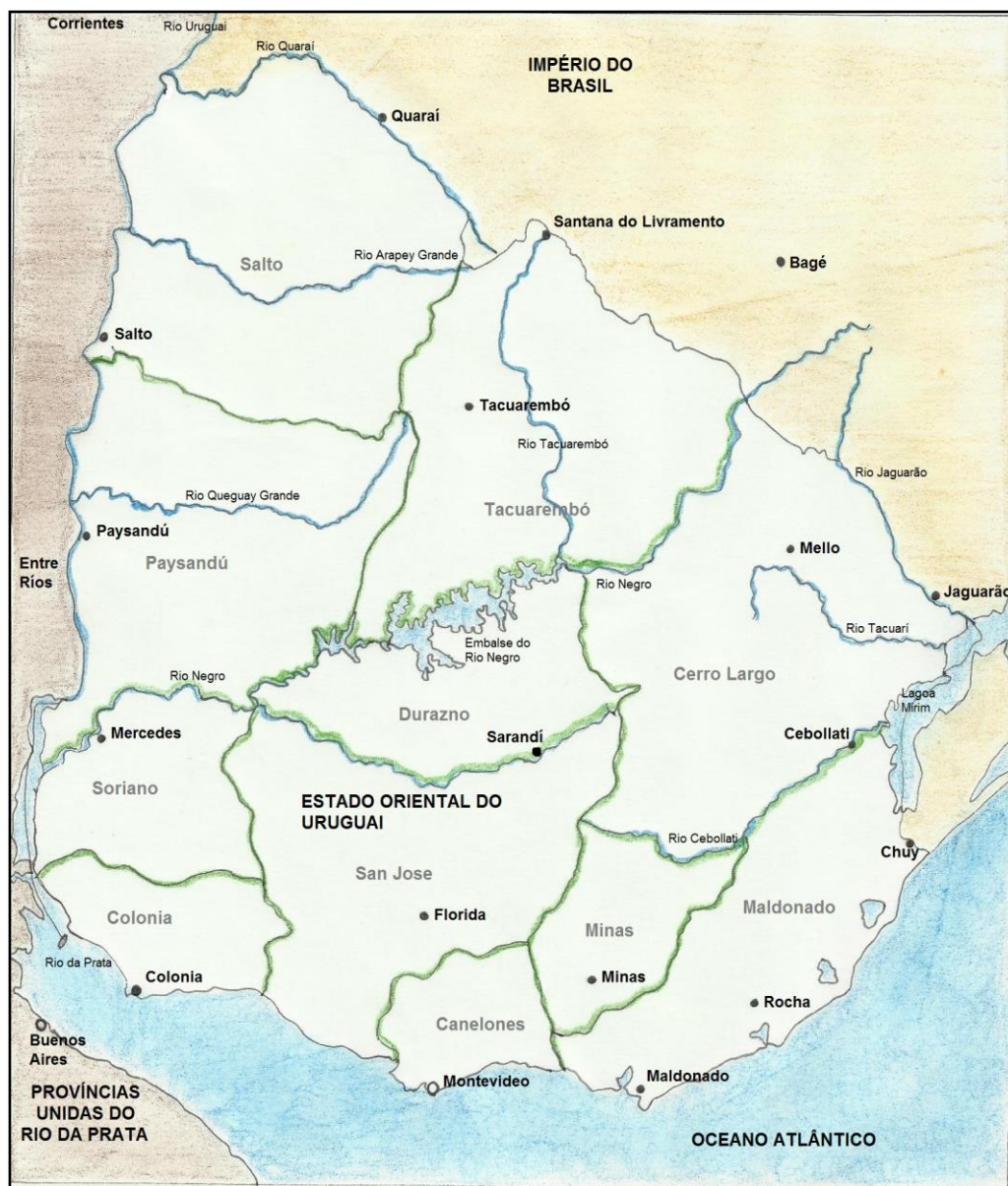


Mapa 2 - 1837



Mapa 3 - 1856

MAPA Nº 03 - Estado Oriental, contendo a divisão em departamentos orientais e as regiões fronteiriças com o Império do Brasil e com a Confederação Argentina, meados do Século XIX:²⁶⁶



²⁶⁶ Mapa elaborado e gentilmente cedido pela historiadora Carla Menegat. MENEGAT, Carla. “Em interesse do Império, além do Jaguarão.” *Atuação política e estratégias sociais dos proprietários brasileiros na República Oriental do Uruguai. (1845-1864)*. Texto de Qualificação de Doutorado, UFRGS, julho de 2013.

Há que ser ressaltado que todos estes empreendimentos cativos não se efetivavam com facilidade. Caracterizavam-se como forma de resistências empreendidas dentro sociedade escravista, sendo a fuga entendida como o momento de rompimento das negociações entre senhores e escravos.²⁶⁷ Não podemos perder de vista o amplo espectro de desigualdade presente nas relações da sociedade oitocentista. Neste sentido, temos por convicção, norteadas as discussões aqui apresentadas, a existência de condições de vida cativa que oscilavam muito, indo desde liberdades bastante precarizadas até mobilidades sociais ascendentes.

Manolo Florentino e Marcia Amantino se dedicaram a produzir uma discussão pertinente sobre o que eles chamaram de Morfologia dos Quilombos nas Américas.²⁶⁸ O objetivo foi o de desconstruir a noção monolítica sobre os quilombos. Para os historiadores não é possível tratar de estruturas tão complexas e diferentes conformadas ao longo de quatrocentos anos incluindo todas as fugas em uma mesma classificação. As fugas e quilombos nas Américas estiveram conformados por indivíduos e objetivos tão diversos quanto o número de indivíduos que os compunha. Metodologicamente, os historiadores dividem as fugas em “grands marronages” e “petits marronages”. Ao primeiro tipo estão relacionadas às “fugas-rompimento” e vinculadas à formação de grandes quilombos; ao segundo tipo, aquelas fugas mais cotidianas, individuais e mais frequentes. Estas foram chamadas de “fugas reivindicatórias”.

As fugas aqui trabalhadas estão mais próximas das “fugas reivindicatórias”, ainda que estejam em vias de corroborar o que os historiadores propuseram. As “petits marronages” podem ser caracterizadas da seguinte forma:

Ausências desse tipo eram efetuadas mais individualmente do que por reduzidos grupos de escravos, que se escondiam nos arredores dos locais de trabalho, nas casas de parentes ou nas senzalas vizinhas. Com alguma prudência, pode-se chamá-las fugas-reivindicativas ou escapadelas, pois muitas vezes seu objetivo final era tão somente obter pequenas conquistas tendentes a alargar a autonomia do escravo *na escravidão*. Sem nenhuma garantia de êxito, fugia-se para extrair dos senhores melhores condições de vida, o que inseria esse tipo de evasão em um conjunto de atitudes de resistência cotidiana cuja sistematicidade podia reordenar alguns cânones da escravidão.²⁶⁹

²⁶⁷ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito. A Resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

²⁶⁸ FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. *Revista de História, Ciência, Saúde. Manguinhos*. vol.19 supl.1 Rio de Janeiro, dez. 2012.

²⁶⁹ FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. *Op.cit.*, 2012, p. 05.

Ainda que a descrição acima pareça estar mais associada a um universo urbano, diferente da que, trabalhamos os mesmos historiadores ao se referirem à região de Taubaté, capitania de São Paulo constata o seguinte:

Menos de 3% dos mais de 1.200 inventários *post-mortem* da capitania do Rio de Janeiro e de Taubaté registravam nomes de escravos fugidos, em um total inferior a 1% dos quase 14 mil escravos arrolados pela fonte. Ao derivar de escravos que senhores à beira da morte ou os seus herdeiros davam por inapelavelmente perdidos, anotados ademais no intuito de dirimir dúvidas acerca dos valores a partilhar, esses índices parecem bastante confiáveis. Eles sugerem terem sido menos frequentes do que se costuma supor as evasões que permitiam aos cativos se organizar, mais ou menos rapidamente, em bandos, sob a chefia de um deles, ou a reunir-se a quilombos preexistentes.²⁷⁰

No entanto, o que me parece fundamental neste trabalho são as inferências dos autores aos momentos nos quais as fugas se davam. Sugerem e pontuam, para várias regiões da América, que as fugas tiveram incrementos importantes em contextos de invasões militares estrangeiras, que desestruturavam a vigilância e os mecanismos de controle.²⁷¹

A idéia aqui é enfatizar os casos de fugas de escravos através da fronteira durante os anos de guerra, isto é, entre 1835 e 1850, abarcando a revolta civil farroupilha e a Guerra Grande. Esta proposta de análise caso a caso evita interpretações equivocadas de que o Estado Oriental pudesse constituir um espaço de plena liberdade para os escravos fugidos da província sulina durante os conflitos analisados, sobretudo durante o processo de abolição no Uruguai (1842 – 1846), embora existam exceções.²⁷² Mais do que um espaço de liberdade, o território uruguaio foi um espaço de alternativas possíveis, que parece ter tido como marca a fragilidade e insegurança constantes dos indivíduos e grupos fugitivos que ali buscavam refúgio.

Os variados caminhos – físicos e estratégicos – seguidos pelos escravos rumo a uma vida menos hostil serão apontados aqui através de uma lista de cativos fugidos. Para muitos cativos que viviam na província de São Pedro e tinham o espaço de fronteira como um horizonte, cruzá-la foi, na maioria das vezes, uma imposição, mas também uma alternativa, uma necessidade, uma opção, uma contingência.

²⁷⁰ FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. *Op.cit.*, 2012, p. 05.

²⁷¹ FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. *Op.cit.*, 2012, p. 08.

²⁷² As divisões políticas internas no Estado Oriental, que vinham desde seu processo de Independência no ano de 1828 e os domínios territoriais de um ou outro grupo na capital e no interior - situação que tem seu ápice na deflagração da Guerra Grande em 1839 - geraram duas leis abolicionistas no Estado Oriental. Uma primeira no ano de 1842, pelo Governo de “La Defensa”, comandando pelos colorados de Fructuoso Riveira e uma segunda, pelo Governo do Cerrito, em 1846, sob domínio dos blancos de Dom Manuel Oribe. BORUCKI, CHAGAS, STALLA, *Op. cit.*, 2004.

Passemos então às fugas no tópico seguinte onde demonstraremos através da análise de dados como algumas questões foram encaminhadas.

2.5) “*A Relação de 1850*” em análise: Explorando alguns dados sobre fugas escravas pela fronteira Meridional do Império do Brasil.

Para as análises que se seguirão nos embasamos, portanto, em uma relação de escravos fugitivos. Esta fonte tem sido explorada por diversos pesquisadores.²⁷³ A os dados trabalhados se aproximam dos contabilizados por Mariana Thompson Flores em sua tese. A autora ressalta a duplicidade dos dados, situação que também verifiquei. Petiz fala em 944, Thompson Flores em 647 e eu contabilizei 736 escravos em fuga.²⁷⁴ Não vou aprofundar uma discussão com estes pesquisadores sobre como chegaram a seus números, todavia há que ser ressaltado que inexistiu uniformidade nos números totais de escravos fugidos contabilizados por diferentes pesquisadores. Sobre esta questão, apenas uma ressalva: creio que essa variação pode ser creditada à existência simultânea de várias listas, confeccionadas de forma independente por cada município. Estes documentos podem ser encontrados no arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, fundos de polícia em maços dos referidos municípios. Além dessas listas isoladas, existe uma grande lista compilando todos os dados, também pertencente ao mesmo arquivo (AHRS). As listas por município contabilizam menos cativos que a lista de compilação, na qual resolvi então me embasar para fazer os cálculos.

Sobre o processo de confecção destas listas sabemos que em quatro de outubro de 1848, o Presidente da Província Soares Andrea ordenou que se realizassem tais levantamentos através de uma circular encaminhada às polícias dos municípios fronteiriços. Todavia, nem todos os municípios responderam a este chamado. A maior parte das listas remetidas era de cidades que faziam parte do que chamamos de “caminhos de fronteira”.²⁷⁵ Essa localização geográfica pode indicar, por um lado, que

²⁷³ PETIZ, Silmei de Sant’Anna. *Buscando a Liberdade. As fugas de escravos da São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: ED. de Passo Fundo, 2006; CARATTI, Jonatas, *Op. cit.*, 2011; ARAUJO, Thiago. *Op. cit.*, 2011; THOMPSON FLORES, Mariana. *Op. cit.*, 2011. Todas as análises que se seguiram aqui estão embasadas na “Relação de 1850” de escravos fugidos. AHRS, Fundo Estatísticas, 1850, Local: Rio Grande do Sul; relação e descrição dos escravos (por proprietários) fugidos da província do Rio Grande do Sul.

²⁷⁴ Silmei Petiz, em um trabalho específico sobre “fugas além-fronteira”, como ele próprio denomina, chega a um número de 944 escravos fugidos e 378 senhores lesados; isso para o período de 1827 a 1848, quando da confecção de tais relações. PETIZ, Silmei. *Op. cit.*, 2006.

²⁷⁵ Estas listas existem para várias cidades do Rio Grande do Sul como Pelotas, Rio Grande, Bagé, São José do Norte, Jaguarão e Rio Pardo de forma avulsa, na documentação de polícia de cada município a

havia uma tendência de fuga dos escravos alocados neste amplo espaço fronteiriço, o que reforça a ideia de que o conhecimento da região era necessário e importante para um melhor manejo da fronteira.²⁷⁶ Por outro lado, indica que escravos de outras regiões fugiam para o Estado Oriental menos frequentemente.

No entanto, é importante assinalar que existe uma segunda lista, anexa a um processo criminal onde o tema central é justamente uma fuga cativa para o Estado Oriental. Neste processo o que chama a atenção é que os dados se repetem muito pouco em relação à primeira lista citada. Ou seja, as fugas crescem. Segundo Caratti, apenas quatro cativos se repetiam, o que significa um acréscimo de 262 cativos, isto é, 998 cativos ao todo.²⁷⁷

Os dados para o Rio Grande do Sul do primeiro quartel do século XIX são imprecisos e pouco confiáveis, todavia podem fornecer uma dimensão aproximada do número de cativos na Província sulina. Isso se faz mais importante ainda uma vez que a questão escrava no Brasil meridional por muito tempo esteve encoberta pela justificativa de que a limitada presença da escravidão nos setores produtivos a tornava irrelevante na estrutura social sulina. Assim, podemos dizer que a população escrava da Província do Rio Grande de São Pedro, durante as décadas de 1830, 1840 e 1850 se manteve na média de 20% do total da população.²⁷⁸ Importante ressaltar que se trata de dados referentes ao período anterior a interrupção do tráfico internacional de escravos.

Pela análise e proximidade com a discussão feita por Mariana Thompson Flores, vou me ater aqui em alguns dados já trabalhados pela historiadora. Vejamos a distribuição das fugas por ano:

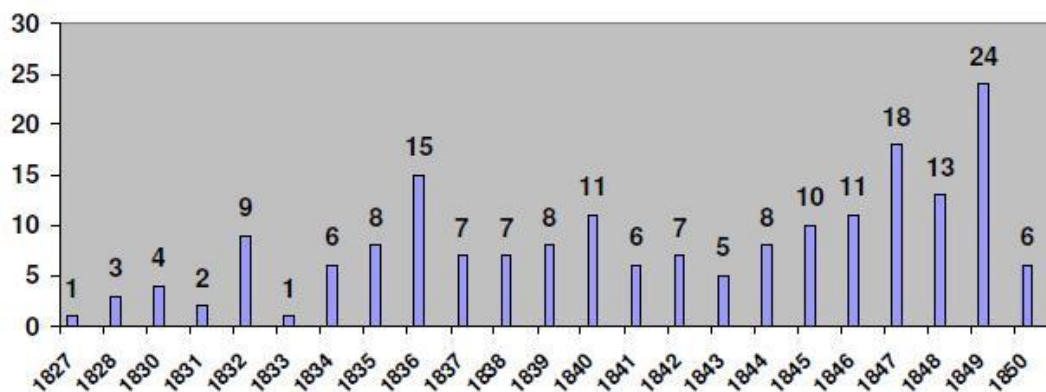
qual pertencem. AHRs, Fundo Polícia, Maço 26, 50, 51. Todavia, as mesmas listas avulsas podem ser encontradas no AHRs compiladas, no documento que chamamos de relação de 1850. AHRs, Fundo Estatísticas, 1850, Local: Rio Grande do Sul; relação e descrição dos escravos (por proprietários) fugidos da província do Rio Grande do Sul.

²⁷⁶ MOREIRA, Paulo, *Op. cit.*, 1998; THOMPSON FLORES, Mariana. *Op. cit.*, 2008; FARINATTI, Luis Augusto. *Op. cit.*, 2010.

²⁷⁷ Para minha contagem, são 736 escravos na lista do AHRs e 262 na lista anexa ao processo criminal, totalizando 998 escravos fugidos entre os anos de 1815 e 1850. AHRGS. Estatística. Relação e descrição dos escravos (por proprietários) fugidos da Província para Entre Rios, Corrientes, Estado Oriental, República do Paraguai e outras províncias brasileiras. Rio Grande do Sul. 1850; APERS, Processo-crime, auto nº 442, ano: 1854, Maço: 10A, Estante: 36. Este processo é analisado por Caratti em sua dissertação de mestrado, como eixo condutor de sua análise. CARATTI, Jonatas. *Op. cit.*, 2010.

²⁷⁸ LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense: (1835-1845)*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1983; BAKOS, Margareth. A Escravidão Negra e os Farrroupilhas. In: PESAVENTO; Sandra J.; DACANAL, José Hildebrando. *A Revolução Farrroupilha: História e Interpretação*. 2ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

GRÁFICO Nº 01: Ano das fugas dos escravos a partir da relação de 1850:²⁷⁹



Fonte: AHRGS. 1850 – Rio Grande do Sul. Relação e descrição dos Escravos (por proprietários) fugidos para Entre Rios, Corrientes, Estado Oriental, República do Paraguai e outras províncias brasileiras. Estatística. Documentação Avulsa. Maço 1. AHRGS. Sem data. Serra do Caverá. Relação de escravos de José Maria de Sousa fugidos para Cisplatina. Estatística. Documentação Avulsa. Maço 2.

Do montante de 647 fugas, conhecemos a data de fuga de 190 delas. Entre o rol de estratégias de resistência, percebe-se que suas efetivações estiveram associadas ao contexto militarizado daqueles anos. Pensar sob estes aspectos ajuda a dimensionar o peso daquele universo nas efetivações das fugas, nas escolhas tomadas pelos cativos, bem como no sucesso ou fracasso de seus intentos. Da mesma forma que nos apresenta um dado que considero fundamental nesta análise, o uso da experiência de guerra pelos cativos (seja em exércitos formais ou bandos armados de seus senhores) para suas a busca de maior autonomia.

Nos dados apresentados pela historiadora, gostaria de ressaltar os anos de picos das fugas. A primeira fuga data de 1827 e as últimas, ocorridas no ano de 1850. No entanto, os ápices se deram em dois momentos. O primeiro, entre os anos de 1836 - segundo ano da revolta civil - e 1840, isto é, exatamente meados da mesma. Sobre este momento, Gunter Weimer afirma que durante a Revolução Farroupilha foram bastantes altos os índices de fuga.²⁸⁰ Neste sentido, Thompson Flores referindo-se ao primeiro pico de fugas (1836), afirma que: “comparando a média dos nove anos subseqüentes de guerra com a dos anos anteriores ao início do conflito, percebe-se um claro aumento do número de fugas naquele período”.²⁸¹

²⁷⁹ THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Op. cit.*, 2012, p.215.

²⁸⁰ WEIMER, Günter. *O trabalho escravo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sagra/Ed. da UFRGS, 1991, p.42.

²⁸¹ THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Op. cit.*, 2012, p.215.

O segundo pico de fugas figura entre os anos de 1847 e 1849, momento no qual as forças Blancas assumem o poder na Banda Oriental. É a partir deste momento que se acirraram os conflitos fronteiriços entre proprietários sul-riograndenses e as forças oribistas/blancas, resultando nas incursões sucessivas de súditos brasileiros em terras orientais. A tomada de poder pelos Blancos no território oriental e o estremecimento nas relações fronteiriças com os proprietários sul-rio-grandenses nos parecem fundamentais para o entendimento do ápice das fugas nestes anos, já que a maioria dos proprietários estabelecidos na fronteira era composta por brasileiros e mantinham relações políticas com os Colorados, grupo político naquele momento suplantado pelos Oribistas. Isto é, as demandas militares fronteiriças dos Oribistas passam a incidir sobre a estrutura das relações escravistas. A confecção da lista é posterior a esses eventos respondendo aos efeitos que a abolição da escravidão pelo Gobierno del Cerrito causou aos proprietários rio-grandenses. Como ressaltou o representante diplomático da legação brasileira em Montevideu “os escravos apreendidos e roubados a seus diversos proprietários pelos agentes de Dom Manuel Oribe são empregados no mister das armas”.²⁸² Ou seja, muitos fugiram rumo ao Estado Oriental por estes anos e pensaram ser o serviço das armas uma oportunidade de melhorar suas vidas e num futuro não muito distante, alcançarem a liberdade. E, a vida em fuga não era tão simples assim. O serviço das armas, mesmo para que os se apresentaram a ele esteve para estes homens como horizonte turvo, onde a morte a liberdade andariam de mãos dadas até pelo menos o findar da guerra do lado de lá da fronteira.

Para esta conjuntura, “quando se alcançam os números mais elevados” Thompson Flores demarca que tal situação pode “corresponder, possivelmente, não aos anos de fugas dos escravos exatamente, mas aos anos em que as listas de escravos fugidos, fornecidas pelos próprios proprietários, foram elaboradas”. Tal colocação é importante porque demarca os cuidados metodológicos com a fonte e imprecisão dos dados dela retirados. Mas traz consigo uma questão subjacente: se, como diz a historiadora, estes dados estão relacionados aos anos em que as listas foram elaboradas, faz-se necessário pontuar porque nestes anos estas listas foram elaboradas. Isso evidencia que havia questões importantes acontecendo e que fizeram com que proprietários passassem a fazer listas por município reclamando suas posses, da mesma forma que em 1850 o Presidente da Província requereu a listagem completa, que acabou por dar forma a

²⁸² AHRG, LG 10 (1845-1847), 02 de Janeiro de 1847. Também citado por BORUCKI, CHAGAS, STALLA. *Op. cit.*, p. 129.

“Relação de 1850”, que utilizamos. Assim, os anos do último pico de fugas parecem estar marcadamente associados ao contexto as alterações políticas no Estado Oriental e na mudança de relações com os proprietários brasileiros estabelecidos na longa faixa fronteira e, não menos importante, também relacionados à abolição no Governo do Cerrito.

Os picos de fugas das listas da “relação de 1850” também parecem indicar o conhecimento dos escravos de condições, mais favoráveis para seus projetos, já que ambos foram momentos tumultuados na província sulina e no Estado Oriental. Da mesma forma que estes momentos ápices das fugas também podem nos indicar que as questões/relações políticas em ambos os lados poderiam estar mediando escolhas, já que muitos dos senhores de escravos também descrevem nas listas a negação de seus pedidos de devolução dos cativos.

Assim, a “lista de 1850” apresenta fugas para Corrientes (54 cativos), Entre-Rios (29 cativos), Paraguai (04 cativos) e Estado Oriental (653 cativos). Ou seja, nem todas as descrições dos escravos feitas pelos proprietários apresentam a informação da data da fuga, ainda que se saiba o destino presumível da fuga na maioria dos casos, e com alguma certeza em outros.

Passamos agora a algumas análises de cunho quantitativo através da Relação de 1850.

QUADRO Nº 09: Cativos fugitivos divididos entre Crioulos e Africanos:

Condição do escravo	Nº de escravos fugitivos	% de escravos fugitivos
Crioulos	186	25,3
Africanos	340	46,2
Não consta a informação	210	28,5
Total	736	100%

Fonte: AHRs, Fundo Estatísticas, 1850, Local: Rio Grande do Sul. Relação e descrição dos escravos (por proprietários) fugidos da Província do Rio Grande do Sul.

Do total de escravos fugidos constante na Relação de 1850, conheço a condição de 526 casos. Dentre estes, há uma percentagem de 40% de africanos para 25% de crioulos fugidos. Ou seja, havia uma preponderância de escravos africanos que fugiam de seus proprietários. Destas fugas, a maioria escapou rumo ao Estado Oriental, tanto no que concerne aos africanos (298), como os crioulos (167). As outras regiões acessadas seguem mais ou menos na mesma proporção entre africanos e crioulos. O segundo local mais acessado nas fugas foi a Província Argentina de Corrientes, com 29 africanos e 14

crioulos. Em terceiro, a Província Argentina de Entre-Rios, com 24 africanos e 5 crioulos. Por último, o Paraguai, figurando com 100% das fugas para este local sendo realizada por africanos.

A divisão por faixas-etárias é a seguinte:

QUADRO Nº10: Escravos fugitivos divididos por faixas-etárias:

Faixa etária dos escravos fugitivos	Nº de escravos fugitivos	% de escravos fugitivos
Até 19 anos	32	4,3
De 20 a 29 anos	102	14
De 30 a 39 anos	98	13,3
De 40 a 49 anos	62	8,4
De 50 a 59 anos	25	3,4
Não consta a informação	417	56,6
Total	736	100

Fonte: AHRS, Fundo Estatísticas, 1850, Local: Rio Grande do Sul. Relação e descrição dos escravos (por proprietários) fugidos da Província do Rio Grande do Sul.

Ainda que haja na distribuição por idades uma ausência de mais da metade dos dados, é possível perceber que a faixa-etária dos escravos fugidos circulavam na maioria entre 20 e 39 anos, perfazendo 27% ou 200 escravos. O escravo mais jovem tinha três anos, e foi levado junto por sua mãe e o mais velho da relação aparece com 58 anos. Eram, portanto, escravos relativamente jovens e em idade economicamente ativa os que fugiam.

No que se refere à distribuição por sexo, temos o seguinte:

QUADRO Nº 11: Cativos fugitivos divididos for sexo:

Sexo	Nº de escravos fugitivos	% de escravos fugitivos
Masculino	684	93
Feminino	52	07
Total	736	100

Fonte: AHRS, Fundo Estatísticas, 1850, Local: Rio Grande do Sul. Relação e descrição dos escravos (por proprietários) fugidos da Província do Rio Grande do Sul.

Há, portanto, uma majoritária preponderância de homens nas fugas, o que não foge ao padrão comumente encontrado para outras regiões do Império e mesmo no espectro mais amplo das Américas.²⁸³ No entanto, vale ressaltar que no tocante a estas

²⁸³ GOMES, Flavio dos Santos. *Op. cit.*, 1996; NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Op. cit.*, 2000; FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. *Op.cit.*, 2012.

52 mulheres que fugiram, a maioria era africana, congo ou benguela (28 escravas). Dentre todas as mulheres que fugiram (crioulas e africanas), sete delas (07 escravas) fugiram com seus companheiros ou maridos e três (03) arriscaram-se na fuga levando filhos pequenos. A maioria delas fugiu para o Estado Oriental.

Passo a visualizar agora o interior dos grupos. Primeiro os africanos e suas regiões de procedência, depois os crioulos e as províncias de origem/naturalidade.

QUADRO Nº 12: Cativos Africanos fugitivos divididos por região de procedência da África:

Descrição do escravo africano fugitivo	Nº de escravos africanos fugitivos	Região de Procedência dos escravos africanos fugitivos
Nação	28	–
Africano	148	–
Da costa	04	–
Monjolo	07	África Central Atlântica
Cabinda	32	África Central Atlântica
Benguela	26	África Central Atlântica
Congo	41	África Central Atlântica
Rebolo	04	África Central Atlântica
Cassange	04	África Central Atlântica
Angola	12	África Central Atlântica
Mina	11	África Ocidental
Nagô	02	África Ocidental
Cabo Verde	03	África Ocidental
São Tomé	02	África Ocidental
Gêge	01	África Ocidental
Moçambique	15	África Oriental
Total	340	–

Fonte: AHRS, Fundo Estatísticas, 1850, Local: Rio Grande do Sul. Relação e descrição dos escravos (por proprietários) fugidos da Província do Rio Grande do Sul.

Sei que, do total de escravos fugitivos, 340 são africanos. Entre os africanos, em 53% (180 escravos) das descrições, apenas aparece a referência “africanos”, “da costa” ou de “nação”. No entanto, entre aqueles em que há detalhamento do grupo étnico e/ou região de procedência, há uma preponderância dos escravos oriundos da África Central-Atlântica, com 126 escravos (Monjolo, Cabinda, Benguela, Congo, Rebolo, Cassange, Angola).

Para os 186 crioulos, temos a seguinte distribuição:

QUADRO Nº 13: Cativos Crioulos fugitivos divididos por Províncias Imperiais:

Província de origem dos escravos crioulos fugitivos	Nº de escravos crioulos fugitivos que consta a região ou província de origem
Bahia	17
Rio Grande do Sul	15
Rio de Janeiro	07
Pernambuco	05
São Paulo	02
Rio Grande do Norte	01
Alagoas	01
Santa Catarina	01
Nação brasileira	01
Não consta a informação	136
Total	186

Fonte: AHRs, Fundo Estatísticas, 1850, Local: Rio Grande do Sul. Relação e descrição dos escravos (por proprietários) fugidos da Província do Rio Grande do Sul.

Infelizmente, entre os crioulos as informações são bem menos detalhadas que para os africanos, como pode ser visualizado no alto número de escravos crioulos sem detalhamentos das províncias de origem ou naturalidade (136 escravos ou 73%). Ainda assim, achei importante demonstrar estes dados. Entre os crioulos fugitivos, em primeiro lugar aparecem os baianos (17 escravos), em segundo aparecem os escravos naturais da Província do Rio Grande do Sul (15 escravos), seguidos pelo Rio de Janeiro (07 escravos). Para os escravos naturais do Rio Grande do Sul, constam algumas das cidades onde estes nasceram (Mostardas, Camaquã, Pelotas e Rio Pardo).

Passamos agora a nos deter em algumas questões qualitativas que evidenciamos na documentação sobre as devoluções dos escravos reclamados. A análise destas listas torna claro que havia vários escravos de um mesmo proprietário sendo simultaneamente reclamados. Situação esta que, ainda como hipótese, talvez indique que estes proprietários tinham também melhores condições de reclamá-los ou dito de outra forma, somente proprietários pertencentes a uma rede bem estabelecida que possibilitaria a eles reaverem seus bens. Ou ainda, que há uma maior tendência dos proprietários que tiveram muitos escravos evadidos a reclamarem suas perdas junto ao governo da província.

Neste sentido, Matheus ao pensar os usos da fronteira por cativos e senhores e ao analisar casos de alforrias alcançadas por cativos, que se utilizaram recorrentemente do

argumento de terem vivido no Estado Oriental, embasados na lei de 1831, conclui algo instigante. Através de alguns casos de concessão de alforria dos senhores que evitaram litigar na justiça com seus cativos, Matheus inverte uma proposição comumente feita pelos pesquisadores sobre a necessidade de redes de relações dos cativos neste intento e se pergunta: “Seria o caso de passarmos a questionar, também, sobre a dificuldade de alguns *senhores* em acessar a justiça para se defender de seus cativos?”.²⁸⁴ Fica a indagação, ainda sem respostas conclusivas.

Não temos números para as devoluções e as evasões efetivas de cativos fugitivos. Apenas se comprova que do montante total de escravos reclamados por brasileiros, cento e noventa e sete deles conseguiram ser comprovados por seus donos, visto as exigências Argentinas e Orientais para que se efetivassem as devoluções. A partir destes números é viável pensar que possam estes cento e noventa e sete (197) escravos terem sido devolvidos. Assim, num montante de setecentos e trinta e seis escravos a hipotética devolução implicaria em um nível de retorno próximo a 28% ou pouco mais que um quarto dos evadidos. Um número não muito alto em se tratando de Estados (ainda que nascentes) e do Império brasileiro, todos partícipes de uma longa tradição devolucionista. Demarcamos que esta inferência é feita a partir dos escravos reclamados por vias legais, sendo possível a existência de muitos outros escravos, recapturados por vias privadas. Todavia, Borucki, Chagas, Stalla afirmam que após os tratados de 1851, algumas situações não previstas que combinavam a conjuntura bélica com a fronteira e as fugas, foram favoráveis aos cativos, já que os orientais não devolveram escravos que haviam se alistado em batalhões de libertos.²⁸⁵

Entre os 736 escravos fugitivos, foi possível verificar a presença clara de 55 deles em forças Coloradas ou Blancas ou ainda, presentes em forças de polícia dos Departamentos Orientais. Mesmo que não fique notoriamente claro se eles apresentavam-se voluntariamente ou se foram frutos de arregimentações compulsórias, estes cinquenta e cinco escravos estavam sob ordens militares e/ou policiais.²⁸⁶

A utilização destes cativos em atividades ligadas aos exércitos Blancos e/ou Colorados e mesmo às Polícias dos Departamentos Orientais parece ser a causa e uma das respostas a estas poucas devoluções. Em alguns casos, fica explícita a situação de conflito de interesses entre proprietários brasileiros que demandavam a reintegração de

²⁸⁴ MATHEUS, Marcelo. *Op. cit.*, 2011, p. 11.

²⁸⁵ BORUCKI, CHAGAS, STALLA. *Op. cit.*, 2004, p. 135.

²⁸⁶ Elaboramos um quadro com estas descrições, que, por conta do tamanho, encontra-se ao final do texto. Ver ANEXO 09.

sua posse e os Comandantes Militares Orientais que não os devolviam. Como no caso do escravo Antero, pertencente a João Francisco Vieira Braga. Antero fugiu para o Estado Oriental em dezenove de abril de 1846. O escravo foi encontrado na estância de Sapalhar, no dia dez de novembro de 1846, como Soldado da Polícia e tinha por Comandante o Tenente Pinto. No dia seguinte, João Francisco Vieira Braga tratou de reclamar a posse de seu escravo, na Vila de Serro Largo. Dois meses depois, em 29 de janeiro de 1847 fez a reclamação ao Comandante do Departamento, Dionísio Coronel. Não só não foi atendido, como o escravo, também conhecido por André, foi mandando pelas forças de Dionísio Coronel retirar-se para o interior da campanha.

A partir de inferências como esta, há, pois, dois elementos a nortear a dificuldade de devolução dos cativos por seus senhores brasileiros: 1) A existência de dificuldades relacionadas ao baixo grau de pressão diplomática 2) Somadas ao primeiro elemento, as mudanças políticas em terras orientais, com a crescente condenação da escravidão, simultânea à tentativa de afirmação de uma soberania geográfica.

As reflexões feitas neste trabalho suscitaram questões que extrapolam seu objetivo. Assim, fica a hipótese de que – as fugas cativas mantinham uma explícita relação com um longo período belicoso, sendo a fronteira o elemento constituinte destes intentos cativos. Assim, após apresentar alguns dados, ainda que deficientes, posso afirmar que as fugas recrudesceram durante a Revolta Civil Farroupilha e a partir de 1846, após o processo de abolição no Cerrito e de mudanças políticas e militares nas relações com os proprietários sulinos estabelecidos na faixa de fronteira. Neste sentido, as fugas estiveram relacionadas com a fronteira e com as guerras de forma ampla, fosse com a Guerra Civil Farroupilha ou com a Guerra Grande no Estado Oriental. Dito de outra forma foi o contexto de guerras na fronteira - que norteou grande parte das fugas cativas, estando estes conflitos para os escravos vinculados indissociavelmente à busca de caminhos alternativos naqueles anos.²⁸⁷

Neste sentido, cada vez mais fica clara a impossibilidade de isolarmos estes conflitos e a questão escrava a análises que o pensem apenas em relação ao Estado Imperial Brasileiro. A fronteira meridional do Império possuía vínculos fortes demais com o universo platino e por muitos momentos as vidas dos indivíduos sulinos estiveram entrelaçadas ao que ocorria também do *lado de lá*. Evidente que isso é tanto

²⁸⁷ Esses dois conflitos coincidem em alguns anos.

mais verdade quanto maior a proximidade com o universo fronteiriço.²⁸⁸ O quê a presença de tropas por todas as partes - poderia acrescentar às estratégias cativas nesta conjuntura de guerra?²⁸⁹

A questão do “solo livre” complexificava em muito as fugas e suas consequentes discussões sobre devoluções.²⁹⁰ Grinberg, ao focar estas questões para fins da década de 1860 verificou a recorrência de um argumento retórico por parte dos defensores dos escravos: a ideia do “princípio da liberdade” ou “solo livre”. Segundo esta ideia um escravo que pisasse um solo onde não havia mais escravidão tornava-se automaticamente livre. Esta foi a interpretação dada para os casos ocorridos na fronteira entre o Império (leia-se aqui, Província do Rio Grande do Sul) e o Uruguai. Os casos, por ela analisados, portanto - e pelos juristas que os julgaram foram considerados casos de re-escravização, já que o fato de terem pisado o solo oriental lhes garantiria o direito à liberdade.²⁹¹ Estas ações de liberdade acionaram importantes discussões diplomáticas entre Brasil, Uruguai e Argentina, sobretudo após os tratados de 1851 e 1857²⁹², que reafirmavam entre os estados fronteiriços uma longa tradição devolucionista.²⁹³

²⁸⁸ As fugas cativas não são uma novidade historiográfica, tampouco as fugas pela extensa fronteira do Estado Imperial, não só em sua porção meridional, mas por muitos outros espaços do imenso império brasileiro. Ver CALDEIRA, Newman. *Nas Fronteiras da Incerteza: As fuga internacionais de escravos no relacionamento Diplomático do Império do Brasil com a República da Bolívia (1825-1867)*. Rio de Janeiro, PPGHIS da UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2007. ACRUCHE, Hevelly. Representações diplomáticas e escravidão no solo argentino: o caso das Províncias de Entre Rios e Corrientes. *Seminário Escravidão, Fronteiras e Relações Internacionais no Império do Brasil*, Programa de Pós-Graduação em História, UNIRIO, 2011, no prelo.

²⁸⁹ As fugas que trabalhamos são mais amplas das que estamos tratando aqui. Metodologicamente, fizemos uma divisão entre fugas “para dentro” e fugas “para fora” do território sulino. Estas, aqui apresentadas.

²⁸⁹ Importante ressaltarmos que as fugas através da fronteira meridional apresentam especificidades em relação aos casos recorrentes de fugas de escravos em outras partes do território brasileiro. Será, pois, a partir destas especificidades que refletiremos estas fugas.

²⁹⁰ GRINBERG, Keila. *Op.cit.*, 2007.

²⁹¹ Segundo a mesma autora, argumentos semelhantes foram usados “na França e Inglaterra, para libertar escravos vindos do Caribe com seus senhores no século XVIII e nos Estados Unidos, para advogar a libertação de escravos que passaram dos Estados Unidos escravistas para os Estados livre ao longo do século XIX” GRINBERG, Keila. *Op.cit.*, 2007, p.270-271.

²⁹² Foram assinados cinco tratados em 12 de outubro de 1851 os quais resumidamente assinalamos aqui: Tratado da Perpétua Aliança: O Uruguai estabeleceu o direito do Brasil de intervir em conflitos internos do Uruguai; Tratado de Extradução: O Brasil poderia solicitar a extradução de escravos fugidos e internados no Uruguai, bem como de criminosos; Tratado de Comércio e navegação: Ficou permitida a navegação no rio Uruguai e seus afluentes, e isenção de taxas alfandegárias ao Brasil na exportação de charque e gado vivo; Tratado de Socorro: Ficou reconhecida a dívida uruguaia para com o Brasil pelo auxílio na luta contra os *Blancos*; Tratado de Limites: O Uruguai renunciou as suas reivindicações territoriais ao norte do rio Quaraí, reduzindo suas fronteiras de cerca de 176000 quilômetros, e reconhecendo ao Brasil o direito exclusivo de navegação da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão, fronteiras naturais entre os dois países. CARATTI, Jonatas. *Op. cit.*, 2009; ZABIELA, Eliane. *Op.cit.*, 2002.

²⁹³ A manifestação mais intensa da ideia de solo livre nos séculos XVIII e XIX proveio do debate norte-americano referente ao status da escravidão nos territórios incorporados a partir da compra da Louisiana à França, em 1803 durante o governo jeffersoniano. Segundo Vitor Izecksohn, estas discussões datam das

Embora o período analisado por Grinberg seja posterior ao que estamos enfocando, nos interessa recortar algumas importantes questões de sua análise, uma vez que há pontos tangenciais ao que estamos querendo demonstrar. Uma primeira questão diz respeito à normalidade ou naturalidade do trânsito de escravos pela fronteira, (estamos aqui incluindo as fugas). Outra questão diz respeito ao tratamento dado pela historiadora ao próprio conceito de fronteira, que começava a ser definido - territorialmente falando - a partir das independências das Províncias Unidas do Rio da Prata, em 1810.²⁹⁴ Todavia, o conceito traz em si uma união do que estava sendo gestado como território, com o que estava sendo gestado como um direito (aos escravos), já que uma questão estava implicada na outra, uma vez que a noção de território aqui podia (re) definir outra fronteira: a da escravidão e da liberdade.

Embora estas discussões sobre a interpretação da lei de 1831 tenham vindo à tona apenas na década de 1850²⁹⁵ isso não impediu uma livre apropriação de ideias que circulavam naquele universo, onde os escravos colocavam em prática suas fugas frequentemente. Como ressalta Grinberg, a questão do “solo livre” não era uma criação do século XIX.²⁹⁶ E, o que estamos querendo afirmar é que o conhecimento destas ideias somado a uma conjuntura militarizada e de abolição no estado vizinho (a partir de 1842) podia ter inúmeros e diferentes usos por parte dos escravos.

Neste sentido, cruzar a fronteira durante a guerra podia fazer com que escravos sulinos ampliassem suas chances de uma vida menos desfavorável. Saber que “o lado de lá” oferecia uma alternativa poderia ser um incentivo a fuga. Poder recorrer à justiça alegando-se livre (mesmo que isso demorasse alguns anos) ou ser incorporado aos exércitos orientais poderiam ser formas desejadas e almejadas por alguns. Incorporar ou ser recrutado em exércitos ou na polícia em um estado onde a escravidão havia sido

Ordenanças do Noroeste (1787), que banuiu a escravidão dos territórios situados a noroeste do Rio Ohio. Esse debate tornou-se mais acalorado após o final da guerra com o México, em 1848, mas tinha raízes nas discussões do período constitucional. O debate sobre a incorporação do território do Missouri (1820) dividiu a política estadunidense entre escravistas e defensores do solo livre, um antagonismo que tenderia a se acirrar na medida em que novos territórios fossem incorporados e à medida que a escravidão se alargava e tomava conta dos debates estadunidenses. IZECKSOHN, Vitor. Escravidão, federalismo e democracia: a luta pelo controle do Estado nacional norte-americano antes da Secessão. *Topoi*. Rio de Janeiro, p. 47-81, março de 2003, p. 47-81.

²⁹⁴ GRINBERG, Keila. *Op. cit.*, 2007, p. 274.

²⁹⁵ O “aviso de 1856” é a prova da necessidade de esclarecer estas questões. Este aviso imperial tentava dar uma diretriz para a questão, ao afirmar que as liberdades deveriam ser concedidas em casos onde a introdução do escravo em território livre tivesse se dado com o consentimento do seu senhor.

²⁹⁶ “Desde 1569 a escravidão foi tida como incompatível com a tradição jurídica britânica”. O caso “Cartwright” abriu precedente na lei britânica, sendo usado posteriormente como argumento nos casos de escravos trazidos das colônias britânicas no Caribe para a Inglaterra. GRINBERG, Keila. *Op. cit.*, 2007, p. 279.

abolida podia soar diferente de incorporar ou ser recrutado em uma província onde isso era apenas uma promessa. Já que durante o processo de Independência oriental, os escravos incorporados ao exército ficavam livres mediante seus serviços.²⁹⁷

Entre a fuga de um cativo e a ideia de liberdade há uma miríade de intenções e anseios, onde o significado de liberdade era permanentemente construído e (re) elaborado. Minimizar as chances de fracasso e ampliar as chances de sucesso: esse era, no nosso entendimento, o cálculo das fugas além-fronteira. Olhar estes dados com atenção e de forma microscópica ajudou-nos a perceber alguns indícios interessantes no tocante as estratégias cativas na província sulina trazendo à tona questões que por certo se manteriam encobertas nesta parcela de escravos fugidos.

Assim, ao apresentarmos uma discussão ancorada em fugas cativas pela belicosa fronteira meridional do Império brasileiro na primeira metade do século XIX esperamos ter contribuído para ampliar o debate sobre os usos deste espaço nas estratégias cativas, ressaltando o necessário entendimento destes elementos de forma agregada, onde a fronteira e a guerra conformaram decisões, escolhas e caminhos a serem tomados, dentro dos espaços possíveis de ação para aqueles escravos que se puseram em fuga na busca de minimizar os efeitos da escravidão em suas vidas.

2.6) *Sob as marcas da escravidão*: Descrição física, corpo, saúde e ocupação escrava na fronteira sul do Brasil através da lista de fugas.

Trabalhar com determinados tipos de fontes nos leva muitas vezes a caminhos e análises, à priori impensadas. Este foi o caso da lista de escravos fugidos conformada em 1850 e explorada na discussão anterior. Mais ainda não totalmente explorada. Dados preciosos aos historiadores não devem ser desperdiçados. As listas, conformadas através da junção de reclamos dos proprietários de escravos podem ser encaixadas naquilo que Carlo Ginzburg chamou de mina de dados involuntários.²⁹⁸ Informações estas que fogem ao controle da finalidade para qual a fonte foi produzida e nos dão um canal de acesso para um universo muito mais rico do que se pensa poder extrair deste tipo de

²⁹⁷ BORUCKI, CHAGAS, STALA. *Op. cit.*, p. 130.

²⁹⁸ Esta expressão é usada por Carlo Ginzburg. GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 182; _____ Provas e Possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Davis. *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991; _____. *El juez y el historiador. Acotaciones al margen del caso Sofri*. Madrid, Anaya & Mario Muchnik, 1993.

documento. Embora a lista de cativos tivesse por finalidade descrever os escravos para que fossem recapturados, são justamente as descrições físicas deles – dadas por seus senhores – e, portanto comportando uma visão dos mesmos sobre seus bens, que nos fez pensar em algumas questões não ditas na fonte. Refiro-me às atividades desempenhadas pelos mesmos naquele universo agrário, fronteiriço e belicoso e a relação deste com a violência da escravidão sobre os corpos escravos.

As pesquisas sobre as condições de vida e trabalho dos escravos do mundo rural sulino recém começam a aparecer. De forma tangencial, porém contundentes, alguns trabalhos tem apontado para a necessidade de se aprofundarem pesquisas que demonstrem tanto suas presenças, sobretudo no mundo da pecuária, como as atividades desempenhadas, e mais amplamente suas condições gerais de vida. Destacar este tema, através do entendimento do ritmo de trabalho e dos desgastes físicos no desempenho das nada fáceis atividades da lida campeira, pode ser um caminho para a compreensão das condições de saúde daqueles indivíduos, levantando questões pertinentes às condições de trabalho, a relação com o corpo e, à expectativa de vida cativa. Desta forma, buscamos entender o quê as marcas – físicas e simbólicas - da escravidão podem nos acrescentar sobre estes trabalhadores, habitantes de um mundo rural e fronteiriço, onde trabalhos pesados e específicos a este universo eram realizados cotidianamente. Passo, portanto, a descrever algumas das relações que vislumbrei nesta fonte. Achei viável fazer uma divisão dos tipos de marcas descritas. Assim, as dividi em quatro grupos, como dispostas no quadro abaixo:

QUADRO Nº 14: Marcas “da escravidão” nos escravos fugitivos para o Estado Oriental, dividido em categorias.

Marcas diversas ²⁹⁹	Marcas de Violência	Marcas de Ofício	Marcas de Doença ³⁰⁰
Míope	Queimaduras	Pé muito grosso no tornozelo	Tem sinais de bexigas.
Gago.	Surras.	Zambo das pernas. ³⁰¹	Meio bexiguento.
Barrigudo.	Açoites.	Pernas tortas.	Rosto muito cicatrizado de bexigas.

²⁹⁹ Contemplamos aqui mascas que independem do senhor e da atividade desempenhada pelo escravo, incluindo as marcas de nação.

³⁰⁰ As marcas de doenças até o momento estão relacionadas com marcas de bexigas que deixavam o indivíduo com marcas característica desta doença infecto-contagiosa e por hora é o que temos para expor sobre elas. Para um panorama mais amplo sobre doenças e saúde escrava, ver o amplo e necessário trabalho da historiadora norte-americana KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

³⁰¹ Diz-se do indivíduo que tem os pés ou as pernas tortos. HOLLANDA, Aurélio Buarque de. *Op.cit.*, 1988, p.685.

Calvo.	Tem um “S” no peito esquerdo.	Dedos quebrados ou tortos.	Picado de Bexigas.
Seco de rosto ou rosto descarnado. ³⁰²		Visco de faça no pescoço e talho no pulso.	Algum sinal de bexiga.
Forquilhas nas orelhas.		Cicatriz em uma das mãos.	
Falta de dentes na frente.		Quebrado das virilhas e escroto volumosos.	
Dentes podres.		Dedos dos pés abertos pelo exercício de andar a cavalo.	
		Sinal de golpe de machado no pé.	
		Dedo da mão direita cortado.	

Fonte: AHRS, Fundo Estatísticas, 1850, Local: Rio Grande do Sul. Relação e descrição dos escravos (por proprietários) fugidos da Província do Rio Grande do Sul.

Optei por colocar neste quadro as informações tais quais aparecem nas listas, uma vez que a maneira como os proprietários descreveram seus cativos ajuda a entender não somente suas descrições físicas, mas também como eram percebidos por seus senhores. Esta percepção senhorial geralmente se dava na forma de algum estranhamento - ou mesmo um elogio - mas sempre via alguma característica que havia chamado a atenção do senhor no escravo. Para o proprietário dos bens significava um meio possível de auxílio na identificação.

O que chamei de “marcas diversas” são marcas que aparentemente não estavam relacionadas nem com a ação senhorial, nem com as atividades desempenhadas pelos cativos. Evidente que, marcas descritas como “falta de dentes na frente” podem ter sido derivadas de um acidente de trabalho, todavia não decorrem de sua repetitividade ou frequência, não se tratando, portanto, de algo crônico, adquirido pelo esforço contínuo de alguma prática. Da mesma forma que ser “calvo”, “míope” ou “barrigudo” não se configura em elemento da violência do sistema, pelo menos até ter sido cruzada a informação com outra fonte, o que não foi possível.

O que denominei de “marcas de violência” são marcas que explícita e indiscutivelmente estavam relacionadas com alguma forma de punição sobre o cativo, como “surras” e “açóites”. Outras como queimaduras, também discutíveis, podendo ter ocorrido por acidente, mas achamos mais provável terem sido fruto de punições. Como o apontado pelas análises das marcas do escravo Moçambique Antonio, um dos três escravos de Francisca Maria Ignácia que haviam “fugido no tempo da revolução desta

³⁰² Magro.

provincia” (residentes em Pelotas). Antonio apresentava no peito esquerdo a letra “S”, o que pode indicar que este africano tivesse sido marcado como gado com a letra inicial de seu senhor finado senhor, Silvério de Miranda Magro. Muito possivelmente percebe-se aí mais uma das muitas brutalidades do sistema escravista, que fez com que homens e animais fossem além de considerados bens, equiparados na forma de demarcar a propriedade.

A terceira subdivisão diz respeito às “marcas de ofício”. Creio que, dentro do pouco que se conhece sobre as atividades destes escravos do mundo rural sulino, perceber estas marcas como próprias das atividades desempenhadas por eles nos ajuda tanto a aprofundar o conhecimento sobre suas atividades, como perceber a dureza de suas tarefas, as consequências sobre seus corpos e a recorrência da presença destas marcas, já que foi este tipo de marca que a maioria dos senhores usou para descrever seus cativos. Embora Petiz houvesse apontado para estas questões, limitou-se ao fazê-la através da demarcação do espaço e de presença destes escravos em trabalhos de lide campeira, em contraposição a já longamente discutida historiografia que via a escravidão como atributo apenas das charqueadas rio-grandenses.³⁰³

Agora vejamos então uma relação destas marcas com os ofícios que desempenhavam alguns destes escravos fugidos:

QUADRO Nº 15: Relação de marcas e ofícios dos escravos fugitivos.

Marca	Ofício	Nome	Procedência/naturalidade
Pé muito grosso no tornozelo.	Campeiro	Antonio	Crioulo
Zambo das pernas.	Não consta	Félix	Crioulo
Pernas tortas.	Não consta	João, Caetano	Angola/nação
Pés zaimbos.	Campeiro	Constantino	Crioulo
Pernas arcadas.	Não consta	Luciano	Nagô
Dedos da mão direita cortado.	Não consta	João	Congo
visco de faça no pescoço e talho no pulso.	Não consta	José	Benguela
Quebrado das virilhas e escroto volumoso.	Campeiro e boleeiro	Antero	Crioulo
Dedos dos pés abertos pelo exercício de andar a cavalo.	Não consta	Alexandre	Crioulo

³⁰³ PETIZ, Silmei. *Op.cit.*, 2006, p.122.

Sinal de golpe de machado no pé e pernas arcadas.	Falquejador	Januário	Crioulo
Cicatriz em uma das mãos.	Campeiro	Manoel	Crioulo
Cicatriz no rosto.	Pedreiro e campeiro	Antonio	Cabinda

Fonte: AHRs, Fundo Estatísticas, 1850, Local: Rio Grande do Sul. Relação e descrição dos escravos (por proprietários) fugidos da Província do Rio Grande do Sul.

Apresentamos aqui um quadro demonstrativo, contendo as marcas mais explícitas. As descrições acima parecem apontar para a relação existente entre o tipo de atividade que desempenhavam e suas marcas. A reincidência da presença de escravos campeiros, mas também de boleiros e falquejadores deixar claro que estas atividades campeiras eram tão duras quanto passíveis de marcá-los e debilitá-los fisicamente. O caso do falquejador Januário explicita esta condição, uma vez que possuía uma marca descrita como “um golpe de machado no pé”.³⁰⁴ Ser falquejador era ter uma atividade próxima a de um carpinteiro. Todavia, no mundo rural, estes homens se especializavam em lidar com maiores proporções de madeira, bem com materiais mais rústicos, como machados e facões.

Aquele que falqueja, apara “com o machado a casca”, de forma que a tora de madeira adquirisse as quatro faces regulares em formato quadrado. Estas toras tinham inúmeras finalidades, destinadas a casas, galpões, mangueiras e mais adiante no século XIX, quando do progressivo fechamento dos campos, foram usadas também em cercas para delimitar propriedades.³⁰⁵ Por mais que estas marcas pudessem ser produto de acidentes, tinham muito mais chances de ocorrer em função daquilo que faziam cotidianamente.

Em relação aos escravos campeiros, as frequentes referências às marcas “da cintura para baixo” nos intrigaram bastante. Pés e pernas, descritos como zambos ou tortos e/ou pernas arcadas estavam presentes nas descrições como a do escravo crioulo Alexandre, de propriedade de José Joaquim de Assumpção. Descrito como pardo, natural de Pelotas, 28 a 40 anos mais ou menos, estatura regular, corpo bastante grosso, pouca barba, “tem os dedos dos pés abertos pelo exercício de andar a cavalo”. Esta

³⁰⁴ Falquejador: oficial que falqueja; falquejar; Falquear: aparar com o machado a casca, e tanto do toro de madeira, quanto é necessário para que fique com 4 faces regulares em quadrado, outros dizem Falqueajar. SILVA, Antonio de Moraes. *Op. cit.*, 1813, p. 7-8. Falquejador é um sinônimo também para carpinteiro ou alguém que lida com a madeira, no entanto, no sul do Brasil o termo é usado em relação a trabalhos rurais, como na feitura de cercas por exemplo.

³⁰⁵ Mangueira: Grande curral de arame, pedra, madeira, junto à casa da estância, onde se encerra o gado para marcação, cura de bicheiras, castração, aparte, etc. BOSSLE, Batista. *Op.cit.*, 2003, p. 320.

referência empírica comprovou a ideia antes vaga, de que a atividade de campeiro exigia além de comprovada habilidade, prática cotidiana e dedicação. Além disso, demandava um repetido esforço físico que acabava por deformar o corpo destes escravos. A prática entortava os dedos dos pés e deformava suas pernas, que ficavam arcadas pela montaria. Podemos pensar que arcar as pernas tratava-se de coisa comum e perfeitamente possível de se conviver, entretanto, não podemos esquecer que a grande maioria desses escravos não dispunham de apetrechos de montaria, fosse por descaso do senhor, fosse pela falta de condições do mesmo em adquiri-los. O que é certo é que muito dispunham de condições hostis para montar. Talvez possuíssem algum pelego e arreio, mas muitos montavam os cavalos em pêlo e descalços. Esta constatação torna-se mais forte quando pensamos que andar descalço era comum aos escravos. Por certo não deveria ser nada agradável, tampouco saudável para seus corpos e suas atividades passar muitas horas do dia montado com os pés em arreios rústicos. Se a isso somarmos os longos anos de guerra, onde a escassez destes apetrechos era a regra, o quadro ficava ainda mais hostil ao corpo dos cativos. Não bastasse trazer os pés tortos, Alexandre ainda portava nas costas marcas de açoites.

O campeiro e boleiro Antero, também crioulo, pertencente a João Francisco Vieira Braga foi apresentado em sua descrição com marcas ainda maiores. Era “quebrado das virilhas e tinha escrotos volumosos”.³⁰⁶ Esta descrição indica não que Antero “estivesse quebrado”, mas que “era quebrado”, apontado para que pensemos que esta marca era algo adquirido, exatamente como uma característica (e como tal foi apontada por seu senhor). Ou seja, ao senhor não parecia um impedimento ao trabalho, e tampouco foi à fuga de Antero. A descrição feita pelo senhor de Antero “quebrado das virilhas e escroto volumoso” enfatiza um aspecto do cativo (depois de curado “pelo tempo”), uma forma peculiar ao caminhar, possível de identificação. Como já dissemos, esta descrição visava auxiliar na captura dos cativos fujões. Antero ainda tinha sido descrito como alguém que “ginga quando caminha”. O quê à primeira vista pode aparentar uma “malemolência” ou “malandragem” do cativo, estereótipos tão comumente atribuídos aos negros, podia ser uma marca da doença. Além de Antero, há outros escravos descritos que “gingam quando caminham”, sem contar que vários

³⁰⁶ Condutor, cocheiro. Por vezes um único escravo (como Antero) aparecia desempenhando mais de uma atividade, o que fazia com que suas chances de possuir o que chamamos de “marcas de ofício” aumentassem consideravelmente.

aparecem como “rengos”.³⁰⁷ Os escrotos volumosos que Antero tinha também deveriam estar bastante evidentes. Aqui, esta marca que chamamos de ofício pode também se misturar àquelas “marcas de doença”. Todavia, é uma marca adquirida em virtude de atividades específicas e repetitivas, originando uma doença, de forma que nem toda marca era necessariamente uma doença, mas havia doenças que poderiam causar marcas. Em termos médicos, a descrição sobre Antero corresponde ao que o Doutor Langaard denominou de “rendido das virilhas”, expressão até hoje bastante popular no sul do país.³⁰⁸ Estar rendido era estar com alguma espécie de hérnia, também chamada de “quebradura” ou “ruptura”. Segundo Langaard as hérnias podem ser divididas em vários tipos. A que Antero possuía pode ser caracterizada como uma “hérnia escrotal”. Entre as causas poderia estar o “ato de carregar, descer ou levantar fardos pesados”. Podia ser reconhecida pela visualidade – formava uma espécie de bolsa grande – e causava uma “desconfiguração escrotal”. Com o ato contínuo de esforços, podia aumentar mais ainda de volume e podia ser curado até cerca de vinte anos. Após os vinte e cinco anos o Doutor considerava que não existia mais nenhuma possibilidade de cura. Todavia, quanto maior o volume e a antiguidade da hérnia, menor perigo acompanhava o acometido da doença. Parecia ser o caso de Teodoro que ao se encaminhar para a fuga contava já com vinte e três anos. Tinha alguma chance de cura. Mas as dificuldades de encontrar tratamento adequado naquelas paragens e, sobretudo, sua condição de escravo fugido dificilmente lhe permitiriam encontrar alguém que o tratasse a tempo de conseguir alguma melhora. Deve ter convivido cronicamente com aquela situação, o que inclusive não o impediu de arranjar trabalho após a fuga.

Das notícias de seu escravo fugido em dezenove de abril de 1846, João Francisco Vieira Braga parecia saber bem mais que os outros proprietários que requeriam seus bens perdidos através das listas de seus cativos, uma vez que além das que já destacamos descreve outras tantas e preciosas informações. Disse que Antero já havia estado anteriormente no Rio de Janeiro (não fica claro se antes ou depois da fuga)

³⁰⁷ Tornar-se rengo; arrastar a perna caminhando (cavalo ou pessoa). Descadeirar. <http://www.dicio.com.br/renguear/>

³⁰⁸ O doutor dinamarquês Theodoro Langaard, radicado no Brasil, publicou seu *Dicionário de Medicina Doméstica e Popular* em 1865, tendo ainda no século XIX (em 1873) saído uma segunda edição, tal a sua popularidade. LANGAARD, Theodoro J. H. *Dicionário de Medicina Doméstica e Popular*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1872, vol. 02, p.464- 475; vol. 03, p. 421.

e ainda que “lhe apontava a barba” quando fugira. Sobre onde podia estar Antero disse que sabia que ele havia sido contratado em uma Estância como soldado de polícia, como lhe havia sido informado por um “comandante tenente Pinto no dia 09 de abril do dito ano”, tendo ainda sido visto “dia 11 do dito mês e ano na vila de Serro Largo”. Após apresentar estas informações, reclamou seu escravo “em 29 de janeiro ao comandante do departamento D. Dionísio Coronel”, mas não foi atendido. Sabia ainda que Antero andava denominando-se “André” e por conta de sua reclamação, fora mandado retirar-se para o interior da campanha. Ao final do que sabemos de Antero, dois elementos merecem comentários. Um deles, já anteriormente apontado, que diz respeito à prática dos escravos em fuga mudarem seus nomes, como estratégia – bastante eficaz – de dificultarem suas buscas. E por fim, outro elemento que causou muitos desconfortos entre as autoridades e os proprietários fronteiriços: a devolução ou não dos cativos que para o lado de lá fugiam. Desta questão, decorre outra também fundamental em nossa análise: o fato destes escravos serem aproveitados (ou se aproveitarem da situação) em forças policiais e do exército no Estado Oriental.

Por fim, uma consideração de ordem metodológica. Não criamos estas tipologias das marcas que acabamos de expor. Ao pensarmos estas marcas em relação ao mundo sulino e ao contexto de fugas de cativos pela fronteira meridional sulina buscamos uma aproximação através da adaptação metodológica para nossa especificidade fronteiriça, através do que Manolo Florentino pensou em relação às enfermidades provocadas pelo tráfico transatlântico nos escravos deslocados da África ao Brasil.³⁰⁹ Ao tratar da demografia do tráfico e expor suas impressionantes cifras, Florentino faz importantes considerações sobre as condições de vida e transporte destes indivíduos. Ao constatar inúmeras enfermidades, estabelece critérios de “classificação etiológica” para os casos encontrados. De forma geral, percebe entre os cativos enfermos uma presença muito maior de homens do que mulheres. Guardadas as proporções numéricas trabalhadas - análogo às fugas cativas pela fronteira sulina à época trabalhada.³¹⁰ As enfermidades

³⁰⁹ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

³¹⁰ Não é novidade que as fugas, dentro do que a historiografia específica tem apontado, sejam predominantemente masculinas. Flavio dos Santos. "Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista", *Tempo*, vol. 1, n. 1. Rio de Janeiro, 1996. E de forma mais específica, sobre as fugas de escravos para a Armada de Guerra, ver: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do Cativo ao Mar. Escravos na Marinha de Guerra. Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 85-112, 2000.

são divididas pelo historiador em dois grandes grupos: 1º) Traumas físicos; 2º) Infecto-contagiosas. O primeiro grupo, dos “traumas físicos” pode ser pensando de uma forma análoga ao que chamamos de “marcas de ofício”, já que Florentino conclui também que este possuía relação direta com as precárias condições do tráfico, mas também dados que revelam a dureza do trabalho no interior da empresa escravista.

Assim, vemos as marcas que descrevemos como de ofício como possuidoras de estreita relação com a dureza das atividades desempenhadas por estes escravos da lida rural sulina. Embora seja apenas uma aproximação tangencial, esperamos através do estudo das fugas (e da potencialidade extra desta fonte) ter ficado demonstrado mais um aspecto (e uma possibilidade) da vida dos trabalhadores cativos do mundo rural sulino em tempos de guerra. O contexto de guerra e o tipo de vida que estes escravos levavam haviam marcado definitivamente suas vidas, das mais variadas formas.

----- Ω -----

Neste capítulo, foram apresentados alguns conceitos que tem norteado este trabalho. Entre eles, o importante conceito de experiência. Esta, entendida como sendo construída a partir das possibilidades do próprio contexto, estando a imprevisibilidade presente nas escolhas a serem tomadas. Ao lidar com trajetórias individuais tive o intuito, tanto de devolver a estes indivíduos o protagonismo de suas vidas – mesmo que com limites – como de por em evidência a necessária relação histórica entre ação individual e estrutura.

A partir destas considerações teórico-metodológicas passamos a tratar de duas grandes questões. O alistamento dos escravos para o exército e as fugas pela fronteira. Inicia-se aqui, neste capítulo, a apresentação das possibilidades postas pela conjuntura de guerra na vida dos escravos da Província do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX.³¹¹

Ambas as situações serviram aos escravos como alternativas a vida no cativeiro, sendo possibilitadas pela conjuntura de guerra. Estas possibilidades são aqui colocadas de três formas: para aqueles que se apresentaram aos exércitos voluntariamente (situações que terão maiores análises no capítulo seguinte), para aqueles que fugiram dos exércitos, e ainda para aqueles que optaram por fugas para se distanciar da

³¹¹ Estas discussões seguem no capítulo seguinte, que tratará somente destas possibilidades da vida em guerra, através de algumas trajetórias.

escravidão e que não necessariamente visavam os exércitos, ainda que alguns o tenham encontrado pelo caminho. No entanto, embora muitos casos apresentados não contemplem conjuntamente estas questões, outros tantos estiveram associados, estando os alistamentos precedidos de fugas. Vale ressaltar que nem todas as fugas, ainda que tenham se entrecruzado com a guerra, fizeram dos escravos, soldados formais. Algumas destes escravos estavam na órbita de seus senhores, atuando na guerra sob seu mando.

No caso das fugas dentro do território da Província, exemplificadas nas trajetórias dos escravos João e dos dois Antonios, podemos elencar algumas de suas motivações. Nestas fugas – duas delas direcionaram os escravos para longe dos exércitos, e a outra, para ambos os exércitos. Isto é, o escravo se moveu entre as forças em litígio, experimentando os dois lados da guerra. Das duas primeiras fugas é possível destacar o temor da violência da guerra e o conseqüente medo da morte. As escolhas também foram dadas pelo rol de relações em que os escravos estiveram imersos, como, por exemplo, o nível de lealdade e clientela para com seus senhores. Ou ainda, mais especificamente, no caso da fuga do escravo Antonio, que esteve presente nos dois exércitos em disputa operando uma dupla fuga, pode-se perceber não só a mobilidade através da evasão, mas a fuga como uma tentativa de testar a melhor opção. Ainda que estas decisões não fossem completamente racionais e tivessem em si a imprevisibilidade como componente sempre presente, Antonio pode escolher em que lado ficar e que serviços prestar. A realidade que encontrou no “campo inimigo” não correspondeu às expectativas que havia produzido e retornou de sua primeira fuga novamente para o exército do qual havia saído. As opções não eram amplas, tampouco muito diferentes, mas havia ali em sua escolha algum componente que o fez decidir que uma das opções era melhor que a outra.

Nos casos das fugas pela fronteira, foi na análise da documentação que se percebeu a importância da mesma, a qual adquiriu sentido importante no capítulo, uma vez que foi através dela que se verificou a maioria das fugas. A fronteira agiu como um elemento unificador das fugas e dos alistamentos/recrutamentos. A localização geográfica da Província do Rio Grande do Sul esteve como um horizonte próximo para a mobilidade cativa nos anos de guerra, norteando escolhas e alternativas possíveis. Muitos escravos fugitivos da província sulina optaram por cruzar a fronteira fugindo da escravidão no Brasil Meridional. As fugas aumentaram consideravelmente em função das movimentações militares, da guerra em si (tanto na Guerra Civil Farroupilha como na Guerra Grande, no Estado Oriental), dos conflitos políticos na região e do processo

de Abolição no Cerrito. Alguns destes fugitivos acabaram participando – de forma voluntária ou não – de tropas militares e/ou policiais no Estado Oriental e nas Províncias Argentinas de Corrientes e Entre-Rios, regiões também afetadas pela conjuntura de guerra. Estas constatações estiveram baseadas na combinação de análises qualitativas e quantitativas da documentação empregada. E por fim, foi traçado um panorama da relação existente entre as atividades ocupacionais dos escravos e suas condições físicas e/ou de saúde que demarcou a idéia da dureza da escravidão no universo rural sulino.

Capítulo III

**- *Exércitos de homens sós II* –
Precariedade, ambigüidade e
mobilidade nas trajetórias dos
cativos na guerra.**

Capítulo III - *Exércitos de homens sós II* – Precariedade, ambigüidade e mobilidade nas trajetórias dos cativos na guerra.

“Lendo, fica-se a saber quase tudo, Eu também leio, Algo portanto saberás, Agora já não estou tão certa, Terás então de ler doutra maneira, Como, Não serve a mesma para todos, cada um inventa a sua, a que lhe for própria, há quem leve a vida inteira a ler sem nunca ter conseguido ir mais além da leitura, ficam apegados à página, não percebem que as palavras são apenas pedras postas a através a atravessar a corrente de um rio, se estão ali é para que possamos chegar à outra margem, a outra margem é que importa. A não ser, A não ser, quê, A não ser que esses tais rios não tenham duas margens, mas muitas, que cada pessoa que lê seja, ela, a sua própria margem, e que seja sua, e apenas sua, a margem a que terá de chegar”.

(José Saramago).

3.1) *Fuga para dentro*. Sobre o ser soldado e ser cativo em tempos de guerra - Alexandre Cabinda.

A vida em tempos de guerra ofereceu oportunidades diversas aos indivíduos sulinos. Para alguns, como os escravos, foi o momento exato de tentar romper com o cativo e com a opressão cotidiana das relações escravistas.³¹² Para outros, como os senhores, foi o momento exato de conseguir aliados políticos ao se bandearem para um dos lados políticos envolvidos na contenda. Foi ainda o momento, para alguns *homens de bem* fazerem doações à causa, sobretudo de bens semoventes, como gado, cavalos e escravos, no intuito de capitalizar relações. Fazer isso para muitos foi uma forma de se adiantar a possíveis estragos vindos da guerra, evitando futuras retaliações ou mesmo a perda maior de bens. Se confiarmos nas palavras de africano Alexandre, parece que foi isso que ocorreu com seu senhor. Quando as tropas do General Antonio de Souza Netto passaram pela propriedade de João Pinto Soares a recolher “doações” para a causa rebelde, Alexandre foi cedido, em troca de um filho seu. O General Netto teria vindo de Camaquã à propriedade de seu senhor e chegou lá fazendo exigências. Dirigindo-se a João Pinto Soares “quis obrigar a servir no exército ou a seu filho”. Contudo, disse Alexandre que como “o mesmo seu senhor tivesse 3 escravos, que eram dele interrogado e outros dois de nome Felipe e João, o mesmo seu senhor propôs a Netto que escolhesse um dos três escravos para servir em seu lugar ou de seu filho, e o dito Netto escolheu a ele interrogado”.³¹³

³¹² As opções são mais variadas do que aquelas apresentadas aqui, mas à medida que formos avançando nas trajetórias (sendo esta a primeira), este leque de possibilidades cativas ficarão mais evidentes.

³¹³ Arquivo Nacional, Série Justiça, Gabinete do Ministro, IJ1580, Offícios da Presidência da Província do RS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça (1855 e 1856).

Assim, ao invés de ter que doar um filho à causa rebelde João Pinto Soares pôde despendar parte de seu patrimônio, cedendo um dos três africanos de seu plantel a título de substituto, uma prática comum nos recrutamentos. Como João Pinto Soares havia mandado o general rebelde escolher um dos pretos, Alexandre foi o premiado. O que fez com que Alexandre fosse o escolhido? Teria ele alguma habilidade específica que pudesse contribuir (além da evidente e necessário acréscimo numérico) às tropas rebeldes? Vejamos um pouco de vida de seu senhor, do seu plantel escravo e do ambiente em que Alexandre vivia e algumas evidências surgirão.

João Pinto Soares era carreteiro e vivia na cidade de São Leopoldo, núcleo de imigrantes alemães de Rio Grande de São Pedro desde o ano de 1824. Fora casado em três núpcias, tendo como primeira esposa Maria de Araújo Flores, como segunda Constância Maria da Silva e como terceira Bernardina Maria Fagundes. Com Bernardina João não tivera filhos, mas foi com ela que ele partilhou seus últimos momentos. Além de viúva, foi também sua inventariante. Depois de três casamentos e onze filhos, João Pinto Soares faleceu em vinte e seis de abril de 1869. Seus onze rebentos foram frutos dos dois primeiros casamentos, sendo cinco filhos do primeiro matrimônio, tendo as segundas núpcias lhe dado mais seis crianças.

A trajetória dos historiadores que trabalham com fontes primárias e vivem de montar quebra-cabeças da vida dos outros se faz muitas vezes da tristeza alheia. Para nossa sorte, João Pinto Soares havia viuvado duas vezes, e por isso, fez-se necessário a conformação dos inventários de suas duas primeiras esposas, onde felizmente tomamos conhecimento mais detalhado da constituição familiar e patrimonial dos Soares. O Inventário de sua primeira esposa, Maria de Araújo Flores é datado de 1834 e o da segunda, Constância Maria da Silva, de 1857.

QUADRO N° 16: Filhos do 1º matrimônio de João Pinto Soares e Maria de Araújo Flores e do 2º Matrimônio com Constância Maria da Silva.

Filhos do 1º Matrimônio	Filhos do 2º Matrimônio
1) Gertrudes	1) Anastácio
2) Balbina	2) Bernardina
3) Antonio	3) Gabriel
4) Maria	4) Manoel

5) João	5) Felicidade
	6) Angélica

Fonte: APERS, Juízo de Órfãos da Vila de Porto Alegre, Auto 159, Maço 6, estante 71.

Assim, podemos perceber que João Pinto Soares tinha cinco filhos homens, dois do primeiro casamento e mais três das segundas núpcias. Era no lugar de um destes filhos (Antonio, João, Anastácio, Gabriel ou Manoel), que Alexandre teria sido doado, para em seu lugar ir à guerra.

No tocante a escravaria de Soares, foi também através dos inventários (o de sua primeira esposa falecida e, depois, o dele próprio, respectivamente de 1834 e 1869) que conseguimos acessar seu plantel. Em 1834, o plantel de escravos estava constituído da seguinte maneira:

QUADRO Nº 17: Plantel escravo de João Pinto Soares – 1834.

Nome	Procedência	Valor	Observações
Felipe	Benguela	400\$	Com as pernas inchadas, 30 anos, oficial de carapina.
Alexandre	Cabinda	500\$	25 anos, falquejador.
João	Congo	200\$	40 anos, com uma perna quebrada.
Carlota	Nagoa	300\$	30 anos.
Joana	Nagoa	350\$	25 anos.

Fonte: APERS, Juízo de Órfãos da Vila de Porto Alegre, Auto 159, Maço 6, estante 71.

Eram cinco africanos os escravos de Soares e, descartadas obviamente as duas mulheres, o General Netto tinha a opção de escolher entre três africanos, como Alexandre havia dito. Inclusive os nomes, Felipe e João, estavam corretos, como Alexandre havia indicado. O que Alexandre não havia dito era que, entre estes três escravos, ele era o único saudável, já que o Benguela Felipe estava com as pernas inchadas e o Congo João tinha uma das pernas quebrada. Estas informações datam, no entanto, de 1834, portanto um ano antes do início da guerra e por volta de três anos antes das tropas do General Netto cruzar as terras dos Soares.³¹⁴ Não podemos descartar que os incômodos de saúde dos outros dois africanos pudessem neste tempo terem sido curados e estarem os mesmos aptos a serem “escolhidos”, mas de qualquer forma, um

³¹⁴ Isto teria ocorrido por volta do segundo sítio rebelde à capital Porto Alegre, ocorrida entre abril de 1837 até fevereiro de 1838. Arquivo Nacional, Série Justiça, Gabinete do Ministro, IJ1580, Ofícios da Presidência da Província do RS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça (1855 e 1856).

olhar atento indica também que Alexandre era o mais jovem e de maior valor no plantel. Um escravo em plena idade produtiva, jovem, saudável e com um ofício especializado como o que Alexandre possuía – falquejador – fazia dele um escravo desejado pelas tropas. Embora, e como já dissemos outras vezes aqui, nem sempre fosse possível escolher um soldado. Quando isso ocorria, a escolha acabava por recair sobre aqueles que reuniam algumas destas características, ou como no caso de Alexandre, todas elas. Alexandre havia sido adquirido pelo seu senhor “ainda pequeno nesta cidade a um negociante chamado Aguiar”. Comprar africanos “ainda pequenos” era uma prática comum no mundo sulino, sobretudo porque muitas das atividades daquele universo marcadamente rural necessitavam ser ensinadas desde a infância demandando tempo e prática para serem aprendidas.³¹⁵ Do ano de 1834, quando das informações acima, ao ano de 1869, quando João Pinto Soares morre em vinte e seis de abril de 1869, seu plantel passou a ser o seguinte:

QUADRO N° 18: Plantel escravo de João Pinto Soares – 1869.

Nome	Procedência	Valor	Observações
Pedro	Crioulo	250\$	4 anos.
Timóteo	Crioulo	800\$	13 anos.
Adão	N/C	700\$	15 anos.
Tomé	Crioulo	650\$	22 anos.
Manoel	Nação	600\$	35 anos.
Antonio	Nação	400\$	N/C
José	Nação	400\$	50 anos.
Felipe	Nação (Benguela)	150\$	50 ou 60 anos.
João	Nação (Congo)	20\$	80 anos.
Maria	Crioula	100\$	1 ano.
Francisca	Crioula	500\$	9 anos.
Florinda	N/C	700\$	11 anos.
Maria	Crioula	450\$	44 anos.

Fonte: APERS, Juízo de Órfãos da Vila de Porto Alegre, Auto 159, Maço 6, estante 71.

Dos dados acima expostos, podemos destacar que entre o primeiro inventário de 1834, quando da morte de sua primeira esposa para este quando da sua morte, e o último quando do seu óbito, ocorreu não só um aumento do número de cativos mas também uma diversificação do plantel. Em 1869, já quase vinte anos após a proibição

³¹⁵ BERUTE, Gabriel. *Op.cit.*, 2006.

do tráfico atlântico, a reprodução interna e a crioulização do plantel aparecem como características fortes e padrão aos plantéis escravos. É o que fica visível entre a escravaria de Soares.

No entanto, o dado que mais chamou a atenção foi que passados mais de 30 anos do inventário onde localizamos Alexandre e seus dois companheiros - o Benguela Felipe e o Congo João - em 1869 eles ainda permaneciam escravos do plantel de João Pinto Soares. Por essa época, os dois encontravam-se já bastante velhos e mais desvalorizados ainda do que no inventário da primeira esposa de Soares. Se Alexandre viveu o suficiente para saber disso, poderia estar pensando na sorte (ou azar) que teve ao cruzar com guerra e as tropas em sua vida. O preto velho Felipe embora constasse no inventário como escravo tornou-se livre por ocasião da morte de seu senhor. Sua alforria condicional, passada em 1861 (oito anos antes) foi registrada dois dias depois da morte de Soares, a vinte e oito de abril de 1869. Já sobre João, o congo de 80 anos, não possuímos mais informações infelizmente. Pode ter morrido logo em seguida ao inventário, sem tempo de que os herdeiros ou a viúva pudessem lhe passar alforria. Mas não podemos deixar de complexificar esta situação, pensando que João pudesse também não ter desejado a alforria, pedindo a viúva de Soares ou a seus herdeiros para que ficasse por perto, já que com oitenta anos e uma vida inteira em cativo, não deveria ser fácil cortar os laços de dependência que um dia o sistema escravista tinha lhe amarrado àquela família.³¹⁶

Mas e a vida de Alexandre na guerra, como terá sido? Se Alexandre foi recrutado durante o segundo sítio à capital, isso se deu entre abril de 1837 e fevereiro de 1838. Sua vida como soldado rebelde ao que sabemos durou não mais que três anos, espaço de tempo que circulou pela província sulina “em guerrilhas”, forma de guerra que tomou a revolta rebelde ao longo dos anos, na qual as tropas se movimentavam constantemente e viviam a fazer emboscadas (e sendo emboscadas!). Pois foi entre uma destas movimentações que o africano Alexandre “extraviou-se” das tropas pelas bandas de Lages, cidade ao sul da província catarinense, no começo dos anos de 1840/41, aproximadamente. Não sabemos por quanto tempo Alexandre ficou “extraviado”, mas em algum momento, entre os anos finais da guerra sulina e o ano de 1848 ele acompanhou uma família que ia de Lages em Santa Catarina à Ponta Grossa, na província do Paraná, onde passou a viver de alguns trabalhos fruto de seu ofício de

³¹⁶ LIMA, Henrique Espada. Sob o Domínio da Precariedade: Escravidão e os significados da Liberdade de Trabalho no século XIX. *TOPOI*, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005, p. 311.

carpinteiro. Certamente que as experiências em guerra de Alexandre foram muito mais interessantes e complexas do que conseguimos – parcial e precariamente reconstruir aqui - e do que as fontes nos permitem acessar. Mas o que sabemos já foi suficiente para percebermos a guerra como uma possibilidade aberta para aquele africano de 28 anos. Entretanto, se a história de Alexandre foi parcialmente refeita neste capítulo, tampouco foi totalmente explorada. Os anos em que este africano viveu em Ponta Grossa no pós-guerra revelam muito mais sobre seu destino, e, suas opções estiveram estreitamente ligadas ao dia em que o General Netto o escolheu.

Era 1855 quando o Chefe de Polícia do Paraná desconfiou que o preto Alexandre (aparentando 40 e pouco mais ou menos, natural da Costa, carpinteiro, solteiro) estivesse sendo vítima de escravização ilegal, segundo suas suposições e algumas diligências feitas pela Vila de Ponta Grossa. Nessa época o africano carpinteiro vivia como cativo (à cerca de sete anos) do Major Miguel Ferreira da Rocha Carvalhães, morador na Vila da Ponta Grossa.

Com o caso sob suspeita, o Chefe de Polícia do Paraná ordenou ao subdelegado de Polícia de Ponta Grossa para que recolhesse o africano e o interrogasse, para dirimir as dúvidas. É neste momento que começam a emergir detalhes da vida do Africano Alexandre tanto em meio à guerra Farroupilha, como após o conflito. Parte de sua história já contamos. Vejamos o que disse Alexandre sobre seu destino depois que se “extraviou das tropas rebeldes.

Vejamos as palavras de Alexandre:

O dito Netto escolheu a ele interrogado, que com efeito serviu por espaço de 3 anos, até que, andando em guerrilhas, extraviou-se em Lages e daí veio até Ponta Grossa, em companhia de Dona Luíza Agostinha do Canto e de sua família, que residem e são naturais da Ponta Grossa, aí apresentou-se a Jacinto de Tal, que era autoridade no lugar, e este disse-lhe que fosse vivendo, até que o Major Miguel, convidando-o para fazer uns carros, pois que ele interrogado aí usava de seu Ofício de Carpinteiro, e ia vivendo foi fazer-lhe os ditos carros no sítio onde o mesmo Major perguntou-lhe se queria servi-lo, visto ter ofício de carpinteiro (...) sendo depois disso que o mesmo Major lhe fez constar que o tinha comprado de Borges ficando até hoje em seu cativo.

O depoimento de Alexandre pôs em relevo, para além do que esclarece e revela para nós historiadores, uma infinidade de dúvidas para as autoridades dos oitocentos. Estas dúvidas estavam centradas em duas questões interligadas: Alexandre era, naquele momento, cativo de um Major de Ponta Grossa e havia sido soldado anos atrás daquele depoimento do exército rebelde na Província do Rio Grande do Sul. Em tese, esta condição faria dele um homem liberto. Possivelmente foi por saber disso que o Chefe de

polícia havia ordenado seu interrogatório, já que se confirmasse sua suspeita, a situação de Alexandre se enquadraria no que após 1850, com a proibição do tráfico internacional de escravos, chamou-se escravização ilegal.³¹⁷

As trocas de correspondências entre as autoridades continuaram na tentativa de aclarar a situação de Alexandre. O Ministro dos Negócios da Justiça José Thomas Nabuco de Araújo encaminha ao Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro, João Vieira Cansansão de Sininbu um pedido para que também fosse interrogado seu “suposto” senhor. Na correspondência um detalhe chama a atenção: a determinação para que João Pinto Soares não soubesse que seu escravo havia sido apreendido. Assim, aos 16 dias do mês de junho de 1855 na Secretaria da Polícia na cidade de Porto Alegre, o Doutor Luis Alves Leite de Oliveira Bello, Chefe de Polícia interino da Província, interrogou a João Pinto Soares. Foram-lhe feitas inúmeras perguntas, entre elas:

Se no tempo da revolução civil desta Província ele respondente tinha dado algum escravo seu para o serviço das forças rebeldes? Respondeu que não; se algum escravo seu lhe havia fugido nesse tempo? Respondeu que sim, que um seu escravo de nome Alexandre lhe fugira de sua casa no tempo em que os rebeldes faziam o segundo sítio da capital, e que apresentando-se às forças rebeldes houvera assentado praça e acompanhado essas forças para cima da serra em direção à Província de São Paulo (...).³¹⁸

Ao que parece os interrogatórios satisfizeram as autoridades, uma vez que os depoimentos tanto do Africano Alexandre como de seu suposto senhor se confirmavam. Assim, as autoridades chegaram à seguinte conclusão:

Todas as declarações feitas pelo referido João Pinto Soares, o nome e ofício desse escravo, sobre o lugar e o tempo da fuga, bem como sobre a direção que tomou para a Província do Paraná, coincidem exatamente com as declarações do próprio escravo, constantes do interrogatório feito pelo CP daquela Província, e se os sinais característicos, e a idade aproximada declarada pelo senhor, também coincidirem, parece fora de dúvida que aquele preto é o próprio Alexandre escravo de João Pinto Soares. Somente há discordância sobre o motivo por que o escravo esteve ao serviço dos rebeldes, porquanto ele declarou que fora oferecido por seu senhor em lugar de um filho deste, e este declara que ele lhe havia fugido para se reunir aos rebeldes, e que a esse tempo não tinha filho algum com idade de poder servir aos rebeldes.

A fala de seu suposto proprietário revelava um pequeno abismo daquilo que o escravo havia dito sobre o momento do ingresso nas tropas farroupilhas. A dúvida que permanecia dizia respeito ao fato de Alexandre ter fugido (como proferiu seu senhor) ou

³¹⁷ Sobre esta discussão, ver: MAMIGONIAN, Beatriz. *Op cit.*, 2010.

³¹⁸ Segundo Sergio da Costa Franco, ocorreram três sítios à capital da Província de São Pedro, o 1º de 1/06/1835 a setembro de 1836, o 2º, de maio de 1837 a fevereiro de 1838 e o 3º, de junho de 1838 a dezembro de 1840 (Grifos Nossos). FRANCO, Sergio da Costa. *Porto Alegre sitiada (1836-1840). Um capítulo da Revolução Farroupilha*. Ed: Sulina: Porto Alegre, 2000.

se havia sido dado para a guerra em troca de um filho do mesmo (como dito pelo escravo). As perguntas não haviam acabado. A João Pinto Soares foi perguntado também:

Se tinha filhos homens no tempo da Guerra Civil da Província, e se tivera dado aos rebeldes algum escravo seu para servir-lhes em lugar de seus filhos? Respondeu que nessa época seus filhos eram crianças, e que portanto nenhum deles, bem como nem ele mesmo respondente, fora chamado ao serviço dos rebeldes.

Voltemos aos inventários de suas duas primeiras esposas conseguimos e verificamos estas informações. O Inventário da primeira esposa, Maria de Araújo Flores data de 1834 e o da segunda, Constância Maria da Silva, de 1857, como já mencionado anteriormente. Dos filhos do primeiro casamento havia três mulheres e dois homens.

QUADRO Nº 19: Filhos do 1º matrimônio de João Pinto Soares e Maria de Araújo Flores.

Nomes	Estado Civil	Idades em 1834 (Ano do inventário)	Ano de Nascimento	Idade em 1838 (Ano em que Alexandre foi p/ guerra)
Gertrudes	Solteira	9 anos	1825	13 anos
Balbina	Solteira	7 anos	1827	11 anos
Antonio	Solteiro	6 anos	1826	10 anos
Maria	Solteira	3 anos	1831	7 anos
João	Solteiro	0 anos	1833	5 anos

Fonte: APERS, Juízo de Órfãos da Vila de Porto Alegre, Auto 159 – maço 6, estante 71.

Como podemos perceber, dos filhos homens de João Pinto Soares em primeiras núpcias nenhum dos dois estavam aptos a servir, pois eram crianças ainda no período da guerra civil. Assim, ele mesmo, enquanto chefe de família e com filhos pequenos, também estava enquadrado nas isenções para o serviço militar.³¹⁹ Vejamos agora os filhos do 2º matrimônio:

³¹⁹ Embora todos os homens livres maiores de 18 anos estivessem sujeitos a servirem como súditos (primeiramente da Coroa e do Rei, no Antigo Regime) e posteriormente do Império, isso não era uma determinante para que todos aptos fossem realmente utilizados. O recrutamento para o exército deveria levar em conta uma série de isenções, no tocante aos homens casados, aos filhos únicos de lavradores (ou um a sua escolha) e os empregados em diversas profissões, que ao serem recrutados, estariam deixando de ajudar a produzir e gerir riquezas para a nação. Ver: GRAHAN, Richard. *Op. cit.*, 1997; MENDES, Fábio Faria. *Op. cit.*, 1997; RIBEIRO, José Iran. *Op. cit.*, 2005.

QUADRO Nº 20: Filhos do 2º matrimônio de João Pinto Soares e Constança Maria da Silva.

Nomes	Estado Civil	Idades em 1857 (Ano do inventário)	Ano de Nascimento	Idade em 1838 (Ano em que Alexandre foi p/ guerra)
Anastácio	Solteiro	17 anos	1840	Não era nascido
Bernardina	Solteira	15 anos	1842	–
Gabriel	Solteiro	13 anos	1844	Não era nascido
Manoel	solteiro	11 anos	1846	Não era nascido
Felicidade	solteira	5 anos	1852	–
Angélica	solteira	3 anos	1854	–

Fonte: APERS, Juízo de Órfãos da Vila de Porto Alegre, Auto 159 – maço 6, estante 71.

Já os filhos homens das segundas núpcias de João Pinto Soares, Anastácio, Gabriel e Manoel não haviam nascido ainda na ocasião em que o Africano Alexandre disse ter sido trocado, como justificativa de sua ida à guerra como soldado do exército rebelde. Neste sentido, os argumentos do carreteiro João Pinto Soares estavam corretos quando disse que não tinha filhos em idade de servir. Assim, passamos a acreditar na fuga (bem sucedida) do africano para ir à guerra e em sua apresentação voluntária aos líderes rebeldes.

A astúcia do africano Alexandre se sobressaiu nestes depoimentos. Dizemos isso, pois a construção retórica do depoimento de Alexandre, quando examinada a fundo, perpassa a aparente contradição (quando diz que foi trocado por filhos do seu senhor – embora soubesse ser uma mentira e passível de ser averiguada) e atua no sentido estratégico de sua defesa (quando insere seus companheiros na história). Sabedor que era das condições de saúde de seus companheiros pretendeu confundir as autoridades sobre sua fuga, misturando elementos “inventados” e elementos “verídicos” em seu depoimento. Para quê? Para evitar punições maiores, para não retornar ao seu antigo senhor, para que sua nova vida pós-guerra pudesse se justificar. Ao agir desta maneira, Alexandre pôs em cena um arsenal de ações políticas cotidianas que lhe conferia certo controle sobre aquela vida que estava levando. Mostrava seu conhecimento sobre as formas de recrutamento, sobre as propostas de liberdades fardadas, jogando com as autoridades e impondo suas escolhas.

É, portanto, dentro desta perspectiva que pode-se vislumbrar a conformação de uma *cultura política* entre os escravos e libertos que vivenciaram aqueles tempos belicosos.

Uma das razões mais apontadas para sua retomada é o fato de permitir explicações/interpretações sobre o comportamento político dos atores sociais, individuais e coletivos, privilegiando-se seus próprios pontos de vista: percepções, vivências, sensibilidades. Dentro destes parâmetros, a categoria “cultura política vem sendo entendida como “um sistema de representações”, complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar (...). Uma postulação que não exclui a existência de movimentos em seu interior, mas que adverte para o fato deles não serem, nem rápidos, nem contingentes, nem arbitrários, havendo pontos mais resistentes e outros mais permeáveis.³²⁰

No entanto, isso não significa dizer que se acredite em um pensamento dominante e uniforme entre estes atores sociais, pelo contrário, refiro-me aqui de ideias recebidas, absorvidas, filtradas e ressignificadas. Criavam e recriavam seu universo de concepções que, mesmo não hegemônico entre seus pares (e tampouco harmônico), incomodava e jogando com as elites sulinas e das autoridades legais. Um incômodo que não necessariamente dizia respeito a possibilidade de rompimentos coletivos da estrutura escravista, mas que, pouco a pouco, criava espaços de atuação para estes sujeitos, conferia-lhes rostos, ações e inteligência para driblar suas condições juridicamente impostas uma vez que, atitudes desta natureza, interfeririam na vida de todos. Dos escravos, lutando por uma vida que queriam levar, dentro do que poderiam ter. Das elites e autoridades, porque mexia com conceitos arraigados na sociedade, como os direitos inerentes à propriedade privada.

Mas voltemos a alguns questionamentos que nos acompanharam, seguindo a linha de raciocínio da busca de Alexandre pelo caminho da guerra. Porque Alexandre fugiu para se apresentar ao exército rebelde, mesmo sabendo das agruras que envolvia uma vida em guerra, ainda mais sendo ele um escravo fugitivo? Porque Alexandre foi para a guerra mesmo sabendo que o exército era algo preterido pela maioria da população, tendo muitos indivíduos lançado mão de soluções pragmáticas para não servir, como por exemplo, a automutilação?³²¹

³²⁰ GOMES, Angela de Castro. *Cultura Política e Cultura Histórica no Estado Novo*. In: ABREU, SOIHET, GONTIJO (Org.) *Cultura Política e Leituras do Passado: Historiografia e Ensino da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.47-48.

³²¹ Estamos aqui nos valendo de uma ampla bibliografia q tem tratado das questões relativas ao recrutamento no Brasil colonial e imperial, desde aquelas posições mais clássicas como Muniz Sodré e Maria Sylvia de Carvalho Franco até trabalhos mais recentes dentro da Nova História Militar, os quais têm complexificado as questões do recrutamento e demonstrado, além da gama de indivíduos alvos do

Assim, arrisco aqui três hipóteses que podem ter norteado a escolha de Alexandre:

- 1) A insatisfação de Alexandre de sua “existência em cativo”, ou seja, trabalha-se com a possibilidade de que João Pinto Soares pudesse ter sido “um mau senhor”, e a guerra ter sido naquele momento, a melhor opção para sua escolha pela fuga;
- 2) A guerra poderia lhe colocar diante de uma nova fronteira: a da liberdade, ou ao menos, lhe proporcionar meios para nutrir relações que levasse até a sua alforria;
- 3) Acredito que o risco era aceitável para Alexandre. Havia ali, em sua atitude, cálculos estratégicos de médio e longo prazo (entre eles, a mobilidade proporcionada; a possibilidade de receber alforria pelos seus préstimos como soldado; a possibilidade, caso não a recebesse, de poder encontrar outro senhor; a possibilidade de poder, ao findar da guerra, se alugar por aí, como liberto, já que possuía uma profissão altamente especializada). Somado a estas questões, Alexandre era jovem, solteiro e aparentemente sem vínculos familiares fortes que limitasse sua escolha de ir para o exército.

Imerso neste “campo de possibilidades” Alexandre fugiu, se engajou, lutou por um espaço de três anos aproximadamente, sobreviveu, se *desgarrou* das tropas do General Netto, conheceu uma família que ia para Lages, os acompanhou (não sabemos em que condições) e foi parar na Província do Paraná, na Vila de Ponta Grossa.

Lá chegado “foi vivendo”, como lhe aconselhou uma autoridade local - que procurou justamente por conta de sua imprecisa situação, o que indica a consciência de Alexandre sobre sua posição, no mínimo, passível de discussão -, até que foi procurado pelo Major Carvalhães para fazer alguns trabalhos, em função de sua ocupação profissional. A partir de seu encontro com o Major outra fase se inaugura em sua trajetória. Liberto que era, Alexandre inicialmente viveu alugado para este major, que o contratou por cerca de sete anos mais ou menos (desde 1848, segundo palavras do próprio Carvalhães). Contudo, a vida de Alexandre em algum momento deu uma guinada, quando retornou à condição de escravo, situação na qual foi encontrado, quando das desconfianças iniciais do Chefe de Polícia da Província do Paraná.

poder recrutador e suas estratégias frente a estas ações, as dinâmicas de poder que envolviam este imbricado processo, composto de isenções, privilégios e direitos. Refiro-me especialmente ao trabalho de MENDES, Fabio Faria. *Op. cit.*, 2004. Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; FRANCO Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 2ª edição, São Paulo, Ática, 1976; MENDES, Fábio Faria. *Op. cit.*, 2004.

Sobre esta situação imprecisa de liberdade/escravidão que vivia Alexandre, o Major Miguel Ferreira da Rocha Carvalhães foi convidado a se pronunciar. Em seu depoimento, disse que o teve por liberto, pois sabia que o mesmo vivia como forro pela cidade. Contudo, revela que esta situação foi temporária, pois um dia descobriu pela boca do próprio Alexandre que o mesmo era escravo, e, a partir deste momento passou a tratá-lo como tal.

Para justificar a existência de Alexandre em cativo, o Major Miguel Carvalhães conta ao delegado uma longa história, dizendo que havia tentado comprá-lo. Por meio de um intermediário tentou negociá-lo com João Pinto Soares. No entanto, João Pinto Soares em seu depoimento diz que nunca ouviu fala do major, nem das pessoas que ele diz terem agido como intermediários na negociação.³²² Sobre Alexandre João Pinto Soares disse que:

Soubera alguns anos depois, por ocasião de terem dois cunhados seus encontrado e reconhecido o dito escravo (...) nas divisas desta Província com a de Santa Catarina e Paraná. Que os ditos seus cunhados querendo assenhorem-se do dito escravo, não o poderam conseguir e souberam que ele se dirigia para a Curitiba acompanhando uma tropa; depois do que nunca mais ele respondente tivera notícia do referido escravo.

A pergunta que sobressai da relação estabelecida entre o Africano Alexandre com o Major Carvalhães é a seguinte: porquê Alexandre, já vivendo como forro em Ponta Grossa, nos anos imediatos do pós-guerra, teria declarado tempos depois a seu senhor, que era escravo?

Ainda que se leve em conta a possibilidade do Major Carvalhães ter inventado a história de Alexandre ter dito que era escravo para minimizar as conseqüências jurídicas de um ato de escravização ilegal, já que havia sido denunciado por isso, seria forçado pensar que Alexandre pudesse mesmo ter se declarado “escravo” ao Major?

Acredito que não. Alexandre pode ter encontrado na relação que estabeleceu com o Major uma expressão do que acreditou ser “um justo cativo”, já que esteve ao seu lado por cerca de sete anos, e talvez desfrutasse de certos privilégios em função de sua especialidade profissional - ser carpinteiro – uma vez que Carvalhães o havia procurado justamente para o fim de “fazer alguns carros”.

Vivendo em relativa autonomia, na frágil e inconstante existência de homem liberto, Alexandre aperfeiçoou-se profissionalmente, passando de falquejador para carpinteiro. Teria sido isso uma das vantagens que teve ao aceitar o cativo oferecido

³²² Importante lembrarmos que o carreteiro João Pinto Soares durante todo seu depoimento, não ficou sabendo que seu escravo fugido, o africano Alexandre, havia sido apreendido.

pelo Major? Essa especulação poderia soar esquizofrênica em um primeiro momento, pois devo admitir o tamanho estranhamento quando penso que um escravo, tendo já vivenciado a condição de liberto, bem tão almejado no mercado oitocentista, pudesse se declarar escravo, e assim, retornar a viver sob tal condição. Somente uma atitude muito racional do africano Alexandre o levaria a tal decisão. Atitude esta que poderia estar circunstanciada por algumas regalias conquistadas ao longo da convivência com o Major.³²³

É verossímil pensar que entre a imprecisão e a precariedade da liberdade que Alexandre desfrutava de fato, já que a condição de liberto, por direito, lhe seria garantida mediante sua participação na guerra ao lado dos rebeldes e dada ao findar do conflito e, tendo esta guerra sido perdida pelos Farroupilhas, teria Alexandre acertadamente optado pela menor grau de instabilidade/incerteza possível para ele naquele momento, sendo escravo do Major.

É preciso acrescentar que a liberdade era (e é) um objetivo político carregado de tensões: pode ser ambíguo como realidade e abstrato como valor. As promessas que o termo carrega não se cumpriam automaticamente com a emancipação e os escravos e libertos sabiam disso. Sob o império da “liberdade” traduzida nos termos da utopia anti-social do mercado, os ex-escravos poderiam encarar uma ameaça tão grande ou maior que a escravidão: a realidade “moderna” da desfiliação social. As velhas coerções e tutelas poderiam ser assim facilmente substituídas pela coerção da miséria. Libertos daquilo que era, apesar de tudo, uma organização social estável e integrada, os escravos poderiam ser lançados na “individualidade” que se produzia na nova organização do mercado de trabalho. A ameaça da “liberdade” negativa que significava a ausência de ligações e de interdependências se impunha no horizonte de antecipações e escolhas daqueles homens e mulheres que lutavam e conquistavam sua emancipação e se empenhavam para se inserir de algum modo nesse mundo.³²⁴

Mesmo que as questões acima, pensadas por Henrique Espada Lima tenham sido colocadas para os anos finais da escravidão, nos parece aplicável ao caso de Alexandre. A ameaça de uma vida imprecisa e uma “liberdade negativa” poderia lhe parecer tão dura que optou por volver a uma vida de laços mais estáveis. Laços estes que encontrou sob a proteção do Major Carvalhaes.

Portanto, é lúcido pensar que Alexandre pudesse ter optado sim pelo retorno à vida de escravo, onde suponho ter ele encontrado segurança para tocar sua vida, exercer

³²³ Pensamos aqui esta racionalidade dentro de uma ideia de estratégia social, longe das interpretações funcionalistas e hiper-racionalistas. A racionalidade destas escolhas tem, sem dúvida, uma dose de incerteza e imprevisibilidade. Ver: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998 ; BARTH, Fredrick. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contra-Capa, 2000; LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: Escalas, Índícios e Singularidades*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 1.

³²⁴ LIMA, Henrique Espada. Sob o Domínio da Precariedade: Escravidão e os significados da Liberdade de Trabalho no século XIX. *TOPOI*, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005, pág. 311.

seu ofício de carpinteiro (e ser reconhecido por isso), do que correr o risco de ser entregue a seu ex-senhor, de quem optou fugir em meio à guerra. E de fugir da guerra, de onde “se extraviou”. Mais uma vez aqui ressalto o conhecimento estratégico de Alexandre, que sabendo que a guerra havia sido perdida por aqueles que lhes garantiriam a liberdade, optou por uma vida que para ele, naquele momento, parecia ser mais bem provida daquilo que almejava para si.

Desde as especulações iniciais das autoridades da Província do Paraná que desconfiaram da situação de ilegalidade que poderia estar vivendo o africano outra discussão permeou as perguntas das autoridades no que dizia respeito ao esclarecimento da situação: estaria Alexandre compreendido nas disposições do Decreto nº 427 de 26.07.1845? Este decreto mandava proceder uma avaliação nos escravos que haviam servido em armas entre os rebeldes na Província do Rio Grande do Sul. Dizia o texto do decreto:

Conformando-me com o parecer do meu Conselho de Estado, exarado em consulta de 26 de junho deste ano; hei por bem determinar que se crie por bem nesta Corte uma comissão pela qual se proceda, na conformidade das instruções que para este fim lhe serão dadas, à avaliação dos escravos que serviram em armas à favor da rebelião na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, ficando entretanto autorizado o presidente da dita província mandar indenizar imediatamente aqueles dos proprietários dos referidos escravos, que transferiram ao governo seus direitos, das quantias porque forem estes avaliados, e que não poderão exceder a quatrocentos mil réis. Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque, do meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, encarregado interinamente dos da Guerra, assim o tenha entendido, e faça executar, com os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro, em seis de julho de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigésimo quarto da Independência e do Império.³²⁵

Pelo que se percebe, acompanhando a troca de correspondências entre os Chefes de Polícia, Presidentes de Províncias e autoridades do Ministério dos Negócios da Justiça, não havia consenso de qual situação Alexandre se enquadraria.

O Chefe de Polícia interino do Rio Grande do Sul, Luis Alves de Oliveira Bello disse:

Que não julgo esse escravo compreendido nas disposições do Decreto 427 de 26.07.1845, por não ser do número daqueles que os rebeldes entregaram ao Governo, por os haverem servido, e que o Governo empregou como Libertos nos Arsenais, nas Fortalezas, e na Marinha da Corte, ao contrário, o julgo estar no mesmo caso de muitos outros que tem sido capturados ou reivindicados por seus senhores nesta Província.

³²⁵ <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>

Assim, sua opinião era permeada pela ausência de Alexandre entre o grupo de escravos entregues ao governo imperial, acordados no Tratado de Ponche Verde, que pôs um fim oficial (28/02/1845) a guerra. Contudo, estes escravos entregues limitaram-se aos corpos de Lanceiros Negros (ou que sobrou deles!), e não excedeu o número de cem homens.³²⁶

Já a opinião do Chefe de Polícia da Província do Paraná, Theófilo Ribeiro de Rezende, discordava completamente do Doutor Oliveira Bello. Segundo sua opinião, Alexandre

Parece estar no caso de ser considerado liberto e talvez compreendido nas disposições do Decreto nº 427 de 26 de julho de 1845, afim que Vossa Exc. se sirva de dar a semelhante respeito as providências que parecerem convenientes. Verá Vossa Excelência que há todo fundamento para crer-se que este preto está no caso de ser considerado liberto, e talvez compreendido no Decreto nº 427 de 26 de julho de 1845; e as respostas, principalmente daquele Major, às perguntas que lhe fiz, são tão pouco satisfatórias, que também dão fundamento para crer-se que, retendo ele este preto por tantos anos como seu cativo, dando-lhe até surras de Bacalhau, como me consta, procedeu de muito má fé, e até com crimes qualquer que seja a maneira porque se encare a condição do mesmo preto. Nestes termos torna-se este negócio digno de séria atenção e de exames minuciosos; como porém estes exames só podem ser feitos na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo Governo e Polícia da mesma Província, espero que Vossa Excelência se dignará a remeter as cópias inclusas ao Governo Imperial, a fim de que o mesmo governo, pelo Ministério da Guerra e da Justiça, expeça as ordens que em sua sabedoria julgar convenientes afim de averiguar-se a fundo o mesmo negócio, e saber-se se o preto é ou não liberto, se ou não Praça do Exército, ou finalmente, se escravo de João Pinto Soares ou João Pinto Carreteiro, morador nas proximidades de Porto Alegre. Devo declarar a Vossa Excelência que tenho o mesmo preto à abrigo do cativo em que estava; que ele tem em Ponta Grossa provas de ter servido no Exército rebelde do Rio Grande e diz finalmente que foi entregue por Netto, em São Leopoldo, a um Major Luiz (Alemão) que aí comandava as forças rebeldes, e que também entre outras pessoas o conheceram um Tenente Carlos filhos do Major Sarça, um Capitão Domingos, etc; sucedendo isto no ano em que Bento Gonçalves fora prisioneiro, pelo que me parece que em São Leopoldo se deverá igualmente ouvir as informações ou depoimentos destes indivíduos, se forem conhecidos.

O Doutor Theófilo Ribeiro e o Doutor Oliveira Bello, embora partissem do mesmo decreto, decididamente não estavam pautando suas opiniões nos mesmos critérios. Se a opinião do Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul se baseava em um grupo “fechado” de escravos, entregue ao governo imperial no findar da guerra e do qual Alexandre não fazia parte, o Doutor Theófilo baseava sua opinião na violência que dizia estar Alexandre sofrendo em mãos alheias, fosse qual fosse sua condição. Além do

³²⁶ AHRs – Autoridades Militares – Maço 143, Tenente-Coronel José Alves Valença, Comandante do Corpo Auxiliar de Lanceiros, Corpo Auxiliar dos Lanceiros de Linha, relação dos praças do mesmo que marcham. Este documento trata do envio, em princípios de março de 1845, de 90 negros que serviram nos corpos de lanceiros à Corte. Constam os nomes, postos, regimentos e algumas observações.

mais, ao relatar as minúcias que Alexandre contara sobre sua presença em armas na guerra, mostrava acreditar no dito escravo, e se comprovadas estas explicações, estaria suficientemente provado que estava sim no caso de ser considerado liberto e seu senhor indenizado. Imbróglis e divergências jurídicas à parte sabe-se que depois de confrontados os depoimentos e muitas correspondências trocadas o Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Justiça encaminha um aviso ao Chefe de Polícia do Paraná dizendo que

Que em vista do que pondera o Chefe de Polícia em ofício que acompanha o seu de 17 de abril, e das referências que remete inclusas o Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, transmitidas pelo Presidente daquela Província a esta Secretaria de Estado sob ofício (...) cumpre que contra o dito Major Carvalhães se proceda como for de direito. 20 de Julho de 1855.

Embora tenha ficado explícita a intenção das autoridades de punir o Major Carvalhães, nada foi dito sobre a condição de Alexandre. Se o Major foi realmente punido não foi possível descobrir nem mesmo se Alexandre continuou a ser seu cativo ou se a justiça lhe destinou outro rumo.³²⁷

Seguindo uma recente tradição da aproximação da antropologia com a história, em particular a perspectiva norueguesa de Fredrick Barth e sua proposta de apreendermos um conjunto de variantes comportamentais, que apontam para a importância dos contextos decisórios que põem em relação atores sociais num jogo relacional complexo, definindo configurações múltiplas e variáveis segundo o caráter das decisões a serem tomadas por atores históricos reais, agindo no mundo social.

³²⁷ Das pesquisas que realizamos no Arquivo Público do Estado do Paraná (Curitiba-PR), não localizamos Alexandre, mas descobrimos que o Major Miguel Ferreira da Rocha Carvalhaes era um grande proprietário de terras e escravos na região, tendo sido um dos fundadores de Ponta Grossa e homem de influência na região. Era dono da Fazenda Bom Sucesso, que teria dado origem ao perímetro urbano de Ponta Grossa. Junto a outros fazendeiros como ele, organizou e estruturou, através de relações, o estabelecimento de serviços na nova localidade. Um de seus amigos estancieiros doara mais outra fazenda, “e em 1840 o patrimônio foi aumentado, por área denominada Rincão da Ronda e doada por Domingos Ferreira Pinto. Pela Lei Provincial nº 34, de 7 de abril de 1855, foi criado o município de Ponta Grossa, com território desmembrado do município de Castro, sendo devidamente instalado em 6 de dezembro do mesmo ano. A Lei Provincial nº 82, de 24 de março de 1862, elevou a vila à categoria de cidade. Em 15 de abril de 1871, através da Lei nº 281, passou a denominar-se Pitanguí, mas voltou-se a chamar Ponta Grossa a partir de 5 de abril de 1872, pela Lei Provincial nº 409. Ponta Grossa passou a sede de Comarca em 18 de abril de 1876, pela Lei nº 469, sendo instalada em 16 de dezembro do mesmo, assumindo nesta data como primeiro Juiz de Direito o dr. Conrado Ericksen”. APPR, Fundos: BR APPR PB 045; BR APPR PB 001. Ainda em busca de informações sobre o caso, descobrimos em um site de genealogia que o Major Carvalhaes era natural de São Paulo e teve uma filha, Ana Perpétua da Rocha, a quem casou com um Major, como ele, chamado Frederico Martinho Bahls. <http://br.groups.yahoo.com/group/imigracaoalema/message/4223>; <http://www.guaraci.nginformatica.com.br/fbog1.pdf>; http://pt.wikipedia.org/wiki/Ponta_Grossa.

Caráter decisório este, dosado de incerteza e imprevisibilidade, mas ingredientes necessários no entendimento do mosaico sócio-histórico que se ambiciona apreender.³²⁸

É nesta perspectiva que o quebra-cabeça da vida de um escravo e suas experiências fronteiriças de escravidão e liberdade em meio à guerra pode ser visualizado e, da mesma forma, referendado por uma frase contundente e esclarecedora das opções que tomou o africano Alexandre. Ao ser interrogado, quando discorria sobre sua vida em Ponta Grossa e sobre o convite que o Major lhe havia feito para trabalhar para ele, Alexandre teria dito: “que Deus no Céu e ele na terra”.

3.2) *Em nome do pai, da legalidade, do trono e da lei: Sobre ser soldado e ser liberto em tempos de guerra - o crioulo Moisés de Souza Netto.*

A vida do crioulo Moisés esteve por muito tempo invisível aos olhos dos historiadores pelo mesmo motivo que a tornou possível de ser desvendada: o fato de possuir um sobrenome, que o igualava aos homens livres dos oitocentos.³²⁹ A prática comum aos escravos - quando da conquista da liberdade - de assumir os sobrenomes dos seus antigos senhores fez a história de Moisés se sobressair para nós.³³⁰ Mais que emergir – através do nome - para que contemos sua história, essa prática pode também nos revelar que o rompimento com o mundo da escravidão podia ser relativo, já que evidencia as redes onde estes escravos e libertos teciam suas relações, demonstrando a dificuldade que muitos escravos tinham em se desvincularem de famílias e relações familiares nas quais estavam imiscuídos muitas vezes desde o nascimento. Demarca, ainda, a possibilidade destes nomes ou sobrenomes conferir-lhes prestígio, quando bem apropriados. Da desigual relação entre senhor e escravos, os benefícios nem sempre eram unilaterais, pelo contrário, figuravam como vias de mão dupla. As trocas de benefícios constituíam um jogo dinâmico, e disponível para quem conseguisse acessá-los. Ao contrário do que possa parecer, a reciprocidade nas relações escravistas ocorria

³²⁸ ROSENTAL, Paul-André. Construir o macro pelo micro: Frederik Barth e a microstoria. In: REVEL (Org.). *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998; BARTH, Fredrick. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contra-Capa, 2000; GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Micro-história: reconstruindo o campo de possibilidades. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, pp. 217-223, jan-dez, 2000.

³²⁹ GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O Nome e o Como: troca desigual no mercado historiográfico, In: *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989; FRAGOSO, João. Afogando em Nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, p. 41-70, 2002.

³³⁰ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

a todo o momento. Como bem pontuou o historiador João Fragoso, desnecessário salientar que reciprocidade não significa igualdade.³³¹

Neste sentido, a existência de Moisés esteve pontuada por uma combinação de experiências indissociáveis em sua trajetória: ser escravo, ser um homem da lide do campo, ser soldado, e ser filho de Antonio de Souza Netto, o conhecido General Farrroupilha. Se por muito tempo o senso comum, entre desconfianças e especulações afirmou que o General farrapo havia tido um filho com uma de suas escravas, agora existe a certeza. Prática não incomum naquela sociedade escravista que se formava no Brasil desde os tempos coloniais, os oitocentos no sul do império não foram diferentes. Senhores e escravas continuavam se relacionando, motivados por interesses diversos. Sem a análise extrema de afirmações exageradas e descabidas de que a reprodução dos plantéis escravos eram frutos de estupro sistemático dos senhores sobre suas escravas, não se pode deixar de registrar que algumas relações entre senhor e escravas também podiam ser permeadas de afetividade.³³² Não se conhece os motivos que atraíram o General Netto e a mãe de Moisés, tampouco se conhece o nome dela, mas o que houve entre os dois gerou um escravo de nome Moisés, o qual por algum tempo teve um pai e um senhor na figura da mesma pessoa.

O filho do general deve ter crescido em meio a alguma de suas fazendas e desde pequeno se acostumado em ver seu pai envolto com guerras e cavalos. Antonio de Souza Netto era considerado um exímio cavaleiro, tendo comandado inúmeros Batalhões e Brigadas inteiras de cavalaria ao longo de sua vida. Na guerra da Cisplatina, ainda muito jovem, foi capitão de Cavalaria.³³³ Garibaldi em suas memórias também faz referência a este aspecto, dizendo que apenas ele superava Bento Gonçalves na arte de montar; era um modelo completo de ginete.³³⁴

O escravo Moisés foi soldado das forças rebeldes, sob comando de seu pai e senhor, Antonio de Souza Netto.³³⁵ Sua liberdade, assim como a de muitos outros escravos, esteve condicionada a sua participação fardada na guerra. O fato de ser filho ilegítimo do general não lhe deu nenhuma regalia, tampouco era reconhecido pelo General, fato que se comprova pela inexistência de qualquer referência a Moisés em

³³¹ FRAGOSO, João Luís. *Op. cit.*, 2003.

³³² Não desconsideramos que algum grau de violência e/ou coação pudesse existir, mas apenas pontuamos que tratar destas questões pelos extremos não nos explica muito. São justamente os meandros das relações que lhe conferem complexidade e nos ajudam a compreendê-las mais a fundo.

³³³ BENTO, Claudio Moreira. *Op.cit.*, 1992, p.97-113.

³³⁴ GARIBALDI, Guiseppe. *Op.cit.*, 1910.

³³⁵ Fundo: Requerimentos (Escravos), maço 83, AHRs. Também no Volume 19 dos Anais da Coleção Varela, no prelo.

trabalhos que trazem aspectos biográficos do General. Para esta historiografia tradicional, Antonio de Souza Netto só teve duas filhas mulheres, frutos de seu casamento com a uruguaia Maria Medina Escayola. Afinal, para esta historiografia, um filho ilegítimo nascido de um relacionamento com uma escrava não era digno de nota. Moisés fora, portanto, apenas mais um entre tantos outros escravos nas tropas rebeldes.

No mês de junho de 1840, em meio ao um tenebroso inverno sulino, as tropas de seu pai e senhor - General Netto - tiveram um embate nos campos do finado Cônego Salgado contra as forças da 8ª Brigada do Exército a serviço da legalidade, comandadas pelo Coronel e Comandante Francisco Pedro de Abreu, o Barão de Jacuí.³³⁶ A noite de quinze de junho, quando a marcha começou “era noite de luar”. Nesta mesma madrugada, “refrescou muito a noite” e de dia 16 chovera muito, fazendo com que as tropas tivessem de acampar. Dia dezessete, depois de secar as roupas, recomeçaram a marchar.³³⁷ As manobras terminariam no dia dezoito, quando efetivamente se deu o combate.³³⁸ Joaquim Gonçalves da Silva, filho de Bento Gonçalves e presente do embate, contou anos depois que:

No dia 17, depois de secarmos toda a nossa roupa, - que se molhara na lagoa, pelas [marolas] que entram nas Canoas: e marchando depois fomos acampar a uma légua, distante da chamada Estância das moças. Tendo o General Netto tentado passar o Guaíba em vários pontos, e conduzindo as coisas em carretas, fácil foi saberem em Porto Alegre, de sua passagem: assim foi que na noite de 17 o Tenente Coronel Francisco Pedro de Abreu com uma força de cento e tantos Imperiais chegar e emboscar-se na referida Estância, e no dia 18 para aquele ponto marchando o General, foi surpreendido por dita força: escapando-se o General e todos os oficiais que o acompanhavam, sendo prisioneiro meu Tio Francisco, sexagenário, irmão de meu pai, e um dos sobrinhos de nome Antonio Bento Gonçalves; meu tio nunca pegara em armas, não obstante ser republicano firme, Gaspar Borges e mais 2 ou 3 Soldados; entre estes um que trazia a minha mala, pelo que fiquei com a roupa do corpo. Nesse dia foi morto Corte Real.³³⁹

Este combate, contado e recontado por uma farta historiografia laudatória sobre a Revolução Farroupilha entrou para os anais da Revolução como a batalha em que morrera o Coronel Republicano Afonso José de Almeida Corte Real, e no qual as forças farroupilhas foram destroçadas.³⁴⁰ Mas as forças Farroupilhas perderam um pouco mais.

³³⁶ Francisco Pedro de Abreu foi um destacado general que teve participação fundamental na maioria das vitórias legalistas sobre os farroupilhas, inclusive no conhecido Massacre de Porongos, em 14 de novembro de 1844. Para saber mais sobre sua atuação como homem de posses e de guerra, ver, FARINATTI, Luis Augusto. *Op.cit.*, 2010.

³³⁷ Anais do AHRs, Coleção Varela, CV-8836, vol. 19, no prelo.

³³⁸ Anais do AHRs, Coleção Varela, CV-8836, vol. 19, no prelo.

³³⁹ Anais do AHRs, Coleção Varela, CV-8836, vol. 19, no prelo.

³⁴⁰ Interessante notar que as exaltações sobre a morte e os feitos de Corte Real, bem como sobre a derrota farroupilha variam conforme as filiações políticas dos escritores desta historiografia tradicional. “Chico Pedro, em 18 de junho, caiu de supresa, como sempre, no acampamento farrapo do Arroio Velhaco. O

Neste dia, o soldado Moisés: “Se passou armado para as forças Legais do dito 5º Corpo, em cujas forças e Brigada sucessivamente tem andado desde então, arostando todos os perigos da Guerra, em defesa da Lei e do Trono do Brasil”.³⁴¹

O filho do General passou a partir daquele momento a lutar contra a República que seu pai havia proclamado. A partir do dia 18 de junho de 1840, Moisés passou a ser praça da 5ª Companhia de Cavalaria da Guarda Nacional, lutando sob o comando de Francisco Pedro de Abreu. Permanecendo assim até o findar da guerra, em 1845. É, pois, de meados de 1840 o início de uma relação gestada entre Moisés e seu comandante Francisco Pedro de Abreu. Esta relação possibilitou a Moisés certo capital social, conquistado mediante estratégias diversas ao longo de pelo menos 17 anos. É, portanto, nesta época que Moisés inicia o emprego de suas estratégias rumo a uma vida em liberdade, ao se relacionar e estreitar relações com o Barão de Jacuí. Estas estratégias têm continuidade em 1845, quando Moisés encaminhou um requerimento ao Barão de Caxias, à época General do Exército e Presidente da Província, contando sua trajetória desde as forças rebeldes até sua incorporação às tropas legalistas. É neste requerimento que Moisés faz uso do nome de seu pai. É também por meio deste requerimento que Moisés solicita sua alforria. Diz ele:

Visto que pelo Governo do Brasil foi afiançado, que todo o Cativo que andasse nas fileiras rebeldes, se passe Armado a servir na Legalidade, ficava liberto, e tendo assim praticado o Suplicante, servindo constantemente em defesa da Lei, e do Trono, e como já seja finda a Guerra, quer o mesmo em virtude da dita Ordem do Governo, Documento pelo qual se mostre livre e não possa ser vítima do ódio e más tenções de seu Pai e Senhor, que foi Antonio de Souza Netto, pelo que Pede a V. Excelência se digne munir o Suplicante com o competente Documento, para livremente poder tratar de sua vida, tudo em cumprimento a precitada determinação do Governo do Império. Espera Receber Mercê.³⁴²

O nome do General Netto é evocado para lembrar ao Conde de Caxias que ele havia deixado as tropas sob o comando de seu pai e senhor para lutar pela Lei e pelo

general Netto descansava. Apenas teve tempo de fugir com a roupa do corpo. O combate foi rápido e decisivo. Nesta luta morreu Corte Real. A Vitória legalista foi completa”. LAITANO, Dante de. *Op.cit.*, 1983, p.125. “Junho de 1840 (...) Dia 18: Na Estância de Santa Bárbara ou do Salgado, de propriedade do velho Marcos Alves Pereira Salgado, é morto o coronel republicano Afonso José de Almeida Corte Real, um dos melhores e mais jovens oficiais das hostes farroupilhas. Matou-o seu parente João Patrício de Azambuja ao dar-lhe ordem de prisão a que resistiu. Essa morte foi precedida pelo ataque, de surpresa, às forças de Netto, a que Corte Real precedera, como vanguarda, por uma força superior ao mando de Chico Pedro. O maior prejuízo desta surpresa foi a morte de Corte Real (...)” (SPALDING, Walter. *Op.cit.*, 1982, p. 176). Ver ainda a excelente e minuciosa descrição de Joaquim Gonçalves da Silva, filho de Bento Gonçalves e presente como soldado farroupilha neste combate. CV-8836, Joaquim Gonçalves da Silva, Anais do AHRs, Coleção Varela, CV-8836, vol. 19, no prelo.

³⁴¹ AHRs, Fundo Requerimentos (escravos), Maço nº 83.

³⁴² AHRs, Fundo Requerimentos (escravos), Maço nº 83.

trono do Imperador, e que por isso podia ser alvo de alguma represália ou más intenções dele. Mostrava ainda o conhecimento que tinha do que foi pelo “Governo do Brasil afiançado” e por isso então requeria sua carta de liberdade.

É de fins de fevereiro de 1845 a assinatura do Tratado de Ponche Verde, que pôs um fim oficial à longa Revolução Farroupilha.³⁴³ Moisés foi tão rápido quanto esperto - sabemos pelas suas próprias palavras que ele permaneceu em armas até o final da guerra e assim que esta acabou tratou de requerer seu *prêmio*. Não sabemos quando ele encaminhou o requerimento, mas sabemos que em 31 de maio de 1845 Caxias escreveu na margem esquerda do requerimento de Moisés as seguintes palavras: “O Suplicante pode considerar-se livre. Palácio do Governo em Porto Alegre, 31 de Maio de 1845 (...)”. Seis dias depois, sua alforria era registrada no 1º Tabelionato de Porto Alegre.³⁴⁴ Passou a trabalhar para Francisco Pedro de Abreu desde que findara a guerra.

O filho do General morreu em treze de dezembro de 1856, vitimado por uma facada dada pelo pardo Agostinho, escravo de Francisco Pedro de Abreu, o Barão de Jacuí. A esta época de sua vida, Moisés era administrador da fazenda de criar gados do Barão, denominada inverno da Tabatinga, no distrito de Capivari, no termo de Rio Pardo.³⁴⁵ Local onde ocorreu o crime. O tribunal do Júri de Rio Pardo condenou o escravo Agostinho pela sua morte, em dezenove de setembro de 1857 - nove meses depois do ocorrido - à pena capital, como incurso no artigo primeiro da lei de dez de junho de 1835. O júri baseou as suas acusações no auto de corpo de delito, nos depoimentos das testemunhas oculares do fato e nas confissões do réu, feitas em júízo, no processo de formação de culpa e, na confissão perante o júri. Ou seja, estava devidamente provada a culpa do pardo Agostinho e o filho do General encerrava ali sua existência legal.

A lei de dez de junho de 1835 foi um desdobramento de um conjunto de episódios insurrecionais que tiveram lugar nas décadas de 1830, no vasto Império Brasileiro, durante os anos regenciais. Destacam-se entre estas os episódios ocorridos em

³⁴³ FLORES, Moacyr. *Op.cit.*, 2004.

³⁴⁴ “Registro de um requerimento e despacho de Moisés de Souza Netto, como abaixo se declara”. Ao final consta: “He do que constava o dito requerimento e despacho que aqui registrei e ao mesmo me reporto. Leal de Valorosa Cidade de Porto Alegre, 6 de Junho de 1845. Eu Bento José de Farias, Tabelião que conferi, escrevi e asignei.” [N. do E.]. 1º Tabelionato de Porto Alegre, Livro 12 de Registros gerais, Folha 110v e 111, APERS.

³⁴⁵ A Lei 430, de 08.01.1859 dividiu o município de Rio Pardo em 6 distritos, fixando os respectivos limites, sendo Capivari o 6º. FORTES; WAGNER (1963, p. 340). A População de Capivari, em 1858, assim estava distribuída: 480 livres, (49,18 %), 34 libertos (3,48 %), 462 escravos (47,34 %) - total da população - 976. Dados: FEE, 1981.

Carrancas em Minas Gerais (1833) e a Revolta dos Malês, na Bahia (1835).³⁴⁶ Como resultado das insurreições a lei de dez de junho veio somar-se a outras para reforçar o poder dos senhores sobre os escravos, tentando protegê-los das ações cativas. O texto da lei é claro e deixa transparecer o endurecimento da justiça sobre crimes contra senhores, suas famílias, feitores e administradores de cativos.³⁴⁷ Ou seja, a justiça entendeu que a morte de Moisés e a conseqüente punição de Agostinho devia se enquadrar na severa lei criada para proteger os senhores. Neste sentido, o ex-escravo Moisés, administrador da invernada Tabatinga do Barão de Jacuí, teve sua morte vingada pela justiça como se fosse um crime cometido contra o próprio senhor ou algum membro de sua família. Uma equiparação um tanto quanto curiosa para um ex-escravo. Contudo, para além de uma curiosidade e mais que uma possibilidade de interpretação jurídica da lei, já que Moisés era de fato administrador da fazenda, o que chamou atenção neste complexo e dinâmico mosaico social dos oitocentos foi o quanto a posição social de Moisés alterou-se no quadro da sociedade escravista em que vivia, bem como o quanto esta posição pode ter sido mediada pelas relações que Moisés construiu desde o tempo de escravo até a vida em liberdade.

Mas o que teria motivado o crime? O que fazia Moisés como administrador da invernada de criar do temido Barão de Jacuí, o grande inimigo dos Farroupilhas? Que tipo de relação Moisés mantinha com Agostinho para chegarem a tal enfrentamento? Quais os níveis ou graus de hierarquia e poder envolvidos nesse crime? Aos poucos tentaremos desatar os nós da trajetória de Moisés.

Mesmo após dez longos anos de guerra, alguns comandantes locais no sul do Império não só adquiriram mais prestígio, como conseguiram manejar as dificuldades daqueles anos a seu favor, tirando vantagens (econômicas, políticas, militares) da situação. Francisco Pedro de Abreu foi um destes homens, que junto aos seus aliados e

³⁴⁶ Ver REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. 2a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; RIBEIRO, José Iran, *Op. cit.*, 2005. ANDRADE, Marcos Ferreira. *Rebelião escrava e política na década de 1830: O impacto da Revolta de Carrancas*. Anais eletrônico do 6º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. UFSC, 15 a 18 de maio de 2013.

³⁴⁷ “Regência Permanente em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro Segundo faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral Legislativa decretou, e ela sancionou a Lei seguinte: **Art. 1º** Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave ofensa física a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e às suas mulheres, que com eles viverem. Se o ferimento, ou ofensa física forem leves, a pena será de açoites a proporção das circunstâncias mais ou menos agravantes”.
<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104059/lei-4-35>

comandados permaneceu tecendo importantes relações e reproduzindo sua fortuna nos anos pós-guerra civil.³⁴⁸ Era para este homem que Moisés de Souza Netto trabalhava. Moisés, o filho do general Farrapo Antonio de Souza Netto foi capataz e administrador da fazenda de criar do Barão do Jacuí, possivelmente exercendo estas funções de forma concomitante, já que estas duas ocupações aparecem no pedido de graça do pardo Agostinho.³⁴⁹

As mesmas guerras que assolaram frequentemente a Província sulina nos oitocentos e trouxeram inúmeros problemas a sua estrutura sócio-econômica, foram também fundamentais na constituição de caminhos alternativos de mobilidade e inserção social. Tal assertiva verificada para homens (e suas extensas redes familiares) proeminentes das elites meridionais do Império também pode ser estendida para pensarmos a situações de escravos e libertos na província sulina.³⁵⁰ A guerra criou espaços de atuações e propiciou o incremento de relações que deram a alguns escravos a possibilidade de uma liberdade que viesse acompanhada de formas menos instáveis de sobrevivência, isto é, do alcance de posições sociais menos desconfortáveis e mais seguras. Ao que parece, a trajetória de Moisés tomou este rumo, mesmo que por um espaço de tempo não muito grande.

Mas quais teriam sido as motivações no crime? Que tipo de relação existia entre o administrador da fazenda e ex-escravo Moisés e o pardo e réu confesso Agostinho? “No dia 13 de dezembro de 1856, Moisés de Souza Netto, tendo reunido quatro peões armados, mandou chamar a sua presença na Invernada, de que era administrador, o pardo Agostinho, para ser castigado”. O documento não deixa claro o motivo pelo qual Moisés pretendia punir Agostinho, peão sob sua administração, mas fica nítido certo abuso de poder por parte de Moisés. Esta constatação parte das palavras proferidas pelas autoridades quando tentam explicar a ação de Agostinho, que redundou na facada em Moisés:

³⁴⁸ Ver FARINATTI, Luis Augusto. *Op. cit.*, 2007, p.193.

³⁴⁹ GIFÍ - 5H-356, Arquivo Nacional. De forma geral, ser capataz significava ser o responsável pelos trabalhadores da estância e ser administrador, o responsável por todas as atividades da estância. Já a função de posteiro se restringe mais a vigilância e controle das posses de terra, mas servia também para controlar a fuga de gado, e quando necessário, ajudar nas buscas de escravos fujões. Esta função dá também a dimensão da mobilidade e confiança alcançada por Moisés em relação a seu patrão, o Barão de Jacuí, já que tinha o privilégio de poder ter seu próprio rancho e de cultivar pequenas lavouras. E não esqueçamos que, ao que parece, Moisés acumulava estas duas funções e responsabilidades, já que aparecem no mesmo documento, ora citado um, ora outro.

³⁵⁰ Para a situação das elites, ver FARINATTI, Luis Augusto, *Op. cit.*, 2007; para escravos e libertos, ALADRÉN, Gabriel. *Op.cit.*, 2009.

Pelo modo desumano porque na Província do Rio Grande do Sul ordinariamente são feitos os castigos dos escravos empregados no serviço do campo, e sobretudo pelo aparato de 4 peões armados, está bem visto que ao pardo Agostinho deviam com razão assaltar os maiores receios de que ia ser barbaramente assassinado, receios tanto mais fundados, quanto era certo a existência de ódios e prevenções entre o mesmo pardo e o seu administrador Moisés de Souza Neto, pelos motivos que o réu Agostinho declara nos interrogatórios que lhe foram feitas no juízo de formação de culpa e perante o júri. Trazido a presença de seu capataz, e assombrado à vista dos peões reunidos para a execução do castigo, o pardo Agostinho incontinentemente recebe ordem do capataz Moisés de Souza Neto para que largue da faca que trazia na cintura, conforme o uso geral de todos os peões da Província.

Estas palavras, além de revelarem o uso da autoridade de Moisés para punir a seu subordinado, deixam transparecer duas práticas muito usais no mundo rural dos oitocentos sulinos: a violência nos castigos de escravos em serviço campeiros e “o uso geral” de armas por “todos os peões da província”.³⁵¹

Neste confronto, o pardo Agostinho, apesar da desigualdade de forças, levou vantagem, embora Moisés estivesse acompanhado de mais quatro peões armados. “Ao receber ordem, procurando eximir-se do castigo, em vez de obedecer de pronto o seu administrador tentou convencê-lo de que não havia razão para ser castigado”.

Arriscando uma negociação com seu superior, Agostinho tentou convencê-lo que o castigo que estava para receber não era justo, isto é, que não era merecedor daquela punição. Neste tenso momento Agostinho sacou a faca que portava. De instrumento da faina diária a faca transformara-se em arma. No confronto, Agostinho foi agredido por Moisés e pelos peões que o acompanhavam, sendo desarmado. Mas sua agilidade e esperteza foram fundamentais, conseguindo arrancar a faca que Moisés carregava na cintura, ferindo-o mortalmente no peito esquerdo.

Contado o fato, passa-se a tecer algumas considerações sobre este conflito, que acabou com a vida do ex-escravo/soldado Moisés de Souza Netto. Que elementos contidos nesta relação teriam levado a este confronto? Seria um mero desentendimento entre um administrador de fazenda e um escravo, seu subordinado na lide campeira?

³⁵¹ Desde o início do povoamento da América Portuguesa, a Coroa e seus braços burocráticos na América não tiveram condições de realizar de maneira eficiente o controle e defesa do território perante os inimigos. Neste sentido as forças regulares necessitaram em muito do apoio das tropas auxiliares, tendo nas forças privadas, a garantia da unidade, ainda que precária, do sistema. Assim, a Corte, impossibilitada de transferir de Portugal para as colônias o monopólio legítimo da violência, recorreu ao armamento legal da população, passando esta também a ser responsável pela defesa. O “alvará das armas”, de 1569, tornava obrigatória aos homens livres a posse de armas de fogo e armas brancas. PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégias militares na expansão da fronteira da América Portuguesa (1550-1700). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.43-44. Ver também MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007.

Acredita-se que para além de um fato corriqueiro existiram ali motivações identitárias, bem como disputas por micro poderes e por privilégios entre os dois envolvidos. O conflito se torna mais interessante se sabe que ele ocorreu entre um ex-escravo que chegou a se tornar administrador de uma fazenda de criar gados e um escravo que alcançou, dentro de sua vida de cativo, o ofício de posteiro. Para tanto, é necessário esclarecer o que era ser um capataz e administrador de uma fazenda e o que significava ser posteiro naquele mundo sulino dos oitocentos.

A função de posteiro pode ser caracterizada pela vigilância e controle das posses de terra da estância e ou fazenda de criar, mas servia também para controlar a fuga de gado, e quando necessário, ajudar nas buscas de escravos fujões.³⁵² Os posteiros eram:

Peões que arranchavam-se em um “posto”, ou seja, em um dos limites da propriedade, onde se podiam fazer currais e mangueiras, além de alguma lavoura (...). Os postos consistiam exatamente em arranchamentos colocados nos limites das propriedades, onde o posteiro poderia viver com sua família, plantar e ter alguns animais.³⁵³

No dicionário de termos regionais, temos o posteiro como um “agregado de estância que mora geralmente nos limites do campo, o qual é incumbido de zelar pelas cercas, cuidar do gado, não permitir invasão de estranhos, ajudar nos rodeios e executar outras tarefas”.³⁵⁴ Já Guazelli, ao falar das possibilidades dos subalternos da campanha no contexto da guerra farroupilha, diz o seguinte:

Para os peões de estância, cujos bens materiais eram muito escassos, a possibilidade de se apossarem de artigos que pudessem converter em moeda ou mesmo trocarem por seus “vícios”, a guerra representava uma aventura interessante. Aqueles que estavam numa situação hierárquica mais vantajosa – capatazes ou “posteiros” – tinham a chance de formar um pecúlio próprio com reses subtraídas nas campanhas militares.³⁵⁵

Nesta perspectiva os posteiros eram homens que estavam em iguais condições aos capatazes. No entanto, a posição de Agostinho não parece ter sido de igualdade ou equiparação a de Moisés, como apontou o historiador. No jogo de forças com Moisés, Agostinho estava mais para um peão subordinado, ainda que sua posição em relação a outros escravos do plantel pudesse ser vantajosa. A ocupação de posteiro de Agostinho nos fornece pistas da dimensão da mobilidade e confiança alcançada por ele dentro do plantel de escravos do Barão de Jacuí. De forma geral alcançavam alguns privilégios,

³⁵² FARINATTI, Luis Augusto. *Op. cit.*, 2007.

³⁵³ FARINATTI, Luis Augusto, *Op. cit.*, 2007, p. 312, 372.

³⁵⁴ NUNES, Zeno Cardoso. *Op. cit.*, p. 392.

³⁵⁵ GUAZZELLI, Cezar Augusto. *Op. cit.*, 1998, p.125.

como poder ter seu próprio rancho e cultivar pequenas lavouras. Posição por certo alcançada mediante muita negociação com seu senhor.³⁵⁶

Já a posição de capataz ocupada por Moisés, segundo o dicionário de regionalismos pode ser descrita como o "administrador de uma estância ou de charqueada ou ainda ao responsável pela condução de uma tropa. Pessoa que, nas lides pastoris, é incumbida de chefiar o pessoal".³⁵⁷ Thiago Araújo em um trabalho que analisa os mecanismos de dominação senhorial na manutenção e reprodução das relações escravistas em um universo de produção agropecuária - a vila da Cruz Alta, interior da Província sulina - enfatiza a posição importantíssima da figura do capataz como um dos elementos do arsenal senhorial de dominação, muito embora deixe claro que estas relações estivessem permeadas por um intrincado jogo de negociações e confrontos entre senhores e escravos.³⁵⁸ Coerções, alianças, prêmios, incentivos e negociações eram partes fundamentais do jogo de dominação. Por sua vez, Aladrèn em pesquisa sobre as práticas de alforrias e as inserções sociais dos homens livres de cor na vila de Porto Alegre nos anos iniciais do séc. XIX percebeu entre os padrões encontrados que as práticas de manumissão tendiam a serem concedidas a escravos pardos, nascidos no Brasil.³⁵⁹ Dentre estes, havia um privilégio permitido a escravos que ocupavam determinadas funções, como feitores, administradores de fazendas e escravos domésticos. Segundo o historiador, entre estes escravos e seus senhores havia uma relação de maior proximidade, o que possibilitava que eles obtivessem a alforria, sem ter que pagá-la. E acrescenta:

Era especialmente com esses escravos que os senhores estabeleciam relações de cunho paternalista. Entretanto, o leitor também terá percebido que nessas relações havia sempre um conflito latente, por vezes manifesto. Por esse motivo os senhores utilizavam todos os recursos de que dispunham: a força, a persuasão, a concessão de benefícios e as leis, para fazer valer a sua vontade e bem governar seus escravos e dependentes, procurando dessa forma preservar e fortalecer o poder da classe senhorial.³⁶⁰

Embora as categorias de ocupação no mundo rural da Província de São Pedro fossem, antes de tudo, categorias fluidas e compartilhadas por uma infinidade de homens, - livres, libertos e escravos -, como afirmou Luana Teixeira em sua dissertação, possuíam especificidades e limites, alguns dados pela condição jurídica, outros pela

³⁵⁶ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Op. cit.*, 1989.

³⁵⁷ NUNES, Zeno Cardoso. *Op. cit.*, 1992, p.90.

³⁵⁸ ARAÚJO, Tiago Leitão. *Op. cit.*, 2008.

³⁵⁹ ALADRÈN, Gabriel. *Op. cit.*, 2009.

³⁶⁰ ALADRÈN, Gabriel. *Op. cit.*, 2009, p. 56.

própria especialização do ofício.³⁶¹ Acrescento que entre as especificidades podia haver também um dose de elasticidade nas relações, situação não disponível a todos os escravos.

É desta forma que se pode visualizar a relação que Agostinho e Moisés estabeleceram. O primeiro, escravo e posteiro; o segundo, liberto, capataz e administrador da fazenda de criar do Barão. Ambos, homens com vivência de cativo, e que de alguma forma forjaram junto ao mesmo senhor relações de privilégios e benefícios. No entanto, Moisés ao que parece continuou alguns passos à frente de Agostinho, já que conquistou um posto hierarquicamente superior e de bastante responsabilidade, normalmente reservado aos filhos dos senhores.

Além destes elementos atinentes às ocupações sócio-profissional dos referidos atores desta história, questões afetivas parecem ter se misturado e contribuído na contenda que levou à morte de Moisés. Em seu depoimento, Agostinho revela que Moisés tentara “seduzir a escrava Juliana”, com quem iria se casar “por consentimento e ordem de seu senhor”. Ou seja, Agostinho tinha conseguido mais uma *regalia* junto a seu senhor, e Moisés andava a atrapalhar seus planos.

Mas foram outras palavras de Agostinho, já réu confesso da morte de Moisés, que chamaram mais atenção e que esclarecem um pouco a exacerbação das tensões entre Agostinho e Moisés. A facada que matou Moisés, que pôs a perder todas as conquistas que ele havia alcançado ao longo do cativo se tornou insuportável mediante a condição de inferioridade que Moisés cotidianamente lhe expunha.³⁶² Explico: Além das questões de ocupações hierárquicas, nas quais o escravo Agostinho era mais um peão ao mando de Moisés e do fato de ter sua união com Juliana ameaçada por seu *patrão* Moisés, Agostinho disse em depoimento “que conhecia o falecido por Senhor Netto”. Pode-se inferir o quanto a escravaria do Barão em geral e Agostinho em particular deveriam se incomodar com tal deferência. Por anos a fio, à medida que ia se diferenciando dos seus companheiros de cativo – liberto desde 1845 - Moisés foi se tornando um opressor de seus subordinados, utilizando-se da posição social alcançada para adentrar um universo concedido quase que exclusivamente aos homens brancos. A cor e a experiência comum para com Agostinho (a escravidão) haviam ficado para trás. A insustentabilidade da situação e das tensões diárias foi corroborada pela repreensão de

³⁶¹ TEIXEIRA, Luana. *Op. cit.*, 2008, p. 47.

³⁶² Estas conquistas estavam ancoradas na posição de posteiro, de poder cultivar sua própria terra e pequenas lavouras, de ter uma mobilidade diferenciada, a confiança de seu senhor e ainda poder casar-se com o consentimento dele como uma escrava do mesmo plantel.

Moisés sobre Agostinho, culminando na facada que vitimou o “Sr. Netto”. Moisés extrapolou o limite e as regras que um dia uniram aqueles homens a um universo comum e pagou com a vida por este erro de cálculo.

3.3) *Sobre ser cativo, ser soldado e ser liberto pela belicosa fronteira meridional: O africano campeiro Francisco Cabinda.*

Corria o ano de 1834 em Montevidéu, capital da República Oriental do Uruguai. Eram tempos relativamente calmos às margens do Rio da Prata, depois de longos anos de sangrentas guerras nas fronteiras que interligavam os territórios fronteiriços platinos: Uruguai, Brasil e Argentina. O conflito envolvendo a anexação da Província Cisplatina, nome dado a Banda Oriental durante seu processo de disputa entre o Império Brasileiro e os próprios orientais, havia cessado a pouco mais de seis anos e certa estabilidade reinava por lá. A Independência estava se consolidando e a conjuntura regional

Hacia 1830, así como la relativa paz que se estableció em el Estado Oriental durante o primer decenio de independencia, favorecieron cierto desarrollo económico em torno de Montevideo, a partir de los ingresos del complejo estanciero-saladeril. La reactivación económica devino em una mayor demanda de mano de obra. La incorporación de trabajadores forzados no solo promovió la introducción de africanos, sino el arribo de colonos españoles contratados y enpleo como sirvientes de algunos charruas capturados.³⁶³

O Africano Francisco Cabinda residia com sua senhora em uma das muitas estâncias existentes em solo oriental. Era campeiro e desempenhava as muitas e nada fáceis atividades voltadas à lida do campo.³⁶⁴ A lida campeira não só era difícil, exigindo preparo de anos, como era também desgastante fisicamente. Não raro estes escravos campeiros aparecem na documentação machucados, com os pés tortos, talhos de facas pelo corpo, pernas arcadas e outras marcas físicas próprias da atividade que

³⁶³ BORUCKI; STALLA; CHAGAS. *Op.cit.*, 2004, p.19.

³⁶⁴ Todas as informações sobre o africano Francisco Cabinda estão em: AHRS, Fundo Justiça, Maço nº 101, Rio de Janeiro, 1839, Processo 0913. Sobre as descrições das tarefas da pecuária sulina pelos escravos, ver OSÓRIO, Helen. *Op.cit.*, 2007. Uma ampla gama de estudos de história agrária como ZARTH, Paulo. *Op. cit.*,1997; GARCIA,Graciela. *Op.cit.*, 2005; FARINATTI, Luis Augusto. *Op.cit.*, 2010 tem sido responsáveis pela demonstração quantitativa da presença escrava no mundo rural sulino, disseminados pelo universo agrário nas mais variadas atividades, desde pequenas e médias unidades produtivas até grandes estâncias. Portanto, a área por excelência do “gaucho”, era também povoada por negros - africanos e crioulos. Tais estudos derrubaram alguns consensos historiográficos até muito pouco tempo vigentes na historiografia sulina: refiro-me às discussões acerca da presença fortuita do braço escravo na pecuária e à discussão da incompatibilidade da escravidão com a mesma (FREITAS, Décio. *Op.cit.*,1980; MAESTRI,Mário. *Op.cit.*,1984). De antemão, adiantamos que não pretendemos entrar nesta discussão nesse momento e estamos em sintonia com estes novos estudos.

desempenhavam.³⁶⁵ A dura rotina de uma estância era marcada por épocas de maior e menor intensidade, sendo o rodeio o evento ápice da vida numa estância. De forma geral, as tarefas atinentes ao manejo do gado e sobre a qual escravos como Francisco se dedicavam estavam ancorados em um sistema de pecuária extensiva que dependia das pastagens naturais e estava fortemente ligado ao ciclo das estações.³⁶⁶

Nos rodeios eram realizadas a castração e marcação dos animais, etapas necessárias a qualquer estância, para a posterior venda dos mesmos. Estes eram realizados duas, três vezes no máximo ao ano, em anos de condições normais de produção. O número de trabalhadores que o manejo do gado requeria é ponto discutido na historiografia específica sobre o mundo agrário, mas pode-se dizer que variava entre um trabalhador para 1000 reses no máximo, e um trabalhador para quinhentas reses, no mínimo.³⁶⁷ Pensar que Francisco cuidava de cerca de seiscentas a setecentas reses sozinho, parece, portanto, o mais verossímil.

Era uma vida assim que Francisco teve interrompida quando sua senhora Maria Luiza recebeu uma visita inesperada em sua estância. O hóspede chamava-se José Custódio e era morador de Canguçu, no vizinho Império Brasileiro, na Província do Rio Grande de São Pedro. Custódio ficou por alguns dias por lá hospedado; deveria estar realizando negócios pela região. Este trânsito de pessoas para lá e para cá da fronteira não era nada incomum. Brasileiros estabeleciam contatos, famílias, propriedades, gado, escravos em ambos os lados da fronteira e transitavam por ela como certa normalidade e regularidade.³⁶⁸ Em conversa com sua anfitriã, o ilustre visitante contara-lhe que recentemente havia adquirido uma propriedade em terras sulinas, na cidade de Piratini e que estava a procura de um peão. Alguma negociação depois, a anfitriã Maria Luiza ofereceu um dos seus. Era Francisco, um africano campeiro de cinquenta e tantos anos. O hospede da estância de Dona Maria Luiza saiu das terras orientais com um experiente campeiro, levado de Montevidéu para Piratini a título de aluguel.³⁶⁹

Não se sabe quando Francisco chegou ao Brasil, nem por quanto tempo de ladinização este africano passou, mas sabe-se que sua ocupação de “campeiro” não

³⁶⁵ AHRS, Fundo Polícia, Maços 15, 26, 49, 50, Correspondência de delegacias e sub-delegacias de Polícia, Pelotas, Rio Pardo e Rio Grande. Ver ainda PETIZ, Silmei. *Op.cit.*, 2006, p.118.

³⁶⁶ FARINATTI, Luis Augusto. *Op.cit.*, 2010, cap.7.

³⁶⁷ FARINATTI, Luis Augusto...*Op.cit.*, 2010, cap.7.

³⁶⁸ THOMPSON FLORES, Mariana. *Op.cit.*, 2007.

³⁶⁹ AHRS, Fundo Justiça, Maço 101, Rio de Janeiro, 1839, Processo 0913.

havia sido adquirida de uma hora para outra.³⁷⁰ Todavia, chegado à província sulina pelas mãos de José Custódio, Francisco permaneceu na sua estância trabalhando por cerca dois anos e meio. A guerra já havia começado e lá estava o campeiro na sua faina diária. Em algum dia entre os fins do ano de 1836 e princípios de 1837 uma partida da facção rebelde comandada por Antonio de Souza Netto e pelo Major Teixeira Nunes passou pelas terras de José Custódio a arregimentar todo e qualquer homem capaz de pegar em armas pela República recém-proclamada.

A esta época a arregimentação de escravos era intensa e não coincidentemente foi a mesma época na qual a o africano Alexandre Cabinda, anteriormente comentado, passou também a fazer parte das tropas rebeldes.³⁷¹ José Custódio, filho do dono da estância, cedeu Francisco Cabinda e outro preto de nome Antonio, de Nação Benguela, os quais foram prontamente aceitos pelos chefes revoltosos. Por simpatia ou coação, a cessão dos africanos aos líderes farrapos certamente esteve acompanhada da tentativa, por parte de Custódio, de minimizar suas perdas advindas da guerra.

Em seguida à *doação*, os africanos foram conduzidos à casa de um irmão de Bento Gonçalves. É provável que a propriedade do irmão do Presidente da República Rio-Grandense servisse aos interesses da jovem república, onde poderiam reunir os escravos arregimentados para dar-lhes pouso, alguma instrução, ver para o que *prestavam* e destinar-lhes ordens. Em Piratini os africanos Francisco e Antonio acabaram por conhecer o Juiz de Paz da localidade. Este se chamava João Evangelista e aconselhou os dois africanos que “fossem para o exército, pois logo que a guerra acabasse eles seriam forros”.³⁷² Tal conselho deveria ser uma praxe das elites engajadas para que afetivamente pudessem contar com os seus escravos recrutados, minimizando, através da promessa de liberdade ao final do conflito, o alto volume de deserções que afetavam as tropas no conflito (independente se rebeldes ou imperiais).³⁷³ Havia graus

³⁷⁰ Sobre o processo de ladinação de africanos em terra sulinas, ver: OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula. Um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: EST Edições, 2006. Sobre a importação de infantes africanos e período de preparo e adaptação dos escravos africanos na lide campeira, ver: BERUTE, Gabriel. *Op.cit.*, 2006.

³⁷¹ As referências são inúmeras. Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 173, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

³⁷² Ver Coleção Varela, vol. 20; SILVA, Antonio Pereira da. CV-8252, CV-8255, CV-8256. Correspondências trocadas com João Evangelista, Juiz de Paz de São João. É provável que os escravos Francisco e Antonio estivessem se referindo ao Juiz de Paz de São João de Camaquã, João Evangelista, município próximo a Piratini, onde pelo jeito se encontravam. Anais do AHRs, Coleção Varela, CV-8256, vol. 20, no prelo.

³⁷³ Sobre as deserções em ambos os grupos litigantes a documentação é vastíssima. Ver por exemplo, Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 175, IG¹ 273, IG¹ 278, Série Guerra, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

variáveis na prática de recrutamento compulsório, e por mais que nele fossem empregadas doses consideráveis de violência e coação, havia também lugar nesse processo para negociações. Este tipo de conversa que o Juiz de Paz João Evangelista teve com os dois africanos por certo compreendia a última. Nem tudo se sustentava a ferro e fogo, como também não se sustentava apenas na base da conversa. Uma combinação destas questões nos parece uma forma mais aproximada de compreender os meandros do processo de recrutamento de escravos.

Elemento também importante de ser destacado é que Francisco e Antonio haviam sido recrutados dentro daqueles espaços que já destacamos anteriormente como áreas preferenciais de recrutamento. E Francisco era um escravo campeiro, atividade desempenhada por muitos escravos sulinos, fortes candidatos a servir na cavalaria.

Sobre a presença de africanos entre os escravos campeiros, destacamos os dados de Osório, que em uma análise pormenorizada dos escravos por ocupações nas lides do campo, demonstrou que 42% de sua amostra de domadores eram africanos, isso para a segunda metade do séc. XVIII e princípios do sec. XIX.³⁷⁴ No entanto Farinatti, apresentando dados para o mesmo período que trabalhamos, verifica entre os escravos campeiros, certo equilíbrio entre africanos e crioulos. Embora com algumas ressalvas sobre os dados, diz o autor:

Os dados existentes não podem ser ignorados. Se eles não são suficientes para concluir pela presença equivalente de africanos e crioulos entre os campeiros, eles permitem sim afirmar que, ao menos antes de 1850, os africanos formavam uma parte importante da mão-de-obra escrava empregada diretamente no trato da pecuária, especialmente nas grandes estâncias.³⁷⁵

De fato, a cavalaria foi mesmo o destino de Francisco e Antonio. Convencidos pelo “conselho” do experiente juiz - segundo palavras do próprio campeiro - ambos integraram o Corpo de Lanceiros, onde se conservaram por dois anos e meio.³⁷⁶ Engajado nas tropas farrapas, Francisco passou a acompanhar o General Lima, um experiente oficial forjado em longa tradição familiar em postos AHRS militares. João Manoel de Lima Silva, o primeiro general da República Farroupilha (e primeiro Comandante em Chefe interino) foi o responsável pela organização e estruturação do

³⁷⁴ OSÓRIO, Helen. *Op.cit.*, 2005.

³⁷⁵ FARINATTI, Luis Augusto. *Op.cit.*, 2010, p. 359.

³⁷⁶ Os Corpos de Lanceiros foram criados em 12/09/1836 e 31/08/1838. Estima-se que em alguns momentos eles tenham composto de um terço à metade das tropas revoltosas. LEITMAN, Spencer. *Op.cit.*, 1985. Antes da criação oficial dos destacamentos de lanceiros, os negros já haviam desempenhado papel de destaque no confronto, como na tomada da cidade de Porto Alegre, ocorrida em setembro de 1835 e na retomada de Pelotas, abril de 1836. Fonte: Relatório do Ministro da Guerra – Justiça, 1836. Brasil, Ministério da Justiça. In: <http://www.crl.edu/content/brazil/mina.htm>

Exército Rio-Grandense, pelos idos de novembro de 1836, nas bandas de Piratini, época e local onde Francisco e Antonio se tornaram soldados lanceiros das forças rebeldes.³⁷⁷ Infelizmente as informações sobre Antonio se esgotam por aqui. Francisco, no entanto, continuará mais um pouco a dar o ar de sua graça.

Eugène Genovese foi um dos primeiros historiadores a propor que as formações escravistas eram constructos sociais criados conjuntamente pelos senhores e escravos.³⁷⁸ Existe nesta proposta historiográfica uma perspectiva relacional de análise: as agências dos cativos dialogavam constante e inerentemente com as práticas de dominação e controle senhoriais. Todavia, ao se incorporar a perspectiva do historiador americano, é importante pontuar que não parte-se de uma constatação de homogeneidade de qualquer um destes grupos, pelo contrário, destaca-se que existiam heterogeneidades consideráveis em cada um destes segmentos dependendo de variáveis diversas. Ressalta-se esta questão para salientar que entrelaçar as estratégias cativas com as expectativas das lideranças rebeldes é primordial no entendimento dos caminhos tomados pelos cativos durante a guerra. As lideranças farroupilhas tinham visões diferenciadas sobre o papel dos cativos na guerra civil (incluindo a de alguns oficiais mulatos) e a inserção dos mesmos na sociedade do pós-guerra. Isso fica claro quando da divisão das lideranças em dois grandes grupos.³⁷⁹

Antonio Vicente da Fontoura, em seu diário foi um comentarista bastante corrosivo destas divisões e questões que assolaram as lideranças rebeldes, não poupando palavras ao criticar um de seus inimigos, Mariano de Mattos - embora todos fossem Farroupilhas.³⁸⁰ As críticas a Mariano sempre vinham acompanhadas de conotações racializadas, claramente pejorativas. “Maldito mulato mais falso que Judas”, “o pardo Mariano”, “o malvado” que cometia “negros crimes” e homem de “alma vil e fraca” eram algumas das formas usuais que Antonio Vicente da Fontoura se referia a ele. Fontoura, ao falar, por exemplo, da discussão sobre o projeto da Constituição da

³⁷⁷ BENTO, Claudio Moreira. *Op.cit.*, 1992; WIEDESRSPAHN, Henrique Oscar. *O General Farroupilha João Manuel de Lima e Silva*. Porto Alegre: EST, SULINAS, UCS, 1984.

³⁷⁸ GENOVESE, Eugene. *A Terra Prometida I. O mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979; _____. *O Mundo dos Senhores de Escravos: dois ensaios de interpretação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. Por certo que um trabalho precursor para pensar a escravidão nas Américas foi o de Frank Tannenbaum. TANNENBAUM, Frank. *Slave and citizen*. New York, Alfred A. Knopf, 1946.

³⁷⁹ Conhecidos na historiografia como grupos da “maioria” e grupo da “minoria”. SPALDING, Walter. *Op.cit.*, 1982.

³⁸⁰ Mariano de Mattos foi Ministro da Guerra e Deputado Constituinte em 1842 e Deputado Provincial em 1835. Era natural do Rio de Janeiro mas chamado por todos como baiano, tendo lutado na Província da Bahia na processo de independência, em 1824. Foi contemporâneo de Caxias e de João Manoel de Lima e Silva na Real Academia Militar. BENTO, Claudio Moreira. *Op.cit.*, 1992. FONTOURA, Antonio Vicente da. *Op.cit.*, 1984.

República Rio-Grandense (nunca aprovado) e da questão de abolição da escravatura, contida no projeto e apresentado por Mariano de Mattos à Assembléia Constituinte disse em seu diário que se convencia cada vez mais que quando Mariano “votou na Assembléia geral pela liberdade geral dos escravos foi com o fim de tudo confundir, para, no início da consternação, roubar-nos mais amplamente e evadir-se para o país vizinho”.³⁸¹ Assim, introduzida a importância de se pensar e aproximar – quando as fontes nos permitem - a trajetória de alguns escravos na guerra de forma relacional a de homens proeminentes da sociedade rio-grandense dos oitocentos, passa-se novamente aos passos de Francisco - junto ao general Lima.

Parece que o encontro entre o General Lima e Francisco se deu em um combate, a partir do qual Francisco passou, sob seu comando, a acompanhá-lo. É o próprio Francisco que descreve esse encontro e o tom da batalha ocorrida:

Que conheceu o General Lima o qual tendo marchado com uma pequena força encontrara-se no lugar denominado = as Lavras = com outra partida comandada por Dom Fruto; e como a força de Lima fosse diminuta, fugira toda ficando no campo o dito Lima, o qual foi morto um Bonifácio de tal morador em São Francisco de Paula, também morto Bento Manuel, Capitão de lanceiros, Maximo, Francisco Carneiro Sarmento, Tenente de Lanceiros; e outros muitos que ele interrogado não os conheceu pelos seus nomes.

Este confronto, descrito pelo africano Francisco deixa claro a possibilidade posta pela guerra a todo o momento para aqueles envolvidos diretamente nela: a morte violenta e a fuga e/ou deserção. Embora não se saiba mais detalhes deste embate, parece que Francisco preferiu ficar e continuar a acompanhar o general.

Neste sentido, se a vida de soldado poderia ser um caminho dentre as múltiplas estratégias das quais lançavam mão, a permanência na guerra ao lado de alguns líderes poderia reforçá-las consideravelmente. Alimentar relações (mesmo que desiguais) poderia lhe conferir certos benefícios nos degraus alçados rumo a uma vida menos injusta. O entretimento de vínculos clientelísticos com líderes militares poderia ser uma das formas encontradas por escravos na busca de seus intentos, ao relacionarem seus planos aos destes chefes militares. Contar com proteção e boas relações era fundamental naquele mundo belicoso e instável.

João Manoel de Lima e Silva não só pertencia a uma família com longa tradição militar como possuía uma larga experiência em guerra, em diversas províncias do

³⁸¹ FONTOURA, Antonio Vicente da. *Op.cit.*, 1984, p.41.

nascente Império Brasileiro.³⁸² Em carta trocada com Domingos José de Almeida em fevereiro de 1837 - quando já havia deixado o comando do exército republicano - João Manoel deixa entrever este conhecimento, bem como se regozijava do sucesso no empreendimento de comandar negros libertos, de sua eficácia e importância para o exército:

No todo da redação de sua carta há um período que me encheu da maior ufanía e vem a ser terem os Libertos de infantaria salvado com seus esforços o decoro do Exército no dia 4 do passado; deixando de parte a gloria que me resulta deste feito por serem eles organizados por minhas ordens a apreço para convencer a alguém que os Soldados Libertos são os mais valentes sempre que tenham uma ríspida disciplina o que a prática me fez conhecer na guerra da Independência na Bahia, e em 1824 em Pernambuco: é conveniente como pensa elevar esse corpo ao maior número possível.³⁸³

O exército brasileiro e seus líderes militares nos partidos partilhavam da concepção de que escravos expropriados não deveriam ser retornados ao cativeiro, até por constituírem influência perigosa. Dentre a família Lima e Silva João Manoel não foi o único. Seu sobrinho, José Joaquim de Lima e Silva, o sucessor de Pierre Labatut no Exército Pacificador na Bahia em 1823, também apresentava posições semelhantes ao defender não só a incorporação de cativos nas fileiras do exército, mas também ao considerar que suas liberdades eram algo inerente a suas participações armadas.³⁸⁴ Disse ele, sobre a questão: “Nada me parece mais duro, que devolvê-los à escravidão”.³⁸⁵

Entretanto, embora estas ideias amplamente partilhadas no seio do exército não fizessem destes homens defensores de nenhuma espécie de abolicionismo, de condenação à propriedade privada ou ao sistema escravista como um todo, é possível que criassem certa simpatia sobre seus comandados e fossem interpretadas como uma postura que pudesse defender futuros direitos destes indivíduos. No que tange ao oficial João Manoel ele nos parece um dos representantes do “suposto legalismo” nas forças

³⁸² A Historiadora Adriana Barreto de Souza publicou recentemente um livro sobre o Duque de Caxias, onde traça um amplo quadro de sua trajetória, em uma perspectiva para além do monumento e da memória, inserindo-o em um universo de relações, entre elas, as familiares e militares. Neste sentido é que podemos perceber a longa tradição militar de seus ascendentes, entre eles, seu tio paterno João Manoel de Lima e Silva. SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias. O Homem por trás do Monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Sobre João Manoel de Lima e Silva ver ainda as correspondências constantes nos Anais do AHRs, vol.19, no prelo e WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *Op. cit.*, 1984.

³⁸³ Anais do AHRs, Coleção Varela, CV-8780, Vol. 19, no prelo.

³⁸⁴ Importante destacar que a substituição de Pierre Labatut por João Manoel de Lima e Silva deu-se em função da incompatibilidade entre o primeiro e os escravocratas baianos, que não aceitavam a ideia do mesmo de um recrutamento ostensivo de suas escravarias.

³⁸⁵ Citado por KRAAY, Hendrik. *Op.cit.*, 2002, p.116.

armadas, ideia apresentada por Hendrik Kraay de forma pertinente e já discutida neste trabalho no capítulo primeiro.³⁸⁶

Ideias como a de “não volver estes homens a escravidão”, com intuito de preencherem espaços importantes de um exército cotidianamente desfalcado, podiam certamente levar os escravos a interpretações diversas e difíceis de captar. O caso do escravo Hagapito, exposto anteriormente, serve para demonstrar que posturas como a de José Joaquim de Lima e Silva na Bahia poderiam ser alvo de interpretações particulares nos campos sulinos. O caso do crioulo Luis (natural da Bahia), escravo de João Moreira da Silva e fugido de Rio Grande também aponta neste sentido. João, descrito como “pardo, 36 anos, carpinteiro, estatura baixa, corpo delgado, pouca barba, cabelo enredado, pé pequeno e caminhar vagaroso”, estava “pelas bandas de Mostardas”, no extremo sul da Província sulina, “onde andava intitulado-se liberto por andar munido de uma baixa de soldado passada na Bahia no tempo da revolução”.³⁸⁷

O presidente da Província Elizário de Miranda e Brito, ao responder a solicitação sobre indenização ou devolução de um escravo que já servia há anos ao Exército Imperial disse o seguinte: “tendo este indivíduo prestado muitos bons serviços com as armas na mão à causa que defendemos e ora verificado a sua escravidão, parece, contudo, mui duro que volte ao cativeiro”.³⁸⁸ Palavras muito semelhantes àquelas proferidas por José Joaquim. É, neste mesmo sentido, do uso destes escravos em tropas do exército, que deve ser entendida a proposta de abolição apresentada por Mariano de Mattos durante a Constituinte de 1842, em Alegrete. O General Portinho, ligado ao grupo de Antonio Vicente da Fontoura (e cunhado dele, duplamente) e partidário naquele momento da negação de tal projeto, anos mais tarde, ao rever sua posição disse que se a abolição tivesse acontecido “teria dado à República um exército de mais de 6000 libertos”.³⁸⁹

Pensado sob este prisma, o comando do experiente General Lima e Silva adquiriria novas cores para os escravos/soldados que os acompanhavam, uma vez que além da experiência de comandar batalhões de escravos e libertos, poderiam enxergar neste comandante militar posturas mais próximas a seus projetos particulares. Por toda a América Hispânica, as guerras de Independência foram acompanhadas de programas de

³⁸⁶ KRAAY, Hendrik. *Op. cit.*, 1996, p. 07.

³⁸⁷ AHRS, Fundo Polícia, Maço nº 50.

³⁸⁸ Correspondência de 20/08/1838. Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 173, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

³⁸⁹ BENTO, Claudio Moreira. *Op.cit.*, 1992, p.149.

emancipações graduais; este foi o preço pago pelas elites do uso do braço escravo nas guerras.³⁹⁰ Neste sentido, os escravos brasileiros não passaram incólumes por estes conflitos. Mesmo que as demonstrações aqui ensejadas digam respeito a períodos posteriores, nos parece válida essa idéia, sobretudo para o período da Revolta Farroupilha e da concomitante conflito no Estado Oriental. A proximidade da Província do Rio Grande do Sul com os Estados platinos e a região fronteiriça que os interligava colocava estas questões de forma muito próxima. É a própria trajetória de Francisco que corrobora isso.

Francisco havia acompanhado o General João Manoel para Montevideú, de onde este escreveu uma carta ao amigo Domingos José de Almeida e onde se encontrava para cuidar da saúde, em virtude de um ferimento mal curado que havia adquirido em um dos tantos combates de que participou.³⁹¹ Transcorreram cerca de seis a sete meses em Montevideú. Ao se retirar de lá, o General Lima, sem dinheiro para manter e pagar as tropas dispensou todos os pretos, mandando-os cuidar de suas vidas, pois agora eram livres.³⁹² Concedeu a cada um de seus soldados “papéis” que carregaram consigo para atestar suas liberdades.

Já vivendo como homem livre, Francisco se alugou em uma estância pertencente a um francês, onde trabalhou por dois meses. Por esta época o guerreiro africano Francisco foi recrutado para o Exército de Oribe onde se conservou por um tempo.³⁹³ Em depoimento Francisco diz ter chegado a Montevideú depois do exército de Oribe ter

³⁹⁰ Os primeiros países hispano-americanos que aboliram a escravidão (a partir de 1810) não tinham suas economias ancoradas no trabalho escravo. Mesmo assim, alguns países usaram de “táticas de adiamento”, protelando a leis recém criadas, como forma de prolongar ao máximo a existência da escravidão. Ver: ANDREWS, George. *Op. cit.*, 2007, p. 95-96; Ver também BLACKBURN, Robin. *A queda do Escravismo Colonial. 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

³⁹¹ O General Lima foi ferido no combate de São Gonçalo (02/06/1836), tendo se retirado de do Comando interino do Exército em 07/12/1836, passando o mesmo ao Coronel Antonio de Souza Netto. Ver: BENTO, Claudio Moreira. *Op.cit.*, 1992.

³⁹² A reclamação do General Lima sobre a falta de armamento e dinheiro para manutenção das tropas era uma constante em suas correspondências para com seu “amigo do coração”, Domingos José de Almeida, Ministro da Fazenda da República. Ver: Anais do AHRs, Coleção Varela, CV-8780, Vol. 19, no prelo.

³⁹³ É possível que seu conhecimento do território uruguaio o tornasse um soldado importante e que sua luta ao lado de Oribe não fosse apenas fruto de uma imposição do recrutamento e sim um ato de barganha e negociação, já que soldados experientes eram raros à medida que a deserção era uma dura realidade que se apresentava nas contendas que envolviam os territórios fronteiriços. Além disso e não menos importante, não podemos esquecer o ofício campeiro de Francisco como um dado importantíssimo nessa barganha por nós sugerida. Esta constatação vem de encontro ao que propôs Luis Augusto Farinatti: “a construção de uma autoimagem dos cativos tendo por base seus ofícios, especialmente o de campeiro que era sumamente importante na realidade estudada, é um tema que pede urgentemente pesquisas mais específicas”. FARINATTI, Luis Augusto. *Op. cit.*, 2007, p.302.

sido destruído, onde provavelmente se feriu.³⁹⁴ Lá se recolheu ao Hospital por se achar doente, na “persuasão que de fato era livre”. Estas palavras de Francisco indicam que ele sabia da necessidade da condição de livre para circular sem embaraço algum entre regiões com percepções (e leis) distintas do sistema escravista.³⁹⁵ Enquanto o africano esteve se recuperando de suas moléstias no hospital da capital oriental, foi visitado diversas vezes por sua ex-senhora. Mais uma vez os caminhos de Maria Luiza e Francisco se cruzavam.

Levanto aqui a possibilidade que ela não tenha deixado de acompanhar, mesmo que de longe, a trajetória de Francisco, entre idas e vindas pelas fronteiras em guerra. Esta situação leva ao questionamento de que tipo de relação Francisco nutria com sua senhora, para esta visitá-lo diversas vezes no hospital, mesmo este já vivendo como homem livre e aparentemente não possuindo mais vínculos formais com a mesma. Que forte vínculo clientelístico (de gratidão, de favores, de apadrinhamento) os unia, a ponto de Francisco, quando preso na Corte Imperial, já homem liberto pela guerra, e carregando consigo seu “papel” de liberdade, dizer que se chamava “Francisco de Nação Cabinda, sessenta e tantos anos, solteiro, campeiro, morador em casa de sua senhora Dona Maria Luiza em Montevidéu e que é escravo”.³⁹⁶ Foi na companhia de Dona Maria Luiza que Francisco se retirou do hospital. Sua internação deve ter causado estranhamento e comentários chegaram aos ouvidos do Cônsul Brasileiro em Montevidéu, (conhecido por Braga), que mandou prender o africano como escravo de José Custódio. Assim, Francisco foi remetido para a Corte Imperial, no Rio de Janeiro. Era janeiro de 1839. Lá chegado, foi remetido para a casa de “um outro Braga, e não do mencionado cônsul”, o qual o mandou para a Casa de Correção onde prestou o depoimento que revela estas preciosas informações.

Quando Francisco foi interrogado pelo Juiz de Paz do 2º distrito de Santa Ana, Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Carnon, sob o calor tropical de fins de janeiro, foi revistado e com ele encontraram o “papel” que lhe garantia a liberdade. Em sua alforria, escrita a mão, constava o seguinte texto:

Vai tratar da sua vida o preto forro de nome Francisco [sic] pelo qual rogo as autoridades Republicanas não lhe ponham embaraço no seu trânsito sem justa

³⁹⁴ Ver o excelente estudo sobre os afro-descendentes no Uruguai de BORUCKI, CHAGAS, STALLA. *Op. cit.*, 2004.

³⁹⁵ Ver: GRINBERG; Keila; CAÉ, Rachel. *Escravidão, Fronteira e Relações Diplomáticas. Brasil-Uruguai, 1840-1860*. In: *Seminário Internacional “O século XIX e as novas fronteiras da escravidão e da liberdade”*, UNIRIO e USS, 10 a 14 de agosto de 2009; CARATTI, Jonatas. *Op. cit.*, 2009.

³⁹⁶ Será que Francisco julgava ser mais segura (e preferível naquele momento) sua vida de escravo, à inconstância da vida de liberto que levava? Grifos meus.

causa. Campo na Conceição 4 de junio [sic] de 1837. [a] Francisco Carnero Sarmiento 1º Ten.e d'Laçadores d'p.a L.a.

Neste momento, Francisco “dava a perceber que escondia alguma cousa”: foi encontrado junto com ele outro papel, escrito em espanhol, que foi apreendido. Tal papel era datado de junho de 1838, portanto, um ano depois da data constante na carta de liberdade. Era ao que parece, a baixa do exército oriental, isentando Francisco do serviço das armas:

El moreno Francisco de Braga queda exempto del servicio destas Armas por inutil; em consecuencia se le espide la presente, q. le servirá de suficiente resguardo. Montev.o_Jun.o_28, de 1838. [a] _(?). Media Filiacion. Estatura regular - caxa grande - nariz y boca grandes - Calvo - tiene una cicatriz en la frente al lado izquierdo.

Por que Francisco escondia este papel? Fica-se apenas nas especulações, mas é difícil não pensar nas lembranças que deve ter recordado aquele campeiro africano ao ter que entregar sua dispensa do exército, na condição de inútil. Após cinco anos de guerras na fronteira do Brasil Meridional, entre a Província de São Pedro e a Banda Oriental, o Africano de sessenta e tantos anos foi um sobrevivente. Tornou-se soldado já por volta dos 60 anos, lutou, adoeceu, recuperou-se, e depois de ter vivido bastante conseguiu sua alforria mediante o serviço militar. Pode-se dizer que as estratégias que empregou tiveram êxito à medida que alcançou a alforria, bem almejado por muitos, mas não disponível a todos. Outro fator que pode tê-lo levado a esconder o papel de liberdade diz respeito ao fato de que a baixa era do exército oriental, possivelmente do tempo em que lutou sob as ordens de Manuel Oribe. Desconhecendo (ou por conhecer) os imbricados conflitos políticos na região fronteira meridional do Império, Francisco optou por não mostrar aquele documento. Mas não foi o suficiente, já que foi descoberto, apesar de seu cuidado.

Uma questão importante sobressai destes pequenos fragmentos da vida de Francisco Cabinda. Qual foi o caráter da liberdade por ele alcançada? Será que, a liberdade proporcionada pela farda, como propôs Andrews, “era mais permanente e segura?”³⁹⁷ Não se sabe o destino de Francisco depois desta prisão. Tampouco se conseguiu reunir argumentos suficientes e mobilizar as relações necessárias para convencer as autoridades de que era homem forro pela guerra. Mas seus rastros serviram para dar feição à idéia de que, aos perseguir trajetórias de escravos na guerra é possível demonstrar as oportunidades abertas pelos tempos belicosos e a via de mão

³⁹⁷ ANDREWS, George. *Op.cit.*, 2007, p.91.

dupla que movia senhores e escravos, recrutadores e recrutados na empreitada da guerra. Pois, apesar das agruras dos campos de batalha “o que surpreende não é o fato dos escravos procurarem evitar o serviço militar, mas que tantos tenham concordado em fazê-lo”.³⁹⁸

3.4) *Compadrio em tempos belicosos*: o pardo velho e muito amigo, Martinho Zeferino da Cunha.

Entre a multiplicidade de experiências abertas aos cativos em tempos belicosos - para muitos deles estava posta a possibilidade de seguirem seus senhores, vinculando-se à guerra via as opções tomadas por àqueles com quem construíram alguma espécie de laço. Mesmo que através de inserções informais nos campos de batalha, muitos cativos estiveram lá, prestando auxílio e executando as tarefas destinadas a eles por seus senhores. A estes cativos cabia estabelecer laços suficientemente fortes para que ampliassem suas chances de algum tipo de ganho ou prestígio junto a estes senhores. Estes vínculos podiam estar mediados por inúmeras questões, e o compadrio foi uma delas. A história de Zeferino Martinho da Cunha e de seu senhor, Antonio Vicente da Fontoura apontam nesse sentido.

O encontro com Zeferino não teria acontecido não fosse um crime: o registro desse acontecimento através de um processo criminal e a morte do Comendador Antonio Vicente da Fontoura. Embora Zeferino já figurasse no Diário do Comendador, obra que já se conhecia, foi a partir da leitura do processo-crime que detalha o assassinato de Fontoura que se passa a perceber com outros olhos a presença insistente de Zeferino e a importância da história daquele pardo velho. A grande maioria das informações sobre dele procedem deste documento, precioso registro de um momento único, onde um assassinato expõe claramente as redes e grupos políticos existentes na vila de Cachoeira, interior da Província do Rio Grande do Sul. O crime ocorreu dentro da Igreja Matriz, em setembro de 1860, dia de eleição na paróquia.³⁹⁹

³⁹⁸ ANDREWS, George. *Op.cit.*, 2007, p.93.

³⁹⁹ A *algazarra* que resultou na morte de Fontoura teve como motivação a disputa eleitoral na paróquia de Cachoeira, entre Luzias e Saquaremas. Antonio Vicente era da parcialidade dos liberais, ou Luzias. RIGHI, Rosicler. *Esfaqueamento no Púlpito: O comércio e suas elites em Cachoeira do Sul na segunda metade do XIX (1845-1865)*. São Leopoldo: PPGH da UNISINOS, Dissertação de Mestrado, 2009. APERS, Processo-crime, Cachoeira do Sul, Maço 6, auto nº 3079. Sobre uma discussão mais ampla e as disputas políticas entre estes dois grupos, ver o importante trabalho de:

É, portanto, da vida de Zeferino Martinho da Cunha e das relações que ele gestou que aqui serão tratadas. Quando do primeiro contato com este personagem, no documento de 1860, Zeferino aparecia como negro liberto que vivia de suas agências e tinha 54 anos. Os anos de guerra no sul do Império foram fundamentais para Zeferino. O menino Zeferino havia nascido por volta do ano de 1806, na paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira. Esta paróquia foi levantada em dez de julho de 1779, por Dom José Joaquim Mascaranhas Castelo Branco, Bispo do Rio de Janeiro, sob o orago de São Nicolau de Cachoeira. Dois anos mais tarde, foi transferido para Nossa Senhora da Conceição. Em vinte quatro de maio de 1810 a paróquia foi elevada a Comarca eclesiástica, separando-se de Rio Pardo, por provisão de Dom José Caetano da Silva Coutinho, Bispo do Rio de Janeiro.⁴⁰⁰ A paróquia onde nascera Zeferino abrangia um território muito vasto, toda a fronteira do Rio Pardo, isto é, o território da margem direita do Rio Jacuí até o Rio Camaquã e a linha de demarcação dos limites do Tratado de Santo Ildefonso.⁴⁰¹ Tornou-se vila em 1819, permanecendo com os mesmos limites da paróquia e município no ano seguinte.⁴⁰² Não se sabe ao certo quando se deu o encontro de Zeferino com Antonio Vicente, nem se foi o próprio Comendador que lhe passou alforria, pois esta não foi localizada. Entretanto, sabe-se que Zeferino foi escravo, pois, há a informação de terem a ele se referido como um “pardo liberto”. Sabe-se também que suas vidas se cruzaram já antes da guerra civil na província sulina.

Antonio Vicente da Fontoura veio ao mundo no ano seguinte ao de Zeferino, a oito de janeiro de 1807. Nasceu no município de Rio Pardo, filho de Vicência Cândida da Fontoura e de Eusébio Antonio da Fontoura, agrimensor e relojoeiro português que veio para o Rio Grande do Sul na tentativa da coroa portuguesa de demarcar os territórios rio-grandenses.⁴⁰³ Conforme o próprio Antonio Vicente conta em seu diário, era filho de pais pobres que não podiam lhe dar as primeiras letras, tendo sido colocado

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: a Formação do Estado Imperial*. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

⁴⁰⁰ Estiveram nesta época, sob sua jurisdição as Capelas curadas de N. Sra. da Assunção de Caçapava (1800) e de Santa Maria da Boca do Monte (1812), São Gabriel do Vacacaí (1815), Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Alegrete (1820), Santana da Boa Vista (1824) e São Martinho (1832). <http://www.diocesenet.com.br/paroquias.htm>

⁴⁰¹ Noutras palavras, abrangia os Municípios de Cachoeira, Santa Maria, Caçapava do Sul, São Sepé, São Pedro do Sul, General Vargas, Jaguari, Cacequi, São Gabriel, Alegrete, Uruguaiana e Santana da Boa Vista. <http://www.diocesenet.com.br/paroquias.htm>

⁴⁰² Por Alvará de Dom João VI, de 26 de abril de 1819 a Aldeia de São Nicolau de Cachoeira foi elevada à categoria de Vila-Município, com os mesmos limites da Paróquia. Era o 5º município da Província, na ordem de criação. Foi instalado a 05 de agosto de 1820. A 15 de dezembro de 1859 a Vila de Cachoeira recebeu os foros de Cidade. <http://www.diocesenet.com.br/paroquias.htm>

⁴⁰³ RIGHI, Rosicler. *Op.cit.*, 2009, p.115.

numa das melhores casas de comércio da vila para aprender o “tráfico”.⁴⁰⁴ Assim, aos quinze anos estava trabalhando no comércio. Na década de 1820 muda-se para Cachoeira e lá se torna caixeiro. Aos vinte e um anos já tinha seu negócio próprio, todavia, a inexperiência o fez quebrar, ao emprestar dinheiro a um parente.⁴⁰⁵ Recuperado, impulsionado pelo crescimento pujante de Cachoeira, antes da guerra começar já estava novamente com uma casa comercial estabelecida, negociando os gêneros mais diversos como couros, gado, erva-mate, bestas, cabelos, etc.⁴⁰⁶ Segundo Righi:

Ingressar no ramo comercial exigia o cumprimento de certas etapas de aprendizado profissional: notemos que, ainda jovem, Fontoura aprendeu o funcionamento de uma casa de negócios e depois, como caixeiro, deve ter tomado conhecimento com as rotas mercantis da província. Estava, portanto, preparado para ingressar autonomamente no comércio. No ano de 1829, abriu sua primeira casa de negócios, ano que também se casou com Clarinda Francisca Porto, irmã do Brigadeiro Portinho e parente do General Bento Manoel Ribeiro.⁴⁰⁷

Os anos de 1830 principiaram com Antonio Vicente se tornando vereador em Cachoeira, “apesar das intrigas dos portugueses”.⁴⁰⁸ Em fins de 1831, foi nomeado procurador fiscal do município. Foi ainda eleitor de paróquia tendo sido novamente eleito vereador, chegando a Juiz de Paz do Município, cargo ao qual renunciou para se tornar Juiz Ordinário.⁴⁰⁹

Quando a guerra chegou, Antonio Vicente já era um homem de muito boa condição. Bem estabelecido na paróquia de Cachoeira e com sólidas relações. Tinha a esta época vinte e oito anos enquanto Zeferino em torno de vinte e nove anos. Como já referido, a amizade entre os dois existia “desde antes da Revolução”. É certo que no principiar da guerra Zeferino já estivesse ao lado de Antonio Vicente a acompanhá-lo. Aliás, sua companhia constante ao lado de Antonio Vicente foi um dos pontos ressaltados pelas testemunhas chamadas a prestarem informações no assassinato que vitimou o Comendador Fontoura em 1860. Ao se referirem a Zeferino Martinho, três testemunhas reafirmaram a constante presença dele ao lado de Antonio Vicente. O

⁴⁰⁴ FONTOURA, Antonio Vicente da. *Op.cit.*, 1984, p.17.

⁴⁰⁵ FONTOURA, Antonio Vicente da. *Op.cit.*, 1984, p.18.

⁴⁰⁶ Ainda segundo seu diário, sua casa comercial chegou a ser a primeira da vila de Cachoeira e no ano de 1835, era credor de 54 contos sendo que só devia 14 contos em Porto Alegre e três contos em Cachoeira. O fato de fazer questão de registrar os valores indica que considerava não só importante como parece querer frisar que estava mesmo recuperado economicamente àquela época. FONTOURA, Antonio Vicente da. *Op.cit.*, 1984, p.19.

⁴⁰⁷ RIGHI, Rosicler. *Op.cit.*, 2009, p.115-116.

⁴⁰⁸ FONTOURA, Antonio Vicente da. *Op.cit.*, 1984, p.19.

⁴⁰⁹ FONTOURA, Antonio Vicente da. *Op.cit.*, 1984, p.20.

Capitão João Antonio Campos, Teobaldo Vieira da Cunha Felisbino Inácio da Cruz, dizem o seguinte, respectivamente:

Que o acompanha em todas as suas viagens com especialidade para o lado da campanha ou fronteira (...) companheiro em todas as viagens quer quando Fontoura fez tanto nesta província como para fora da mesma.

Que todas as vezes que o senhor Fontoura faz viagem e que o senhor Zeferino esteja na terra o acompanha.

Que o tem acompanhado por vezes em suas viagens por ser este senhor Zeferino companheiro de sua fiança.

Se as palavras destes “homens de bem” forem levadas em conta, existia ali uma clara amizade e sólida relação de confiança, atestada nestes depoimentos. Além destas questões, a relação de compadrio era ponto publicizado pelo Comendador Fontoura e por Zeferino, que costumavam se tratar em público exteriorizando seus estreitos vínculos. Esta forma de tratamento servia a ambos os envolvidos, uma vez que ao externar estes laços o Comendador Fontoura demarcava ao seu lado um fiel companheiro, sempre pronto a lhe defender e retribuir os inúmeros favores de que Zeferino lhe era devedor.⁴¹⁰ Zeferino por sua vez, ao acompanhar o Comendador, mostrava àquela sociedade escravocrata as possibilidades, mas também os limites que a liberdade lhe impunha. Possibilidade, pois se mantendo como um leal amigo e estando ao seu lado, garantiu sua liberdade e proteção. Limites, pois colocava em foco a necessária dependência que unia homens desiguais no mundo sulino oitocentista.⁴¹¹

Se na guerra Antonio Vicente havia incrementado relações com um companheiro de “sua fiança”, foi nesta mesma que incrementou também as relações como comerciante e que lhe conferiu um grande prestígio entre os seus. Capitalizar a guerra a seu favor não foi exclusividade de Fontoura, tampouco de um grupo político apenas.⁴¹²

Segundo Righi:

Na república farroupilha, o comendador teve papel fundamental, ocupando cargos de Ministro da Fazenda (1842) e sendo eleito no mesmo ano Deputado da Assembléia Geral Constituinte, obtendo no primeiro Distrito de Piratini a terceira maior votação (221 votos), abaixo apenas do Vigário Apostólico (223) e de Francisco de Sá Brito (223). Essa participação ativa na Revolução Farroupilha

⁴¹⁰ Esta lealdade vai ser posta a prova por ocasião do assassinato de Fontoura em 1860 e mesmo posteriormente ao crime. Em 1863, Zeferino tenta vingar a morte de seu protetor. Série Justiça – Gabinete do Ministro IJ1585– Ofícios da Presidência da Província do RGS dirigidos ao Ministério dos Negócios e da Justiça – 1863. Ofício nº156, de 14/06/1863 e ofício nº 191, de 29/1863, Arquivo Nacional.

⁴¹¹ Esta dependência pode ser pensada sob várias óticas, e, portanto, embora necessária pode ter sido por vezes almejada enquanto estratégia pelos escravos e libertos daquela sociedade.

⁴¹² Farinatti já havia percebido isso para alguns chefes militares e estancieiros da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, em especial, através da figura de Bento Manuel Ribeiro. FARINATTI, Luis Augusto. *Op.cit.*, 2010.

lhe rendeu laços de amizade e prestígio que perdurariam até o final de sua vida. As correspondências trocadas com os ex-líderes farrapos Domingos José de Almeida e Manoel Lucas de Oliveira denotam o prestígio que havia adquirido.⁴¹³

O mesmo parece ocorrer com Zeferino, que fez da guerra um momento de estreitamento de laços já constituídos e solidificou lealdades para com o Comendador. Não se sabe se Zeferino teve uma inserção formal dentre o exército rebelde, mas ele esteve sempre por perto de Antonio Vicente, desempenhando funções importantes, estratégicas e de confiança. Uma das testemunhas anteriormente citada se refere a Martinho como íntimo amigo do comendador Antonio Vicente da Fontoura e que na guerra civil sempre foi seu camarada.⁴¹⁴ A referência a Martinho como camarada de Fontoura pode ter duas explicações: a testemunha podia estar se referindo ao alguém que o acompanhava informalmente, por alguém vinculo de lealdade ou gratidão; ou estava querendo dizer que Martinho era um soldado, pertencente à prática comum a muitos oficiais em dispor para si de empregado “particular”. Camaradas eram nesta acepção, servos que acompanhavam oficiais no Exército. Também podiam ser chamados de soldado particular e alguns recebiam alguma graduação, como sargentos.⁴¹⁵

Mas não há certeza em qual destas situações Martinho estava enquadrado na guerra; apenas se sabe que ele esteve sempre presente ao lado do comendador e a serviço do mesmo, acompanhando as tropas aonde quer que elas fossem. Sabe-se que o próprio Zeferino possuía um camarada. Isso faz supor que ele – caso estivesse integrado à estrutura do Exército Farroupilha – pudesse ser um oficial.

O camarada de Martinho é mencionado no diário de Antonio Vicente por três vezes, duas delas como “o camarada de Zeferino”.⁴¹⁶ Era chamado de “Acaba-de-Querer”. Desde que o primeiro contato com esta situação, o nome do possível camarada de Martinho soou intrigante. Contudo, foi no próprio diário que esta situação e o nome

⁴¹³ RIGHI, Rosicler. *Op.cit.*, 2009, p.118.

⁴¹⁴ Depoimento do Capitão João Antonio Campos. APERS, Processo-crime, Cachoeira do Sul, Maço 6, auto nº 3079.

⁴¹⁵ RIBEIRO, José Iran. *Op.cit.*, 2009. Camarada: Companheiro de quarto, colega, discípulo. Cada um dos indivíduos, que exercem a mesma profissão e particularmente a profissão militar. Soldado, que está impedido de no serviço particular de um oficial do exército. Nome que se dá em geral aos militares. Trabalhador em cultura de café, milho ou açúcar, no mato. LELLO UNIVERSAL. *Novo Dicionário-Enciclopédico Luso-Brasileiro*. Porto, Lello & Irmão, p. 432. Camarada: Vivenda, e conversação de pessoas no mesmo rancho, ou câmara, nos navios, e quartéis (...) de sua cevadeira, convivência, conversação, partido, facção. O homem arranchado com outro, no rancho, no quartel e que é de mesma companhia, regimento e hoje se chama assim qualquer soldado. SILVA, Antonio de Moraes...*Op.cit.*, 1813, p. 329.

⁴¹⁶ FONTOURA, Antonio Vicente. *Op.cit.*, 1984, p.68, 84.

do camarada de Zeferino parece se esclarecer. Na correspondência de 28 de maio de 1844, Fontoura dedica algumas linhas a ele, o “Acaba-de-Querer”. Por ocasião da passagem pelo acampamento do Coronel Teixeira Nunes, Antonio Vicente se pôs sobre a pena a divagar. Escreveu ele:

O Coronel Teixeira Nunes e o Acaba-de-Querer – esta madrugada, apesar do frio e da geada que havia passado a galope perto do nosso acampamento o coronel Teixeira. Estava o Acaba-de-Querer no seu fogão e querendo fazer um elogio ao coronel, que outrora foi seu comandante, descreveu, a meu ver com muita singeleza e exatidão, o caráter do seu ex-comandante, que por lhe achar algum sal e muita semelhança, aqui transcrevo com as mesmas frases que ouvi:

“ – É puxa, gruió! Esse qui se chamaro veredranderó gruió! Ro cavaro ere memo vai refrongrando não vê! Esse si, foi no, foi no Coimbra veia! Êsse que chama memo ro home afreventado! Gruio, no sente ro frio. Cara deve memo cu cavaro tudo é um memo; no sente ro frio. E puxa!”

Esta correspondência é esclarecedora de muitas coisas. Se havia a suspeita de que o “Acaba-de-Querer”, camarada de Zeferino fosse um africano, aqui estas suspeitas parecem se dissipar. Não só era africano, como era meio bossal. A tentativa de Antonio Vicente da Fontoura de tentar reproduzir o som que ouviu através da escrita possibilitou a certeza da africanidade dele. Suas palavras, pela leitura do documento (e pela tradução que Antonio Vicente fez, ao ouvi-las), parecem sair em algum dialeto africano, mas já permeada de expressões regionalizadas típicas do sul do Brasil e muito usadas naquele universo rural sulino do século XIX.

Expressões como “refrongando”, “gruió” e “e puxa”, que à primeira vista podem parecer sem sentido possuíam significados regionais. “Refrongando”, dizia respeito ao cavalo e pode significar o mesmo que “ressolhando” ou “ressolhar”, som característico emitido pelo cavalo quando respira com dificuldade, quando está cansado. Podia ainda ser entendido como “resfolegar”. Essas duas formas derivam do castelhano “ressolar”.⁴¹⁷ Já o elogio feito por Acaba-de-Querer ao coronel Teixeira está expresso na palavra “gruió”. “Gruio” é “grulho (a)” e significa “pessoa valente, guapa, resistente; temido por suas façanhas, valente, corajoso, destemido, audacioso, orgulhoso”.⁴¹⁸ E a expressão que Fontoura usa para finalizar o comentário feito por Acaba-de-Querer – “e puxa”, pode ser lida como uma das mais usuais expressões sulinas àquela época: “Cuê-pucha, cué-pucha, cué-puna, eh-pucha ou eh! Puxa”. Todas estas expressões e suas variadas formas de grafia exprimem admiração, entusiasmo ou espanto, na forma de

⁴¹⁷ Rressolhador: Diz-se do animal que tem dificuldade para respirar, emitindo um som característico pelas ventas; Rressolhar: Respirar com dificuldade (o animal) produzindo um som característico, resfolegar ruidosamente (do cast. plat. Rressolar). BOSLLE, Batista. *Op.cit.*, 2003, p.444.

⁴¹⁸ BOSLLE, Batista. *Op.cit.*, 2003, p.272.

uma interjeição. E também são originários do castelhano.⁴¹⁹ Seria hoje o equivalente a expressão “bah”, uma forma de contração da palavra barbaridade, usada para as mais variadas situações, também como interjeição.

Como dissemos no início desta especulação, o nome do camarada de Zeferino, - “Acaba-de-Querer” – foi intrigante desde o princípio, e duplamente. Primeiro porque parecia incomum o fato de Zeferino (não sabemos se já liberto nos anos da guerra) possuir ele também um camarada, assim como o era de Antonio Vicente. E em segundo lugar, porque literalmente o nome de seu camarada soava no mínimo, curioso. Entretanto, após as questões colocadas acima e algumas reflexões percebe-se que o nome deste africano podia estar grafado por Fontoura tal qual a forma que ele, através do som que escutava, compreendia ser o nome do camarada de Zeferino. Ora, se Acaba-de-Querer era um africano em processo de ladinização - como se tenta demonstrar acima, e Antonio Vicente havia feito referência clara a esta dificuldade dele em falar, ao transcrever aquilo que havia ouvido, é muito provável que “Acaba-de-Querer” fosse também uma interpretação fonética do nome africano do camarada de Zeferino.

O termo “Akaba”, significa “vodum do panteão da casa das Minas”; pode ainda, remeter ao rei entronizado em Abomé por volta de 1680.⁴²⁰ Já “querequerê” diz respeito a um orixá banto correspondente a nanã jeje-iorubá. Nanã por sua vez é uma variação de “nanã borocô ou “nanã borocu”, um

Orixá de origem jeje ou vodum, cultuado na mina, no camdomblé e na umbanda. Na África, é divindade cultuada na antiga Ioubalândia até a região dos tapas, além do rio Volta, na região de Guangs, e até o território de Axantis. Entre estes, *nana* é termo de deferência para pessoas idosas e respeitáveis.⁴²¹

Outra questão importante de ser destacada é relação expressa por Fontoura entre o “Acaba-de-Querer” e seu “ex-comandante Teixeira Nunes. Isso indica ainda que ele possa ter sido um dos escravos que compuseram os Corpos de Lanceiros Negros, já que o coronel Teixeira era comandante de um desses corpos. Mas porque “Acaba-de-Querer” não estava mais entre os Lanceiros? Em uma das correspondências em que é mencionado, é citado como “pobre velho soldado”. Mas essa designação não seria suficiente para tirá-lo da guerra, já que o exemplo de Francisco Cabinda, o africano campeiro que retratamos anteriormente, demonstra que escravos velhos eram também requeridos para a guerra. A força física podia por vezes falhar, mas a experiência

⁴¹⁹ BOSLLE, Batista. *Op.cit.*, 2003, p.176, 204; NUNES, Zeno Cardoso. *Op.cit.*, 1996, p. 136, 155.

⁴²⁰ LOPES, Nei. *Op.cit.*, 2004, p.44.

⁴²¹ LOPES, Nei. *Op.cit.*, 2004, p.466, 548.

daquele campeiro de mais de 50 anos parecia ser importante para as tropas. Na última correspondência de Antonio Vicente em que “Acaba-de-Querer” aparece, surge também o motivo pelo qual não fazia mais parte das tropas e estava servindo como camarada de Zeferino: ele estava inválido. Quando Fontoura o chama de “pobre inválido” também atesta novamente sua estrangeirice ao dizer que Acaba-de-Querer havia elogiado Teixeira Nunes em “sua meia-língua”. Meia-língua significa uma linguagem confusa, pouco inteligível, particularmente de criança ou de estrangeiro que não domina um determinado idioma. O que pode ser lido como o atestado de que Acaba-de-Querer era realmente um africano.

Embora a referência ao nome dele tenha uma dose considerável de especulação, não achamos impropriedade nem absurdo, já que os indícios quando lidos em seu conjunto parecem apontar para o fato de que o camarada de Zeferino, Acaba-de-Querer pudesse ser um africano, ter sido lanceiro, lutado na guerra sob o comando de Teixeira Nunes, ficado inválido, tornado-se camarada de outro negro e ser respeitado entre os seus como um “velho soldado”. Antonio Vicente, da mesma forma que estimava muito a Zeferino, tinha Acaba-de-Querer entre aqueles que estavam sempre com ele, entre seu “séquito”. É esta a expressão que ele utiliza ao descrever (em uma dos seus desenhos feitos no acampamento) àqueles que estavam no seu grupo; entre eles, o Acaba-de-Querer.⁴²² Por certo que a expressão “séquito” denota a existência de certa hierarquia, no entanto isso não impedia que entre eles houvessem graus variáveis de amizade, lealdade e respeito. Mas se houvesse uma escala de graus de amizade e estima de Antonio Vicente pelas gentes de seu séquito por certo que Zeferino Martinho estava posições acima do Acaba-de-Querer.

No diário de Antonio Vicente da Fontoura há inúmeras referências a seu “pardo velho e muito amigo” Zeferino. Se tomarmos estas cartas como uma produção do que a historiografia tem chamado de “escritas de si” podemos perceber que o diário:⁴²³

⁴²² Antonio Vicente descreve a barraca dele como “a última (...) que está à direita, toda cheia de remendos e um tanto suja, é do Acaba-de-Querer, camarada do Zeferino. Eis aqui o séquito entre o qual passo dias e dias sem ver mais que os meus livros e os meus papéis”. FONTOURA, Antonio Vicente da. *Op.cit.*, 1984, p.84.

⁴²³ HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo. Uma reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Muller. *Estudos Históricas*. Vol. 10, nº 19, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 1997; RIBEIRO, Renato Janine. *Op.cit.*, 1998; FRAIZ, Priscila. A Dimensão Autobiográfica dos Arquivos Pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, Vol. 11, n. 21, 1998; GOMES, Angela Maria de Castro. *Op.cit.*, 2004. As cartas constantes neste diário são datadas de princípios de janeiro de 1844 a fins de março de 1845. O diário foi publicado primeiramente em 1934 pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e posteriormente transformado em livro. FONTOURA, Antonio Vicente da. *Op.cit.*, 1984.

Se inclui no que Renato J. Ribeiro chamou de “coleção de si”, ou seja, uma forma de “guardar a melhor recordação de si mesmo”. Para Ribeiro, o diário é um produto literário típico do século XIX, caracterizado pela ascensão do individualismo e pela proliferação de “narrativas autobiográficas” – romances históricos, diários íntimos, coleções e arquivos particulares. Estes documentos devem ser considerados construções autobiográficas “em que a presença do eu é simultaneamente testemunhal e autoral.”

Ou seja, quando Antonio Vicente da Fontoura relatou sua participação na guerra, descrevendo-a através de seu diário, não estava apenas dando um testemunho do que vivera e presenciara, mas selecionando fragmentos e elaborando uma versão pessoal do acontecido. Estes escritos às vezes são produtos de encruzilhadas na vida de seus autores. Momentos importantes ou traumáticos em que eles sentem necessidade, não só de colocar em ordem (principalmente para si) o turbilhão em que se encontram, como também gerar uma representação sobre o ocorrido que influenciará na posteridade a imagem de se fará de seu autor (e de sua família).⁴²⁴

Embora estes autores testemunhais não tivessem controle da maneira com que suas memórias seriam apropriadas e entendidas na posteridade ainda assim escreviam para registrar uma imagem de si, daqueles que lhe eram caros e mesmo de seus inimigos.⁴²⁵ E o Comendador Fontoura, ao escrever, por diversas vezes se referiu a seu leal amigo, o pardo velho Zeferino. Aliás, não somente a ele, mas a outros seus compadres, demarcando suas relações.⁴²⁶ Zeferino é citado nominalmente vinte e uma vezes ao longo do Diário, num montante de trezentos e nove correspondências; isto é, não se passava mais que quatorze dias e lá estava Zeferino figurando em alguma correspondência de Antonio Vicente para sua esposa Clarinda. Zeferino inclusive sabia ler e escrever tendo ele também trocado correspondência com Fontoura.⁴²⁷

A dois de janeiro de 1844, na segunda correspondência do diário, Fontoura diz a Clarinda que estava no acampamento “apartado de todos os parentes e amigos, porque saíram em diferentes destinos”. Disse ele:

⁴²⁴ RIGHI, Rosicler. *Op.cit.*, 2009, p. 38-39.

⁴²⁵ Isso fica nítido ao se referir a Bento Gonçalves da Silva, Mariano de Mattos, Domingos José de Almeida e José Vasconcellos de Gomes Jardim, a quem Fontoura não poupou críticas no seu “Diário”. FONTOURA, Antonio Vicente da. *Op.cit.*, 1984.

⁴²⁶ Entre estes, estavam dois cunhados, irmãos de sua esposa Clarinda, Delfino Gomes Porto e José Gomes Portinho, este, seu cunhado duplamente, já que Antonio Vicente era casado com sua irmã e Portinho com a irmã de Fontoura. Constava ainda, Frutuoso da Fontoura e Felisberto Ourique. Este um dos mandantes de assassinato do Comendador Fontoura 15 anos mais tarde.

⁴²⁷ “Também recebi uma carta de Zeferino (...), em que ele me diz que o compadre Frutuoso ficou doente na nossa invernada e por certo que bastante cuidado me tem dado, pois o lugar nada tem de seguro”. Correspondência de 26 de maio de 1844. FONTOURA, Antonio Vicente da. *Op.cit.*, 1984, p.85.

O compadre Felisberto deixou Jacinto, porém saiu em serviço, o mesmo teu irmão Juca, o compadre Frutuoso e Carvalho, mas esta ausência não era de muitos dias. O Zeferino também foi, com esperanças de ver a mulher, e quanto mais estimo a este de tarde, por ver amizade que consagra à mulher.

Assim, localizado entre parentes e amigos estava Zeferino, pessoa cada vez mais estimada por Fontoura. Podia-se aqui referir todas as vezes que Martinho aparece pela letra de Fontoura para demonstrar que não há exagero na relação existente entre o pardo Zeferino e o Comendador Fontoura. Martinho aparece sempre no rol de relações de compadrio de Fontoura. Situação que vai se concretizar formalmente após a guerra, mas que na prática estava sendo gestada naqueles duros anos de guerra. Do que se tece uma relação de compadrio? São vários os elementos que podem ser destacados, mas um deles era a amizade, embora e nem sempre, fosse o mais importante.

O momento de descobertas de informações sobre um objeto de pesquisa (mesmo que de pequenos indícios) é sempre um momento de celebração. A ansiedade por informações sobre as vidas (e mortes) dos objetos de pesquisas é frequente. Em se tratando de grupos subalternos, já é praxe dos historiadores o uso de fontes repressivas para o acesso às trajetórias destes indivíduos. Assim sendo, muitas vezes o pesquisar é movido por sentimentos quase mórbidos, quando se deseja que ocorram brigas, prisões, disputas judiciais e mesmo mortes (e que, se possível, venham acompanhadas de detalhes devidamente registrados) para que deles se possa utilizar para a reconstituição das experiências destes indivíduos em um tempo e espaço artificialmente criados para fins metodológicos. A difícil tarefa de guardar distância do objeto foi posta à prova quando foi lida a seguinte correspondência do “Diário” de Fontoura, datada de 15 de setembro de 1844, abaixo exposta. Dizia a carta:

Eu, o compadre Delfino e Frutuoso, o Rodrigues e as comadres pouco que soubemos que o Zeferino está viúvo. Ele está aqui também e ainda não sabe! Conversa com alegria e fala ainda a miúdo⁴²⁸ da sua velha. Coitado! Não sei se trazê-lo enganado é compaixão! Parece-me mais uma espécie de perfídia. Contudo, eu não me atrevo a dizer-lhe nada.⁴²⁹

Porém, se ao historiador algumas informações são impactantes a ponto de questionar uma pretensa objetividade e racionalidade necessária às pesquisas acadêmicas, a ele cabe também ser capaz de perceber o impacto que certas informações podem causar. O que quero dizer é que quando soube através da correspondência de Antonio Vicente que Zeferino havia ficado viúvo uma determinada impressão nos

⁴²⁸ Amiúde: Repetidas vezes, frequentemente, a miúdo. Capturado em <http://www.dicio.com.br/amiude/>

⁴²⁹ FONTOURA, Antonio Vicente da. *Op.cit.*, 1984, p.106.

acompanhou: a do verdadeiro pesar de Fontoura para com o ocorrido. E que, esta impressão, à medida que se foi paralelamente tecendo a trajetória da vida de Zeferino e Antonio Vicente da Fontoura não se desfez.⁴³⁰ Pelo contrário, era reiterada constantemente. Este entrelaçamento de trajetórias foi uma escolha metodológica - mas também colocada pela forma como se foi apresentando na documentação.

A dúvida em que Fontoura se coloca da difícil situação de contar (ou não) a Zeferino o que havia acontecido e de como proceder é realmente angustiante. Ao escrever para dona Clarinda, Fontoura se punha a refletir sobre a situação: não contar lhe parecia uma enganação; sentia-se agindo com falsidade, sendo infiel, atraíndo Zeferino. Mas lhe faltava coragem. A carta se encerra com a sensação, para o pesquisador, de que realmente aquela situação lhe pusera em suspenso, sem saber como agir. Parecia a Antonio Vicente algo que conferia grande importância, situação que merecia um pouco mais de reflexão da sua parte, para depois decidir o que fazer e/ou dizer (e como fazer). A angústia que acometeu Fontoura se justificava pela proximidade dele com Zeferino e pela importância que dava ao mesmo. Participar uma perda em meio a uma sangrenta guerra era mais difícil quando existiam laços e sentimentos envolvidos na relação. Ainda que em meio a uma guerra onde este tipo de situação se colocava a todo instante e tristes notícias chegavam a toda hora.

Mas o diário de Fontoura guardava ainda outros momentos onde Zeferino pode ser mais bem conhecido e que deram a dimensão da importância da sua relação com Antonio Vicente e das reciprocidades existentes entre ambos.⁴³¹ Em princípios de novembro de 1844 havia ficado decidido que Fontoura seria o emissário dos rebeldes à Corte para negociar o Tratado de Paz. Os dois exércitos estavam exauridos e um acordo naquele momento surgia como a melhor opção. Sua partida estava marcada para dia 14 de novembro, como contou em carta do dia anterior. Todavia, o combate de Porongos, ocorrido neste dia, alterou os planos de Fontoura e de sua comitiva. Efetivamente somente conseguiram sair da província em princípios de dezembro. Sua comitiva era composta pelo coronel Marques de Souza, pelo capitão Carlos, irmão do Barão de Caxias e por seu camarada Zeferino Martinho da Cunha. Em oito de dezembro de 1844

⁴³⁰ A organização de uma trajetória de vida pode se dar de diferentes formas e normalmente implica em um exercício metodológico, mas também é por vezes guiada pela forma como elas vão se apresentando ao historiador, através da documentação pesquisada.

⁴³¹ Pensamos aqui esta relação como uma via de mão dupla, na forma de reciprocidades. Reciprocidade entendida como “um sistema de trocas por meio do qual se mantém laços de solidariedade social, ou seja, através de um sistema de negação/doação pessoal gera-se também um ganho pessoal”. COSTA, Ana Paula. Negociações e Reciprocidades. Interações entre Potentados Locais e seus escravos armados nas Minas Gerais na primeira metade do séc. XVIII. *Almanack Braziliense* (Online), v. 8, p. 57-70, 2008.

estavam passando por Desterro, na província de Santa Catarina. Ao comentar a viagem, disse Fontoura: “Apesar de que não tivemos vento à popa, todavia não foi tão contrário que deixássemos de ter uma boa viagem. Eu não enjoiei, porém, o pobre Zeferino enjoou tanto que tem lançado por vezes”.⁴³² Embora acostumado a acompanhar Fontoura em todas as suas viagens, é possível que esta fosse a primeira viagem de navio que Zeferino fazia. Viajavam no vapor “O Fluminense”, cujo comandante “é o Cunha, filho do Marquês de Inhambupe, e que outrora foi nosso prisioneiro de guerra em Caí. É moço polido a quem estou agradecido pelo bom tratamento que me tem dado”.⁴³³

A estada na Corte foi breve o suficiente para os acertos necessários ao Acordo de Paz. Saíram efetivamente a cinco de dezembro e chegaram à Corte uma semana depois, a doze de dezembro. Uma semana foi o suficiente para Fontoura e sua comitiva resolverem os assuntos que na Corte foram tratar e a 19 do mesmo mês já estavam embarcados prontos para a volta à Província de São Pedro. Traziam em seus baús as instruções e o Decreto de Paz.⁴³⁴ A viagem de volta, ao que supunha Fontoura, demoraria um pouco mais. Antes da partida, na véspera do embarque, ele registra em seu diário que haviam de mudar para um barco menor e menos potente:

Amanhã devemos embarcar no vapor Paranapitanga, de força de 60 cavalos, visto que o Gambá embirrou em não querer que voltemos no vapor em que viemos e que é da força de 120 cavalos, de muitos melhores cômodos e de mais segurança para atravessar o oceano, pois no Paranapitanga, com qualquer vento teremos de arribar, tornando mais longa a viagem que se quer fazer com rapidez.⁴³⁵

Gambá, o motivo da troca de um barco maior e mais confortável por outro menor, “de maus cômodos” e no qual teriam que “arribar com qualquer vento” era Martinho Zeferino da Cunha. Porque Fontoura o chamara assim?⁴³⁶ Teria Zeferino se dedicado à bebida após a viuvez, a ponto de ganhar tal alcunha? Não há uma resposta

⁴³² FONTOURA, Antonio Vicente da. *Op.cit.*, 1984, p.150.

⁴³³ Correspondência de 28 de novembro de 1844: Fontoura conta que haviam saído de Pelotas às sete da manhã a bordo do Vapor “O Fluminense”, mas estavam parados por falta de água. Descreve ainda o estado do barco: “Por toda a parte vejo o gênio brasileiro, afanoso imitando tudo quanto é estrangeiro. Tão extravagante mania, é a meu ver, um forte motivo de estacionárias se conversarem entre nós as artes e ciências. Só o comandante e tripulação são nacionais. Quanto ao mais, tudo é estrangeiro, tudo, e até o modo por que se guisa a comida! Todavia me ia esquecendo de dizer que os arranjos da arte marítima, das manobras, etc, etc., não são estrangeiros, porque me parecem inda mui longe daquele estado de perfeição da marinha inglesa” FONTOURA, Antonio Vicente da. *Op.cit.*, 1984, p.146-147.

⁴³⁴ A 10 de dezembro passavam por Santos, litoral da Província de São Paulo e a 12 de dezembro aportavam na Corte Correspondência de 18 de dezembro de 1844: Diz que finalmente estão prontas as instruções e decreto de paz autorizando o Barão de Caxias. “Contém as instruções, o seguinte: Reconhecimento de postos (exceto dos generais), pagamento de dívida, liberdade dos escravos, etc, etc. e para tudo isso obter, quanto não foi preciso sofrer” FONTOURA, Antonio Vicente da. *Op.cit.*, 1984, p.154.

⁴³⁵ Correspondência de 18 de dezembro de 1844. FONTOURA, Antonio Vicente da. *Op.cit.*, 1984, p.155.

⁴³⁶ Arribar aqui está empregado no sentido de parar, fazer parada.

para isso. Mas sabe-se que durante a viagem para a Corte, o pardo Zeferino havia enjoado algumas vezes, razão pelo qual “embirrou” em não querer voltar no mesmo vapor.⁴³⁷ Ora, se Zeferino fosse alguém sem importância para Fontoura, ele se preocuparia em trocar de barco porque o dito havia “embirrado” em não querer voltar naquele barco que os levara à Corte? Fontoura e sua comitiva mudaram de barco, mesmo sob o risco de o retorno demorar mais que o esperado, e mesmo sabendo que isso podia atrasar uma importante missão que lhe fora destinada e que definiria os rumos da guerra na província sulina, já que levava consigo as resoluções do Acordo de Paz. No entanto, e para sorte dos rumos da guerra, as resoluções do Acordo de Paz chegaram ao sul no mesmo tempo que havia durado a viagem de ida à Corte: uma semana.⁴³⁸

O ano de 1845 se iniciava com as tratativas de paz em curso. E mais uma vez, Zeferino estava presente de forma significativa nestes arranjos. Zeferino foi o escolhido por Fontoura para acompanhar um oficial imperial que levava comunicações do Barão de Caxias até David Canabarro. Mandava ainda dizer a Canabarro que voltasse “a ocupar o terreno que fica desta capela ao Poncho Verde, no Cunha, durante o tempo necessário para a conclusão do negócio”. Ou seja, enquanto os destinos da guerra eram decididos, encaminhados e discutidos pelos “cabeças” do movimento, os rebeldes não deveriam descuidar das tropas, mantendo-as em alerta.⁴³⁹ Dez dias se passaram e Zeferino estava de volta, com a resposta de David Canabarro. No início de fevereiro novamente Zeferino é citado – e pela última vez no diário - cinco correspondências antes dele se encerrar. A quatro de fevereiro de 1845 Fontoura comenta sobre alguns correligionários que estavam favoráveis ao término da guerra, como “Guedes e Canabarro” bem como alguns malvados de Santana do Livramento que andavam a espalhar “cartas apócrifas aconselhando a continuação da guerra”, tendo inclusive uma sido endereçada a ele e supostamente escrita por “Guedes”. Ainda na mesma carta, dizia que “o Delfino está para chegar em Bagé e o Barão prometeu-me de mandá-lo logo. Sem embargo, amanhã faço voltar o Zeferino para vir com ele”.⁴⁴⁰ Mais uma vez, lá estava Zeferino, desta feita indo buscar o compadre e cunhado de Fontoura, que havia

⁴³⁷ Birra: teima, obstinação. Amuo, arrufo. Berrar: fazer birra, mostrar-se birrento, teimar com impertinência. HOLLANDA, Aurélio Buarque de. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1988, p.96.

⁴³⁸ Embarcaram em 19 de dezembro, saíram a 20 e chegaram no sul, entrando pela barra de São José do Norte em 27 de dezembro de 1844.

⁴³⁹ Correspondência de 16 de janeiro de 1845. FONTOURA, Antonio Vicente da. *Op.cit.*, 1984, p.158.

⁴⁴⁰ Correspondência de 16 de janeiro de 1845. FONTOURA, Antonio Vicente da. *Op.cit.*, 1984, p.161.

sido preso, “não por questões políticas, mas por uma dívida de jogo”, como fez questão de deixar registrado na correspondência do dia 26 de janeiro de 1845.⁴⁴¹ O que estas solicitações de Fontoura a Zeferino demonstram é que havia ali imbuída uma confiança conquistada aos poucos e de forma mútua. Demonstra também que Zeferino era um homem que devia conhecer bem os caminhos – tanto físicos quanto simbólicos – das negociações políticas empreendidas na guerra, pois estava sempre levando e trazendo informações preciosas a mando de ninguém menos que Antonio Vicente da Fontoura, um dos líderes da guerra por parte do grupo rebelado. A atuação de Zeferino no dia do assassinato de seu compadre Antonio Vicente (e mesmo depois da sua morte) só faz reforçar a ideia de que a relação tecida entre ele e Fontoura, “desde antes da revolução”, teve seus laços solidificados pela guerra, confirmados na morte do Comendador e reafirmados após ela.

Em dois de dezembro de 1844, o editor do Diário de Antonio Vicente da Fontoura faz uma apreciação sobre a pessoa de Zeferino através de um acontecimento que teria se dado durante a viagem à Corte:

Zeferino Martinho da Cunha acompanhou Fontoura ao Rio. Homem de grande bom senso e muito e muito atilado era, no entanto, de nenhum conhecimento e trato rude. Estavam uma noite, em um teatro do Rio, ele e Fontoura. Enquanto este conversava, um pouco retirado, alguns jornalistas e militares, interessados em saber notícias exatas dos republicanos, suas forças, recursos, posição, etc, apertaram com perguntas sobre perguntas a Zeferino, que lhes respondia o melhor que podia. Afinal, muito instado, não tendo como desenredar-se de algumas contradições, disse muito seriamente, em voz alta, olhando para o lustre do centro: *Cué pucha!* Que lampeão grande! Foi o sinal da debandada geral. Dias depois os jornais atribuíram o dito a Fontoura.⁴⁴²

Essa apreciação sobre Zeferino tem visível caráter anedótico, porém, mais que enxergar nela algo engraçado ou mesmo um caso, percebe-se a expressão do estranhamento de que foi impactado Zeferino, causado pela distância entre o mundo em habitava e àquele que estava vivenciando na Corte Imperial.⁴⁴³ Entre a paróquia e a corte havia diferenças enormes, sendo tal situação ilustrativa de que ele não estava de posse dos códigos culturais daquele universo urbano e cortesão. No entanto, discordamos radicalmente quando Zeferino é descrito como homem de “nenhum conhecimento e trato rude”, pois o que o editor viu como rudeza e ignorância pode ser

⁴⁴¹ Correspondência de 26 de janeiro de 1845. FONTOURA, Antonio Vicente da. *Op.cit.*, 1984, p.160.

⁴⁴² Informação de Bento Porto da Fontoura, filho de Antonio Vicente, nota do editor, FONTOURA, Antonio Vicente da. *Op.cit.*, 1984, p.148.

⁴⁴³ Causo: caso, conto, acontecimento, história, narrativa. Os causos geralmente são de tropeadas, caçadas, pescarias, lidas de campo, amores, aventuras, entreveros. São contados nos galpões das estâncias gauchas, à beira do fogo de chão. BOSLLE, Batista. *Op.cit.*, 2003, p.133.

lido como uma expressão da vivências e referências que Zeferino possuía como homem sulino, nascido e criado no interior da província sulina e moldado por uma vida rural e de guerras. Mas Zeferino aparece também descrito como um homem desenvolto, atilado, capaz de fornecer informações “a jornalistas e militares”.⁴⁴⁴ Por certo que Zeferino “respondia o melhor que podia” e se não dominava os códigos cortesãos, os daquele mundo sulino que habitava - político, belicoso e fronteiriço – ele conhecia e manejava como poucos.

Os acontecimentos que se seguem, no momento da morte do Comendador Fontoura e posterior a ela justificam plenamente a relação construída naqueles anos. Esta contenda se deu em oito de setembro de 1860, em uma acalorada tarde de eleições na paróquia municipal de Cachoeira e resultou, não apenas na morte, alguns dias depois, do Comendador Fontoura, como também em um momento único de desvelamento dos grupos políticos rivais e das tensões existentes por ocasião de intrincadas disputas políticas locais. Tais disputas eram parte de uma imbricada rede de relações forjadas ao longo de tempos e que acabaram por vir à tona em virtude do assassinato do líder Farroupilha.

Zeferino teve uma participação efetiva na algazarra daquela tarde sangrenta, onde seu “cumpadre e amigo” saiu lastimado. Segundo suas próprias palavras (e de muitas das testemunhas) Zeferino tentou, em meio à confusão, proteger seus amigos de parcialidade política, tendo conseguido desarmar um dos réus (Vicente Fernandes da Siqueira) que estava a distribuir bengaladas. A intervenção de Zeferino sobre o réu e sua bengala vermelha parece ter sido providencial para evitar um número maior de feridos. Ao ser desarmado, Vicente da Siqueira saiu correndo “ao quarto do preto Ezequiel” onde fora buscar uma arma. Ao voltar, quis atirar, o que foi impedido novamente por Zeferino Martinho, que teve que lutar com o agressor, até conseguir que o mesmo entregasse a arma a Candido Ilha, recém-chegado à Igreja.

O empenho e valentia de Zeferino ao tentar “acalmar os ânimos e defender os seus” foi um ato de proteção para com seu compadre Antonio Vicente, naquele momento caído ao chão e banhado em sangue. A relação deste pardo com o líder político dos farrapos estava ancorada em elementos materiais e imateriais, baseado em uma cumplicidade recíproca, mesmo que em muitos momentos tivesse sido conformada de forma vertical. E remontava à no mínimo vinte e cinco anos, segundo a referência de

⁴⁴⁴ Atilado: escrupuloso, correto, prudente, ajuizado, sagaz, esperto. Pode ser ainda, elegante e apurado. HOLLANDA, Aurélio Buarque de. *Op.cit.*, 1988, p.70.

um dos réus, que, na tentativa de desqualificar as palavras de Zeferino, revela a estreiteza da relação: que Zeferino era “compadre, amigo e protegido do Comendador Fontoura desde antes da Revolução”.

Zeferino, em seu depoimento sobre o crime, parecia conhecer muito bem as posturas políticas em jogo, bem como os respectivos defensores das mesmas, e estava completamente interado do jogo eleitoral. Igualmente, deu informações das relações de amizade e compadrio de Antonio Vicente, atestando conhecimento das posições atuais que entretinha como os réus:

Que a voz pública diz que eles foram mandados pelo Coronel Hilário, Felizberto de Carvalho Ourique e Dr Jose Pereira da Silva Goulart, sendo certo que estes são mais inimigos do que amigos do comendador Fontoura e sendo o segundo e o terceiro compadres deste de quem entretanto se ausentaram e não se falam. Que diziam as pessoas desse partido que haviam de vencer a eleição a todo o custo, e tanto que no primeiro dia da eleição estando ele testemunha na porta da Igreja chegando Felisberto Ourique ainda disse: ‘conforme tocarem assim hei de dançar. (...) Que sabe que esses homens do partido dos réus presentes consideravam perdida a eleição a vista das cédulas recebidas e da pouca gente ao seu lado que estava para votar.

Foi por ocasião destas informações dadas por Zeferino que o réu Vicente da Siqueira o contestou dizendo ser Zeferino compadre, amigo e protegido do Comendador. Tentava como estratégia de se defender, atacar e desacreditar as palavras de um preto velho dependente e devedor da vítima. Outras informações que enredavam e determinavam a composição dos bandos familiares e políticos envolvidos no crime foram conferidas pelo delegado de polícia (na tentativa de mapear os assassinos e suas motivações) e, a suposta relação do liberto Zeferino com a vítima não passou em vão. Na tentativa de elucidar um crime que envolvia pessoas “distintas” da sociedade cachoeirense, várias correspondências com o intuito de validar informações dadas nos depoimentos.⁴⁴⁵ Embora o crime aparentemente pudesse ser mais um dos muitos que

⁴⁴⁵ “A ocupação do território cachoeirense foi fruto de um processo iniciado na segunda metade do século XVIII, dentro de uma política da coroa portuguesa de ampliação e manutenção de territórios. A questão fronteira sulina fez com que fosse implementado políticas específicas para a capitania, elaborando um tratado que visasse à conformação do espaço, como o Tratado de Madri. Assim, o povoamento de Cachoeira deu-se em função dessas tentativas de demarcação e estabelecimento definitivo no território. Uma vila surgida como produto de estratégias luso-americanas, onde conviviam elementos étnicos diferentes: portugueses, africanos e indígenas. Aos poucos teve um incremento populacional e tornou-se um município que se destacou na região central da Província. Com uma economia principalmente voltada para a produção pecuária, inseriu-se nas características da Província do Rio Grande do Sul, de economia subsidiária e escravista, que tinha no charque seu principal produto de exportação. Criar animais para as charqueadas tornou-se uma das opções de investimento, pois havia uma demanda pelos produtos originários da pecuária. A demanda não se restringia à carne seca, outros produtos encontravam espaço no mercado, como couros, cabelos, graxa, entre outros. A importância da Vila de Cachoeira nos meados dos oitocentos está ligada a sua localização geográfica estratégica, com a presença da bacia hidrográfica do

deviam ocorrer por ocasiões eleitorais, sua repercussão extrapolou caráter local, tendo o envolvimento direto e interessado do Chefe de Polícia e do Presidente da Província - o que atestava a importância atribuída do “esfaqueamento no púlpito”.

Ao vigário da vara foram pedidas informações sobre possíveis vínculos em registros paroquiais, e sua resposta foi a seguinte:

Certifico que revendo os livros de batismo existentes em meu cartório a folha 208 do livro quinto se acha o registro seguinte: Idalina. Aos 27 de dezembro de 1846 nesta paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira batizei solenemente a Idalina, filha legítima de Zeferino Martinho da Cunha e de Maria de Salles, ambos naturais desta freguesia, foram padrinhos Antonio Vicente da Fontoura e dona Clarinda Francisca da Fontoura.

O compadrio de que falava o réu – e de viemos falando ao longo do texto - estava atestado no registro de batismo de Idalina, filha legítima de Zeferino Martinho da Cunha e Maria de Salles. Não se sabe se Idalina foi a única filha de Zeferino que o Comendador Fontoura e dona Clarinda batizaram, mas o certo é que, de alguma forma, estava selada uma relação e configurada uma forma de proteção, já que os padrinhos cumpriam entre outras esta função.

Notemos que o batismo ocorreu em 1846, um ano após a pacificação da Província. A esta época, Zeferino já era liberto e viúvo de Maria de Salles. Os anos de serviço e lealdade de Zeferino para com o Comendador, desde antes da Revolução foram decisivos na composição dos vínculos que os uniam. Havia conseguido um recurso disputadíssimo no mercado oitocentista: a alforria. Contudo, junto com esta, construiu laços suficientes para angariar a proteção e confiança de Fontoura, não se afastando do mesmo, pelo contrário, reforçando vínculos longamente construídos.

Poder reconstruir a trajetória de Zeferino ao lado de Antonio Vicente com detalhes pode ser pensado dentro do que Marc Bloch quis dizer sobre o ofício do historiador. Farejar a carne humana e descobrir que ali está a sua caça é sem dúvida um momento único.⁴⁴⁶ Quando se achava que os rastros de Zeferino estavam perdidos, por ocasião da morte de Antonio Vicente da Fontoura, outras informações renovaram as pistas sobre os laços que o uniam ao Comendador.

Zeferino tinha uma dívida de gratidão que extrapolou a morte de seu “cumpadre”. Esta relação esteve conformada por um misto de sentimentos (como a gratidão, a amizade, a lealdade) e interesses (sobretudo, políticos). Honrar àquela

Jacuí que possibilitava o deslocamento de mercadorias e de pessoas com facilidade”. RIGHI, Rosicler. *Op. cit.*, 2009, p.15.

⁴⁴⁶ BLOCH, Marc. *A apologia da História ou o ofício do Historiador*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2001.

relação forjada “desde antes da Revolução”, somada às posições políticas dos bandos no qual Zeferino continuou a entreter relações foi o motivo de uma vingança.⁴⁴⁷ Em 1863, Zeferino aparece pronunciado em uma tentativa de assassinato contra Hilário Pereira Fortes e Afonso Ourique, resultando na morte deste. É importante recordar que Hilário Pereira Fortes foi um dos mandantes e réu pronunciado na morte do Comendador Fontoura (e depois despronunciado!), juntamente com Feliberto Machado de Carvalho Ourique, Dr. José Pereira da Silva Goularte. Felisberto Ourique havia morrido no ano anterior e não pôde ser alvo da vingança de Zeferino.⁴⁴⁸ Mesma sorte não teve Afonso Ourique, alvo da vingança efetivada por Zeferino com sucesso, já que saiu vitimado no homicídio de 1863.

Mas o pardo Zeferino não agiu sozinho arquitetando o atentado ao Coronel Hilário e a Afonso Ourique. Junto com ele foram indiciados José Índio, Antonio Bahiano e João Alves da Fontoura Riquinho. A testemunha José Henrique de Carvalho em seu depoimento (durante o processo do homicídio de Fontoura) deu preciosas informações sobre os relacionamentos das famílias Fontoura, Pereira Fortes e Ourique.⁴⁴⁹ Disse que:

Havia uma indisposição por questões de família entre o Coronel Hilário e comendador Fontoura e este era compadre e amigo de Felisberto Ourique, segundo lhe parecia, mas que hoje não sabe em que disposição estavam.

Se Feliberto Ourique aparece como compadre e amigo de Fontoura durante os anos da Revolução Farroupilha, à época do primeiro crime (da morte de Fontoura, em 1860) não pareciam mais estarem do mesmo lado. Já o Coronel Hilário Fortes, ao que temos notícia “nunca se dera” com o Comendador Fontoura e com os seus.

Durante o mesmo depoimento acima citado a testemunha foi contestada pelo Coronel Hilário, que inseriu novos elementos nas relações em questão:

Que a escolta a que se referiu e ele pediu que fosse dispersada é porque toda ela se compunha de votantes da parcialidade do Brigadeiro Portinho e Comendador Fontoura, entre eles alguns que não eram guardas nacionais do serviço ativo, sendo um deles de nome José Alves da Fontoura Riquinho, geralmente

⁴⁴⁷ Externada na nítida clivagem entre liberais e conservadores, por ocasião do assassinato do Comendador, naquela tarde eleitoral de 8 de setembro de 1860.

⁴⁴⁸ Inventário post-mortem. Cachoeira do Sul. Cartório de órfãos e ausentes. M.14, Nº 249, A1862. APERS. Agradeço a historiadora Rosicler Righi pelos documentos e algumas preciosas informações.

⁴⁴⁹ Solteiro, 39 anos, natural desta Província e residente no segundo distrito de Cachoeira. Esta testemunha, segundo seu próprio depoimento, foi caixeiro por 18 anos de uma das maiores casas comerciais da capital e do Comendador Porto. José Gomes Porto era pai do “Cel. Portinho”, correligionário de Antonio Vicente e seu cunhado, irmão de Clarinda Gomes Porto.

conhecido por muito desordeiro e assassino e inimigo capital dele réu, que por muitas vezes tem nessa cidade publicamente jurado tirar-lhe a existência, assim também na mesma escolta se achavam os irmãos do mesmo Riquinho, Baltazar da Fontoura Riquinho, Antonio Alves Riquinho e Evaristo Alves Riquinho, todos inimigos dele réu, sendo o dito José Alves da Fontoura Riquinho residente no Estado Oriental e consta ter vindo por ocasião das eleições nesta cidade por convite que daqui lhe fizera o Brigadeiro Portinho.

Estas informações ajudam a compor um quadro tão rico quanto complexo e a entender a conformação destes bandos políticos assim como a inserção de Zeferino em um deles. Ao unir-se aos outros indiciados em 1863, o liberto Zeferino conjugava seus intentos de vingança a inimizades de longa data entre a família Fontoura Riquinho (a quem estava aliado) e a do Coronel Hilário Fortes, um dos mandantes da morte de Antonio Vicente da Fontoura. Selava-se assim a relação de cerca de trinta anos que uniu Zeferino, um pardo liberto, a um importante líder político nos oitocentos sulino.

Capítulo IV

- O que foi feito de nós –

**O pós-guerra e alguns (des)
caminhos.**

Capítulo IV - *O que foi feito de nós: o pós-guerra e alguns (des) caminhos.*

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas que já têm a forma do nosso corpo e esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos”.

(Fernando Pessoa)

4.1) *Do front à caserna:* Algumas considerações sobre os anos pós-guerra civil Farroupilha.

A guerra foi um período de carestias, dificuldades e horror. Mortes, violências, expropriações fizeram parte do cotidiano dos habitantes da província sulina por longos anos. Entretanto, não é possível falar dela sem considerar que os sujeitos sociais vivenciam de forma diferenciada os mesmo acontecimentos. As experiências individuais durante os períodos de guerra foram distintas. Alguns indivíduos foram capazes de tirar proveito dessas conjunturas. Um grupo específico de escravos, sobreviventes da guerra, foi entregue (ao Presidente da Província) e remetido ao Rio de Janeiro. Todos eles pertenceram em algum momento do conflito aos Corpos de Lanceiros Negros que serviram no exército Farroupilha a partir de 1837. Estes homens passaram por experiências semelhantes como o recrutamento, a guerra, os batalhões segregados, a deposição das armas, a travessia da Província de São Pedro à Corte Imperial e uma vida que forjaram, à duras penas, nas instituições militares no Rio de Janeiro. Do front à caserna, viveram experiências que lhes permitiram formular demandas coletivas. Se até o momento estivemos discutindo a presença destes homens na guerra, este capítulo pretende enxergá-los em seu conjunto, ainda que seja mantido certo destaque a alguns destes sujeitos. É das experiências comuns e das estratégias políticas empregadas no pós-guerra por este grupo de soldados libertos originários de batalhões negros da guerra civil farroupilha que trata este capítulo.

Nem todos os escravos recrutados tiveram o mesmo destino. Pelo contrário, seus caminhos foram tão plurais quanto suas participações e inserções na guerra, como tentamos demonstrar até aqui. As fontes nos possibilitaram seguir/reconstruir o rumo de alguns escravos sobreviventes que foram entregues ao exército legalista, posteriormente, remetidos ao Rio de Janeiro. A partir delas, foi possível compreender a maneira como estes escravos/soldados foram vistos e considerados pelas autoridades

por eles responsáveis. Neste sentido, é possível pensar quais elementos influíram mais profundamente na composição de suas trajetórias (em menor ou maior grau), bem como os efeitos de determinada conjuntura sobre as ações/escolhas/estratégias. Trata-se, portanto, através da forma escolhida de análise buscar dar relevo a já discutida relação entre as estrutura e ação humana.⁴⁵⁰

Assim, a identidade coletiva desses soldados lanceiros foi forjada tanto durante os anos de guerra, quanto nos que se seguiram ao término dela. Dito de outra forma, os destinos dos escravos que lutaram na Guerra Civil Farroupilha não estavam dados nem escolhidos à priori, conformando-se concomitantemente ao universo político que se cristalizava àquele tempo de relativa paz nos confins imperiais. Vários problemas surgiram com o fim do conflito regencial sulino e o Estado Imperial teve de criar formas de solucioná-los, à medida que apareciam. Assim, uma das questões em voga foi o cuidado necessário das autoridades provinciais e imperiais para com os escravos em armas e a possibilidade que estas experiências abriram aos cativos, tanto nos anos anteriores (quando do conflito aberto entre imperiais e farrapos) como nos anos seguintes, quando o Império havia restaurado o controle interno, iniciando os preparativos para conflitos externos no universo platino.

Estes cuidados e temores das autoridades militares no trato com os escravos que se tornaram soldados devem ser dimensionados dentro de uma discussão que vinha sendo feita pelas autoridades imperiais em relação ao longo contencioso no Uruguai e nas Províncias Argentinas, e que atingia diretamente a grande faixa de fronteira meridional do Império Brasileiro, em especial a Província de São Pedro, envolvendo os comandantes de fronteira, as elites regionais fronteiriças e suas extensas redes de clientela, entre elas, os escravos. Neste sentido, mesmo que após o conflito Farroupilha tenha havido desmobilizações de efetivos militares por parte do Império Brasileiro, os escravos continuaram a fugir. Moviam-se insistentemente para o lado de lá da fronteira. Este espaço era familiar a muitos escravos sulinos, os quais já circulavam pela região com desenvoltura há anos, transitando e jogando com as possibilidades que a fronteira oferecia, sobretudo após meados dos anos de 1840, quando o Uruguai concretiza seu processo abolicionista.⁴⁵¹ A fronteira convulsionada e a presença de escravarias locais constituíam componente adicionais deste conflito platino e se configuravam como

⁴⁵⁰ REVEL, Jacques (org.). *Op. cit.*, 1998; LÉVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

⁴⁵¹ Sobre escravizações e fronteira meridional do Brasil ver, GRINBERG, Keila. *Op. cit.*, 2007, 2008, 2009; PETIZ, Silmei. *Op. cit.*, 2006; CARATTI, Jonatas. *Op. cit.*, 2010.

problemas a serem pensados e resolvidos pelo Império Brasileiro nos anos imediatos ao término da revolta regencial sulina.

Escravos ganharem a liberdade mediante serviço militar na Banda Oriental era uma realidade ocasional do lado de lá da fronteira desde pelo menos meados da década de 1810 nas campanhas cisplatinas; constituído pauta relevante no projeto artiguista.⁴⁵² Este processo esteve permeado de alguns avanços e muitos recuos tanto em relação às propostas quanto face à efetivação das mesmas. Ainda assim, a presença de uma fronteira larga e seca separando os territórios do Império e do jovem Estado Oriental colocava como presente este trânsito, esta busca por parte dos cativos sulinos, na mesma medida em que se constituía como um problema a ser pensado por parte das autoridades imperiais.

Em três de janeiro de 1847, o Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Manoel Galvão escrevia ao Brigadeiro José Fernandes Santos Pereira, comandante da 1º Brigada dando-lhe algumas informações e ordens.⁴⁵³ Entre as informações que relata ao Brigadeiro estava a de que alguns argentinos sob o comando do coronel João de Barros cruzaram a fronteira atrás de alguns Colorados e aproveitaram pra assaltar algumas famílias pacíficas emigradas em terras do Império. Disse ainda que soubera que o coronel argentino estava a espalhar que o Império era sendo complacente e tolerante “na admissão de gados trazidos do Estado Oriental sem as formalidades de que as suas leis requerem, ora de acolherem oficiais colorados, e protegê-los (...)”. O Presidente da Província do Rio Grande do Sul disse ao Brigadeiro que quando estes argentinos fossem capturados, que lhes dissesse o seguinte:

Diga V. Senhoria a esses cabecilhas que uma das conseqüências dessa neutralidade, que aos tenentes do general Oribe tanto desagrada por não ter degenerado em aliança, e não reconhecer outro governo senão o de fato, junto ao qual tem o Governo do Imperador um ministro acreditado e por um corolário desconhecer todos os atos dos poderes políticos assumidos por contraposição pelos adversários desse governo que entre estes atos depende de uma força armada e de notória agressão e que declara a intolerância da escravidão sem indenização prévia, espoliando desta arte os súditos de Sua Majestade O Imperador, de sua propriedade e do legítimo domínio dos seus escravos, querendo acobertar com um ato de humanidade a precisão de encher as fileiras

⁴⁵² Sobre a presença e participação de escravos nas lutas platinas e suas presenças em exércitos, ver os excelentes trabalhos de STALLA, CHAGAS, BORUCKI, *Op.cit.*, 2004; FREGA, Ana. *Op. cit.*, 2004; BETANCOURT, Arthur; APARICIO, Ariel. *Op. cit.*, 2006; ALADRÉN, Gabriel, *Op. cit.*, 2009; MALLO, TELESCA, *Op. cit.*, 2010. Especificamente sobre os processos de Independência na Banda Oriental e a revolução artiguista, ver: FREGA, Ana. *Op. cit.*, 2007. Sobre o processo de Independência da Argentina, ver: CHIARAMONTE, J.C. *Ciudades, provincias y estados: lãs Orígenes de La nación argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Ariel, 1997.

⁴⁵³ PEREIRA, José Fernandes dos Santos CV-7261 a CV-7273. Em 1845, José Fernandes dos Santos Pereira era Brigadeiro Graduado e Comandante da 2ª Divisão; em 1866 ele era General, Comando interino das Armas da Província de São Pedro do Sul, AHRs (2008), vol. 16.

de seu exército oferecendo por premissa dessa liberdade uma morte gradual e lenta, até a completa extinção dos agraciados (...). Espero que Vossa Senhoria consciencioso uso destas ordens, desempenhe como costume a tarefa de sustentar ileso a linha da fronteira que comanda. Deus Guarde a Vossa Excelência, Palácio do Governo de Porto Alegre, 03 de janeiro de 1847.⁴⁵⁴

A posição do Presidente da Província Manoel Galvão pode não ser semelhante a de muitos grupos políticos espalhados pelos diversos confins do vasto Império, mas certamente naquele momento representava o pensamento de parte importante das elites sulinas, especialmente aquelas envolvidas mais diretamente nos conflitos fronteiriços. Isto é, a intolerância em face à expropriação de escravos sem indenização prévia, coisa que os envolvidos na guerra platina andavam a fazer à medida que incorporavam escravos às tropas. E incorporavam a cada dia mais e mais escravos brasileiros. A larga faixa de fronteira e a abolição no Estado Oriental complicavam ainda mais esta relação. O Presidente Manoel Galvão é claro na defesa da propriedade privada, pois lesar os súditos do Império era lesar o próprio Império e seu sistema como um todo, já que a sociedade brasileira estava amplamente ancorada no trabalho escravo. Na opinião do Presidente Galvão, a neutralidade adotada pelo Império em relação ao conflito platino passava também pela postura que tanto orientais quanto argentinos tinham em relação à propriedade escrava e seus usos. Para ele, estes chefes políticos platinos estavam “querendo acobertar com um ato de humanidade” a necessidade que tinham de “encher as fileiras de seu exército oferecendo por premissa dessa liberdade uma morte gradual e lenta, até a completa extinção dos agraciados”.

E por fim, mandava outro recado aos “cabecilhas” dizendo que:

Na eventualidade de se asilarem esses escravos no território do Império, não os entregará sem que as forças do General Oribe passe pela força arrancá-los e que para afastar este último insulto estão dadas as providências.⁴⁵⁵

Assim, demonstrava que o Império Brasileiro não estava disposto a abrir mão de sua mão de obra e, caso fosse necessário, usaria a força na defesa “de sua propriedade e do legítimo domínio dos seus escravos”.

Embora o conflito do Império Brasileiro contra os brancos orientais chefiados por Oribe e com a Confederação Argentina sob o comando de Rosas tenha tomado forma apenas a partir de 1849, e levando em conta que a guerra somente tenha sido

⁴⁵⁴ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 179, Correspondência do Presidente da Província do RS (1847), Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

⁴⁵⁵ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 179, Correspondência do Presidente da Província do RS (1847), Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

declarada em 1851, o ano de 1847 parecia já demonstrar toda a insegurança em que a região platina e a fronteira meridional do Império brasileiro estiveram envoltas. Boatos tomavam conta da região platina e incrementavam ainda mais o cenário de desconfianças e temores. Em correspondência reservada datada de 1º de junho de 1847, o Presidente da Província Manoel Galvão escrevia ao Ministro José Fernandes Santos Pereira, e, embora começasse a missiva dizendo “nada tem ocorrido na fronteira”, o tom que se segue era de precaução:

Maldonado conserva-se no mesmo estado, Ribeiro tem feito sair da praça alguns soldados de noite com ofícios para os Coronéis Silveira e Vinas, pedindo-lhes que façam todo o esforço para reunirem força visto que o Brasil ter declarado Guerra a Buenos Aires. Em Montevideú tem havido muitos assassinatos e roubos, em sendo noite todos fecham as portas, porque tem aparecido e sido presos ladrões mui bem vestidos (...). Negociantes especuladores de Buenos Aires mandaram comprar gêneros do Brasil a Montevideú, porque supõem a guerra e querem estar sortidos. Não sei aonde está o Netto, que foi General do rebeldes, mas sei que Oribe diz que ele e outros desta província hão de fazer a sua vanguarda, proclamar a República, e dar liberdade aos escravos; pode ser que isso seja dito para meter a desconfiança entre nós, mas se houver guerra convirá talvez observar estes homens sem que eles desconfiem. Mande aumentar os destacamentos sobre o Chuí e São Miguel, com uma Companhia (...) para suprir a força de Cavalaria afim de melhor cobrir a Linha, e obstar os roubos de cavalos. Deus Guarde a Vossa Excelência. Comando da Guarnição da Cidade de Rio Grande, 1º de junho de 1847.⁴⁵⁶

Além do boato que antecipava o confronto bélico em cerca de quatro anos, dizendo que o Brasil havia declarado guerra à Buenos Aires e os estoques de gêneros sortidos que estavam fazendo os argentinos; outro boato também se propagava: o de que Oribe iria proclamar a República e dar liberdade aos escravos. Conforme o próprio Presidente da Província era possível que isso fosse “dito para meter a desconfiança entre nós”, no entanto, a precaução era extremamente amiga da ordem, e, portanto, se a guerra acontecesse, seria prudente “talvez observar estes homens sem que eles desconfiem”. Mesmo que apenas na forma de boatos, notícias como esta de libertações em massa de escravos na fronteira soavam como uma bomba para todos os lados, mas certamente que pesava muito sobre o Império Brasileiro que nem sequer havia proibido definitivamente o tráfico internacional de escravos, medida que só viria a acontecer três anos adiante. Assim, ponderando futuros acontecimentos, o Presidente da Província mandava “aumentar os destacamentos sobre o Chuí e São Miguel”.

⁴⁵⁶ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 179, Correspondência do Presidente da Província do RS (1847), Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes. Documento nº41, Reservado.

Entre os anos de 1846 a 1848, o Brigadeiro João Frederico Caldwell foi Comandante das Armas na província sulina.⁴⁵⁷ Ao entregar o comando do exército em 1848 apresentou um extenso e minucioso relatório sobre a situação das tropas na Província do Rio Grande do Sul, como comunicava em ofício Francisco José de Souza Soares Andrea, o Presidente da Província, para Manoel Felizardo de Souza, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra.⁴⁵⁸

É pois de meu rigoroso dever informar sobre o estado da disciplina do mesmo exército, localidade dos Corpos, depósitos de guerra (...) A 1º brigada comandada pelo Brigadeiro José Fernandes dos Santos Pereira, compõe-se de Batalhão de Caçadores 2º e 8º, este acha-se aquartelado em um barracão de madeira junto a esta cidade e aquele guarnece à de Pelotas, presentemente aquartelado em Armazéns e casas, quando assumi o comando das Armas, achava-se este batalhão acampado no Pontal de São Miguel, julguei conveniente reconcentrá-lo para o Taim, mas em consequência da suposta sublevação de escravos na dita cidade de Pelotas, tive de ocupar este lugar ficando somente em Taim uma Companhia do Batalhão.⁴⁵⁹

Alguns elementos do longo relatório merecem ser comentados. Quando o Comandante das Armas falava sobre o posicionamento dos Batalhões da 1º Brigada, comenta que teve que reposicioná-los em função de uma suposta sublevação de escravos na cidade de Pelotas. Efetivada ou não a sublevação, este temor era presente para as autoridades militares e precisava ser evitado, sobretudo em se tratando de uma região tão próxima da fronteira sul da Província e da situação beligerante nos estados platinos.

⁴⁵⁷ Foi comerciante no Rio Grande do Sul, porém com o iniciar do conflito farrapo, foi convocado pelo governo para acompanhar o presidente deposto Antônio Rodrigues Fernandes Braga em viagem à corte, tendo assim que abandonar seus negócios. Ao invés de retornar ao sul, recebeu ordens para combater a Cabanada no Pará, no entanto conseguiu ser enviado de volta ao Rio Grande do Sul, tendo recebido o comando militar de Rio Grande, em 1836. Em seguida foi designado major da brigada provisória de cavalaria organizada por João da Silva Tavares, com a qual combateu na Batalha do Seival. Foi ferido na mão direita (que posteriormente perdeu) e feito prisioneiro. Em seguida conseguiu escapar e reintegrou-se às tropas legalistas. Após uma temporada na corte, retornou ao Rio Grande do Sul, onde ficou até o término do conflito. Em 1842 foi promovido a coronel e em 7 de julho de 1845 foi nomeado comandante das armas do Pará, onde permaneceu até 2 de setembro de 1846. Transferido de volta para o Rio Grande do Sul, foi promovido a brigadeiro no mesmo ano e também comandante de armas da província, cargo no qual ficou até 1848, tendo reassumido o cargo em 1850 interinamente. SILVA, Alfredo P.M. *Os Generais do Exército Brasileiro, 1822 a 1889*, M. Orosco & Co., Rio de Janeiro, 1906, vol. 1.

⁴⁵⁸ Passo as mãos de Vossa Excelência o relatório apresentado pelo Brigadeiro João Frederico Caldwell, depois que me entregou o Comando do Exército com as observações que julguei necessário fazer-lhe. O relatório vai por cópia e as observações são por mim rubricadas. Cumpre-me participar agora, que o dito Brigadeiro Caldwell foi publicado Imperador dos Corpos do Exército do meu comando pela ordem do dia nº 02 dada em 18 de abril deste ano do Quartel General de Jaguarão. Deus Guarde a Vossa Excelência, Palácio do Governo em Porto Alegre, 25 de maio de 1848. Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 180, Correspondência do Presidente de Província do RS (1848), Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

⁴⁵⁹ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 180, Correspondência do Presidente de Província do RS (1848), Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

Quando o Brigadeiro Caldwell se referiu à situação específica das fronteiras, disse o seguinte:

Finalmente as nossas fronteiras acham-se presentemente em completo sossego apesar que, em dias de novembro do ano próximo passado houve uma agitação na de Quaraí que muito havia de concorrer par alterar a paz do país se o hábil Comandante da Fronteira com a respectiva Brigada não preenchessem seus deveres: (escrito à margem: Fala-se do Coronel João Propício Menna Barreto, ass: Soares Andréa) na de Jaguarão apareceram em princípios deste ano pensamentos terríveis a respeito dos cidadãos brasileiros residentes no Estado vizinho e seus interesses estarem sujeitos o bel-prazer e arbítrio das autoridades daquele Estado.⁴⁶⁰

Assim como no ano de 1847 o Presidente da Província Manoel Galvão iniciava uma correspondência ao Ministro da Guerra José Fernandes Santos Pereira dizendo “nada tem ocorrido na fronteira”. Depois, aos poucos, comentava os ocorridos. O Brigadeiro Caldwell também principiava a falar das fronteiras, afirmando que elas “acham-se presentemente em completo sossego”, porém “em dias de novembro do ano próximo passado houve uma agitação na de Quaraí que muito havia de concorrer par alterar a paz do país”. Tratava-se, no entanto, de um elemento retórico destas autoridades, já que estavam prestando contas a seus superiores e precisavam demonstrar controle daquilo a que estavam destinados a comandar. Não estamos querendo dizer que estas autoridades estavam mentindo em suas missivas e relatórios, mas que a situação expressa por eles não estava totalmente segura e que havia sim focos, boatos, ações que tiravam a tranquilidade destas regiões, sobretudo em função do conflito além-fronteira e da grande presença de súditos do Império em terras orientais.⁴⁶¹ Aliás, preocupação expressa no mesmo documento supracitado quando o Brigadeiro dizia que na fronteira de “Jaguarão apareceram em princípios deste ano pensamentos terríveis a respeito dos cidadãos brasileiros residentes no Estado vizinho e seus interesses estarem sujeitos o bel-prazer e arbítrio das autoridades daquele Estado”. O que o Brigadeiro Caldwell expressava era o temor de que os súditos brasileiros fossem lesados segundo os

⁴⁶⁰ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 180, Correspondência do Presidente de Província do RS (1848), Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

⁴⁶¹ Luis Augusto Farinatti já demonstrou a constante e histórica presença de estancieiros brasileiros no lado “de lá” da fronteira, com criações de gado em terras orientais. FARINATTI, Luis Augusto. *Op. cit.*, 2010. A partir da expansão, em 1843, das forças brancas de Oribe por quase todo território oriental e das medidas que este tomava como o confisco de escravos, incorporando as suas tropas e de gado (em grande parte de estancieiros brasileiros), desencadeou-se inúmeros conflitos na região, onde proprietários brasileiros cruzavam a fronteira para tentar resgatar suas posses. Entre estes embates, os mais conhecidos foram chamados de “Califórnia de Chico Pedro”. Comandados por Francisco Pedro de Abreu, com auxílio de militares uruguaios colorados e de seus subalternos da campanha. FRANCO, Sergio da Costa. *Op. cit.*, 2006; GUAZZELLI, Cezar Augusto. *Op. cit.*, 2010. “A partir de 1848, tais expedições armadas levaram terror ao norte do Estado Oriental, saqueando estâncias e arrastando todas as reses que conseguiram”. FARINATTI, Luis Augusto. *Op.cit.*, 2010, p. 242.

interesses (e partidos beligerantes) presentes no Estado Oriental. Estes “pensamentos terríveis”, diziam respeito a sublevações escravas, ao confisco de gado, de terras e de todo tipo de “bens”, semoventes ou não, que brasileiros pudessem ter “daquele lado”.

Dois meses depois e as correspondências mostravam o aumento da tensão entre uruguaios, argentinos, as elites rio-grandenses e paraguaios. Estes começavam a figurar como mais um país envolvido nos conflitos, disputando territórios com argentinos.⁴⁶² Quem escrevia era o Major Comandante de Legião Felipe Neri para Francisco de Arruda Câmara, General Comandante da 4ª Brigada e Fronteira de Quaraí, a 20 de julho de 1848.⁴⁶³

A suspensão da intervenção naval francesa no Rio da Prata foi assunto da carta. Este evento foi o fim de um longo contencioso na “Cuenca del Plata”, quando a esquadra francesa interveio no conflito entre Confederação Argentina e os colorados uruguaios. As divergências políticas do governo francês com a Confederação Argentina levou os primeiros a impor um bloqueio ao Porto de Buenos Aires entre 1838 e 1840. Em 1845 os britânicos somaram-se aos franceses na empreitada de abrir caminhos pelo estuário do Rio da Prata até o Rio Paraná. A intervenção destas duas potências europeias conferiu um caráter internacional ao conflito, que objetivou garantir a livre navegação no estuário do Rio da Prata. Este conflito auxiliou ainda a colorada Montevideú, com tropas internacionais postadas à frente da capital uruguaia mantendo guarda, já que além de garantir a livre-navegação, os britânicos também se mostravam contra a anexação do Uruguai pelos argentinos da Confederação. No entanto, em 1849 e 1850, França e Inglaterra assinaram acordos com os argentinos. Esta enfraqueceu os Colorados de Montevideú perante a Confederação Argentina ao mesmo tempo em que reforçou o poder de Rosas.

A carta de Felipe Néri relatava o contentamento com o fim daquele bloqueio internacional. Néri esperava a partir daquele momento novo ânimo comercial, já que este era amplamente dependente da navegação fluvial naquelas águas. No entanto, na

⁴⁶² “Parece que tem havido sérias e animadas discussões entre este e o governo do Paraguai, com motivo as ilhas de Acuípe, no Paraná, posição contestada entre ambos países desde tempos atrás. Forças paraguaias e correntinas tem as ocupado alternadamente sem chegar nunca às mãos, ficando por fim em poder dos últimos” Correspondência do Major Comandante de Legião Felipe Neri, para Francisco de Arruda Câmara, General Comandante da 4ª Brigada e Fronteira de Quaraí, 20/07/1848. Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 180, Correspondência do Presidente de Província do RS (1848), Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

⁴⁶³ Felipe Néri era Comandante Militar em Uruguaiana, a esta época. Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 180, Correspondência do Presidente de Província do RS (1848), Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

província de Entre-Rios, “sustentaram-se as ordens para não empreenderem o custeio de nenhuma estância nem consentir a extração de animal nenhum em pé, de qualquer Costa que for”. Esta província estava a ter movimentações em torno de Urquiza, sendo determinado que

A ninguém é lícito distrair um só Cavallo, todos estão a disposição do Governo, e o Exército daquela província, provavelmente maior de 4 mil homens. É opinião geral que em 4 dias se acharia disponível onde quer que lhe fosse ordenado ir ter. Não consta, porém, que haja reunião nenhuma. A voz do povo inculcava que se faziam preparos para nos atacar tão depressa como a questão Européia fosse deslindada. Outros porém que presumem de melhor informados dão como fito desse armamento o Paraguay. Este boato, contudo, tem visos de espalhado adrede e acaso com o fim de distrair a atenção.⁴⁶⁴

De qualquer forma, boatos ou não, os enterrerianos tinham quatro mil homens prontos e estavam apontando seus canhões para a fronteira, só não se sabia se era em direção ao Império do Brasil ou ao Paraguai. Mas segundo o Comandante Felipe Néri, não convinha “distrair a atenção”. As notícias sobre Corrientes eram tão ‘auspiciosas’ quanto às de Entre-Rios. Dizia Néri:

De Corrientes (capital) acabo de saber também que tem-se organizado quatro batalhões de infantaria como o nome de Defensores da Lei, patrícios, cívicos e marinha. O seu comando acha-se confiado a majores inda de pouca nomeada. Os dois primeiros acham-se disponíveis com uma força de 600 homens, pouco mais ou menos. O terceiro é propriamente uma Guarda Urbana, composta de pessoas pouco aptas para a vida militar, o quarto, de recente criação, o estão formando com gente embarcadiça, provavelmente desertores nossos e italianos, que era sua gente de mar quando eu lá estive. (...). Na cavalaria não tem havido movimento, pois sabe Vossa Senhoria que nestas terras está permanentemente organizada e pronta a marchar. Esta província se acha em termos de apresentar até 6 mil homens, porém dizem que ainda existem vigorosos fermentos de desunião interior, e sobretudo, nenhuma disposição popular para a guerra.⁴⁶⁵

Interessante perceber que quando o Comandante Felipe Néri comenta sobre as organizações nas armas do exército correntino, ao se referir à Cavalaria, acrescenta que nela não havia movimentações, pois “que nestas terras está permanentemente organizada e pronta a marchar”. Ressaltava assim, um dos pontos fortes dos exércitos

⁴⁶⁴ “Tenho também notícia de que o General Rosas tem dirigido enérgicas reclamações ao Governador de Entre-Rios, para que entregue ao de Santa-Fé e Córdoba o General Oribe diferentes emigrados dessas províncias, que, alguns daqui tem se ido asilar naquela, e que tem ele empregado e protegido o alardo, porém, com que são feitas as tais reclamações e a nenhum caso que lhes faz Urquiza, continuando até a procurar extrair-se alguns mais, como o Coronel Hornos e outros, faz-me pensar que são tudo coisas estudadas para adormecer nossa vigilância, no conceito de supostas desavenças intestinas”. Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 180, Correspondência do Presidente de Província do RS (1848), Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

⁴⁶⁵ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 180, Correspondência do Presidente de Província do RS (1848), Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

platinos, fronteiriços e sulinos, a cavalaria.⁴⁶⁶ Mas o comentário que mais interessa Néri guardou para o final de sua correspondência:

Inda mais, no mesmo Entre-Rios, se fala com confiança de manejos insurreccionais de nossa escravatura, que se não reduzem só a esta Província, e eu posso afirmar que esse é um plano muito antigo das administrações argentinas, de todas as cores.⁴⁶⁷

Esta informação, prestada com “confiança”, alertava as autoridades militares, no caso o General Comandante da 4ª Brigada e Fronteira de Quaraí, Francisco de Arruda Câmara sobre as manobras que estavam sendo feitas para sublevar a escravatura brasileira, e não se tratava de algo restrito apenas à Província de Entre-Rios, segundo o Comandante Néri: “eu posso afirmar que esse é um plano muito antigo das administrações argentinas, de todas as cores”. Segundo Néri, tal plano vinha sendo pensado há muito tempo, e tanto Blancos como Colorados, Unitários ou Federalistas poderiam estar envolvidos. Este era mais um motivo de cautela nas alianças, nos acordos e na neutralidade que o Império sustentava até ali.

No mesmo dia em que o general Francisco de Arruda Câmara recebeu a correspondência de Felipe Néri, tratou de oficiar ao Presidente da Província, repassando essas informações. Se Arruda foi efficientíssimo ao tratar de fazer prosseguir tão importantes informações logo que as recebeu, o Presidente da Província Francisco Soares de Souza Andréa, nem tanto. Somente em vinte de outubro de 1848, três meses depois, Andréa escreve ao Ministro da Guerra João Paulo dos Santos Barreto, enviando-lhe as notícias.

Tenho recebido várias comunicações da Fronteira pelo lado de Uruguiana que julgo devem chegar ao conhecimento do Governo Imperial e para esse fim transmito por cópia a Vossa Excelência. A mais antiga é um ofício do Comandante Militar de Uruguiana ao Brigadeiro Arruda, comandante da Fronteira datado de 20 de julho. Diz ele que apesar das vantagens que podia dar a Província de Entre-Rios a retirada do bloqueio foram sustentadas as ordens que proíbem o costeiro das estâncias e a exportação de armas. Que os movimentos militares são ativos e que o exército Entre-Riano pronto a mover-se em poucos dias é julgado em 4000 mil homens. Que em Corrientes se tem organizado quatro Batalhões e trata-se de organizar o Corpo de Artilharia Ligeira. Trata enfim de um projeto amplo de insurreição de escravos. Segue a participação do capitão tenente Comandante da nominal esquadrilha do Uruguai em data de 19 de agosto mostrando-se cuidadosamente com os movimentos de nossos vizinhos com o que nada se adianta. Finalmente um ofício do Brigadeiro Arruda referindo-se a outro que não recebi e enviando novo ofício do Comandante de

⁴⁶⁶ Sobre a importância da cavalaria nas guerras sulinas, ver: RIBEIRO, José Iran. *Op. cit.*, 2009; GUAZZELLI, Cezar Augusto. *Op. cit.*, 2010. Ao longo deste trabalho pretendemos aprofundar esta discussão e a relação da cavalaria com a presença de escravos campeiros nas tropas.

⁴⁶⁷ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 180, Correspondência do Presidente de Província do RS (1848), Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

Uruguiana continuando as notícias de movimento no Estado vizinho. O mais importante deste officio é que a província de Corrientes se acha em grande agitação, indica a posição em que se reúnem forças e quem as comandará e pensa enfim que será isto disposto diretamente contra o Império. Nós estamos ainda mais fracos por aquele lado do que pelos outros, a Guarda Nacional, por ali compõe-se de officiais destacados. A estação não tem permitido vagar pela Campanha senão com grandes rodeios e muita dificuldade, mas principiando a melhorar tenciono-me por lado o mês de outubro dirigir-me naquele lado até para organizar a esquadilha do Uruguai se a esse tempo tiverem chegado os officiais que a devem comandar, e não houverem ordens em contrário até esse tempo. Deus Guarde a Vossa Exc. Palácio do Governo em Porto Alegre, 20 de outubro de 1848.⁴⁶⁸

Além de fazer um resumo do que Francisco Arruda lhe havia escrito, Andréa acrescentou e reafirmou ao Ministro que todas aquelas movimentações em Entre-Rios e Corrientes eram “um projeto amplo de insurreição de escravos”. O Presidente da Província acrescentava ainda o que achava mais importante nas informações recebidas: as posições e agitações que estava a ocorrer por Corrientes e mostrava ao Ministro que estavam vulneráveis “por aquele lado”, além de ressaltar que a estação no sul do Império (em tese já era primavera, mas ao que parece o inverno se prolongava por aquelas bandas) dificultava as coisas, e estava longe de ser como na tropical Corte do Rio de Janeiro. Sabemos que o alvo destas movimentações era Rosas na Confederação Argentina ou o Paraguai de Lopez, mas não o Brasil e sua fronteira. Os boatos, as missivas trocadas e a intensa preocupação parecem ter sido artifícios dos comandantes da fronteira sulina para angariar fundos para seus comandos.

No conjunto documental analisado, duas preocupações sobressaem dos documentos trocados pelas autoridades militares, provinciais e imperiais. Em primeiro lugar, uma preocupação de ordem político-territorial e militar, que dizia respeito às disputas políticas nos territórios fronteiriços, que ameaçavam de diversas formas a integridade do Império Brasileiro (que havia sido restabelecida há muito pouco tempo, com os apaziguamentos dos conflitos regenciais). Uma destas ameaças eram as possibilidades de ataques a bens de brasileiros estabelecidos na faixa de fronteira. Ataques estes que, quando direcionados aos súditos do Império, atingiam também a Coroa, que deveria fornecer condições as suas elites regionais de manutenção de seu status quo, sob pena de quebrar o pacto social que mantinha o equilíbrio da sociedade oitocentista.

A questão geo-política e/ou territorial que envolvia cuidados com a fronteira somava-se ao temor das autoridades com a presença de libertos/soldados na província

⁴⁶⁸ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 180, Correspondência do Presidente de Província do RS (1848), Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

do Rio Grande do Sul nos anos pós-guerra. É isso que ficava expresso em uma troca de correspondências entre o Conde de Caxias e o Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra, o Sr. João Paulo dos Santos Barreto, passados um ano e quatro meses do armistício.⁴⁶⁹ A correspondência, datada de dez de junho de 1846, informava de que na cadeia da capital da Província achavam-se dois pretos, de nomes Victório Pereira Palácios e João Ferreira dos Santos Elisia, e que ambos se diziam libertos e naturais do Estado Oriental. A ordem era de que estes pretos fossem remetidos à Corte e ficassem a disposição do referido Ministro. A justificativa para tal remessa foi expressa na seguinte frase:

Não podendo colher mais outras informações a seus respeitos, mando seguir para a Corte à disposição de Vossa Excelência para lhe dar o destino que julgar conveniente, visto que julgo perigosa a sua conservação nesta Província sendo como tais, considerados libertos.⁴⁷⁰

Junto a este documento encontra-se outra correspondência datada de nove de junho de 1846 (um dia antes, portanto) remetida pelo vice-presidente da Província Patrício Correa da Câmara ao Chefe de Polícia interino, Manoel José de Freitas Travassos, onde a história da remessa dos ditos pretos fica mais clara.⁴⁷¹ Victório e João haviam chegado à capital junto ao 8º Batalhão de Caçadores, após a pacificação da Província. Foram interrogados e presos à cadeia da capital, onde permaneciam até aquela data, isto é, aproximadamente um ano e quatro meses.

Estes dois pretos que se diziam libertos haviam lutado durante a Revolução Farroupilha ao lado dos rebeldes e foram capturados ao findar da guerra pelos soldados legalistas, por isso se encontravam juntos ao 8º Batalhão de Caçadores. São os mesmos pretos que fornecem informações a seus respeitos:

Victório Pereira Palácio disse que era natural do Departamento de Durazno, filho de José Pereira e Petrona Silva, de idade de 27 para 28 anos, e que fora preso 20 dias antes da pacificação por um tenente em Piraí Grande, em casa de João Fonseca de Araújo, e João Ferreira dos Santos Elisia que era natural

⁴⁶⁹ Caxias passou de Barão a Conde em 25 de março de 1845, logo após “conseguir” a pacificação da província sulina. SOUZA, Adriana Barreto de. *Op. cit.*, 2008, p. 569. O documento é uma cópia e não tem remetente, mas lendo-o percebemos tratar-se de uma ordem do Conde de Caxias, em conjunto com o Chefe de Polícia da Província do Rio Grande do Sul. Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 178, Correspondência do Presidente de Província do RS, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

⁴⁷⁰ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 178, Correspondência do Presidente de Província do RS, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes. A lei de 1831 proibia a presença de libertos nascidos fora do Brasil em território nacional. O Conselho de Estado discutiu alguns casos, envolvendo não apenas escravos libertos provenientes do Uruguai, mas do Caribe e dos EUA também.

⁴⁷¹ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 178, Correspondência do Presidente de Província do RS, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

de Montevideú, filho de José Camargo, e de Josefa, e que fora preso em Taquarembó, por um cabo e dois soldados.⁴⁷²

Inúmeras dúvidas pairaram sobre suas falas e as autoridades policiais e provinciais trataram de lhes dar um destino, já que estavam a dar “despesas à prisão”. Segundo o documento, os mesmos pretos só não haviam sido remetidos antes por “falta de ocasião de remessa”. Mas não foram somente as despesas na prisão que motivaram suas remessas à Corte Imperial. O fato destes homens terem sido soldados e estarem sob a condição de libertos não constituía um situação confortável para as autoridades, que além de administrar os problemas e desgastes de um longa guerra (financeiros, políticos) precisavam apaziguar os ânimos dos grupos subalternos, sobretudo das escravarias e dos seus proprietários, que por um longo tempo conviveram com um misto de discurso e práticas dantes não vista na província sulina.

É, pois, neste contexto entre guerras (pós-Farroupilha e pré-conflito com Oribe e Rosas) que muitos dos soldados libertos que lutaram ao lado dos rebeldes no decênio glorioso vinham sendo remetidos à Corte Imperial. Estes anos que se seguiram à pacificação na Província de São Pedro não podem ser considerados anos de calmarias para o Império Brasileiro, ainda mais em se tratando de sua fronteira meridional. Como esperamos ter ficado demonstrado, a condição específica de fronteira da Província sulina com os países platinos e conseqüentemente o envolvimento direto desta província com demandas relacionadas à região fez com que a vigilância e tensão permaneceram pairando sobre os ares fronteiriços, já que na Banda Oriental e Confederação Argentina o conflito apenas se esboçava, graças à pacificação do conflito Farroupilha em 1845, que restaurou a capacidade interventora do Império.

Para além do simples acaso de terem sido muitos dos libertos sobreviventes da Farroupilha remetidos à Corte aos poucos, ao longo dos anos de 1845, 1846, 1847 e 1848, acredita-se que estas remessas graduais agiram no sentido de minimizar qualquer possível contaminação de ideias que a guerra possa ter operado nos escravos que dela participaram. Ainda que não se constituíssem em medidas preventivas, já que era prática comum nas sociedades escravistas, terminados os conflitos, enviar os escravos para

⁴⁷² É bem possível que fossem negros orientais, ou mesmo brasileiros residentes no Estado Oriental. Esta circularidade pela fronteira entre o Império Brasileiro e Estado Oriental fica cada vez mais visível na documentação, sobretudo em tempos belicosos na região meridional e platina. Lutar em diversos exércitos, desertar, reincorporar, viver por si um tempo e novamente engajar parecia cada vez mais ser uma prática que foi muito utilizada por muitos escravos. Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 178, Correspondência do Presidente de Província do RS, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

outra região, agia neste sentido. Isto é, evitar propagar ou ampliar os temores das elites no pós-guerra. Muitos foram mantidos presos por algum tempo (como na Presiganga, na cidade de Rio Grande) antes de serem enviados de forma gradual à Corte. Há que ser ressaltado que é bem plausível que esta não tenha sido uma estratégia previamente planejada pelas autoridades, já que um grupo grande de libertos (setenta e sete) foi remetido de uma só vez em meados de 1845. Se os outros não foram remetidos em grupos maiores, foi porque haviam desertado em marcha, sendo recapturados aos poucos. Foi, portanto, a deserção a contingência de imprevisibilidade que fez com que possivelmente as autoridades repensassem as futuras remessas. A segunda questão diz respeito justamente a estas remessas e o quão pernicioso seria manter estes libertos juntos ou próximos à província sulina. Mesmo que pacificado, o Rio Grande do Sul continuava contando com uma quantidade enorme de escravos que poderiam ser contaminados com ideias proferidas e espalhadas por estes soldados libertos. Soma-se a isso a abolição no Uruguai em meados dos anos de 1840 e os conflitos que envolviam a fronteira com a Confederação Argentina e o próprio Estado Oriental. Se dimensionados sob este prisma, a pacificação, como bem ressaltou Guazzelli recompunha a unidade do Império, e “devolvia as suas ‘hostes’ os senhores da guerra da fronteira para eventuais confrontos futuros”.⁴⁷³ Foi uma paz necessária e estratégica à Coroa para evitar um estrago maior no equilíbrio do sistema monárquico imperial assim como no equilíbrio do jogo de forças platino, onde o Império ao longo de todo o século XIX disputou a liderança.

O destino dos soldados Lanceiros Negros revisitado.

4.2) “*A longa travessia de Caronte*”: Da barca “Triunfo da Inveja” à vida da caserna na Corte Imperial.

O destino dos escravos que participaram da guerra civil na Província do Rio Grande do Sul sempre foi um mistério para a historiografia que se deteve nesta questão. Mais que um mistério, parece que faltou fôlego aos trabalhos que se dedicaram a tal assunto, dando por encerrada a questão no conhecido combate de Porongos. Neste

⁴⁷³ “Nos anos que se seguiram à pacificação dos farrapos, os rio-grandenses se envolveram numa série de conflitos com o exército blanco de Oribe, que ocupava a campanha oriental e mantinha Montevideú sob cerco” GUAZZELLI, César Augusto. *Op cit.*, 2010, p. 119.

evento emblemático para a construção da identidade sul-rio-grandense⁴⁷⁴, os escravos lanceiros, sobretudo os pertencentes à infantaria (mas também da cavalaria) foram dizimados em um combate forjado no dia quatorze de novembro de 1844, após um acerto feito entre o Comandante de Caxias (por parte das forças imperiais) e David Canabarro (General em Chefe dos Farroupilhas).⁴⁷⁵ Após este combate, estes escravos - ou o que sobrou deles - deveriam ser entregues, conforme o acordo do Paz de Ponche Verde (feito entre as partes em vinte e oito de fevereiro de 1845) ao Barão de Caxias para serem incorporados ao exército imperial, na condição de libertos.⁴⁷⁶ A partir deste momento, tudo que se tem são especulações, suspeitas, indícios. Pouco ou quase nada foi pesquisado.

Mas qual foi, afinal, o destino dos escravos/soldados que lutaram e sobreviveram ao conflito Farroupilha? Partindo deste questionamento - que não foi até hoje respondido de forma consistente pela historiografia - pretendemos delinear os rumos de um grupo específico de escravos que pelearam nos anos da revolta Farroupilha: os Lanceiros Negros. O objetivo aqui é, portanto, através de constatações empíricas, falar

⁴⁷⁴ CARVALHO; Daniela Vallandro de; OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. Os lanceiros Francisco Cabinda, preto Antonio, João aleijado e outros personagens negros da Guerra dos Farrapos. In: SILVA; SANTOS; CARNEIRO (Org.) *RS Negros. Cartografia do Conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

⁴⁷⁵ Essa questão do acordo ter sido forjado (ou não), por si só gerou longa discussão historiográfica à parte, bastante controversa, mas que não nos interessa explorar aqui. No entanto, ressaltamos que a idéia do acordo forjado para o extermínio destes escravos é a postura mais adequada a nossa análise. Para além do famoso documento de Porongos, onde fica explícito tal acerto entre as partes, sendo por isso um documento muito controverso para a historiografia (chegando até ser considerados por muitos como falso, fruto de uma forja para macular os heróis farroupilhas), existe uma série de outros documentos e argumentos que se dimensionados dentro da idéia de que os escravos eram fundamentais para o exército farroupilha e seus destinos ponto amplamente discutido e importante entre as partes envolvidas nos encaminhamentos e concretização do acordo de paz, este massacre assume conotações bem mais verossímeis. De qualquer forma, vale citar que encontrei um documento bastante curioso. Trata-se de uma correspondência de do Barão de Caxias para o Ministro Jerônimo Coelho, datada de onze de setembro de 1844. Nela, Caxias, ao falar das tratativas sobre o possível Acordo de Paz, usa uma linguagem muito semelhante à utilizada na polêmica “Carta de Porongos”. Fala ainda da divisão no seio dos farroupilhas e que entre eles, o único disposto a um acordo era David Canabarro, a quem tinha oficiado “mostrando vontade que qualquer arranjo fosse levado a efeito, pois a província estava desgraçada e exaurida”. Relata também que havia sido procurado por um tio de Canabarro, que é estancieiro em Alegrete, para falar de “composição (...) dizendo-me que por seu sobrinho não era a dúvida e que ele tinha certeza que se o governo imperial declarasse a guerra a Rosas, Canabarro se uniria infalivelmente ao Império e que isso mesmo, ele o tinha encarregado de me fazer saber e que tratasse eu de acabar com o partido de Bento Gonçalves, que com ele podia eu contar, assim como com toda a sua gente”. Arquivo Nacional, Coleção Caxias, Caixa 810, Pasta nº 05, Código do Fundo: OP, (Doc. nº 201 a nº 250), Documento nº. 231. Ficam assim, implícitos os indícios de um acordo, como o que a Carta de Porongos expressou, cerca de dois meses depois desta correspondência. A “Carta de Porongos” data de nove de novembro de 1844. Ver Anexo Nº 07.

⁴⁷⁶ Pouquíssimos autores defendem esta ideia; destaque aos trabalhos de VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução: o cyclo Farroupilha no Brasil*. 6 vol. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933; LEITMMAN, Spencer. *Op.cit.*, 1979; 1997; FLORES, Moacyr. *Op.cit.*, 2004; SILVA, Juremir Machado da. *Op.cit.*, 2010.

deste nebuloso tema que têm gerado inúmeras especulações historiográficas. Tais especulações têm sido expostas por diversos autores, por tratar-se de tema altamente caro a historiografia sulina, caracterizando-se pela intensidade das opiniões.⁴⁷⁷ Spencer Leitman, em um dos trabalhos mais sérios sobre a questão, afirma terem estes soldados permanecido escravos após a guerra, ao dizer que,

Se os negros farrapos deixaram a servidão, fizeram-no da mesma forma como seus ancestrais nela haviam entrado, com quase nada além das roupas nas suas costas ou talvez um novo uniforme militar dado pelo império, ou trabalhando como escravos privilegiados nas fazendas imperiais de Santa Cruz.⁴⁷⁸

Por sua vez, Adriana Barreto de Souza, ao traçar em sua tese uma biografia familiar dos Lima e Silva, tendo a figura de Caxias como fio condutor de sua análise, chega a afirmar que os homens que sobraram do combate de Porongos obtiveram todos eles, cartas de alforria e, conseqüentemente, a liberdade. Segundo a historiadora, estes haviam sido mandados recolher por David Canabarro e

Foram entregues ao Barão. Em seguida, foram remetidos para fora da Província, recebendo a carta de alforria no porto de chegada. (...) ao final, Caxias conseguiu cumprir mais esta concessão exigida pelos rebeldes. Recorrendo ao aviso de 19 de novembro de 1838, com que Bernardo Pereira de Vasconcellos pretendia esvaziar o exército rebelde, obteve a liberdade para os soldados negros. Por esse aviso, em seu parágrafo 3º, os libertos da República Rio-Grandense que se apresentassem a legalidade seriam reconhecidos livres no império. Isso claro, depois de avaliados, para que seus proprietários fossem devidamente indenizados.⁴⁷⁹

Assim, se Leitman aposta na continuidade da escravidão e Souza na concessão das cartas de alforria já no porto de chegada à Corte, nem um nem outro apresentam comprovações empíricas que possam reforçar seus argumentos. Leitman, ao tentar mostrar o quão difícil foi para estes escravos conquistar a liberdade via participações armadas na guerra, equivocou-se ao dizer que estes homens haviam saído dela tal qual haviam entrado. Se para ele os escravos soldados não obtiveram a liberdade, nem um ganho haviam tido em suas vidas. No entanto, parece bem possível que tenham rumado à Corte imperial portando somente com as roupas do corpo e quiçá tenham ganhado um uniforme ao chegarem por lá. Leitman chega perto ao afirmar que estes teriam sido

⁴⁷⁷ A quantidade de autores que tem se dedicado a esta questão extrapola em muito o espaço que temos para apresentar esse debate. Assim, optamos por referir apenas dois deles, como forma de introduzirmos o assunto e podermos falar do destino dos “escravos libertos no pós-guerra, objetivo principal deste texto.

⁴⁷⁸ LEITMANN, Spencer. Os farrapos negros e a política de escravidão. In: (Org.) BARROS FILHO, Omar; SEELIG, Ricardo Vaz; BOJUNGA, Silvia. *Sonhos de Liberdade: o legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita*. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2007, p. 69.

⁴⁷⁹ SOUZA, Adriana Barreto de. *Op. cit.*, 2008, p. 523.

remetidos à Imperial Fazenda de Santa Cruz.⁴⁸⁰ Na verdade, as suposições do historiador americano conduziam os escravos libertos a alguma instituição Imperial (como era a Imperial Fazenda de Santa Cruz), onde ficariam à disposição das autoridades para que estas lhes dessem as ocupações que lhes conviessem.

Souza, talvez no afã de demonstrar a eficiência de seu biografado na condução e comando das operações do exército legalista na província sulina rebelada, foi ligeira ao afirmar de forma tão categórica - e em assunto tão polêmico - que os escravos remetidos a Corte receberam suas cartas de alforria já na chegada ao porto do Rio de Janeiro. Não, tal cena não se produziu. Se dimensionarmos esta situação em uma teia de questões maiores, como a importância da escravidão em todo Império Brasileiro, a importância do recrutamento de escravos nesse conflito (e em tantos outros no mesmo período, Império afora), o temor do contágio e propagação nas escravarias da livre interpretação de discursos proferidos pelas elites ao disporem de escravos como soldados com promessas de liberdade, a tensa e delicada relação entre proprietários e Estado Imperial, ao lançarem mão de propriedades privadas para uso estatal, entre outras, a cena se torna completamente inverossímil. E de fato, Caxias não conseguiu cumprir com mais esta concessão, como infere Souza – a de que os escravos que haviam lutado ao lado dos rebeldes tivessem suas liberdades efetivadas ao serem entregues ao Estado Imperial – como parte do acordo de paz. Se uma ou outra alforria se produziu, passada por Caxias ou por qualquer outra autoridade imperial a algum escravo que lutou naquela guerra, o mesmo aconteceu muito mais pelo esforço, atitude e relações tecidas pelo próprio escravo/soldado do que por um empenho de Caxias como representante da Coroa em cumprir as determinações do Acordo de Paz. Só temos conhecimento de uma situação assim, a do soldado Moisés de Souza Netto.⁴⁸¹ Souza usa o aviso de dezanove de novembro de 1838 para embasar as supostas liberdades passadas por Caxias. As forças imperiais haviam lançado mão deste aviso em uma tentativa de diminuir a participação de escravos nas forças rebeldes.⁴⁸² Em seu parágrafo terceiro este aviso diz que os libertos da República Rio-Grandense que se apresentassem a legalidade seriam

⁴⁸⁰ Não achamos evidências empíricas de qualquer escravo remetido do Rio Grande do Sul na Imperial Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Ver: ENGEMANN, Carlos. *Os Servos de santo Inácio a serviço do Imperador: Demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790- 1820)*. Dissertação de Mestrado em História, UFRJ, 2002.

⁴⁸¹ Refiro-me aqui a situação de Moisés de Souza Netto, apresentada no capítulo anterior. Ver ainda: CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Op. cit.*, 2009.

⁴⁸² Esta medida surge como uma resposta ao recrutamento e incorporação de soldados escravos pelos Farroupilhas. A esta altura da guerra os rebeldes já haviam formados os dois batalhões de lanceiros negros sobre promessa de liberdade via participação armada.

reconhecidos livres no Império. No entanto, se a historiadora infere mais do que prova sobre as liberdades concedidas por Caxias ao grupo de Lanceiros remetidos ao Rio de Janeiro no pós-guerra, acerta ao demonstrar que as liberdades destes escravos não eram ações tão simples, envolvendo negociações entre o Estado Imperial e os antigos proprietários dos escravos, mediante avaliação e posteriores indenizações. De fato, em vinte seis de julho de 1845 o decreto do Império nº 427 mandou “proceder avaliação nos escravos que serviram em armas a favor da rebelião na província do Rio Grande do Sul”, por meio da criação de uma comissão que ficasse a cargo de indenizações imediatas aos proprietários dos referidos escravos.⁴⁸³ Essa comissão só se efetivou três anos depois do decreto, em maio de 1848, quando se estabeleceu os parâmetros para o processo de indenização aos senhores que, por ocasião do conflito Farroupilha, se sentissem lesados com a perda de seus escravos para o exército. Foram quinze artigos estabelecendo o procedimento e detalhando as regras para que os proprietários recebessem não mais que quatrocentos mil réis por seu bem perdido.⁴⁸⁴ A demora para que a Comissão fosse criada, cerca de três anos a contar do decreto, até sua efetiva criação pode ser entendida por uma conjunção de fatores. Entre eles, a possibilidade de que, com o passar dos anos, estes senhores não tivessem mais condições de reivindicar as ditas indenizações, ou ainda de que não conseguissem comprovar suas posses escravas podem ser pensadas como válidas já que os artigos da comissão de indenização eram bastante detalhados no tocante as comprovações da posse do bem a ser indenizado. Quanto mais tempo se passasse aumentava consideravelmente as dificuldades de resgate do “prêmio”.

Enquanto o Estado Imperial protelava suas ações em relação às indenizações, estes escravos foram depositados em Instituições Imperiais militares, desde pelo menos o mês de novembro de 1845, quando chega à Corte o primeiro grande grupo de “escravos libertos”, composto de setenta e sete indivíduos.⁴⁸⁵

⁴⁸³ “Conformando-me com o parecer do meu Conselho de Estado, exarado em consulta de 26 de junho deste ano; hei por bem determinar que se crie por bem nesta Corte uma comissão pela qual se proceda, na conformidade das instruções que para este fim lhe serão dadas, à avaliação dos escravos que serviram em armas à favor da rebelião na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, ficando entretanto autorizado o presidente da dita província mandar indenizar imediatamente aqueles dos proprietários dos referidos escravos, que transferiram ao governo seus direitos, das quantias porque forem estes avaliados, e que não poderão exceder a quatrocentos mil réis (...). In: *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1845*. TOMO VIII, PARTE II, Rio de Janeiro: Tipographia Nacional, 1846. p. 97.

⁴⁸⁴ Arquivo Nacional, Série Justiça, IJ6 471. Ver também esta discussão em SILVA, Juremir Machado da. *Op. cit.*, 2010.

⁴⁸⁵ Correspondência de Carlos Evaristo Justino da Silva (o condutor dos libertos) a Luiz Manoel de Jezus, Comandante da Guarnição da cidade de Rio Grande: “Em resposta ao Ofício de Vossa Excelência de 4 do

Embora a pacificação da província do Rio Grande do Sul tenha se dado entre fins de março e princípios de abril de 1845 e nesta ocasião uma lista contendo noventa escravos/libertos tenha sido entregue a Caxias para serem remetidos à Corte, nem todos chegaram ao seu destino como previsto.⁴⁸⁶ Alguns destes homens desertaram em marcha e outros tantos foram posteriormente encontrados e remetidos à Corte. Consta inclusive que o General David Canabarro havia ficado com um “para si”.⁴⁸⁷ O primeiro grande grupo de escravos lanceiros chegou à Corte por volta de mês de novembro de 1845 como informa em correspondência Carlos Evaristo Justino da Silva, o condutor dos libertos a Luiz Manoel de Jezus, Comandante da Guarnição da Cidade de Rio Grande:

Em resposta ao Ofício de Vossa Excelência de 4 do corrente, cumpre-me responder que conduzi para o Rio de Janeiro 77 Libertos e 27 praças de [?] de diferentes corpos, sendo o que me constou do atestado que passou o Capitão Paiva do 6º Batalhão de caçadores, encarregado dos mesmo. É quanto tenho a dizer a Vossa Excelência. Deus Guarde a Vossa Excelência para muitos anos Rio Grande 4 de Novembro de 1845.⁴⁸⁸

Como deixa transparecer o documento, nem todos chegaram ao seu destino, apenas setenta e sete deles. Alguns ficaram pelo caminho, em geral frutos de doenças ou deserções, sendo alguns capturados novamente e posteriormente, remetidos. Vejamos alguns destes percursos.

O liberto André Alves Neves constava na lista dos soldados lanceiros a ser entregues a Caxias e por esta ocasião encontrava-se “adido ao 2º Regimento de Cavalaria Ligeira”, assim como seus demais companheiros (eles estavam divididos entre o Segundo e Terceiro Regimento de Cavalaria Ligeira) o que sugere que estes soldados já tivessem a prática da montaria entre suas habilidades e reforça nossa ideia

corrente, cumpre-me responder que conduzi para o Rio de Janeiro 77 Libertos e 27 praças de [?] de diferentes corpos, sendo o que me constou do atestado que passou o Capitão Paiva do 6º Batalhão de caçadores, encarregado dos mesmo. É quanto tenho a dizer a Vossa Excelência (...) 4/11/ 1845”. AHRs, B1, 049, Avisos.

⁴⁸⁶ “Corpo Auxiliar dos Lanceiros de Linha, Relação dos praças do mesmo que marcham - Comandante (sic!) do Corpo Auxiliar de Lanceiros, Corpo Auxiliar dos Lanceiros de Linha, Relação dos praças do mesmo que marcham Campo em marcha, 02 de março de 1845, José Alves Valença, Tenente- Coronel AHRs – Autoridades Militares – Maço 143. A relação completa está em anexo. Ver Anexo 05.

⁴⁸⁷ AHRs, Autoridades Militares, Maço nº 143.

⁴⁸⁸ Correspondência de Carlos Evaristo Justino da Silva (o condutor dos libertos) a Luiz Manoel de Jezus, Comandante da Guarnição da cidade de Rio Grande. “Relação nominal dos libertos, que vindo mencionados na Relação do Rio Grande do Sul não chegarão aqui: Bonifacio Machado - trouxe nota de se haver ausentado; Manoel Luiz; Luciano José de Alves, Idem; Anacleto José de Andrade, Idem; Manoel Simões, Idem; Profirio de Oliveira, Idem; José Bonito, Idem; Agostinho Manoel, Idem; José Anacleto, Idem; Fortunado Bazilio, Idem; Protazio Leite, Idem; Francisco Galatea, Idem; Joaquim Antiqueira, Idem; Francisco Bernardo, Idem; Andre Alves das Neves, Idem. Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 5 de Setembro de 1845”. AHRs, B1, 049, Avisos.

de que estes homens foram recrutados ao longo da guerra entre escravos com aptidões específicas como domadores e campeiros.⁴⁸⁹ Esta questão merece aqui um comentário mais detalhado antes de que se retorne aos passos de André. Em relatório, o Comandante das Armas da Província do Rio Grande do Sul, Brigadeiro João Frederico Caldwell por ocasião da entrega do comando, no ano de 1848, diz o seguinte:

Governo da Província foi servido autorizar-me a recrutar oitenta campeiros para condutores do Corpo de Artilharia à cavalo e é de sentir que esta autorização não fosse extensiva aos regimentos de Cavalaria Ligeira, para levá-los ao seu estado completo.⁴⁹⁰

Mais interessante que as palavras de Caldwell, ao dizer que foi autorizado a recrutar “80 campeiros”, em uma referência específica a uma atividade especializada, é o comentário do Presidente da Província Soares Andréa à margem do documento. Diz ele: “receio que faça emigrar muita gente para o Estado Oriental este recrutamento e mesmo os recrutas quase todos desertam, seria conveniente mandar os recrutas para um Depósito fora daqui até se tornarem soldados”.

⁴⁸⁹ Gabriel Berute, ao analisar a composição etária dos escravos chegados a Capitania do Rio Grande de São Pedro constatou que, no que ele chama de fase B do tráfico (1788-1822) houve uma “elevada participação de infantes ou crianças entre a escravaria importada pelo extremo sul da América Portuguesa”, sendo esta uma característica importante e peculiar do tráfico no Brasil meridional. Trinta e dois por cento dos escravos importados no período indicado pelo autor “tinham entre 10 e 14 anos, ou seja, quase noventa e um por cento das crianças desembarcadas no período (tanto entre crioulos ou africanos, os cativos nesta faixa etária eram em maior número). Entre as explicações que fornece Berute, uma particularmente nos interessa: a de que estes escravos infantes eram utilizados nas atividades produtivas desenvolvidas naquele universo escravista, sobretudo o pastoreio do gado vacum. O autor, ao citar um memorialista da época em questão nos fornece importante informação: “os escravos dos habitantes do Rio Grande são outros tantos cavaleiros: estes colonos vão e compram escravos de mais de 10 anos para os ensinarem a passar a vida a cavalo” ALMEIDA apud BERUTE, Gabriel. *Op. cit.*, 2007, p. 65. Sugere desta forma, uma preferência por escravos nesta faixa etária. “A utilização do cavalo era uma necessidade do pastoreio do gado vacum. Tal atividade exigia certo grau de destreza de quem se dedicasse a esta tarefa (o campeiro) e dificilmente alguém adquire as habilidades necessárias depois de adulto. Neste sentido, seria pertinente e, em certa medida racionalmente econômico a iniciativa dos senhores de comprarem escravos bem jovens e ensiná-los a ‘passar a vida a cavalo’ BERUTE, Gabriel. *Op. cit.*, 2007, p. 66. Outro exemplo nós dá a dimensão dos escravos infantes como mercadorias valiosas, bem como reafirma a ideia corrente de que escravos nesta idade eram mais fácil de serem encaminhados: “Numa destas discussões havidas entre herdeiros a respeito das avaliações feitas dos bens em litígio, temos algumas boas informações sobre os escravos enquanto mercadorias. O advogado Felix da Cunha, em 1859, procurador de alguns herdeiros que se sentiam prejudicados no inventário de Joaquim Lopes da Rosa (residente em Belém), contestava a avaliação feita de vários bens, inclusive alguns escravos, sendo seu recurso aceito pelo Juiz. Segundo este bacharel, o crioulo Julião, com 9 anos de idade, que fora avaliado por 500 mil réis, valia pelo menos 900 mil réis, pois: ‘é bem sabido que os crioulos dessa idade, por isso que deles se pode tirar excelentes escravos, instruindo-os, criando-os em bons sentimentos, dando-lhes ofícios, etc., caso em que não se acham os escravos já crescidos e por isso incapazes de voltarem a bons procederem, quando são maus, valem mais ou quase tanto como estes’”. APERS, 1º Cartório de Órfãos, maço 87, Auto 1852” MOREIRA, Paulo. *Op.cit.*,2008, p. 04. Ainda sobre a presença de escravos nas lides campeiras na Capitania e Província de São Pedro, ver respectivamente, OSÓRIO, Helen. *Op.cit.*, 2007; FARINATTI, Luis Augusto. *Op.cit.*, 2010.

⁴⁹⁰ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 180, Correspondência do Presidente de Província do RS (1848), Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

Ao dizer isso, Soares Andréa deixava claro que “este recrutamento” faria emigrar (ou fugir) muita gente ao Estado Oriental. É muito possível que estivesse se referindo ao recrutamento de escravos campeiros, os quais, como supunha, podiam preferir a fuga ou mesmo usar da farda para alcançarem o Estado vizinho.⁴⁹¹ Estava subentendido que era um recrutamento senão específico, especial, já que dizia logo em seguida que “mesmo os recrutas quase todos desertam”, como se estivesse a falar de recrutas comuns, e não daqueles campeiros. Para tanto, seria conveniente mandá-los para algum lugar em separado, até “se tornarem soldados”.

Os soldados lanceiros, do qual André fazia parte, foram entregues em dois de março de 1845. No entanto, no ínterim da remessa, André Alves Neves desertou. Isso ocorreu a quatro de agosto de 1845.⁴⁹² Sabemos que André desertou ainda na guarnição de Rio Grande, antes mesmo de ser remetido com seus outros companheiros. Em quatro de novembro de 1845 - três meses depois após fugir - já estava capturado e preso na Presiganga de Rio Grande.⁴⁹³ Permaneceu lá no mínimo cerca de 10 meses, pois em vinte e nove de abril de 1846 reencontra-se o liberto André e ele ainda estava preso no mesmo lugar, como informou o Presidente da Província Patrício Correa da Câmara ao Ministro da Guerra, Sr. Antonio Francisco de Paula Hollanda e Cavalcanti e Albuquerque:

Nesta ocasião ordenei ao Brigadeiro Comandante da Guarnição da cidade de Rio Grande que mandasse apresentar a Vossa Excelência com este meu ofício André Alves Nunes, que se achava preso na Presiganga (...) daquela cidade. Este indivíduo é do número daqueles libertos que tendo servido nas fileiras do partido dissidente, foram mandados para esta Corte, e por isso Vossa Excelência se dignará dispor dele como julgar conveniente. Palácio do Governo, Porto Alegre, 29 de abril de 1846.⁴⁹⁴

Segundo o ofício, André estava sendo remetido à Corte e deveria ser apresentado ao Ministro da Guerra, que deveria lhe dar o encaminhamento que julgasse conveniente; provavelmente o de juntá-lo ao “número daqueles libertos que tendo servido nas fileiras do partido dissidente, foram mandados para esta Corte”. Em sete de janeiro de 1847,

⁴⁹¹ Sobre a presença de escravos campeiros na pecuária sulina, ver OSÓRIO, Helen. *Op.cit.*, 2005, 2007; e FARINATTI, Luis Augusto. *Op.cit.*, 2010.

⁴⁹² Em alguns documentos este lanceiro aparece com o nome de André Alves “Neves” e em outros, como André Alves “Nunes”. Sua deserção é comunicada em ofício pelo Comandante da Guarnição de Rio Grande, Brigadeiro Manoel de Souza, em 02/11/1845 ao Conde de Caxias. AHRS, B1, 049, Avisos. Agradeço imensamente a Juremir Machado da Silva por me passar gentilmente esta fonte.

⁴⁹³ AHRS, B1, 049, Avisos.

⁴⁹⁴ Arquivo Nacional, IG¹ 178, Série Guerra - Correspondência do Presidente da Província (1846) - Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

nove meses depois desta correspondência, André estava no Depósito de Recrutas da Corte, assim como mais 21 de seus companheiros.⁴⁹⁵

Situação semelhante viveu o lanceiro Anacleto Pinheiro, também constante na lista entregue à Caxias no dia dois de março de 1845. Desertou em treze de agosto e assim como André Alves Neves foi remetido à Corte Imperial nos anos imediatos ao findar do conflito Farroupilha.⁴⁹⁶ Em dez de abril de 1847 encontra-se Anacleto Pinheiro sendo remetido a bordo da Escuna Guaíba, por ordem do Presidente da Província ao Ministro da Guerra João Paulo dos Santos Barreto:

Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência, da ordem do Exmo. Sr. Presidente da Província, a bordo da Escuna de Guerra Guaíba, o liberto Anacleto Pinheiro que me foi enviado com ofício do Coronel Deputado e Comandante General, por ter servido nas fileiras revolta finda nesta província. Deus Guarde a Vossa Exc., Quartel do Comando da 1º Brigada, Guarnição da cidade do Rio Grande e Fronteira, 10 de abril de 1847.⁴⁹⁷

Vinte dias de viagem de escuna da cidade de Rio Grande ao Rio de Janeiro e à 1º de maio de 1847, Anacleto aportava na capital Imperial. Era o que informava Francisco dos Santos Cabral ao Ministro da Guerra Antonio Francisco de Paula Hollanda e Cavalcanti e Albuquerque:

No dia 1º do corrente chegou a este porto vindo do Rio Grande do Sul a Escuna Guaíba, trazendo a seu bordo à disposição deste comando de Armas o súbdito Oriental Leopoldino Souza, o francês João Batista Nabarron, o soldado sentenciado do 7º Batalhão de Caçadores Alexandre Ferreira de Lima e o liberto Anacleto Pinheiro, como tudo consta de participação que recebi do Chefe de Esquadra encarregado do Quartel General da Marinha e porque eu não saiba para que fim vieram tais indivíduos à disposição desta repartição, rogo a Vossa Excelência que se digne dar-me ordens acerca de destino eu lhes devem ter. Deus Guarde Vossa Excelência, Quartel General da Corte, 06 de maio de 1847.⁴⁹⁸

Interessante perceber que o encarregado da missiva pede explicações ao Ministro sobre o que fazer com estes homens, “porque eu não saiba para que fim vieram tais indivíduos à disposição desta repartição”. Este desconhecimento e as dúvidas sobre

⁴⁹⁵ Arquivo Nacional, IG¹ 467, Série Guerra, Correspondência do Conde de Caxias para João Paulo dos Santos Barreto, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

⁴⁹⁶ Anacleto teve vários nomes, os quais aparecem no documento que dá parte de sua deserção. É bem possível que estes libertos lançassem mão destas estratégias identitárias como forma de tentar burlar o sistema militar no qual estavam inseridos. “N.B. Anacleto Jose de Andrade veio com o nome de Anacleto Jose de Andrade, e Jose Anacleto, como de Jose Anacleto”, AHRS, B1, 049, Avisos.

⁴⁹⁷ Arquivo Nacional, IG¹ 281, Série Guerra, Correspondência do Comando do exército em operações – RS – Ministério da Guerra (1845-1851), Gabinete do Ministro- Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

⁴⁹⁸ Arquivo Nacional, IG¹ 467, Série Guerra, Correspondência de Francisco dos Santos Cabral para Antonio Francisco de Paula Hollanda e Cavalcanti e Albuquerque, Ministro da Guerra. Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

o uso destes indivíduos nas Instituições Militares da Corte ficam um pouco mais claras na análise da trajetória do africano Salvador Braga, apresentada um pouco mais adiante. O que poderia ser uma especificidade de uma autoridade (o desconhecimento do que fazer com eles) ou uma mera dúvida (por falta de recebimento do aviso ou uma ordem, por exemplo) parece se configurar em uma dúvida geral sobre o que se devia fazer com estes homens que vinham do sul, assim como com Anacleto.⁴⁹⁹ E com Manoel de Moraes. O liberto Manoel também foi enviado à Corte em separado de seus companheiros, provavelmente por ter desertado e depois sido recapturado. Em 24 de julho de 1846, o Presidente da Província dá conta da ida de Manoel para a Corte, escrevendo ao Ministro da Guerra:

Nesta ocasião mando seguir para esta Corte à disposição de Vossa Excelência o liberto Manuel de Mello que tendo sido escravo do tenente da extinta 2º linha Antonio José de Mello, serviu nas fileiras dos dissidentes e como tal deve ter o mesmo destino que os outros seus camaradas, que depois da participação tem sido de aqui mandados. Deus Guarde a Vossa Exc. Palácio do Governo, Porto Alegre, 24 de julho de 1846.⁵⁰⁰

André Alves Neves, Anacleto Pinheiro, Manuel de Mello e tantos outros que lutaram na revolta Farroupilha estiveram ao longo dos anos de 1846 e 1847 sendo enviados aos poucos para as Instituições Militares na Corte Imperial. Em documento já citado anteriormente, datado de sete de janeiro de 1847, encontramos vinte e dois destes libertos no Depósito de Recrutas da Corte. Sobre isso, Caxias dizia o seguinte ao Ministro da Guerra:

Em cumprimento do Aviso da Repartição de vinte e nove do mês passado, levo à presença de Vossa Exc. a relação nominal dos libertos vindos do Rio Grande do Sul e que se acham no Depósito de recrutas da Corte. Julgo dever dizer a Vossa Exc. que me consta por informação do Comandante do Depósito que o indivíduo de nome Modesto José, vindo no número dos libertos, é ex-soldado do exército, o qual diz estar a espera de documentos que pediu ao Brigadeiro Graduado João Frederico Caldwell, para fazer suas reclamações, como provas de que alega. Deus Guarde a Vossa Excelência. Quartel General da Corte, 07 de janeiro de 1847.⁵⁰¹

⁴⁹⁹ Essa ideia será desenvolvida ao longo de todo capítulo e compõe a discussão central que empreendemos aqui.

⁵⁰⁰ Arquivo Nacional, IG¹ 178, Série Guerra, Correspondência do Presidente da Província (1846), Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes.

⁵⁰¹ “Relação Nominal dos libertos vindos do Rio Grande do Sul e que se refere ofício nº 07 desta data. Pedro Gonçalves, Manuel Ignácio Rodrigues, Felipe de Santiago (doente no Hospital), Bonifácio de Azevedo, Antonio Manuel Pedroso, Felipe Pedroso, Francisco Bernardino, Paulo Lopes, Antonio Modesto, Miguel Pereira, Manuel Fermino, Francisco Machado, Luis Munção, Antonio de Paiva, Fermiano de Lemos, Ignácio Martins (no Hospital), Salvador Braga, Felisberto dos Santos, Modesto Pereira, André Alves das Neves, Manuel de Mello, Januário José Antonio. Quartel General da Corte, 07 de janeiro de 1847”. Arquivo Nacional, IG¹ 467, Série Guerra, Correspondência do Conde de Caxias ao Ministro da Guerra, Sr. Marechal de Campo João Paulo dos Santos Barreto, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes. Destes 22 libertos da lista, 18 deles constam também na lista que contém os 90 nomes que foram, no dia 02 de março de 1845, entregues a Caxias par ser remetidos à Corte.

Além de confirmar que alguns destes libertos estavam no Depósito de Recrutas, o documento traz uma consideração interessante: Caxias diz que um destes libertos de nome Modesto José afirmava ser soldado do exército e que o mesmo estava a esperar os “documentos que pediu ao Brigadeiro Graduado João Frederico Caldwell, para fazer suas reclamações, como provas de que alega”. Ou seja, Modesto José, em algum momento reafirmava perante as autoridades a que estava submetido que era além de liberto um soldado (agora do Império). E, para provar já estava esperando os documentos que havia solicitado a Brigadeiro Graduado João Frederico Caldwell: de que eram soldados e, portanto, deveriam ser utilizados como tais. Modesto José, ao contrário do que seu nome sugere, foi audacioso ao se impor perante o Comandante do Depósito de Recrutas e dizer qual era sua condição. É possível inclusive que as contestações destes libertos estivessem norteando as autoridades e instituições que os recebiam, no sentido da dificuldade para definir o que fazer com eles. Ao reivindicar sua situação militar (no caso, como soldados do exército), forçavam as autoridades responsáveis a refletir sobre seus destinos e não simplesmente lhes destinar qualquer ocupação.

4.3) *Soldados e comandantes*: diferentes significados para o mesmo contexto.

Os anos que se seguiram ao fim do conflito regencial no sul do Império foram vividos diferentemente pelos egressos da guerra. Enquanto alguns libertos aos poucos reencontravam seus companheiros de guerra ao chegarem na Corte e lá tentavam retomar suas vidas, alguns próceres do movimento de 1835 tomavam outros rumos. O General Antonio de Souza Netto - grande incentivador do recrutamento de escravos na guerra, já vivia no Estado Oriental há alguns anos. Segundo o historiador Claudio Moreira Bento, sua vida naquele Estado estava voltada para o cuidado em aumentar seu gado e fortuna na Estância que possuía, denominada “Serrilha”.⁵⁰² Alguns historiadores têm ressaltado que alguns destes próceres Farroupilhas capitalizaram a guerra a seu favor, tirando proveito delas, inclusive, financeiros. Recentemente, Luis Augusto Farinatti usou esta ideia para demonstrar que algumas famílias de elite da fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro “manejaram a fronteira” habilmente em tempos de guerra,

⁵⁰² BENTO, Claudio Moreira. *Op.cit.*, 1993.

conferindo significados distintos aos anos belicosos de acordo com o grupo familiar, as redes sociais e os recursos disponíveis no jogo social.⁵⁰³

De forma geral, as lideranças farrapas pouco se importaram com o destino de seus ex-comandados. Os negros escravos que Netto outrora comandou foram sendo aos poucos depositados nas Instituições Militares na Corte Imperial, tendo muitos deles vivido por anos nestes lugares em situações precárias, duvidosas e imprecisas, alguns recebendo ração e um mísero soldo (tão mísero que por vezes era abonado em fumo) e vivendo, em sua maioria, como serventes. Mas o que talvez Netto, Bento Gonçalves, Canabarro, Almeida e outros tantos não poderiam imaginar era que estes soldados conseguissem concessões do Estado Imperial.

Assim, os “escravos libertos” seguiram um trajeto mais ou menos padrão após chegarem à Corte, que incluía serem inicialmente colocados no Depósito de Recrutadas da Praia Vermelha, depois remetidos ao Arsenal de Guerra, e de lá, remanejados ao Hospital Militar ou à Fortaleza de Santa Cruz, conforme as necessidades das instituições e a utilidade de cada um em serviços específicos. Ou ainda, conforme as punições que mereciam, devido a seus comportamentos inadequados.⁵⁰⁴ Importante destacar que, nestas instituições militares havia também outros libertos e escravos da nação a trabalho, não apenas àqueles soldados libertos provenientes da revolta Farroupilha. Mas são estes soldados libertos que aqui estarão em relevo.

A longa travessia feita por estes escravos, desde o momento em que foram entregues às lideranças imperiais, passando pela viagem na Barca “Triunfo da Inveja”, até sua chegada à Corte Imperial e o posterior encaminhamento às diversas Instituições Militares no Rio de Janeiro, constituiu um momento de incertezas, tanto para os que estavam sendo conduzidos, como para aqueles que precisariam agora destinar-lhes funções e lidar com estes homens.

4.4) “*Não é possível acreditar o boato que corre neste Arsenal, o dizer-se e o tratar-nos como escravos da nação*”: Africano, liberto, soldado, insubordinado: Salvador Braga e outros malungos.

⁵⁰³ FARINATTI, Luis Augusto, *Op. cit.*, 2010

⁵⁰⁴ Este trajeto parece ser comum aos soldados em geral, o que induz ao fato de que os “escravos libertos” pudessem estar sendo, desde o início de sua estada na Corte, tratados de forma semelhante aos soldados. Entretanto, deve-se considerar que o uso dessa mesma estrutura também pode significar que ela era a única que permitia que esses indivíduos fossem vigiados o tempo todo, já que ficavam alojados em instituições militares. Ou seja, poderiam estar sendo tratados como “escravos especiais”, que exigiam vigilância constante. Especiais sim, mas com privilégios como afirmou Leitmann, não. LEITMANN, Spencer. *Op.cit.*, 1979.

A trajetória do Africano liberto Salvador Braga diz um pouco sobre estas movimentações que envolveram o destino de inúmeros escravos ao final da guerra Farroupilha e os (incertos) rumos que tomaram suas vidas. Mas mais que isso: Salvador veio à tona por ter sido um indisciplinado, uma afronta à ordem militar. O africano foi um dos noventa escravos entregues ao Barão de Caxias no dia dois de março de 1845 e constava na listagem como adido ao Segundo Regimento de Cavalaria Ligeira.⁵⁰⁵ Estes homens aparecem sob o comando do tenente-coronel Alves Valença por ocasião da entrega, exposta anteriormente.⁵⁰⁶ Salvador surge novamente em 1847, quando se fica sabendo que era africano. Ao que deixam transparecer os documentos, alguma tinta foi gasta para falar de sua pessoa. Salvador aparece somente no mês de abril de 1847 em três situações. Primeiro quando depositado no Arsenal de Guerra da Corte, quando as autoridades discutem o que fazer com ele. Antes disso esteve no Depósito da Praia Vermelha de onde veio acompanhado de mais onze libertos. Seus malungos se chamavam Felisberto dos Santos, Fermiano de Lima, Paulo Lopes, Manoel de Mello, Manoel Fermino, Antonio Modesto, Januário José Antonio, Ignácio Martins, Miguel Pereira, Felipe de Santiago e Antonio Paiva. Importante demarcar que tanto o africano Salvador Braga como os outros libertos que foram remetidos com ele já eram conhecidos nominalmente e pertenciam ao grupo de escravos/soldados que foram entregues ao Governo Imperial por acordo ao final da Guerra.

Segundo as autoridades que redigiram o documento sobre Salvador, ele andava a ser desobediente e era uma ameaça à disciplina do local, tendo faltado com o respeito e sido atrevido com o feitor do dito Arsenal. Esse comportamento, somado a “seus maus procedimentos”, fez com que as autoridades militares considerassem necessária sua

⁵⁰⁵ Ao chegar ao Rio Grande do Sul em outubro de 1842 para comandar as tropas legalistas contra os rebeldes sulinos, Caxias já portava o título de Barão. Este lhe foi agraciado em 18 de julho de 1841. E, no imediato pós-guerra, em 25 de março de 1845 tornou-se Conde de Caxias. SOUZA, Adriana. *Op.cit.*, 2008, p. 569.

⁵⁰⁶ “Veterano da Revolução Farroupilha, o estancieiro José Alves Valença, nas décadas de 1850 e 1860, tornou-se o cidadão mais influente de Santa Maria. Tal posição foi fruto de uma série de alianças mantidas com alguns políticos, dos quais muitos eram antigos farrapos como ele. Estes, que sustentaram uma guerra de dez anos contra o Império, mesmo com a pacificação da província, jamais deixaram de interferir politicamente em seus municípios. Algumas evidências também colaboram para inferir que a própria emancipação de Santa Maria foi fruto das redes de relações estabelecidas por Valença durante a Guerra dos Farrapos e a campanha contra Rosas (1851-1852)”. VARGAS, Jonas Moreira. As duas faces do coronel Valença: família, poder local e mediação política em Santa Maria (1850-1870). In: WEBER, Beatriz; RIBEIRO, José Iran. (Org.). *Nova História de Santa Maria: contribuições recentes*. Santa Maria: Câmara Municipal de Santa Maria, 2010.

remoção para a Fortaleza de Santa Cruz, “pois seus conselhos podem contaminar os africanos libertos e escravos da nação”.⁵⁰⁷

Assim, as autoridades resolvem que o remeteriam à Fortaleza de Santa Cruz e que lá o africano poderia receber um vencimento como servente de obras.⁵⁰⁸ Certamente tal medida visava dar-lhe ocupação para tentar controlar sua rebeldia. Isso faz deduzir que até então Salvador estava depositado junto às Instituições Militares da Nação sem qualquer definição de seu destino, motivo pelo qual talvez andasse “tão insubordinado” a ponto de ter que ser removido de local. Mesmo que estes constantes deslocamentos e trocas de locais onde estavam os libertos pudessem ser um movimento normal da logística militar, constituindo uma especificidade daquela instituição, a remoção de Salvador é sintomática da necessidade que as autoridades responsáveis por estas instituições tinham em manter certa ordem e controle sobre aquela diversidade populacional e étnica que habitava as casernas imperiais.

A possível razão da remoção de Salvador não residia somente no temor de que ele pudesse vir a fazer, como insuflar a escravaria presente no arsenal, mas também estava embasada naquilo que já havia feito. Junto ao documento onde são expostos os temores sobre a pessoa de Salvador fica-se sabendo que os libertos do Arsenal vindos da província sulina - que muito possivelmente viviam em condições semelhantes ao do africano Salvador - haviam encaminhado um abaixo-assinado reivindicando esclarecimentos de como deviam ser considerados.

O abaixo-assinado (não-assinado nominalmente!) foi certamente a gota d’água para que todos libertos presentes no Arsenal, à exceção de quatro deles - que observavam condutas até então regulares, fossem removidos de lá rumo à Fortaleza de Santa Cruz. Em doze de abril Salvador já se encontrava na Fortaleza de Santa Cruz, e o abaixo-assinado data de dezenove de abril, portanto Salvador foi removido antes e em separado, justamente pelo seu poder de persuasão junto aos seus companheiros de guerra.⁵⁰⁹ Diz o abaixo-assinado:

⁵⁰⁷ Fonte: Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 467.

⁵⁰⁸ A presença da indicação em algumas obras do possível destino dos soldados lanceiros como a Real Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, que como já dissemos não se confirma, e a presença deles, como estamos demonstrando acima na Fortaleza de Santa Cruz, pode indicar que houve uma confusão no entendimento da instituição em que eles foram depositados. Muito se reproduziu em cima da afirmação primeira, sem, no entanto, haver comprovação. Parece-nos agora, após estes documentos, esclarecida a situação.

⁵⁰⁹ Eis os nomes dos quatro libertos de “condutas regulares”: Januário José Antonio, Inácio Martins, Fermiano de Lima e Manuel de Mello. Fonte: Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 467. É possível que tenham dimensionado os seus ganhos e perdas se participassem daquele ato de protesto, ou mesmo que

Dizemos nós abaixo-assinados, libertos que fiquemos na pacificação da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, que vindos da Praia Vermelha como soldados, para o Arsenal de Guerra da Corte, aonde nos achemos como serventes das oficinas do mesmo Arsenal, tirando-se nosso soldo e vencimentos, ganhando mormente 20 réis por dia, único ganho que temos à exceção da comida, e como não seja possível acreditar o boato que corre neste Arsenal, o dizer-se e o tratarnos como escravos da nação, porquanto em vários corpos do exército existe o maior número de nós libertos, com graduação como seja auspeçadas ou cabos, viemos submissos e respeitosamente por meio deste, lançarmos aos pés de Vossa Excelência a fim de sabermos qual o nosso atual e como nos devemos considerar.⁵¹⁰

Vários elementos saltam deste documento. Trata-se primeiramente de um abaixo-assinado que não estava assinado nominalmente e sim, em nome de os todos libertos presentes no Arsenal. Este fato pode ser percebido como um indício da situação coletiva de muitos libertos no pós-guerra vindos da província do Rio Grande de São Pedro. A auto-referência destes libertos como soldados e a denúncia do tratamento de escravos da nação que estavam a receber, bem como do fato de serem vistos pelo outros como escravos, são importantes elementos da situação em que se percebiam e que eram percebidos, configurando, portanto, a nítida confusão em que se encontravam tanto os envolvidos diretamente (os libertos) como daqueles que deveriam decidir seus destinos. Em suas auto-representações estes libertos se enxergavam como soldados, não aceitando serem chamados, vistos e tratados como escravos. Eram, portanto libertos e soldados. Estas eram suas identidades acionadas naquela situação.⁵¹¹ As reivindicações dos libertos, além de pedirem uma definição de suas condições denunciavam a existência de inúmeras situações semelhantes e sugeriam que muitos deles já haviam sido incorporados aos exércitos como praças graduadas - em postos como cabos e anspeçadas⁵¹², ou seja, praças graduadas - denotando uma margem de ascensão social dentro dos exércitos para estes homens, ainda que pequena.⁵¹³

Na tentativa de explicar o que havia acontecido, o tenente encarregado Manoel José da Silva encaminhou ao Major vice-diretor do Arsenal um ofício onde forneceu algumas explicações sobre o abaixo-assinado. Sobre o conteúdo do requerimento dos

tivessem encontrado caminhos alternativos ao abaixo-assinado, na tentativa de dirimir suas condições subalternas.

⁵¹⁰ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 467.

⁵¹¹ Pensamos aqui identidade como algo operado pelos indivíduos de forma situacional e contrastiva, construída na dinâmica social e em contato com o “outro”, onde a alteridade é elemento definidor. BARTH, Fredrik. *Op.cit.*, 2000; SEYFERTH, Giralda. *Op.cit.*, 1994.

⁵¹² CASTRO, Celso. *Op.cit.*, 1995; RIBEIRO, José Iran. *Op.cit.*, 2009.

⁵¹³ Mesmo que a ocupação destes postos tenha se dado apenas pela falta de homens para preenchê-los, de qualquer forma se configurou para os libertos como possibilidade aberta. Dentre os escravos que temos encontrado no Exército, o pardo João foi até então, o mais graduado. Chegou à 2º tenente dos Farroupilhas. Fonte: Arquivo Nacional: Série Guerra, IG¹ 176.

libertos informou que estes homens lá chegaram sob a condição de libertos e que também assim estavam sendo considerados e não como soldados. Percebe-se aqui que, se para as autoridades encarregadas de suas “estadas” na caserna imperial, ser liberto e ser soldado eram condições dicotômicas, para eles, serem libertos e soldado eram condições que não se excluía, pelo contrário, estavam imbricadas, sendo que a primeira (ser soldado) lhes garantia condição para a segunda (ser liberto). Sobre as acusações de que estariam sendo tratados como escravos, o tenente afirmou que isso era uma mentira, fornecendo algumas explicações mais detalhadas: 1º) O quartel em que estavam alocados é o mesmo dos soldados, e não onde se encontram os escravos; 2º) Que quando estes entram em forma, o fazem junto aos soldados, e em separado dos escravos; 3º) E, quanto aos seus vencimentos, que recebem o mesmo que os africanos não habilitados para uma ocupação específica, isto é, 20 mil reis diários, o que lhes é abonado em tabaco.

As explicações do tenente tentam desqualificar as denúncias feitas pelos libertos no documento, sobretudo se ocupam em negar que estes eram tratados como escravos, os colocando distantes dos espaços ocupados pelos cativos no Arsenal. Entretanto, ao fazer isso, o tenente caía em contradição, pois os aproximava daquilo que os libertos reivindicavam: suas condições de soldados. Se para as autoridades, a indecisão sobre suas condições pairava ao menos em três vertentes – se eram libertos, se eram escravos da nação ou se eram soldados; para os próprios parece que a condição de liberto já estava dada (ou extinta). O que desejavam era que como libertos fossem incorporados aos exércitos e deixassem de serem tratados como escravos, condição que já haviam deixado para trás, nos anos anteriores à guerra. A guerra foi seu rito de passagem para a liberdade e agora se encontravam sendo reduzidos a tratamentos que não mais mereciam e/ou não condiziam com a forma como se percebiam. Pode-se inclusive perceber aqui que a guerra pode ter configurado nestes homens “certo orgulho” e noções práticas de cidadania, já que haviam lutado como soldados e não como escravos. Ainda que neste caso, tenham se batido contra o Império. O que estava em jogo era a necessidade que tinham de serem reconhecidos como soldados, agora do Império do Brasil. E isto não era uma invenção de suas cabeças. Não foram eles que criaram esta necessidade, mas a negociação em torno do Acordo de Paz que pôs fim à guerra civil na província do Rio Grande do Sul. Estavam, portanto, dando forma a uma reivindicação que lhes cabia de direito e embasada naquilo que viveram e que sabiam ter sido proposto. Este conhecimento também é significativo do processo de politização por que passaram estes

homens nos longos anos de guerra. Acharam brechas importantes que lhes garantissem um pouco de dignidade. E esta dignidade, passava por “serem soldados”.

Estes pequenos fragmentos da trajetória do Africano Salvador Braga fornecerem a compreensão da incerteza que a participação na guerra os colocou.⁵¹⁴ Do vislumbre da liberdade pela promessa de alforria pós-guerra à possibilidade de se distanciarem da escravidão mediante a incorporação dos mesmos como soldados, a existência daqueles libertos na Corte que pediam uma definição para suas vidas através do abaixo-assinado endereçado ao Imperador não parecia ter em nada melhorado.

Dois anos haviam se passado do final da guerra sulina e Salvador e outros malungos ainda estavam a esperar uma decisão das autoridades imperiais. Imobilizados pela indecisão dos resultados sociais que a libertação de escravos em guerras podia gerar e temerosos quanto às posturas de suas elites regionais no tocante aos encaminhamentos que deveriam tomar sobre o destino daqueles negros, as autoridades imperiais não agiam. Havia uma inércia, normal às instituições militares e carcerárias do século XIX. Os problemas, naqueles anos belicosos de falta de braços nas fileiras militares haviam sido contornados em termos mais emergenciais, mas as promessas de liberdade fardadas (propostas inicialmente pelos Farroupilhas, mas também pelos Legalistas na tentativa de esvaziar os exércitos rebeldes), e seus encaminhamentos não haviam acabado para aqueles homens internados na Fortaleza de Santa Cruz. A pacificação trouxe um pouco de calma para a população sulina, tão onerada pelos longos anos de guerra, acalmando os ânimos das elites locais. No que concerne às razões que motivaram o movimento farrapo e aos interesses das suas lideranças a situação melhorou, mas deixou como herança um problema para o Estado Imperial, específico a este grupo de escravos.

A concessão de alforria aos escravos em guerra e a incorporação ou não destes libertos nos exércitos, problemas distintos, porém interligados, não dizia respeito apenas a Salvador, mas a muito outros negros. Marcus Carvalho aponta apropriadamente que a experiência de homens simples – entre eles escravos – nos exércitos foi uma experiência transformadora que mudou alguns homens, radicalmente.⁵¹⁵ O africano Salvador Braga pode ser visualizado dentro desta percepção, pois tratou-se de uma liderança e/ou porta voz nas reivindicações de seu grupo perante o Estado Imperial Brasileiro.

⁵¹⁴ Ao menos a este grupo específico de 90 homens entregue ao Barão de Caxias. Esta constatação não é válida para todos os escravos que participaram da guerra, como esperamos ter ficado demonstrado no capítulo anterior (cap.3).

⁵¹⁵ CARVALHO, Marcus. J. M. *Op. cit.*, 2005.

4.5) *Guerra encerrada, problema posto*: Salvador Braga e o abaixo-assinado à luz do problema de recrutar escravos, do acordo da “pacificação” e do destino dos soldados lanceiros.

A pacificação da Província de São Pedro não se fez sem grandes sacrifícios, alguns calculados, outros somente dimensionados à medida que demandavam soluções, típicas de um Estado Imperial em construção e que precisava a todo o momento negociar com suas elites sobre questões que diziam respeito ao Estado, uma vez havia nascido atrelados de forma indissociável ao poder personalista e às relações clientelísticas. Assim o foi com os destinos dos escravos/libertos da guerra Farroupilha. As autoridades estatais após o acordo de Ponche Verde se encontravam em uma delicada encruzilhada. O dito tratado trazia em suas cláusulas o resultado das negociações empreendidas entre lideranças Farroupilhas e Imperiais para que a guerra civil cessasse fogo.

O documento final, questionado historiograficamente sua validade por alguns autores trazia em seu artigo 4º o seguinte: “São livres, e como tais considerados, todos os cativos que servirem na República”.⁵¹⁶ Assim, cumprir tal disposição, ou seja, conceder as alforrias aos escravos/soldados para o Estado Imperial era premiar àqueles homens que pegaram em armas contra o Império, legitimando rebeldias há muito pouco apaziguadas, além de abrirem precedentes para possíveis contestações legais de outros tantos escravos que lutaram armados (fossem Legalistas ou Farroupilhas).⁵¹⁷

Aliás, esta discussão de premiar escravos rebeldes com alforria já estava em pauta desde pelo menos 1842, durante a Guerra Civil Farroupilha, muito antes do Tratado de Ponche Verde. Segundo Guazzelli o conflito Farroupilha só pode ser mais bem compreendido se dimensionado dentro das lutas intestinas intra e intergrupos políticos que ocorriam de forma paralela na Banda Oriental e Confederação Argentina, onde alianças eram tecidas e desfeitas a todo o momento.⁵¹⁸ Por volta de 1841, um Tratado é firmado entre Farroupilhas e Colorados Orientais, sob o comando de Fructuoso Riveira. Este acordo, conhecido como Tratado de San Fructuoso, assinado

⁵¹⁶ Moacyr Flores defende que este documento não foi um acordo de paz, e sim uma anistia. FLORES, Moacyr. *Op. cit.*, 2004.

⁵¹⁷ Artigo 4º do Tratado de Ponche Verde. Ver FAGUNDES, Morivalde Calvet. *História da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985, p.405.

⁵¹⁸ GUAZZELLI, Cezar A. B. *Op. cit.*, 2010.

em 28/12/1841, entre outras coisas, decidia que a República Rio-Grandense auxiliaria Riveira com:⁵¹⁹

500 homens de infantaria e 200 de cavalaria, todos de linha, para invadirem e ocuparem a província de Entre Rios (...). Estes soldados eram todos libertos e seriam comandados nesta invasão pelo General Netto. Em contrapartida, cabia ao presidente da República Oriental do Uruguai auxiliar de pronto com 2000 cavalos.⁵²⁰

Esta situação gerou ampla reação negativa na Confederação Argentina e o enviado de Buenos Aires à Corte Imperial, já no ano de 1842 “denunciava que ‘El caudillo rebelde de La Banda Oriental’ contratara a Bento Gonçalves ‘500 a 700 negros por ‘El valor de trescientos pesos cada uno’ para a Guerra contra a Confederação.”⁵²¹ Essa reação é parte da pressão que Rosas passou a exercer sobre o Império do Brasil para que este assumisse uma postura clara e saísse da sua cômoda neutralidade sobre os vizinhos e fronteiriços conflitos. No mês de setembro de 1842 as discussões se acirram na Corte Imperial e o Conselho de Estado do Império temia “a alta probabilidade de que ‘pelo menos os escravos armados, procurem reunir-se ao General Riveira’.”⁵²²

Neste sentido:

O Conselho deveria decidir se o Império se uniria aos inimigos que lutavam contra Riveira, caso este acolhesse os libertos da República, ou se aceitariam a alforria desses soldados num eventual acordo de paz com os rebeldes rio-grandenses, o que geraria um ‘terrível precedente de premiar com a liberdade o crime de insurreição, com o fim de evitar uma guerra estrangeira.’⁵²³

Sobre estas questões, Guazzelli conclui que “pela primeira vez a questão dos negros libertos do exército republicano se tornaria chave para o equilíbrio da região”.⁵²⁴ As importantes contribuições de Guazzelli a estas discussões só fazem reforçar a ideia de que muito mais que meras atuações de coadjuvantes os soldados/escravos na guerra civil Farroupilha tiveram um papel destacado não só nas lutas em si, mas também no campo político das discussões entre os grupos em disputa. Eles – os escravos recrutados - foram elementos de discórdia e provocaram inúmeras cizânias e longas discussões

⁵¹⁹ Antes mesmo do tratado, os representantes brasileiros em Montevideu noticiavam que “Riveira pensava em pedir a Bento Gonçalves a sua infantaria que era composta ‘toda de escravos, e que chegará a 400, porque com este número ele conseguirá seu ataque’ na Guerra contra Oribe e Rosas, mais ainda afirmava o presidente uruguaio que ‘no caso de pacificar a província, e assim convir, ele ficaria com aqueles pretos como colonos’”. Arquivo Nacional, Publicações, nº XXXII (1937, p. 280) In: GUAZZELLI, Cezar A. B. *Op. cit.*, 2010, p.114.

⁵²⁰ SPALDING, Walter. *Op. cit.*, 1985, p. 192.

⁵²¹ GUAZZELLI, Cezar A. B. *Op. cit.*, 2010, p. 108.

⁵²² Arquivo Nacional, Movimentos Políticos, f. 401, In: GUAZZELLI, Cezar Augusto. *Op. cit.*, 2010, p. 114-115.

⁵²³ Arquivo Nacional, Movimentos Políticos, f. 401, In: GUAZZELLI, Cezar Augusto. *Op. cit.*, 2010, p. 114-115.

⁵²⁴ GUAZZELLI, Cezar Augusto. *Op. cit.*, 2010, p. 107.

ainda durante a guerra. E não à toa que estas discussões ganham força em 1842, sobretudo à época em que Caxias assumiu o Comando das Tropas legalistas na província sulina, quando já se discutia também as grandes chances que ele tinha de vencer os rebeldes. E, portanto, a questão do que fazer com os negros rebeldes em armas estava em um horizonte próximo.

Ao que tudo indica os libertos das fileiras rebeldes emprestados à Riveira realmente cruzaram a fronteira e lutaram por algum tempo pela causa oriental e colorada contra a Confederação Argentina.⁵²⁵ O tratado de San Fructuoso data de vinte oito de dezembro de 1841 e em treze de janeiro de 1842, Bento Gonçalves oficiava à Riveira declarando que Antonio de Souza Netto estava a levar a divisão de auxílio.⁵²⁶ Em vinte e cinco de fevereiro de 1842 Saturnino Souza de Oliveira, Presidente da Província do Rio Grande do Sul escreve ao Conselheiro Aureliano de Souza Oliveira Coutinho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros dando notícias do que se passava no Brasil Meridional. Além de fazer uma crítica ao encarregado dos negócios do Brasil em Montevidéu, ao dizer que este era muito crédulo com as explicações de “Dom Fructo” sobre suas relações com os rebeldes Farroupilhas, dizia que “os cavalos que Fructo forneceu aos rebeldes haviam sido tomados à força por Bento Gonçalves em vingança da suposta molecagem de faltar à Conferência”.⁵²⁷ A situação acima exposta parece indicar que as partes acordadas não haviam agido da mesma maneira, uma vez que Bento entregou parte importante de sua infantaria de libertos, mas os cavalos prometidos como contrapartida, precisaram ser “tomados” com certa truculência. Estes desajustes e assimetrias nas relações políticas não impediram que Fructo permitisse a

Bento Gonçalves lançar uma finta⁵²⁸ sobre os brasileiros residentes no Estado Oriental, e aos agentes deste, o irem com força armada fazerem efetiva a cobrança; o Tenente Coronel Aníbal Antunes Maciel e seu irmão, foram fintados em 3 mil pesos, seu irmão que lá estava na estância em que são sócios teve de pagá-los à quadrilha armada dos rebeldes que os foi cobrar, e o mesmo aconteceu a todos os outros; grande número de brasileiros vem-se refugiando para o Rio Grande, procurando salvar gados e escravos e eu me vejo obrigado a franquear-lhes os meios de o passarem pela Lagoa Mirim, concedendo-lhes a saída de tal para ali os charquearem, ou permitindo os passar os gados no Rio São Gonçalo porque privados de toda a proteção naquele estado, seria levá-los ao

⁵²⁵ Pelo Tratado, na cláusula segunda, ficava estabelecido que as “ditas tropas, concluída a operação expressada, regressarão a seu respectivo território com seu correspondente armamento e equipamento, às ordens do seu governo”, SPALDING, Walter. *Op.cit.*, 1982, p. 192.

⁵²⁶ SPALDING, Walter. *Op. cit.*, 1982, p.194.

⁵²⁷ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 177 - Correspondência do Pres. da Província do RS (1842).

⁵²⁸ Finta: Golpe simulado que determina o adversário a parar de um lado, enquanto se ataca de outro. Enganar, calotear. LELLO, *Op. cit.*, s/n, p.1044.

desespero privá-los deste único recurso que lhes resta para salvarem algumas partes de seus bens.⁵²⁹

Isto é, as relações entre líderes Colorados e rebeldes Farroupilhas levou os conflitos em ambos os lados fronteiriços em alguns momentos a uma necessária reposição/recomposição de tropas. O Colorado Dom Fructo permitia aos rebeldes adentrarem seu estado para fazer cavallhada e arregimentar escravos, enfraquecendo os inimigos ‘blancos’.⁵³⁰ Da mesma forma que as autoridades a serviço do Imperador como o próprio presidente da Província Saturnino de Oliveira dava um jeito de auxiliar os orientais que se fugiam em direção à fronteira da Província do Rio Grande, refugiando-os das perseguições coloradas. Assim, se a premiação de escravos em guerra com alforria já era ponto discutido no andar da guerra, como expomos acima, a incorporação destes homens em fileiras militares já era assunto discutido (e temido) a bem mais tempo que os anos da Guerra Civil Farroupilha.⁵³¹

Neste sentido, se a incorporação de escravos às fileiras e a posterior concessão de alforria como prêmio a estes soldados já estava na pauta das esferas estatais há algumas boas décadas, estas questões não podem ser pensadas sem estarem atreladas a outro problema decorrente deste e que deveria ser contornado no pós-guerra. Este problema dizia respeito especificamente à ação estatal sobre a propriedade privada. O Estado Imperial ao conceder alforrias a estes escravos/soldados interferia diretamente na propriedade privada, mesmo que a isso se seguisse a indenização a seus antigos donos. E ainda, outro dilema se impunha: depois de concedida a alforria, incorporá-los ao exército seria melhor solução? Muitos daqueles homens já tinham na prática a experiência necessária para a vida nos campos de batalha e não facilmente se sujeitariam novamente a situações de opressão. O Exército, por sua vez, com seu crônico problema de deserções não podia também prescindir de soldados com experiência.

Os longos dez anos de guerra alteraram definitivamente a vida daqueles homens que pegaram em armas mediante promessas de liberdade. Estes, cientes das

⁵²⁹ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 177 - Correspondência do Pres. da Província do RS (1842).

⁵³⁰ Por certo que os rebeldes não atavam somente a ‘blancos’, mas certamente era esta a intenção de Riveira ao franquear-lhe a fronteira aos rebeldes.

⁵³¹ Essa discussão datava pelo menos desde os anos de Independência. Luis Geraldo Santos da Silva, ao elucidar os meandros e a complexidade dos conflitos políticos em Pernambuco nas lutas de Independência, no início dos conturbados anos de 1820 afirma que “a incorporação de escravos e de homens livres de cor entre partidários e combatentes da ruptura republicana constituía para alguns aspecto temerário e perigoso, um expediente de triste memória”. SILVA, Luis Geraldo. *Op.cit.*, 2006. p. 347-348.

modificações pessoais que suas participações na guerra lhes havia conferido, reivindicavam cada qual a sua forma, maiores espaços sociais. Estes libertos e suas reivindicações podem ser enquadradas no que Grinberg chamou de inauguração de uma “nova linguagem na política brasileira”, nas duas décadas que se seguiram a Independência brasileira. Segundo a autora, uma das principais marcas deste período foi “a politização da cor”:

Por todo o império, crescendo nos anos 1830, pipocavam revoltas e manifestações – além de jornais como *O Brasileiro Pardo* e *O homem de cor* – que traziam reivindicações dos chamados “cidadãos de cor” de serem incorporados, de alguma maneira, à nação e ao Estado que então se formavam. Afinal, embora formalmente a Constituição de 1824 reconhecesse como iguais, atribuindo direitos de cidadania, todos homens livres, incluídos os libertos, na prática os cidadãos descendentes de escravos reclamavam por serem considerados cidadãos de segunda categoria (...).⁵³²

A autora, ao trabalhar com a Sabinada na Bahia, busca entender a participação dos homens de cor e as implicações políticas e sociais deste movimento sobre suas vidas e visões de mundo. Trata-se, todavia de grupos de negros livres e urbanos. Ao traçar duas trajetórias distintas de intelectuais negros, discute e aprofunda pertinentemente a politização que estes anos acarretaram nos sujeitos sociais envolvidos direta e indiretamente no conflito. A Sabinada, a maior revolta da Bahia “foi umas das últimas da História do Brasil a ter entre suas plataformas a condenação das distinções entre cidadãos brasileiros por conta de suas origens”.⁵³³ Já o historiador canadense Hendrik Kraay localiza estas questões em relação à oficialidade das milícias, que perdia seus privilégios, com as alterações políticas naquele momento.⁵³⁴

A descrição de Gilberto Freire sobre o período regencial parece cair como luva sobre a Sabinada: “Período de frequentes conflitos sociais e de cultura entre grupos de população – conflitos complexos com aparência de simplesmente políticos – que todo ele se distingue pela trepidação e pela inquietação.”⁵³⁵

Foi o momento que homens “livres de cor”- livres e libertos – acharam para mostrar seus descontentamentos com a nova ordem que se erigia.⁵³⁶ Era, sobretudo, a brecha para forçar mudanças sociais mais profundas e estes homens pareciam cientes disso, sobretudo em se tratando de um estado nascente. Como explica Grinberg:

⁵³² GRINBERG; Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial, vol. II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 271.

⁵³³ GRINBERG, Keila. *Op. cit.*, 2010, p.271.

⁵³⁴ KRAAY, Hendrik. *Op.cit.*, 2001.

⁵³⁵ FREIRE apud GRINBERG, Keila. *Op. cit.*, 2010, p. 275.

⁵³⁶ É claro que este movimento foi bem mais complexo na diversidade de grupos sociais que comportava e reivindicava direitos, mas apenas destacamos o grupo que nos interessa mais diretamente.

Apesar da Constituição ter estabelecido que ‘todo cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes’, na prática havia outras diferenças que não os talentos e virtudes individuais, como expressava o princípio liberal: a ascendência africana, traduzida na cor de suas peles (...) Como cidadãos portanto, queriam ter garantido seu direito de ir e vir, sem que sobre eles pairasse a suspeita de serem escravos fugidos; queriam ter direito a ser oficiais da Guarda Nacional se cumprissem todas as qualificações obrigatórias aos outros cidadãos; repudiavam os castigos físicos a ele atribuídos; e reivindicavam participação efetiva na vida pública do país.⁵³⁷

Assim, a idéia de cidadania vigente na constituição brasileira mal entrara em vigor e tornara-se letra morta para muitos. Os direitos já nasciam limitados, e estes grupos pressionavam para que estas distinções se extinguissem definitivamente. Ser cidadão de segunda ordem não lhes interessava.

Da mesma forma que Keila Grinberg destaca a politização dos homens de cor na Bahia dos anos de 1830, Geraldo Silva atesta que em Pernambuco já no bojo da crise do Antigo Regime, nos anos imediatos ao movimento de 1817, o que supreende era “o grande número de pessoas comuns que nela tomou parte”.⁵³⁸ O que nos faz supor que esta politização pode ter se constituído em um processo de médio prazo, iniciado nos anos anteriores da Independência, passando por ela e atingindo seu ápice nas revoltas regenciais.

Impossível não remeter novamente ao abaixo-assinado comandado pelo africano Salvador dentro deste contexto de politização de homens de cor e da inserção deles num mundo político antes quase que exclusivamente dominado por grupos oligárquicos.⁵³⁹ Não se sabe o quão ladino era Salvador, mas sua vida em guerra certamente lhe conferiu habilidades e facilidades de comunicação e interações cotidianas para com homens como ele, ex-escravos e soldados. Também não se sabe se todos os homens que foram remetidos com Salvador do sul para a Corte eram africanos, mas certamente que entre eles haviam alguns crioulos. Supõe-se assim, que a solidariedade expressa no abaixo-assinado (quando interpretado como uma posição coletiva dos libertos vindos da Província sulina) estivesse se dando mais pelo viés ocupacional (ser soldado) e pela condição jurídica (libertos) do que propriamente pelo viés étnico.

Estas discussões não eram novidade no Rio Grande do Sul, nem na Bahia ou Pernambuco; estavam por todo Império Brasileiro, e mesmo presentes nos mais diversos países do continente Americano, ainda que as pautas e reivindicações

⁵³⁷ GRINBERG, Keila. *Op. cit.*, 2010, p.276.

⁵³⁸ SILVA, Luis Geraldo. *Op. cit.*, 2006, p. 373.

⁵³⁹ SILVA, Luis Geraldo. *Op. cit.*, 2006, p. 374.

diferissem segundo a região, a composição social dos grupos subalternos e a intensidade de ideias radicais em cada uma das rebeliões. No entanto, o que dizer do africano Salvador, que comandou o abaixo-assinado dos libertos vindos da província do Rio Grande do Sul, escrevendo direto ao Imperador, pedindo para que este lhes esclarecesse qual(is) era(m) sua(s) condição(ões) na estrutura imperial de forma ampla e no exército, de forma estrita? Parece mesmo que o africano Salvador configurou-se como um líder, tendo sido inclusive apartado de seus companheiros pelas suas ideias inflamadas e possível efeito corrosivo que poderia causar entre “africanos libertos e escravos da nação”.⁵⁴⁰ O africano Salvador ao cobrar participação formal na estrutura social oitocentista, reivindicando sua inserção (e de seus companheiros) no exército, mostrou conhecimento das regras do jogo, ao denunciar e argumentar que “em vários corpos do exército existe o maior número de nós libertos, com graduação como seja anspeçadas ou cabos”.⁵⁴¹ Pedia, pois, o reconhecimento da condição de soldado. Mesmo que Salvador e seus malungos já se considerassem libertos e soldados, optaram por usar a linguagem da Corte, ao recorrer ao abaixo-assinado endereçado ao Imperador, com uma retórica composta de argumentos bastante interessantes, uma vez que mostravam que já havia precedentes para situações como as suas, bem como que haviam optado por esta forma polida de contestação/negociação e não outra mais radical. Vivendo sob um status impreciso (escravos, libertos ou soldados) pediam o fim das ambiguidades e incertezas que pairavam sobre suas vidas e como efeito dos deslocamentos causados pela guerra.

Neste sentido, o abaixo-assinado corporifica o processo de politização pelo qual muitos libertos passaram naqueles anos de guerra. Além disso, permite pensar em uma cultura política dos anos de guerra, compartilhada pelos libertos na lide diária dos anos belicosos. Uma cultura política entendida neste trabalho como “um sistema de representações, complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar”.⁵⁴²

⁵⁴⁰ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 467. Ainda não podemos afirmar se estes africanos libertos eram todos da lista dos 90 homens remetidos da Província do Rio Grande do Sul. Pode ser que sobre a expressão “africanos libertos” possam estar também africanos livres em processo de emancipação, ou mesmo, outros africanos libertos vindos de outras partes do Império, já que estamos a falar de uma Instituição militar na Corte, que congregava efetivos de todos os lugares do continental Império Brasileiro.

⁵⁴¹ As discussões sobre a dupla precariedade da liberdade dos africanos, tão bem desenvolvida por João José Reis na obra sobre o africano Domingos Sodré, estão aprofundadas no capítulo 3.

⁵⁴² GOMES, Angela de Castro. *Op.cit.*, 2007, p. 47-48.

4.6) *As faces da caserna, entre reivindicações e castigos*: O soldado liberto Paulo Lopes Martins e outros malungos.

A situação de vida destes libertos Farroupilhas na Corte Imperial não parecia muito confortável. As autoridades pareciam estar pouco preocupadas em decidir o que para eles parecia já decidido, tornar negros libertos e ex-soldados em serventes, a serviço do Império. Condição esta comum à maioria dos soldados em serviços na caserna. Talvez acreditassem que esta seria uma punição cabível para estes homens que haviam lutado contra o Imperador nos anos regenciais no sul do Império. Os lanceiros sobreviventes dos sangrentos anos de guerra estavam em sua maioria empregados como serventes no Hospital Militar e no Arsenal de Guerra da Corte. No entanto, pelo verificado em suas reclamações, não estavam satisfeitos com suas ocupações nem com seus vencimentos. Ser servente, para estes homens que já haviam enfrentado os fronts de guerra, desenvolvendo ou aprimorando habilidades – como o manejo de armas, lanças e cavalos - e que por anos a fio viram a morte de frente, soava ofensivo. Um rebaixamento no status social que haviam atingido. Elementos imateriais difíceis de serem dimensionados pelas autoridades imperiais estavam em jogo, como honra e orgulho.⁵⁴³

No dia onze de abril de 1848, o Diretor do Hospital Militar, José dos Santos Oliveira, escreveu ao Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra, o Conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Mello dando esclarecimentos de um “acontecido” naquele estabelecimento:

Tenho a Honra de apresentar a Vossa Excelência o incluso ofício, que me dirigiu o Almojarife do Hospital pedindo que investigasse quando ou quem dera ordem para ser rigorosamente castigado o servente liberto Paulo Lopes Martins, ou qualquer dos seus companheiros se lhe constasse que às mãos de alguma autoridade fosse ter algum pedido de qualquer deles, como o dito liberto mencionou em um requerimento que dirigiu à Secretaria do Estado dos Negócios da Guerra, e isto a fim de que não sendo exato o que mencionou não passe despercebido, para evitar que impunidade dê lugar à reprodução de semelhante falsidade. E tendo eu em consequência mandado proceder à investigação pedida, que por cópia acompanha o citado ofício. Cumpre-me significar Vossa Excelência estar persuadido de que o dito Almojarife não dera a ordem acima referida e que quem escreveu o requerimento, vendo que o mencionado liberto não sabia ler, escrevera demais o que este não lhe mandava; porém julgando ser

⁵⁴³ Sobre discussões de honra na cultura gaúcha ver, José REMEDI, J. M. R. . Discussões acerca do estudo sobre Duelos de Honra no Rio Grande do Sul.. *ArtCultura* (UFU), Uberlândia - MG, v. 5, n. 6, p. 115-122, 2003; Um lance cavalheiresco: duelo e representação da honra na literatura.. *Delaware Review of Latin American Studies*, v. 10, p. 3, 2009. O africano Domingos Sodré, biografado por João José Reis, deu uma demonstração bastante instigadora destes elementos imateriais quando preso em 1862 “vestiu-se orgulhosamente com a farda dos veteranos da independência”. Ver capítulo 3 sobre esta discussão. Ver: KRAAY, Hendrik. *Op.cit.*, 1996; REIS, João José. *Op.cit.*, 2008.

preciso evitar a calúnia e observando que se o liberto depois de feito desse a outra pessoa para o ler não o levaria tal qual à Secretaria de Estado, tenho deliberado que o referido liberto, ora doente na Enfermaria, quando tiver alta, seja preso por um mês na prisão deste hospital, se Vossa Excelência outra coisa não ordenar. Deus Guarde Vossa Excelência, Diretoria do Hospital Militar, 11 de abril de 1848.⁵⁴⁴

Antes de discutir o documento, vale ressaltar o liberto Paulo Lopes Martins fazia parte da lista dos soldados entregues à Caxias e remetidos à Corte com mais outros tantos, em um total de setenta e sete, bem como também estava no grupo daqueles remetidos com Salvador Braga do Arsenal de Guerra para a Fortaleza de Santa Cruz.⁵⁴⁵

O que fica explícito na missiva é que alguém havia mandado castigar “rigorosamente” o liberto Paulo Lopes Martins ou a qualquer de seus companheiros, caso soubesse que eles tivessem remetido algum pedido a alguma autoridade. Isso segundo um requerimento que o africano liberto Paulo Lopes Martins havia encaminhado “à Secretaria do Estado dos Negócios da Guerra”. Ou seja, o liberto já havia feito um requerimento e nele denunciava que estavam sendo coagidos a não pedir coisa alguma. Segundo o Diretor do Hospital, não tinha sido o Almojarife o autor de tal ordem de castigo, tão pouco aquilo era verdade, como denunciava o liberto. Disse ainda que quem havia feito o requerimento ao dito liberto “vendo que o mencionado liberto não sabia ler, escrevera demais o que este não lhe mandava” e que se o referido liberto tivesse pedido a alguém para ler o dito documento, este não chegaria a Secretaria de Estado desta forma e com este conteúdo.

No mesmo dia, o próprio Almojarife, Fortunato Barbosa de Meneses, acusado de ter mandado castigar o liberto Paulo e seus companheiros escreve ao Diretor do Hospital, José dos Santos Oliveira explicando-se:

Tendo ontem informado o requerimento do liberto Paulo Lopes Martins, e como Vossa Excelência me ordenou, e nada dito sobre o período que me diz respeito, o qual é o seguinte..., e veja-se oprimido (o suplicante) com ordem do Almojarife do mesmo Hospital para ser rigorosamente castigado se contar-lhe que às mãos de alguma autoridade pára algum pedido feito pelo suplicante ou algum de seus companheiros. Vossa Excelência, ocorre-me hoje que a Vossa Excelência se digne investigar quando e a quem dei eu a ordem que o dito liberto faz menção em seu requerimento, porque, a não ser exato o que ele alega, não deve também passar isso desapercivelmente afim de que ele ou outros quaisquer não tenha a temeridade de citarem o que não existe quando muito bem lhe aprover, e isto

⁵⁴⁴ Arquivo Nacional, IG⁶ 4, Série Guerra, Hospital Militar da Corte (1848-1850), Código do Fundo: 9L, Seção de Guarda:Codes.

⁵⁴⁵ Arquivo Nacional, IG¹ 467, Série Guerra, Correspondência do Conde de Caxias ao Ministro da Guerra, Sr. Marechal de Campo João Paulo dos Santos Barreto, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda:Codes. Destes 22 libertos da lista, 18 deles constam também na lista que contém os 90 nomes que foram, no dia 02 de março de 1845, entregues a Caxias par ser remetidos à Corte. O liberto Paulo Lopes Martins está presente nas duas listagens aqui citadas. Ver ANEXO Nº 05.

em desabono das autoridades do mesmo estabelecimento onde se acham empregados como serventes, e Vossa Excelência convirá que, o atual procedimento deste liberto é mau, e que, se seguir-se impunidade pior será. Deus Guarde a Vossa Excelência, Almojarifado do Hospital Militar, 04 de abril de 1848.⁵⁴⁶

As alegações são semelhantes as que o Diretor do Hospital faz ao Ministro, levando a crer que o Diretor após receber esta missiva do Almojarife usa seus argumentos para convencer o Ministro. O Almojarife inclusive diz ao Diretor que mandasse investigar “quando e a quem dei eu a ordem que o dito liberto faz menção em seu requerimento”. Da mesma forma que diz que o liberto pronunciou inverdades e que tais atos não podem passar “desapercebidamente afim de que ele ou outros quaisquer não tenha a temeridade de citarem o que não existe quando muito bem lhe aprouver”. A partir destas evidencias conclui-se que tais atitudes enfraqueceriam as autoridades do estabelecimento onde estes libertos estavam alocados. Na verdade, o que o Almojarife expressa claramente era o temor que se atitudes deste porte passassem sem punição, o equilíbrio da ordem e da disciplina - tão necessária aos estabelecimentos militares - poderia ser comprometido. Ainda mais em se tratando de locais que comportavam homens em situações ambíguas, como libertos de guerra e africanos livres. Potencialmente falando, tais ações se não punidas poderiam incitar outras “insubordinações”. É fato que o próprio ato de punir severamente os libertos e seus companheiros - supostamente a mando do Almojarife - se esses reivindicassem qualquer coisa a qualquer autoridade já fosse uma tentativa de controle sobre estes homens. No entanto, parece que a atitude do Almojarife foi um tanto precipitada. Desconhecendo os limites e os meandros da negociação para com os libertos, Fortunato Meneses antecipou-se ao mandar puni-los e viu sua repressão surtir efeito contrário, pois é justamente em um requerimento (do qual estavam sendo proibidos e ameaçados de castigo se o fizessem) que o liberto africano Paulo Lopes Martins denuncia a opressão.

O interrogatório foi feito no dia quatro de abril de 1848,

Na sala da diretoria do Hospital Militar da Guarnição da Corte sendo presente ao Coronel Diretor do mesmo Hospital o ofício junto, datado do dia supra, que lhe dirigiu o Almojarife desse estabelecimento Fortunato Barbosa de Meneses, representando que se um requerimento que dirigira à Secretaria do Estado dos Negócios da Guerra, o servente liberto Paulo Lopes Martins, houvera este referido contra ele Almojarife inexatamente o seguinte, ‘e veja-se oprimido o suplicante com ordem do Almojarife do mesmo Hospital para ser rigorosamente

⁵⁴⁶ Arquivo Nacional, IG⁶ 4, Série Guerra, Hospital Militar da Corte (1848-1850), Código do Fundo: 9L, Seção de Guarda:Codes.

castigado se lhe constar-lhe que às mãos de alguma autoridade passara algum pedido feito pelo suplicante ou algum de seus companheiros'. Vossa Excelência pedindo que seja investigado o que inexatamente referiras no citado requerimento o dito liberto, para que isso não passe desaperecebido afim de que o mesmo e outros quaisquer não tenham temeridade de citarem o que não existe quando muito bem lhes aprouver, e me desabono das autoridades do mencionado estabelecimento, o dito Diretor mandou proceder em sua presença a seguinte investigação por um Candido Mariano Rodrigues, escrivão interino que a escreve.⁵⁴⁷

Lendo a introdução do interrogatório pode-se perceber que o que estava em jogo era a disciplina e a autoridade. O documento carregava um potencial pedagógico, para que outros como o liberto Paulo Lopes evitassem cometer tais temeridades. No entanto, a intenção primeira do requerimento era a denúncia de coação feita pelo Almojarife Fortunato; não ao menos, apenas esta denúncia. É somente quando o liberto Paulo Lopes Martins é interrogado que fica-se sabendo os motivos principais que o levaram a encaminhar um requerimento à Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra.

Perguntado ao dito liberto se tinha feito algum requerimento, respondeu que sim = perguntado mais, se se lembrava de todo o conteúdo do requerimento, e se nele declarava-se oprimido, e seus companheiros a não fazerem pedido algum a nenhuma autoridade pois que se o fizessem seriam rigorosamente castigados, isto por ordem do Almojarife deste Hospital, logo que isto lhe constasse = respondeu que tendo pedido ao Fiel de Roupas deste Hospital Antonio Florêncio Pereira do Lago, para lhe fazer um requerimento à Secretaria do Estado dos Negócios da Guerra, afim se lhe a abonar por este Hospital a mesma gratificação de noventa réis que percebia e seus companheiros quando estavam no Depósito de Recrutadas da Praia Vermelha, tendo deixado de perceber desde que de lá saíra, este não lhe quisera fazer dando por motivo o ser-lhe proibido pelo citado Almojarife, bem como pra qualquer outro de seus companheiros, o que à vista desta resposta pedira a um soldado do corpo de Artilharia a pé lhe o fizesse, ao que anuiu (...).⁵⁴⁸

As informações da fala do liberto Paulo Martins são preciosas e trazem diversos elementos a serem explorados. Um primeiro, quando Paulo Lopes Martins contou que havia pedido ao Fiel de Roupas do Hospital Florêncio Pereira do Lago, para lhe fazer um requerimento e revela que este tinha a finalidade de pedir ao Ministro que a ele e seus companheiros fossem abonados na “mesma gratificação de noventa réis que percebia e seus companheiros quando estavam no Depósito de Recrutadas da Praia Vermelha, tendo deixado de perceber desde que de lá saíra”. O requerimento, que tanto Paulo e seus companheiros estavam sendo coagidos a não fazer sob pena de castigo severo era uma reivindicação salarial.

⁵⁴⁷ Arquivo Nacional, IG⁶ 4, Série Guerra, Hospital Militar da Corte (1848-1850), Código do Fundo: 9L, Seção de Guarda:Codes.

⁵⁴⁸ Arquivo Nacional, IG⁶ 4, Série Guerra, Hospital Militar da Corte (1848-1850), Código do Fundo: 9L, Seção de Guarda:Codes.

Em documento de sete de junho de 1848, existe a relação dos serventes e empregados do Hospital Militar, onde estão listados nominalmente os africanos livres e os libertos acompanhados de suas gratificações.⁵⁴⁹ Neste documento, sabe-se, por um Aviso da Secretaria da do Estado dos Negócios da Guerra, que estes libertos desde treze de maio daquele ano de 1848 deveriam perceber a gratificação diária de trezentos e setenta réis, menos ração. Ou seja, posterior às reclamações e reivindicações do liberto Paulo Lopes havia sido determinado que eles voltassem a receber a gratificação reivindicada, agora não mais de noventa réis (como o liberto Paulo Lopes expunha em seu depoimento no mês de abril daquele ano), mas sim de trezentos e setenta réis diários. Este documento data do dia sete de junho. Entretanto, em vinte e oito de junho, o diretor do Hospital José Santos Oliveira, em correspondência ao Ministro da Guerra João Paulo dos Santos Barreto, comunicava o seguinte:

Tenho a honra de levar a Vossa Excelência a inclusa relação apresentada pelo escrivão deste Hospital, dos empregados que percebem gratificações não concedidas em lei e que cessam de 1º de julho próximo futuro em diante, sendo carecedores de novas mercês os que ela se julgarem com direito, conforme determina o aviso da repartição de guerra de 16 do corrente, por cujas disposições devo representar a Vossa Excelência o seguinte (...). Que os serventes libertos, visto cessar as suas gratificações dos quais eles se alimentam, é indispensável que eles continuem a perceber as rações como servente.⁵⁵⁰

Se um aviso da Secretaria do Estado dos Negócios da Guerra em maio ordenava a concessão da reivindicação do liberto, isto é, o pagamento das gratificações; agora, pouco mais de um mês e meio depois ordenava por novo aviso de dezesseis de junho que as gratificações cessassem à 1º de julho de 1848. Destas negociações, pode-se perceber algumas coisas: em primeiro lugar, que as gratificações estavam suspensas no mês de abril quando o liberto faz a reivindicação. No mês seguinte esta havia sido determinada e elevada a trezentos e setenta réis (menos ração) e, em fins de junho, as mesmas foram por novo aviso, mandadas suspender a partir de 1º de julho de 1848. Em segundo lugar indicava que o valor que estes libertos ganhavam - que Paulo Lopes estava a reivindicar - noventa réis - era ínfimo, dava, mormente para sua alimentação diária. Em terceiro lugar, que os libertos, ao deixarem de perceber as gratificações das quais “se alimentam”, segundo opinião humanitária do diretor do Hospital, deveriam ao menos receber as rações. E por último, mesmo que o documento revele que estas

⁵⁴⁹ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG⁶ 4, Série Guerra, Hospital Militar da Corte (1848-1850), Código do Fundo: 9L, Seção de Guarda:Codes.

⁵⁵⁰ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG⁶ 4, Série Guerra, Hospital Militar da Corte (1848-1850), Código do Fundo: 9L, Seção de Guarda:Codes.

gratificações eram “gratificações não concedidas em lei”, em algum momento elas haviam sido concedidas, e, portanto, interpretada pelo liberto (e por certo, também por seus companheiros, já que aquilo era uma reivindicação coletiva), como justas e de direito. Os meandros destas negociações indicam que as autoridades no mês de maio cederam aos apelos reivindicatórios dos libertos, mas que logo em seguida, recuaram e acharam por bem retirar-lhes qualquer benefício. É possível que a resolução de conceder o que pediam (pela resolução de 13 de maio de 1848) tenha servido para acalmar os ânimos naquela instituição, portanto como uma medida improvisada para efeitos imediatos, e que em seguida, refletida a questão, às autoridades do Ministério da Guerra tenham se dado conta que a concessão das gratificações poderia implicar no entendimento por parte dos libertos de conquistas importantes. Assim, para evitar que estas reivindicações tomassem maiores proporções resolveram por suspendê-las em seguida. A lógica dessa negociação se assemelha ao que Fábio Faria Mendes, denominou de “economia moral”, tomando emprestado o conceito de E. P. Thompson. As noções de fricções, liturgias e mercados paracem se encaixar não só as contingências do recrutamento militar, mas também à dinâmica das instituições militares, onde a administração estatal com suas limitações e imprevistos, se fazia representar no jogo das negociações.⁵⁵¹

Estes libertos estavam, antes de tudo, insatisfeitos com a transferência do Depósito de Recrutas para o Hospital Militar, onde não tinham gratificações e o trabalho havia aumentado consideravelmente.⁵⁵²

O segundo elemento a ser explorado é o fato do liberto Paulo Lopes não saber ler nem escrever. Para tanto, teve que contar com auxílio de outros para que sua reivindicação se efetivasse. O primeiro pedido feito, ao Fiel de Roupas do Hospital Antonio Florêncio Pereira do Lago lhe foi negado, pois segundo suas escusas lhe era “proibido pelo citado Almojarife, bem como pra qualquer outro de seus companheiros”. Não se dando por vencido o liberto “pedira a um soldado do corpo de Artilharia a pé lhe o fizesse, ao que anuiu”. Foi este soldado, de quem não se sabe maiores informações,

⁵⁵¹ Como bem aponta Fabio Faria Mendes: “O conceito de fricção é particularmente adequado para caracterizar o jogo de ardis, negociações, resistências e compromissos que caracteriza o recrutamento militar no Brasil imperial, permitindo conceituar a precariedade das bases morais e materiais da administração honorária do recrutamento no Brasil do século XIX.”. MENDES, Fábio Faria. A economia moral do recrutamento militar no Império Brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 13 n. 38, São Paulo, Outubro, 1998.

⁵⁵² Ver o conjunto de correspondências do Arquivo Nacional, Série Guerra, IG⁶ 4, Série Guerra, Hospital Militar da Corte (1848-1850), Código do Fundo: 9L, Seção de Guarda:Codes.

quem escreveu o requerimento e de quem o Diretor do Hospital se referia quando disse ao Ministro “que quem escreveu o requerimento, vendo que o mencionado liberto não sabia ler, escrevera demais o que este não lhe mandava”. E aqui cabem a terceira e a quarta observações. Não se sabe por qual motivo, mas ao dizer isto, o Diretor do Hospital dividia a culpa do requerimento entre o liberto, autor da idéia, e àquele a quem o liberto destinava à escrita. Mentor e executor estavam igualmente sendo inculcados, já que ainda segundo o diretor, “julgando ser preciso evitar a calúnia e observando que se o liberto depois de feito desse a outra pessoa para o ler não o levaria tal qual à Secretaria de Estado”. E, a quarta e última questão diz respeito à solidariedade que o soldado anônimo teve para com o liberto.⁵⁵³ Não se sabe ao certo que espécie de solidariedade existiu para que ele aceitasse escrever o requerimento (se étnica ou de farda), mas o que se sabe é que o requerimento foi escrito e as denúncias foram feitas.

Mas as palavras do liberto ainda tinham mais dizer. Na continuidade de seu depoimento, Paulo Lopes revela mais uma importante informação, quando perguntado

Se lembrava de todo o conteúdo do requerimento, e se nele declarava-se oprimido, e seus companheiros a não fazerem pedido algum a nenhuma autoridade pois que se o fizessem seriam rigorosamente castigados, isto por ordem do Almojarife deste Hospital, logo que isto lhe constasse.⁵⁵⁴

Uma parte da resposta a essa pergunta já foi apresentada, quando o liberto Paulo conta a que se destinava seu requerimento e a quem havia pedido para que redigisse o dito documento, sendo o restante, o seguinte:

O que à vista desta resposta pedira a um soldado do corpo de Artilharia a pé lhe o fizesse, ao que anuiu, mas que não tinha mandado escrever no mencionado requerimento ser ele ou algum de seus companheiros rigorosamente castigados por ordem do dito Almojarife quando lhe constasse ter ele, ou algum de seus companheiros feito algum pedido a qualquer autoridade e nada mais disse.⁵⁵⁵

O fato do liberto Paulo Lopes negar as acusações que havia feito ao Almojarife soou como uma surpresa. Todavia, passei a entender sua atitude como uma “retirada estratégica” para evitar punição maior. Ao que parece, Paulo Lopes compreendeu e entrou no jogo de poder estabelecido pelo Almojarife. Se este havia negado que havia

⁵⁵³ Izecksohn destaca que se tratava de prática comum soldados escreverem cartas para os escravos da nação em instituições militares. IZECKSOHN, Vitor. *War, Reform and State-Building in Brazil and in the United States. Slavery, Emancipation and Decision-Making Processes in the Paraguayan and Civil Wars (1861-1870)*. Tese de Doutorado em História, University of New Hampshire, UNH, Estados Unidos, 2001.

⁵⁵⁴ Arquivo Nacional, IG⁶ 4, Série Guerra, Hospital Militar da Corte (1848-1850), Código do Fundo: 9L, Seção de Guarda:Codes.

⁵⁵⁵ Arquivo Nacional, IG⁶ 4, Série Guerra, Hospital Militar da Corte (1848-1850), Código do Fundo: 9L, Seção de Guarda:Codes.

mandado castigar o liberto, Paulo Lopes também negou que houvesse pedido a alguém para escrever as dita acusação de coação. Ambos estavam se resguardando de punições maiores. O Almojarife, de seus superiores, que podiam interpretar sua ação com um abuso de poder; e Paulo Lopes, de alguma vingança por parte do acusado. Importante demarcar o entendimento das ações do liberto como um ato racional, à medida que consegue levar a efeito a denúncia sobre a coação, chamando atenção para a sua situação (e de outros como ele) e demarcando para com as autoridades do Hospital Militar a necessidade serem iniciadas negociações antes da violência deflagrada.

Há ainda outro elemento que deve ser ressaltado: a afirmação do Diretor do Hospital de que, se o liberto Paulo Lopes tivesse lido o documento que pediu ao soldado para escrever, o mesmo não chegaria a Secretaria com aquele conteúdo. Captou o potencial reclamatório e o grau de reivindicações que aqueles libertos estavam fazendo e tentou acalmar a situação, já que esta não era a primeira reivindicação coletiva que faziam. Foi hábil ao lidar com aqueles libertos, do qual Paulo era um representante. Ao minimizar a ação do liberto, pode ter investido no fato de que dessa forma estaria abrandando ações/insubordinações futuras e maiores. O africano liberto Paulo Lopes Martins se constituiu, ao menos nesta situação, em um mediador de seu grupo para com as autoridades militares, assim como já havia feito Salvador Braga, exatamente um ano antes.⁵⁵⁶

O que fica, através da interpretação deste caso, é que havia limites a serem respeitados, no âmbito do relacionamento hierárquico, assim como noções mínimas de justiça, de direitos e de disciplina, os quais deviam ser observados por todos nas relações que ali se constituíam. Embora estas relações fossem verticais, existia, implicitamente, uma bilateralidade no que concerne a manutenção do equilíbrio entre soldados e superiores dentro de uma instituição militar.

⁵⁵⁶ Sobre as diversas formas de empregar o conceito de mediador na pesquisa, ver REIS, João José. *Op. cit.*, 2008, VARGAS, Jonas Moreira. *Op. cit.*, 2010; MOREIRA, Paulo. Um negro de clara sorte na terra e límpida estrela no céu: Inserções profissionais e associativas de um pardo nos oitocentos In: *Trabalho, Justiça e Direitos no Brasil: Pesquisa histórica e preservação das fontes*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2010; _____. Podem minha cabeça e orelhas levar, mas meu corpo não: Os processos criminais como fontes para a investigação das culturas negras meridionais. Introdução. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Administração e Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Catálogos seletivos sobre a escravidão no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG - Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas, 2010; _____. Fragmentos de um enredo: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança parda numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt / Jaguarão, século XIX) In: *Escravidão, mestiçagens, Populações e Identidades Culturais*. Ed. SP / BH / V. Conquista: ANNABLUME / PPGH UFMG / Edições UESB, 2010.

4.7) *A vida na caserna entre sociabilidades e fugas*: Africanos livres, libertos de guerra, escravos da nação e soldados nas instituições militares da Corte Imperial.

Os libertos do Rio Grande do Sul - expressão utilizada pelos mesmos para se auto-referenciar (e por que não, se diferenciar!) – estiveram ao longo dos anos em que viveram na Corte em uma condição jurídica ambígua. Sua situação se assemelhava a de tantos africanos “livres” em processo de emancipação que lá também se encontravam depositados. Neste dinâmico jogo de aproximações e diferenciações identitárias, feito tanto pelos atores sociais presentes neste espaço institucional, mas também pelas autoridades que respondiam por estas instituições, forjou-se uma intensa sociabilidade que denominamos de “sociabilidades da caserna”. Por certo muitos libertos, escravos da nação e africanos livres conversaram naqueles espaços sobre como foram parar ali, sobre o duro tráfico atlântico por que muitos haviam passado, sobre suas regiões de origem, suas crenças, suas famílias e seus futuros. Por certo, muitos deles também se confrontaram, discutiram questões que lhes atritavam. Da mesma forma que podem ter decidido e trocado informações sobre rotas de fuga, formas de dissuadir feitores e sentinelas, uma vez que se sabe que muitos fugiam constantemente e logo em seguida, retornavam.

A documentação apresenta inúmeros casos de fugas, sobretudo de africanos livres e libertos. Estas fugas davam-se, até onde sabemos, em um único sentido: do Hospital Militar para o Arsenal de Guerra. A razão destas fugas esteve ancorada no fato de que no Hospital Militar havia muito trabalho a ser feito enquanto o Arsenal era um espaço onde estes homens podiam contar com alguns dias livres, como domingos e dias santos, situação ausente no hospital. Estes homens buscaram dentro dos limites que suas condições lhes permitiram dirimirem as dificuldades de uma liberdade precarizada (para uns) e tutelada (para outros). A busca pelo Arsenal também pode ser entendida pelo fato de terem lá uma mobilidade mais facilitada, onde poderiam mais facilmente - entre uma fuga e um retorno - alugaram-se no Rio de Janeiro para alguns trabalhos eventuais, conseguindo mais um pouco de dinheiro para seus projetos de vida futuros (ou mesmo para auxílio momentâneo de suas famílias).

Em 1847, quando João Carlos Pardal, Diretor do Arsenal de Guerra da Corte apresentou seu relatório ao Sr. Ministro do Estado dos Negócios da Guerra, disse o seguinte sobre os serviços do Arsenal:

Os 2 feitores (...) são insuficientes para o trabalho de vigiar centenas de operários e mesmo acompanhá-los na condução de materiais para fora e para dentro do

estabelecimento, atendendo-se ainda que um de tais feitores tem exclusivamente a cargo guarda e vigia de todos os africanos livres e escravos da nação: estas considerações justificam o argumento de mais 2 feitores (tabela nº 01) com 800 réis cada um, o que faz montar a dispensa anual de todos os quatro à quantia de 1:600#000.⁵⁵⁷

O relatório aponta para a insuficiência de dois feitores para o cuidado de vigiar “centenas” de operários, inclusive porque era necessário e muito comum a condução de materiais para dentro e fora do estabelecimento militar, o que fazia com que a necessidade de vigilância fosse redobrada, já que estes “operários” se deslocavam frequentemente para fora dos muros da caserna. O diretor apontava ainda que um dos dois feitores existentes tinha a “guarda e vigia” exclusiva dos africanos livres e soldados da nação, trabalho deveras complicado, em se tratando de centenas de homens. Por isso o diretor requisitava ao Ministro a autorização para a contratação de mais dois feitores, cada um recebendo 800 réis mensais.

Se desconhece, para todos os anos imediatos ao término dos conflitos regenciais, o número exato de homens que estavam sob a responsabilidade desses dois feitores. Em meados do ano de 1847 existiam “111 libertos e escravos a serviço do Arsenal” de Guerra da Corte.⁵⁵⁸ Além do mais, o fluxo de entrada de africanos livres parecia ser constante no pós-1831.⁵⁵⁹ No entanto, não é difícil pensar que além do fato de “dois homens” serem insuficientes, isto facilitava sobremaneira as idas e vindas para dentro e fora do Arsenal, para além daquelas saídas realizadas a serviço. No entanto, se as fugas aconteciam em geral para fora dos muros da caserna, elas não se davam somente em um sentido. Se alguns serventes africanos livres e libertos desejavam fugir do Hospital Militar, alguns escravos desejavam adentrar aquele universo. Este foi o caso do jovem preto de nome Carlos, que fugiu de sua casa à rua do Rosário, no centro da capital Imperial, para o Arsenal de Guerra. O diretor do Arsenal José dos Santos Oliveira ao comunicar ao Ministro Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque a presença deste escravo no Arsenal, evidencia os “culpados”:

Cumpre-me participar a Vossa Excelência que pelas cinco horas da manhã do dia de hoje foi encontrado dentro deste Arsenal um preto que diz chamar-se Carlos e

⁵⁵⁷ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG⁷ 9, Arsenal de Guerra (1846-1847), Código do Fundo: 9L, Seção de Guarda:Codes.

⁵⁵⁸ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG⁷ 9, Arsenal de Guerra (1846-1847), Código do Fundo: 9L, Seção de Guarda:Codes.

⁵⁵⁹ Ainda durante o conflito Farroupilha, no ano de 1837, a diretoria do Arsenal informava sob a substituição dos remeiros cativos por africanos livres por serem estes mais convenientes “e porque eles têm sido mandados aos montes para cá”. Que a substituição se de dava aos poucos, à medida que eles aprendiam o ofício; “seis já podem servir assim, porque o tenho aplicado nestes ofícios”. Arquivo Nacional, Série Guerra, IG⁷ 4, Arsenal de Guerra (1839), Código do Fundo: 9L Seção de Guarda:Codes.

que fugira de sua casa na rua do Rosário, este preto, que parece novo porque inda pouco fála, foi logo recolhido à prisão deste Arsenal, como Vossa Excelência verá da parte junta do oficial do dia e posto que neste acontecimento não houvesse alguém de maior ponderação parece contudo que o comandante da guarda, o sentinela e porteiro foram pouco cuidadosos no exato cumprimento de seus deveres. Sobre este objeto, Vossa Excelência determina o que melhor lhe convier. Deus Guarde a Vossa Excelência, Diretoria do Arsenal de Guerra, 20 de agosto de 1840.⁵⁶⁰

A entrada do preto Carlos havia sido uma falha da segurança do Arsenal, a saber, do comandante da guarda, da sentinela e do porteiro, que haviam sido “pouco cuidadosos no exato cumprimento de seus deveres”. Se alguns anos após o acontecido se discutia como manter apenas dois feitores cuidando destes homens, o problema já estava claro alguns anos antes. No ínterim em que o Ministro é informado do ocorrido – vinte de agosto - até início do mês de setembro, ocorre a mudança de direção no Arsenal de Guerra. É o novo diretor, Miguel de Frias Vasconcellos quem fornece novas informações ao Ministro Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque sobre o preto Carlos:

Dando cumprimento da primeira parte do aviso de Vossa Excelência de 28 do mês passado que me mandara informar a respeito do preto Carlos encontrado dentro do Arsenal; cumpre-me em referência às averiguações a que mandei proceder pelo Vice-diretor interino, participar que a Vossa Excelência que se verifica o que meu antecessor comunicou a Vossa Excelência de se ter encontrado dentro deste estabelecimento às 5 horas da manhã do dia 20 o referido preto e bem assim, todas as outras referências a respeito e que o porteiro e a guarda se defendem com a contínua entrada e saída do Arsenal de muitos africanos livres em que estão a (?) trabalho e que entre eles facilíssimo era o ingresso do referido preto sem que fosse distinguido dos outros, pertencentes ao Arsenal. O preto que faz objeto desta ainda se existe na prisão deste Arsenal e conveniente seria que Vossa Excelência se dignasse a mandar que se entregasse ao Juiz de Paz do distrito, visto que está fazendo despesa com o sustento e que há um cidadão que diz ser seu o escravo. Fico esperando as últimas ordens de Vossa Excelência a respeito. Deus guarde a Vossa Excelência, Diretoria do Arsenal de Guerra, 05 de setembro de 1840.⁵⁶¹

Interessantíssimas palavras foram estas proferidas pelo novo Diretor. Dizia ele que “o porteiro e as guardas se defendem” da acusação de terem sido “pouco cuidadosos” no exercício de suas funções, pois a contínua entrada e saída de africanos livres do Arsenal a trabalho possibilitavam de forma muito fácil que entre eles

⁵⁶⁰ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG⁷ 5 – Arsenal de Guerra (1840), Código do Fundo: 9L Seção de Guarda:Codes.

⁵⁶¹ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG⁷ 5 – Arsenal de Guerra (1840), Código do Fundo: 9L Seção de Guarda:Codes.

entrassem (ou saíssem) pretos quaisquer que não àqueles que pertenciam necessariamente ao dito Arsenal.

Isso evidenciava várias coisas: em primeiro lugar que os africanos livres e libertos do Arsenal tinham, em seus cotidianos, uma intensa mobilidade não só não espaço da caserna, como fora dela, o que justificava em grande parte as fugas que ocorriam do Hospital Militar para o Arsenal, local onde, ao que tudo indica possuíam maior mobilidade, menos trabalho e ainda poderiam desfrutar de dias livres, como domingos e dias santos. Esta mobilidade lhes proporcionava contatos diversos, dentro e fora daqueles espaços, trazendo e levando informações, produtos, encomendas, fazendo novas amizades, o que poderia fazer com que alguns escravos desejassem tentar a vida por lá. As oportunidades nas vidas dos escravos dos oitocentos poderiam ser bastante distintas conforme o local que habitavam, os senhores que tinham, as atividades produtivas em que estavam locados, as funções especializadas (ou não) que possuíam, as relações que teciam, as estratégias que empregavam e os recursos que dispunham. Estas constatações da complexidade da vida cativa podem também ser pensadas em relação ao exército indicando que, como no caso do jovem escravo Carlos, nem sempre o exército constituísse uma organização total. Pelo contrário, ao pesarem a vida que tinham e a vida que poderiam ter muitas vezes a caserna poderia lhes soar menos penosa que o cativo. Todavia, há que se ressaltar que uma vida na caserna, ainda que penosa, era bem menos hostil que uma vida nos campos de batalha.

Outro elemento que a história do jovem escravo Carlos fornece é a grande facilidade que homens negros tinham em transitar nestes espaços. A quantidade de homens (e cores diversas) em trânsito nos espaços urbanos poderia colocar alguns indivíduos em vantagens em seus deslocamentos. O que os guardas e o porteiro estavam querendo dizer ao se defender de suas falhas era que eram todos negros, independentes de serem africanos livres, escravos ou libertos podiam circular indistintamente por aqueles portões, pois eles não tinham como diferenciá-los. A condição jurídica destes homens não vinha estampada na testa e isto dificultava a vigilância. Assim como um negro poderia se passar por africano livre ou por um liberto, o inverso também podia ser verdadeiro e útil em determinadas situações. Dependendo do escravo e de sua importância, estes não eram buscados após as fugas. As fugas eram, como já discutido no capítulo dois, um empreendimento complicado. Para os que queriam recuperar seu investimento, a busca demandava tempo e dinheiro, sobretudo para anunciar nos jornais

as características físicas e ofertar as possíveis recompensas oferecidas.⁵⁶² O senhor do preto Carlos não esmoreceu, e logo encontrou seu cativo.⁵⁶³

Como já referido, as fugas comportavam vários sentidos. Se o preto Carlos buscou entrar no Arsenal na calada da noite daquele agosto de 1840, Rufino, Paulo, Julio, Antonio Paiva e outros tantos fizeram o caminho inverso. A documentação aponta os anos de 1848 e 1849 como críticos em relação à vigilância e controle dos africanos livres e libertos pertencentes ao Arsenal e a serviço do Hospital Militar. O fato de inexistir menções a fugas na documentação nos anos anteriores (há apenas o caso do preto Carlos, em 1840, e no sentido inverso), não significam que não tenham existido, e faz com que se tenha cautela para não super-dimensionar as fugas que ocorreram neste biênio 1848/1849.

No entanto, elas foram constantes de março de 1848 a outubro de 1849.⁵⁶⁴ Empreendidas as negociações por parte dos libertos (em nome de seus companheiros, isto é, uma idéia coletiva) e não sendo atendidos em seus intentos, quando esgotados os canais legais de negociação os africanos livres e libertos passaram a considerar a possibilidade da fuga e a optarem por ela como forma de pressão. Não pode-se esquecer que se os libertos haviam tido suas gratificações suspensas a partir de 1º de junho de 1848, os africanos livres não deixaram de recebê-las, mas elas eram infinitamente pequenas: 20 réis diários.⁵⁶⁵

A partir da observação daqueles que foram capturados ou que se (re) apresentaram, podemos inferir que estas fugas se tratavam de pequenas escapadelas. Ao que sugere a leitura da documentação, estes homens não se afastavam muito do raio de circulação a que estavam acostumados, uma vez que eles entravam e saíam com

⁵⁶² Sobre o processo mais amplo de fugas de escravos, ver: GOMES, Flavio dos Santos. *Op.cit.*, 1996. E, de forma mais específica sobre as fugas de escravos para a Armada de Guerra, ver: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Op.cit.*, 2000. _____ . *A Ressaca da Marujada. Recrutamento e Disciplina na Armada Imperial*. Rio De Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

⁵⁶³ “Correspondência do Secretário da Guerra para Faustino Correa Lisboa. Aí na secretaria deve existir o requerimento de Agostinho dos Santos que pedira que lhe fosse entregue um preto seu escravo, de nome Carlos, que fugira para o Arsenal de guerra, aonde se achava. Este requerimento deve um resultado, por aviso ao Diretor do Arsenal de um dos dias da semana passada que fosse o preto remetido ao juiz de paz do distrito e como o homem bem reclamar o senhor direito precisa para isso dos documentos que estão juntos do requerimento: rogo-lhe pois, o obséquio de enviar-me tais documentos, obrigando-me eu a apresentar-lhe recibo do homem, se assim for necessário. Adeus. Tenha paciência com os incômodos que lhe dá”. Arquivo Nacional, Série Guerra, IG⁷ 5 – Arsenal de Guerra (1840), Código do Fundo: 9L Seção de Guarda:Codes.

⁵⁶⁴ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG⁶ 4, Hospital Militar da Corte (1848-1850), Código do Fundo: 9L, Seção de Guarda:Codes.

⁵⁶⁵ 20 réis era menos de um terço dos 90 réis diários que o liberto Paulo Lopes Martins reclamava que lhe haviam sido suspensos quando saíram do Depósito de Recrutas da Praia Vermelha para o Arsenal de Guerra.

facilidade do Arsenal. O curto período que levou até a captura dos fugitivos ajuda a conformar esta idéia, ou seja, não menos que dez e não mais que dezesseis dias para estarem de volta à caserna. No caso do liberto Antonio de Paiva (que voltou espontaneamente após fugir em dez de junho de 1848), poucos dias foram suficientes para satisfazer seus intentos fora da caserna (oito dias fugido). Assim, cada um ficava em média onze dias fora dos muros da caserna.

Uma evidência importante sobre as fugas e retornos surgiu nas palavras proferidas por José dos Santos Oliveira, Diretor do Hospital Militar quando este participou ao Ministro da Guerra Manoel de Souza Felizardo e Mello o retorno dos africanos livres Rufino e Paulo.

Tenho a honra de participar a Vossa Excelência que os africanos livres Rufino e Paulo, empregados neste Hospital e que dele haviam se ausentado, foram aqui apresentados e perdoados por sua Majestade Imperial. Deus Guarde a Vossa Excelência, Diretoria do Hospital Militar, 21 de março de 1848.⁵⁶⁶

O diretor dizia que os dois africanos haviam sido “perdoados” pelo Imperador. Tal perdão era a reiteração da falta de homens para os trabalhos que lá eram realizados, reforçando a importância que estes africanos e libertos se auto-atribuíam, a ponto de realizarem fugas e de retornarem espontaneamente sem temor de punições mais severas. As evidências aqui apresentadas parecem seguir o mesmo padrão do perdão de soldados desertores. Estes homens eram perdoados devido à escassez de recursos. Isso parece ser mais um dos elementos que impossibilitou o exército em se constituir uma instituição total àqueles anos.⁵⁶⁷

Estas pequenas fugas deveriam ser ancoradas por uma extensa rede de apoio, tanto por parte de pessoas de dentro do estabelecimento militar como por outros tantos com os quais estes africanos livres e libertos interagiam no lado de fora dos muros institucionais. Mas ainda há uma pergunta a ser respondida. Porque retornavam se havia facilidade de se misturar, de fugir? Se havia pouca vigilância e homens insuficientes a cuidar deles, porque regressavam? É possível que alguns benefícios que possuíam naquele tipo de vida justificassem seus retornos. Algumas pequenas compensações, como a própria mobilidade e mesmo os pequenos vencimentos que ganhavam (mesmo que irregulares) podem ser entendidas como motivadoras do retorno. O reconhecimento

⁵⁶⁶ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG⁶ 4, Hospital Militar da Corte (1848-1850), Código do Fundo: 9L, Seção de Guarda:Codes.

⁵⁶⁷ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo, Perspectiva, 1999; FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2004.

de suas importâncias, para o funcionamento daquela instituição – mesmo que fosse pela ausência de outros e pela carência do exército – dava-lhes uma condição diferenciada e um poder de barganha para com seus superiores. E visto que a maioria era perdoada por suas “escapadelas”, tal situação colocava estes africanos livres e libertos numa posição de negociação, porque sabiam que eram imprescindíveis ao funcionamento de tais locais (e o perdão das fugas corroborava isso). Não eram fugas no sentido literal. Eram pequenas deserções, tal como acontecia frequentemente com os soldados. O que essa documentação indica é a falta de estrutura dessas instituições para apartar seus membros da vida no entorno.

Desta forma, cientes destas condições, criavam no dia-a-dia estratégias de sobrevivência e poder de barganha com seus superiores. A facilidade com que estes homens fugiam indica que podiam ainda estabelecer acordos com os “feitores” (que poderiam ser, etnicamente falando, ex-escravos ou mesmo homens livre de cor). Fora dos muros da caserna, poderiam viver alguns momentos em liberdade, fazer alguns trabalhos, ver amásias, enquanto que na caserna ao fazerem seus trabalhos (os quais ninguém queria fazer - para a sorte deles, pois isso reforçava sua importância), podiam estar reforçando seus rendimentos. Assim, a dupla jornada, dentro e fora da caserna era a opção disponível para darem andamento a seus projetos de vida.

O conjunto documental analisado neste capítulo aponta para o fato de que nem sempre romper totalmente com as normas era a forma mais inteligente de minimizar as agruras daquela vida que estavam a levar, no caso, na caserna. Se uns haviam sobrevivido uma longa e difícil guerra no sul do império, outros haviam encarado o duro tráfico transatlântico. Estavam ali por motivos diferentes, mas unidos por promessas de uma liberdade futura, que parecia não acontecer nunca. A precariedade da liberdade dos libertos de guerra e dos africanos livres (tutelados pelo Estado Imperial) e a ambiguidade de suas condições os colocaram juntos a forjarem sociabilidades (aqui pensadas enquanto relações de mobilidade e fugas) e a criar e recriar estratégias naqueles anos imediatos ao término dos inúmeros conflitos armados que haviam pintado de sangue os mais longínquos rincões do vasto Império Brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emancipação política do Brasil, já é, há tempos, objeto historiográfico de muitos historiadores. A descoberta ou elucidação do caráter da mesma – que, grosso modo circulam entre conservadora, reformista ou revolucionária – tem implicado também em novas pesquisas que buscam perceber outras dimensões deste processo político. No entanto não os pretendo descrever aqui de forma pormenorizada.⁵⁶⁸ Nos basta, depois de muitas páginas escritas, demarcar que este processo foi parte de um conjunto maior de transformações nas Américas, movimento este que teve início nas crises das monarquias ibéricas (1807-1808), quando das invasões napoleônicas na Península Ibérica. Este processo implicou em reordenações políticas, econômicas e administrativas tanto no âmbito das ex-colônias que se tornavam Repúblicas como da própria Espanha, que mergulhava em guerras internas, deixando paulatinamente de estarem associadas a governos dominados por reis e clero para constituírem-se em Estados-nações no sentido moderno do termo. Enquanto os processos de independência dos países hispano-americanos foram levados a cabo através de guerras e uma intensa participação popular, o que ocorria no espaço de dominação luso-brasileira guardou especificidades marcantes, como certa preservação da ordem, das elites no poder, do caráter monárquico e da escravidão.

Malerba, ao produzir um excelente “esboço crítico” da discussão historiográfica sobre o a Independência do Brasil nos últimos vinte anos apresenta alguns pontos centrais do debate sobre o qual os historiadores vêm se debruçando. Embora a “questão nacional” seja o ponto central da grande maioria destes trabalhos, outras questões têm vindo à cena.⁵⁶⁹ Entre estas, interessa destacar a questão das participações populares, sobretudo dos escravos. A historiografia da escravidão avançou um passo largo nesta problemática.⁵⁷⁰ Historiadores como João José Reis, Hendrik Kraay, Luis Geraldo Santos da Silva e Marcus Carvalho⁵⁷¹ fizeram análises que colocaram os escravos como

⁵⁶⁸ MALERBA, Jurandir. Esboço crítico da recente historiografia sobre a Independência do Brasil (c. 1980-2002). In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A Independência Brasileira. Novas Dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

⁵⁶⁹ MALERBA, Jurandir, *Op. cit.*, 2006.

⁵⁷⁰ MALERBA, Jurandir, *Op. cit.*, 2006, p. 36.

⁵⁷¹ REIS, João José. O jogo duro do Dois de Julho: o partido negro na independência da Bahia. In: SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Op.cit.*, 1989; KRAAY, Hendrik. *Op. cit.*, 1996, 2002, 2003; CARVALHO, Marcus. J. M. *Op. Cit.*, 2005; _____. "Outro lado da Independência: quilombolas, negros e pardos em Pernambuco (Brasil), 1817-23". In: *Luso-Brazilian Review*, v. 43, n. 1, 2006, p. 1-30; SILVA, Luis Geraldo. *Op. cit.*, 2006.

protagonistas deste processo, majoritariamente entendidos pela historiografia como obra das elites.⁵⁷² A participação escrava durante as lutas de Independência colocou em cena não só outros agentes como protagonistas daqueles anos como também considerou que existiram interesses diversos desde as camadas mais baixas e projetos políticos alternativos ao vitorioso em 1822. A exemplo do que João José Reis apresenta para a Bahia. Segundo este historiador, no contexto turbulento do pós Revolução do Porto, criou-se um cenário que possibilitou a participação dos escravos em discussões inflamadas sobre liberdade política. Aquele momento turbulento passou a figurar no horizonte de expectativas dos escravos a possibilidade de alcançarem a alforria.⁵⁷³ Em seu último grande trabalho, a trajetória de Domingos Sodré, João José Reis reitera de forma contundente, através de uma passagem da vida de Sodré, o que pode ter sido a utilização e a identificação construída por estes homens àqueles anos no processo de lutas políticas da independência: quando preso em 1862, “vestiu-se orgulhosamente com a farda dos veteranos da independência na prisão”.⁵⁷⁴ Dito de outra forma, explicita como estas lutas podem ter sido apropriadas por estes homens, ainda que muitas vezes de forma individual.

O brasilianista Hendrik Kraay também trabalhando com a Província da Bahia faz inúmeras considerações importantes sobre a participação popular naquele contexto. Se detem, sobretudo, na utilização do exército como meio de ascensão social para homens de cor, ainda que no contexto das milícias. Como muitas destas ideias estão contidas e discutidas ao longo do texto, limito-me a acentuar que o autor demonstrou o quanto o recrutamento de escravos nas guerras nos anos de Independência mexeram com assuntos delicados como a condição dos cativos e ampliaram suas expectativas em relação a suas condições, ainda que temporárias. Luis Geraldo Silva nos brinda em sua análise com o exemplo que possa ter sido a luta política mais potencialmente radical àqueles anos – o movimento engendrado em Pernambuco em 1817, ainda sob a égide da Corte Joanina. Estes movimentos em Pernambuco, que se inicia em 1817 e se estendem a 1824, foram descritos como tendo sido compostos principalmente por “uma canalha de se compõe geralmente de mulatos, negros, etc.”. Estes estariam entusiasmados com a palavra “liberdade” que se espalhara àqueles anos.

⁵⁷² BETHELL, Leslie. The Independence of Brazil In: BETHELL, L. (Org.). *The Cambridge History of Latin America*, v. III: *From independence to c. 1870*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. ANDRADE, Manuel Correia de. Os projetos políticos e a Independência. In: *As raízes do separatismo*. São Paulo: UNESP, 1999.

⁵⁷³ REIS, João José. *Op. cit.*, 1989.

⁵⁷⁴ REIS, João José. *Op. cit.*, 2006, 2008.

Ainda que Silva tenha deixado explícito que as lutas destes grupos estivessem associadas às redes clientelísticas locais e às suas pretensões políticas, afirma que apenas em parte suas concepções estiveram relacionadas aos ilustrados radicais com quem tiveram contato. Segundo Silva “elas definitivamente não constituíram um corpo manietado, disposto à seguir à maneira dos rebanhos o exemplo dos primeiros”.⁵⁷⁵ Embora o autor perceba estas lutas dos grupos populares como parte do quadro do Antigo Regime e não como uma pré-configuração do que viria a ser a Independência política do Brasil, creio ser possível entendê-las como parte de um conjunto mais amplo de ideias e práticas que abriram uma frente de discussões e mudanças importantes nos anos seguintes.

Se há uma alteração política importante a ser destacada no quadro das transformações advindas da crise do Antigo Regime e irrompimento de uma nova ordem, - ainda que algumas questões pouco tivessem se alterado pós-1822 - é a presença de grupos populares adentrando um mundo político cujo acesso até então foi dominado por grupos oligárquicos.⁵⁷⁶ Segundo Marcus Carvalho, a rigidez e hierarquia da sociedade oitocentista

Não impedia os excluídos de fazerem suas próprias leituras dos processos que viviam, interpretando os acontecimentos em que estavam imersos através do prisma fornecido por suas condições gerais de existência, formação, consciência. Em algum lampejo do tempo, o Haiti foi aqui.⁵⁷⁷

Mas se estes trabalhos foram ao mesmo tempo norte e suporte para as questões aqui trabalhadas, outro conjunto bibliográfico também teve influência sobre minhas proposições. Dos trabalhos que priorizaram os grupos populares passei e pensar as especificidades dos escravos de forma mais estrita neste contexto: refiro-me, sobretudo em pensar nas participações de escravos em guerras. Este movimento deu-se em dois sentidos: um primeiro em relação ao que foi vivenciado por eles nos anos de Independência no Brasil e outro em relação aos países latinos.

Se a temática da participação popular como objeto historiográfico, durante a Independência do Brasil recém começa a dar sinais de vigor nas pesquisas, dentro do que Malerba chamou de novas dimensões das pesquisas nos últimos anos, nos países hispano-americanos a questão da participação popular nas lutas de Independência já tem

⁵⁷⁵ SILVA, Luis Geraldo Santos. *Op. cit*; 2006, p. 375.

⁵⁷⁶ SILVA, Luis Geraldo Santos. *Op. cit*; 2006.

⁵⁷⁷ CARVALHO, Marcus J. M. *Op. cit*; 2005.

sido objetos explorados há mais tempo.⁵⁷⁸ As pesquisas no mundo platino tem sido exploradas tanto no que concerne a trabalhos que vem os populares em seu conjunto e de forma mais homogênea, como trabalhos que tem focado a questão dos escravos como grupo específico.⁵⁷⁹ O contato com estes trabalhos foi fundamental para forçar a arriscar aproximações que antes apenas figuravam-se como uma idéia futura a ser desenvolvida. Neste sentido, quando inicio estas considerações, foi proposital, além da notória importância, ressaltar que o processo de emancipação política nos países hispano-americanos e no Brasil guardam diferenças importantes em seu processo, objetivos, conteúdo. No entanto, se as diferenças já demarcadas pela historiografia foram importantes ao delimitar certas distinções e guardar as especificidades do caso brasileiro, tão importante quanto é pensarmos que elementos podem ter unido estes dois modelos díspares de emancipações políticas. É dentro deste quadro de aproximações que vislumbrei a Revolta Civil Farroupilha e as participações cativas neste embate. Isso não se trata de uma novidade para a historiografia.⁵⁸⁰ Mas o que pode ser considerado aqui como elemento novo inserido neste debate é a presença cativas nas tropas de ambos os lados belicosos, os usos da guerra por estes cativos e a presença fronteiriça como elemento manejável pelos cativos. Se todas estas questões merecem ser matizadas pela presença constante de um quadro de violência, coação e coerção na guerra de forma geral e nos recrutamentos de forma particular, outro lado também deve ser considerado, como as relações empreendidas verticais e horizontais, as negociações, as fugas e os engajamentos voluntários, dentro do que chamamos de usos políticos da guerra. Como afirmou Carvalho, os momentos turbulentos também serviram aos grupos subalternos para capitalizar ganhos.⁵⁸¹

A província sulina, por sua região fronteiriça, esteve voltada de forma muito próxima do universo platino, desde os tempos coloniais.⁵⁸² As relações foram bem mais profundas que as históricas disputas territoriais intra-elites localistas. Estabeleceram-se

⁵⁷⁸ LASSO, Marixa. RaceWar and Nation in Caribbean Gran Colombia, Cartagena 1810-1832. In: *American Historical Review*. n. 111, n. 2, 2006, p. 336-361; PICO, Roger Pita. PICO, Roger Pita. *El reclutamiento de negros esclavos durante las guerras de Independencia de Colombia 1810-1825*. Cartagena: Academia Colombiana de História, 2012.

⁵⁷⁹ MEGLIO, Gabriel. *Op. cit.*, 2012; MATA, Sara, *Op. cit.*, 2008; BETANCOURT, Ariel; APARÍCIO, Fernando, *Op. cit.*, 2006; BORUCKI; CHAGAS; STALA. *Op. cit.*, 2004; MALLO, Silvia; TELESKA, Ignacio, *Op. cit.*, 2010.

⁵⁸⁰ GUAZZELLI, Cezar A. B. *Op. cit.*, 1998.

⁵⁸¹ CARVALHO, Marcus J. M. *Op. cit.*, 2005.

⁵⁸² GIL, Tiago L. *Os Infiéis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007; POSSAMAI, Paulo César. *Op.cit.*, 2004; GOLIN, Tau. *Op. cit.*, 2004.

vínculos através de posses territoriais, mas também laços econômicos e familiares, como já demonstrado pela historiografia.⁵⁸³ A fronteira uniu e separou, com diversos avanços e recuos, de forma nada linear, populações diversas, desde escravos, indígenas, livres pobres, libertos – tanto entre si – como às lideranças político-militares de ambos os lados, ao gosto das diversas contendidas que por lá existiram.

O conjunto de reformas regenciais nos anos trinta dos oitocentos, no qual se enquadra o conflito trabalhado - tiveram interpretações as mais diversas. Menos que falar desta revolta regencial tive o intuito de falar dos usos da mesma pelos cativos, ainda que os discursos e peculiaridades próprias as elites políticas sulinas tenham muitas vezes direcionado as decisões e opções escravas. De qualquer forma, esta guerra, entendida majoritariamente como um descontentamento das elites locais em relação ao poder central, pela dificuldade de acomodações de interesses bastante antagônicos da parte do grupo político vencedor que assumiram o comando da formação do Estado Imperial a partir de 1822, foi uma guerra muito peculiar. A formação e contatos estabelecidos por seus líderes, como sua posição geográfica estratégica ofereceu e favoreceu um intenso trânsito em relação ao universo platino. As idéias de recrutamento levadas a cabo na mesma teve muitas semelhanças com o processo vigente nos países do Prata, ainda que se guarde as especificidades relativas à cada um dos territórios. Mesmo que parte do território imperial, o Rio Grande de São Pedro esteve voltado ao universo platino de forma clara. Evidentemente, estas relações estiveram sempre matizadas por tensões e conflitos, mas ainda assim isso não impediu apropriação e entendimentos próprios das elites sulinas rebeladas de formas de operar aos moldes platinos. O tipo de formação histórico-territorial e o tipo de unidades produtivas desenvolvidas nesta região fronteiriça - sobretudo em relação à Banda Oriental - também aproximou ainda mais estes universos. Por fim, o trânsito de cativos, em função do estabelecimento de proprietários brasileiros em ambos os lados da fronteira, bem como as fugas operadas pelos mesmos evidenciam um conhecimento destes espaços. Como Flávio Gomes ressaltou as fugas não eram empreendimentos fáceis, tampouco desprovidos de estratégias ou minimamente de cálculos.⁵⁸⁴ No entanto, não perdi de vista que a imprevisibilidade é também parte destas ações. Não eram roteiros estabelecidos à priori, mas também não eram ações frutos apenas do acaso. Há meandros aí que tentei considerar, de forma que isso conferisse liberdade e autonomia à

⁵⁸³ FARINATTI, Luis Augusto. *Op cit.*, 2005.

⁵⁸⁴ GOMES, Flavio dos Santos. *Op cit.*, 1996.

ação individual em relação aos condicionamentos daquele universo social. Foi nesta relação que entendo ser tecida a dinâmica dos processos históricos.⁵⁸⁵

Se os recrutamentos estiveram no horizonte das elites hispano-americanas e brasileiras, aqui demonstrada tanto nos anos de Independência como na Revolta Regencial analisada, a preocupação e o temor deste ato e das conseqüências diretas de recrutar escravos também esteve disseminada entre as elites, ainda que o tenham feito. Neste mesmo sentido, a preocupação existente com a propriedade privada esteve presente em Buenos Aires, em Salta, em Cuyo, em Cartagena, em Montevideú, no Rio Grande do Sul. Foram preocupações comuns a esta grande região envolta em conflitos belicosos na primeira metade do século XIX. Se para uns o resultado do uso do braço escravo em tropas de exército ajudou a construir novos estados e a erigir uma nova ordem política e social, em outros espaços deste universo foi uma tentativa de romper o jugo centralista da Corte e equilibrar poderes de elites de interesses diversos. Mas em comum possuíram a reflexão de que o uso de escravos em tropas era um evento tão delicado quanto comum e que fomentou uma superposição de interesses e direitos. Estes direitos estiveram ameaçados tanto para os que dela lançaram mão, como para os próprios escravos que perceberam nestas ações princípios de mudança e uma ampliação no espectro de estratégias no universo escravista dos oitocentos em que viviam. Situações estas postas principalmente pela conjuntura do recrutamento e da guerra.

----- Ω -----

As experiências de cativos soldados aqui apresentados não foram uniformes, tampouco dão conta de toda sua multiplicidade sempre impossível de ser captada na totalidade. Tendo em conta as limitações documentais e de interpretação, as trajetórias que apresentei foram bem mais numerosas e múltiplas do que se esperava. Da mesma forma que seus resultados práticos, tendo oscilado entre condições precárias de liberdade a alguns exemplos de mobilidade social, embora excepcionais. Neste sentido, e optando por um olhar ao rés do chão da vida destes escravos/soldados na guerra, pude entender que as mudanças operadas nas vidas destes cativos estiveram inseridas no jogo

⁵⁸⁵ Este entendimento está assentado na noção de *campo de posibilidades*, um dos conceitos-chave do pensamento dos micro-historiadores, tornando possível conciliar as ideias de condicionamento estrutural e ação humana. GINZBURG, Carlo. *Op.cit.*, 1987, p. 28.

político do momento de guerra, variando conforme as ações e estratégias lançadas pelos mesmos, muito mais do que por quaisquer benesses a eles concedidas. Ou ainda, variando conforme a intensidade das guerras e o grau em que elas desorganizaram a sociedade.

As histórias dos africanos Francisco e Alexandre e dos crioulos Moisés e Martinho Zeferino apontam para lados diferentes. A situação do africano Francisco parece ter lhe colocado, em uma condição de liberdade frágil e precarizada, ainda que sua história tenha vindo à tona na documentação justamente pela desconfiança das autoridades de Ponta Grossa de que estaria sendo escravizado ilegalmente. Preferiu viver como escravo e ter em seu novo senhor a segurança que a guerra não lhe ofertou. Da mesma forma, o africano Francisco Cabinda acabou, dentro da liberdade concedida pela guerra, sendo remetido à Corte Imperial pelo representante diplomático em Montevideú, por considerá-lo suspeito de ser escravo. Portar a carta de liberdade e a baixa do exército não constituiu no entendimento desse soldado condição suficiente que o isentasse de qualquer acusação. Preferiu se declarar escravo quando já preso e interrogado. Acionar o nome de sua antiga proprietária foi o meio de sentir-se protegido, vinculado a alguém. Nestes dois casos, parece ter pesado sobre a decisão destes escravos muito mais a busca por segurança e laços de clientela do que a vida em uma liberdade pós-guerra, que não sabiam ao certo como seria. Ter experimentado “momentos de liberdade” em meio à guerra não foi suficiente para que se empenhassem em continuar lutando por ela, o que pode fazer com que pensemos que a liberdade da vida em guerra esteve longe de representar algum indício de autonomia pessoal. Não estamos afirmando que não a desejassem, mas que naquele momento estas foram suas escolhas possíveis.

Já as trajetórias dos crioulos Moisés e Martinho Zeferino caminham no sentido contrário, da precariedade vivida pelos personagens africanos. A participação deles na guerra, matizadas pelas diferenças de cada um – Moisés como soldado formal e Martinho com uma participação na guerra sem sentar praça – até onde sabemos -, mas efetivamente semelhante na prática a de outros soldados, tiveram suas liberdade acompanhada de mudança significativa de status social. Ambos souberam cultivar relações verticais para com seus líderes e/ou chefes militares. A de Moisés foi alcançada não só pela ocupação profissional que passou a exercer junto à fazenda de criar do Barão do Jacuí, mas também pelas relações que teceu, ao que parece competentemente, junto àqueles que poderiam lhe dar, rompido o cativeiro, um menor grau de

imprevisibilidade em sua vida de liberto. Não posso deixar de demarcar que se Moisés ascendeu, isso se deu dentro de uma hierarquia social na qual se conformou e na qual sobreviveu. A passagem para a vida em liberdade e sua posição de administrador da fazenda veio acompanhada da aceitação da posição de *feitor* de outros escravos. Os valores que ele desenvolveu durante o serviço militar não deixaram de ser escravista.

A vida de Martinho se assemelha nas estratégias verticais empregadas por Moisés, uma vez que possuía em 1860 uma relação com Antonio Vicente da Fontoura que “remontava a antes da revolução”. A relação de compadrio e a lealdade observada em seus anos ao lado do Comendador Fontoura lhe garantiram ganhos significativos. Inclusive o colocou em um mundo político que fez com que aquele ex-escravo fosse aos poucos referido como pardo. A designação desta mudança é significativa do mundo que conseguiu adentrar.

Não obstante, estas trajetórias podem ser unificadas por uma experiência social comum, onde escravos do mundo rural sulino se tornaram soldados – formais ou não -, na conjuntura específica da Revolução Farroupilha, e tiveram oportunidades, mediante o emprego de estratégias diversas. Ao complexificar as formas de inserções sociais escravas em conjunturas militarizadas, bem como ao revelar a diversidade de intenções empregadas nas participações de escravos fardados nas guerras sulinas, acredito validado e necessário este tipo de estudo, por ser tema ainda embrionário sob as perspectivas empregadas pela história social da escravidão e pelos estudos da nova história militar brasileira.

Além das trajetórias conformadas no capítulo terceiro desta tese, me foi possível reconstruir – mesmo que parcialmente – a rumo do grupo específico dos soldados Lanceiros Negros nos anos pós-guerra. Até onde sei, nenhum trabalho havia mapeado estes trajetos, tendo a maioria deles se limitado a inferir o Rio de Janeiro como possível local de remessa destes homens sem, contudo, comprová-los empiricamente. Acompanhar os libertos sobreviventes do Corpo de Lanceiros negros por cinco anos aproximadamente, desde suas remessas - individuais e coletivas - para a Corte Imperial no Rio de Janeiro, até a vida na caserna – onde foram depositados – me possibilitou verificar em que medida foi cumprida a proposta de liberdade e incorporação destes homens ao exército imperial acordada no Tratado de Ponche Verde em 1845.⁵⁸⁶

⁵⁸⁶ Ver ANEXO 06.

Esta discussão, a luz do que foi longamente debatido no capítulo quarto foi fundamental para entender que, se a capacidade militar do Estado – pensada enquanto recrutamentos, mobilizações e movimentações foi um elemento que ajudou a estruturar o Estado Nacional, este mesmo Estado não teve a mesma capacidade em lidar com a questão dos escravos/soldados. Não custa lembrar que estes escravos/soldados foram utilizados pelos Farroupilhas e, portanto, não constituíam sequer, parte de qualquer projeto do Exército Imperial de utilização de escravos em guerras. Neste sentido, tornou-se um problema herdado ao final da guerra, por conta do acordo de pacificação.

As discussões que tive a pretensão de empreender na tese demonstraram que a presença de escravos em fileiras militares já vinha sendo discutida ao longo da guerra por autoridades imperiais e provinciais, especialmente enquanto temor. Sobretudo a partir do momento em que os recrutamentos avolumaram-se. No entanto, a delicadeza da situação fez com que o Estado Imperial no pós-guerra fosse moroso e pouco incisivo sobre as decisões a serem tomadas sobre as vidas destes escravos. Se a cautela foi a tônica das autoridades provinciais e imperiais no tocante ao que fazer com que estes homens esta acabou por gerar tanto uma imobilidade como uma confusão em torno do que devia ser feito.

A negligência deste Estado que se construía e fortalecia pouco a pouco esteve associada a questões maiores, como a importância de inserir ex-escravos rebeldes como soldados em tropas imperiais – situação que por si só já era vista como problemática – como também a presença de africanos entre estes soldados. Aos libertos crioulos, desde 1837 não havia impedimentos, mas os africanos continuavam a ser considerados estrangeiros. No bojo destas duas questões – no emprego de libertos rebeldes como soldados e a existência de africanos entre eles estava a anuência do Estado Imperial em admitir estes homens como soldados do Império. Isto é, o emprego dos mesmos via serviço público no quadro burocrático do Estado Imperial.

O exército foi um dos canais de enraizamento do Estado Imperial pelo território brasileiro à medida que se constituía como um espaço burocrático e força pública. Neste sentido, as ações deste mesmo exército deviam ser cautelosas para que não entrassem em choque com os interesses das elites nem abrissem precedentes importantes nos seios das elites escravistas, que ainda na primeira metade dos oitocentos não vislumbravam ter as suas propriedades privadas atacadas por aqueles que faziam parte do pacto que sustentava o regime.

A Constituição de 1824 considerava cidadão apenas os libertos nascidos no Brasil, no entanto esta cidadania nascia limitada para os crioulos por uma série de restrições. Já os africanos libertos não estavam nas mesmas condições e como estrangeiros que eram precisavam obter títulos de naturalização. Desde 1835 a situação destes africanos ficara ainda mais difícil, pois a Revolta dos Malês na Bahia colocou as autoridades provinciais e imperiais em alerta quanto às suas situações.⁵⁸⁷ No entanto, os libertos nascidos no Brasil, segunda esta mesma Constituição, poderiam servir no exército, já que a na letra da lei não havia nenhum impedimento específico a eles.⁵⁸⁸

No entanto, a demora e a indecisão das autoridades militares imperiais em dar um veredicto sobre a condição destes homens pode estar assentada sobre a própria especificidade da Guerra Civil Farroupilha, ou seja, o fato destes indivíduos terem pego em armas contra o império. Caso incorporados ao exército imperial como acordado, as autoridades assumiriam o risco de ferir a Constituição brasileira de 1824, que em seu artigo 147 do capítulo VIII era claro em afirmar na necessidade de obediência perante a autoridade legítima. No caso, o Imperador.⁵⁸⁹ Outro elemento que se soma a este é a existência de muitos africanos entre àqueles libertos remtidos da Província sulina para a Corte. Estes, caso fossem incorporados ao exército passariam a abrir brechas na carta constitucional, já que nem cidadãos eram considerados e logo não poderiam ser parte daquilo que se constituía como um importante braço burocrático estatal: o exército brasileiro.

E por último, estes homens que se consideravam libertos eram na sua maioria escravos fugidos de proprietários legalistas. Ainda que alguns proprietários possam ter sido restituídos em suas posses, havia certa confusão sobre quais proprietários deveriam ser ressarcidos, já que as múltiplas experiências escravas de participação fardada na guerra não foi um projeto por parte das forças legalistas e sim uma demanda aberta pela dinâmica da própria guerra. Assim, se o decreto número quatrocentos e vinte e cinco de vinte e seis de julho de 1845 mandava proceder uma avaliação nos escravos que haviam

⁵⁸⁷ REIS, João José. *Op.cit.*, 2003.

⁵⁸⁸ Constituição de 1824: TÍTULO 2º: Dos Cidadãos Brasileiros. Art. 6. São Cidadãos Brasileiros I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação. CAPÍTULO VIII: Da Força Militar. Art. 145. Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independencia, e integridade do Imperio, e defendel-o dos seus inimigos externos, ou internos. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm

⁵⁸⁹ CAPÍTULO VIII: Da Força Militar. Art. 147. A Força Militar é essencialmente obediente; jamais se poderá reunir, sem que lhe seja ordenado pela Autoridade legitima. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm

servido em armas entre os rebeldes na Província do Rio Grande do Sul e indenizar os proprietários lesados que comprovassem sua posse, pelo valor de não mais que quatrocentos mil réis (preço por certo bem abaixo do que haviam sido adquiridos pelos proprietários), não considerava a situação dos escravos remetidos à Corte, do grupo específico de Lanceiros. Isso fica claro quando apresento a trajetória do africano Alexandre Cabinda onde as autoridades envolvidas no caso exprimem tanto as contradições que a utilização de escravos pelos Farroupilhas havia gerado como os problemas decorrentes da mesma.

Haviam escravos recrutados diferentemente: voluntários que se apresentaram por fugas, àqueles recrutados de forma compulsória entre inimigos da causa, escravos que passaram de um exército a outro mediante os chamamentos dos grupos em litígio. Estas situações plurais remetiam às autoridades a análises pontuais que estavam ligadas tanto ao grau de inserção e participação dos mesmos escravos nas tropas como a forma pelos quais chegaram a elas. Neste sentido, surgia uma miríade de interpretações a serem consideradas no tocante aos escravos que haviam participado da guerra. De forma que, a exemplo do decreto de indenização acima citado, nem todos os proprietários de escravos que serviram junto aos Farroupilhas deveriam ser considerados como passíveis de indenização. Da mesma forma que nem todo escravo que tivesse lutado aquela guerra receberia o mesmo tratamento ou estaria inserido na possibilidade de passar a pertencer ao Exército Imperial, pelo acordo empreendido entre rebeldes e forças imperiais.

Retomo aqui a situação do escravo Alexandre Cabinda para demarcar estas variadas interpretações, como quando o Chefe de Polícia interino do Rio Grande do Sul, Luis Alves de Oliveira Bello ao firmar sua posição sobre o caso do africano Alexandre, dizia que não o compreendia na situação do decreto, pois ele não era daquele grupo entregue ao Governo “por haverem servido” aos rebeldes. Os quais, segundo ele, haviam sido empregados como “Libertos nos Arsenais, nas Fortalezas, e na Marinha da Corte”. Na interpretação de Oliveira Bello, as indenizações deveriam recair apenas sobre os proprietários dos escravos daqueles entregues à Corte. Outras participações armadas na guerra não deveriam ser contempladas. Mas, como o caso de Alexandre nos demonstrou, as posturas sobre estas questões não eram unânimes; várias interpretações foram feitas e a decisão tomada conforme as forças envolvidas nas constestações. Não houve uma regra para os recrutamentos nem para os ressarcimentos. Estes seguiram muito mais a prática e o fluxo das demandas. Não houve um corpo legal que ordenasse, estabelecesse critérios e que previsse situações de inserções diversas.

Sobre o grupo de escravos remetidos à Corte, após acompanhar a trajetória de alguns deles, passei a entendê-los como homens insatisfeitos com a condição de vida em que se encontravam. A condição de libertos que lhes foi oferecida não era a mesma que esperavam; situação demonstrada longamente no capítulo quarto desta tese. Entretanto, se não estavam vivendo como libertos, como desejavam ou esperavam, as redes de sociabilidade forjadas parece terem sido importantes para a sobrevivência e reconstrução das vidas destes soldados lanceiros naqueles espaços militares. Ao encontrarem outros como eles, em situações imprecisas, deram andamento em suas vidas e pressionaram como puderam as autoridades imperiais/militares para que o exército fosse, dentro do que vislumbravam, um espaço de melhoria de vida e não de precariedade. Tratava-se, evidentemente, de uma leitura muito própria, que combinava formulações simbólicas e materiais, já que haviam lutado uma longa e sangrenta guerra e sobrevivido a ela.

Transformados pela guerra, estes escravos/libertos/soldados, mesmo que em condições completamente desiguais daquelas apresentadas pelas elites regionais que comandaram o conflito, puderam se politizar e adquirir condições para refinar suas ideias de cidadania, mobilidade e direitos, vislumbrando na participação como soldados no exército Farroupilha uma oportunidade de demandar mobilidade social. As três petições que encontradas solicitam esclarecimentos sobre suas condições, mas também reivindicam a efetiva incorporação deles ao exército, como fez Modesto José, ao afirmar categoricamente que era, além de libertado, soldado.

Este grupo de soldados Lanceiros foi, sem dúvida, um grupo privilegiado em termos de sobrevivência, mas tampouco foram tratados como achavam que mereciam, vivendo por anos entre a ambigüidade da liberdade que a guerra lhes havia proporcionado e a precariedade de tratamento e condições que encontraram na Corte Imperial. Infelizmente os rastros destes indivíduos foram perdidos após 1849, e mesmo tendo pesquisado por mais cinco anos a documentação, ela silencia em relação a estas questões. Isso pode nos indicar que a questão permaneceu inalterada e que os Lanceiros acabaram vivendo como serventes das instituições militares - quem sabe até suas mortes, como prêmio por suas condutas um dia rebeladas em nome de vis promessas.

Referências Bibliográficas:

ACRUCHE, Hevelly. Representações diplomáticas e escravidão no solo argentino: o caso das Províncias de Entre Rios e Corrientes. *Seminário Escravidão, Fronteiras e Relações Internacionais no Império do Brasil*, Programa de Pós-Graduação em História, UNIRIO, 2011, no prelo.

ALADRÈN, Gabriel. *Liberdades negras nas Paragens do Sul. Alforrias e inserção social de libertos em Porto Alegre (1800-1850)*. Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2008.

_____. Entre guerras e fronteiras: escravidão e hierarquias sociais no sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, primeiras décadas do século XIX). In: *Seminário Internacional “O século XIX e as novas fronteiras da escravidão e da liberdade”*, UNIRIO e USS, 10 a 14 de agosto de 2009.

_____. “Sem respeitar fé nem tratados”: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835). Tese de Doutorado: UFF, 2012.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra força da Princesa. Polícia, correção e pena de morte em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: Sebo Icária, 2008.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente*. Petrópolis: Vozes, s/d.

ANDRADE, Manuel Correia de. Os projetos políticos e a Independência. In: *As raízes do separatismo*. São Paulo: UNESP, 1999.

ANDRADE, Marcos Ferreira. Rebelião escrava e política na década de 1830: O impacto da Revolta de Carrancas. Anais eletrônico do 6º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. UFSC, 15 a 18 de maio de 2013.

ANDREWS, George Reid. “Um Raio Exterminador”. As Guerras pela Liberdade, 1810-1890. *América Afro-Latina. 1800-2000*. São Carlos: EDUFSCar, 2007.

_____. “Os Negros, Novos Cidadãos”. A Política da Liberdade, 1810-1890. *América Afro-Latina. 1800-2000*. São Carlos: EDUFSCar, 2007.

ARAÚJO, Tiago Leitão. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2008.

_____. Para o outro lado da linha: as fugas de escravos para o além fronteira (século XIX). *Seminário Escravidão, Fronteiras e Relações Internacionais no Império do Brasil*, Programa de Pós-Graduação em História, UNIRIO, 2011, no prelo.

- ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra civil no Rio Grande do Sul*: Porto Alegre: CORAG, 1986.
- BAKOS, Margareth. A Escravidão Negra e os Farroupilhas. In: PESAVENTO; Sandra J.; DACANAI, José Hildebrando. *A Revolução Farroupilha: História e Interpretação*. 2º Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- BARCELLOS, Daisy et al. *Comunidade Negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Trad. John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BARRIEIRA, Darío. (Org.) *Justicias e Fronteras. Estudios sobre Frontera de La justicia em el Rio de La Plata. Siglos XVI-XIX*. Murcia: Universidade de Murcia, Servicio de Publicaciones. Red Columnaria, 2009.
- BENTO, Cláudio Moreira. *O Negro e seus descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IEL, 1975.
- _____. *Caxias na controvérsia da Surpresa de Porongos*. s/d. In: <http://www.militar.com.br/historia/militarterrestre/2003/celbento/caxiasnacontroversia>
- _____. *O exército farrapo e seus chefes*. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Bibliex, 1993.
- BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: Características do Tráfico Negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790-c.1825*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2006.
- BETTANCOURT, Arturo Ariel; APARICIO, Fernando (org.). *Amos y Esclavos en el Rio de la Plata*. Buenos Aires: Planeta, 2006.
- BETHELL, Leslie. The Independence of Brazil In: BETHELL. L. (Org.). *The Cambridge History of Latin America, v. III: From independence to c. 1870*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- BETTIE, Peter, Conscription versus penalservitude: army reform's influence on the brazilian estate's management of social control, 1870-1890. In: *Journal of Social History*. Fairfax, Virginia: Johns Hopkins University. Volume 32, number 4, 1999;
- _____. *The Tribute of Blood*. Durham: Duke University Press, 2000;
- _____. Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras (1860-1930). In: IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik; CASTRO, Celso (Org.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

- BORUCKI, Alex; CHAGAS, Carla; STALLA, Natália. *Esclavitud e Trabalho. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya (1835-1855)*. Pulmón Ediciones, 2004.
- BOSSLE, João Batista Alves. *Dicionário Gaúcho Brasileiro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2003.
- BLACKBURN, Robin. *A queda do Escravismo Colonial. 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BRAGONI, Beatriz. Esclavos Insurrectos em tempos de revolução (Cuyo, 1812) In: MALLO, Silvia; TELESCA, Ignácio (Org.). *Negros de La Patria. Los Afrodescendientes em lãs luchas por la Independencia en el Antiguo Virreinato del Rio de La Plata*. 1 ed, Buenos Aires: SB, 2010.
- BROWN, Christopher Leslie; MORGAN, Philip D. *Arming Slaves. From Classical Times to the Modern Age*. New Haven and London: Yale University Press, 2006.
- BRUNSWICK, Henrique. *Novo Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa*. 3ª edição, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, s/dt.
- CAGGIANI, Ivo. *David Canabarro: de tenente a general*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.
- CARATTI, Jonatas Marques. Apreensão, venda e extradição: Experiências de uma crioula oriental em terras sul-riograndenses (1842-1854). In: *V Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, CORAG, 2007.
- _____. *O chão da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense no contexto das leis abolicionistas uruguaias (1842-1862)*, Dissertação de Mestrado, UNISINOS, 2011.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das Cores do Silêncio. Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista*. Arquivo Nacional: Rio de Janeiro, 1993.
- CASTRO, Jeanne B. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.
- CASTRO, Celso; IZVEKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. Da História Militar à Nova História Militar. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CARAVAGLIA, Juan C. Ejército y milicia: los campesinos bonaerenses y el peso de las exigências militares, 1810-1860. In: *XIII INTERNACIONAL ECONOMIC HISTORY CONGRESS*. Buenos Aires, julio 2002. Inédito.

CARVALHO, Marcus. J. M. Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste, 1817-1848. In: JANCSÓ, István. (Org.). *Independência: História e Historiografia*. 1 ed. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005, v. 1, p. 881-914.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. Forjados na Lida e na Guerra: Estratégias sociais de escravos entre o trabalho rural a liberdade armada (Província de São Pedro, 1830-1860). In: *Anais eletrônicos do II Encontro do GT de História Agrária - ANPUH – RS*, Porto Alegre: 2009.

_____; OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. O lanceiro Francisco Cabinda, João aleijado, preto Antonio e outros personagens negros da Guerra dos Farrapos. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio dos; CUNHA, Caio Carneiro da. (Orgs.). *RS Negros. Cartografia sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EdPUCRS, 2008, 1 ed.

CARVALHO, Mario Teixeira de. *Nobiliário Sulriograndense*. 2ed, Porto Alegre: Renascença: Edigal, 2011.

CARRION, Raul. *Os lanceiros negros na revolução farroupilha*. Porto Alegre: Gabinete do vereador Raul Carrion, 2003.

CIDADE, Paula F. *Lutas contra os espanhóis e seus descendentes*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948.

CALDEIRA, Newman. *Nas Fronteiras da Incerteza: As fuga internacionais de escravos no relacionamento Diplomático do Império do Brasil com a República da Bolívia (1825-1867)*. Rio de Janeiro, PPGHIS da UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. n.18, 1996.

_____. Dimensiones de la ciudadanía en el Brasil del siglo XIX. In: Hilda Sabato. (Org.). *Ciudadanía política y formación de las naciones*. 1a. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

_____. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. (Org). *Nação e Cidadania no Império. Novos Horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Marcus. J. M. Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste, 1817-1848. In: JANCSÓ, István. (Org.). *Independência: História e Historiografia*. 1 ed. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005, v. 1, p. 881-914.

_____. "Outro lado da Independência: quilombolas, negros e pardos em Pernambuco (Brasil), 1817-23". In: *Luso-Brazilian Review*, v. 43, n. 1, 2006, p. 1-30.

.CARVALHO, Daniela Vallandro de. "Ladrões de Gado, desertores, assassinos e quilombolas": Práticas de Resistência escrava na Província de São Pedro. *Anais do I Simpósio Internacional de História e Cultura Negra do Litoral Norte*. Osório-RS, novembro de 2005.

_____; OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. Os lanceiros Francisco Cabinda, preto Antonio, João aleijado e outros personagens negros da Guerra dos Farrapos. In: SILVA; SANTOS; CARNEIRO (Org.) *RS Negros. Cartografia do Conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

CAXIAS, Barão de. *Ofícios do Barão de Caxias (1842-1845) (Como Presidente da Província do Rio Grande do Sul e Comandante em Chefe do Exército em operações contra os farrapos)*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1950.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: as últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHIARAMONTE, J.C. Cuidades, províncias y estados: lãs Orígenes de La nación argentina (1800-1846). Buenos Aires: Ariel, 1997.

CENTENO, Miguel Angel. *Blood and Debt. War and the Nacion-Estate in Latin American*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2002.

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Coleção de Leis do Império do Brasil de 1845. TOMO VIII, PARTE II, Rio de Janeiro: Tipographia Nacional, 1846.

COSTA, Fernando Dores. "Capitalistas e Serviços: Empréstimos, Contratos e Mercês no Final do Século XVIII". In: *Análise Social*, vol. 27, no. 116-117, pp. 441-460, 1992; _____. "Os Problemas do Recrutamento Militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da Nação". In: *Análise Social*, vol. 30, no. 130, pp. 121-155, 1995.

COSTA, Wilma P. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Editora Hucitec/ Editora Unicamp, 1996.

COSTA, Ana Paula. Negociações e Reciprocidades. Interações entre Potentados Locais e seus escravos armados nas Minas Gerais na primeira metade do séc. XVIII. *Almanack Braziliense* (Online), v. 8, p. 57-70, 2008.

COTTA, Francis Albert. O sistema militar corporativo na América Portuguesa. In: *O Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005. p. 1-35.

CHAMBERS III, John Whiteclay. *To Raise and Army. The draft comes to modern America*. London: Collier Macmillan Publishers, 1987a.

CORVISIER, André. *A Guerra. Ensaio Histórico*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da. 1986. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Cultura Com Aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CUCHE, Dennys. *A noção de Cultura nas ciências sociais*. São Paulo: EDUSC, 1999.

DAVIS, Natalie Zemon. *Nas Margens. Três Mulheres do séc. XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DUMAS, Alexandre (org). Memórias de Garibaldi. *Anchieta. Revista Mensal*, nº 3, março. Editora Anchieta: São Paulo, 1947.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000.

ENGEMANN, Carlos. *Os Servos de santo Inácio a serviço do Imperador: Demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790- 1820)*. Dissertação de Mestrado em História, UFRJ, 2002.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. *História da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Nos Confins Meridionais: Família de elite e sociedade agrária na Fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2010.

_____. Escravos do Pastoreio. Pecuária e Escravidão na Fronteira Meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850). *Ciência & Ambiente*. UFSM, n.33 semestral, p.135-154 (jul/dez, 2006).

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre, 1981.

- FERREIRA, Roberto Guedes. Autonomia escrava e (des) governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro, na primeira metade do séc. XIX. In: FLORENTINO (Org.). *Tráfico, Cativo e Liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en Brasil Imperial*. México: Fundo de Cultura, 1981.
- FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- _____. *A Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.
- _____. *Negros na Revolução Farroupilha: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde*. Porto Alegre, EST Edições, 2004.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*, 1997.
- _____. *Em costas negras. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- _____. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. *Topoi*, Revista de História, Rio de Janeiro, n. 05, 2002.
- _____. *Tráfico, Cativo e Liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. AMANTINO, Márcia. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. *Revista de História, Ciência, Saúde. Manguinhos*. vol.19 supl.1 Rio de Janeiro, dez. 2012.
- FOLETTTO, Arlene Guimarães. *Dos Campos junto ao Uruguai aos Matos de Cima da Serra: a paisagem agrária na paróquia de São Patrício de Itaqui (1850-1889)*. Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *La vida de los Hombres Infames*. Montevideo: Nordan Comunidad, 1992.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FONTOURA, Antônio Vicente da. *Diário*. Porto Alegre: Sulina, Martins/Caxias do Sul: EDUCS, 1984.
- FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João B. S. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Globo, 1963.
- FORREST, Alan. *Soldiers of the French Revolution*. Durham and London: Duke University Press, 1990.

FRAGOSO, Tasso. *A Batalha do Passo do Rosário*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922.

FRAGOSO, João. Afogando em Nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, p. 41-70, 2002.

_____. A Nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVIII. Algumas notas de pesquisa. *Tempo - Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 8, n.15, p. 11-35, 2003.

FRANCO, Sergio da Costa. *Porto Alegre sitiada (1836-1840). Um capítulo da História da Revolução Farroupilha*. Ed: Sulina: Porto Alegre, 2000.

_____. *As califórnicas do Chico Pedro*. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2006.

FRANCO Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 2ª edição, São Paulo, Ática, 1976.

FRAIZ, Priscila. A Dimensão Autobiográfica dos Arquivos Pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, Vol. 11, n. 21, 1998.

FREGA, Ana. Caminos de libertad em tiempos de revolución. Los esclavos em la Provincia Oriental Artiguista. 1815-1820. In: *História Unisinos*. Vol. 4, nº 02, 2000.

_____. Caminos de Libertad em tiempos de revolución Los esclavos em la Provincia Oriental Artiguista, 1815-1820 In: BETANCOURT, Arturo; BORUCKI, Alex; FREGA, Ana (Org.) *Estudios sobre la cultura afro-rioplatense Historia y presente*. Montevideo: FHCE, 2004.

_____. Los infelices y el caracter popular de la revolución artiguista. In: FRADKIN, Raul (Org.) ? y el pueblo donde está? *Contribuciones para uma historia popular de la revolución de independencia em el Rio de la Plata*. Buenos Aires: Prometeo, 2008.

_____. “La Patria me hizo libre”. Aproximación a la condición de los esclavos durante las guerras de Independencia em la Banda Oriental. In: MALLO, Silvia; TELESCA, Ignacio (Org.). *Negros de La Patria. Los Afrodescendientes em las luchas por la Independencia en el Antiguo Virreinato del Rio de La Plata*. 1 ed, Buenos Aires: SB, 2010.

FREITAS, Décio. Farrapos: Uma rebelião federalista. In: *A Revolução Farroupilha: História e Interpretação*. PESAVENTO e outros; DACANAL, José Hildebrando (org.). 2ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

FREITAS, Décio. *O Capitalismo Pastoril*. Porto Alegre: EST, 1980.

- FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros no século XIX*. Recife: Imprensa Universo, 1963.
- FOUCAULT, Michel. *La vida de los Hombres Infames*. Montevideo: Nordan Comunidad, 1992.
- GARCIA, Graciela Bonassa. *O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista*. Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2005.
- GARIBALDI, Guiseppe. *Memórias*. Buenos Aires: Biblioteca de La Nación, 1910.
- GENOVESE, Eugene. *A Terra Prometida I. O mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- _____. *Da Rebelião à Revolução*. São Paulo, Global, 1983.
- _____. *O Mundo dos Senhores de Escravos: dois ensaios de interpretação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- _____; PONI, Carlo. O Nome e o Como: troca desigual no mercado historiográfico, In: *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *A Micro-História e Outros Ensaio*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- GIL, Tiago L. *Os Infiéis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1987.
- _____. *El juez y el historiador. Acotaciones al margen del caso Sofri*. Madrid, Anaya & Mario Muchnik, 1993.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo, Perspectiva, 1999.
- GOLIN, Tau. *A Fronteira. Os tratados de limites Brasil-Uruguaí-Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata*. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- GOMES, Angela Maria de Castro. (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- _____. Cultura Política e Cultura Histórica no Estado Novo. In: ABREU, SOIHET, GONTIJO (Org.) *Cultura Política e Leituras do Passado: Historiografia e Ensino da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GOMES, Flavio dos Santos. "Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista", *Tempo*, vol. 1, n. 1. Rio de Janeiro, 1996.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Escravidão, Alforria e direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o “princípio da liberdade” na fronteira sul do Império Brasileiro. In: CARVALHO, J. M. (org.). *Nação e Cidadania no Império. Novos Horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. A Fronteira da Escravidão: a noção de "solo livre" na margem sul do Império brasileiro. III Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. In: *Anais Eletrônicos do III Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Criciúma, 2008.

_____; CAÉ, Rachel. Escravidão, Fronteira e Relações Diplomáticas. Brasil-Uruguai, 1840-1860. In: *Seminário Internacional “O século XIX e as novas fronteiras da escravidão e da liberdade”*, UNIRIO e USS, 10 a 14 de agosto de 2009.

_____. A Sabinada e a politização da cor na década de 1830. In: GRINBERG; SALLES (org.) *O Brasil Imperial*, vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____; SALLES, Ricardo (org.) *O Brasil Imperial*, vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

GENOVESE, Eugene. *A Terra Prometida I. O mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

_____. *Da Rebelião à Revolução*. São Paulo, Global, 1983.

GOLDONI, Aline. *Guarda Nacional e relações de clientela: as dificuldades enfrentadas pela elite fluminense para manter as relações de clientela com a Guarda Nacional durante a Guerra do Paraguai*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2008.

GRAHAN, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Micro-história: reconstruindo o campo de possibilidades. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, pp. 217-223, jan-dez, 2000.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas*. RJ, Arquivo Nacional, 1995.

GOLIN, Tau. *Bento Gonçalves: o herói ladrão*. LGR Artes Gráficas, 1983.

_____. *A Fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: LP&M, 2002. v. 1.

_____. *A Fronteira. Os tratados de limites Brasil-Uruguai-Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata*. Porto Alegre: L&PM, 2004.

GUAZZELLI, César Augusto. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Tese de Doutorado em História, UFRJ, 1998.

_____. O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados nações e regiões províncias no Rio da Prata. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. A República Rio-Grandense e o Rio da Prata: a questão dos escravos libertos. In: *Anais Eletrônicos do II Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, 2006.

_____. Fronteiras em conflito no espaço platino: da Guerra dos Farrapos à Guerra Grande. In: GRIJÓ, Luis Alberto; NEUMANN, Eduardo dos Santos (org.). *O Continente em Armas: uma história da Guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Apicuri, 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Micro-história: reconstruindo o campo de possibilidades. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, pp. 217-223, jan-dez, 2000.

GUTFREIND, Ieda. O negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico. In: Estudos ibero-americanos: *Anais do I Simpósio gaúcho sobre a escravidão negra*. Porto Alegre: EDIPUCS, 1990.

_____. *A historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo. Uma reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Muller. *Estudos Históricos*. Vol. 10, nº 19, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 1997.

HESPANHA, Antonio Manuel. *Às vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político em Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

HOLLANDA, Aurélio Buarque de. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1988.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado. Teoria e Política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

IZECKSOHN, Vitor. *War, Reform and State-Building in Brazil and in the United States. Slavery, Emancipation and Decision-Making Processes in the Paraguayan and Civil Wars (1861-1870)*. Tese de Doutorado em História, University of New Hampshire, UNH, Estados Unidos, 2001.

_____. Resistência ao recrutamento para o exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos durante a década de 1860. *Revista de Estudos Históricos*, Brasil, v. 27, p. 84-109, 2001.

_____. *O Cerne da Discórdia. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2002.

_____. Escravidão, federalismo e democracia: a luta pelo controle do Estado nacional norte-americano antes da Secessão. *Topoi*. Rio de Janeiro, p. 47-81, março de 2003.

_____. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

JR, Willian G. Acree; BORUCKI, Alex. *Jacinto Ventura Molina y los caminos de La escritura negra em el Rio de La Plata*. Montevideo: Linardi y Risso, 2008.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert S. Os homens livres de cor na sociedade escravista. *Dados*. Rio de Janeiro, n. 17, p.03-27, 1978.

_____; LUNA, Francisco Vidal. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

KRAAY, Hendrik. “As Terryfing as Unexpedt”: The Bahian Sabinada, 1837-1838. *Hispanic American Historic Review*. Duke University Press, 1992.

_____. “O abrigo da farda”: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888. In: *Afro-Ásia*. Revista de Estudos Afro-orientais da Universidade Federal da Bahia. Salvador. nº 17, 1996.

_____. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. In: *Diálogos*. Maringá: UEM, 1999. v. 3. (disponível em http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/diálogos/volume01/vol03_atg3.htm).

_____. *Race, state, and armed forces in independence-Era Brazil: Bahia, 1790’s-1840’s*. California: Stanford University Press, 2001.

- _____. Definindo nação e Estado: rituais cívicos na Bahia pós-independência (1823-1850). *Topoi*. Rio de Janeiro, p. 63-90, set. 2001.
- _____. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos”. O “recrutamento” de escravos na guerra de Independência na Bahia (1822-1823). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, vol.22, no. 43, 2002.
- _____. Identidade racial na política, Bahia, 1790-1840: o caso dos Henriques. In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.
- _____. *Política racial, estado e forças armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850*. (prelo).
- _____. Muralhas da Independência do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-1825) In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A Independência Brasileira. Novas Dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 303-341.
- KUHN, Fábio. *Gente da Fronteira: Família, Sociedade e Poder no sul da América Portuguesa. Séc. XVIII*. Tese de Doutorado em História, UFRJ, 2006.
- LANGAARD, Theodoro J. H. *Dicionário de Medicina Doméstica e Popular*. 2ª edição, vol. 02, vol. 03. Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1872,
- LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense: (1835-1845)*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1983.
- _____. *Folclore do Rio Grande do Sul: levantamento dos costumes e tradições gaúchas*. Caxias do Sul: EDUCS; Porto Alegre: EST/Martins Livreiro Editor, 1984.
- LARA, Silvia Hunold. *Fragments setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LASSO, Marixa. RaceWar and Nation in Caribbean Gran Colombia, Cartagena 1810-1832. In: *American Historical Review*. n. 111, n. 2, 2006, p. 336-361.
- LESSA, Barbosa. *Rodeio dos Ventos*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1978; NETO, João Simões Lopes. *Lendas do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.
- LÉVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- _____. Usos da biografia. In: *Usos e abusos da história oral*. AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.), 5ª.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p.p.179-180.
- _____. *Centro e periferia di uno stato assoluto*. Tre saggi su Piemonti e Ligúria in età moderna. Rosenberg & Selier.

- LEITE, Ilka Boaventura. *O Legado do Testamento: a Comunidade de Casca em perícia* - 2ª ed. 2. ed. Porto Alegre/Florianópolis: Editora da UFRGS/NUER, 2004.
- LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da guerra dos farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. Negros Farrapos: Hipocrisia Racial no sul do Brasil do séc. XIX. In: *A Revolução Farroupilha: História e Interpretação*. PESAVENTO (e outros). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- LELLO UNIVERSAL. *Novo Dicionário-Enciclopédico Luso-Brasileiro*. Porto, Lello & Irmão, s/dt.
- LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escala: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: Escalas, Indícios e Singularidades*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 1.
- _____. Sob o Domínio da Precariedade. Escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*. vol. 06, n.11, p. 289-326, jul-dez.2005.
- LIMA, Carlos A. M. Escravos de Peleja: A instrumentalização da Violência Escrava na América Portuguesa (1580-1850). In: *Revista de Sociologia e Política*, n. 18, p. 131-152, jun, 2002.
- LIMA, Rafael Peter de. *A Nefanda Pirataria de Carne Humana: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil Meridional*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2010.
- LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- LORIGA, Sabina. *Soldats. Un laboratoire disciplinaire: l'armée piémontaise au XVIII siècle*. Venice, Italy: Marsilio Editori S.p.A./ Paris: Éditions Mentha, 1991.
- _____. A experiência militar. In: LEVI, Giovani; SCHMITT, Jean Claude. *História dos jovens 2. A época moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MCBETH, Michael. The Brazilian recruit: slave or soldier? In: ALDEN, Dauril; DEAN, Warren (Org). *Essays Concerning the socioeconomic History of Brazil and Portuguese India*. Gainesville: The University Presses of Florida, 1977. p. 71-86.
- MCCANN, Frank D. *A Nação Armada. Ensaio sobre a História do Exército Brasileiro*. Recife: Editora Guararapes, 1982.
- MACHADO, Maria Helena. *Crime e Escravidão. Trabalho, Luta. Resistências nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- MAESTRI FILHO, Mario. *O escravo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1984.
- MAESTRI FILHO, Mário. *O Escravo Gaúcho: resistência e trabalho*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.
- MAIA, João. *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico*. Porto Alegre, Globo, 1920.
- MALERBA, Jurandir (org.) *A Independência Brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- _____. . Esboço crítico da recente historiografia sobre a Independência do Brasil (c. 1980-2002). In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A Independência Brasileira. Novas Dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- MALLO, Silvia; TELESCA, Ignacio (org.) *Negros de La Patria. Los afrodescendientes en las luchas por la independencia en el antiguo virreinato del Rio de la Plata*. Buenos Aires: SB, 2010.
- _____. Libertad y esclavitud em el Rio de la Plata entre el discurso y la realidad. In: MALLO, Silvia, TELESCA, Ignacio (Org.). *Negros de La Patria. Los afrodescendientes en las luchas por la independencia en el antiguo virreinato del Rio de la Plata*. Buenos Aires: SB, 2010.
- MAMIGONIAN, Beatriz. O litoral de Santa Catarina na rota do abolicionismo britânico. *II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- _____. José Majojo e Francisco Moçambique, marinheiros de rotas atlânticas: notas sobre a reconstituição de trajetórias da era da abolição. *Topoi*, v. 11, n. 20, jan.-jun. 2010, p. 75-91.
- MATTA, Sara. *Los Gauchos de Guemes. Guerra de Independencia y conflicto social*. 1 ed. , Buenos Aires: SUDAMERICA, 2008.
- _____. Negros y Esclavos em la Guerra de la Independência. Salta, 1810-1821. In: MALLO, Silvia; TELESCA, Ignacio (Org.). *Negros de La Patria. Los Afrodescendientes em las luchas por la Independencia en el Antiguo Virreinato del Rio de La Plata*. 1 ed, Buenos Aires: SB, 2010.
- MATHEUS, Marcelo. Manejando a fronteira: estratégias escravas e senhoriais em torno dos limites entre o Brasil e o Uruguai (Província do Rio Grande, século XIX). *Seminário Escravidão, Fronteiras e Relações Internacionais no Império do Brasil*, Programa de Pós-Graduação em História, UNIRIO, 2011, no prelo.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: a Formação do Estado Imperial*. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Henrique Dias: expansão e limites da justiça distributiva no Império Português. In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina da Silva; NEVES, Guilherme Pereira das (Org.) *Retratos do Império. Trajetórias individuais no Império Português nos séculos XVI ao XIX*. Niterói: EDUFF, 2006.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARIANTE, Hélio Moro. *Farrapos: guerra à gaúcha*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Guerra e Sociedade. A situação militar do Rio de Janeiro no Vice-Reinado do Conde da Cunha*. In: *Topoi*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, v. 9, p. 54-81, 2004.

_____. A guerra e o pacto: a política de intensa mobilização militar em Minas Gerais. In: IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik; CASTRO, Celso (Org.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MENDES, Fábio Faria. *O tributo de sangue: recrutamento militar e construção do estado no Brasil imperial*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.

_____. A Economia moral do Recrutamento Militar no Império Brasileiro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 38, São Paulo, out. 1998.

_____. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MENEGAT, Carla. *Domingos José de Almeida. O estadista da República Rio-Grandense. O casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos na Revolução Farroupilha*. Curitiba: Instituto Memória, 2010.

_____. “Em interesse do Império, além do Jaguarão”: comentários sobre os brasileiros e suas propriedades na República Oriental do Uruguai. (1845-1864).

Seminário Escravidão, Fronteiras e Relações Internacionais no Império do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, UNIRIO, 2011, no prelo.

_____. “Em interesse do Império, além do Jaguarão.” *Atuação política e estratégias sociais dos proprietários brasileiros na República Oriental do Uruguai (1845-1864)*. Texto de Qualificação de Doutorado, UFRGS, julho de 2013.

MEZNAR, Joan E., "The Ranks of the Poor: Military Service and Social Differentiation in Northeast Brazil, 1830-187". In: *Hispanic American Historical Review*, 72:3 (August 1992), 335-351.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Sobre Fronteira e Liberdade: Representações e práticas dos escravos gaúchos na Guerra do Paraguai (1864/1870). *Anos 90 (UFRGS)*. , v.9, 1998

_____. *Os Cativos e os homens de bem. Experiências negras no Espaço Urbano (Porto Alegre, 1868-1888.)* Porto Alegre: Est Edições, 2004.

_____. A Liberdade Fardada. In: *Os Cativos e os Homens de Bem. Experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

_____; TASSONI, Tatiani. *Que com seu Trabalho nos Sustenta: As Cartas de Alforria de Porto Alegre (1748 / 1888)*. 1. ed. Porto Alegre: EST, 2007. v. 1. p.11

_____. Etnicidade e Liberdade: As nações africanas e suas práticas de alforria. *Ciências e Letras (Porto Alegre)*. , v.44, p.167 - 186, 2008.

_____. Funesto inventário de moléstias que o continente negro nos legou”: A morbidade da população escrava no século XIX através dos registros de óbitos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre In: *Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: Histórias reveladas ed.Porto Alegre : Editora da ISCMPA, 2009*.

_____. Moléstias dos Pretos Corpos: Doença, saúde e Morte entre a População Escrava de Porto Alegre no Século XIX (1820/1858) In: *História da Medicina, Instituições e Práticas de Saúde no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

_____. Um negro de clara sorte na terra e límpida estrela no céu: Inserções profissionais e associativas de um pardo nos oitocentos In: *Trabalho, Justiça e Direitos no Brasil: Pesquisa histórica e preservação das fontes*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2010.

_____. Podem minha cabeça e orelhas levar, mas meu corpo não: Os processos criminais como fontes para a investigação das culturas negras meridionais. Introdução. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Administração e Recursos Humanos.

Departamento de Arquivo Público. Catálogos seletivos sobre a escravidão no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG - Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas, 2010.

_____. Fragmentos de um enredo: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança parda numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt / Jaguarão, século XIX) In: *Escravidão, Mestiçagens, Populações e Identidades Culturais*. Ed. SP / BH / V. Conquista: ANNABLUME / PPGH UFMG / Edições UESB, 2010.

MUGGE, Miquéias Henrique. *Eles estão prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania. Província do Rio Grande do Sul segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado, Unisinos, 2012.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Do Cativo ao Mar. Escravos na Marinha de Guerra. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 85-112, 2000.

_____. *A Ressaca da Marujada. Recrutamento e Disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

_____. Entre o justo e o injusto. Castigo Corporal na Marinha de Guerra. In: MENDONÇA, Joseli; LARA, Silvia Hunold (Org.). *Direitos e Justiça no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006.

_____. “Ordem e Liberdade”: Proposta da marajuda cidadã. In: CARVALHO, José Murilo de (Org). *Nação e Cidadania no Império. Novos Horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: MAUAD: Faperj, 2008.

NASCIMENTO, Mara Regina do. *Irmandades Leigas em Porto Alegre: Práticas funerárias e experiência urbana (séculos XVIII-XIX)*. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História, Tese de Doutorado, 2006.

NETO, Paula de Carvalho. *El negro uruguayo. (Hasta La Abolicion)*. Quito: Editora Universitária, 1965.

NEQUETE, Lenine. *O escravo na Jurisprudência Brasileira*. Magistratura e ideologia no 2º Reinado; Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, 1988.

NUNES, Zeno Cardoso. *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1992.

NUNN, Frederick M. *Yesterday Soldiers. European Military Professionalism in South America, 1890-1940*. Lincoln and London: University of Nebraska Press, 1983.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula. Um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: EST Edições, 2006.

_____. Diálogos entre a pesquisa histórica e a memória quilombola: um estudo sobre a Comunidade de Manoel Barbosa/RS. In: BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Prêmio territórios quilombolas*. 2ª Edição. Brasília: MDA, 2007.

OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.) *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

_____. *A Parte e o Todo. A diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

OSÓRIO, Helen. “Campeiros e domadores: escravos da pecuária sulina, séc. XVIII”. In: *Anais II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*: Porto Alegre, 2005.

_____. Rebanhos, Searas e Roças. Uma aproximação da paisagem agrária do Rio Grande de São Pedro no período colonial. *Ciência & Ambiente*. UFSM, n.33 semestral, p.121-133 (jul/dez, 2006).

_____. *O Império Português no sul da América. Estancieiros, Lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo Gaúcho. Fronteira platina, direito e Revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PAIVA, Eduardo França. De Corpo Fechado: o gênero masculino, milícias e trânsito de culturas entre a África dos Mandingas e as Minas Gerais da América, no início do século XVIII. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Junia F. (Org.). *Trabalho Livre, Trabalho Escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

PANIAGUA, Edson R. Monteiro. *Fronteira, violência e criminalidade na Região Platina - o caso do município de Alegrete. (1846-1852)*. Dissertação de Mestrado em História, UNISINOS, 2003.

PARKER, Geoffrey. *The Military Revolution. Military innovation and the rise of the West, 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press. 1996.

PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1986.

PESAVENTO, Sandra J. Farrapos, Liberalismo e Ideologia. In: *A Revolução Farroupilha: História e Interpretação*. PESAVENTO e outros; DACANAL, José Hildebrando (org.). 2ed. Porto Alegre,:Mercado Aberto, 1997.

- PESSI, Bruno Stelmach. Estrutura de Posse e Demografia Escrava em Pelotas entre 1850 e 1888. V *Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Anais eletrônicos; Porto Alegre: UFRGS, 11 a 13 de maio de 2011.
- PETIZ, Silmei de Sant'Anna. *Buscando a Liberdade. As fugas de escravos da São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: ED. de Passo Fundo, 2006.
- PICO, Roger Pita. *El reclutamiento de negros esclavos durante las guerras de Independencia de Colombia 1810-1825*. Cartagena: Academia Colombiana de História, 2012.
- PICCOLO, Helga I. L. A Guerra dos Farrapos e a construção do Estado Nacional. In: *A Revolução Farroupilha: História e Interpretação*. PESAVENTO e outros; DACANAL, José Hildebrando (org.). 2ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- PINHEIRO, Luís B. S. P. *Nos subterrâneos da revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: PUCSP, 1998.
- PINTO, Natália Garcia. Entre os laços das senzalas: o parentesco simbólico entre os escravos em Pelotas (1830-1850). V *Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Anais eletrônicos; Porto Alegre: UFRGS, 11 a 13 de maio de 2011.
- PORTO-ALEGRE, Achylles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Livraria Selbach, Porto Alegre, 1917.
- POSSAMAI, Paulo César. O Recrutamento Militar na América Portuguesa: O Esforço Conjunto para a Defesa da Colônia do Sacramento (1735-1737). In: *Revista de História*, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, nº 151, 2º semestre de 2004, pp. 151-180.
- _____. (Org.). *Gente de Guerra e Fronteira: Estudos de História Militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010.
- PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégias militares na expansão da fronteira da América Portuguesa (1550-1700). In: CASTRO, Celso ; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- REICHARDT, H. *Canabarro. Ideais de liberdade no Rio Grande do Sul. A Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Typog. do Jornal do Commercio, 1928.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito. A Resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

REIS, João José. O jogo duro do Dois de Julho: o partido negro na independência da Bahia. In: SILVA, Eduardo; REIS, J.J. *Negociação e Conflito: resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

_____. *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do séc. XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

_____. “‘Nos achamos em campo a tratar da liberdade’: a resistência negra no Brasil oitocentista”. In MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo, SENAC, 2000.

_____. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. 2a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Domingos Pereira Sodré: um sacerdote africano na Bahia Oitocentista. In: *Afro-Ásia*, nº34, p.237-313, 2006.

_____. *Domingos Sodré. Um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REMEDY, J. M. R. . Discussões acerca do estudo sobre Duelos de Honra no Rio Grande do Sul.. *ArtCultura* (UFU), Uberlândia - MG, v. 5, n. 6, p. 115-122, 2003.

_____. Um lance cavalheiresco: duelo e representação da honra na literatura.. *Delaware Review of Latin American Studies*, v. 10, p. 3, 2009.

_____. Intelectuais e Honorabilidade: o papel dos duelos como forma de pertencimento ao campo social. *Métis* (UCS), v. 8, p. 167-184, 2010.

_____. A honra ferida de um pai: indagações acerca de um filicídio em A Divina Pastora (1847), de Caldre e Fião. In: X Encontro Estadual de História - ANPUH-RS, 2010, Santa Maria - RS. *Anais do X Encontro Estadual de História - ANPUH-RS*. Santa Maria - RS : UFSM/ UNIFRA, 2010.

REVEL, Jacques (Org). *Jogos de Escalas. A experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____. *Um Momento Historiográfico. Treces ensayos de historia social*. 1ed. Buenos Aires: Manantial, 2005.

RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: Milicianos e Guardas-Nacionais no Rio Grande do Sul*. Santa Maria: ED. da UFSM, 2005.

_____. “De tão longe para sustentar a honra nacional”: brasileiros na Guerra dos Farrapos (1835-1850). Texto de qualificação de Doutorado em História, UFRJ, 2007.

_____. *Uma vida na caserna: o Exército Imperial a partir da atuação do corneteiro Valeriano Joaquim de Almeida*. Texto Inédito.

_____. *“De tão longe para sustentar a honra nacional”*: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. Tese de Doutorado em História, UFRJ, 2009.

RIBEIRO, João Luiz de Araujo. *No meio das galinhas, as baratas não têm razão - a lei de 10 de junho de 1835 - os escravos e a pena de morte no Império do Brasil (1822/1889)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou... *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, Vol. 11, n. 21, 1998.

RIGHI, Rosicler Maria Fagundes. *Esfaqueamento no Púlpito: O comércio e suas elites em Cachoeira do Sul na segunda metade do XIX (1845-1865)*. Dissertação de Mestrado em História, UNISINOS, 2009.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Pacificação do Rio Grande: David Canabarro e a surpresa de Porongos. In: *Almanak Litterário e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1899*.

_____. *Vultos e fatos da Revolução Farroupilha*. BROSSARD, Paulo (org.). Brasília: Imprensa Nacional, 1990. (Inclui ed. fac símile da edição de 1889. Almanaque Literário e Estatístico da Província do Rio Grande do Sul).

RODRIGUES, Claudia. *Nas Fronteiras do Além: A secularização da Morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/RJ, 2005.

ROSA, Othelo. *Vultos da epopéia farroupilha: esboços biográficos*. Porto Alegre, 1935.

ROSENTAL, Paul-André. Construir o macro pelo micro: Frederik Barth e a microstoria. In: REVEL (Org.). *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SALAINI, Cristian Jobi. *‘Nossos heróis não morreram’*: um estudo antropológico sobre as fomas de ‘ser negro’ e de ‘ser gaúcho’ no estado do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UFRGS, 2006.

SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Eleições sob Dom Pedro I, dissolução do Legislativo, que redundou no destino das tropas estrangeiras e das colônias alemãs no Brasil. Brasília: Senado Federal, 2003.

SILVA, Eduardo; REIS, João José e Silva. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- SILVA, Juremir Machado da Silva. *História Regional da Infâmia. O destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários)*. Porto Alegre/RS: LP&M, 2010.
- SILVA, Alfredo P.M. *Os Generais do Exército Brasileiro, 1822 a 1889*, M. Orosco & Co., Rio de Janeiro, 1906, vol. 1.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Lisboa, Tipografia Lacérdina, 1813.
- SILVA, Luis Geraldo. O Averso da Independência: Pernambuco (1817-24) In: MALERBA, Jurandir (org.b) *A Independência Brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai. Escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SCHMIDT, Benito Bisso. (Org.). *O Biográfico: perspectivas interdisciplinares*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- SCHWARTZ, Lília. *Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SCOTT, Joan. *Prefácio a Gender and Politics of History*. Cadernos Pagu (3), p.11-27, Campinas: UNICAMP, 1994.
- SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELOS, Naira (orgs.). *Os Alemães no sul do Brasil. Cultura, Etnicidade, História*. Canoas: Ed. da Ulbra, 1994.
- SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte. Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: MAUAD, 1996.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias. O Homem por trás do Monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de Busca da Liberdade: Alforria e Comunidade Africana em Rio Grande, séc. XIX*. Dissertação de Mestrado em História, UNISINOS, 2008.
- SCHMIDT, B. B. (Org.). *O Biográfico: perspectivas interdisciplinares*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

- SCHMIT, Roberto. ¿“Gauchos de muchos rostros”? guerra, comercio y producción rural en el río de La Plata la primera mitad del siglo IX. In: XIII INTERNACIONAL ECONOMIC HISTORY CONGRESS. Buenos Aires, julio 2002. Inédito.
- SCOTT, Joan. *Prefácio a Gender and Politics of History*. Cadernos Pagu (3) 1994.
- SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1999.
- SOARES, Mariza. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão*. Rio de Janeiro, século XVIII. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SOUZA, Jorge P. de. *Escravidão ou morte. Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad/ ADESA, 1996.
- SOUZA, Adriana Barreto. *O Exército na consolidação do Império. Um estudo histórico sobre a política militar conservadoras*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- _____. Trajetórias militares, política imperial e escrita da história. In: *MÉTIS: História e Cultura*. Revista de História da Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul: Edusc, 2003. v. 2, n. 3. p. 95-108.
- SOUZA, L. M. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- _____. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: _____. (Org.) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SOUZA, Suzana; PRADO, Fabrício P. Brasileiros na Fronteira Uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, Luis Alberto; GUAZZELLI, César A.; KUHN, Fábio; NEUMANN, Eduardo. (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.
- SOBOUL, Albert. “Descrição e medida em história social”; in: *A história social – problemas, fontes e métodos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1974.
- SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo, Edusp, 1994.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SPALDING, Walter. *Farrapos: história em contos da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934.

_____. *A Revolução Farroupilha: História Popular do grande decênio, seguida das "Efemérides" principais de 1835-1845, fartamente documentadas*. 3 ed. São Paulo:Ed. Nacional; Brasília:Ed da UNB, 1982.

TANNEBAUM, Frank. *Slave and citizen*. New York, Alfred A. Knopf, 1946.

TEIXEIRA, Luana. *Muito mais que senhores e escravos. Relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871)*. Florianópolis: PPGH/UFSC, Dissertação de Mestrado, 2008.

TILLY, Charles (Org.) *The Formacion of Nacional States in Western Europe*. New Jersey: Princeton University Press, 1975.

_____. *Coerção, Capital e Estados Europeus, 990-1992*. São Paulo: EDUSP, 1996.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3 vols.

_____. *Tradición, Revuelta y Consciencia de clase. Estúdios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Ed. Barcelona, 1984.

_____. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em Comum. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 2001.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Contrabando e Contrabandistas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2007.

_____. *CRIMES DE FRONTEIRA: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Tese de doutorado em História, PUC-RS, 2012.

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American History*. Nova Iorque: Henry Holt, 1958.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. São Paulo: Ed. Difel, 1978.

VALDES, Ildefonso Pereda. *El negro em el Uruguay. Pasado y Presente*. Revista do Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, XXV, Montevideo, 1965.

VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução: o cyclo Farroupilha no Brasil*. 6 vol. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933.

VARGAS, Jonas Moreira Vargas. As duas faces do coronel Valença: família, poder local e mediação política em Santa Maria (1850-1870). In: WEBER, Beatriz; RIBEIRO, José Iran. (Org.). *Nova História de Santa Maria: contribuições recentes*. Santa Maria: Câmara Municipal de Santa Maria, 2010.

_____. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política no Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Santa Maria: EDUFMS, Universidade Federal De Santa Maria, 2010.

_____. Das charqueadas para os cafezais? O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. V *Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Anais eletrônicos; Porto Alegre: UFRGS, 11 a 13 de maio de 2011.

VELLINHO, Moysés. *Capitania D'el rei, aspectos polêmicos do RS*. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1970

_____. *Fronteira*. Porto Alegre: Globo, 1975.

VERÍSSIMO, Érico. *O Tempo e o Vento - O Continente*. São Paulo: Editora Globo, 1995, Tomo I.

VOELZ, Peter M. *Slave and Soldier. The Military Impact of Blacks in the Colonial Americas*. New York and London: Garland Publishing, inc, 1993.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade. Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. 1. ed. São Leopoldo: Oikos / Editora Unisinos, 2008. v. 1.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *O General Farroupilha João Manoel de Lima e Silva*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Sulina, Caxias do Sul, 1984.

WHELING, Arno; WHELING, Maria José. Exércitos, milícias e ordenanças na Corte Joanina: permanências e modificações. *Da Cultura*, Ano VIII, nº 14.

WOLOCH, Isser. Napoleonic Conscription: State Power and Civil Society. In: *Past and Present*, n. 11, may, 1986.p. 101-127.

XAVIER, Regina C. L. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1996.

ZABIELA, Eliane *A Presença Brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e navegação, de extradição e de Limites*. Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso. ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

_____. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí:
UNIJUÍ, 2002.

Fontes (por arquivo pesquisado):

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS)

AHRS, *Documentos Interessantes para o Estudo da Grande Revolução de 1835-1845*. 1 vol; 2 vol. O Povo (edição fac-simile da coleção completa). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930.

_____. *Coletânea de Documentos de Bento Gonçalves da Silva. 1835-1845*. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Sub-comissão de Publicações e Concursos, 1985.

_____. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Vol. 02. Porto Alegre: IEL, 1978.

_____. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Vol. 03. Porto Alegre: IEL, 1979.

_____. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Vol. 05. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1981.

_____. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Vol. 06. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1983.

_____. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Vol. 07. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1983.

_____. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Vol. 08. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1984.

_____. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Vol. 09. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1985.

_____. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Vol. 10. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1991.

_____. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Vol. 11. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1995.

_____. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Vol. 12. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1998.

_____. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Vol. 13. Porto Alegre: CORAG, 2004.

_____. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Vol. 14. Porto Alegre: EST, 2005.

_____. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Vol. 15. Porto Alegre: EST Edições, 2006.

_____. *Uma República contra o Império: Coleção Varela – Documentos sobre a Revolução Farroupilha*. Volume 16. Porto Alegre: EDIPUCRS / SEDAC - RS, 2008.

_____. *Guerra Civil no Brasil Meridional (1835-1845). Documentos da Coleção Varela*. Volume 17. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

_____. *Os Segredos do Jarau: A Coleção Varela - Documentos sobre a Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

_____. *Duelos Farroupilhas: A Coleção Varela - Documentos sobre a Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011 (no prelo).

AHRS – Fundo Autoridades Militares.

Maço 135

Documento nº 7/A; nº 12; nº 25; nº 157; 157-1; nº 159; nº 160; nº 161; nº 164; nº 167; nº 171; nº 175; nº 178; nº 182; nº 182-2; nº 183; nº 186;

Maço 135B

Documento nº 2542, nº 2550

Maço 143

Documento nº 145 A; nº 356; nº 340; nº 341; nº 342; nº 343; nº 347; nº 347-1; nº 347-1A; nº 352, nº 352-1; nº 352-2; nº 455;

AHRS - Fundo Autoridades Municipais.

Maço 24

Correspondência expedida, Caixa 10, Ano: 1834-1836;

Maço 25

Correspondência expedida, Caixa 11, Ano: 1844-1849;

AHRS - Fundo Justiça.

Maço 004

Correspondência, Juízo de Direito, Caçapava, Ano: 1835-1918;

Maço 005

Correspondência, Juízo Municipal ou Municipal de Órfãos, Caçapava, Ano: 1836-1882;

Correspondência, Juízo de Paz, Maço 005, Ano: 1831, Ano: 1834 -1868;

Maço nº 101

Rio de Janeiro, 1839, Processo 0913.

AHRS - Fundo Polícia.

Maço 03

Documentação avulsa, Auto de Inquirição, Ano: 1845;

Maço 12

Jaguarão, correspondência expedida, 1846, 1860;

Maço 15

Pelotas, subdelegacia de Policia;

Maço 24

Rio Grande, delegacia de Policia, relação de escravos fugidos, 1849;

Rio Grande, Correspondência expedida, delegacia de polícia, 1856;

Rio Grande, Correspondência expedida, delegacia de Policia, 1858;

Maço 26

Rio Pardo, delegacia de Policia, relação de escravos fugidos, 1849,

Maço 44

Alegrete, subdelegacia de Policia;

Arroio Grande, subdelegacia de Policia;

Bagé, subdelegacia de Policia;

Gravataí, subdelegacia de Policia, correspondência expedida, 1847;

Maço 45

Canguçu, subdelegacia de Policia;

Maço 47

Jaguarão, subdelegacia de Policia;

Maço 49

Pelotas, correspondência expedida, subdelegacia, 1847;

Piratini, correspondência expedida, 4º distrito, 1846, 1865;

Maço 50

Porto Alegre, correspondência expedida, subdelegacia de Polícia, 1856;

Rio Grande, correspondência expedida, subdelegacia de Polícia, 1848;

Maço 51

Rio Pardo, subdelegacia de Policia, 1853;

Maço 52

São Sebastião do Caí, subdelegacia de Policia;

Cruz Alta, Correspondência expedida, subdelegacia de Polícia;

AHRS - Fundo Requerimentos (Escravos).

Maço 83

Requerimento de Moisés de Souza Netto ao Conde de Caxias.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

APERS. *Documentos da Escravidão. Compra e Venda de escravos. Recorte temporal de setembro/1763 a maio de 1888. Acervos dos Tabelionatos do Rio Grande do Sul.* Coordenação Jovani de Souza Scherer e Marcia Medeiros da Rocha. Porto Alegre: CORAG, 2010. Vol.1.

_____. *Documentos da Escravidão. Compra e Venda de escravos. Recorte temporal de setembro/1763 a maio de 1888. Acervos dos Tabelionatos do Rio Grande do Sul.* Coordenação Jovani de Souza Scherer e Marcia Medeiros da Rocha. Porto Alegre: CORAG, 2010. Vol.2.

_____. *Documentos da Escravidão. O escravo deixado como herança. Compra e Venda de escravos. Recorte temporal de setembro/1763 a maio de 1888.* Coordenação Bruno Stelmach Pessi. Porto Alegre: CORAG, 2010. Vol.3.

_____. *Documentos da Escravidão. O escravo deixado como herança. Compra e Venda de escravos. Recorte temporal de setembro/1763 a maio de 1888.* Coordenação Bruno Stelmach Pessi. Porto Alegre: CORAG, 2010. Vol.4.

_____. *Documentos da Escravidão. O escravo como vítima ou réu. Recorte temporal de setembro/1763 a maio de 1888.* Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza e Silva. Porto Alegre: CORAG, 2010. Vol.5.

_____. *Documentos da Escravidão. O escravo deixado como herança. Recorte temporal de setembro/1763 a maio de 1888.* Coordenação Bruno Stelmach Pessi.. Porto Alegre: CORAG, 2010. Vol.6.

Arquivo Nacional (AN)

AN- Série Justiça

IJ³ 26 (1823, 1834, 1846, 1872); IJ³ 24 (1837); IJ1539 (1854/1855); IJ1540(1856/1858); IJ1541(1859/1860);

AN - Coleção Caxias

Caixa 809: Pasta nº 01, nº 02;

Caixa 810: Pasta nº 01, nº 03, nº 04, nº 05, nº 06, nº 07

AN - Série Guerra

IG¹ 173; IG¹ 172; IG¹ 174; IG¹ 175; IG¹ 176; IG¹ 177; IG¹ 178; IG¹ 179; IG¹ 180; IG¹ 181; IG¹ 67; IG¹ 467; IG⁷ 09; IG¹ 273; IG¹ 277; IG¹ 278; IG¹ 279; IG¹ 281; IG¹ 280; IG⁷ 20; IG⁷ 4; IG⁷ 5; IG⁷ 32; IG⁶ 4;

Biblioteca Nacional (BN)

CAXIAS, Barão de. *Ofícios do Barão de Caxias (1842-1845) (Como Presidente da Província do Rio Grande do Sul e Comandante em Chefe do Exército em operações contra os farrapos)*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1950.

Arquivo do Museu Imperial

AMI - Correspondências de Caxias sobre a guerra dos Farrapos:

Maço 106

SILVA, Luis Alves de Lima e, Doc. 5143 Duque de CAXIAS 2 fls. duplas.

SILVA, Luis Alves de Lima e, Doc. 5145 Duque de CAXIAS 1 fl. dupla.

SILVA, Luis Alves de Lima e, Doc. 5146 Duque de CAXIAS 1 fl. Dupla

SILVA, Luis Alves de Lima e, Doc. 5152 Duque de CAXIAS 2 fls. duplas.

SILVA, Luis Alves de Lima e, Doc. 5160 Duque de CAXIAS 3 fls. duplas.

Maço 107

SILVA, Luis Alves de Lima e, Doc. 5195 Duque de CAXIAS 1 fl. dupla.

SILVA, Luis Alves de Lima e, Doc. 5236 Duque de CAXIAS 1 fl. dupla.

Maço 109

FIALHO, Joaquim Severo, Doc.5342 1 fl. dupla.

Archivo General de La Nación (AGN)

Legación Del Brasil

Caja 125 (carpeta 1-131) - (1839; 1843; 1850-1855);

Fundo Documental ex Archivo e Museu Histórico Nacional

Correspondência privada de Bernardina Fragoso de Riveira – Caja 192 (1825-1853);

Fundo Particulares

Correspondência de Fructuoso Riveira:

Caja 06, (1814-1854); carpeta 03 (1831-1853); carpeta 04 (1821-1854);

General Manuel Oribe, documentos de su archivo:

Caja 06, carpeta 05 (1830-1856);

Arquivo Particular de Manuel Herrera y Obes:

Caja 19: Carpeta 27, Correspondência de Obes com Garibaldi (13 peças) - 1844-1847;

Carpeta 35, Correspondência de Obes com André Lamas (37 peças) - 1851-1862;

Arquivo Particular de Manuel Herrera y Obes:

Caja 21: Carpeta 01, Documentos relativos a sua atuação diplomática (198 peças) – 1836-1850;

Caja 22: Arquivo Particular de Manuel Herrera y Obes; Carpetas 01 e 02, Documentos relativos a atuação diplomática de Andrés Lamas no Rio de Janeiro (52+80 peças) – 1847-1850 / 1851-1854;

Archivos Administrativos

Jefatura de Política y Policía de Montevideo (1830-1918);

Livro 938: Livros de colonos africanos introduzidos no Estado (30 de out de 1833 a 19 de mar de 1835);

Livro 944: Entrada e saída de presos. Homens brancos e negros livres (03 de ago de 1835 a 18 de set de 1836);

Livro 945: Anotacion de negros escravos (02 de abril de 1835 a 31 de dez de 1838) ok

Livro 949: Livros de presos onde de anotam os homens brancos e negros livres. Entradas e saídas. (19 de set de 1836 a 10 de nov de 1837);

Livro 958: Livro de escravos negros presos (1º de jan de 1839 a 1º de out de 1839);

Ministério da Guerra e Marinha/Secretaria do Ministério

Tomo 198 – 3892, Tomo 3950, Tomo 3951;

Caja 05 - Documentos procedentes de:

Carpeta 11: Riveira, Pedro Trapani, Miguel Barreiro, Lavalleja, Ana Monterosso Lavalleja (124 peças) – 1825-1852;

Caja 07 - Documentos procedentes de:

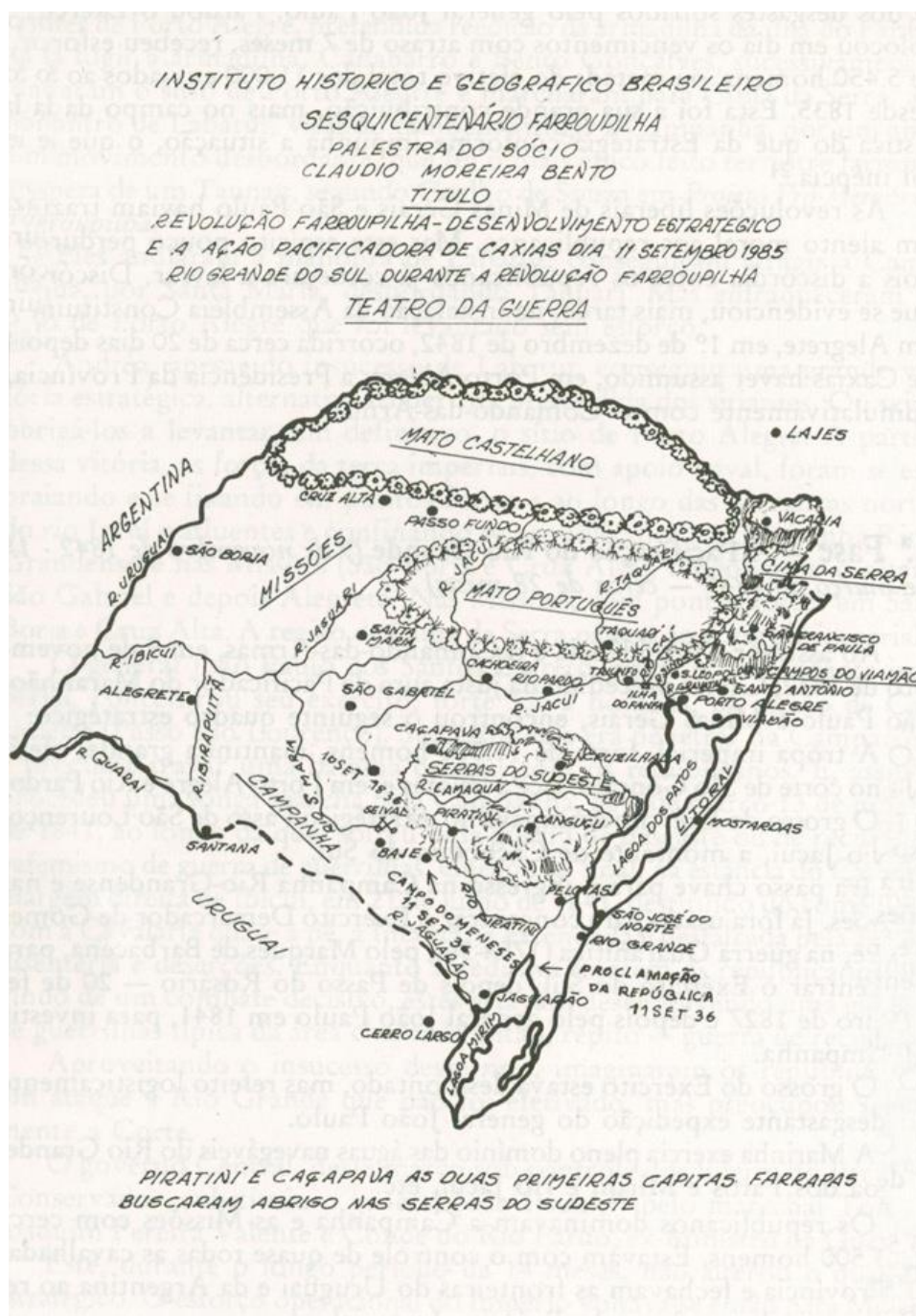
Carpeta 1 – General Manuel Oribe (55 peças) – 1833-1856;

Arquivo do Itamaraty

Ofícios Reservados, 1833-1842, estante 222, prateleira 04, maço/volume 02 (Manuel Vieira Braga cônsul geral do Brasil em Montevideú);

ANEXO 01

MAPA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, À EPOCA DA GUERRA.



Fonte: BENTO, Claudio Moreira. *O Exército Farrapo e seus Chefes*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1992, p. 16.

ANEXO 02

TRECHO DO DECRETO DE 11 DE MAIO DE 1838, PUBLICADO NO JORNAL “O POVO”, ORGÃO OFICIAL DE IMPRENSA DOS FARROUPILHAS.⁵⁹⁰

“Tendo o tirânico Governo do Brasil por aviso da Repartição de Justiça de 19 de novembro de 1838 determinado ao intruso e intitulado Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro a aplicação de 200 a mil acoites a todo o homem de cor, que livre do cativo em conformidade das leis desta República, tiver feito parte de sua força Armada, e vier cair prisioneiro das tropas chamadas legais, desprezando aquele imoral Governo toda espécie de Processo, e formalidade judicial para qualificação daquele suposto crime, quando em obediência as sagradas Leis da Humanidade, ás luzes do presente século, e aos verdadeiros interesses dos cidadãos do Estado, é que o Governo do mesmo passa a deliberar os cativos aptos para as armas, oficinas e colonização, afim de acelerar a pronta emancipação desta parte infeliz do gênero humano, e isso com grave sacrifício da Fazenda Pública, pois que todos os proprietários que tem exigido a importância de tais cativos, ou não são satisfeitos de pronto ou não recebidos documentos para o serem oportunamente: o Presidente da República, para reivindicar os direitos inalienáveis da humanidade, não consentindo, que o livre rio-grandense, de quaisquer cor com que o acidente da natureza o tenha distinguido, sofra impune e não vingado, o indigno, bárbaro, aviltante, e afrontoso tratamento que lhe prepara o infame governo imperial, em represália, a que é provocado, decreta: Artigo Único. Desde o momento em que houver noticia certa de ter sido açoitado um homem de cor a soldo da República pelas autoridades do governo do Brasil, General Comandante em Chefe do Exército, ou Comandantes das diversas divisões do mesmo, tirará à sorte aos oficiais de qualquer grau que sejam das tropas imperiais nossos prisioneiros e fará passar pelas armas àquele que a mesma sorte designar”.

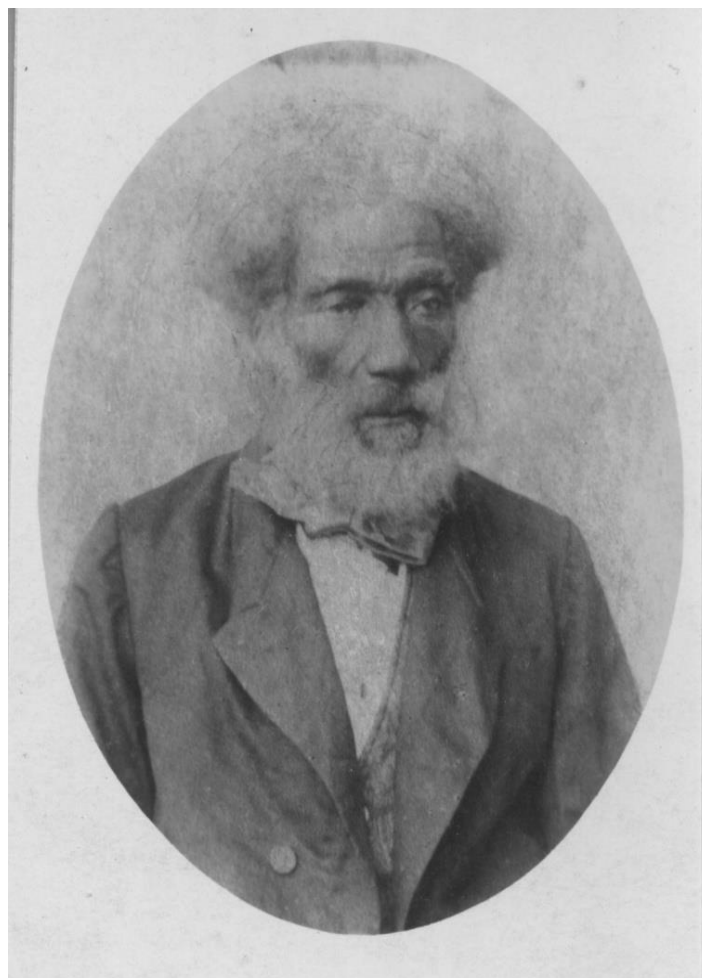
⁵⁹⁰ Fonte: AHRS, *Documentos Interessantes para o Estudo da Grande Revolução de 1835-1845*. 1 vol; 2 vol. O Povo (edição fac-simile da coleção completa). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930.

ANEXO 03

FOTOGRAFIAS DE ANTONIO RIBEIRO, CORNETA DE BENTO GONÇALVES
DURANTE A GUERRA CIVIL FARROUPILHA.



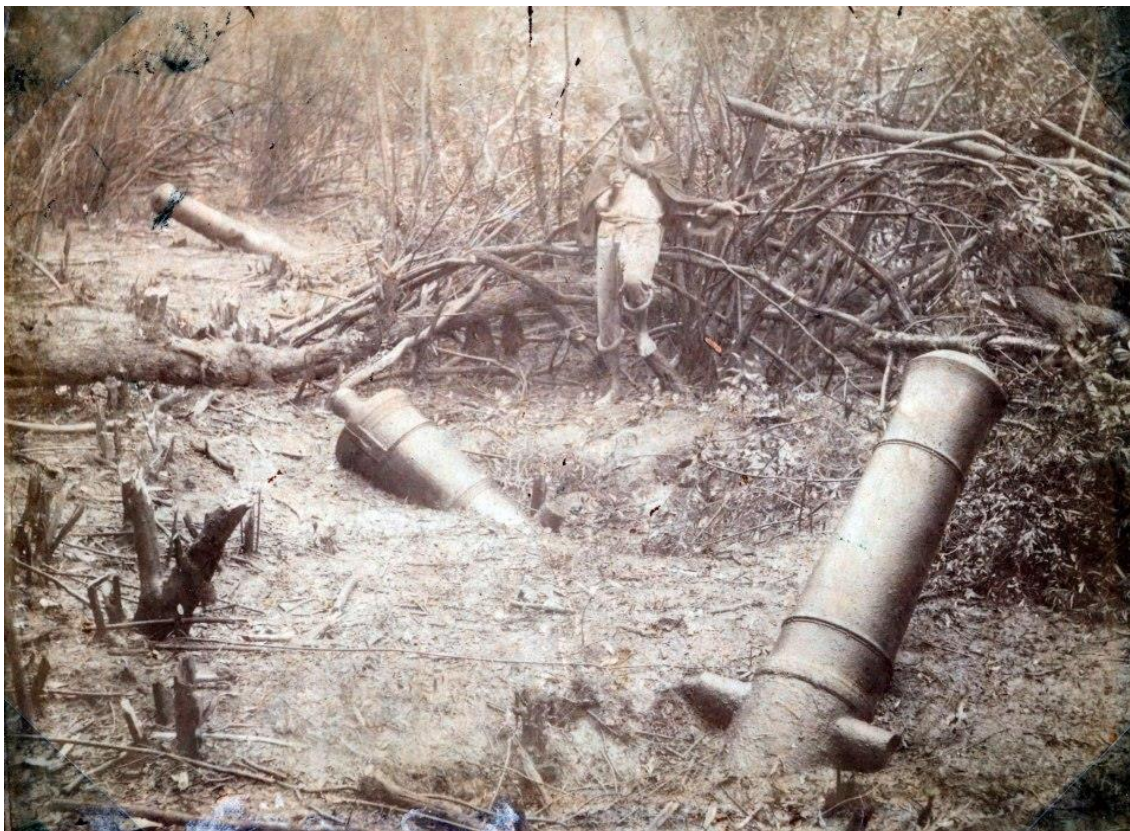
Fonte: AHRS



Fonte: AHRS



Antonio Ribeiro, primeiro à esquerda. Estância do Cristal, de propriedade de Bento Gonçalves da Silva – Camaquã/RS (s/dt). Fonte: AHRS.

ANEXO 04**RESTOS DA ESQUADRA FARROUPILHA**

Fonte: AHRs.

ANEXO 05

RELAÇÃO DAS PRAÇAS ENTREGUES AO BARÃO DE CAXIAS, POR OCASIÃO DO ACORDO DE PAZ – SOLDADOS LANCEIROS ⁵⁹¹

Graduações	Nº	Nomes	Observações
2º sargento	01	Felisberto José Menezes	Ajudante de cirurgia – adido do 2º Regimento
Cabo	02	João Batista	Adido do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira
Cabo	03	José Francisco	Idem do 3º Reg.
Cabo	04	Bonifácio Maxado	Idem do 2º Reg.
Cabo	05	João Pinheiro	Idem do 3º Reg.
Cabo	06	Francisco Antonio	Idem do 2º Reg.
Cabo	07	Joaquim Antonio Mariano	Idem do 3º Reg.
Cabo	08	Manoel Luiz	Idem do 2º Reg.
Cabo	09	Francisco Peixoto	Idem do 3º Reg.
	10	Anselmo Barcelos	Idem do 2º Reg.
	11	Antonio Diogo	Idem do 3º Reg.
	12	Salvador de Braga	Idem do 2º Reg.
	13	Manoel dos Santos	Idem do 3º Reg.
	14	Baldoino Charão	Idem do 2º Reg.
	15	Ignácio Martins	Idem do 3º Reg.
	16	Caetano Boaventura	Idem do 2º Reg.
	17	Adão Marcínio/Marcolino	Desertou na marcha
	18	Miguel Pereira	Idem do 3º Reg.
	19	Antonio Candido	Idem do 2º Reg.
	20	Paulo Lopes	Idem do 3º Reg.
	21	Francisco Maxado	Idem do 2º Reg.
	22	Jesuíno Martins	Idem do 3º Reg.
	23	André Alves Neves	Idem do 2º Reg.
	23	Adão Alves	Idem do 3º Reg.
	25	Pedro Gonçalves	Idem do 2º Reg.
	26	Eufemio Domingos Cardoso	Idem do 3º Reg.

⁵⁹¹ AHRs, AM, M. 143 – Tenente-Coronel José Alves Valença, Comandante (sic!) do Corpo Auxiliar de Lanceiros, Corpo Auxiliar dos Lanceiros de Linha, Relação das praças do mesmo que marcham. Campo em marcha, 02 de março de 1845. José Alves Valença, Tenente- Coronel.

	27	Bernardo Francisco	Idem do 2º Reg.
	28	Antonio Fermiano	Idem do 3º Reg.
	29	Anselmo José de Andrade	Idem do 2º Reg.
	30	Manoel Ignácio	Idem do 3º Reg.
	31	Porfírio de Oliveira	Idem do 2º Reg.
	32	João da Cunha	Ficou com o Cidadão David Canabarro
	33	Agostinho Manoel	Idem do 3º Reg.
	34	Francisco Candido	Idem do 2º Reg.
	35	Felipe São Tiago	Idem do 3º Reg.
	36	Matheus Vianna	Idem do 2º Reg.
	37	Domingos Marques	Idem do 3º Reg.
	38	Antonio Pedrozo	Idem do 2º Reg.
	39	Protázio Leite	Idem do 3º Reg.
	40	José Antonio	Idem do 2º Reg.
	41	Firmiano Lemos	Idem do 3º Reg.
	42	Filipe José Augusto	Idem do 2º Reg.
	43	Anacleto Pinheiro	Idem do 3º Reg.
	44	João Cardozo	Idem do 2º Reg.
	45	Francisco Correa	Idem do 3º Reg.
	46	Manoel de Azevedo	Idem do 2º Reg.
	47	Evaristo de Lima	Idem do 3º Reg.
	48	Francisco de Paula	Idem do 2º Reg.
	49	Pedro Soares	Idem do 3º Reg.
	50	Joaquim de Paiva	Idem do 2º Reg.
	51	Manoel Alves	Idem do 3º Reg.
	52	Manoel Francisco	Idem do 2º Reg.
	53	Domingos Antiquiera	Idem do 3º Reg.
	54	João Gato	Idem do 2º Reg.
	55	Paulo Marques	Idem do 3º Reg.
	56	Vicente dos Santos	Idem do 2º Reg.
	57	Francisco Galatea	Idem do 3º Reg.
	58	Antonio Joaquim	Idem do 2º Reg.
	59	Felippe Pedrozo	Idem do 3º Reg.
	60	João Felipe	Idem do 2º Reg.
	61	Antonio Peixoto	Ficou com o cidadão David Canabarro
	62	Manoel Ignácio	Idem do 3º Reg.
	63	Antonio Simão	Idem do 2º Reg.

	64	José Angolista	Idem do 3º Reg.
	65	Rofino Alvez	Idem do 2º Reg.
	66	Victorino José Rodrigues	Idem do 3º Reg.
	67	Feliciano de Azevedo	Idem do 2º Reg.
	68	Romão Mendonça	Idem do 3º Reg.
	69	José Coruja	Idem do 2º Reg.
	70	João Pedro	Idem do 3º Reg.
	71	Elário Ferreira	Idem do 2º Reg.
	72	Antonio Salgado	Idem do 3º Reg.
	73	Domingos Faustino	Idem do 2º Reg.
	74	José Viera	Idem do 3º Reg.
	75	Joaquim Antigueira	Idem do 2º Reg.
	76	Lourenço Lopes	Idem do 3º Reg.
	77	Antonio de Paiva	Idem do 2º Reg.
	78	Manoel Jacinto Rolino	Idem do 3º Reg.
	79	Bonifácio de Azevedo	Idem do 2º Reg.
	80	Antonio Modesto	Idem do 3º Reg.
	81	José Maria	Desertou em marcha
	82	Luciano José Alvez	
	83	Joaquim	Idem do 2º Reg.
	84	Luis Silveira	Idem do 3º Reg.
	85	Manoel Firmino	Idem do 2º Reg.
	86	David Martins	Idem do 3º Reg.
	87	Manoel Simão	Ficou com o cidadão David Canabarro (sic!) Idem do 2º Reg.
	88	Miguel Francisco	Ficou, idem.
	89	Manoel Pedrozo	Idem do 3º Reg.
	90	Domingos Gonçalves	Idem do 3º Reg.

Fonte: AHRS – Autoridades Militares – Maço 143.

ANEXO 06

TRATADO DE PONCHE VERDE (Convenção de paz entre o Brasil e os Republicanos Farroupilhas)⁵⁹²

Art. 1º - Fica nomeado Presidente da Província o indivíduo que for indicado pelos republicanos.
Art. 2º - Pleno e inteiro esquecimento de todos os atos praticados pelos republicanos durante a luta, sem ser, em nenhum caso, permitida a instauração de processos contra eles, nem mesmo para reivindicação de interesses privados.
Art. 3º - Dar-se-á pronta liberdade a todos os prisioneiros e serão estes, às custas do Governo Imperial, transportados ao seio de suas famílias, inclusive os que estejam como praça no Exército ou na Armada.
Art. 4º - Fica garantida a Dívida Pública, segundo o quadro que dela se apresente, em um prazo preventório.
Art. 5º - Serão revalidados os atos civis das autoridades republicanas, sempre que nestes se observem as leis vigentes.
Art. 6º - Serão revalidados os atos do Vigário Apostólico.
Art. 7º - Está garantida pelo Governo Imperial a liberdade dos escravos que tenham servido nas fileiras republicanas, ou nelas existam.
Art. 8º - Os oficiais republicanos não serão constrangidos a serviço militar algum; e quando, espontaneamente, queiram servir, serão admitidos em seus postos.
Art. 9º - Os soldados republicanos ficam dispensados do recrutamento.
Art. 10º - Só os Generais deixam de ser admitidos em seus postos, porém, em tudo mais, gozarão da imunidade concedida aos oficiais.
Art. 11º - O direito de propriedade é garantido em toda plenitude.
Art. 12º - Ficam perdoados os desertores do Exército Imperial.

⁵⁹² O Tratado é de fevereiro de 1845. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil no Rio Grande do Sul: Porto Alegre: CORAG, 1986.

ANEXO 07

CARTA DE PORONGOS⁵⁹³

Cópia. Reservadíssimo. Ilmo. Sr. Regule V. As. Suas marchas de maneira que no dia 14 às 2 horas da madrugada possa atacar a força ao mando de Canabarro, que estará nesse dia no cerro dos Porongos. Não se descuide de mandar bombear o lugar do acampamento de dia, devendo ficar bem certo de que ele há de passar a noite nesse mesmo acampamento. Suas marchas devem ser o mais ocultas que possível seja, inclinando-se sempre sobre a sua direita, pois posso afiançar-lhe que Canabarro e Lucas ajustaram ter as suas observações sobre o lado oposto. No conflito poupe o sangue brasileiro quanto puder, particularmente da gente branca da Província ou índios, pois bem sabe que essa pobre gente ainda nos pode ser útil no futuro. A relação junta é das pessoas a quem deve dar escápula se por casualidade caírem prisioneiras. Não receie da infantaria inimiga, pois ela há de receber ordem de um Ministro e de seu General-em-chefe para entregar o cartuchame sobre [sic] pretexto de desconfiança dela. Se Canabarro ou Lucas, que são os únicos que saem de tudo, forem prisioneiros, deve dar-lhes escapula de maneira que ninguém possa nem levemente desconfiar, nem mesmo os outros que eles pedem que não sejam presos, pois V. Sa. Bem deve conhecer a gravidade deste secreto negócio que nos levará em poucos dias ao fim da revolta desta Província. Se por acaso cair prisioneiro um cirurgião ou boticário de Santa Catarina, Casado, não lhe reviste a sua bagagem e nem consinta que ninguém lhe toque, pois com ela deve estar a de Canabarro. Se por fatalidade não puder alcançar o lugar que lhe indico no dia 14, às horas marcadas, deverá diferir o ataque para o dia 15, às mesmas horas, ficando bem certo de que neste caso o acampamento estará mudado um quarto de légua mais ou menos por essas imediações em que estiverem no dia 14. Se o portador chegar a tempo de que esta importante empresa se possa efetuar, V. S.a lhe dará 6 onças, pois ele promete-me entregar em suas mãos este ofício até as 4 horas da tarde do dia 11do corrente. Além de tudo quanto lhe digo nesta ocasião, já V. As. Deverá estar bem ao fato das coisas pelo meu ofício de 28 de outubro e por isso julgo que o bote será aproveitado desta vez. Todo o segredo é indispensável nesta ocasião e eu confio no seu zelo e discernimento que não abusará deste importante segredo. Deus vos guarde a V. Sa. Quartel-general da Presidência e do Comando-em-chefe do Exército em marcha nas imediações de Bagé, 9 de novembro de 1844. Barão de Caxias. Sr. Coronel Francisco Pedro de Abreu, Comandante da 8ª Brigada do Exército.

Reservadíssimo de Caxias [no verso]

⁵⁹³ AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Vol. 03. Porto Alegre: IEL, 1979.

ANEXO 08

“RELAÇÃO DE 1850”: FUGAS DE ESCRAVOS PARA O PARAGUAI, PARA AS PROVÍNCIAS ARGENTINAS DE ENTRE-RIOS/CORRIENTES E PARA O ESTADO ORIENTAL.

FUGAS PARA O PARAGUAI:

Nome dos senhores	Nome dos escravos	Observações
1) Candido José Ferreira Alvim	Lourenço	Africano, conhecido por capitão, 30 e tantos anos, altura menor que ordinária, cor bem tinta, nutrido de corpo, fala ligeira e gago, barba cerrada.
2) Candido José Ferreira Alvim	João	Africano, conhecido por Pangaré, 20 e tantos anos, bastante fula. Fugiu com Lourenço, em 1837 do Rincão de São Pedro, na costa do Uruguai.
3) João Machado da Silveira	Paulo	Africano, 25 anos, alto, bem preto, pouca barba, fugiu em 1840.
4) Herdeiros do falecido Tenente-Coronel Vidal José de Pilar	Joaquim	Africano, alto, grosso, alguma coisa picado de bexigas, bastante ladino, cara redonda, fala muito fina, 40 anos, pedreiro, tocador de viola. Consta que está em Itapuã.

FUGAS PARA A PROVÍNCIA ARGENTINA DE ENTRE-RIOS:

Nome dos senhores	Nome dos escravos	Observações
1) Lauriano Dias Ferreira	Geraldo	Mulato, 18 anos quando fugiu, alto, nariz chato e rombo, cara comprida, estava nascendo barba, cabelos grenhos, pés grandes. Fugiu em 1839 e foi visto no exército do General Echague, quando o dito general veio ao Estado Oriental.
2) Herdeiro do Falecido Brigadeiro Felipe Nery de Oliveira	Vicente	Mulato claro, um tanto pálido, cara regular, olhos escuros e encovados, olhar concentrado, nariz fino e pequeno, ventas bastante abertas e flexíveis, boca pequena e lábios muito finos, cabelos “carapinha”, estatura menor de regular, corpo esguio, proporcionado, e notavelmente musculoso e ágil, andar um pouco balançado e demorado, además humilde (sic!), escasso de palavras e resoluto. É natural do Rio Grande do Norte e terá de idade 32 anos, deve, porém, denotar mais pela sua fisionomia

		taciturna e descarnada. Sabe ler e escrever sofrivelmente, é bom carpinteiro, ótimo copeiro e mau cavaleiro, trança bem abas de palhas grosseira. Fugiu em 1837 e em 1838 serviu como cabo em um bando que se achava em Paysandu, em fins de um ano, passou para a província de Entre-rios e conta que assistiu no Exército Entreriano a batalha de Pago-Largo. Falava castelhano menos mal.
3) Jerônimo Ferreira Serpa	Ignácio	Nação nagô, magro, alto, mal encarado, mas demonstra fisionomia bonita, 42 anos, consta que está no Povo Mandacovy, Província de Entre Rios, há 22 anos que fugiu.
4) Leandro Daviele	Amaro	Africano, alto, pernas finas, pés grandes, bem barbado.
5) Francisco Luis Braseiro	Benedito	Crioulo, 46 anos, cor preta, cara um tanto comprida beijos grossos, nariz regular, boca regular (hoje deve ter barba cerrada), estatura alta, corpo grosso proporcionado, muito ginete. Fugiu em 1844 a 1845 a Entre-Rios e tendo sido reclamado pelo próprio senhor, não lhe foi entregue. Existe estabelecido em Mandacovy, em uma chácara.
1) Tristão José Ribeiro de Faria	Antonio	Africano, fugiu em 1832.
2) Tristão José Ribeiro de Faria	Rafael	Africano, fugiu em 1832.
3) Tristão José Ribeiro de Faria	Manoel	Africano, fugiu em 1832.
4) Tristão José Ribeiro de Faria	Francisco	Africano, fugiu em 1832.
5) Tristão José Ribeiro de Faria	Manuel	Africano, fugiu em 1832.
6) Tristão José Ribeiro de Faria	Antonio	Africano.
7) Tristão José Ribeiro de Faria	Bonifácio	Africano.
8) Tristão José Ribeiro de Faria	João	Africano.
9) Tristão José Ribeiro de Faria	Manuel	Africano.
10) Tristão José Ribeiro de Faria	Elias	Pardo.
11) Tristão José Ribeiro de Faria	Domingos	Africano.
12) Tristão José Ribeiro de Faria	Daniel	Africano.
13) Tristão José Ribeiro de Faria	Pedro	Africano.
14) Tristão José Ribeiro de	Pedro	Congo.

Faria		
15) Tristão José Ribeiro de Faria	Antonio	Congo.
16) Tristão José Ribeiro de Faria	José	Congo.
17) Tristão José Ribeiro de Faria	Policarpo	Congo.
18) Tristão José Ribeiro de Faria	João	Congo.
19) Tristão José Ribeiro de Faria	Luis	Congo.
20) Tristão José Ribeiro de Faria	Benedito	Congo.
21) Tristão José Ribeiro de Faria	Antonio	Congo.
22) Tristão José Ribeiro de Faria	Basílio	Congo.
23) Capitão Severino Ribeiro	David	Pardo.
24) Capitão Severino Ribeiro	José	Crioulo.
25) Tenente Vitorino Antonio de Oliveira	Pedro	Crioulo.
26) Tenente Vitorino Antonio de Oliveira	José	Crioulo.
27) Tenente Vitorino Antonio de Oliveira	Bernarda	Crioulo.
28) Antonio Rodrigues de Freitas	Bento	Congo, fugiu em cinco de abril de 1833.
29) João Dias Ferreira	Geraldo	Pardo, 18 anos, fugiu em 1839.

FUGAS PARA A PROVÍNCIA ARGENTINA DE CORRIENTES:

Nome dos senhores	Nome dos escravos	Observações
1) José Narciso de Freitas	Angelina (+ 1 filho)	Crioula, 18 anos, alta, magra, tem um sinal no rosto e uma vergalhada, quando fugiu levou um filho pequeno; hoje conta ter mais três.
2) Manoel Jacinto Ferraz	Vicente	Nação congo, 37 anos, estatura baixa, grosso, rosto ordinário, boca saliente, bons dentes, pernas grossas, dedos dos pés tortos, olhos pequenos, os cabelos não são bem pretos, tem uma cicatriz na cara de um coice de um animal.
3) Manoel Jacinto Ferraz	Antonio	Nação Monjolo, 40 anos, estatura ordinária, fula, dentes abertos, cara bochechuda, olhos grandes, orelhas pequenas, pernas grossas, tem um sinal de golpe de machado em um pé.
4) Manoel Jacinto Ferraz	Manoel	Africano, 40 anos, estatura regular, grosso de corpo, dentes mui grandes, beçudo, barba preta e muito cerrada, olhos grandes, pernas grossas, calvo,

		fala muito atrapalhada.
5) Manoel Jacinto Ferraz	João	Monjolo, 38 anos, alto, bem preto, bons dentes, rosto com marca de corte de foice.
6) Bernardo Coutinho da Rocha	Joaquim	Crioulo, 34 anos estatura ordinária, cor preta, rosto redondo, cabelos grenhos, cabeça batida, olhos pequenos e pretos, nariz chato, grosso de corpo, pernas e braços grossos, boa barba. Fugiu em 29 de julho de 1846.
7) Clementino dos Santos Pacheco	José	Mulato claro, 28 anos, altura regular, delgado de corpo, cabelos soltos, bonito, alegre, muito falante, tem faltas de dentes na frente de um coice que lhe deu um animal, é muito bom domador e laçador, tem uma cicatriz de um golpe no côncavo de um pé. Fugiu em 1847.
8) José Joaquim de Assumpção	Eva	Parda, natural desta província, estatura regular, cheia de corpo, rosto comprido, olhos grandes, sem dentes na frente, pés e mãos grandes.
9) José Joaquim de Assumpção	Eufrázia (+ 1 filho)	Crioula, 45 anos, estatura regular, magra, rosto comprido, olhos pequenos, sem dentes na frente e levou consigo uma filha com os seguinte sinais: Joana, cor preta, idade 4 anos, meio aleijada do braço direito, tem a mão direita seca. Fugiram em janeiro de 1850.
10) José Floriano Machado	Benedito	Pardo claro, 16 anos, estatura regular, cheio de corpo, rosto comprido, olhos pequenos, nariz regular, testa saltada, sobre um dos olhos tem uma pequena cicatriz. Fugiu em dezembro de 1849.
11) José Floriano Machado	Paulo	Crioulo de Pernambuco, cor preta, 27 anos, estatura regular, cheio de corpo, pouca barba, rosto redondo, nariz chato, olhos regulares, dentes miúdos. Fugiu em janeiro deste ano.
12) José Floriano Machado	Justino	Africano, cor preta, estatura regular, cheio de corpo, rosto comprido, nariz regular, olhos regulares, tem uma cicatriz em uma das mãos ou uma queimadura e aleijada de um dedo. Fugiu em janeiro do corrente ano.
13) Bento Eugênio de Sousa	Michaella	Parda clara, 25 anos, cabelos claros, estatura alta, cheia de corpo, rosto comprido, olhos grandes, pardos, nariz afilado

		meio arrebitado, boca pequena, lábios grossos, peitos grandes e sobre o talão de um dos pés, um sinal preto, e uma das pernas acima do tornozelo do lado de fora tem uma cicatriz funda, pés e mãos grandes, foi levada à força por dois correntinos que assaltaram esse lado em 5 de fevereiro do corrente ano.
14) José Gomes Ferreira Guimarães (Cabeça)	Hipólito	Crioulo, olhos grandes, altura regular, bom cozinheiro, padeiro, sabe fazer doce, 40 anos, fugiu no princípio da revolta nesta província.
15) José Gomes Ferreira Guimarães (Cabeça)	Pedro	Crioulo, 30 anos, alto, pés grandes, é negro de todo o serviço, fugiu com o escravo Hipólito, de quem é afilhado, foi um filho do senhor dos mesmos bucar-los, porém não os quiseram entregar.
16) José Gomes Ferreira Guimarães (Cabeça)	José	Africano, 30 anos, alto, bonito de corpo, pés grandes, campeiro, há dois anos que fugiu e foi visto em corrientes
17) José Rufino dos Santos Meneses	João	Cabra, cor fula, estatura regular, corpo grosso e musculoso, rosto comprido, olhos encovados, nariz grosso e um tanto chato, barba cerrada e bem crespo, cabelo alguma coisa mais corredio que de antemão tem os negros, os dedos grandes de ambos os pés bem tortos, como tem de ordinário os domadores, é natural de São Paulo, terá 49 anos de idade, bom domador e campeiro, toca viola e canta sofrivelmente. Fugiu em 1836, na Província de corrientes é conhecido pelo nome de “el moreno cantor”.porem, tempos depois de sua fuga, estava morando na cidade de corrientes, casou-se com uma negra brasileira, e fariam ambos de modo de vida a andarem tocando e cantando pelos bailes e festas populares.
18) Jerônimo Ferreira Serpa	José	Nação nagô, alto, magro, com talho na cabeça do lado direito e atravessado, tomava a extensão desde a orelha até o canto da boca, 35 anos, consta estar no povo de Salada, sobre a margem esquerda do Paraná, prov.de Corrientes, há 16 anos que anda fugido.
19) Reginaldo Ferreira da	Domingos	Africano, alto, grosso, olhos

Costa		grandes, pouco cabelo, sem barba, tem uma cicatriz sobre o peito esquerdo, pés grandes, pernas grossas e mãos pequenas, fugiu em 1847.
20) Francisco Luis Braseiro	Benedito	Crioulo, cor preta, cara um tanto comprida, beiços grossos, nariz regular, hoje deve ter barba cerrada, alto, corpo grosso, proporcionado, muito ginete, idade 44 anos, fugiu em 1834.
21) Herdeiros do Tenente-coronel José Miguel José de Pilar.	Miguel	Africano, bastante alto e grosso, fala grossa e parece crioulo, 40 anos.
22) Herdeiros do Tenente-coronel José Miguel José de Pilar.	Ângelo	Crioulo, estatura regular e com sinais de bexiga.
23) Herdeiros do Tenente-coronel José Miguel José de Pilar.	Adriano	Nação mina, cara redonda e riscada, estatura regular, olhos bastante vivos.
24) Herdeiros do Tenente-coronel José Miguel José de Pilar.	João Ferro	Espigado de corpo, muito vivo, olhos grandes, escrotos inchados.
25) Herdeiros do Tenente-coronel José Miguel José de Pilar.	Antonio	Crioulo, estatura regular, de meia idade, desdentado, casado, levou a mulher.
26) Herdeiros do Tenente-coronel José Miguel José de Pilar.	Micaella	Africana, alta, 40 anos, é mulher do citado crioulo.
27) Herdeiros do Tenente-coronel José Miguel José de Pilar.	Joaquim	Aleijado de dois dedos na mão direita, alto, sinais de bexiga, 50 anos.
28) Manoel Pereira Vianna	Manoel	Nação Congo, 38 anos, estatura ordinária, magro, cara comprida, descarnada, pouca barba, olhos pequenos, nariz chato, boca grande, e tem uma pequena cicatriz na cara, e fala muito pausada.
29) Leandro Daviele	Jacinto	Nação moçambique, com marcas sinais na testa a sua nação, baixo, grosso, 33 anos, fugiu em 1834.
30) Bernardo Castanho da Rocha	André	Nada consta.
31) Joaquim da Silva Nunes	João	Da costa da Africa.
32) Joaquim da Silva Nunes	Antonio	Da costa da Africa.
33) Joaquim da Silva Nunes	Joaquim	Da costa da Africa.
34) Rosaura Ferreira Beca	Manoel	Pardo.
35) Rosaura Ferreira Beca	Francisco	Pardo.
36) Rosaura Ferreira Beca	Francisco	Da costa da Africa.
37) Rosaura Ferreira Beca	Jacinto	Da costa da Africa.
38) Rosaura Ferreira Beca	Manoel	Da costa da Africa.
39) Rosaura Ferreira Beca	Adão	Da costa da Africa.
40) Rosaura Ferreira Beca	Reinaldo	Pardo.
41) Rosaura Ferreira Beca	Ventura	Preto.
42) Capitão Severino Ribeiro	Vicente	Pardo.
43) Francisco José Dias (de	Joaquina	Benguela, 30 anos.

Uruguaiana)		
44) Francisco das Chagas Araújo	Antonio	Baiano.
45) Manoel Joaquim do Couto	Francisco	Pardo.
46) Manoel Joaquim do Couto	João	Pardo.
47) Manoel Joaquim do Couto	Pedro	Africano.
48) Manoel Joaquim do Couto	Joaquim	Africano.
49) Manoel Joaquim do Couto	Antonio	Africano.
50) Thereza Soares de Lima	Rafael	Africano
51) Lino da Silva Brum	Manoel	Africano.
52) Manoel José da Silveira	José	Benguela.
53) Amaro José da Costa	Silvério	Africano, 30 anos.
54) João Antonio da Silva	Leocádia	Cabinda, 23 anos, fugiu em 1º de set/out (sic!) de 1835.

FUGAS PARA O ESTADO ORIENTAL:

Nome dos senhores	Nome dos escravos	Observações
1) José Joaquim de Assumpção	Mariana (+ 3 filhos)	De nação Benguela, cor preta, 35 anos, cheia de corpo, tem um lombinho em cima de uma sobrançelha do lado esquerdo e tem falta de um dente na frente. Fugiu da fazenda de seu senhor, na costa do Quaraí a 25 de setembro de 1848, levando em sua companhia três filhos com os seguintes sinais:
2) José Joaquim de Assumpção	Mariano	Filho de Mariana, cabelos meio louros, 17 anos, estatura regular, cheio de corpo, pés e mãos grandes, rosto comprido, olhos grandes, e tem um pequeno sinal em cima do nariz, de um golpe.
3) José Joaquim de Assumpção	Luiz	Filho de Mariana, cor preta, idade 07 anos, rosto redondo, olhos grandes, pernas um tanto tortas.
4) José Joaquim de Assumpção	Antonio	Filho de Mariana, cor preta, 05 a 06 anos, delgado de corpo.
5) Claro Alves de Castro	Antonia	Crioula, 25 anos quando fugiu, baixa, dentes grandes, beiços grossos, pés pequenos, delgada de corpo, bunda saltada, costuma pentear o cabelo, é rendeira e costureira, lavadeira e engomadeira. Fugiu em 08 de maio de 1843 para o Estado Oriental e ali foi vista na Estância de um tal de Domingos Lavadeiro, além do Rio Negro. Tem uma cicatriz em um ombro, (sic!) ou de fogo.

6) Maria Pacífica da Rocha, viúva de Francisco Machado Pacífico	Joaquim	De nação congo, idade presumida 50 anos, estatura alta, meio grosso de corpo, beijos grossos, e tem um dente da frente e do lado de cima, quebrado. Fugiu para o outro lado do Quaraí em setembro de 1848 e acha-se como praça na força ao mando do Coronel oriental Diogo Lamas.
7) Bernardo Martins de Oliveira	Felisbino	Mulato claro, cabelos louros, olhos pardos, boca regular, estatura idem, aleijado da mão esquerda, 18 anos.
8) Manoel Pereira Vianna	José	Nação moçambique, 35 anos, estatura ordinária, cara redonda, pouca barba, olhos grandes, nariz afilado, boca grande, coxo de um perna.
9) Manoel Pereira Vianna	Miguel	De nação cabinda, 35 anos, estatura alta, cara comprida, pouca barba, olhos pequenos, nariz chato, beijos grandes, meio gago, pernas escoradas.
10) Fernando Pereira Vianna	Claudina	De nação brasileira, 39 anos, estatura alta, cara comprida, com cicatriz de bexigas, beijos grossos, tem falta de dentes.
11) Eleutério Antonio Severo	Domingos	Africano, 18 anos, estatura regular, franzino, isto é, não muito magro nem do contrário, cara redonda e pequena, não tem barba, boca e olhos grandes, pés pequenos. Fugiu em 1848.
12) Senhorinha Maria dos Santos	João	Crioulo, 34 anos, estatura baixa, grosso de corpo, nariz chato, boca grande, pé redondo, tem cicatriz de acoites, fala grosso, e seguro se tem ou não barba por ter fugido de menor idade.
13) Antonio Thomas Correia Vianna	Domingo	Mulato acabocado, 35 anos, trabalha de alfaiate. Consta estar em Saboyaty, nas forças do Coronel Flores e dizem que ali se apresentou dizendo-se desertor de um batalhão.
14) Antonio Thomas Correia Vianna	Roque	Mulato, 18 anos, campeiro. Fugiu em janeiro de 1849.
15) Antonio Thomas Correia Vianna	Joaquim	De nação Cabinda, 30 anos, é negro para todo o serviço. Fugiu em maio de 1849.
16) Antonio Thomas Correia Vianna	Laurentino	Crioulo, 30 anos, carneador, estes três escravos acham-se nas forças do Coronel D. Juan de Barrios em São Carlos, e já foram reclamados ao General D. Manuel Oribe, e nada se conseguiu.
17) Manuel Correia	Manoel	Crioulo, estatura menor que

Mirapalheta		ordinária, beijudo, boca grande, gago e coxo, precedido da quebratura de uma coxa, lavrador e tocador de viola, idade 40 anos. Fugiu em dezembro de 1847 e apresentou-se a força do Coronel Juan Barrios.
18) Pantaleão Pereira Nunes	André	Nação cabinda, estatura regular, grosso de corpo, pés grandes e grossos, cara comprida, nariz afilado, testa comprida, pouca barba, tem um sinal pardo pouco abaixo da maçã do rosto, tem os cabelos da testa ruivos. Fugiu em 15 de janeiro de 1844 e tem de 26 a 28 anos de idade, consta estar nas Minas.
19) Faustino José da Costa	Antonio	De nação angola, estatura baixa, cara comprida, cabeça pequena, campeiro. Fugiu em janeiro de 1849, apresentou-se em Santa Teresa ao Comandante Bernardino.
20) José Bernardo da Costa	Antonio	Preto, nação angola, estatura regular, cara redonda, cabeça grande, campeiro. Fugiu em janeiro de 1849, apresentou-se em Santa Teresa ao Comandante Bernardino.
21) Evaristo Correa de Mirapalheta	Felippe	De nação congo, estatura regular, rosto redondo, cabeça pequena, cabelo louro, cor retinta, campeiro.
22) Evaristo Correa de Mirapalheta	Laurianno	Nação cabinda, estatura regular, idade moço, cabeça grande, olhos carnudos, nariz chato, bem grande, cor retinta, lavrador. Passaram estes dois escravos para o Estado Oriental em São Miguel em janeiro de 1846.
23) Manuel Dias de Oliveira	Adão	Preto de nação angola, estatura ordinária, cara redonda, sem falta de um (sic!), cabeça redonda, campeiro. Fugiu em janeiro de 1849 e apresentou-se em Santa Teresa ao Comandante Bernardino.
24) José Silveira Lima	José	Preto de nação angola, estatura baixa, cara redonda, cabeça pequena. Fugiu em fevereiro de 1845, passou a fronteira de Santa Teresa para o Estado Oriental.
25) Herdeiros do falecido Tenente Coronel Vidal José de Pilar	Joaquim	Pardo muito claro, olhos azuis, cabelo ruivo, fala rouca em razão de se ter querido degolar, estatura regular, sabe ler e escrever, mal. Supõe-se no Estado Oriental.
26) Leocádia Maria Ferreira	Ventura	De nação moçambique, 25 anos,

		estatura ordinária, cor fula, altura regular, nariz chato, boca grande, lábios grossos, sem barba. Fugiu em março de 1842.
27) Leocádia Maria Ferreira	José	De nação congo, 24 anos, estatura alta, cor preta, olhos grandes e vermelhos, nariz chato, boca regular, dentes alvos e abertos, lábios grossos, é surdo. Fugiu em outubro de 1848, acha-se na divisão do Coronel Lamas como servente do mesmo coronel.
28) Leocádia Maria Ferreira	Justina	De nação congo, 30 anos, estatura alta, gorda de corpo, cor preta, olhos grandes brancos, nariz chato, boca grande, beiços grossos, é um tanto vesga. Fugiu para o Estado Oriental com o escravo José em outubro de 1848, e acha-se na divisão do Coronel Lamas, no serviço do Major Lopes.
29) Leocádia Maria Ferreira	Maria	De nação congo, idade 30 anos, estatura regular, cor preta, olhos regulares, nariz chato, boca pequena encovada e desdentada, lábios finos. Fugiu com o escravo Ventura em março de 1842.
30) Francisco Luis Braseiro	Antonio	Crioulo, natural desta província, cor fula, rosto um tanto comprido, olhos grandes, nariz chato, ventas um tanto abertas, beiços grandes, boca grande, cabelo carapinha, magro de corpo, falta-lhe a ponta da orelha esquerda. Quando fugiu em 1845 ou 1846 teria 13 ou 14 anos. O Capitão, hoje Major Pedro Guterres das forças do General Oribe, achando-se destacado na costa do Quarai reduziu o dito escravo e o levou para Paysandu, onde esteve a serviço de sua família até 1848. Depois o levou para a campanha como seu pajem, e consta existir em poder do dito Major no Departamento de Paysandu.
31) Reginaldo Ferreira da Costa	Benedito	Natural desta Província, idade 25 anos, baixo, magro, aleijado de uma mão e de um pé, muito cabelo e pouca barba, olhos grandes, mãos e pés pequenos. Fugiu em 1849 e consta estar no Estado Oriental.
32) Reginaldo Ferreira da Costa	Manuel	De nação congo. Fugiu em 1841 tendo a idade de 30 anos mais ou menos. Estatura baixa,

		<p>muito cabelo, olhos pequenos, bem barbado, mãos e pés pequenos. Consta estar no Estado Oriental.</p>
33) Major Felipe Belbezé de Oliveira Nery	Daniel	<p>Mulato, é mais conhecido pelo nome de Damião, foi escravo de Dona Úrsula Correa da Câmara, cor bem mulato, cara redonda, olhos pretos grandes e redondos, sobrancelhas negras e muito arcadas, nariz regular, boca pequena, lábios regulares, cabelo carapinha. É natural da cidade de Rio Pardo e terá hoje 27 anos. Foi doméstico do falecido capitão José Marcos de Araújo Pereira e serviu na banda de músicos do extinto Exército Republicano, do que desertou para o Estado Oriental em 1839.</p>
34) Jerônimo Ferreira Serpa	Vicente	<p>Crioulo da Bahia, baixo, grosso e gordo, bonito, 36 anos, está porque há pouco tem sido visto, no Exército do General Servando Gomes. Há 16 anos que anda fugido.</p>
35) Jerônimo Ferreira Serpa	João	<p>Africano, boa estatura, muito risonho, tem um talho pequeno na testa, magro, pernas finas, 30 anos, está, que há pouco foi visto por um seu senhor moço, na vila de Salto. Fugiu em 11 de abril de 1848.</p>
36) João Machado da Silveira	Adão	<p>Mulato, 40 anos, estatura baixa, de pouca barba, tem o beijo de baixo partido sobre um lado da boca de um coice. Há notícias que existe casado em uma povoação das pedras do pé de Montevideú.</p>
37) João Machado da Silveira	Thomaz	<p>Africano, tem 38 anos de idade, alto, barba bem cerrada. Fugiu em 1847, está feito assistente do coronel Lamas, Comandante da Fronteira do Quarai no Estado Oriental.</p>
38) José Rufino dos Santos Menezes	Joaquim	<p>É natural da Costa da África e terá a idade de 36 anos. Cor preta, bem retinta, estatura pequena, corpo delgado e esguio, cara grande, olhos à flor do rosto e um tanto avermelhados e sofrivelmente grandes, nariz muito aplastrado, lábios bastante volumosos, é bom cozinheiro. fugiu em 1846. Acha-se no Estado Oriental e ainda há poucos dias servia de criado do Major Lopes do Corpo do Coronel D. Diogo Lamas.</p>

39) José Gomes Ferreira Guimarães (cabeça)	José	Negro, 50 anos mais ou menos, crioulo de Santa Catarina, alfaiate, altura regular, pés pequenos, pernas arreadas, beiços grandes, muito tocador de viola.
40) José Gomes Ferreira Guimarães (cabeça)	José	Negro da Costa da África, altura regular, muita bexiga, fala bem castelhano, grosso de corpo, terá hoje 40 anos de idade mais ou menos. Fugiu em 1828.
41) Eduardo Fernandes	Lourenço	Idade 30 anos, baixo, gordo, beiços grandes, barbado, olhos pequenos, nariz chato, testa estreita, testa estreita, queichadas largas, e tem dois dentes da frente pontudos. Consta que está na vila de Salto.
42) José Joaquim de Assumpção	Felisberto	Natural desta província, cor parda escura, 22 anos, estatura regular, cheio de corpo, rosto redondo, olhos pequenos, tem em ambas as mãos os dedos mínimos encolhidos e ambos os calcanhares tortos para dentro. Fugiu em 03 de janeiro de 1849.
43) José Mendes Borges	Antonio	Nação cassange, 32 anos mais ou menos, estatura baixa, rosto comprido, nariz chato, queixo afilado, olhos regulares, cor fula, pouca barba. Fugiu há 12 anos e consta estar em Taquerembó.
44) Faustino José Correa	Joaquim	Nação benguela, carpinteiro, estatura regular, tem uma orelha furada, e sinais de bexiga. Fugiu a 10 de julho de 1841 e consta existir na Vila de Tianno.
45) Faustino José Correa	Pedro	Pedreiro, nação mina, estatura alta, magro. Fugiu no mesmo dia e consta existir na Vila de Tianno.
46) Faustino José Correa	Felizardo	Nação congo, estatura baixa, corpo reforçado. Fugiu a 15 de maio de 1839 e consta existir em Montevidéu.
47) Faustino José Correa	Mathias	Nação benguela, estatura regular, corpo reforçado, cor fula. Fugiu em 05 de julho de 1840 e consta existir em Montevidéu.
48) Faustino José Correa	Luciano	Nação cabinda, estatura alta, magro. Fugiu a 05 de julho de 1840.
49) Faustino José Correa	José	Nação moçambique, estatura baixa, magra. Fugiu a 05 de julho de 1840.
50) Florinda Maria de Freitas	Miguel	Africano, 18 anos, estatura regular, cor preta. Fugiu em 1836 e foi visto na Vila de Salto.
51) Florinda Maria de	João	Crioulo, 18 anos, estatura

Freitas		ordinária, cor preta, cara redonda. Fugiu em 1843 e foi visto em Paysandu.
52) Joaquim Fagundes dos Reis	José	De nação congo, 48 a 50 anos. Bem retinto, estatura regular, cheio de corpo, orelhas um tanto pequenas, e pela parte superior cojugadas à cabeça - que parecem unidas, fala grossa, rosto terá antes o comprido que o redondo, boca mediana, os dentes de cima abertos a ferro e bem barbado.
53) Veador João Francisco Vieira Braga	Antero	Cabra, 27 anos, altura regular, rosto comprido, olhos grandes, porém carregados, nariz grande, pés compridos, quebrado das virilhas, escrotos volumosos, ginga quando caminha, é bom campeiro, boleeiro. Já esteve no Rio de Janeiro na campanha do Estado Oriental na estância de Moraes Leivas. Fugiu a 19 de abril de 1846.
54) Veador João Francisco Vieira Braga	Antonio (sic!)	Foi visto na Estância de Sapolhar em novembro do dito ano, e consta que sentara praça com o nome de André na força do tentente Pinto que então caminhava a Cerro Largo. Fizeram-se reclamações em 27 de janeiro a Dionísio Coronel, Comandante do Departamento de Cerro Largo, as quais nada produziram a favor do seu senhor, antes agravaram o seu prejuízo se fazendo retirar o escravo para o centro da campanha do Estado Oriental.
55) Candido José Ferreira Alvim	Justiniano	Crioulo, natural da cidade de Campos, hoje com 50 anos de idade, cor não muito retinta, picado de bexigas, alto, magro, mal parecido de cara. Fugiu em 1834.
56) Candido José Ferreira Alvim	Mariana	De nação Congo, 40 anos, bem parecida, bastante nutrida, de regular estatura, cor muito fula, tem falta de dentes na frente. Fugiu em 1841.
57) Olivério de Souza Machado	Agostinho	Crioulo, idade 45 anos, picado de bexigas, alto, cor tinta, olhos vermelhos. Fugiu há 23 anos.
58) José Marques italiano	Joaquina	De nação benguela, 40 anos, estatura regular, cor fula, tem falta de um dedo mínimo em um pé, tem uma cicatriz em uma orelha, um sinal no peito e um no braço.
59) Herdeiros do falecido	Ignácio	Natural da Bahia, idade 40 anos.

Capitão José Manoel de Leão		Cabra, alto, boa vista, com falta dos dentes na frente, pouca barba.
60) Herdeiros do falecido Capitão José Manoel de Leão	Joaquim Pintor	De idade 40 anos.
61) Herdeiros do falecido Capitão José Manoel de Leão	Manoel Grande	De nação monjolo, alto, 50 anos.
62) Herdeiros do falecido Capitão José Manoel de Leão	Antonio Gambá	De nação benguela, 30 a 40 anos.
63) Herdeiros do falecido Capitão José Manoel de Leão	Joaquim do Hiate	Baixo e retinto.
64) Herdeiros do falecido Capitão José Manoel de Leão	Pedro	De nação monjolo, alto.
65) Herdeiros do falecido Capitão José Manoel de Leão	Manuel	Pardo, bastante idoso, tem o ofício de ferreiro.
66) Herdeiros do falecido Capitão José Manoel de Leão	Elias	Muito bexigoso, idade 50 anos.
67) Herdeiros do falecido Capitão José Manoel de Leão	José Cabello	Nada consta.
68) Herdeiros do falecido Capitão José Manoel de leão	Amadeu	Tem uma velisa (?) em um olho.
69) Herdeiros do falecido Capitão José Manoel de Leão	Francisco	Estatura mediana, fula, 30 anos.
70) Herdeiros do falecido Capitão José Manoel de Leão	Candido Capianzo	Baixo, grosso de corpo, beiços grossos, pouca barba, campeiro, é canhoto.
71)	Francisco Mulato	18 anos, sem princípio de barba, estatura mediana. É pedreiro e canhoto.
72)	David	Pardo, 26 anos, alto, semblante alegre, tinha princípio de barba quando fugiu. Pés grandes, tem um dedo da mão um tanto aleijado de um golpe, toca bem corneta, é muito cavaleiro.
73)	Balbino	Crioulo, 25 anos.
74)	Camilo	Crioulo, 25 anos.
75)	Jacinto	Crioulo, 26 anos, estatura mediana, cheio de corpo, fula, olhos grandes, campeiro, mulato claro, olhos azuis, barba e cabelos ruivos.
76)	José	Mulato claro, olhos azuis, barba e cabelo ruivos.
77)	Francisco	30 a 40 anos.
78) Joaquim José de Assumpção	Alexandre	Pardo, 38 anos, estatura regular, grosso de corpo, pouca barba,

		tem os dedos dos pés abertos pela continuação de andar a cavalo, tem sinais nas cotas de laços, natural desta província, casado e tem quatro filhos. Fugiu em 1847 e foi visto fardado nas forças do Coronel Valdéz, no Departamento de Taquarembó.
79) João Ferreira de Assis	João	Estatura baixa, barba muito cerrada, cabelo da cabeça muito crescido, e sempre penteado com cuidado, rosto redondo, muito ágil em serviço. Fugiu em 1836, teria a esta época 25 a 30 anos, foi visto em 1845 no Quaraí.
80) João Ferreira de Assis	Manoel	Estatura alta, rosto um tanto comprido, testa grande, testa grande, um pouco cambaio dos pés, tinha continuamente um ponto de remelas nos canto dos olhos pelo lado de fora. É destro à cavalo, e trabalha com desembaraço no campo. Fugiu em 1836, tendo a idade de 25 a 30 anos e foi visto em Quegay em 1845.
81) João Ferreira de Assis	Julio	Mulato pouco claro, estatura ordinária, cara redonda, com algumas bexigas, pouca barba e cabelos da cabeça pouco basto, mal feito de pés, anda sempre pouco limpo, é destro com o laço não mão e a cavalo, muito dado à bebida e ao jogo. Fugiu em 1835, tendo de 25 a 28 anos de idade e foi visto em 1840 conduzindo uma tropa como peão para Montevidéu.
82) João Ferreira de Assis	Luiz	Africano, estatura alta, rosto comprido, mal encarado, picado de bexigas, tem a parte de cima de uma das orelhas cortada, anda sempre muito pouco limpo, é naturalmente vagaroso. Fugiu em 1836, tem 40 anos de idade, foi visto no Passo do Belém tocando uma carreta em 1841.
83) Francisca Ignácia Lopes	Manoel	Crioulo, 41 anos, estatura regular, cor preta bem retinta, rosto comprido, sobrancelhas e barba preta, orelha esquerda furada por uso de brinco, nariz afilado, dedos grandes dos pés mais crescidos além de outros de que é natural. Fugiu em 1835.
84) Elói Correa Simões	Benedito	Crioulo do Rio de Janeiro, 20 anos, estatura regular, cor retinta, olhos pequenos, campeiro, tem uma cicatriz no

		canto de um dos olhos e segundo lembra-nos, do lado direito, procedida de uma ferida. Tem no meio do beço inferior outra igual ferida. Fugiu em fins de set/out (sic!) de 1849 e conta que se acha em Rocha, na força do Coronel João Barrios.
85) Joaquim Correa Mirapalhete	Antonio	Crioulo, 23 anos, estatura regular, cor preta, fugiu em 1837, acha-se em Santa Tereza, na força do Comandante Bernardino.
86) João Francisco Correa	Pedro	Idade 25 anos, baixo, gordo, cor retinta. Fugiu em 1849 e consta que está na força de polícia do Alferes Jorge, na Lexiguana, Departamento de Cerro Largo.
87) João Francisco Correa	Joaquim	Estatura regular, cor fula, dentes grandes, consta que está na força de Servando Gomes.
88) João Francisco Correa	João	Crioulo, 18 anos, cor quase fula, alto e magro. Fugiu em 1847 e consta que está na força do Comandante Gomes.
89) José Correa Mirapalhete	Antonio	Crioulo, 24 anos, estatura baixa, Fugiu em 1843 e consta que se acha próximo a fronteira do Quaraí.
90) José Correa Mirapalhete	Domingos	Africano, 30 anos, alto, grosso, olhos grandes. Fugiu em 1846 e consta que se acha em Bastilhos.
91) José Correa Mirapalhete	Felizardo	De nação benguela, alto, barbado, rosto comprido, cor preta. Fugiu em 1845 e consta estar em Cerro Largo.
92) Rafael Francisco da Terra	Adão	Crioulo, desta província, alto, magro, sem barba, 20 anos.
93) Rafael Francisco da Terra	Clemente	Crioulo, desta província, baixo, grosso, 17 anos.
94) Rafael Francisco da Terra	Raimundo	Crioulo do Rio de Janeiro, estatura regular, cheio de corpo, canhoto, 20 anos, estes três escravos constam que estão nas forças de Dionísio Coronel.
95) João Moreira da Silva	Luis	Mulato, natural da província da Bahia, estatura regular, corpo regular, cabelo crespo, pouca barba, testa descoberta de cabelos, tem os dedos da mão direita fechados, mas o mínimo mais fechado que os outros, fala bem e um tanto descansado. Tinha ao tempo em que fugiu 34 anos, é carpinteiro e também trabalha de alfaiate. Este escravo fugiu em fevereiro de 1848, consta que levou consigo uma baixa de soldado, passada na Bahia no tempo do Sabino.

		Soube depois que ele fugiu depois que serviu aos revoltosos desta província e que está em Montevidéu.
96) Joaquim José da Cunha Carracena Porto	Jacinto	Nação benguela, estatura regular, corpo reforçado, alguma coisa fula, nariz chato com um sinal de bexiga, imediato a uma orelha, um dos dedos dos pés é maior que os outros, fala bem, e ao tempo em que fugiu principia a barba. Deve constar hoje 24 anos de idade, é oficial de pintor. Seguiu para Montevidéu em 1846 no Pacote Bremmen (sic!) em companhia do Capitão D. Pedro Gallego e consta ainda estar em companhia do capitão. Há em poder do Cônsul brasileiro em Montevidéu uma precatória reclamando o escravo.
97) João Gomes de Faria	Thomaz	Congo, de idade pouco mais ou menos (ao tempo da fuga) 24 anos, estatura baixa, barba cerrada, todo para baixo de barba, rosto comprido, beiços grossos, tinha um cravo na sola do pé direito que o fazia coxear, era então preciso cortá-lo, cozinhava sofrivelmente, falava muito baixo, era muito achacado de lombrigas. Fugiu em 02 de novembro de 1840 e consta que está no Estado Oriental.
98) Vitoriano José de Freitas	Joaquim	Idade 25 anos, cor bem preta, africano, magro, nariz grande, rengo de uma perna, consta que existe no Estado Oriental.
99) Vitoriano José de Freitas	José Canhema	Africano, 40 anos, cor fula, baixo, grosso, tem uma coxa quebrada.
100) Vitoriano José de Freitas	José	40 anos, cor bem preta, monjolo, estatura muito alto, corpulento, meio rengo de uma perna. Consta que existe no Povo de Florida, costa de Santa Luzia Chica.
101) Ignácio José de Moraes	Benedito	Crioulo, estatura sete palmos, cor tinta, cheio de corpo, olhos bastante vivos, idade 39 anos. Consta que foi visto no Estado Oriental na estância do finado Capitão Garcez.
102) Ignácio José de Moraes	Antonio	De nação moçambique, 32 anos, altura média, cor fula, com a testa toda repicada, cheio de corpo. Fugiu em 1836 e consta que passara o Uruguai.
103) Ricardo Lopes Filho	Salvador	40 anos, cor retinta, altura regular, barba cerrada, campeiro,

		tens uns cortes com sinal de chicote, cara picada de bexigas, e falta de dentes na frente. Fugiu em 1844 e passou para o Estado Oriental pelas imediações de Santana do Livramento.
104) Coronel Procópio Gomes de Mello	Zeferino	Pardo, 20 anos, estatura regular, reforçado de corpo, quando fugiu ainda não tinha barba. O pardo está em uma estância denominada Gesca.
105) Coronel Procópio Gomes de Mello	João	Negro, estatura regular, bastante magro, muito fula, tem o pescoço um tanto torto, picado de bexigas. O negro está pelas imediações do Cerro Largo.
106) Antonio Rodrigues de Almeida Silva	Matheus	De nação cabinda, 43 anos, ofício roceiro, estatura baixa, muita barba, tem falta de dentes. Foi preso por uma força do Comandante Valdés há três anos e mandado para o Boceio, na linha de Montevideú.
107) Antonio Rodrigues de Almeida e Silva	Constantino	Crioulo, 38 anos, campeiro, altura regular, muita barba, cheio de corpo, falta-lhe a ponta de uma orelha. Tendo fugido há dois anos, consta que se apresentou na vila de Taquarembó ao Chefe de Polícia e que ali foi remetido para a linha de frente na cidade de Montevideú.
108) Antonio Rodrigues de Almeida e Silva	Félix	Nação mina, 30 anos, estatura ordinária, pouca barba, rosto lanhado, pisa com a ponta dos pés para o lado de dentro, não se sabe com certeza o lugar onde existe, mas está na Província Oriental. Há três anos que fugiu.
109) Antonio Rodrigues de Almeida e Silva	Joaquim	Nação congo, 22 anos, ofício bom campeiro, estatura ordinária, fala muito bem que dá a perceber que é da Costa, olhos grandes, bonito rosto, há seis anos que fugiu. Consta estar no Departamento de Paysandu.
110) Antonio Rodrigues de Almeida e Silva	Januário	Crioulo da Bahia, 28 anos, ofício serrador e falquejador, alto e muito retinto, pouca barba, tem sobre o peito, e um pé cicatriz a machado. Fugiu há seis anos e consta estar no Departamento de Paysandu.
111) João Luis	Antonio Correa	Estatura regular, cor fula, cheio de corpo, rosto grosso, quebrado dos escrotos, idade 48 anos. Fugiu em 1841.
112) João Luis	Francisco	Nação congo, estatura alta, bonito, barba cerrada, cor tinta,

		semblante alegre, ofício domador. Fugiu em 1830.	
113)	João Luis	Joaquim	De nação mocambique, estatura regular, cor fula, dentes limados, cheio de corpo, pés grandes, semblante alegre, domador, 36 anos. Fugiu em 1839.
114)	João Luis	José Vaz	De nação mina, estatura baixa, cheio de corpo, semblante alegre, cor tinta, rosto redondo, domador. Fugiu em 1830.
115)	João Luis	Antonio	De nação congo, 40 anos, estatura mediana, barba cerrada, semblante alegre, olhos pequenos, pés e mãos pequenos, cor tinta. Fugiu em 1837.
116)	João Luis	Joanna	De nação moçambique, estatura regular, cor fula, picada de bexigas, o beijo superior furado, pés e mãos regulares, sabe tecer fiado. Fugiu em 1837 com o escravo Antonio Congo.
117)	João Luis	Jorge	De nação rebolo, cor tinta, alto e delgado, semblante agradável, barba cerrada, rosto um tanto comprido, olhos grandes, domador, idade 32 anos. Fugiu em 1838 levando consigo a crioula Ângela.
118)	João Luis	Ângela	Crioula, rosto cheio, beijuda, cheia e mal feita de corpo, cor tinta, pés e mãos grandes, olhos grandes. Fugiu em 1838 com o escravo rebolo Jorge.
119)	José Guerreiro de Lemos	Joaquim	Africano, 30 anos, baixo e magro, olhos pretos, cara comprida, nariz chato, cabelos ralos, na sobrancelha do olhos direito tem uma cicatriz, tem um dente acima quebrado pelo meio, pés e mãos pequenos e delgados. Há 10 anos que fugiu.
120)	José Guerreiro de Lemos	Delfim	Cabra, 25 anos, cabelo indiático, olhos pretos e grandes, não tinha barba quando fugiu, estatura mais que regular, é canhoto, para todo o serviço, e muito bom campeiro, tem na barriga da perna direita sobre a parte de fora uma cicatriz, as unhas dos dedos grandes dos pés são defeituosas, é delgado de corpo, e toca viola. Costumava às vezes embriagar-se. Fugiu há quatro anos, e consta que está no Estado Oriental sobre o costado do Rio Negro.
121)	Patrício José Correa de Carvalho	Joaquim Domingos	Crioulo, bastante baixo, bem barbado, grandes entradas no cabelo, muito falador, é oleiro.

122) Patrício José Correa de Carvalho	Lourenço	Africano, estatura mais que ordinária, magro, rosto comprido, olhos muito vivos, pouca barba. É de serviço da lavoura.
123) Patrício José Correa de Carvalho	Felisberto	Crioulo, cor fula. É bom campeiro e domador.
124) Patrício José Correa de Carvalho	João	Africano, alto, magro picado de bexigas, muito ladino. É campeiro.
125) Patrício José Correa de Carvalho	Antonio	Africano, alto, magro, semblante alegre, tem um dente a menos na frente e uma perna bastante torta por causa de uma fratura que sofreu. É campeiro.
126) Patrício José Correa de Carvalho	Joaquim	Africano, alto, boa figura, cara riscada, olhos a flor da pele. É campeiro.
127) Herdeiros do Tenente Coronel Antonio Martins	Mauricia	Mulata escura, 22 anos, baixa e grossa de corpo, rosto redondo, pontada de sardas, nariz arrebitado, orelhas pequenas muito encostadas à cabeça, muito cabelo, boca pequena, mãos pequenas e redondas, uma com falta de duas unhas na mão direita, um no dedo polegar outra no mediano, pés pequenos e voltados para fora no caminhar. Fugiu em 1842.
128) Domingos Gonçalves Chaves	Adolfo	Mulato claro, 22 anos, estatura regular, cheio de corpo, cabelos grenhos, barba preta, olhos grandes e pretos, nariz um pouco chato, bonita feição, não tinha cicatriz alguma em seu corpo. Entende de lavoura, não é bom campeiro. Fugiu em oito de agosto de 1847. Existe em Cerro Largo, proximamente em Bicuhy da Armada.
129) Herdeiros de Constantino José Ricardo	Joaquim	De nação moçambique, 25 anos, estatura regular, tem falta de dentes adiante, tem uma meia lua na testa.
130) Visconde de Jaguari	Antonio	Cabra, natural desta província, 32 anos, campeiro, alto, rosto comprido e muito salpicado de bexigas.
131) Visconde de Jaguari	Joaquim	De nação benguela, preto, 38 anos, campeiro, estatura baixa, fula, rosto redondo.
132) Visconde de Jaguari	Anacleto	Preto, 25 anos, natural desta província, campeiro, estatura regular, alguma coisa fula e não se expressa bem.
133) Visconde de Jaguari	Manuel	De nação congo, 42 anos, preto, campeiro, rosto redondo e muito retinto, corpo cheio.
134) Manuel Reis	Justino	Crioulo da Bahia, 32 anos, preto,

Valadares		estatura baixa, corpo grosso, cabeça grande, um tanto fula, pouca barba, sem ofício.
135) Manuel Reis Valadares	Francisco	Crioulo da Bahia, 30 anos, preto, carpinteiro, estatura regular, muito retinto, sem dentes na frente, bexigoso.
136) Januário Coutinho José	Elias	Crioulo, 23 anos, cor bem preta, figura bonita, alto, cheio de corpo, tem duas cicatrizes, uma em uma das fontes, outra embaixo do queixo que para ser vista precisa levantar a cabeça. Fugiu há seis anos.
137) Luis Silveira dos Santos	José	De nação rebolo, estatura regular, barba cerrada, 40 anos.
138) Iria Ignácia de Mello	Leandro	Crioulo, cor um tanto fula, campeão, 25 anos, principiava a sair a barba e demonstrava ser abundante. Alto, tem os pés, mãos e rosto comprido, feições regulares, fala com muito desembaraço. Fugiu em 1847 e consta que se apresentou ao chefe Vergara no Estado Oriental, onde se acha.
139) Manoel Pereira da Luz	Antonio	De nação congo, 25 anos, cor tinta, altura regular, pouca barba. Fugiu em 1841; foi visto em Montevideu.
140) Manoel Pereira da Luz	Paulo	De nação congo, 30 anos, altura regular, cor bem tinta, barba cerrada. Fugiu em 1831.
141) Manoel Pereira da Luz	Justino	Crioulo, 10 anos, cor tinta.
142) de Vicente Santos Silveira Canhada	Antonio	Africano, estatura ordinária, fula, nariz chato e torto.
143) de Vicente Santos Silveira Canhada	José	Africano, estatura ordinária.
144) de Vicente Santos Silveira Canhada	Antonio	Africano, estatura ordinária.
145) de Vicente Santos Silveira Canhada	Antonio	Africano, estatura ordinária, fula, carpinteiro.
146) de Vicente Santos Silveira Canhada	Antonio	Crioulo, estatura ordinária, o dedo grande do pé direito torto.
147) de Vicente Santos Silveira Canhada	Maximo	Africano, estatura ordinária.
148) João de Sousa Escouto	Manoel	De nação moçambique, 25 anos, cor fula, estatura baixa, grosso, estava principiando a barba quando fugiu. É roceiro, porém também sabe andar a cavalo.
149) João de Sousa Escouto	Manoel	De nação moçambique, 25 anos, estatura regular, cor fula, quando fugiu estava a apontar a barba, tem um perna torta para o lado de fora, é campeão. Consta estar em Cerro Largo.
150) Antonio de Sousa Escouto	Anacleto	Nação moçambique, 20 anos, cor preta, estatura regular, meio

			fanho, é campeiro.
151)	Reginaldo José Luis	Marcos	Africano, 25 anos, estatura regular, cara comprida, cor preta, olhos grandes, nariz regular, mãos grandes, pés compridos, pernas finas, tem acima das sobranceiras uma cicatriz de coice de animal.
152)	Simplício José Luis	Manoel Catraia	Africano, 28 anos, estatura baixa, cara redonda, cor fula, olhos regulares, nariz pequeno, dedos das mãos curtos, pés pequenos e chatos, tem em uma perna acima da coxa uma cicatriz de mordida de um cão.
153)	Simplício José Luis	José Pequeno	Africano, 28 anos, estatura alta, cara redonda, cor preta, olhos grandes, nariz regular, dentes abertos na frente, mãos compridas, trabalha com a mão esquerda com o laço.
154)	Herdeiros do falecido Major Joaquim de Andrade Neves José	Mathias	Africano, grosso de corpo, 28 anos, beijos grossos, altura regular, bem preto, carpinteiro, serviu em um Batalhão dos dissidentes desta província e passou para o Estado Oriental.
155)	Herdeiros do falecido Major Joaquim de Andrade Neves José	Raymundo	Mulato, alto, cara descarnada, pardo meio escuro, 38 anos, barba. Serviu como sargento nas fileiras dos dissidentes desta província e passou depois ao Estado Oriental.
156)	Antonio Francisco da Câmara Landim	José	Africano, pedreiro, cor fula, rosto grande, altura regular, grosso de corpo e idade avançada.
157)	Antonio Francisco da Câmara Landim	José Luis	Africano, cor bem preta, alegre fisionomia, bem barbado, altura regular, roceiro.
158)	Antonio Francisco da Câmara Landim	Luis	Crioulo, cor bem preta, feição alegre, bem barbado, campeiro.
159)	Antonio Francisco da Câmara Landim	Francisco	Crioulo, alto, grosso de corpo, barba bem cerrada, e grande no queixo, quebrou uma perna duas vezes no que resultou em manquejar, campeiro. Fugiu em 1847 e existe com toda a certeza na Vila de Salto.
160)	Antonio Francisco da Câmara Landim	Gabriel	Crioulo, baixo, alguma coisa reforçado de corpo, nariz chato, semblante risonho, tem na mão esquerda três ou quatro dedos aleijados, provavelmente de meter a mão em uma roda por ocasião de fazer farinha. Fugiu em 1849 e existe no Salto com toda a certeza.
161)	Antonio Francisco da Câmara Landim	Maurício	Crioulo, alto, grosso de corpo, barba grande no queixo,

		campeiro. Fugiu em 1847 com o irmão, o crioulo Francisco. Existe também no Salto.
162) Gaspar José Freire	Antonio	De nação cabinda, parece ser crioulo, pedreiro e campeiro, 29 anos, estatura regular, olhos grandes, tem uma cicatriz na maçã do rosto, teve as duas orelhas furadas, bem parecido de fisionomia. Tem uma cicatriz pequena em uma perna de uma mordida de um cão, pé chato. Consta que está como praça na Vila de Cerro Largo.
163) Bernardina Maria Ferreira (viúva de Manoel Ferreira da Fonseca)	Carlota	De nação rebolo, alta, bem parecida, bonita de corpo, pés pequenos, pernas finas, boa dentadura, beijos finos, nariz afilado. Casada com o preto José também fugido. Julga-se existir em Montevidéu.
164) Bernardina Maria Ferreira	José	De nação moçambique, tem uma meia lua na testa, alto, grosso de corpo, beijos grandes, pés pequenos, pernas grossas. Julga-se que está em Montevidéu com a mulher, a escrava Carlota.
165) Bernardina Maria Teixeira (viúva de Manoel Ferreira da Fonseca)	Maria	De nação nagô, beijos vermelhos, estatura regular, cheia de corpo, pés pequenos e chatos, fala muito atrapalhada. Esta escrava fugiu para o Salto e indo buscar-se para aquele lugar, ela em presença do Juiz de Paz disse que era forra ao que o Juiz exigiu que ela apresentasse o título de compra e que sendo depois satisfeito, não apareceu mais a dita escrava, por ter-se escondido na Vila de Salto.
166) Bernardina Maria Teixeira (viúva de Manoel Ferreira da Fonseca)	Alexandre	Crioulo, alto, mal encarado, beçudo, fula, testa grande e escantilhada, bem barbado, pés grandes, dedos de domador, campeiro.
167) Bernardina Maria Teixeira (viúva de Manoel Ferreira da Fonseca)	Benedito	De nação cabinda, estatura alta, correto de rosto, teria 20 anos quando fugiu, não tem barba, muito negro, direito de corpo, domador, pés grandes, canelas finas, quando se encoleriza fica muito gago. Foi visto nas forças dos Blancos em Taquarembó.
168) José de Lima Veiga	Albino	Crioulo, pardo, natural de São Paulo, 30 anos, alto, tem uma peladura do lado da cabeça, tem grandes entradas na mesma, olhos grandes, barbado, cabelo crespo, rosto grande, um talho no nariz, ao pé dos olhos, mãos e

		pés grandes. Já foi surrado, tem sinais de lassaços pelas costas, é campeiro, falquejador e cerrador. Consta existir de capataz em uma estância do Major Vargas além das pontas do Quaraí.
169) José de Lima Veiga	José	Africano, 30 anos, cor fula, alto, sem barba, bonito, rosto redondo, mãos e pés pequenos. Tem um sinal de uma ferida na coxa pela parte de dentro e outra na barriga da perna e cicatrizes de voltas de laço nas costas. Tem um braço quebrado porém pouco se percebe.
170) José de Lima Veiga	João	Africano, 40 anos, cor preta, baixo, barba no queixo, um lombinho atrás de uma orelha, já foi surrado, é campeiro.
171) Alexandrina Joaquina de Souza	Joaquim	Africano, 25 anos, estatura regular, tem uma meia lua na testa, falta de dentes adiante.
172) Alexandrina Joaquina de Souza	Angélica	Crioula, 30 anos, alta, magra, pés e mãos grandes, tem um sinal ao lado da cara.
173) Manoel José de Freitas	Francisco	Africano, 32 anos, estatura regular, cor fula, olhos pequenos, boca grande, beicudo, magro, tem uma marca no peito. É bastante pernóstico.
174) Manoel José de Freitas	Adão	Crioulo, 25 anos, estatura regular, cor preta, olhos pequenos, boca regular, um tanto fanhoso, pés pequenos e magros sendo um torto para dentro.
175) Constança Flores	João	Boa estatura, 40 anos, bem preto, cara comprida e tem um dos pés curto.
176) Constança Flores	Anselmo	Crioulo, 30 anos, alto, fula, bem barbado, cara redonda, olhos grandes, tem um talho grande na testa.
177) Constança Flores	Prudenciana	Crioula, 25 anos, alta, fula, olhos grandes, cara comprida com um sinal entre os olhos.
178) Manoel Antonio Gularte	Luis	Estatura regular, bastante grosso de corpo, rosto redondo e gordo, pés grandes, pernas grossas
179) Cipriano José da Silva	Antonio	De nação congo, 50 anos, baixo, grosso de corpo, dentes ralos, tem um pé quebrado pelo meio, do que tem o pé grosso, olhos pequenos. É muito proza.
180) João Batista da Silva	Adão	Alto, 40 anos, magro, olhos grandes, bem barbado, pés e mãos compridos, tem um sinal na testa. É carpinteiro.
181) Julião de Oliveira Cortes	Vicente	Crioulo, 58 anos, baixo, magro, olhos grandes, barbado e já as tem brancas. É campeiro,

		falquejador de madeira e entende de todo serviço da roça.
182) Carlos Pereira da Silva	João	30 anos, baixo, grosso, pés grandes, beicudo. É campeiro.
183) Manuel Pereira das Neves	Ventura	Crioulo, 40 anos, estatura regular, tem uma ferida em uma vista, e tem ambos os dedos grandes dos pés tortos e grossos.
184) Manoel de Lara André	José	Crioulo, 50 anos, estatura regular, cabra, tem uma cova em uma perna, de uma pustena (sic!) que teve.
185) Damásio Rodrigues Lopes	Patrício	Crioulo, 18 anos, alto, olhos grandes, bem pretos, tem sinal de um golpe na sua mão esquerda e um dedo duro.
186) Damásio Rodrigues Lopes	Manoel	Crioulo, 40 anos, magro, alto, e tem os dedos da mão esquerda duros.
187) Antonio Prudente da Fonseca	Narciso	Africano, 25 anos, estatura ordinária, preto, sinal de um talho na mão esquerda e a mão torta.
188) Antonio Prudente da Fonseca	Domingos	Africano, 40 anos, baixo, magro, desdentado, olhos grandes.
189) Antonio Prudente da Fonseca	Luzia	Africana, 30 anos, alta, magra, meio fula, e consta ter casada com o escravo Domingos.
190) Antonio Prudente da Fonseca	Joaquim	Africano, 50 anos, alto, magro, tem princípios de pedreiro.
191) Antonio Prudente da Fonseca	Gaspar	Pardo, 30 anos, estatura ordinária, barbado, cabelos negros. É carpinteiro.
192) Antonio Prudente da Fonseca	Adão	Pardo claro, 25 anos, alto, barbado, cabelo anelado, consta ter casado com uma china em Tianna.
193) Antonio Prudente da Fonseca	Antonio	Africano, 36 anos, fula, alto, pouca barba, tem um sinal de talho na cara.
194) Joaquim Fagundes dos Reis	José	De nação congo, bem retinto, estatura regular, cheio de corpo, orelhas um tanto pequenas.
195) Simão Antonio Guioneges	Adolfo	Crioulo, pardo claro, nascido na freguesia de Mostardas nesta Província, 20 anos mais ou menos, barba cerrada, pés grandes. Consta existir no Estado Oriental para onde fugiu há um ano.
196) Homes Rasmefsen	Gregório	Crioulo, pardo, natural de Pernambuco, estatura baixa, corpo regular, barba cerrada, cabelos crespos, pés e mãos pequenas, os dedos grandes dos pés virados para dentro, corpo muito cabeludo, ginga quando caminha, tem no braço esquerdo esculpido um crucifixo à tinta azul, é oficial de marinheiro.

		Fugiu da cidade de Rio Grande a 29 de outubro de 1844. Foi preso na cidade de Desterro, em Santa Catarina donde declarou ter ido no Brigue Nacional Nova Aurora, de que era Capitão e dono um tal Machado. Conseguiu fugir da cadeia quando estava sendo remetido para esta cidade.
197) Joaquim José de Assumpção	Alexandre	Crioulo, pardo, natural de Pelotas nesta Província, 38 a 40 anos, estatura regular, corpo bastante grosso, pouca barba, tendo o dedo dos pés abertos pelo exercício de andar a cavalo. Pelas costas sinais de açoite. Fugiu da cidade de Rio Grande no ano de 1847, sendo visto no Estado Oriental no lugar denominado Taquarembó como praça na força de Polícia de que é Comandante o Valdéz.
198) Joaquim Marques Lisboa	Manoel	Crioulo, pardo, natural desta Província, 20 anos, estatura regular, corpo delgado, boca grande, olhos pardos, nariz afilado, barba cerrada, é destro no exercício da mão direita. Fugiu de Pelotas para Rio Grande no dia 16 de maio do corrente ano e dali para o Estado Oriental pela fronteira do Chuí.
199) Joaquim José da Cunha C. Porto.	Jacinto	De nação benguela, preto, 24 anos, ofício de pintor, estatura regular, cor fula, nariz chato tudo junto à orelha, de um lado uma cicatriz, bem falante e lhe apontava a barba quando fugiu. Fugiu em 16 de janeiro de 1846. Foi encontrado por pessoa da cidade de Rio Grande na praça de Montevideú.
200) Joaquim José da Cunha C. Porto	Domingos	Africano, natural da ilha de São Thomé, pardo, 25 anos, estatura baixa, rosto descarnado, pouca barba. Foi visto na costa do Rio Negro.
201) João Antonio Lopes	Crespim	De nação Angola, preto, 35 anos, estatura regular, pouca barba, cor fula, picado de bexigas. Existe no Departamento de Cerro Largo.
202) João Antonio Lopes	Matheos	De nação angola, preto, 35 anos, estatura regular, pouca barba, cor fula, picado de bexigas. Existe no Departamento de Cerro Largo.
203) João Antonio Lopes	Antonio	De nação benguela, preto, 30 anos, estatura regular, cheio de

				corpo, pouca barba, rosto redondo. Existe no Departamento de Cerro Largo.
204)	João Lopes	Antonio	Bras	De nação cabinda, preto, 20 anos, estatura baixa, sem barba, beijos grandes, rosto largo. Existe no Departamento de Cerro Largo.
205)	João Lopes	Antonio	Joaquim	De nação cabinda, preto, 45 anos. Fugiu em 1830 a bordo do Hiate Vencedor, ancorado no rio Saborathy.
206)	João Lopes	Antonio	João	Crioulo, natural desta província, 50 anos, campeiro. Fugiu em 1832 (sic!) da cidade de Rio Grande.
207)	João Lopes	Antonio	Miguel	Africano, preto, natural de Cabo Verde, 40 anos, profissão marinheiro. Fugiu em 1837 a Bordo do Hiate Bom Jesus.
208)	João Lopes	Antonio	Antonio	De nação cabinda, preto, 45 anos, marinheiro. Fugiu em 1839 a bordo do Hiate Bom Jesus. Serviu nas fileiras dos rebeldes. Depois da pacificação foi para o Estado Oriental.
209)	João Lopes	Antonio	Manoel	De nação mina, preto, 35 anos, marinheiro. Em 1839 quando agarrado o Hiate Belizário na ilha de Francisco Manoel, ficou prisioneiro dos rebeldes e depois da pacificação julga-se ter ido para o Estado Oriental.
210)	João Lopes	Antonio	Paulo	Crioulo, cabra, natural da Província da Bahia, 50 anos, ferreiro. Fugiu em 1844 da cidade de Rio Grande para o Estado Oriental.
211)	João Lopes	Antonio	Bernardo	Crioulo, natural desta província, marinheiro, 40 anos. Fugiu de Jaguarão em 1846 a bordo do Hiate Bom Jesus, passou para o Estado Oriental donde poucos dias depois foi encontrado com praça de soldado.
212)	João Lopes	Antonio	Francisco	Africano, preto, natural de Cabo Verde, 35 anos. Foi levado pelos rebeldes em 1836 em Charqueadas de Jaguarão depois mandado para o Estado Oriental, onde foi encontrado com praça de soldado.
213)	João Lopes	Antonio	Joaquim	De nação cabinda, preto, 47 anos.
214)	João Lopes	Antonio	Jaques	De nação benguela, preto, 38 anos.
215)	João Lopes	Antonio	Antonio	De nação benguela, preto, 38 anos.
216)	João Lopes	Antonio	Contantino	Africano, natural de São Thomé, preto, 50 anos.

217) José Gomes de Farias	Thomás	De nação congo, preto, 24 anos, cozinheiro. Fugiu em dois de abril de 1842.
218) Maria do Carmo Laís	Maria	De nação Benguela, Preta, 20 anos, cabeça grande, rosto comprido, olhos entrefechados, beijo regular, orelhas pequenas e dentes podres, quando caminha inclina muito para trás. Fugiu em 1845.
219) João Pereira Meuter	Manoel	De nação congo, preto, 55 anos, altura regular, perna finas, corpo delgado e um pouco calvo, tem um lombinho sobre a sobrancelha direita, fala bem. Fugiu em 14 de abril de 1847. Consta existir na estância do Cerro das Contas, no arroio Quebracho, Departamento de Cerro Largo.
220) José Moreira da Silva	Luis	Crioulo, pardo, natural da província da Bahia, 36 a 40 anos, carpinteiro, estatura baixa, corpo delgado, pouca barba, cabelo enredado, pés pequenos, caminhar vagoroso, consta ter aparecido pela freguesia de Mostardas intitulando-se liberto por andar munido de uma baixa de soldado passada na Bahia no tempo da Revolução.
221) José Moreira da Silva	Manoel	Africano, preto, natural de Cabo Verde, 50 anos. Fugiu para o Estado Oriental donde sentou praça na força do comandante Oribe. Consta existir no Povo de Durazno.
222) José Moreira da Silva	Teodoro	Crioulo, preto, natural do Rio de Janeiro, 30 anos pouco mais ou menos, alto, delgado, cara descarnada. Fugiu da cidade de Rio Grande em 20 de agosto de 1846. Consta ter seguido para Santo Antonio da Patrulha.
223) José Moreira da Silva	Agostinho	Crioulo, preto, natural do Rio de Janeiro, 30 anos pouco mais ou menos, estatura ordinária, cor fula, pedreiro. Pertence a herdeiros do falecido Hipólito José Ferreira Passos. Fugiu da cidade de Rio Grande em nove de abril de 1847, supõe-se que para as imediações de Triumpho.
224) Manuel Silveira de	Pedro	De nação congo, preto. Fugiu há

Azevedo		nove anos pouco mais ou menos de Belemdengue, distrito de Povo Novo.
225) Luariana Joaquina de Almeida	Damião	De nação cabinda, preto. Fugiu há sete anos, de Sarandum, distrito de Povo Novo.
226) Fermiano José do Monte	Barnabé	Crioulo de Pernambuco.
227) Fermiano José do Monte	Cipriano	Crioulo, Cabra, natural de Pernambuco.
228) Fermiano José do Monte	José	De nação moçambique.
229) Francisco Paulista	João	Nação não se sabe, tem um talho no braço direito, 23 anos, é bem retinto.
230) José Mendes Borges	Antonio	De nação cassange, estatura baixa, grosso, tinha alguns sinais de bexigas. Consta estar por Cerro Branco.
231) Manoel Cezário Barbosa	David	Crioulo, 20 anos, fugiu em 1847.
232) José Antonio de Miranda na	Fabiano	De nação cabinda.
233) Delfina Maria Joaquina	Adão	Crioulo.
234) Coronel Procópio Gomes de Mello	Zeferino	Crioulo, pardo, natural desta província.
235) Coronel Procópio Gomes de Mello	João	Crioulo, pardo, natural de Pernambuco.
236) João Gomes de Mello	Claro	Crioulo, pardo, natural de Catanduva na Província da Bahia.
237) Jerônimo Antonio da Porciúncula	Manoel	De nação cabinda.
238) Januário Francisco de Oliveira	Joaquim	De nação monjolo. Fugiu há dez anos pouco mais ou menos.
239) João Francisco de Oliveira	Domingos	De nação moçambique, alto, cheio de corpo.
240) João Francisco Correa	Antonio	Crioulo, baixo, retinto.
241) João Francisco Correa	João	De nação benguela, baixo, grosso, bem retinto.
242) Justino José Correa	João	Crioulo, natural da Bahia, alto, grosso, cor fula.
243) Justino José Correa	Joaquim	De nação benguela, alto, grosso, retinto, rengo da perna esquerda.
244) Joaquim Correa	Felizardo	De nação benguela, alto, retinto.
245) Joaquim Correa	Antonio	Crioulo, olhos grandes, nariz chato, estatura regular.
246) Manuel Peres	Joaquim	De nação congo, retinto, tem um sinal de queimadura no braço direito.
247) Manuel Peres	José	De nação benguela, fula, dentes limados, boa estatura.
248) Simão Faustino	João	De nação congo, alto, retinto,

Correa		tem um dedo da mão direita cortado.
249) Simão Faustino Correa	Gregório	De nação cabinda, alto, retinto.
250) Rafael Antonio da Porciúncula	Félix	Crioulo, alto, zambo das pernas.
251) Rafael Antonio da Porciúncula	Francisco	De nação benguela, baixo, fula, nariz chato, olhos grandes.
252) Viúva Bernarda Silveira	Valério	Crioulo, alto, gordo, bem retinto.
253) Herdeiros de José Silveira	Luis	Crioulo, baixo, fula, tem sinal de um talho do lado direito.
254) Herdeiros de José Silveira	Ignácio	Crioulo, baixo, fula, barbado, olhos grandes.
255) Herdeiros de José Silveira	Joaquim	De nação angola, retinto, baixo, nariz chato.
256) Manoel Correa Mirapalheta	Manoel	Nada consta.
257) Luis Correa Mirapalheta	Constantino	Crioulo, alto, com bastante barba.
258) Pantaleão Ferreira Nunes	André	De nação cabinda, alto, magro, nariz comprido, olhos grandes.
259) José Francisco da Terra	José	De nação cabinda, baixo, magro.
260) Francisco Teixeira Gemes(?)	Severino	Crioulo.
261) Francisco Teixeira Gemes(?)	Job	Crioulo.
262) Francisco Teixeira Gemes(?)	Bernando	Pardo.
263) Francisco Teixeira Gemes(?)	Franco	De nação angola.
264) Dona Joaquina Delfina da Veiga	Joaquim	De nação monjolo.
265) Dona Joaquina Delfina da Veiga	João	De nação cabinda.
266) João Soares de Paiva	Adão	De nação.
267) Luis Joaquim de Carvalho	Ignácio	Crioulo, fula.
268) Major João Antonio da Silveira	Abel	Pardo.
269) Major João Antonio da Silveira	Adão	Crioulo.
270) João Francisco Monteiro	Américo	Preto.
271) Francisco de Paula Silveira	Francisco	De nação mina.
272) Francisco de Paula Silveira	Narciso	Pardo, alfaiate.
273) Maria Regina da Silveira	Antonio	Crioulo.
274) Francisca Ignácia Lopes	Manoel	Crioulo.
275) Francisca Maria de Moraes	João	Crioulo.
276) Luis Silveira dos Santos	João	Crioulo.
277) Irineu da Silva	José	Nada consta.

Ferreira		
278) Irineu da Silva Ferreira	Joaquim	Nada consta.
279) Irineu da Silva Ferreira	José	Nada consta.
280) Irineu da Silva Ferreira	Cristhino	Nada consta.
281) Jacinto Ignácio da Silva	João	Nada consta.
282) Dona Dorotea Eulália da Porciúncula	Alexandre	Cabra.
283) Tenente Plácido da Silva Ferreira	Guilherme	Nada consta.
284) José Guerreiro de Lemos	Joaquim	De nação.
285) José Guerreiro de Lemos	Delfim	Pardo, campeiro.
286) Manoel Marcelino da Silva	João	Cabra, com sinais de bexigas.
287) Domingos Gonçalves Chaves	Adolfo	Pardo.
288) Visconde de Jaguary	Antonio	Cabra, rosto muito cicatrizado de bexigas, alto, tem um pé mto grosso no tornozelo, campeiro.
289) Visconde de Jaguary	Joaquim	De nação benguela, estatura regular, é míope, cor retinta, campeiro.
290) Visconde de Jaguary	Anacleto	Crioulo, cor retinta, estatura regular, bonito e vistoso, campeiro.
291) Visconde de Jaguary	João Barriga	De nação benguela, estatura regular, grosso de corpo, retinto e o rosto bastante grande. Fugiram da estância do mesmo visconde e consta estarem nas imediações de Hospitais.
292) José Vieira Vianna	João	De nação angola, 25 a 30 anos, estatura regular, cor fula, pernas tortas, muito ladino, tem sinais de ter sido surrado.
293) José vieira Vianna	Francisco	De nação benguela, 30 anos, estatura regular, magro, cor retinta, com sinais de ter sido surrado.
294) Manuel Nunes da Silva	Francisco	Crioulo, 19 anos. Se apresentou na Vila de Taquarembó ao Comandante Valdéz.
295) Luis Gomes Leivas	Caetano	De nação, tem as pernas tortas. Fugiu aos 13 anos de idade, em 1828.
296) Luis Gomes Leivas	João	Pardo, grosso de corpo, cabelo arredo, campeiro. Fugiu aos 14 anos, em 1820.
297) Luis Gomes Leivas	Manoel	Alto, magro, com uma cicatriz em uma das mãos, pés grandes, campeiro. Fugiu aos 15 anos, em 1832.
298) Luis Gomes Leivas	José	De nação, grosso de corpo, barbado, olhos grandes, baixo,

		serrador. Fugiu de idade 28 anos, em 1831.	
299)	Luis Gomes Leivas	Paulo	De nação, preto, roceiro, baixo, gordo, rosto redondo, olhos grandes, e o mesmo os pés. Fugiu aos 30 anos, em 1839.
300)	José de Faria Rosa	Vicente	Crioulo, 42 anos, alto, fula, beijudo, pés grandes, pouca barba, campeiro. Fugiu em 1834, consta que se apelida Joaquim.
301)	José de Faria Rosa	Balthazar	De nação, preto, 45 anos, altura regular, grosso de corpo, barbado, entende de pedreiro. Fugiu em 1838.
302)	José de Faria Rosa	Ambrózio	Crioulo, 30 anos, alto, magro, meio fula, beijudo, pés grandes, campeiro. Fugiu em 1838.
303)	Gaspar José Freire	Antonio	De nação cabinda, pedreiro, campeiro, de boa estatura, bem parecido, tem uma pequena cicatriz no rosto, quando tinha 12 anos de idade tinha as orelhas furadas, pés chatos. Consta que teve praça na Vila de Cerro Largo.
304)	Antonio Rodrigues de Almeida e Silva	Januário	Crioulo da Bahia, 30 anos de idade, estatura ordinária, muito retinto, tem falta de dentes na frente, pernas tortas, tem um sinal em um pé de golpe de machado. É falquejador.
305)	Antonio Rodrigues de Almeida e Silva	Joaquim	Africano, 20 anos, campeiro, espigado, fula, muito ladino, fala bem que parece crioulo, bonito de cara.
306)	Antonio Rodrigues de Almeida e Silva	Matheos	Africano, baixo, pouca barba, roceiro. Fugiu em março de 1847. Consta que existe no Cerro Largo.
307)	Antonio Rodrigues de Almeida e Silva	Constantino	Crioulo, alto, campeiro, bastante grosso, tem os pés zaimbos.
308)	Francisca Maria Ignácia	Joaquim	De nação cabinda, alto, cheio de corpo, retinto, olhos pequenos, dos joelhos para baixo tem sinais de queimadura.
309)	Francisca Maria Ignácia	Antonio	De nação moçambique, alto, corpulento, tem sinais de bexiga, e no peito esquerdo um S, cor preta e olhos regulares.
310)	Francisca Maria Ignácia	Luciano	De nação nagô, cor fula, baixo, pernas arcadas, pouca barba, olhos grandes, entradas grandes, é gago.
311)	José Ferreira Gonçalves Rodrigues	José	De nação mina, 24 anos.
312)	José Ferreira Gonçalves Rodrigues	Mathias	Crioulo, 26 anos.
313)	José Ferreira Gonçalves Rodrigues	Antonio	Crioulo, 32 anos.
314)	José Ferreira	José Caracu	Crioulo, 44 anos.

Gonçalves Rodrigues				
315)	José Ferreira Gonçalves Rodrigues		Joana	De nação congo, 30 anos.
316)	João Simões Lopes		Custódio	Pardo, da Bahia, campeiro.
317)	João Simões Lopes		Joaquim	Africano, carpinteiro.
318)	João Simões Lopes		Antonio Garcia	Africano, campeiro.
319)	João Simões Lopes		Francisco	Africano, campeiro.
320)	João Simões Lopes		José Crisostomo	Crioulo, da Bahia.
321)	João Simões Lopes		Modesto	Africano.
322)	João Simões Lopes		Manoel	Africano, campeiro.
323)	Felicidade Perpétua Soares		Manoel	Africano, 38 anos, tem o dedo mediano de uma das mãos torto.
324)	José Ignácio Bernardes		José Luis	Pardo, boa estatura, picado de bexigas, 26 anos. Fugiu há 12 anos.
325)	José Ignácio Bernardes		Apolinário	De nação benguela, 40 anos, marinheiro. Fugiu há 12 anos. Consta que está no Cerro Largo.
326)	Manoel Rodrigues da Silva		Antonio	Estatura ordinária, 40 anos, cara riscada, olhos grandes e vermelhos, beiços grandes e vermelhos.
327)	Manoel Rodrigues da Silva		Joaquim	Alto, 29 anos, magro, pernas finas, testa grande, campeiro, muito vivo.
328)	Manoel Rodrigues da Silva		Antonio	Baixo, 25 anos, grosso, mui barrigudo, bem retinto, olhos grandes.
329)	Anna Dutra S(sic!)		Adão	De nação cabinda, 28 anos, boa estatura, retinto, rosto alegre. Fugiu em 1836.
330)	Anna Dutra S(sic!)		Francisco	De nação cabinda, 58 anos, olhos grandes, alto, muito calvo. Fugiu em 1836.
331)	Anna Dutra S(sic!)		Caetano	De nação cabinda, 50 anos, muito carrancudo, nariz muito chato, barrigão, pescoço grosso. Fugiu em 1843.
332)	João Rodrigues Soares		Manoel Biboreiro	Baixo, magro, já com alguns cabelos brancos, com forquilha nas orelhas, e por causa deste sinal, sempre sem conserva com o lenço na cabeça.
333)	Manoel José Pinto (de Uruguaiiana)		Adão	Africano. Fugiu em março de 1845.
334)	Engracia Alves da Conceição (de Uruguaiiana)		Moises	Africano.
335)	Engracia Alves da Conceição (de Uruguaiiana)		Fortunato	De nação congo, 40 anos. Fugiu em março de 1845.
336)	Bento Ribeiro		Joaquina	De nação benguela, 35 anos.

Guimarães (de Uruguaiana)		Fugiu para Montevideú.
337) Bento Ribeiro (de Guimarães (de Uruguaiana)	Rosa	De nação rebolo, 29 anos. Fugiu para Salto.
338) Francisco Braseiro (de Uruguaiana)	Antonio	Crioulo, 17 anos, fugiu em 1845 para Paysandu.
339) Reginaldo Ferreira da Costa (de Uruguaiana)	Manoel	Crioulo.
340) Reginaldo Ferreira da Costa (de Uruguaiana)	Antonio	Crioulo.
341) Reginaldo Ferreira da Costa (de Uruguaiana)	Benedito	De nação congo.
342) José Ferreira (cabeça) Gomes Guimarães	Pedro	Africano.
343) José Ferreira (cabeça) Gomes Guimarães	José	Africano.
344) Manoel Tomás do Prado Lima	Rita	Africana. Fugiu para Montevideú.
345) Manoel Tomás do Prado Lima	Joaquina	Africana.
346) Manoel Antonio da Rosa	Domingos	Africano, fugiu em 17 de abril de 1837 para Montevideú.
347) Manoel Antonio da Rosa	Francisco	Africano. Fugiu em dez de abril de 1842.
348) José Rufino dos Santos Menezes	Joaquim	Africano, 30 anos. Fugiu em abril de 1847.
349) Francisco das Chagas Araújo	João	Africano.
350) Francisco das Chagas Araújo	Afonso	Africano. Fugiu para o Salto.
351) Antonio Francisco da Camara Landin	Francisco	Crioulo. Fugiu em fevereiro de 1847.
352) Antonio Francisco da Camara Landin	Mauricio	Crioulo.
353) Manoel Joaquim do Couto	José	Africano.
354) Manoel Joaquim do Couto	Bertoldo	Africano.
355) Américo da Costa Pavão	Rogério	Africano.
356) Jeromito Ferreira Serpa	Ignácio	Africano.
357) Jeromito Ferreira Serpa	João	Africano.
358) Leonardo D'avila	Jacinto	Africano.
359) Leonardo D'avila	Amaro	Africano.
360) Ignácio Ferreira	Ludovico	Pardo.
361) Bernardo Pereira do Couto	Rosa	Africana.
362) Joaquim de Barros Leite	Antonio	De nação congo.
363) Joaquim de Barros	Joaquim	De nação congo.

Leite		
364) Bernardino Martins Oliveira	Felisbino	Pardo.
365) Fernando Pereira Viana	Claudina	Africana.
366) Joaquim José da Silva Leal	João	Da costa da África.
367) João José de Carvalho	Domingos	Pardo.
368) Dona Umbelina Firmina da Câmara	João	Africano, 49 anos.
369) Dona Leocádia Maria Ferreira	Ventura	Africano.
370) Dona Leocádia Maria Ferreira	José	Africano.
371) Dona Leocádia Maria Ferreira	Maria	Africano.
372) Dona Leocádia Maria Ferreira	Justina	Africano.
373) Antonio Jacinto de Oliveira	Israel	Africano.
374) Antonio Pereira da Silva	Antonio	Africano.
375) João Machado da Silveira	Thomáz	Africano, 30 anos.
376) João Dias Ferreira	Salvador	Africano, 30 anos. Fugiu em 1848.
377) Manoel Gonçalves de Carvalho	Mariana	De nação benguela. Fugiu em dois de set/out (sic!) de 1848.
378) Manoel Gonçalves de Carvalho	Mariano	Pardo, 16 anos.
379) Manoel Gonçalves de Carvalho	Luis	Preto, 04 anos.
380) Manoel Gonçalves de Carvalho	Antonio	Preto, 03 anos.
381) Severino Antonio da Silva Junior	Antonio	Crioulo, 23 anos. Fugiu em 1º de março de 1848.
382) Severino Antonio da Silva Junior	Alberto	Crioulo, 34 anos. Fugiu em 1º de set/out(sic!) de 1835.
383) Capitão Severino Ribeiro	Manoel	Africano.
384) Tenente Ignácio da Silva Peixoto	José	Crioulo.
385) Joaquim Dias Ferreira	Henrique	Pardo.
386) Joaquim Dias Ferreira	João	Pardo.
387) Joaquim Dias Ferreira	João	De nação mina.
388) Major José Silveira da Luz	Antonio Grande	De nação angola, 30 anos. Fugiu para o Salto.
389) Major José Silveira da Luz	Antonio Pequeno	Crioulo, 25 anos. Fugiu para o Salto.
390) José Gomes	Luis	Pardo.
391) José Gomes	José	Africano.
392) Claudino José da Silveira	José Maria	Africano. Fugiu em 1842.
393) Antonio José de Oliveira	Miguel	Africano, 20 anos. Fugiu em 1840.

394) Antonio José de Oliveira	Viríssimo	Africano, 25 anos. Fugiu em 1840.
395) Antonio José de Oliveira	João	Africano, 26 anos. Fugiu em 1840.
396) Rosaura Ferreira Beca	Sebastião	Pardo.
397) Claudio Antonio da Silveira	João	Crioulo.
398) Claro Alves de Castro	Antonio	Crioulo. Fugiu em maio de 1842.
399) Tristão José Ribeiro de Faria	Francisca	Africana. Fugiu para Mandacury.
400) Tristão José Ribeiro de Faria	Marcelina	Africana. Fugiu para Mandacury.
401) Tristão José Ribeiro de Faria	Venceslau	Pardo. Fugiu para Mandacury.
402) Eduardo Fernandes	Lourenço	De nação congo, 25 anos. Fugiu em 1849.
403) Tenente coronel José Vidal de Pilar	Joaquim	Africano, estatura ordinária, cheio de corpo, picado de bexigas, pés grandes, oficial de pedreiro, 40 anos.
404) Tenente coronel José Vidal de Pilar	Miguel	Estatura pouco mais que (sic!), cheio de corpo, 42 anos, pés grandes, rosto redondo e comprido, falquejador e serrador.
405) Tenente coronel José Vidal de Pilar	Angelo	Crioulo, estatura pouco menos que o segundo, bem preto, campeiro, 30 anos mais ou menos.
406) Tenente coronel José Vidal de Pilar	Adão	Africano, cara lanhada, estatura ordinária, corpo regular.
407) Tenente coronel José Vidal de Pilar	João	Africano, estatura ordinária, cheio de corpo, rendido nas virilhas.
408) Tenente coronel José Vidal de Pilar	Antonio	Crioulo, 50 anos, cor fula, sem dentes, altura ordinária, e magro de corpo.
409) Tenente coronel José Vidal de Pilar	Michaela	Africana, 40 anos, bem preta, falta de dentes, magra, estatura mais que ordinária, te algumas rachas na sola dos pés, boa lavadeira e engomadeira.
410) Manoel José Braga	Adão	Nada consta.
411) João Fagundes dos Reis	José	Nada consta.
412) José Francisco da Silva	Manuel	De nação mina.
413) Major José Joaquim de Figueroa	Raimundo	Pardo.
414) Major José Joaquim de Figueroa	José	De nação, preto, pedreiro.
415) Major José Joaquim de Figueroa	José Luis	De nação, preto, pedreiro.
416) Dona Antonia Francisca da Camara Landin	Francisco	Crioulo.

417)	Dona Francisca Landin	Antonia da Camara	Mauricio	Crioulo.
418)	Dona Francisca Landin	Antonia da Camara	Luis	Crioulo.
419)	Dona Francisca Landin	Antonia da Camara	Caetano	De nação cabinda.
420)	Dona Francisca Landin	Antonia da Camara	Alexandre	Crioulo.
421)	Manoel da Fonseca	Ferreira	Maria	De nação.
422)	Manoel da Fonseca	Ferreira	Benedito	De nação.
423)	Manoel da Fonseca	Ferreira	José	De nação.
424)	Manoel da Fonseca	Ferreira	Carlota	De nação.
425)	Antero Correa Marques	Joaquim	Manoel	De nação.
426)	José italiano	Marques	Joaquim	De nação.
427)	Domingos Rodrigues Lopes		Manoel	Crioulo.
428)	Domingos Rodrigues Lopes		Patricio	Crioulo.
429)	Feliciano Fortes	da Silva	Martins	Africano.
430)	Ricardo Simões Filho	Lopes	Salvador	Crioulo.
431)	Luis Severino da Silva		Manoel	Crioulo, fula.
432)	Vicente de Andrade	Ferreira	Joaquim	Africano.
433)	Vicente de Andrade	Ferreira	Manoel	Crioulo, natural da província de São Paulo.
434)	Vicente de Andrade	Ferreira	Antonio	Pardo.
435)	Vicente de Andrade	Ferreira	João	Africano.
436)	Vicente de Andrade	Ferreira	José	Africano.
437)	Vicente de Andrade	Ferreira	Plinio	Crioulo.
438)	Vicente de Andrade	Ferreira	José	Africano.
439)	Vicente de Andrade	Ferreira	Joaquim	Africano.
440)	Vicente de Andrade	Ferreira	Antonio	Crioulo.
441)	Vicente de Andrade	Ferreira	Romualdo	Crioulo.
442)	Vicente de Andrade	Ferreira	Sabino	Africano.
443)	Vicente de Andrade	Ferreira	Manoel	Africano.
444)	Viúva de	Manoel	Brás	Pardo.

Rodrigues Souto		
445) Viúva de Manoel Rodrigues Souto Estado Oriental,	Fidélis	Pardo.
446) Viúva de Manoel Rodrigues Souto	Vicente	Pardo.
447) Viúva de Manoel Rodrigues Souto	João	Africano.
448) Viúva de Manoel Rodrigues Souto	João	Crioulo.
449) Viúva de Luis Machado	João	Crioulo.
450) Viúva de Luis Machado	Domingos	Africano.
451) Viúva de Luis Machado	Pedro	Africano.
452) José Narciso de Freitas	Joaquim	Crioulo.
453) José Narciso de Freitas	Angélica	Crioula.
454) Viúva de João Batista da Silva	Adão	Crioulo.
455) Viúva de Carlos Pereira da Silva	João	Crioulo.
456) Sirino José da Silva	Antonio	Africano.
457) Manoel José de Freitas	Francisco	Africano.
458) Manoel José de Freitas	Adão	Crioulo.
459) Manoel Antonio Goularte	Luis	Africano.
460) Viúva de Francisco Flores	João	Africano.
461) Julião de Oliveira Conte	Vicente	Crioulo.
462) Alexandre José Jacinto	Pedro	Africano.
463) Manuel de Lara de André	José	Crioulo.
464) Maria Francisca do Carmo Bueno	Anselmo	Crioulo.
465) Maria Francisca do Carmo Bueno	Prudência	Crioulo.
466) Padre Antonio Coelho Leal	Joaquim	Africano.
467) Gaspar Pinto Bandeira	Roque	Crioulo.
468) Gaspar Pinto Bandeira	Tristão	Crioulo.
469) Antonio José Goularte	Fabrcício	Pardo.
470) Manoel Joaquim Gomes Menino	José	Africano.
471) Viúva de João José de Quadros	Domingos	Africano.
472) Viúva de João José de Quadros	Roque	Africano.
473) Viúva de João	Antonio	Africano.

José de Quadros		
474) Viúva de João José de Quadros	José Camota (?)	Africano.
475) José Antonio de Carvalho	Agostinho	Africano.
476) José Antonio de Carvalho	João	Pardo.
477) Dona Anna Rodrigues Goularte	Vasco	Nada consta.
478) Maria Josefa de Oliveira	Sirino	Pardo.
479) Maria Josefa de Oliveira	Manoel	Africano.
480) Fortunato Luis Barreto	Simplício	Nada consta.
481) Fortunato Luis Barreto	Cezário	Nada consta.
482) Fortunato Luis Barreto	Inácio	Nada consta.
483) Ricardo Ferreira Bica	João	Nada consta.
484) Ricardo Ferreira Bica	José	Nada consta.
485) Ricardo Ferreira Bica	Manoel	Nada consta.
486) Ricardo Ferreira Bica Estado Oriental.	Luis	Nada consta.
487) Major Antonio Simões Pires	Joaquim	Nada consta.
488) Major Antonio Simões Pires	Antonio	Nada consta.
489) Major Antonio Simões Pires	Joaquim	Nada consta.
490) Major Antonio Simões Pires	Victor	Nada consta.
491) Manoel Simões Pires	Serafim	Nada consta.
492) Manoel Simões Pires	Francisco	Nada consta.
493) Manoel Machado da Silva	Hipólito	Nada consta.
494) Manoel Machado da Silva	Silvério	Nada consta.
495) Manoel Machado da Silva	Hipólito	Nada consta.
496) José Soares de Menezes	Adão	Nada consta.
497) Alferes Patrício José Fernandes de Carvalho	Joaquim	Nada consta.
498) Alferes Patrício José Fernandes de Carvalho	Lourenço	Nada consta.
499) Alferes Patrício José Fernandes de Carvalho	Joaquim	Nada consta.
500) Alferes Patrício José Fernandes de Carvalho	Antonio	Nada consta.

501) Alferes Patrício José Fernandes de Carvalho	Felisberto	Nada consta.
502) Manoel Antonio Martins	Mauricia	Parda.
503) Manuel Francisco Dornelles	Adão	Nada consta.
504) Manuel Francisco Dornelles	Pedro	Nada consta.
505) José dos Santos Soares	Antonio	Nada consta.
506) José dos Santos Soares	José	Nada consta.
507) José dos Santos Soares	Antonio	De nação mina.
508) José dos Santos Soares	Antonio Maximo	Nada consta.
509) José dos Santos Soares	Antonio	Nada consta.
510) Viúva de João Pereira da Luz	Paulo	Nada consta.
511) Viúva de João Pereira da Luz	Justino	Nada consta.
512) Manoel Pereira da Luz	Antonio	Nada consta.
513) João Correa da Silva	Manoel	Nada consta.
514) João Correa da Silva	Manoel Bino	Nada consta.
515) Januário Escoto	Manoel	Nada consta.
516) Antonio da Silva Escoto	Anacleto	Nada consta.
517) João da Silva Escoto	Manuel	Nada consta.
518) José de Lima Viega	Albino	Nada consta.
519) José de Lima Viega	José	Nada consta.
520) Florinda Maria de Freitas	Miguel	Nada consta.
521) Florinda Maria de Freitas	João	Nada consta.
522) José Alves Coelho	José Maria	Africano.
523) José Alves Coelho	José	Nada consta.
524) José Alves Coelho	Manoel Candinho	Nada consta.
525) José Alves Coelho	João Congo	Nada consta.
526) José Alves Coelho	André	Nada consta.
527) José Alves Coelho	João	Nada consta.
528) José Alves Coelho	Vicencia	Nada consta.
529) José Alves Coelho	Antonia	Nada consta.
530) João Machado de Btancourt	Nicolás	Nada consta.
531) João Machado de Betancourt	José	Nada consta.
532) Antonio Machado de Betancourt	Bento	Nada consta.
533) Antonio Machado	Leandro	Nada consta.

de Betancourt		
534) Antonio Machado de Betancourt	José	Nada consta.
535) Antonio Machado de Betancourt	Manoel	Nada consta.
536) Antonio Machado de Betancourt	Anna	Nada consta.
537) Antonio Machado de Betancourt	Manoel	Nada consta.
538) Eleutério Silva Cardoso	Manoel	Nada consta.
539) Eleutério Silva Cardoso	Joaquim	Nada consta.
540) Vitorino de Freitas Nascentes	José	Nada consta.
541) Vitorino de Freitas Nascentes	José Canhame	Nada consta.
542) Vitorino de Freitas Nascentes	Joaquim Rengo	Nada consta.
543) Antonio Machado de Betancourt	Leandro	Nada consta.
544) Antonio Machado de Betancourt	Nicolás	Nada consta.
545) Antonio Machado de Betancourt	Paulo	Nada consta.
546) Antonio Machado de Betancourt	Luzia	Nada consta.
547) Anna Batista Moreira	Ignácio	Nada consta.
548) Dona Anna Joaquina da Silva Leão	Manoel Grande	De nação monjolo, barba cerrada, alto.
549) Dona Anna Joaquina da Silva Leão	Joaquim do Jato	De nação cassange, altura mediana, barba bem cerrada, grosso de corpo.
550) Dona Anna Joaquina da Silva Leão	Joaquim Santa Anna	Africano, altura mediana.
551) Dona Anna Joaquina da Silva Leão	Antonio Leão	Africano, altura mediana, pouca barba, pouca idade.
552) Dona Anna Joaquina da Silva Leão	Vicente da Chácara	De nação cassange, altura mediana, pouca barba.
553) Dona Anna Joaquina da Silva Leão	Claudino Algaxa	De nação mina, altura mediana.
554) Dona Anna Joaquina da Silva Leão	Diogo	Crioulo, 07 anos, roubado pelo dito Dedéco.
555) Antonio Joaquim Dorneles Souza	David	Cabra, 25 anos, cria da casa, toca bem corneta, altura regular, semblante alegre, testa grande, tem um dedo da mão esquerda um tanto aleijado de um corte de faca que apanhou pela parte de cima do mesmo dedo, pés grandes. Fugiu em 9 de abril de 1845. Consta estar feito oficial nas forças de Oribe.
556) Antonio Joaquim Dorneles Souza	Ignácio	Cabra, natural da Bahia, 38 anos mais ou menos, altura regular, pouca barba, com falta de alguns dentes na frente, tem sinais de bacalhau muito antigas, não se

		tem havido noticia dele desde que fugiu. Fugiu no ano de 1836.
557) Antonio Joaquim Dorneles Souza	João Manparra	Crioulo, natural do Rio de Janeiro, 40 anos mais ou menos, bastante fula, pouca barba, tem falta de dentes na frente, tem uma (sic!) em um olho, trabalha de alfaiate. Fugiu em 25 de dezembro de 1848.
558) José Ignácio da Silveira	Vicente	Pardo claro, olhos azuis, baixo, pés e mãos pequenas, barba cerrada, 23 anos mais ou menos, carpinteiro. Fugiu em 1834.
559) José Ignácio da Silveira	João	De nação mina, não tem sinais de sua nação, estatura regular, olhos grandes, beiços grossos, pés compridos e cambaios, não tem oficio algum. Quando fugiu em 1835 não tinha barba.
560) Antonio da Costa Manjas	João	Crioulo, natural de Maceió, campeiro, sabe ler, representa ter 30 anos, corpo regular, tornou-se um malvado, nega ser escravo. Consta que anda por Missões, intitulado-se forro.
561) Antonio da Costa Manjas	Manoel	Crioulo, natural da Bahia, é alto, reforçado, bem parecido, meio cabro, carneador e marinheiro. Consta que anda na fronteira de Alegrete.
562) Antonio da Costa Manjas	Vitorino	Crioulo, natural da Bahia, estatura regular, é salgador e carreiro. Consta ter andado com carretas por Alegrete e Rio Grande, este e o Manoel (acima) representam ter 40 anos mais ou menos.
563) Antonio da Costa Manjas	Joaquim	Africano, estatura regular, 40 anos mais ou menos, é muito pernóstico, marinheiro e salgador.
564) Antonio da Costa Manjas	José	De nação cabinda, é alto, corpo regular, oleiro e salgador, representa ter 50 anos, é quebrado.
565) Antonio da Costa Manjas	Francisco	Crioulo, natural do Rio de Janeiro, carpinteiro, grosso de corpo, alto e calvo, representa ter de 40 a 50 anos, anda pela fronteira de Rio Grande.
566) Antonio da Costa Manjas	Mariano	De nação haussá ou gege, pardo, 30 anos, do Rio de Janeiro, foi corneta dos rebeldes, representa ter de 40 a 50 anos, carpinteiro, alto, reforçado, tem a cara riscada.
567) Antonio da Costa Manjas	Luis	Africano, carneador, baixo e reforçado, tem um calombo em um ombro a que ele chama quebradura, anda pela fronteira

			de Jaguarão.
568)	Antonio da Costa Manjas	Manoel	Pardo, 24 anos.
569)	João da Costa Souza	Policarpo	Pardo, 22 anos.
570)	João da Costa Souza	Hipólito	Pardo, 22 anos.
571)	João da Costa Souza	João Lima	De nação benguela, 28 anos.
572)	João da Costa Souza	Vitorino	Crioulo, 26 anos, estes quatro escravos são todos bem feitos e vistosos.
573)	Candido José Ferreira Alvim	Justino	Crioulo da Bahia, hoje com 50 anos, cor preta tinta, picado de bexigas, alto, magro. Fugiu em 1834.
574)	Candido José Ferreira Alvim	Mariana	De nação, com 36 anos mais ou menos, bem parecida, bastante nutrida, estatura regular, falta de dentes na frente, cor fula.
575)	Candido José Ferreira Alvim	Lourenço	De nação, conhecido por capitão, 30 anos, altura menos que ordinária, cor bem tinta, cheio de corpo, fala ligueira e gaga, barba cerrada. Fugiu da costa do Uruguai.
576)	Tristão José da Costa	Lodovico	Crioulo, 24 anos, estatura regular, cor retinta, tem uma cicatriz de um coice na perna direita.
577)	Antonio Joaquim Costa	José	De nação, hoje com 38 anos, estatura ordinária, tem um dente podre na frente, e a marca de sua nação do tamanho de botão, cor bem tinta. Fugiu em 1828 quando se retirou Fructuoso Riveira.
578)	Antonio Joaquim Costa	Bras	De nação, estatura ordinária, cor fula, pés grandes, acompanhou algum tempo os Republicanos nesta província.
579)	José dos Santos de Menezes	Manoel Gancho	Tem um dos dedos grandes dos pés torto para dentro, riscos pequenos pela cara quase apagados, estatura pouco mais que regular e magro.
580)	Olivério de Souza Machado	Agostinho	Crioulo, 46 anos, alto, magro de corpo, picado de bexiga.
581)	Gregório José de Figueiredo	Januário	De nação, 50 anos mais ou menos, estatura ordinária, cor fula, olhos bem desbotados.
582)	Bento José da Rosa	Amaro	Crioulo, cor parda escura, alto, reforçado, rosto comprido, quando se ri faz covas nas bochechas, pés regulares, bom campeiro e ágil p serviço da roça.
583)	Simplício José Luis	Manoel	Boa altura.
584)	Simplício José	José	Boa altura.

Luis			
585)	Reginaldo José Luis	Marcus	Rosto redondo, tem um sinal em cima da sobrancelha esquerda.
586)	João Luis	Antonio	Boa altura e bem barbado.
587)	João Luis	José	Boa altura e bem barbado.
588)	João Luis	Ângela	Baixa e gorda
589)	João Luis	Joana	Baixa, gorda e bexigosa.
590)	Ignácio José de Moraes	Benedito.	Cor fusca, altura regular, pouca barba, 25 anos.
591)	Ignácio José de Moraes	Antonio Ignácio	De nação moçambique, cor fusca, tem sinais pelo rosto de sua nação, é de boa altura.
592)	José da Silva Ferrão	Zeferino	Pardo claro, cabelo bem preto, crespo, pés grandes, idade 30 anos mais ou menos.
593)	Claudiana Maria de Menezes	João	De nação monjolo, sapateiro, baixo e cheio de corpo.
594)	Henriques e Salvador da Silva Nunes	Crioulo	Estatura regular, tem uma pele escura na cabeça e no dedo polegar uma cicatriz de um talho que alcança a segunda junta do dedo.
595)	José Antonio	Rita	Crioula, 37 anos, estatura regular e bem preta, cara comprida, nariz chato.
596)	Eduardo de Azambuja Rangel	Francisco	De nação benguela, 32 anos mais ou menos, alto e magro, meio fula, tem um sinal no peito de sua nação.
597)	Antonio ? de Azambuja	Domingos Pereira	40 anos.
598)	Antonio ? de Azambuja	Manoel Bras	50 anos.
599)	Antonio ? de Azambuja	Florencio	Crioulo, 22 anos. Sentou praça nos Colorados e tem a graduação de Sargento.
600)	Candido de Azambuja	Ricardo	De nação, 24 anos, fula, olhos grandes, estatura ordinária, bexigoso.
601)	Candido de Azambuja	José Barbosa	Crioulo, 25 anos, estatura mais que ordinária, corpo mais que ordinário, campeiro superior.
602)	Candido de Azambuja	Firmino	Cabra, 26 anos, alto, cheio de corpo, com uma cicatriz na testa, campeiro.
603)	Candido de Azambuja	Domingos	De nação, 28 anos, fula, meio baldado de um lado, estatura ordinária e campeiro.
604)	Candido de Azambuja	João Pinto	De nação, 30 anos, estatura ordinária, muito negro e bexigoso.
605)	Candido de Azambuja	José Barbosa	De nação, 26 anos, estatura menos que ordinária, barbado, retinto e beiços vermelhos, campeiro.
606)	Candido de Azambuja	José Antonio	De nação, 28 anos, estatura menos que ordinária, olhos grandes e campeiro.
607)	Candido de	Manoel Bernardino	Crioulo, 16 anos, pés grandes e

Azambuja		carquentos, com uma cicatriz no rosto, campeiro
608) Candido de Azambuja	Manoel	De nação, 18 anos, cara redonda e cheia, retinto, estatura ordinária, bom criado de servir.
609) Dona Iria ? de Mattos	Le (ta riscado em cima)	Crioulo, 28 anos, alto, magro, rosto, comprido, bem parecido, campeiro.
610) Dona Anna Maria do Nascimento	Tristão.	Alto, 30 anos, bonito, claro, olhos azuis, cabelos ruivos, tem um sinal na testa, outro no beijo de cima, tem uma junta do tornozelo defeituosa.
611) J. José Coutinho	Elias	Crioulo, alto, bem parecido, tem um sinal pequeno na fonte de uma queimadura, e um golpe na ponta da barba, defeituoso de uma mão e um golpe em um pé, sobre os dedos.
612) Candido Felipe de Araújo	Manoel Antonio	Crioulo, 24 anos, baixo, beiços grandes, boca grande.
613) José Ferreira de Assis	Julio	Pardo, 40 anos, estatura ordinária, cara redonda, sinais de bexigas, poucos cabelos na cabeça, pouca barba, mal feito de pés e os calcanhares saído para fora, trabalha com muito jeito com os animais, bebe e joga.
614) José Ferreira de Assis	Manoel	Crioulo, boa estatura, 30 anos, pernas meio arcadas, pés meio compridos, padece um pequeno em cima dos olhos.
615) José Ferreira de Assis	José	De nação, baixo, grosso, muito barbado, trazia os cabelos da cabeça sempre muito bem penteados, sabe bem lidar com carretas.
616) José Ferreira de Assis	Luis	De nação, terá 50 anos, alto, feio, sabe lidar com carretas.
617) Antonio José Pires	Adão	Crioulo, pardo, natural desta província, 28 anos, conhecido nas forças do Coronel Bernardino Vaz.
618) Antonio José Pires	Cabo laçador	Pardo, tem em um dos dedos do pé, que suponho ser o mínimo, uma pequena grossura, por ter quebrado em um tombo de cavalo, tem os pés um tanto grandes, é pateta. Bem conhecido nas forças do Coronel Manoel Lavallega por Cabo Laçador.
619) Antonio José Pires	Jerônimo	Da costa da África, 26 anos, alto, tem uma das pernas um grande sinal de ferimento de coice de uma mula.
620) Antonio José Pires	Hipólito	Cabra, natural da Bahia, 20 anos, tem em um dos joelhos um sinal de ferimento da aspa de um

		touro. Campeiro e domador. Apresentou-se ao Coronel Lamas em Quaraí.	
621)	Antonio José Pires	Vitorino	Crioulo, bem falante e bem tinto, olhos grandes e pés, altura ordinária, 24 anos, campeiro e domador.
622)	Elias Vieira Fernandes	Felisberto	Crioulo.
623)	Elias Vieira Fernandes	Francisco	De nação cabinda.
624)	Veríssimo José Coelho de Oliveira	Ricardo	De nação gege.
625)	Veríssimo José Coelho de Oliveira	José	Pardo escuro.
626)	Felisberto José da Silva	José	De nação cabinda.
627)	Felisberto Antonio da Silva	Domingos	De nação cabinda.
628)	Manoel Peres Cerveira	Ambrósio	De nação cabinda.
629)	Manoel José Teixeira Machado	Silvério	Crioulo.
630)	Faustino José da Costa	Antonio	De nação angola, estatura baixa, cara comprida, cabeça pequena, campeiro. Fugiu em janeiro de 1849. Apresentou-se em Santa Thereza ao Comandante Bernardino.
631)	José Bernardo da Costa	Antonio	De nação angola, estatura regular, cara redonda, cabeça grande, campeiro.
632)	Evaristo Correa Mirapalhete	Felippe	De nação congo, estatura regular, rosto redondo, cabeça pequena, cabelo louro, cor retinta, campeiro.
633)	Evaristo Correa Mirapalhete	Lauriano	De nação cabinda, estatura regular, idade moço, cabeça grande, olhos carnudos, nariz chato, boca grande, cor retinta, lavrador. Passaram estes dois escravos para o Estado Oriental em São Miguel em janeiro de 1846.
634)	Manoel de Lara de Andrade	José	Crioulo, Dois pés tortos e grossos, 50 anos, estatura regular, cabra, tem uma cova em uma perna de uma patada que levou.
635)	Domingos Rodrigues Lopes	Patrício	Crioulo, 18 anos, alto, pés grandes, bem preto, tem sinal de um golpe na mão esquerda e um dedo duro.
636)	Domingos Rodrigues Lopes	Manuel	Crioulo, 40 anos, alto, tem os dedos da mão esquerda duros.
637)	Antonio Prudente da Fonseca	Narciso	Africano, 35 anos, estatura ordinária, preto, tem sinal de um talho na mão esquerda, que tem a mão torta.
638)	Antonio Prudente	Domingos	Africano, 40 anos, baixo,

da Fonseca		desdentado, olhos grandes.
639) Antonio Prudente da Fonseca	Luzia	Africana, 30 anos, alta, magra, meio fula, consta casada com o escravo Domingos.
640) Antonio Prudente da Fonseca	Joaquim	Africano, 50 anos, alto, magro.
641) Antonio Prudente da Fonseca	Gaspar	Pardo, 30 anos, estatura ordinária, barbado, cabelo de negro. É carpinteiro.
642) Antonio Prudente da Fonseca	Adão	Pardo claro, 25 anos, barbado, cabelo anelado.
643) Antonio Prudente da Fonseca	Agostinho	Africano, 36 anos, alto, fula, pouca barba, e tem sinal de um talho na cara.
644) Comendador João Rodrigues Ribas	José	Estes escravos (este mais os 4 abaixo) pertenciam à tripulação da escuna Leonidia, fugiram na baixa da dita escuna em 21 de março de 1849, e atravessaram a Lagoa Mirim, entrando no Rio Taquari no Estado Oriental e desembarcaram perto da Soteia de Ramirez e acolhidos pela guarda do comando de Mariano Moreno. Seguiram debaixo da deserção, indo para o interior do mesmo estado, e tendo-se reclamado a sua entrega, foi exigido por parte do comandante cem patações para cada um dos escravos.
645) Comendador João Rodrigues Ribas	Joaquim	Estes escravos pertenciam à tripulação da escuna Leonidia, fugiram na baixa da dita escuna em 21 de março de 1849, e atravessaram a Lagoa Mirim, entrando no Rio Taquari no Estado Oriental e desembarcaram perto da Soteia de Ramirez e acolhidos pela guarda do comando de Mariano Moreno. Seguiram debaixo da deserção, indo para o interior do mesmo estado, e tendo-se reclamado a sua entrega, foi exigido por parte do comandante cem patações para cada um dos escravos.
646) Comendador João Rodrigues Ribas	Manoel	Estes escravos pertenciam à tripulação da escuna Leonidia, fugiram na baixa da dita escuna em 21 de março de 1849, e atravessaram a Lagoa Mirim, entrando no Rio Taquari no Estado Oriental e desembarcaram perto da Soteia de Ramirez e acolhidos pela guarda do comando de Mariano Moreno. Seguiram debaixo da deserção, indo para o interior do

		mesmo estado, e tendo-se reclamado a sua entrega, foi exigido por parte do comandante cem patações para cada um dos escravos.
647) Comendador João Rodrigues Ribas	Henrique	Estes escravos pertenciam à tripulação da escuna Leonidia, fugiram na baixa da dita escuna em 21 de março de 1849, e atravessaram a Lagoa Mirim, entrando no Rio Taquari no Estado Oriental e desembarcaram perto da Soteia de Ramirez e acolhidos pela guarda do comando de Mariano Moreno. Seguiram debaixo da deserção, indo para o interior do mesmo estado, e tendo-se reclamado a sua entrega, foi exigido por parte do comandante cem patações para cada um dos escravos.
648) Comendador João Rodrigues Ribas	Francisco	Estes escravos pertenciam à tripulação da escuna Leonidia, fugiram na baixa da dita escuna em 21 de março de 1849, e atravessaram a Lagoa Mirim, entrando no Rio Taquari no Estado Oriental e desembarcaram perto da Soteia de Ramirez e acolhidos pela guarda do comando de Mariano Moreno. Seguiram debaixo da deserção, indo para o interior do mesmo estado, e tendo-se reclamado a sua entrega, foi exigido por parte do comandante cem patações para cada um dos escravos.
649) Pantaleão Correa Nunes	André	De nação cabinda, estatura regular, grosso de corpo, pés grandes, e grossos, cara comprida, pouca barba, tem um sinal pardo pouco abaixo da maçã do rosto.

ANEXO 09

**ESCRAVOS FUGITIVOS (CRIoulos E AFRICANOS) QUE CONSTAM
ESTAR NAS TROPAS ALÉM-FRONTEIRA.**

Nome do escravo	Nome do proprietário	Descrição do escravo	Local para onde fugiu e ano do ocorrido (caso conste)	Como está descrita sua situação em alguma tropa de exército ou de polícia
1) Geraldo	Lauriano Dias Ferreira	Mulato, 18 anos quando fugiu, alto, nariz chato e rombo, cara comprida, estava nascendo barba, cabelos grenhos, pés grandes.	Entre-Rios – 1839.	Foi visto no exército do General Echague, quando o dito general veio ao Estado Oriental.
2) Vicente	Herdeiro do Falecido Brigadeiro Felipe Nery de Oliveira	Mulato claro, um tanto pálido, cara regular, olhos escuros e encovados, olhar concentrado, nariz fino e pequeno, ventas bastante abertas e flexíveis, boca pequena e lábios muito finos, cabelos carapinha, estatura menor de regular, corpo esguio, proporcionado, notavelmente musculoso e ágil, andar um pouco balançado e demorado, además humilde (sic!), escasso de palavras e resoluto. É natural do Rio Grande do Norte, de idade 32 anos, deve, porém denotar mais pela sua fisionomia taciturna e descarnada. Sabe ler e escrever sofrivelmente, é bom carpinteiro, ótimo copeiro e mau cavaleiro; trança bem abas de palhas grosseiras.	Entre-Rios – 1837.	Em 1838 serviu como cabo em um bando que se achava em Paysandu, em fins de um ano passou para a província de Entre-Rios e consta que assistiu no exército Entreriano a batalha de Pago-Largo. Falava castelhano menos mal.
3) Joaquim	Maria Pacífica da Rocha, viúva de Francisco Machado Pacífico	Nação congo, idade presumida 50 anos, estatura alta, meio grosso de corpo, beiços grossos, e tem um dente da frente e	Fugido para Estado Oriental – setembro de 1848.	Fugiu para o outro lado do Quaraí, acha-se como praça na força ao mando do Coronel oriental Diego

		do lado de cima quebrado.		Lamas.
4) Adão	Manuel Dias de Oliveira	Preto, de nação angola, estatura ordinária, cara redonda, sem falta de um (sic!), cabeça redonda, campeiro.	Estado-Oriental – janeiro de 1849.	Apresentou-se em Santa Teresa ao Comandante Bernardino.
5) José	Leocádia Maria Ferreira	Nação congolês, 24 anos, estatura alta, cor preta, olhos grandes e vermelhos, nariz chato, boca regular, dentes alvos e abertos, lábios grossos, é surdo.	Estado Oriental - outubro de 1848.	Acha-se na divisão do Coronel Lamas, como servente do mesmo coronel.
6) Antonio	Francisco Luis Brasileiro	Crioulo, natural desta província, cor fula, rosto um tanto comprido, olhos grandes, nariz chato, ventas um tanto abertas, beijos grandes, boca grande, cabelo carapinha, magro de corpo, faltava a ponta da orelha esquerda. Quando fugiu teria 13 ou 14 anos.	Estado Oriental – 1845 ou 1846.	O Capitão, hoje Major Pedro Guterres das forças do General Oribe, achando-se destacado na costa do Quarai reduziu o dito escravo e o levou para Paysandu, onde esteve à serviço de sua família até 1848, depois o levou para a campanha como seu pajem. Consta existir em poder do dito Major, no Departamento de Paysandu.
7) Antonio	José Bernardo da Costa	Preto, nação angola, estatura regular, cara redonda, cabeça grande, campeiro.	Estado Oriental – janeiro de 1849.	Apresentou-se em Santa Teresa ao Comandante Bernardino.
8) Vicente	Jerônimo Ferreira Serpa	Crioulo da Bahia, baixo, grosso e gordo, bonito, 36 anos.	Estado Oriental, há 16 anos que anda fugido (1836).	Está, porque há pouco tem sido visto, no Exército do General Servando Gomes.
9) Joaquim	José Rufino dos Santos Menezes	Cor preta, bem retinta, estatura pequena, corpo delgado e esguio, cara grande, olhos à flor do rosto e um tanto avermelhados e sofrivelmente grandes, nariz muito aplastrado, lábios	Estado Oriental – 1846.	Ainda há poucos dias servia de criado do Major Lopes do Corpo do Coronel D. Diogo Lamas.

		bastante volumosos. É natural da costa da África, e terá a idade de 36 anos, é bom cozinheiro.		
10) Antero	Veador João Francisco Vieira Braga	Cabra, 27 anos, nascido em Camaquã, altura regular, rosto comprido, olhos grandes porém carregados, nariz grande, pés compridos, quebrado das virilhas, escrotos volumosos, ginga quando caminha, é bom campeiro, boleiro, já esteve no Rio de Janeiro na campanha do Estado Oriental na estância de Moraes Leivas.	Estado Oriental - Fugiu a 19 de abril de 1846 (tempo em que lhe apontava a barba).	Foi encontrado na estância de Sapalhar como soldado da polícia, de que era Comandante um Tenente Pinto, no dia 10 de novembro deste ano. E no dia 11 deste mês e ano, na Vila de Serro Largo. E sendo reclamado por parte de seu senhor em 29 de janeiro de 1847 ao Comandante do Departamento D. Dionísio Coronel, não foi atendido, sendo então que o dito escravo se denominava André, foi mandado retirar-se para o interior da campanha.
11- Antonio	Veador João Francisco Vieira Braga	----	Estado Oriental.	Foi visto na Estância de Sapalhar em novembro do dito ano, e consta que sentou praça com o nome de André na força do tentente Pinto que então caminhava a Cerro Largo. Fizeram-se reclamações em 27 de janeiro a Dionísio Coronel, Comandante do Departamento de Serro Largo, as quais nada produziram a favor do seu senhor (sic!), antes agravaram o seu prejuízo se fazendo retirar o escravo para o centro da

				campanha do Estado Oriental.
12) Alexandre	Joaquim José de Assumpção	Pardo, 38 anos, estatura regular, grosso de corpo, pouca barba, tem os dedos dos pés abertos pela continuação de andar a cavalo, tem sinais nas costas de laços. Natural desta província, casado e tem quatro filhos.	Estado Oriental – 1847.	Foi visto fardado nas forças do Coronel Valdéz, no Departamento de Taquarembó.
13) Benedito	Elói Correa Simões	Crioulo do Rio de Janeiro, 20 anos, estatura regular, cor retinta, olhos pequenos, campeiro, tem uma cicatriz no canto de um dos olhos do lado direito, procedida de uma ferida, tem no meio do beijo inferior outra igual ferida.	Estado Oriental – fugiu em setembro ou outubro de 1849.	Consta que se acha em Rocha, na força do Coronel João Barrios.
14) Antonio	Joaquim Correa Mirapalheta	Crioulo, 23 anos, estatura regular, cor preta.	Estado Oriental – fugiu em 1837.	Acha-se em Santa Tereza, na força do Comandante Bernardino.
15) Pedro	João Francisco Corre	Idade 25 anos, baixo, gordo, cor retinta.	Estado Oriental.	Consta que está na força de polícia do Alferes Jorge, na Lexiguana, Departamento de Cerro Largo.
16) Joaquim	João Francisco Correa	Estatura regular, cor fula, dentes grandes.	Estado Oriental.	Consta que está na força de Servando Gomes.
17) João	João Francisco Correa	Crioulo, 18 anos, cor quase fula, alto e magro.	Estado Oriental – 1847.	Consta que está na força do Comandante Gomes.
18) Raimundo	Rafael Francisco da Terra	Crioulo do Rio de Janeiro, estatura regular, cheio de corpo, canhoto, 20 anos.	Estado Oriental.	Consta que estão nas forças de Dionísio Coronel.
19) Jacinto	Joaquim José da Cunha Carracena Porto	Nação benguela, estatura regular, corpo reforçado, alguma coisa fula, nariz chato com um sinal de bexiga imediato a uma orelha, um dos dedos dos pés é maior que os outros, fala bem. Ao tempo em que fugiu principiava a barba. Deve constar hoje 24 anos de idade, é	Estado Oriental.	Seguiu para Montevidéu em 1846 no Pacote Bremmen (sic!) em companhia do Capitão D. Pedro Gallego e consta ainda estar em companhia do capitão. Há em poder do Cônsul brasileiro em Montevidéu uma

		oficial de pintor.		precatória reclamando o escravo.
20) Matheus	Antonio Rodrigues de Almeida Silva	Nação cabinda, 43 anos, ofício roceiro, estatura baixa, muita barba, tem falta de dentes.	Estado Oriental.	Foi preso por uma força do Comandante Valdés há três anos e mandado para o Boceo, na linha de Montevidéu.
21) Constantino	Antonio Rodrigues de Almeida e Silva	Crioulo, 38 anos, campeiro, altura regular, muita barba, cheio de corpo, faltalhe a ponta de uma orelha.	Estado Oriental – fugido há dois anos (1848).	Consta que se apresentou na vila de Taquarembó ao chefe de polícia e que ali foi remetido para a linha de frente à cidade de Montevidéu.
22) Leandro	Iria Ignácia de Mello	Crioulo, cor um tanto fula, campeiro, 25 anos, principiava a sair a barba e demonstrava ser abundante, alto, tem os pés, mãos e rosto comprido, feições regulares, fala com muito desembaraço.	Estado Oriental – 1847.	Consta que se apresentara ao chefe Vergara no Estado Oriental onde se acha.
23) Antonio	Gaspar José Freire	Nação cabinda, pedreiro e campeiro, parece ser crioulo, idade 29 anos, estatura regular, olhos grandes, tem uma cicatriz na maçã do rosto, teve as duas orelhas furadas, bem parecido de fisionomia, com uma cicatriz pequena em uma perna de uma mordida de um cão, pé chato.	Estado Oriental.	Consta que está como praça na Vila de Cerro Largo.
24) Benedito	Maria Teixeira (viúva de Manoel Ferreira da Fonseca).	Estatura alta, nação cabinda, correto de rosto, teria 20 anos quando fugiu, não tem barba, muito negro, direito de corpo, domador, pés grandes, canelas finas, quando se encoleriza fica muito gago.	Estado Oriental.	Foi visto nas forças dos blancos em Taquarembó.
25) Alexandre	Joaquim José de Assumpção	Pardo, natural de Pelotas, 38 a 40 anos, estatura regular, corpo bastante grosso, pouca barba, tendo o dedo	Estado Oriental – 1847.	Foi visto no lugar denominado Taquarembó, com praça na força de polícia e que é

		dos pés abertos, pelo exercício de andar a cavalo e pelas costas, sinais de acoite.		Comandante o Valdéz.
26) Bernardo	João Antonio Lopes	Crioulo, natural desta província, marinheiro, 40 anos.	Estado Oriental – fugiu de Jaguarão 1946, a bordo do Hiate Bom Jesus.	Poucos dias depois foi encontrado como praça de soldado.
27) Domingo	Antonio Thomas Correia Vianna	Mulato acabocado, trabalha de alfaiate, 35 anos.	Estado Oriental.	Consta estar em Saboyaty, nas forças do Coronel Flores e dizem que ali se apresentou dizendo-se desertor de um batalhão.
28) Roque	Antonio Thomas Correia Vianna	Mulato, campeiro, 18 anos.	Estado Oriental - fugiu em janeiro de 1849.	Acham-se, junto com Joaquim e Laurentino nas forças do Coronel D. Juan de Barrios em São Carlos, e já foram reclamados ao General D. Manuel Oribe; nada se conseguiu.
29) Joaquim	Antonio Thomas Correia Vianna	Africano de nação cabinda, é negro para todo o serviço, 30 anos.	Estado Oriental - fugiu em janeiro de 1849.	Acha-se, junto com Roque e Laurentino, nas forças do Coronel D. Juan de Barrios em São Carlos, e já foram reclamados ao General D. Manuel Oribe; nada se conseguiu.
30) Laurentino	Antonio Thomas Correia Vianna	Crioulo, carneador, 30 anos.	Estado Oriental - fugiu em janeiro de 1849.	Acha-se junto com Roque e Joaquim nas forças do Coronel D. Juan de Barrios em São Carlos, e já foram reclamados ao General D. Manuel Oribe; nada se conseguiu.
31) Manoel	Manuel Correia Mirapalheta	Crioulo, 40 anos, estatura menor que ordinária, beçudo, boca grande, gago e coxo, precedido da quebratura de uma coxa, lavrador e	Estado Oriental - fugiu em dezembro de 1847.	Consta que se apresentou a força do Coronel Juan Barrios.

		tocador de viola.		
32) Antonio	Faustino José da Costa	Africano de nação angola, estatura baixa, cara comprida, cabeça pequena, campeiro.	Estado Oriental - fugiu em janeiro de 1849.	Consta que se apresentou em Santa Teresa ao Comandante Bernardino.
33) Justina	Leocádia Maria Ferreira	Africana de nação congo, 30 anos, estatura alta, gorda de corpo, cor preta, olhos grandes brancos, nariz chato, boca grande, beiços grossos, é um tanto vesga.	Estado Oriental - fugiu com o escravo José em outubro de 1848.	Acha-se na divisão do Coronel Lamas, a serviço do Major Lopes.
34) Daniel	Major Felipe Belbezé de Oliveira Nery	Crioulo, natural da Província do Rio Grande do Sul (Rio Pardo), 27 anos, Mulato. É mais conhecido pelo nome de Damião, foi escravo de Dona Úrsula Correa da Câmara, cor bem mulato, cara redonda, olhos pretos grandes e redondos, sobrancelhas negras e muito arcadas, nariz regular, boca pequena, lábios regulares, cabelo carapinha. Foi doméstico do falecido capitão José Marcos de Araújo Pereira e serviu na banda de músicos do extinto exército republicano, de onde desertou.	Estado Oriental - Da banda do Exército Republicano desertou para o Estado Oriental em 1839.	Costa que está no Exército do General Servando Gomes na Província Oriental (porque há pouco tem sido visto).
34) Thomaz	João Machado da Silveira	Africano, 38 anos, Alto, barba bem cerrada.	Estado Oriental - fugiu em 1847.	Consta que está feito assistente do coronel Lamas, Comandante da Fronteira do Quaraí no Estado Oriental.
35) Clemente	Rafael Francisco da Terra	Crioulo, natural da Província do Rio Grande do Sul, 17 anos, baixo, grosso.	Estado Oriental.	Consta que está na força de Dionísio Coronel, junto de Adão e Raimundo.
36) Manoel	José Moreira da Silva	Africano, natural de Cabo Verde, 50 anos, preto.	Estado Oriental.	Consta que fugiu para o Estado Oriental donde sentou praça na força do comandante I (sic!) Oribe. Consta existir no Povo de Durazno.
37) Francisco	Manuel Nunes	Crioulo, 19 anos.	Estado	Consta que se

	da Silva		Oriental.	apresentou na vila de Taquarembó ao Comandante Valdéz.
38) Caetano	Luis Gomes Leivas	Africano de nação, 35 anos, tem as pernas tortas.	Estado Oriental - fugiu aos 13 anos de idade, em 1828.	Consta que se apresentou na vila de Taquarembó ao Comandante Valdéz.
39) João	Luis Gomes Leivas	44 anos, pardo, grosso de corpo, cabelo arredio, campeiro.	Estado Oriental Consta a data da fuga: fugiu aos 14 anos de idade, em 1820.	Consta que se apresentou na vila de Taquarembó ao Comandante Valdéz.
40) Manoel	Luis Gomes Leivas	33 anos, alto, magro, com uma cicatriz em uma das mãos, pés grandes, campeiro.	Estado Oriental - fugiu aos 15 anos de idade, em 1832.	Consta que se apresentou na vila de Taquarembó ao Comandante Valdéz.
41) José	Luis Gomes Leivas	Africano de nação, 44 anos, grosso de corpo, barbado, olhos grandes, baixo, serrador.	Estado Oriental - fugiu aos 28 anos de idade, em 1831.	Consta que se apresentou na vila de Taquarembó ao Comandante Valdéz.
42) Paulo	Luis Gomes Leivas	Africano de nação, 49 anos, roceiro, baixo, gordo, preto, rosto redondo, olhos grandes, e o mesmo os pés.	Estado Oriental - fugiu aos 30 anos de idade, em 1839.	Consta que se apresentou na vila de Taquarembó ao Comandante Valdéz.
43) Joaquim	Manoel Rodrigues da Silva	29 anos, alto, magro, pernas finas, testa grande, campeiro, muito vivo.	Estado Oriental.	Consta que se apresentou na vila de Taquarembó ao Comandante Valdéz.
44) Antonio	Manoel Rodrigues da Silva	25 anos, baixo, grosso, mui barrigudo, bem retinto, olhos grandes.	Estado Oriental.	Consta que se apresentou na vila de Taquarembó ao Comandante Valdéz.
45) Adão	Anna Dutra (sic!)	28 anos, africano, cabinda, boa estatura, retinto, rosto alegre.	Estado Oriental Consta a data da fuga: fugiu em 1836.	Consta que se apresentou na vila de Taquarembó ao Comandante Valdéz.
46) Francisco	Anna Dutra (sic!)	58 anos, Africano, cabinda, olhos grandes, alto, muito calvo.	Estado Oriental - fugiu em 1836.	Consta que se apresentou na vila de Taquarembó ao Comandante Valdéz.
47) Caetano	Anna Dutra (sic!)	50 anos, africano, cabinda, muito carrancudo, nariz muito chato, barrigão, pescoço grosso.	Estado Oriental Consta a data da fuga: fugiu em 1843.	Consta que se apresentou na vila de Taquarembó ao Comandante Valdéz.

48) David	Antonio Joaquim Dorneles Souza	Cabra, 25 anos, cria da casa, toca bem corneta, altura regular, semblante alegre, testa grande, tem um dedo da mão esquerda um tanto aleijado de um corte de faca que apanhou pela parte de cima do mesmo dedo, pés grandes.	Estado Oriental - fugiu em 9 de abril de 1845.	Consta estar feito oficial nas forças de Oribe na Província Oriental.
49) Florencio	Antonio (sic!) de Azambuja	Crioulo, 22 anos,	Estado Oriental.	Sentou praça nos colorados e tem a graduação de sargento.
50) Adão	Antonio José Pires	Pardo, natural desta província, 28 anos.	Estado Oriental.	Conhecido nas forças do Coronel Bernardino Vaz.
51) Cabo Laçador	Antonio José Pires	Pardo, tem em um dos dedos do pé, que suponho ser o mínimo, uma pequena grossura, por ter quebrado em um tombo de cavalo, tem os pés um tanto grandes, é pateta.	Estado Oriental.	Bem conhecido nas forças do Coronel Manoel Lavallega por Cabo Laçador.
52) Hipólito	Antonio José Pires	Cabra, baiano, 20 anos, tem em um dos joelhos um sinal de ferimento da aspa de um touro. Campeiro e domador.	Estado Oriental.	Apresentou-se ao Coronel Lamas em Quaraí.
53) José	Comendador João Rodrigues Ribas		Estado Oriental.	Estes escravos pertenciam à tripulação da escuna Leonidia, fugiram na baixa da dita escuna em 21 de março de 1849 e atravessaram a Lagoa Mirim, entrando no Rio Taquari no Estado Oriental. Desembarcaram perto da Soteia de Ramirez e acolhidos pela guarda do comando de Mariano Moreno. Seguiram debaixo da deserção, indo para o interior do mesmo estado, e

				tendo-se reclamado a sua entrega, foi exigido por parte do comandante cem patações para cada um dos escravos.
54) Joaquim	Comendador João Rodrigues Ribas		Estado Oriental.	Estes escravos pertenciam à tripulação da escuna Leonidia, fugiram na baixa da dita escuna em 21 de março de 1849 e atravessaram a Lagoa Mirim, entrando no Rio Taquari no Estado Oriental. Desembarcaram perto da Soteia de Ramirez e acolhidos pela guarda do comando de Mariano Moreno. Seguiram debaixo da deserção, indo para o interior do mesmo estado, e tendo-se reclamado a sua entrega, foi exigido por parte do comandante cem patações para cada um dos escravos.
55) Henrique	Comendador João Rodrigues Ribas		Estado Oriental.	Estes escravos (este mais os quatro abaixo) pertenciam à tripulação da escuna Leonidia, fugiram na baixa da dita escuna em 21 de março de 1849 e atravessaram a Lagoa Mirim, entrando no Rio Taquari no Estado Oriental. Desembarcaram perto da Soteia de Ramirez e acolhidos pela guarda do

				comando de Mariano Moreno. Seguiram debaixo da deserção, indo para o interior do mesmo estado, e tendo-se reclamado a sua entrega, foi exigido por parte do comandante cem patações para cada um dos escravos.
55) Francisco	Comendador João Rodrigues Ribas		Estado Oriental.	Estes escravos (este mais os quatro abaixo) pertenciam à tripulação da escuna Leonidia, fugiram na baixa da dita escuna em 21 de março de 1849 e atravessaram a Lagoa Mirim, entrando no Rio Taquari no Estado Oriental. Desembarcaram perto da Soteia de Ramirez e acolhidos pela guarda do comando de Mariano Moreno. Seguiram debaixo da deserção, indo para o interior do mesmo estado, e tendo-se reclamado a sua entrega, foi exigido por parte do comandante cem patações para cada um dos escravos.